



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2557

Sexta-feira - 22 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Dionísio Cerqueira	222	Luzerna	400
Agronômica	7	Dona Emma	224	Macieira	441
Água Doce	9	Doutor Pedrinho	225	Mafrá	442
Alfredo Wagner	11	Ermo	226	Major Vieira	443
Alto Bela Vista	12	Erval Velho	227	Maracajá	444
Anchieta	13	Flor do Sertão	233	Maravilha	445
Anitápolis	14	Formosa do Sul	251	Marema	449
Antônio Carlos	15	Forquilha	254	Massaranduba	450
Apiuna	16	Fraiburgo	256	Matos Costa	452
Arabutã	17	Frei Rogério	261	Meleiro	453
Arroio Trinta	18	Garuva	262	Modelo	454
Ascurra	31	Gaspar	264	Mondaí	459
Aurora	49	Governador Celso Ramos	266	Navegantes	460
Balneário Piçarras	54	Grão Pará	273	Nova Erechim	471
Balneário Rincão	56	Gravatal	280	Nova Trento	474
Barra Bonita	57	Guaraciaba	281	Novo Horizonte	492
Barra Velha	58	Guaramirim	282	Orleans	495
Belmonte	59	Guarujá do Sul	290	Ouro	513
Benedito Novo	61	Guatambú	295	Palhoça	515
Biguaçu	66	Herval d'Oeste	296	Palma Sola	556
Bom Jardim da Serra	68	Ibiam	303	Paraíso	557
Bom Jesus do Oeste	70	Ibicaré	304	Passos Maia	559
Bom Retiro	71	Ibirama	305	Paulo Lopes	560
Botuvera	73	Ilhota	306	Penha	562
Braço do Trombudo	77	Imarui	307	Peritiba	597
Brusque	83	Imbituba	308	Pescaria Brava	604
Caçador	92	Indaial	309	Pinheiro Preto	606
Caibi	100	Iporã do Oeste	310	Planalto Alegre	610
Camboriú	102	Ipumirim	311	Pomerode	611
Campo Alegre	103	Iraceminha	313	Ponte Alta do Norte	614
Campo Erê	114	Irani	314	Ponte Serrada	615
Campos Novos	115	Irineópolis	315	Porto Belo	618
Canelinha	148	Itá	318	Porto União	625
Canoinhas	149	Itaiópolis	319	Pouso Redondo	636
Capinzal	153	Itapiranga	320	Praia Grande	637
Catanduvas	163	Itapoá	331	Princesa	640
Caxambu do Sul	164	Jaborá	335	Quilombo	641
Chapadão do Lageado	169	Jacinto Machado	337	Rancho Queimado	643
Chapecó	172	Jaraguá do Sul	338	Rio das Antas	645
Cocal do Sul	180	Joaçaba	361	Rio do Campo	646
Concórdia	182	José Boiteux	374	Rio do Oeste	650
Cordilheira Alta	184	Lacerdópolis	375	Rio dos Cedros	686
Coronel Freitas	196	Laguna	388	Rio do Sul	679
Coronel Martins	202	Lajeado Grande	389	Romelândia	706
Correia Pinto	206	Lauro Muller	390	Santa Rosa do Sul	738
Corupá	208	Lebon Régis	392	São Bento do Sul	740
Cunha Porã	209	Lindóia do Sul	395	São Bernardino	743
Curitibanos	212	Lontras	397	São Carlos	747
Descanso	221	Luiz Alves	398	São Domingos	749

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2557

Sexta-feira - 22 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

São Francisco do Sul.....	750	Serra Alta	823	Tunápolis	889
São João Batista.....	754	Siderópolis.....	833	Turvo	927
São João do Oeste	755	Sombrio.....	834	União do Oeste	928
São João do Sul	756	Sul Brasil	835	Urubici	929
São Joaquim	757	Tangará	837	Urussanga	933
São José.....	761	Tigrinhos	839	Vargem Bonita	934
São Lourenço do Oeste.....	765	Tijucas	840	Videira.....	935
São Miguel da Boa Vista	788	Timbé do Sul	842	Vitor Meireles.....	938
São Miguel do Oeste.....	789	Timbó	843	Xanxerê.....	942
São Pedro de Alcântara.....	791	Timbó Grande.....	846	Xavantina	944
Saudades.....	795	Três Barras	847	Xaxim.....	945
Schroeder	798	Treze Tílias	848		
Seara	821	Trombudo Central.....	887		

Associações

AMAI.....	947	EGEM	963	GRANFPOLIS.....	965
AMVALI	948	FECAM	965		

Consórcios

AGIR	967
ARIS	972
CIGA	973
CIMVI.....	974
CIS/AMMVI.....	974
CIS/AMURC	978
CIS/AMURES.....	979
CISAMREC	981
Consórcio CISAMA.....	981
CONDER.....	982



Abdon Batista

PREFEITURA

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 06/2018 PP 06/2018

Publicação Nº 1661536

Nota de anulação de Processo Licitatório 06/2018 PP 06/2018

Por interesse e conveniência da administração pública, por questões técnicas formais relevantes decide-se anular o processo nº 06/2018 pregão presencial: 06/2018, cujo objeto: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE RADIOGRAFIA COMPUTADORIZADA PARA RAIOS-X, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESCRIÇÕES COMPLETAS NO ANEXO D DESSE EDITAL.

Abdon Batista 18 de junho de 2018

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

PREFEITO MUNICIPAL

PREGAO PRESENCIAL 74/2018

Publicação Nº 1661533

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 87/2018

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 74/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MUDAS E FLORES PARA ORNAMENTAÇÃO DE PRAÇAS E IMOVEIS MUNICIPAIS.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 04 de julho de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de junho de 2018

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL 75/2018

Publicação Nº 1661535

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 88/2018

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 75/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE ATOMIZADORES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº. 844222/2017, MAPA/CAIXA, ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D, DESTE EDITAL.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 04 de julho de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de junho de 2018

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 05/2018

Publicação Nº 1661531

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 89/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 05/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DE UM CONJUNTO COM 02 PISTAS DE BOLÃO, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA, RELATIVO AO PROGRAMA DESPORTISTAS NA MELHOR IDADE COM APOIO DA ENERCAN - CAMPOS NOVOS ENERGIA S/A.

TIPO : Menor preço Global

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 13 de julho de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 21 de junho de 2018

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

CONTRATOS MÊS 06/2018

Publicação Nº 1661539

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA**

Folha: 1/3

CNPJ: 78.511.052/0001-10
RUA JOÃO SANTIN, 30
C.E.P.: 89636-000 - Abdon Batista - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.**CNPJ:** 59.104.273/0001-29**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 67/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Data da Assinatura: 04/06/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/06/2018 a 04/06/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 226.550,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SOFEC SEGURANCA PRIVADA LTDA**CNPJ:** 06.955.642/0001-20**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 68/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DO 1 RODEIO ARTISTICO NACIONAL EM ABDON BATISTA

Data da Assinatura: 04/06/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/06/2018 a 11/06/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.700,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA**

Folha: 2/3

CNPJ: 78.511.052/0001-10
RUA JOÃO SANTIN, 30
C.E.P.: 89636-000 - Abdon Batista - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMACAO DO ESTADO DE SC

CNPJ: 83.043.745/0001-65

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 69/2018

Fundamento Legal:

Objeto: Os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa da CONTRATANTE, conforme detalhado no ANEXO I, parte integrante do presente instrumento

Data da Assinatura: 04/06/2018

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 04/06/2018 a 03/06/2022

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 1,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: PETERSON SODRE PINTO 28504197883

CNPJ: 19.642.515/0001-13

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 70/2018

Número do Processo: 83/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 70/2018

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CURSOS DE VIOLÃO E CANTO, PARA CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS CONFORME ANEXO D DESSE EDITAL

Data da Assinatura: 04/06/2018

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 04/06/2018 a 31/12/2018

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 15.743,00

Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA**

Folha: 3/3

CNPJ: 78.511.052/0001-10
RUA JOÃO SANTIN, 30
C.E.P.: 89636-000 - Abdon Batista - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: W.W CONSTRUCOES EIRELI

CNPJ: 11.203.149/0001-94

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 4/2018

Número do Processo: 76/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 71/2018

Fundamento Legal:

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, CONFORME CONVENIO COM RECURSOS DO FUNDO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, INFORMAÇÕES COMPLETAS CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVO, CRONOGRAMAS FISICO-FINANCEIRO E ORÇAMENTOS QUE INTEGRAM O EDITAL.

Data da Assinatura: 12/06/2018

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 12/06/2018 a 11/10/2018

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.052.962,29

Forma de Pagamento: À Vista

Agrônômica

PREFEITURA

Nº172/2018

Publicação Nº 1661943

PORTARIA Nº172/2018 DE 22 DE JUNHO DE 2018

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o requerimento protocolizado pela servidora municipal Sra. CLEIZI DIANA RECH, matrícula n.º586 ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo ANM-I e lotação no Departamento de Administração .

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Revoga licença médica com período de 10 (dez) dias, iniciada em 19/06/2018 até 29/06/2018, concedida à servidora municipal Sra. CLEIZI DIANA RECH, matrícula n.º586 ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo ANM-I e lotação no Departamento de Administração, visando requerimento protocolizado pela servidora no dia 21/06/2018.

2-) Revoga a portaria Nº 170/2018 do dia 20/06/2018.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 22 de junho de 2018

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº173/2018

Publicação Nº 1661945

PORTARIA Nº 173/2018 DE 22 DE JUNHO 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de

premio por assiduidade,

Considerando que o parágrafo 1º, do Art. anterior, faculta ao servidor o parcelamento do gozo da referida licença, na proporção de trinta dias por exercício,

Considerando também o disposto no parágrafo 5º, do Art. 94 da Lei Complementar n.º 01/90, dispositivo este, que possibilita a conversão em pecúnia total ou parceladamente, na fração de um mês a cada ano, do período de licença prêmio,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. PATRICIA CELI MARTINS CLAUDINIO DOS SANTOS, matrícula n.º285 ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem ANM 2.05 , lotado no Departamento da SAÚDE, conta a seu crédito noventa dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 01/04/2009 a 01/04/2014, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio em PECUNIA, inclusa na folha competência 06/2018, que referem-se ao quinquênio 01/04/2009 a 01/04/2014, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 60 (SESSENTA) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. PATRICIA CELI MARTINS CLAUDINIO DOS SANTOS, matrícula n.º285 ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem ANM 2.05 , lotado no Departamento da SAÚDE

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 22 de Junho 2018

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

TERMO DE JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 1661096

Prefeitura Municipal de Agrônômica

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone/Fax: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agrônômica/SC

TERMO DE JUSTIFICATIVA

Considerando o art. 5º da Lei nº8.666, e tendo em vista a necessidade da quebra da estrita ordem cronológica de pagamento, conforme despesa liquidada da empresa fornecedora: "WALENDOWSKY&CIA LTDA" – inscrita no CNPJ: 73.387.557/0001-09, referente a aquisição de óleo combustível, conforme os seguintes

empenhos registrados na entidade: Prefeitura Municipal de Agronômica:

- Empenho nº1692/2018 – R\$ 1.750,00;
- Empenho nº1742/2018 – R\$ 15.658,00;
- Empenho nº1781/2018 – R\$ 290,00.

Assim, motivado por relevantes razões de interesse público para o pagamento das obrigações da administração municipal, a fim de não comprometer o abastecimento de combustível aos veículos escolares, caminhões e maquinários da frota municipal, tão imprescindíveis à população agronomense, publica-se a referida justificativa da necessidade de quebra de ordem cronológica de pagamentos.

Agronômica, 21 de junho de 2018.

César Luiz Cunha

Prefeito Municipal

Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Água Doce

PREFEITURA

216/2018

Publicação Nº 1660939

PORTARIA Nº 216/2018 – DE 21 DE JUNHO DE 2018

“CONCEDER LICENÇA LUTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com Lei Complementar 015/99, Art. 63

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 8 dias consecutivos em razão do falecimento da mãe, a partir de 15/06/2018, conforme art. 63 da Lei complementar nº 015/99, conforme Declaração de óbito anexa, para o servidor HELIOBERTO MARCEL RAMOS, servidor efetivo no cargo de Técnico Agrícola.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de junho de 2018.
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

DECRETO Nº 076/2018

Publicação Nº 1661803

DECRETO Nº 076/2018 – DE 21 DE JUNHO DE 2018

“ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 072, DE 18 DE JUNHO DE 2018 QUE FIXA HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DURANTE OS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 72, inciso “VIII” da Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. O inciso I, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 072, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar a seguinte redação:

(...)

I – No dia 22 de junho de 2018 das 12h00min às 18h00min, com exceção do Departamento de Compras e Licitações, que funcionará excepcionalmente no horário das 07h00min. às 13h00min.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de junho de 2018.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

ERRATA DECRETO Nº 067/2018

Publicação Nº 1661807

Prefeitura Municipal de Água Doce

ERRATA

Na edição nº 2551, início página 6 e término página 6 do Diário Oficial dos Municípios DOM/SC foi publicado no dia 15/06/2018 o Decreto nº 067/2018 de 13 de junho de 2018 e a seguir segue a descrição:

Onde se lê:	Leia-se:	Artigo:
3.3.90.00.0.3.0002/73 Aplicações Diretas64.943,58	3.3.90.00.0.3.0002/73 Aplicações Diretas4.943,58	2º
3.3.90.00.0.3.0002/47 Aplicações Diretas64.943,58	3.3.90.00.0.3.0002/47 Aplicações Diretas4.943,58	3º
Total R\$451.631,39	Total R\$391.631,39	2º
Total R\$451.631,39	Total R\$391.631,39	3º

Publique-se na forma de costume.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de junho de 2018
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal de Água doce

ERRATA LEI Nº 2.584/2018

Publicação Nº 1661808

Prefeitura Municipal de Água Doce

ERRATA

Na edição nº 2551, início página 9 e término página 10 do Diário Oficial dos Municípios DOM/SC foi publicado no dia 15/06/2018 a Lei 2.584/2018 de 13 de junho de 2018 e a seguir segue a descrição:

Onde se lê:	Leia-se:	Artigo:
3.3.90.00.0.3.0002/73 Aplicações Diretas64.943,58	3.3.90.00.0.3.0002/73 Aplicações Diretas4.943,58	2º
3.3.90.00.0.3.0002/47 Aplicações Diretas64.943,58	3.3.90.00.0.3.0002/47 Aplicações Diretas4.943,58	3º
Total R\$451.631,39	Total R\$391.631,39	2º
Total R\$451.631,39	Total R\$391.631,39	3º

Publique-se na forma de costume.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de junho de 2018
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal de Água doce

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018 FMS

Publicação Nº 1660891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 14/2018
PREGÃO PRESENCIAL 11/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE,

com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 14/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2018", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para aquisição de móveis sob medida para utilização na Farmácia das ESFs do Município de Água Doce e mão de obra para móveis já existentes (desmontagem, transporte e montagem), o qual será processado e julgado no dia 04 de julho de 2018 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br
Água Doce, SC, 21 de junho de 2018
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2018

Publicação Nº 1661241

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 74/2018
PREGÃO PRESENCIAL 63/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 74/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 63/2018", do tipo "MAIOR PERCENTUAL DE REPASSE À ADMINISTRAÇÃO sobre o VALOR DE 5% (CINCO POR CENTO) OBTIDO NA COMISSÃO, a ser paga pelo arrematante comprador", para contratação de Leiloeiro Oficial para preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio público municipal, o qual será processado e julgado no dia 04 de julho de 2018 às 08h15, em consonância com a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega de envelopes e credenciamento até 04/07/2018 às 08h00. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br
Água Doce, SC, 21 de julho de 2018
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Alfredo Wagner

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2018

Publicação Nº 1661004

Aviso de Resultado do Pregão Presencial nº06/2018
Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

O Município de Alfredo Wagner ADJUDICA e HOMOLOGA o Pregão Presencial nº06/2018, no dia 18 de Maio de 2018, que tem como objeto aquisição de materiais esportivos para manutenção das atividades das Escolas e das Creches municipais.

O valor do certame, menor preço por Item foi de R\$ 7.694,75 (Sete mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Informações pelo site: alfredowagner.sc.gov.

Alfredo Wagner, em 21 de Junho de 2018.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2018

Publicação N° 1661744

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA – SC
ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2018

O Município de Alto Bela Vista, SC, através da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é o Registro de Preços para possível aquisição fluidos e lubrificantes, sofreu alteração em seu Anexo "E". Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Setor de Compras do Município de Alto Bela Vista, situado à Rua do Comércio, nº 1015, Centro, em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 21 de junho de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 098/208

Publicação Nº 1661890

DECRETO Nº. 98 /2018, de 19 de junho de 2018

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) e contém outras providências. O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.347, de 29 de novembro de 2017 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.347, de 29 de novembro de 2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0016.1004 - Equipamentos /Obras/Pavimentação, Revitalização de Passeios ,

Ruas Avenidas, Praças e Afins

(176)4.4.90.00.00.00.00.0991-Aplicações Diretas..R\$ 10.000,00

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.101 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Atenção Básica

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas

..... R\$ 100.000,00

Total R\$ 110.000,00

Art. 3º Para atendimento Parcial da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.101 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Atenção Básica

(09)3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ... R\$100.000,00

Art. 4º Para Atendimento Complementar da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais, concernente ao Superávit Financeiro apurado em

Balanco Patrimonial do Exercício Financeiro de 2017, relativamente à Fonte de Recursos 991 (00.03.0091) Alienação de Bens - Superavit Financeiros, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.341-0 – código reduzido 62916, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 991 (00.03.0091) Alienação de Bens - Superavit Financeiros, em conformidade com o disposto deste ato.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2339 de 10 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.338 de 16 de outubro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

Art. 7º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), de 19 de junho de 2018

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

PREGÃO PRESENCIAL N 037/2018 - PM

Publicação Nº 1661736

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 037/2018

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para: Contratação de empresa especializada para Seguros dos Veículos e Prédios do Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Prefeitura Municipal de Anchieta /SC, para o período de 12 meses. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 05/07/2018. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 21 de Junho de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2017

Publicação N° 1661737

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – Extrato do segundo termo aditivo ao contrato nº 038/2017. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: Trilha Engenharia Ltda EPP. CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 31/07/2018 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 21/06/2018. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

PROCESSO DE DISPENSA N° 020/2018. EXTRATO DO CONTRATO N° 027/2018

Publicação N° 1661567

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. PROCESSO DE DISPENSA N° 020/2018. EXTRATO DO CONTRATO N° 027/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: Natália Pawlick. OBJETO: Contratação de instrutor para aplicação de Curso de Informática do Projeto Multimídia, que será realizado pela Secretaria Municipal de Educação aos alunos da rede Municipal e Estadual de Ensino, bem como à comunidade em geral, cuja grade prevista para o curso é de 35 horas/aula. Valor: R\$ 6.032,25. Data da Assinatura: 18/06/2018. Prazo de vigência: 31/12/2018. Anitápolis, 21/06/2018. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

PROCESSO DE DISPENSA N° 021/2018. EXTRATO DO CONTRATO N° 028/2018

Publicação N° 1661559

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. PROCESSO DE DISPENSA N° 021/2018. EXTRATO DO CONTRATO N° 028/2018. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Anitápolis. CONTRATADA: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de jogos de notas fiscais de produtor, conforme especificações constantes no termo de Referência. Valor: R\$ 5.950,00. Data da Assinatura: 21/06/2018. Prazo de vigência: 31/12/2018. Anitápolis, 21/06/2018. LAUDIR PEDRO COELHO – Prefeito Municipal.

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 007/2018 E EXTRATO DA ATA 005/2018 - FMS

Publicação N° 1660886

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2018. OBJETO: Aquisição futura, eventual e parcelada de larvicida biológico BTI (Bacillus Thuringiensis Israelensis) para o Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. EXTRATO ATA N° 005/2018. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: Agro Líder Ltda. Valor: R\$ 118.900,00. Data da Assinatura: 21/06/2018. Prazo de Vigência: 12 meses. Anitápolis, 21/06/2018. Adriana Motta Probst – Secretária Municipal de Saúde.

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 107/2018 E 108/2018

Publicação Nº 1660739

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 107/2018; Origem: Edital de Processo Licitatório n. 060/2018, Pregão Presencial n. 044/2018; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: LEONARDO LUIZ DA COSTA ME. Objeto: Aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado para a Casa José Luís Hoffmann, com recursos do Governo Federal através do Ministério do Turismo - Convênio n. 794966/2013. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 2, com valor total estimado em R\$ 1.090,00 (hum mil e noventa reais). Prazo: 14/06/2018 – 14/06/2019.

Ata de Registro de Preço nº 108/2018; Origem: Edital de Processo Licitatório n. 060/2018, Pregão Presencial n. 044/2018; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI. Objeto: Aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado para a Casa José Luís Hoffmann, com recursos do Governo Federal através do Ministério do Turismo - Convênio n. 794966/2013. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 1, com valor total estimado em 7.676,00 (sete mil, seiscentos e setenta e seis reais). Prazo: 14/06/2018 – 14/06/2019.

Antônio Carlos, 20 de junho de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 110/2018

Publicação Nº 1660769

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 110/2018; Origem: Edital de Processo Licitatório n. 086/2018, Pregão Presencial n. 064/2018; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: LUA TURISMO EIRELI. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de ônibus, micro-ônibus e van, com motorista, para transporte de estudantes, pacientes, atletas, grupo de idosos, agricultores e grupos culturais, para atendimento da necessidade das Secretarias da Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social, Agricultura e Meio Ambiente, Esporte e Turismo do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, com valor total estimado em R\$ 189.580,00 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta reais). Prazo: 19/06/2018 – 19/06/2019.

Antônio Carlos, 20 de junho de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 111/2018

Publicação Nº 1660772

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 111/2018; Origem: Edital de Processo Licitatório n. 087/2018, Pregão Presencial n. 065/2018; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: MINUSA TRATORPEÇAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a instalação e fornecimento de peças, maçarico e deslocamento, para conserto da escavadeira Hidráulica Hyundai 160 LC 7 do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para os itens 1, 2, 3, 4, 5, com valor total estimado em R\$ 18.147,60 (dezoito mil, cento e quarenta e sete reais e sessenta centavos). Prazo: 20/06/2018 – 20/06/2019.

Antônio Carlos, 20 de junho de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 112/2018

Publicação Nº 1660776

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 112/2018; Origem: Edital de Processo Licitatório n. 40/2018, Pregão Presencial n. 30/2018; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA ME. Objeto: Aquisição parcelada de material tipo massa asfáltica, para uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, na manutenção e reparo das estradas vicinais do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 1, com valor total estimado em R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais). Prazo: 20/06/2018 – 20/06/2019.

Antônio Carlos, 20 de junho de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

AVISO ANULAÇÃO PP 56/2018 (TC/SC)

Publicação Nº 1661342

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Anulação de Licitação

O Prefeito Municipal de Apiúna, TORNA PÚBLICO aos interessados que a licitação referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços de nº 56/2018, que tem por objeto a AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE está ANULADA, em decorrência de suposta exigência que possa restringir o caráter competitivo do certame, conforme informação apontada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Ao tempo, informamos que novo pregão para o referido objeto será realizado brevemente, com nova publicação, nos termos da Lei 8.666/93.

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 167/2018

Publicação Nº 1660779

PORTARIA Nº 167/2018

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc.

Art. 1º. PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, contados partir de 23 de junho de 2018, o prazo para a conclusão dos trabalhos na Sindicância em desfavor do servidor Luís Henrique Hübner através das Portarias nº 055/2018.

Art. 2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 23 de abril de 2018

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 21 de abril de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 168/2018

Publicação Nº 1660805

PORTARIA Nº 168/2018

DISPÕE SOBRE AS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS APLICADAS A SERVIDORA DULCI DRIEMEIER LÖSCH

Considerando os termos do Processo Disciplinar instaurado em desfavor da servidora Dulci Driemeier Lösch através da Portaria nº. 352/2017, de 10 de novembro de 2017; e

Considerando a Decisão Final, proferida nesta data.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial as disposições do artigo 203 da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc....

RESOLVE:

Art. 1º. APLICAR a servidora DULCI DRIEMEIER LÖSCH, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a seguinte penalidade administrativa:

a) advertência, por infração aos artigos 153, I, II, III,VI e IX c/c 154, I todos da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014;

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 21 de junho de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0043/2018

Publicação Nº 1661865

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0043/2018 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES LTDA – EXECUÇÃO DE OBRA NA GARAGEM DA PREFEITURA.

1ª CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua VX de Novembro 26, nesta cidade de ARROIO TRINTA, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e de ora diante denominada simplesmente PREFEITURA;

2ª CONTRATADA:

CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº 21.547.432/0001-97, com sede na Rua Alzira Franck Helt, nº 50, Lot. Dona Mafalda, Capinzal - SC, neste ato representada pela Senhora POLYANA TECHIO DA SILVA, Portadora do CPF sob nº 086.554.659-25 e CI sob nº 6.106.916, Com endereço na Rua Benjamin Dorini Jr. 02 Vila Sete, Município de Capinzal - SC daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0003/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

I – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

§ 1º - A Contratada por força do presente instrumento obriga-se junto à Prefeitura Municipal de Arroio Trinta a executar os Serviços de Execução de Obra, sob o regime de empreitada global, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, compreendendo: FECHAMENTO DE ÁREAS ABERTAS COM MURO E CERCA, ALAMBRADO DE TELA GALVANIZADA E GUARITA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA (GARAGEM DA PREFEITURA), NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE ORÇAMENTO, CRONOGRAMA GLOBAL E QCI – QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO.

§ 2º - Não serão aceitos materiais e serviços que não atendam às normas específicas ao projeto.

§ 3º - Os detalhes arquitetônicos e materiais não descritos neste memorial deverão ser esclarecidos junto ao Engenheiro fiscal da Prefeitura Municipal.

§ 4º - A Obra deverá ser executada pela própria contratada, ficando expressamente vedada a sublocação a terceiros, sem a prévia autorização por escrito do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 5º - As despesas com ARTs de execução da obra serão por conta da contratada.

§ 6º - Qualquer alteração de serviço ou projeto, somente deverá ser executada com prévia aprovação por escrito do Sr. Prefeito Municipal, mediante alteração contratual.

§ 7º - A obra, bem como os materiais a serem empregados na mesma deverão atender as normas técnicas e executados de

acordo com os projetos técnicos fornecidos.

§ 8º - O canteiro de obras deverá estar de acordo com a norma de segurança vigente NR-18.

§ 9º - Fica estabelecido como fck mínimo 20Mpa.

§ 10º - A obra, objeto do presente edital, seguirá os trâmites de obra civil, ou seja, apresentar guia do INSS, FGTS, relação de funcionários registrados na empresa que estarão trabalhando na mesma, dentre outros documentos necessários à legislação trabalhista.

§ 11º - A contratada deverá fornecer e manter na obra o DIÁRIO DA OBRA, devidamente assinado pelo responsável pela execução da mesma, contendo o mínimo de informações necessárias para o bom entendimento do mesmo, e apresentar um boletim de medição ao término de cada fase.

11.1 - A cada Boletim de Medição expedido e encaminhado à Tesouraria para pagamento do período/fase, deverá ser encaminhado juntamente os Diários de Obra daquele período, devendo estar eles assinados pelo engenheiro responsável pela execução da obra, sendo que estes serão apensados ao Processo Licitatório.

§ 12º - A contratada somente poderá iniciar os serviços após o recebimento da Ordem de Serviço.

§ 13º - A referida Ordem de Serviço deverá ser assinada em até no máximo 07 (sete) dias após assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

§ 14º - Os serviços de limpeza, impostos e serviços correlatos com a execução da obra será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

II – DO VALOR

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Parágrafo único: A obra, objeto do presente contrato, será executada pelo preço total e global de R\$50.341,25(CINQUENTA MIL TREZENTOS E QUARENTA E UM REAIS E VINTE E XCINCO CENTAVOS).

III – DO PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados por etapas, por transferência bancária, em até 7(sete) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante apresentação do Diário da Obra, Boletim de Medição e apresentação das negativas de débitos junto ao INSS e FGTS, atualizadas.

§ 2º - A empresa vencedora, deverá apresentar também as guias de recolhimento do INSS e FGTS dos funcionários que irão trabalhar na obra. A CONTRATANTE somente efetuará o pagamento para a CONTRATADA mediante comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas.

§ 3º - Retenção do ISS sobre os serviços prestados que tenham por local da prestação dos serviços o território do Município de ARROIO TRINTA.

§ 4º - Os objetos desta Tomada de Preços poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

§ 5º - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso

II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

IV – DA DOTAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

Parágrafo único: As despesas para a execução do objeto do presente Edital correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018, conforme segue:

91 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

V – DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

§ 1º – A Proponente vencedora deverá assinar o Contrato num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da Homologação da Licitação, sob pena de decair do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93 e na Minuta deste Contrato em Anexo.

§ 2º - A Proponente vencedora deverá no prazo de 3 (três) dias úteis, após assinatura do Contrato, oferecer prestação de garantia de adimplemento do contrato de 3%(três por cento) do valor contratado, nas modalidades e critérios previstos no Art. 56 da Lei 8.666/93.

a - Se a opção de garantia for caução em dinheiro, a proponente deverá efetuar o depósito no Banco do Brasil, Agência 5322-8, Conta Corrente nº 72246-4, Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com identificação da Empresa.

b - Uma cópia do respectivo comprovante de depósito deverá ser encaminhada ao Setor de Licitações para que esta seja apensada ao Processo Licitatório e uma cópia deverá ser encaminhada ao Setor Contábil para que os responsáveis possam fazer as aplicações bancárias necessárias quanto ao valor depositado (garantia do adimplemento).

c - A garantia contratual somente será resgatada pela licitante vencedora, na mesma modalidade em que foi apresentada, no prazo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra e depois de cumpridas todas as obrigações contratuais. No caso de rescisão contratual não será devolvida a garantia contratual, que será apropriada pelo Município, exceto se a rescisão e/ou paralisação se der em decorrência de acordo com o Município, ou nas hipóteses previstas no §2º do Art. 79 da Lei nº 8.666/93.

§ 3º – O contrato, atendendo às disposições de ordem legal que regem a matéria, vinculará as normas gerais desta licitação.

§ 4º – Caso a Proponente, declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o respectivo Contrato dentro do prazo previsto no § 1º, poderá o Município de Arroio Trinta, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município de Arroio Trinta não preferir revogar a presente licitação.

§ 5º – A obra somente será iniciada após a emissão da Ordem de Serviço.

VI – VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

Parágrafo único: O presente contrato entrará em vigor a partir da assinatura da Ordem de Serviço, isto é, do recebimento da Ordem de Serviço, a qual deverá ser emitida em até 7 dias da assinatura

do contrato pelas partes, com duração de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por motivo de força maior, nos termos do Art. 57, Lei 8.666/93 ou através de Termo Aditivo, desde que aprovado pelo Prefeito Municipal.

VII – GARANTIAS

CLÁUSULA SÉTIMA: GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

§ 1º - A CONTRATADA responderá pelos vícios dos serviços que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a PREFEITURA isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da prestação dos serviços, objeto do presente contrato.

§ 2º – O objeto do presente contrato tem garantia de 5(cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando houver vícios ocultos ou defeitos, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

VIII – INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

§ 1º - O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente;
- d) Descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

IX – SANÇÕES

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

§ 1º - Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados, a juízo da PREFEITURA, a CONTRATADA incorrerá em multa, quando houver descumprimento na prestação dos serviços, objeto deste contrato.

§ 2º - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais:

- a) - Advertência;
- b) - Multa;
- c) - Suspensão temporária de participação em licitação;
- d) - Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) - Declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

§ 3º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

§ 4º - O atraso injustificado na execução do Contrato, sujeitará o contratado à multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, a critério da contratante, na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8.666/93.

§ 5º - As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do Art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

X – DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

§ 1º - Cabe ao Município de Arroio Trinta:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do Processo Licitatório;
- b) Encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em Mural Público Municipal, no DOM – Diário Oficial do Município e no Site do Município;
- c) Arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos, se ocorrerem;
- d) A Comissão de Fiscalização para acompanhar a referida obra foi nomeada pelo Prefeito Municipal Sr. Claudio Spricigo, através do Decreto nº 1853 de 02 de janeiro de 2018, composta pelos seguintes membros:

1. Gilmar Kasburg
2. Vilmar Cossa
3. Michel Júnior Serighelli
4. Juliar Luiz Manenti
5. Zelir Antônio Abati

§ 2º - A Comissão será responsável pelo acompanhamento da obra, do início ao final, analisando materiais aplicados na mesma, assim como o serviço prestado pela proponente vencedora, podendo emitir relatório circunstanciado referente a obra, relatando eventuais irregularidades encontradas e encaminhá-lo ao Prefeito Municipal para as providências necessárias quanto ao ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

§ 1º – Cabe a Contratada:

- a) Toda sinalização necessária (placas, cones, cavaletes, faixas, entre outros) durante a execução da obra.
- b) Se necessário o fechamento da área construída, o fechamento de vias e realização de desvios, a Contratada deve solicitar a devida AUTORIZAÇÃO com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas ao Chefe do Poder Executivo Municipal;
- c) A sinalização deverá ser colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível, em distância compatível com a segurança de todos os transeuntes;
- d) Responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- e) Compor o seu quadro de funcionários com pessoal apto para o exercício das funções, devidamente uniformizados e com equipamentos de segurança, possuindo registro em carteira de trabalho;
- f) Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado pelo Município, responsabilizando-se pela execução dos serviços;
- g) Arcar com as despesas administrativas, tais como tributos, salário dos empregados, encargos sociais, entre outros;
- h) Facilitar todas as atividades de fiscalização pelo Município;
- i) Fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que o Município solicitar;
- j) É vedada a sub empreitada total ou parcial da obra; sem a prévia autorização por escrito do Chefe do Poder Executivo Municipal.
- k) Responder pela solidez e segurança dos serviços executados no prazo previsto no Código Civil Brasileiro;
- l) Responder Civil e ou Criminalmente pela ausência de sinalização;
- m) Manter no local da obra, no mínimo 4 horas diárias e sempre no mesmo horário de trabalho o Engenheiro Responsável pela execução da obra;
- n) Confecção e preenchimento do Boletim Diário da Obra, vistado pelo Engenheiro Responsável pela execução da mesma;
- o) Prestar garantia do Contrato conforme item 9.2 e 9.2.1 deste edital;

- p) Recolher a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) pela Execução do serviço, objeto deste Edital e Contrato e entregar na Prefeitura, Setor de Licitações 1(uma) cópia do mesmo para que este seja apensado ao Processo Licitatório;
- q) Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços;
- r) A obra só poderá ser entregue quando estiver devidamente pronta, de forma a garantir as condições adequadas de segurança.
- s) Outras obrigações mencionadas nesta Minuta Contratual.

XI – DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

§ 1º - Fica designado para a fiscalização da execução contratual os Membros da Comissão Permanente de Fiscalização e acompanhamento das Obras Licitadas, Srs. Gilmar Kasburg, Vilmar Cossa, Michel Júnior Serighelli, Juliar Luiz Manenti e Zelir Antônio Abati.

§ 2º – Fica assegurada aos fiscais, acompanhar o andamento dos trabalhos durante toda sua execução juntamente com o Eng. Fiscal da Prefeitura Municipal, orientando a empresa vencedora sobre os reparos que se fizerem necessários.

§ 3º – Caberá aos Fiscais verificar se os serviços objeto do presente certame, atendem à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento das respectivas notas fiscais, mediante boletim de medição, diário de obras, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

§ 4º – A empresa vencedora deverá proporcionar acesso irrestrito dos fiscais ao local das obras.

§ 5º – Para facilitar o trabalho da fiscalização, a contratada deverá especificar o horário em que o Engenheiro Responsável pela obra estará na mesma. Este horário deverá ser fixado entre o Eng. Fiscal da Prefeitura Municipal e a contratada, devendo o mesmo estar compreendido no período das 8h:00 às 11h:45m e das 13h:30m às 17h:30m, de segunda a sexta feira e no mínimo 4 horas diárias, sempre no mesmo horário.

§ 6º – A qualquer momento, a fiscalização poderá solicitar corpos de provas de concreto e outros materiais, sendo que os custos de sua obtenção e demais ensaios de verificações deverão ser custeados integralmente pela empreiteira.

6.1– Em caso do não atendimento imediato dos ensaios solicitados, será suspensa a execução dos serviços, até a liberação da fiscalização.

§ 7º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade do contratado, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 8º - O Município de Arroio Trinta anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela Contratada.

XII - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Parágrafo único: O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de TOMADA DE PREÇOS nº, obrigando-se

à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: LEIS 8.666/93 - 8.883/94 - 9.648/98
Parágrafo único: O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

XIV – FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Parágrafo único: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Videira, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 02 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
CPF nº 551.995.939-00
Contratante

CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES LTDA
C.P.N.J. sob o nº 21.547.432/0001-97
POLYANA TECHIO DA SILVA
CPF sob nº 086.554.659-25
Contratada

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0043/2018
CONTRATADA: CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES LTDA
PROCESSO Nº 0031/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2018
OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA NA GARAGEM DA PREFEITURA.
VALOR: R\$50.341,25

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2018

Publicação Nº 1661926

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0020/2018 - PR.
Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO "FESTIVITÀ ALL' ITALIANA", AO LONGO DO ANO DE 2018.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:30 do dia 05/07/2018.
Abertura dos Envelopes: Às 09:00 do dia 05/07/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 22 de junho de 2018.
Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2018

Publicação Nº 1661927

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0021/2018 - PR.
Tipo: Menor preço.
Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TÍPICAS ITALIANAS ÀS AUTORIDADES CONVIDADAS PARA O EVENTO DE ABERTURA DA "FESTIVITÀ ALL' ITALIANA 2018", A SER REALIZADO EM 19/07/2018 E AOS MEMBROS DA TERCEIRA IDADE REPRESENTANTES DAS FAMÍLIAS DE PIONEIROS, EM HOMENAGEM A SER REALIZADA NO DIA 27/07/2018.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 do dia 05/07/2018.
Abertura dos Envelopes: Às 14:30 do dia 05/07/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 22 de junho de 2018.
Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2018

Publicação Nº 1661928

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0022/2018 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTA DE PRODUTOS FRIGORÍFICOS, ALIMENTOS E MATERIAIS CORRELATOS NECESSÁRIOS À ORGANIZAÇÃO DE EVENTO EM HOMENAGEM AOS AGRICULTORES, A SER REALIZADO EM 25/07/2018, PARTE INTEGRANTE DA PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS DA "FESTIVITÀ ALL' ITALIANA" 2018.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:30 do dia 06/07/2018.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00 do dia 06/07/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 22 de junho de 2018.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2018**

Publicação Nº 1661929

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0023/2018 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SONORIZAÇÃO DE EVENTO EM HOMENAGEM AOS AGRICULTORES, A SER REALIZADO EM 25/07/2018, COMO PARTE INTEGRANTE DA PROGRAMAÇÃO DA "FESTIVITÀ ALL' ITALIANA" 2018.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 do dia 06/07/2018.

Abertura dos Envelopes: Às 14:30 do dia 06/07/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento

de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 22 de junho de 2018.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2018**

Publicação Nº 1661930

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0024/2018 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS DECORATIVAS DE LED PARA CONFECÇÃO DE ENFEITES UTILIZADOS NA ORNAMENTAÇÃO NATALINA NO NATAL DE 2018.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:30 do dia 09/07/2018.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00 do dia 09/07/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 22 de junho de 2018.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2018 AO CONTRATO Nº 0015/2018

Publicação Nº 1661864

TERMO ADITIVO 0002/2018 AO CONTRATO Nº 0015/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2018, PREGÃO 0004/2018, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL –2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI.

TERMO ADITIVO ao Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina e de outro lado à empresa COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 28.235.922/0001-05, com sede na Avenida Governador Ivo Silveira, 759, Município de Irani- SC, neste ato representada por DANIELA DE CAMPOS, brasileira, empresária, Portadora do CPF sob nº 077.603.669-65 e CI sob nº 4.615.715, nos autos qualificada que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0012/2018, Pregão nº 0004/2018, doravante denominado o processo e em conformidade com o Art. 65 Inc. I “b” da Lei 8.666/93, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Ficam aditivados os valores dos seguintes itens referente contrato 0015/2018, para manter o equilíbrio econômico, conforme justificativas da contratada, passando a vigor com os seguintes valores

74	29174 - Leite Integral Longa Vida. Características técnicas: leite integral fluído, processado através do sistema Ultra High Temperature (UHT). O produto deve apresentar cor branca interior e sabor característico. Contendo 1 L. Embalagem: Tetra Pack ou Tetra Brick Aseptic. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. As caixas não podem estar amassadas e as bordas do fecho de vedação da embalagem devem estar perfeitas, sem orifícios ou defeitos que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem. Prazo de validade: mínimo de 120 dias. PIRACANJUBA	L	3.000	2,70
85	29185 - Mamão Formosa. Fruto in natura, de primeira qualidade. Fresco, de vez (por amadurecer), limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. CHEIROBOM	KG	470	5,10

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 16 de abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI – ME
CNPJ nº 28.235.922/0001-05
DANIELA DE CAMPOS
CPF sob nº 077.603.669-65
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

GIZELI MAFFIOLETTI
CPF Nº: 088.733.359-18

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

TERMO ADITIVO 0002/ 2018 AO CONTRATO Nº 0015/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2018
PREGÃO Nº 0004/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA 2018
EMPRESAS CONTRATADA: COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI - ME
ADITIVO DE VALOR ITEM 74 E 85

TERMO ADITIVO Nº 0002/2018 AO CONTRATO Nº 0041/2017

Publicação Nº 1661861

TERMO ADITIVO Nº 0002/2018 AO CONTRATO Nº 0041/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2017, PREGÃO Nº 0010/2017, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. EMPRESA V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta –SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, senhor ILDEFONSO CIVIDINI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF sob nº 551.993.219-00 e Carteira de Identidade nº 1.913.626, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 613, Município de Arroio Trinta – SC e empresa, e a empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor VILMAR TESTOLIN (JÁ QUALIFICADO NO CONTRATO Nº 0041/2017) e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 65, Inciso II, “d”, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – DO VALOR

Fica aditivado o valor do contrato nº 0041/2017, em conformidade com o Art. 65 Inciso II, alínea “d”, pelo índice acumulado dos últimos 12 meses do INPC, na forma seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

2.1 – DO PREÇO:

2.1.1 - O preço dos serviços, a serem pagos mensalmente e contados a partir da data do início das atividades, serão os seguintes:

1 - O valor mensal é de R\$31.524,20 (TRINTA E UM MIL QUINHENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS), sendo assim distribuído:

- Valor da Coleta, Transporte e Tratamento: R\$18.914,52 (DEZOITO MIL NOVECENTOS E QUATORZE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), sendo o valor de R\$ 13.240,16 (TREZE MIL DUZENTOS E QUARENTA REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) referente a insumos (veículos/equipamentos) e o valor de R\$5.674,34 (CINCO MIL, SEISCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) referente a mão de obra.

- Valor da Destinação Final: R\$ 12.609,68 (DOZE MIL SEISCENTOS E NOVE REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS), sendo o deste o valor de R\$ 8.826,77 (OITO MIL OITOCENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) referente a insumos (veículos/equipamentos) e o valor de R\$ 3.782,91 (TRÊS MIL SETECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS) referente a mão de obra, num total até 31 de dezembro de 2018 de R\$220.669,40(DUZENTOS E VINTE MIL SEISCENTOS E SESENTA E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 28 de maio de 2018.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27
ILDEFONSO CIVIDINI
PREFEITO MUNICÍPL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ nº 76.323.633/0001-00
CONTRATADA
VILMAR TESTOLIN
SÓCIO DIRETOR

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF Nº 000.077.349-21

EVERTON CAMPAGNIN
CPF Nº 715.611.619-34
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ILDEFONSO CIVIDINI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF sob nº 551.993.219-00 e Carteira de Identidade nº 1.913.626, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 613, Município de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com o Art. 665, Inc. II alínea “d” a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar o valor pelo índice acumulado do INPC em 1,691 referente

contrato nº 0041/2017, celebrado com A EMPRESA V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES.

Arroio Trinta – SC, 28 de maio de 2018.
ILDEFONSO CIVIDINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

TERMO ADITIVO Nº 0002/2018 AO CONTRATO Nº 0041/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2017
PREGÃO Nº 0010/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA DE LIXO
CONTRATADA: V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
ADITIVAÇÃO DO VALOR EM 1,691 - INPC

Para você visualizar a série histórica de 1979 à 1989 ==> CLIQUE AQUI

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Abr/2018	0,21	0,6917	1,6910	1.314,7396
Mar/2018	0,07	0,4807	1,5591	1.311,9844
Fev/2018	0,18	0,4104	1,8128	1.311,0667
Jan/2018	0,23	0,2300	1,8738	1.308,7110
Dez/2017	0,26	2,0669	2,0669	1.305,7079
Nov/2017	0,18	1,8022	1,9448	1.302,3219
Out/2017	0,37	1,6193	1,8328	1.299,9819
Set/2017	-0,02	1,2447	1,6299	1.295,1897
Ago/2017	-0,03	1,2650	1,7316	1.295,4488
Jul/2017	0,17	1,2954	2,0776	1.295,8376
Jun/2017	-0,30	1,1235	2,5565	1.293,6385
Mai/2017	0,36	1,4277	3,3486	1.297,5311

TERMO ADITIVO Nº 0003/2018 AO CONTRATO Nº 0004/2018

Publicação Nº 1661857

TERMO ADITIVO 0003/2018 AO CONTRATO Nº 0004/2018, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0135/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 00041/2016, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA POSTO SERIBA LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta-SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício ILDEFONSO CIVIDINI, portador do CPF sob nº 551.993.219-00 e Carteira de Identidade nº 1.913.626, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 613, Centro, Município de Arroio Trinta, Santa Catarina e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante consideradas CONTRATANTES e a empresa POSTO SERIBA LTDA, pessoa jurídica de Direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.400.242/0001-08, com sede na Rua XV de Novembro, 349, centro do Município de Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor SIDNEI SERIGUELI, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF sob nº 715.611.889-72 e CI sob nº 715.611.889-72, residente e domiciliado na Rua Pasqual Nava, Centro, Município de Arroio Trinta – SC., e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo a Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – As partes de comum acordo com a Lei nº 8.666/93, cominada com a Lei nº 8.883/94 e contrato 0004/2018, aditam o presente contrato, reajustando e reduzindo o valor do combustível, de acordo com o reajuste concedido pelo Governo Federal, sendo:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Vlr. Un.
1	27533 - Óleo Diesel S-500 IPIRANGA	L	3,292
2	27534 - Óleo Diesel S-10 IPIRANGA	L	3,358
4	27536 - Gasolina IPIRANGA	L	4,298

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 05 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ILDEFONSO CIVIDINI
Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
TARCÍSIO LIDANI

POSTO SERIBA LTDA
CNPJ 83.400.242/0001-08
SIDNEI SERIGUELI
Contratada

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF – 000.077.349-21
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

Prefeito Municipal em Exercício ILDEFONSO CIVIDINI, portador do CPF sob nº 551.993.219-00 e Carteira de Identidade nº 1.913.626, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 613, Centro, Município de Arroio Trinta, Santa Catarina e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizamos, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar valores dos combustíveis, referente contrato nº 0048/2018, celebrado com a Empresa POSTO SERIBA LTDA, tendo em vista reajuste divulgados pelo Governo Federal.

- Gasolina aumento de 3,84%
- Óleo Diesel S-10 – redução de 8,95%
- Óleo Diesel S-500 - redução de 8,95%

Arroio Trinta – SC, 05 de junho de 2018.
ILDEFONSO CIVIDINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

TERMO ADITIVO Nº 0003/2018 AO CONTRATO Nº 0004/2018, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0135/2018, PREGÃO Nº0041/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO
CONTRATADA: POSTO SERIBA LTDA
ADITIVAÇÃO DO VALOR DO ÓLEO E GASOLINA – 05/06/18 – AUMENTO DA GASOLINA E REDUÇÃO ÓLEO DIESEL

TERMO ADITIVO Nº 0006/2018 AO CONTRATO Nº 0052/2013

Publicação Nº 1661849

TERMO ADITIVO DE URGÊNCIA Nº 0006/2018 AO CONTRATO Nº 0052/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2013, CARTA CONVITE Nº0016/2013, LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL EM DIVERSAS SECRETARIAS – EMPRESA DIGIMAC MULT. DE MÁQ. E SUP. LTDA EPP.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta –SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício ILDEFONSO CIVIDINI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF sob nº 551.993.219-00 e Carteira de Identidade nº 1.913.626, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 613, Município de Arroio Trinta – SC, e a empresa DIGIMAC MULT. DE MÁQ. E SUP. LTDA EPP, pessoa jurídica de Direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.974.813/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor PAULO CESAR LAMAISSON (já qualificado no contrato inicial e nos termos aditivos 0001, 0002, 0003, 0004 e 005) e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – PRAZO

A CLAUSULA QUARTA do Contrato 0052/2013, passa a vigor com a seguinte redação:

O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE INICIA EM 24/05/2018 E COM TÉRMINO EM 24/08/2018.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 23 de maio de 2018.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ nº 82.826.462/0001-27
ILDEFONSO CIVIDINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

DIGIMAC MULT. DE MÁQ. E SUP. LTDA EPP
CNPJ nº 01.974.813/0001-45
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF Nº 027.783.989-02
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO EM REGIME DE URGÊNCIA

CONSIDERANDO, que a vigência do contrato original, nº0051/2013, teve sua vigência de 60(sessenta) meses encerrada em 23 de maio de 2018;

CONSIDERANDO, que a falta de servidores no setor de compras e licitações, retardou significativamente a realização em tempo hábil de novo processo licitatório para a contratação de serviços, objeto do contrato 0051/2013;

CONSIDERANDO, que as secretarias municipais, especialmente educação, agricultura e administração, dependem significativamente dos serviços contratados;

CONSIDERANDO, que a principal servidora responsável pelo setor, LÚCIA MARIA MANENTI entrou em atestado médico e que continua até a presente data, obrigando o setor a protelar a confecção de processos licitatórios.

CONSIDERANDO, o artigo 57, da Lei nº 8.666/93, § 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º - Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado em até doze meses.”

EU, ILDEFONSO CIVIDINI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF sob nº 551.993.219-00 e Carteira de Identidade nº 1.913.626, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 613, Município de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com o Art.57, Inciso II, da Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar em regime de urgência, (caráter excepcional) por 90 dias, o prazo do contrato nº 052/2013, tendo sua vigência até 24 de agosto de 2018.CELEBRADO COM A EMPRESA DIGIMAC MULT. DE MÁQ. E SUP. LTDA EPP.

Arroio Trinta – SC, 23 de maio de 2018.
ILDEFONSO CIVIDINI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

TERMO ADITIVO EMERGENCIAL (caráter excepcional) Nº 0006/2018 AO CONTRATO Nº 0052/2013,
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2013, CARTA CONVITE Nº0016/2013
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 23/08/2018
CONTRATADA: EMPRESA DIGIMAC MULT. DE MÁQ. E SUP. LTDA EPP.

Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: Ver tópico (401151 documentos)

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório; Ver tópico (12123 documentos)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, os quais poderão ter a sua duração estendida por igual período;

Ocorre que com o advento da Lei nº 9.647, de 27 de maio de 1998, que, dentre outras coisas, alterou dispositivos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, houve a inclusão no artigo 57, da Lei nº 8.666/93, de um § 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º - Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado em até doze meses.”

TERMO DE CONTRATO Nº 0045/2018

Publicação Nº 1661826

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 0045/2018
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA TELÓ SHOWS LTDA

I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado

na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina doravante denominada CONTRATANTE

CONTRATADA: TELO SHOWS LTDA, com sede em Campo Grande, na Rua Moreira Cabral, nº 347, Sala C, Bairro Planalto, Cep 79009-150, no Estado de Mato Grosso do Sul (MS), inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.628.544/0001-44, neste ato representada por Teófilo Teló, portador do RG nº 831097 SSP/MS e CPF nº 786.396.031-20.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços Artísticos, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente, considerando, para tanto, que a CONTRATADA é agente empresarial do (s) artista (s) especificado na cláusula 1ª desse instrumento, inclusive dos músicos e equipe técnica dos mesmos, e é detentora dos direitos de exploração econômica da imagem, sons instrumentais e de voz dos mesmos, para apresentações no Brasil e no exterior.

II - DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO, a realização, pelo artista MICHEL TELÓ, neste ato representado pela CONTRATADA, de apresentação de um show, na cidade de ARROIO TRINTA - SC, no Aniversário do Município de Arroio Trinta dia 15/12/2018, iniciando-se, em média, às 21:00 (vinte e uma) horas, com duração de aproximadamente 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos.

III - DA REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 2ª. Pela realização da apresentação artística pactuada neste instrumento, a CONTRATANTE se compromete a pagar a quantia de R\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS), diretamente à CONTRATADA, ou o procurador por esta nomeado.

§ 1º - Os valores acima referidos serão pagos em espécie e moeda corrente, da seguinte forma:

a) R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) pagos até o dia 10/12/2018;

Que serão depositados na conta corrente em nome da CONTRATADA, devendo referido depósito ser devidamente identificado e comprovado junto à CONTRATADA.

b) Neste caso o transporte interestadual da equipe já está incluso no cachê

§2º – A comprovação de depósitos e pagamentos é responsabilidade do CONTRATANTE.

§3º – A não realização de quaisquer dos pagamentos ora citados, na forma e prazos declinados, retira o direito ao CONTRATANTE da execução do serviço a ser prestado pela CONTRATADA, hipótese em que poderá ser aplicada a multa prevista na cláusula 13ª.

IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cláusula 3ª. É dever da CONTRATANTE providenciar todos os alvarás e as licenças necessárias para a realização da apresentação, inclusive quanto ao recolhimento relativo ao ECAD (Escritório Central de Arrecadação de Direitos) e impostos de qualquer natureza.

§1º - Todos os alvarás, licenças e obrigações tributárias relativos ao evento devem ser providenciadas e quitadas pela CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data prevista para a realização da apresentação artística a que se refere o presente contrato.

§2º - O CONTRATANTE deverá estar com a sua situação completamente regularizada junto às repartições públicas federais, estaduais e municipais, especialmente perante aos órgãos do Ministério da Previdência e Assistência Social, no sentido de poder exercer seu objetivo social, sendo esta exclusivamente responsável pela falta de recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições relacionados com o disposto nesta cláusula.

Cláusula 4ª. O CONTRATANTE obriga-se a fornecer boas condições para o desempenho do show, tais como, a título exemplificativo:

a) Palco com estrutura sólida, que comporte equipamento do evento, bem como, que possua quadro de força e extintores de incêndio; acesso único aos camarins;

b) Boa estrutura de camarins e apoio;

c) Garantia de que o espetáculo não será perturbado, ficando sob sua responsabilidade a permanência de seguranças no recinto até o término deste compromisso;

d) Equipe de trabalhadores para montagem de estrutura e apoio ao artista, formada de acordo com o porte do evento, com número mínimo de 10 (dez) integrantes;

e) equipamentos de som e iluminação a serem indicados e aprovados pela CONTRATADA e que atendam rigorosamente o Rider Técnico do artista, apresentado no anexo 1, que é parte integrante desse instrumento que obrigatoriamente terá 3 (três) geradores 180kva silencioso Stemak com chave reversora com cabos que cheguem até o nosso main power, ficando no máximo 10 metros de distância do palco.

Parágrafo único: A segurança dos equipamentos de sonorização, iluminação e instrumentos musicais após a montagem no palco, serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

Cláusula 5ª. A CONTRATANTE obriga-se a devolver esse contrato com firma reconhecida sua e das testemunhas, para o endereço da CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua emissão.

Clausula 6ª – Obriga-se o CONTRATANTE a disponibilizar a CONTRATADA a quantia de 10 (dez) ingressos camarotes, 20 (vinte) área vip e 30 (trinta) ingressos pista a título de cortesia.

Cláusula 7ª - Obriga-se a CONTRATANTE a responsabilizar-se por estadia, e transporte local do artista e de sua equipe, composta de 35 (trinta e cinco) pessoas.

§1º - Quanto à hospedagem, a mesma se dará conforme "ROOM LIST" anexo 2.

§2º - Quanto ao transporte, a CONTRATANTE disponibilizará à equipe da CONTRATADA 3 (três) veículos modelo SPRINTER, com ar condicionado e em perfeitas condições de uso.

V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula 8ª. A CONTRATADA se responsabiliza pela presença do artista no dia, local e hora marcados, para fazer sua apresentação, salvo as situações de caso fortuito ou força maior, que impeçam o artista de comparecer, o que ocasionará a escolha de outra data para a realização do espetáculo.

VI - DAS EXIGÊNCIAS DO ARTISTA

Cláusula 9ª. No dia da apresentação, no camarim do artista, por exigência deste, a CONTRATANTE se compromete, por sua conta, a providenciar os itens enviados na lista de camarins, conforme anexo 3, que é parte integrante do presente contrato.

VII - DAS CAUSAS DE SUSPENSÃO DO EVENTO

CLÁUSULA 10ª - Caso o evento ora pactuado não seja realizado no dia, hora e local pactuado, por culpa direta ou indireta do CONTRATANTE, a obrigação por parte do CONTRATADO ficará resolvida para todos os fins de direito, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer tipo de indenização ou ressarcimento dos valores já recebidos, acarretando em multa contratual especificada na cláusula décima terceira e seus parágrafos.

Cláusula 11ª - Caso o evento ora pactuado não seja realizado no dia, hora e local pactuado, por culpa do CONTRATADO, será oferecida uma nova data para a realização de um novo evento;

VIII – DA IRRETRATABILIDADE E IRREVOGABILIDADE

Cláusula 12º - As partes dispõem que o presente contrato possui caráter irrevogável e irretratável, para ambas, obrigando ainda herdeiros e possíveis sucessores das pessoas jurídicas responsáveis e representantes das partes.

IX – DA MULTA CONTRATUAL

Cláusula 13º - O não cumprimento pelo CONTRATANTE das cláusulas acertadas neste contrato acarretará em multa no importe de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais) acrescida às despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação do CONTRATADO a título de indenização compensatória.

X - DAS PERDAS E DANOS

Cláusula 14ª. Caso não haja cumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento, a parte que der causa se responsabilizará por perdas e danos que causar à outra.

XI – DO SIGILO

Cláusula 15ª. Considerando a natureza do presente contrato, as partes estabelecem que o mesmo é celebrado em caráter sigiloso, com o propósito de se evitar especulações indesejáveis. A infração desta disposição acarretará à CONTRATANTE o pagamento da multa prevista na cláusula 13ª supra, bem como indenização por danos materiais e morais apurados.

Parágrafo único: Fica certo de que não será feito nenhum tipo de divulgação do objeto desse contrato, visto que trata-se de um evento particular.

XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 16ª. Fica estabelecido entre as partes que o espetáculo ora pactuado não poderá em hipótese alguma, tomar qualquer tipo de conotação política ou religiosa, bem como associar de alguma forma ou meio, a figura do artista às hipóteses acima mencionadas, sem o expresso consentimento do CONTRATADO.

Cláusula 17ª - Fica expressamente proibida a filmagem ou gravação por qualquer meio ou suporte físico, e ainda, fotografias, reprodução total ou parcial do espetáculo, ainda que por escrito, sem a expressa anuência do CONTRATADO, sob pena de responder o CONTRATANTE por perdas e danos.

Cláusula 18ª - É facultado ao CONTRATADO mencionar em suas entrevistas e shows, os patrocinadores.

Cláusula 19ª - É expressamente vedado a qualquer uma das partes transferir total ou parcialmente os direitos e as obrigações previstas, ou de qualquer forma, fazer-se substituir, salvo com prévia e expressa anuência das demais.

Cláusula 20ª - A CONTRATADA se reserva o direito de comercializar souvenirs relativos aos artistas descritos na cláusula 1ª, cujos resultados financeiros lhe pertencerão exclusivamente, não cabendo ao CONTRATANTE impedir que essa comercialização se efetue.

Cláusula 21ª - O CONTRATANTE acorda, declara e garante que observará todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, inclusive as normas que vedem a prática de atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei n.º 12.846/13, sendo responsável pelas infrações a que der causa, no cumprimento deste Contrato.

Parágrafo único: O CONTRATANTE acorda, declara e garante que não ofereceu, prometeu, pagou, autorizou ou deu, direta ou indiretamente, assim como no futuro não oferecerá, prometerá, pagará, autorizará ou dará, direta ou indiretamente, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor a qualquer funcionário governamental ou similar, ou candidato a cargo político com o objetivo de:

- a) Influenciar qualquer ato ou decisão de tal funcionário, candidato ou partido;
- b) Induzir o funcionário, candidato ou partido a realizar ou deixar de realizar um ato em violação a um dever legal;
- c) Garantir qualquer vantagem imprópria; ou,
- d) Induzir o funcionário, candidato ou partido a influenciar o ato ou decisão de um governo ou instrumentalidade governamental para obter ou manter um negócio, ou direcionar um negócio para qualquer pessoa física ou jurídica, com qualquer relação com este Contrato. Na hipótese da CONTRATANTE violar esta disposição ou qualquer uma das leis anticorrupção aplicáveis, a CONTRATADA terá o direito de rescindir este Contrato unilateralmente e tomar outras medidas apropriadas.

XIII - DO FORO

Cláusula 22ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Campo Grande/MS.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 08 de maio de 2018.

<div>_____ TELO SHOWS LTDA</div> <div>CONTRATADA</div>	<div>_____ MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA n</div> <div>CONTRATANTE</div>
--	--

TESTEMUNHAS:

MARILIA BORGHA FERRONATO
CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI
CPF Nº: 088.733.359-18

SANTO POSSATO
ADVOGADO OAB/SC 19.045

Ascurra

PREFEITURA

COMUNICADO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE PREGÃO P/ REGISTRO DE PREÇOS DE N. 23/2018

Publicação Nº 1660737

COMUNICADO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2018

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, TORNAM PÚBLICO aos interessados que a licitação referente ao Pregão Presencial p/ Registro de Preços de nº 23/2018, que tem por objeto a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA AS MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS, DO CONSELHO TUTELAR, DA POLÍCIA CIVIL, DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E PROMOÇÃO SOCIAL, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL está CANCELADA, em decorrência de suposta exigência que possa restringir o caráter competitivo do certame, conforme informação apontada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Ao tempo, informamos que novo pregão para o referido objeto será realizado brevemente, com nova publicação, nos termos da Lei 8.666/93.

Comunique aos licitantes que participaram da sessão ocorrida em 7/5/2018 sobre o cancelamento. Publique-se nos meios legais.

Ascurra, 21 de junho de 2018.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

ENILSON ERLEY DE FREITAS

Secretário Municipal de Saúde

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 7/2018 FMS

Publicação Nº 1661626

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2018 FMS

Eu, Enilson Erley De Freitas, Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, comunico aos interessados que a licitação referente ao Pregão Presencial p/ Registro de Preços de nº 7/2018 FMS, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPLEMENTAR DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER A DEMANDA CONTÍNUA DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICÍPIO E DE SUAS UNIDADES, está temporariamente SUSPensa, em virtude de ter se constatado que houve equívoco na cotação de alguns itens dessa licitação.

Informa-se desde já que a administração está trabalhando para sanar o problema e que em breve será reaberta essa licitação com nova data e com o problema sanado.

Maiores informações poderão ser consultadas com o pregoeiro, Senhor Adrian Jordy Pedro Moser Mass, no horário de expediente.

Ascurra, 21 de junho de 2018.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

ENILSON ERLEY DE FREITAS

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

LEI COMPLEMENTAR Nº 191, de 20/06/2018

Publicação Nº 1660997

LEI COMPLEMENTAR N. 191, DE 20 DE JUNHO DE 2018

RATIFICA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E NO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica ratificada a alteração no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, de que trata o Anexo Único da Lei Complementar nº 071, de 17/10/2007, alterada pelas Leis Complementares nº 129, de 21/05/2012, nº 153, de 18/09/2014 e nº 174 de 21/12/2016, nos termos do Anexo I desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 2º - Fica ratificada a alteração no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, na forma aprovada pela Assembleia Geral da Entidade - Anexo II desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 3º - As alterações de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, após a vigência de todas as Leis de ratificação, publicadas pelos Entes consorciados.

§ 1º – Observado o disposto no “caput” deste artigo, o Protocolo de Intenções e o Estatuto consolidado do CIMVI será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

§ 2º – O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar aditivo ao Contrato de Consórcio para sua adequação aos termos do Protocolo de Intenções consolidado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário, convalidados os atos até então praticados.

Município de Ascurra, em 20 de junho de 2018.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar.

Município de Ascurra, 20 de junho de 2018.

Thadeu Badalotti

Auxiliar Administrativo

ANEXO I

Alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas na 42ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/04/2018, na cidade de Timbó/SC:

“PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL

DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI:**2.5 – São objetivos do CIMVI:**

[...]

II – Executar ações e outras atividades de planejamento e infraestrutura, dentre as quais, elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento, atividades e ações administrativas de planejamento, atividades e ações administrativas de infraestrutura, inclusive de usinagem asfáltica envolvendo gestão, assessoramento, produção, aplicação, transporte, remoção, sinalização viária, recomposição de pavimentos, construção de passeios, obras de arte, praças, estacionamentos e outros espaços públicos, drenagem pluvial, esgotamento sanitário, serviços de macrodrenagem e gabião, enrocamentos de pedras, serviços de base e sub-base, cortes de taludes, serviços de arborização e ajardinamento, serviços de britagem, compactação, imprimação, terraplanagem, canais extravasores, execução de medidas mitigadoras, de contenção e/ou de recuperação de danos causados por fatores anormais adversos quer sejam climáticos, atmosféricos, geológicos ou psicossociais, entre outros ligados a prestação e melhoramentos dos serviços rodoviários e de infraestrutura pública, que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI, no âmbito dos municípios consorciados. (Nova Redação)

[...]

2.5.2.1 - A prestação dos serviços de gestão ambiental pelo CIMVI, autoriza que o Consórcio Público efetue o lançamento e cobrança de Taxa pela Prestação de Serviços Ambientais, cujo valor passará a compor receita destinada ao Consórcio e será utilizada para custeio e investimentos no serviço de gestão ambiental do Consórcio. (Dispositivo Acrescido)

2.5.2.2 - O exercício do Poder de Polícia com as atividades inerentes a fiscalização e atuação na gestão ambiental será exercido pelo Município por seus agentes, com a assessoria técnica dos agentes do CIMVI, sendo que o valor de eventuais multas aplicadas poderá reverter ao órgão definido em lei municipal ou integrar-se à receita do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – FIMAMVI, destinadas ao custeio das despesas de competência deste Município. (Dispositivo Acrescido)

[...]

7.2 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

[...]

VII – Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA (Dispositivo Acrescido)

[...]

10-A.3 - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado, tendo os recursos sua aplicação em conformidade com as decisões e aprovação, inclusive ad referendum, do CINDEMA. (Nova Redação)

[...]

CLÁUSULA DÉCIMA-B

DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CINDEMA (Dispositivo Acrescido)

Art. 10-B.1 - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA é um órgão colegiado paritário, consultivo de assessoramento do CIMVI, normativo e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões

ambientais propostas nesta e demais leis correlatas. (Dispositivo Acrescido)

Art. 10-B.2 - Compete ao Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA, basicamente, além de outras atribuições estabelecidas em lei específica: (Dispositivo Acrescido)

I – formular as diretrizes para a política intermunicipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação dos municípios em relação à proteção e conservação do meio ambiente; (Dispositivo Acrescido)

II – propor normas legais, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental dos municípios, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente; (Dispositivo Acrescido)

III – exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas nas Leis Orgânicas Municipais e na legislação a que se refere o inciso anterior; (Dispositivo Acrescido)

IV – opinar, previamente ou ad referendum, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município; (Dispositivo Acrescido)

V – identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federais, estaduais e municipais, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação; (Dispositivo Acrescido)

VI – deliberar sobre a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras; (Dispositivo Acrescido)

VII – decidir, juntamente com a Diretoria do CIMVI, sobre a aplicação dos recursos provenientes de dotações oriundas da União, dos Estados e dos Municípios, doações e contribuições, rendimentos, arrecadação dos recursos oriundos de multas, rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta promovidos pelo Ministério Público, assim como outros legalmente constituídos; (Dispositivo Acrescido)

VIII – apresentar anualmente, proposta orçamentária à Assembleia Geral do CIMVI inerente ao seu funcionamento; (Dispositivo Acrescido)

IX – apreciar os recursos e decidir, como segunda e última instância, sobre as penalidades impostas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente decorrentes de autos de infração; (Dispositivo Acrescido)

X - Elaborar seu Regimento Interno, editando-o por Resolução; (Dispositivo Acrescido)

XI - Estabelecer as atividades passíveis de Cadastro de Acompanhamento Ambiental desde que não indicadas no Anexo VI da Resolução Consema nº 98/2017, contendo no mínimo os seguintes requisitos: (Dispositivo Acrescido)

a) Razão social/Nome;

b) CNPJ/CPF;

c) Endereço;

d) Responsável legal;

e) Atividade principal;

f) Código da Classificação Nacional da Atividade Econômica – CNAE;

g) Área do empreendimento;

h) Localização geográfica.

XII – Editar Resoluções sobre matérias de sua competência; (Dispositivo Acrescido)

XIII - Propor a política ambiental dos municípios e fiscalizar o seu cumprimento; (Dispositivo Acrescido)

XIV - Promover a educação ambiental. (Dispositivo Acrescido)

§1º - É garantido o livre acesso à informação sobre as atividades do CINDEMA. (Dispositivo Acrescido)

§2º - O CIMVI garantirá sistemas de informações ambientais capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade, passível de integração com o sistema estadual. (Dispositivo Acrescido)

§3º - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA não tem poder de polícia, podendo indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras, não exercendo diretamente ações de fiscalização, cabendo-lhe, ainda, expor e denunciar nas sessões as agressões ao meio ambiente, estejam previstas ou não em lei, como infração ou transgressão, encaminhando denúncia aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis. (Dispositivo Acrescido)

§4º - O cadastro de que trata o inciso XI deverá ser atualizado sempre que houver alterações das informações. (Dispositivo Acrescido)

Art. 10-B.3 - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA será composto de membros em numero correspondente ao dobro do número de municípios consorciados, de forma paritária, por representantes do seguimento governamental e não governamental, devendo cada Prefeito indicar o nome de um representante governamental e apresentar à Presidência do CIMVI o nome de um representante não governamental apresentado por entidade representativas existente no âmbito do respectivo ente federado. (Dispositivo Acrescido)

Art. 10-B.4- Com exceção dos representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, os demais conselheiros, incluindo titulares e suplentes, serão indicados livremente pelas entidades que representam, sendo todos os membros nomeados por meio de Resolução do Presidente do CIMVI e empossados pelo Conselho. (Dispositivo Acrescido)

§ 1º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes, os quais substituirão os titulares em caso de impedimento ou ausência. (Dispositivo Acrescido)

§ 2º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por no máximo dois períodos iguais e sucessivos. (Dispositivo Acrescido)

§ 3º As funções exercidas pelos Conselheiros não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social. (Dispositivo Acrescido)

§ 4º O membro do CINDEMA que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de um 01 (um) ano, será desligado após 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido, sendo empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o Conselho. (Dispositivo Acrescido)

[...]

13.2 – Os empregados públicos efetivos e comissionados pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, sendo os contratados temporariamente, regidos pelas disposições do Estatuto e do Protocolo de Intenções, não se lhes aplicando a CLT, nem sendo devido recolhimento de FGTS. (Nova Redação)

[...]

13.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Diretoria Executiva, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem. (Nova Redação)

[...]

13.3.4 – A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende da demonstração da viabilidade financeira e do preenchimento dos

requisitos estabelecidos neste Protocolo de Intenções. (Nova Redação)

[...]

13.3.4 - A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende da demonstração da viabilidade financeira e do preenchimento dos requisitos estabelecidos no Estatuto e Protocolo de Intenções.” (Nova Redação)”

“(Dispositivos Acrescidos)

13.3.4.1 Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções.

13.3.4.1.1 - Para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que:

- a) os casos excepcionais estejam previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- b) o prazo de contratação seja predeterminado, na forma do estabelecida no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- c) a necessidade seja temporária, na forma do estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções;
- d) o interesse público seja excepcional;
- e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração.

13.3.4.1.2 - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística;

IV - atividades:

- a) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações;
- b) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa sanitária e agropecuária, no âmbito do território dos respectivos entes federados associados, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de risco à saúde animal, vegetal ou humana;
- c) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, convênios ou consórcios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública;
- d) especiais na organização de políticas de desenvolvimento econômico e social, para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

V - manutenção e normalização da prestação de serviços públicos, visando dar guarida ao princípio da continuidade e eficiência, quando da ausência coletiva do serviço; quantitativo de recursos humanos inferior à demanda excepcional do serviço público; paralisação parcial ou suspensão das atividades por servidores públicos, e em quantitativo limitado ao número de servidores que aderiram ao movimento;

VI – tarefas eventuais de curta duração que não excedam a 180 dias;

VII – supressão de mão de obra em razão de licença de agentes públicos do quadro efetivo do CIMVI, durante o respectivo período de afastamento, limitando-se a contratação aos períodos máximos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;

VIII - substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença, penalidade cautelar ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para

continuidade dos serviços do Consórcio Público;
IX - vacância de empregos públicos decorrente de exoneração, demissão, morte ou aposentadoria, enquanto não seja realizado concurso público ou processo seletivo;

13.3.4.1.3 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público respectivo conforme previsto no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

13.3.4.1.4 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

13.3.4.2 - O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito publicidade na forma da Lei, prescindindo de concurso público.

13.3.4.2.1- A contratação para atender às necessidades emergenciais do CIMVI, prescindirá de processo seletivo.

13.3.4.2.2- Fica estabelecido o prazo de até 02 (dois) anos, contados da data de publicação das presentes alterações no Estatuto e no Protocolo de Intenções para as funções dos cargos atualmente existentes na estrutura administrativa, para que o CIMVI promova processo seletivo simplificado.

13.3.4.2.3- Para as funções decorrentes de novos cargos criados na estrutura do CIMVI, o prazo de que trata o 13.3.4.2.2 passará a fluir da data da publicação do respectivo ato de criação.

13.3.4.2.4- Enquanto fluir o prazo de que tratam os itens 13.3.4.2.2 e 13.3.4.3, as contratações temporárias ocorrerão com base no 13.3.4.2.1 dispensando-se consequentemente a realização do certame.

13.3.4.2.5- Na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concursos públicos ou processo seletivo, fica autorizada até a realização de novo concurso ou processo seletivo e pelo prazo máximo estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções, a contratação de pessoal mediante o cadastro de interessados junto ao Departamento ou setor responsável pelos Recursos Humanos do CIMVI e desde que atendidos os requisitos para contratação previstos no edital do concurso ou processo seletivo correspondente.

13.3.4.2.6- As contratações somente poderão ser feitas desde que haja prévia justificação da necessidade e demonstração da viabilidade financeira.

13.3.4.3 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

13.3.4.3.1 - É admitida a prorrogação sucessiva dos contratos, por mais de uma vez, desde que o prazo total não exceda dois anos.

13.3.4.3.2 - O prazo de que trata este dispositivo é contado por contratação decorrente de processo seletivo, sendo renovado no caso de nova aprovação em processo seletivo pelo contratado anteriormente

13.3.4.4 - A carga horária da contratação temporária de que trata este Estatuto e o Protocolo de Intenções poderá ser inferior à prevista para o emprego público no quadro administrativo efetivo do CIMVI.

13.3.4.4.1 - No caso de contratação para carga horária inferior, o vencimento devido será respectivamente proporcional e

mencionado no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

13.3.4.4.2 - O vencimento do pessoal contratado nos termos deste Estatuto e do Protocolo de Intenções será o previsto para o respectivo emprego público e/ou o mencionado no contrato administrativo individual de trabalho temporário pactuado, observado o disposto no 13.3.4.3.

13.3.4.4.3 - É proibida a contratação, nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

13.3.4.4.4 - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior, desde que haja compatibilidade de horários, as situações de cumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.

13.3.4.4.5 - Aos contratados temporariamente para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público aplicar-se-á o Regime Jurídico estabelecido pelo Estatuto e Protocolo de Intenções, não lhes sendo aplicáveis a CLT, tampouco a legislação de quaisquer dos Municípios associados ao CIMVI.

13.3.4.4.6 - Ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

13.3.4.5- O pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato ou em ato normativo posterior;

II - ser novamente contratado temporariamente, com fundamento no Estatuto e Protocolo de Intenções, antes de decorridos seis meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo na hipótese de ser aprovado em processo seletivo público e/ou concurso público.

13.3.4.5.1- As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções serão apuradas mediante sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar,

13.3.4.5.2- Constituem deveres do (a) contratado (a) temporário (a):

I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;

II. Ser leal as instituições a que servir;

III. Observar as normas legais e regulamentares;

IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação dos serviços e forma, método de trabalho;

V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:

a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressaltadas as protegidas por sigilo;

b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;

c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.

VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do

patrimônio público;

VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X. Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI. Tratar com urbanidade as pessoas;

XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;

XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;

XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;

XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público

XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);

XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

13.3.4.5.3 - Ao(à) contratado (a) temporário (a) é proibido:

I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;

II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III. Recusar fé a documentos públicos;

IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;

V. Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição;

VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;

VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;

IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;

X. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;

XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;

XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIV. Proceder de forma desidiosa;

XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços

ou atividade particulares;

XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

13.3.4.5.4- O (a) contratado (a) temporário (a) fica integralmente sujeito aos termos e condições estabelecidas pelo regime jurídico especial, previsto no Estatuto e no Protocolo de Intenções, em conformidade com o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, aplicando-lhe o seguinte:

I - percepção de diárias, nos exatos termos estabelecidos Estatuto do CIMVI e sua respectiva regulamentação;

II - gratificação natalina, proporcional ao período anual trabalhado;

III - remuneração do serviço extraordinário superior, em cinquenta por cento à do normal;

IV - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, sendo que:

a) as férias remuneradas serão concedidas de acordo com a escala organizada pela Chefia Imediata, podendo a escala de férias ser alterada por autoridade superior;

b) para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze (12) meses de efetivo exercício das funções contratadas;

c) as férias, cujo direito decorre do efetivo exercício, do (a) contratado (a) temporário (a) por período de doze (12) meses, serão devidas na seguinte proporção:

1. Trinta (30) dias consecutivos, quando não houver faltado injustificadamente mais de cinco (05) vezes;

2. Vinte e cinco (25) dias consecutivos quando houver tido de seis (06) a dez (10) faltas não justificadas ao serviço;

3. Vinte (20) dias consecutivos, quando houver tido de onze (11) a quinze (15) faltas não justificadas ao serviço;

4. Dez (10) dias consecutivos, quando houver tido de dezesseis (16) a vinte (20) faltas não justificadas ao serviço;

5. Cinco (05) dias consecutivos quando houver tido de vinte e uma (21) a vinte e cinco (25) faltas não justificadas ao serviço.

6. O funcionário não fará jus às férias se no período aquisitivo tiver mais de vinte e cinco (25) faltas não justificadas.

d) será facultada a conversão um terço (1/3) das férias em pecúnia desde que se mostre oportuno e conveniente à Administração do CIMVI, haja orçamento compatível e esteja de acordo o(a) contratado (a) temporário (a), devendo manifestar seu consentimento por escrito;

e) as férias poderão ser gozadas de forma intercalada;

f) caberá ao CIMVI determinar a data de início de gozo das férias do(a) contratado (a) temporário (a);

g) as férias poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de conveniência ou interesse público;

V - licença à gestante, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VI - licença paternidade, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VIII - gratificação por atividade insalubre nos seguintes valores, reajustáveis pelo mesmo valor da revisão geral concedida:

a) R\$195,00 (cento e noventa e cinco reais) para grau máximo;

b) R\$100,00 (cem reais) para grau médio;

c) R\$40,00 (quarenta reais) para grau mínimo.

IX - direito de Petição e regime disciplinar estabelecido pelo do Estatuto e Protocolo de Intenções;

X - a observância aos deveres e proibições estabelecidos pelo Estatuto e Protocolo de Intenções;

XI - as responsabilidades e punições mediante processo administrativo disciplinar, a ser conduzido por Comissão criada para este fim a qual poderá aplicar as penalidades abaixo, de acordo com a gravidade do ilícito e observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, podendo a Comissão suspender temporariamente o contrato em caráter preventivo até conclusão do processo administrativo disciplinar:

- a) advertência escrita;
- b) rescisão do contrato de trabalho temporário por demissão.

XII – ausentar-se do serviço nas seguintes hipóteses:

- a) por um (01) dia:
 - 1) ao ano para doação de sangue;
 - 2) para se alistar como eleitor.
- b) por dois (02) dias consecutivos em razão de:
 - 1) luto, pelo falecimento de ascendente seu ou de cônjuge, de descendentes excetuados os filhos, bem como de irmão;
- c) por três (03) dias consecutivos em razão de:
 - 1) casamento;
 - 2) pelo falecimento de cônjuge, filho, enteado ou menos sob guarda ou tutela.

XIII - as pessoas contratadas por este regime jurídico especial não estão sujeitas ao regime Celetista, não fazendo jus ao FGTS;

XIV - remuneração do serviço noturno superior, em cinquenta por cento à do diurno;

XV – recebimento de gratificações, abonos, benefícios e outras vantagens expressamente previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções ou outro regramento do CIMVI que lhe possam ser deferidos.

13.3.4.6 - O contrato firmado de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa do contratado;
- III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão;
- IV - pela cessação da necessidade e o excepcional interesse público que justificaram a contratação temporária;
- V - por interesse da Administração, decorrente de conveniência administrativa;
- VI - em razão de cumprimento de termo de ajustamento de conduta;
- VII - pela extinção ou conclusão do projeto, acordo, convênio ou consórcio definidos pelo contratante;
- VIII - pelo retorno do titular;

13.3.4.6.1 - A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e V, será comunicada com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo imediata nos demais casos, inclusive nos que porventura não estejam previstos nas hipóteses exemplificativas do presente artigo.

13.3.4.6.2 - Em caso de demissão implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público simplificado e/ou concurso público pelo período de 5 (cinco) anos, contado da data da demissão.

13.3.4.6.3 - Em qualquer caso o contratado terá direito ao saldo de salário devidamente trabalhado, bem como ao 13º proporcional e as férias, sendo que quanto a esta última (férias) desde que possua direito a tal benefício.

13.3.4.6.4 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções será contado para todos os efeitos.

13.3.4.6.5 - A contratação por tempo determinado deverá ser formalizada por meio de contrato administrativo individual, regidos pelo regime jurídico-administrativo especial disposto no Estatuto e Protocolo de Intenções, devendo ser anotada (nas anotações gerais) na CTPS a sua condição de temporário somente para fins previdenciários, fazendo-se menção a data e início e término da contratação, função desempenhada, vencimento, jornada de trabalho e mencionado o fundamento legal no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e do inciso IX do art. 37 da

Constituição Federal.

13.3.4.7 - Os processos seletivos simplificados promovidos pelo CIMVI, reger-se-ão pelas normas estabelecidas no Estatuto e Protocolo de Intenções e se destinam a formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação de eventuais classificados que somente serão chamados em conformidade com as necessidades da Administração do Consórcio, observada a ordem de classificação.

13.3.4.7.1 - Os processos seletivos simplificados serão de caráter público e deverão ser desenvolvidos segundo a área definida no Edital de recrutamento, elaborado em observância das atribuições das funções a serem objeto da eventual contratação.

13.3.4.7.2 - Os processos seletivos simplificados, de caráter competitivo, destinam-se a selecionar candidatos para formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação do candidato que será eventualmente convocado de acordo com as necessidades do CIMVI, observada a ordem de classificação.

13.3.4.7.3- Os processos seletivos simplificados previstos no 13.3.4.7.1 poderão ser:

- a) de provas;
 - b) de provas e títulos;
- 13.3.4.7.4 - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas escritas e orais.

13.3.4.7.5 - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas práticas.

13.3.4.7.6 - Os processos seletivos simplificados poderão exigir testes físicos e/ou psicológicos.

13.3.4.7.7 - O CIMVI poderá contratar empresa para promoção de todas ou de algumas fases dos processos seletivos simplificados.

13.3.4.7.8 - O recrutamento e a seleção de pessoal, bem como a coordenação, o controle e a execução dos procedimentos administrativos correspondentes, ressalvadas de competência específica em Lei e/ou do contrato firmado com eventual empresa contratada, competirá ao órgão determinado pelo Presidente do CIMVI.

13.3.4.7.9 - Os processos seletivos simplificados para formação de cadastro reserva serão desenvolvidos nos termos da legislação própria dos respectivos nos quadros de pessoal observadas as exigências para o exercício das funções a serem eventualmente contratadas.

13.3.4.7.10 - O recrutamento dar-se-á obrigatoriamente com publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.11 - A Publicação do Edital poderá ocorrer na forma de minuta e/ou extrato com veiculação pelos meios de comunicação.

13.3.4.7.12 - O Edital deverá ser estruturado de forma que contenha obrigatoriamente:

- I – A denominação dos postos e funções;
- II – As datas de abertura e encerramento das inscrições, bem como do local e horário em que as mesmas serão recebidas;
- III – A descrição sintética das atribuições, a observação que se destina a formação de CADASTRO RESERVA, o regime jurídico do Estatuto e Protocolo de Intenções, a respectiva retribuição pecuniária mensal proporcional a jornada de trabalho assinalada, sendo que o CIMVI poderá efetuar contratação com jornada menor e vencimento proporcional de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, não havendo qualquer direito do candidato convocado a contratação pela carga horária prevista no edital, a qual será apresentada em caráter meramente estimativo para fins de publicação e comparação remuneratória;
- IV – Os requisitos imprescindíveis para a contratação temporária e exercício das funções contratadas;
- V – Os programas e os tipos de provas, com a indicação das respectivas valorizações, do caráter eliminatório, dos critérios de julgamento e da apuração dos resultados de cada uma delas;
- VI – A indicação, quando for o caso dos títulos valorizáveis, os critérios de valorização dos mesmos, bem como o valor global em relação às provas, conforme dispositivos legais vigentes;
- VII – A nota mínima de aprovação exigida nas provas ou nas disciplinas eliminatórias;

VIII – Quaisquer outras exigências, condições ou informações que devam ser atendidas, pelos candidatos, ou que se fizerem necessárias à boa ordenação do Processo Seletivo Simplificado em todas as suas fases;

13.3.4.7.13 - O prazo para inscrição será estipulado de acordo com a necessidade e urgência de provimento dos cargos, não podendo ser inferior a 10 (dez) dias da publicação do Edital.

13.3.4.7.14 - O prazo que se refere o 13.3.4.7.13 poderá ser prorrogado quando não se apresentarem candidatos ou, apresentando-se, seu número seja considerado irrisório.

13.3.4.7.15 - O pedido de inscrição consistirá no preenchimento de formulário específico fornecido aos candidatos, ou aos procuradores, observadas as normas do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.16 - Não serão admitidas inscrições condicionadas ou por correspondência.

13.3.4.7.17 - O pedido de inscrição implicará conhecimento e aceitação de todas as disposições do Estatuto, Protocolo de Intenções e do respectivo Edital.

13.3.4.7.18 - Não haverá devolução do valor pago a título de inscrição, salvo quando for cancelada a realização do Processo Seletivo Simplificado, podendo, neste caso, haver compensação do valor pago com a de outra inscrição que vier a ser instaurado no âmbito do CIMVI.

13.3.4.7.19 - A homologação ou indeferimento dos pedidos de inscrição constarão em Edital, publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum, sob forma de extrato.

13.3.4.7.20 - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras, sob pena de indeferimento.

13.3.4.7.21 - Será indeferido o pedido de inscrição pago com cheque sem provimento de fundos.

13.3.4.7.22 - O despacho indeferitório da inscrição de candidato caberá recurso na forma e prazo consignados no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.23 - A inscrição poderá ser cancelada em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, desde que verificado o não cumprimento dos requisitos no Edital ou constatada ocorrência de dolo ou fraude na sua obtenção.

13.3.4.7.24 - O cancelamento da inscrição determinará a anulação automática de todos os atos dela decorrente e não importará em devolução de quaisquer valores pagos.

13.3.4.7.25 - Será dada toda publicidade ao cancelamento da inscrição podendo o candidato interessado conhecer as razões que determinaram o cancelamento.

13.3.4.7.26 - Os candidatos serão submetidos às provas em dia, hora e local a serem previamente divulgados mediante Edital.

13.3.4.7.27 - Somente será admitido à prestação das provas o candidato que exibir no ato, documento de identidade ou ficha de inscrição de acordo com as determinações constantes do Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.28 - O Edital de Processo Seletivo Simplificado poderá fixar outras exigências à realização da(s) prova(s), sem as quais, não admitir-se-á que o candidato a(s) realize.

13.3.4.7.29 - Não haverá Segunda chamada em quaisquer das provas, seja qual for o motivo alegado, salvo expressa previsão contida no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.30 - Durante a realização das provas, sob pena de anulação das mesmas, não será permitido ao candidato:

I – comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao curso;

II – consultar livros ou apontamentos, bem como se utilizar instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos no Edital;

III – ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos específicos e especiais, devidamente acompanhado do fiscal;

IV – portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma o bom andamento do trabalho;

V – utilizar-se de aparelhos e mecanismos vedados pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.31 - Será anulada a prova que contiver sinais ou expressões

que possibilitem a sua identificação.

13.3.4.7.32 - Quando a correção das provas não for realizada através de processamento eletrônico, o sigilo, quanto à identidade dos candidatos, será assegurado pelos atos de desidentificação das mesmas.

13.3.4.7.33 - As provas contendo a identificação dos candidatos serão guardadas em invólucro lacrado a fim de garantir sua inviolabilidade.

13.3.4.7.34 - As notas serão divulgadas mediante Edital, devidamente publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum.

13.3.4.7.35 - Quando o processo seletivo for de provas e de títulos, estes deverão ser apresentados consoante as normas previstas no Edital.

13.3.4.7.36 - As provas de poderão ter caráter eliminatório e classificatório.

13.3.4.7.37 - As provas de caráter eliminatório poderão aferir os conhecimentos específicos exigidos para o exercício do cargo, conforme o grau de escolaridade e o seu conteúdo ocupacional.

13.3.4.7.38 - Os resultados das provas serão divulgados mediante Edital, a ser publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

13.3.4.7.39 - Não será conferida nota à prova, ou as provas em que o candidato tenha sido excluído do respectivo recinto de sua prestação, ou tiver a mesma anulada por quaisquer dos motivos previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções e/ou no Edital.

13.3.4.7.40 - Na atribuição de pontos ou notas a qualquer prova, ou na apuração dos resultados parciais ou finais, poderá eventualmente ocorrer o arredondamento das mesmas a critério da Comissão Examinadora e/ou da empresa contratada para realização do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.41 - Após o julgamento das provas, quando não for através de processo eletrônico, poderá o candidato solicitar seja dada vista das suas folhas de respostas em local, prazo e horários fixados no Edital. Não fixado o prazo no Edital, este será de dois(02) dias após a publicação do resultado da prova.

13.3.4.7.42 - A nota mínima de aprovação nas provas e a média final serão estabelecidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.43 - O julgamento dos títulos que terá caráter meramente classificatório, será feito nos termos dos critérios estipulados no Edital.

13.3.4.7.44 - Serão considerados como títulos somente os cursos ou atividades desempenhadas pelo candidato, diretamente relacionadas com as funções objeto do Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.45 - Somente serão apreciados os títulos no prazo e na forma fixados no Edital.

13.3.4.7.46 - No caso de empate entre os candidatos aprovados, a preferência para classificação se dará de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.47 - Persistindo empate, depois de aplicadas as regras do Edital de Processo Seletivo Simplificado, o desempate se fará através de sorteio público, com o chamamento dos interessados para presenciarem o ato, mediante edital publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum, com antecedência de 03 (três) dias úteis da data de sua realização.

13.3.4.7.48 - No caso de desconformidade com a nota que lhe tiver sido atribuída em cada prova, específica, ou por ocasião da divulgação dos resultados parciais, será facultado ao candidato formular pedido de revisão, de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto, Protocolo de Intenções e no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

13.3.4.7.49 - Após a divulgação das notas das provas ou das provas de títulos, os candidatos na forma e prazo fixado no Edital de Processo Seletivo Simplificado, ingressar com o pedido de revisão, no todo ou em parte, justificadamente, versando apenas sobre o conteúdo das provas ou das provas de títulos.

13.3.4.7.50 - O pedido de revisão será conterá os seguintes elementos:

I – nome completo e o número de inscrição do candidato;
II – a indicação do concurso que esteja realizando;
III – a exposição detalhada a respeito das questões, pontos ou títulos que deseja ver revisados, bem como o total de pontos pleiteados.

13.3.4.7.51 - Não caberá pedido de revisão:

I – da prova prática, salvo se for escrita;

II – da avaliação física, psicológica ou psiquiátrica, quando exigíveis;

13.3.4.7.52 - Só poderá ser proposta a alteração da nota anteriormente atribuída, se ficar comprovado erro na correção ou na aplicação do critério de julgamento das provas ou dos títulos, bem como em decorrência de erro substancial da questão.

13.3.4.7.53 - Provido de revisão, serão ultimadas as medidas necessárias tendentes à:

I – manutenção dos pontos respectivos aos candidatos que tiverem respondido às questões de acordo com as respostas originais, ou, ao candidato recorrente;

II – atribuição dos pontos respectivos aos candidatos que, mesmo não tendo interposto pedido de revisão, hajam respondido as questões de acordo com o que a Comissão Examinadora ou empresa contratada vier a reconhecer como certo, em função do pedido de outro candidato.

13.3.4.7.54 - O candidato que tiver interposto pedido de revisão não poderá ter diminuído a nota anteriormente obtida, salvo evidente erro de soma.

13.3.4.7.55 - Os recursos não terão efeito suspensivo.

13.3.4.7.56 - No caso de anulação da prova, deverá a mesma ser repetida, mantidos os números e os valores das questões, observando-se igual peso, devendo participar somente os candidatos que compareceram e prestaram a prova objeto da anulação.

13.3.4.7.57 - Os resultados finais do Processo Seletivo Simplificado, contendo a classificação dos candidatos, serão homologadas pelo Presidente do CIMVI, mediante Edital.

13.3.4.7.58 - Os Processos Seletivos Simplificados serão desenvolvidos em todas as suas fases, sob a coordenação do Diretor Executivo do CIMVI.

13.3.4.7.59 - Ao órgão executor compete:

I – elaborar o Edital, contendo as regras básicas que nortearão a realização do Processo Seletivo Simplificado;

II – escolher a Comissão Examinadora;

III – acompanhar a elaboração dos programas das provas e dos títulos;

IV – acompanhar a aplicação e o julgamento das provas;

V – ultimar todas as providências necessárias para o bom andamento do Processo Seletivo Simplificado sob sua responsabilidade;

13.3.4.7.60 – As competências estabelecidas neste artigo poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

13.3.4.7.61 - A Comissão Examinadora será composta de 03(três) membros.

13.3.4.7.62 - Dentre os três membros o Diretor Executivo do CIMVI escolherá o Presidente da Comissão Examinadora.

13.3.4.7.63 - Somente poderão compor a Comissão Examinadora pessoas de reconhecida idoneidade moral e que não estejam sofrendo nem tenham sido condenadas em processos administrativos disciplinares, nem a crimes contra a fé pública, a administração pública ou ato de improbidade.

13.3.4.7.64 - A Critério do Diretor Executivo do CIMVI poderão ser designadas várias Comissões Examinadoras.

13.3.4.7.65 - O desempenho de atividade junto à Comissão Examinadora será não remunerado e reconhecido como de utilidade pública.

13.3.4.7.66 - A critério do Diretor Executivo do CIMVI, o desempenho de atividades por agentes públicos em realização de Processo Seletivo Simplificado, durante dias sem expediente na Administração, poderá ser compensado em outra oportunidade.

13.3.4.7.67 - À Comissão Examinadora compete:

I – receber os fiscais, por ocasião da realização das provas, prestado toda orientação necessária a respeito dos procedimentos a serem adotados pelos mesmos;

II – distribuir aos fiscais as provas e as grades de resposta, ou os cartões de processamento eletrônico, em volumes devidamente lacrados, os quais deverão ser abertos na presença dos candidatos que testemunharão o fato.

III – orientar a desidentificação das provas, a ser feita após a conclusão das mesmas, e, inclusive, convidar os candidatos acompanhar os trabalhos respectivos;

IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

13.3.4.7.68 – As competências estabelecidas no 13.3.4.7.67 poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

13.3.4.7.69 - O fiscal é a pessoa investida nas atribuições relativas a execução das provas no recinto determinado, envolvendo a recepção, a distribuição do material e o controle da atitude dos candidatos durante a realização das mesmas.

13.3.4.7.70 - A convocação dos fiscais deverá recair, preferencialmente, sobre Servidores Públicos Municipais.

13.3.4.7.71 - O fiscal convocado que deixar de comparecer ao local que lhe for designado sem a devida justificativa, será suspenso dessas atividades por três fiscalizações sucessivas.

13.3.4.7.72 - Compete ao Fiscal:

I – comparecer pontualmente no local de realização das provas, no mínimo, uma hora antes do horário estabelecido para o seu início;

II – receber e entregar aos candidatos os materiais destinados à realização das provas;

III – transmitir aos candidatos as orientações recebidas, as quais deverão ser observadas durante a realização das provas;

IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

13.3.4.7.73 – O Fiscal terá como incumbência controlar a movimentação dos candidatos, antes, durante e após a realização das provas, estabelecendo um elo de ligação entre os candidatos e coordenação do Processo Seletivo Simplificado, bem como executar outras tarefas a que lhe forem determinadas.

13.3.4.7.74 - As pessoas portadoras de deficiência física submeter-se-ão à Processo Seletivo Simplificado para funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras, segundo os critérios estabelecidos em Lei observados às normas constantes do Estatuto e Protocolo de Intenções.

13.3.4.7.75 - A divulgação total ou parcial do conteúdo dos Editais, ou de outros atos necessários ao adequado andamento dos Processos Seletivos Simplificados, será publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

13.3.4.7.76 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do CIMVI ou pela autoridade competente, mediante proposição fundamentada.

13.3.4.7.77 - O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de até 02 (dois) anos, prorrogáveis, por igual período, a critério do Presidente do CIMVI.

13.3.4.8 - É vedada a cessão de agentes públicos que tenham sido contratados em caráter temporário.

[...]

13.3.7 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

13.3.7.1 – O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – Diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

13.3.7.2 – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III – 60% (sessenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

IV – 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

13.3.7.3 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

13.3.7.4 – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

[...]

13.5 - REVOGADO

13.5.1 - REVOGADO

13.6 - REVOGADO

13.6.1 - REVOGADO

13.6.2 - REVOGADO

13.6.3 - REVOGADO

13.7.2 – [...]

III - Diária de viagem ao empregado, detentor de cargo comissionado, aos servidores públicos efetivos ou comissionados, cedidos ou não, agentes políticos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente, que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, em objetivo de serviço ao CIMVI, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção. (Dispositivo Acrescido)

13.7.2.1 - As diárias serão regulamentadas por Resolução do Presidente do CIMVI que determinará os objetivos do deslocamento nomeando o agente público que estará a serviço do CIMVI e fixando o valor do benefício por dia de afastamento. (Dispositivo Acrescido)

13.7.2.2 - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo. (Dispositivo Acrescido)

13.7.2.3 - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64 e suas alterações. (Dispositivo Acrescido)

[...]

13.7.5.2 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, função comissionada pelo desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do artigo 37, V da Constituição da República, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público. A função comissionada somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente. (Nova redação)

13.7.5.3 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, gratificação pelo desempenho de atribuições excedentes as definidas para o cargo de origem, sendo devido, independente do exercício conjunto de mais de uma das atribuições especiais que lhe forem deferidas, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, vantagem no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente. (Dispositivo Acrescido)

[...]

13.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 50% (cinquenta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de três anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo. (Nova redação)

[...]

13.7.6.1[...]

II – ter completado 03 (três) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes. (Nova redação)”

ANEXO II

Alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas na 42ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/04/2018, na cidade de Timbó/SC:

“Art. 2º-D – São objetivos do CIMVI:

[...]

II – Executar ações e outras atividades de planejamento e infraestrutura, dentre as quais, elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento, atividades e ações administrativas de planejamento, atividades e ações administrativas de infraestrutura, inclusive de usinagem asfáltica envolvendo gestão, assessoramento, produção, aplicação, transporte, remoção, sinalização viária, recomposição de pavimentos, construção de passeios, obras de arte, praças, estacionamentos e outros espaços públicos, drenagem

pluvial, esgotamento sanitário, serviços de macrodrenagem e galpão, enrocamentos de pedras, serviços de base e sub-base, cortes de taludes, serviços de arborização e ajardinamento, serviços de britagem, compactação, imprimação, terraplanagem, canais extravasores, execução de medidas mitigadoras, de contenção e/ou de recuperação de danos causados por fatores anormais adversos quer sejam climáticos, atmosféricos, geológicos ou psicossociais, entre outros ligados a prestação e melhoramentos dos serviços rodoviários e de infraestrutura pública, que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI, no âmbito dos municípios consorciados.” (Nova Redação)

[...]

§3º - A prestação dos serviços de gestão ambiental pelo CIMVI, autoriza que o Consórcio Público efetue o lançamento e cobrança de Taxa pela Prestação de Serviços Ambientais, cujo valor passará a compor receita destinada ao Consórcio e será utilizada para custeio e investimentos no serviço de gestão ambiental do Consórcio. (Dispositivo Acrescido)

§4º - O exercício do Poder de Polícia com as atividades inerentes a fiscalização e atuação na gestão ambiental será exercido pelo Município por seus agentes, com a assessoria técnica dos agentes do CIMVI, sendo que o valor de eventuais multas aplicadas poderá reverter ao órgão definido em lei municipal ou integrar-se à receita do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – FIMAMVI, destinadas ao custeio das despesas de competência deste Município. (Dispositivo Acrescido)

[...]

“Art. 16 - O Consórcio Público é composto dos seguintes órgãos:

[...]

VII – Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA.” (Dispositivo Acrescido)

[...]

“Art. 35-C - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado, tendo os recursos sua aplicação em conformidade com as decisões e aprovação, inclusive ad referendum, do CINDEMA.” (Nova Redação)

[...]

“CAPÍTULO X-B

DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CINDEMA (Dispositivo Acrescido)

Art. 35-H - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA é um órgão colegiado paritário, consultivo de assessoramento do CIMVI, normativo e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas. (Dispositivo Acrescido)

Art. 35-I - Compete ao Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA, basicamente, além de outras atribuições estabelecidas em lei específica: (Dispositivo Acrescido)

I – formular as diretrizes para a política intermunicipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação dos municípios em relação à proteção e conservação do meio ambiente; (Dispositivo Acrescido)

II – propor normas legais, procedimentos e ações visando à defesa,

conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental dos municípios, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente; (Dispositivo Acrescido)

III – exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas nas Leis Orgânicas Municipais e na legislação a que se refere o inciso anterior; (Dispositivo Acrescido)

IV – opinar, previamente ou ad referendum, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município; (Dispositivo Acrescido)

V – identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federais, estaduais e municipais, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação; (Dispositivo Acrescido)

VI – deliberar sobre a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras; (Dispositivo Acrescido)

VII – decidir, juntamente com a Diretoria do CIMVI, sobre a aplicação dos recursos provenientes de dotações oriundas da União, dos Estados e dos Municípios, doações e contribuições, rendimentos, arrecadação dos recursos oriundos de multas, rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta promovidos pelo Ministério Público, assim como outros legalmente constituídos; (Dispositivo Acrescido)

VIII – apresentar anualmente, proposta orçamentária à Assembleia Geral do CIMVI inerente ao seu funcionamento; (Dispositivo Acrescido)

IX – apreciar os recursos e decidir, como segunda e última instância, sobre as penalidades impostas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente decorrentes de autos de infração; (Dispositivo Acrescido)

X - Elaborar seu Regimento Interno, editando-o por Resolução; (Dispositivo Acrescido)

XI - Estabelecer as atividades passíveis de Cadastro de Acompanhamento Ambiental desde que não indicadas no Anexo VI da Resolução Consema nº 98/2017, contendo no mínimo os seguintes requisitos: (Dispositivo Acrescido)

a) Razão social/Nome;

b) CNPJ/CPF;

c) Endereço;

d) Responsável legal;

e) Atividade principal;

f) Código da Classificação Nacional da Atividade Econômica – CNAE;

g) Área do empreendimento;

h) Localização geográfica.

XII – Editar Resoluções sobre matérias de sua competência; (Dispositivo Acrescido)

XIII - Propor a política ambiental dos municípios e fiscalizar o seu cumprimento; (Dispositivo Acrescido)

XIV - Promover a educação ambiental. (Dispositivo Acrescido)

§1º - É garantido o livre acesso à informação sobre as atividades do CINDEMA. (Dispositivo Acrescido)

§2º - O CIMVI garantirá sistemas de informações ambientais capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade, passível de integração com o sistema estadual. (Dispositivo Acrescido)

§3º - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA não tem poder de polícia, podendo indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras, não exercendo diretamente ações de fiscalização, cabendo-lhe, ainda, expor e denunciar nas sessões as agressões ao meio ambiente, estejam previstas ou não em lei, como infração ou transgressão, encaminhando denúncia aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis. (Dispositivo Acrescido)

§4º - O cadastro de que trata o inciso XI deverá ser atualizado sempre que houver alterações das informações. (Dispositivo Acrescido)

Art.35-J - O Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí – CINDEMA será composto de membros em numero correspondente ao dobro do número de municípios consorciados, de forma paritária, por representantes do seguimento governamental e não governamental, devendo cada Prefeito indicar o nome de um representante governamental e apresentar à Presidência do CIMVI o nome de um representante não governamental apresentado por entidade representativas existente no âmbito do respectivo ente federado. (Dispositivo Acrescido)

Art.35-K - Com exceção dos representantes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, os demais conselheiros, incluindo titulares e suplentes, serão indicados livremente pelas entidades que representam, sendo todos os membros nomeados por meio de Resolução do Presidente do CIMVI e empossados pelo Conselho. (Dispositivo Acrescido)

§ 1º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes, os quais substituirão os titulares em caso de impedimento ou ausência. (Dispositivo Acrescido)

§ 2º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por no máximo dois períodos iguais e sucessivos. (Dispositivo Acrescido)

§ 3º As funções exercidas pelos Conselheiros não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social. (Dispositivo Acrescido)

§ 4º O membro do CINDEMA que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de um 01 (um) ano, será desligado após 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido, sendo empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o Conselho. (Dispositivo Acrescido)”

[...]

“Art. 45 - Os empregados públicos efetivos e comissionados pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, sendo os contratados temporariamente, regidos pelas disposições do Estatuto e do Protocolo de Intenções, não se lhes aplicando a CLT, nem sendo devido recolhimento de FGTS. (Nova Redação)

[...]

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Diretoria Executiva, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.” (Nova Redação)

[...]

“Art. 46 - O quadro de pessoal do Consórcio Público é composto pelos empregos públicos constantes dos artigos 50 e 51 deste Estatuto, remunerados em conformidade com o Protocolo de Intenções, com o Contrato de Consórcio e com este Estatuto.

[...]

§8º - A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende da demonstração da viabilidade financeira e do preenchimento dos requisitos estabelecidos neste Estatuto.” (Nova Redação)”

§11 – REVOGADO

§12 - REVOGADO

§13 - REVOGADO

§14 - REVOGADO

§15 - REVOGADO

“(Dispositivos Acrescidos)

Art.46-A Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções.

§1º - Para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que:

a) os casos excepcionais estejam previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;

b) o prazo de contratação seja predeterminado, na forma do estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções;

c) a necessidade seja temporária, na forma do estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções;

d) o interesse público seja excepcional;

e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração.

§2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística;

IV - atividades:

a) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações;

b) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa sanitária e agropecuária, no âmbito do território dos respectivos entes federados associados, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de risco à saúde animal, vegetal ou humana;

c) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, convênios ou consórcios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública;

d) especiais na organização de políticas de desenvolvimento econômico e social, para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia;

V - manutenção e normalização da prestação de serviços públicos, visando dar guarida ao princípio da continuidade e eficiência, quando da ausência coletiva do serviço; quantitativo de recursos humanos inferior à demanda excepcional do serviço público; paralisação parcial ou suspensão das atividades por servidores públicos, e em quantitativo limitado ao número de servidores que aderiram ao movimento;

VI – tarefas eventuais de curta duração que não excedam a 180 dias;

VII – supressão de mão de obra em razão de licença de agentes públicos do quadro efetivo do CIMVI, durante o respectivo período de afastamento, limitando-se a contratação aos períodos máximos previstos no Estatuto e no Protocolo de Intenções;

VIII - substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença, penalidade cautelar ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

IX - vacância de empregos públicos decorrente de exoneração, demissão, morte ou aposentadoria, enquanto não seja realizado concurso público ou processo seletivo;

§3º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público respectivo conforme previsto no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

§4º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo faz cessar automaticamente a

contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

Art.46-B - O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito publicidade na forma da Lei, prescindindo de concurso público.

§1º - A contratação para atender às necessidades emergenciais do CIMVI, prescindirá de processo seletivo.

§2º - Fica estabelecido o prazo de até 02 (dois) anos, contados da data de publicação das presentes alterações no Estatuto e no Protocolo de Intenções para as funções dos cargos atualmente existentes na estrutura administrativa, para que o CIMVI promova processo seletivo simplificado.

§3º - Para as funções decorrentes de novos cargos criados na estrutura do CIMVI, o prazo de que trata o parágrafo anterior passará a fluir da data da publicação do respectivo ato de criação.

§4º - Enquanto fluir o prazo de que tratam os parágrafos 2º e 3º do presente artigo, as contratações temporárias ocorrerão com base no §1º dispensando-se consequentemente a realização do certame.

§5º - Na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concursos públicos ou processo seletivo, fica autorizada até a realização de novo concurso ou processo seletivo e pelo prazo máximo estabelecido no Estatuto e no Protocolo de Intenções, a contratação de pessoal mediante o cadastro de interessados junto ao Departamento ou setor responsável pelos Recursos Humanos do CIMVI e desde que atendidos os requisitos para contratação previstos no edital do concurso ou processo seletivo correspondente.

§6º - As contratações somente poderão ser feitas desde que haja prévia justificação da necessidade e demonstração da viabilidade financeira.

Art.46-C - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§1º - É admitida a prorrogação sucessiva dos contratos, por mais de uma vez, desde que o prazo total não exceda dois anos.

§2º - O prazo de que trata este dispositivo é contado por contratação decorrente de processo seletivo, sendo renovado no caso de nova aprovação em processo seletivo pelo contratado anteriormente

Art.46-D - A carga horária da contratação temporária de que trata este Estatuto e o Protocolo de Intenções poderá ser inferior à prevista para o emprego público no quadro administrativo efetivo do CIMVI.

§1º - No caso de contratação para carga horária inferior, o vencimento devido será respectivamente proporcional e mencionado no contrato administrativo individual de trabalho temporário.

§2º - O vencimento do pessoal contratado nos termos deste Estatuto e do Protocolo de Intenções será o previsto para o respectivo emprego público e/ou o mencionado no contrato administrativo individual do trabalho temporário pactuado, observado o disposto no artigo anterior.

§3º - É proibida a contratação, nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como

de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

§4º - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior, desde que haja compatibilidade de horários, as situações de cumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.

§5º - Aos contratados temporariamente para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público aplicar-se-á o Regime Jurídico estabelecido pelo Estatuto e Protocolo de Intenções, não lhes sendo aplicáveis a CLT, tampouco a legislação de quaisquer dos Municípios associados ao CIMVI.

§6º - Ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.

Art.46-E - O pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato ou em ato normativo posterior;

II - ser novamente contratado temporariamente, com fundamento no Estatuto e Protocolo de Intenções, antes de decorridos seis meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo na hipótese de ser aprovado em processo seletivo público e/ou concurso público.

§1º - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto e do Protocolo de Intenções serão apuradas mediante sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar,

§2º - Constituem deveres do (a) contratado (a) temporário (a):

I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;

II. Ser leal as instituições a que servir;

III. Observar as normas legais e regulamentares;

IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação dos serviços e forma, método de trabalho;

V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:

a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressaltadas as protegidas por sigilo;

b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;

c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.

VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X. Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI. Tratar com urbanidade as pessoas;

XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;

XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;

XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de

ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;

XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público

XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);

XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

§3º - Ao(a) contratado (a) temporário (a) é proibido:

I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;

II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III. Recusar fé a documentos públicos;

IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;

V. Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição;

VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;

VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;

IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;

X. Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;

XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;

XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIV. Proceder de forma desidiosa;

XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividade particulares;

XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

§4º - O (a) contratado (a) temporário (a) fica integralmente sujeito aos termos e condições estabelecidas pelo regime jurídico especial, previsto no Estatuto e no Protocolo de Intenções, em conformidade com o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, aplicando-lhe o seguinte:

I - percepção de diárias, nos exatos termos estabelecidos Estatuto do CIMVI e sua respectiva regulamentação;

II - gratificação natalina, proporcional ao período anual trabalhado;

III - remuneração do serviço extraordinário superior, em cinquenta por cento à do normal;

IV - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, sendo que:

a) as férias remuneradas serão concedidas de acordo com a escala organizada pela Chefia Imediata, podendo a escala de férias ser alterada por autoridade superior;

b) para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze (12) meses de efetivo exercício das funções contratadas;

c) as férias, cujo direito decorre do efetivo exercício, do (a) contratado (a) temporário (a) por período de doze (12) meses, serão devidas na seguinte proporção:

1. Trinta (30) dias consecutivos, quando não houver faltado injustificadamente mais de cinco (05) vezes;

2. Vinte e cinco (25) dias consecutivos quando houver tido de seis (06) a dez (10) faltas não justificadas ao serviço;

3. Vinte (20) dias consecutivos, quando houver tido de onze (11) a quinze (15) faltas não justificadas ao serviço;

4. Dez (10) dias consecutivos, quando houver tido de dezesseis (16) a vinte (20) faltas não justificadas ao serviço;

5. Cinco (05) dias consecutivos quando houver tido de vinte e uma (21) a vinte e cinco (25) faltas não justificadas ao serviço.

6. O funcionário não fará jus às férias se no período aquisitivo tiver mais de vinte e cinco (25) faltas não justificadas.

d) será facultada a conversão um terço (1/3) das férias em pecúnia desde que se mostre oportuno e conveniente à Administração do CIMVI, haja orçamento compatível e esteja de acordo o(a) contratado (a) temporário (a), devendo manifestar seu consentimento por escrito;

e) as férias poderão ser gozadas de forma intercalada;

f) caberá ao CIMVI determinar a data de início de gozo das férias do(a) contratado (a) temporário (a);

g) as férias poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de conveniência ou interesse público;

V - licença à gestante, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VI - licença paternidade, de acordo com a normatização própria do Regime Geral de Previdência Social;

VIII - gratificação por atividade insalubre nos seguintes valores, reajustáveis pelo mesmo valor da revisão geral concedida:

a) R\$195,00 (cento e noventa e cinco reais) para grau máximo;

b) R\$100,00 (cem reais) para grau médio;

c) R\$40,00 (quarenta reais) para grau mínimo.

IX - direito de Petição e regime disciplinar estabelecido pelo do Estatuto e Protocolo de Intenções;

X - a observância aos deveres e proibições estabelecidos pelo Estatuto e Protocolo de Intenções;

XI - as responsabilidades e punições mediante processo administrativo disciplinar, a ser conduzido por Comissão criada para este fim a qual poderá aplicar as penalidades abaixo, de acordo com a gravidade do ilícito e observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, podendo a Comissão suspender temporariamente o contrato em caráter preventivo até conclusão do processo administrativo disciplinar:

a) advertência escrita;

b) rescisão do contrato de trabalho temporário por demissão.

XII - ausentar-se do serviço nas seguintes hipóteses:

a) por um (01) dia:

1) ao ano para doação de sangue;

2) para se alistar como eleitor.

b) por dois (02) dias consecutivos em razão de:

1) luto, pelo falecimento de ascendente seu ou de cônjuge, de descendentes excetuados os filhos, bem como de irmão;

c) por três (03) dias consecutivos em razão de:

1) casamento;

2) pelo falecimento de cônjuge, filho, enteado ou menos sob guarda ou tutela.

XIII - as pessoas contratadas por este regime jurídico especial não estão sujeitas ao regime Celetista, não fazendo jus ao FGTS;

XIV - remuneração do serviço noturno superior, em cinquenta por cento à do diurno;

XV - recebimento de gratificações, abonos, benefícios e outras vantagens expressamente previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções ou outro regramento do CIMVI que lhe possam ser deferidos.

Art.46-F- O contrato firmado de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão;

IV - pela cessação da necessidade e o excepcional interesse público que justificaram a contratação temporária;

V - por interesse da Administração, decorrente de conveniência administrativa;

VI - em razão de cumprimento de termo de ajustamento de conduta;

VII - pela extinção ou conclusão do projeto, acordo, convênio ou consórcio definidos pelo contratante;

VIII - pelo retorno do titular;

§1º A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e V, será comunicada com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo imediata nos demais casos, inclusive nos que porventura não estejam previstos nas hipóteses exemplificativas do presente artigo.

§2º Em caso de demissão implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público simplificado e/ou concurso público pelo período de 5 (cinco) anos, contado da data da demissão.

§3º Em qualquer caso o contratado terá direito ao saldo de salário devidamente trabalhado, bem como ao 13º proporcional e as férias, sendo que quanto a esta última (férias) desde que possua direito a tal benefício.

§4º O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos do Estatuto e Protocolo de Intenções será contado para todos os efeitos.

§5º - A contratação por tempo determinado deverá ser formalizada por meio de contrato administrativo individual, regidos pelo regime jurídico-administrativo especial disposto no Estatuto e Protocolo de Intenções, devendo ser anotada (nas anotações gerais) na CTPS a sua condição de temporário somente para fins previdenciários, fazendo-se menção a data e início e término da contratação, função desempenhada, vencimento, jornada de trabalho e mencionado o fundamento legal no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Art.46-G - Os processos seletivos simplificados promovidos pelo CIMVI, reger-se-ão pelas normas estabelecidas no Estatuto e Protocolo de Intenções e se destinam a formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação de eventuais classificados que somente serão chamados em conformidade com as necessidades da Administração do Consórcio, observada a ordem de classificação.

§1º - Os processos seletivos simplificados serão de caráter público e deverão ser desenvolvidos segundo a área definida no Edital de recrutamento, elaborado em observância das atribuições das funções a serem objeto da eventual contratação.

§2º - Os processos seletivos simplificados, de caráter competitivo, destinam-se a selecionar candidatos para formação de cadastro reserva, não gerando direito à contratação do candidato que será eventualmente convocado de acordo com as necessidades do

CIMVI, observada a ordem de classificação.

§3º - Os processos seletivos simplificados previstos no §1º deste artigo poderão ser:

a) de provas;

b) de provas e títulos;

§4º - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas escritas e orais.

§5º - Os processos seletivos simplificados poderão exigir provas práticas.

§6º - Os processos seletivos simplificados poderão exigir testes físicos e/ou psicológicos.

§7º - O CIMVI poderá contratar empresa para promoção de todas ou de algumas fases dos processos seletivos simplificados.

§8º - O recrutamento e a seleção de pessoal, bem como a coordenação, o controle e a execução dos procedimentos administrativos correspondentes, ressalvadas de competência específica em Lei e/ou do contrato firmado com eventual empresa contratada, competirá ao órgão determinado pelo Presidente do CIMVI.

§9º - Os processos seletivos simplificados para formação de cadastro reserva serão desenvolvidos nos termos da legislação própria dos respectivos nos quadros de pessoal observadas as exigências para o exercício das funções a serem eventualmente contratadas.

§10 - O recrutamento dar-se-á obrigatoriamente com publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado.

§11 - A Publicação do Edital poderá ocorrer na forma de minuta e/ou extrato com veiculação pelos meios de comunicação.

§12 - O Edital deverá ser estruturado de forma que contenha obrigatoriamente:

I - A denominação dos postos e funções;

II - As datas de abertura e encerramento das inscrições, bem como do local e horário em que as mesmas serão recebidas;

III - A descrição sintética das atribuições, a observação que se destina a formação de CADASTRO RESERVA, o regime jurídico do Estatuto e Protocolo de Intenções, a respectiva retribuição pecuniária mensal proporcional a jornada de trabalho assinalada, sendo que o CIMVI poderá efetuar contratação com jornada menor e vencimento proporcional de acordo com o Estatuto e Protocolo de Intenções, não havendo qualquer direito do candidato convocado a contratação pela carga horária prevista no edital, a qual será apresentada em caráter meramente estimativo para fins de publicação e comparação remuneratória;

IV - Os requisitos imprescindíveis para a contratação temporária e exercício das funções contratadas;

V - Os programas e os tipos de provas, com a indicação das respectivas valorizações, do caráter eliminatório, dos critérios de julgamento e da apuração dos resultados de cada uma delas;

VI - A indicação, quando for o caso dos títulos valorizáveis, os critérios de valorização dos mesmos, bem como o valor global em relação às provas, conforme dispositivos legais vigentes;

VII - A nota mínima de aprovação exigida nas provas ou nas disciplinas eliminatórias;

VIII - Quaisquer outras exigências, condições ou informações que devam ser atendidas, pelos candidatos, ou que se fizerem necessárias à boa ordenação do Processo Seletivo Simplificado em todas as suas fases;

§13 - O prazo para inscrição será estipulado de acordo com a necessidade e urgência de provimento dos cargos, não podendo ser inferior a 10 (dez) dias da publicação do Edital.

§14 - O prazo que se refere o §13 poderá ser prorrogado quando não se apresentarem candidatos ou, apresentando-se, seu número seja considerado irrisório.

§15 - O pedido de inscrição consistirá no preenchimento de formulário específico fornecido aos candidatos, ou aos procuradores, observadas as normas do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

§16 - Não serão admitidas inscrições condicionadas ou por correspondência.

§17 - O pedido de inscrição implicará conhecimento e aceitação de todas as disposições do Estatuto, Protocolo de Intenções e do

respectivo Edital.

§18 - Não haverá devolução do valor pago a título de inscrição, salvo quando for cancelada a realização do Processo Seletivo Simplificado, podendo, neste caso, haver compensação do valor pago com a de outra inscrição que vier a ser instaurado no âmbito do CIMVI.

§19 - A homologação ou indeferimento dos pedidos de inscrição constarão em Edital, publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum, sob forma de extrato.

§20 - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras, sob pena de indeferimento.

§21 - Será indeferido o pedido de inscrição pago com cheque sem provimento de fundos.

§22 - O despacho indeferitório da inscrição de candidato caberá recurso na forma e prazo consignados no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§23 - A inscrição poderá ser cancelada em qualquer fase do Processo Seletivo Simplificado, desde que verificado o não cumprimento dos requisitos no Edital ou constatada ocorrência de dolo ou fraude na sua obtenção.

§24 - O cancelamento da inscrição determinará a anulação automática de todos os atos dela decorrente e não importará em devolução de quaisquer valores pagos.

§25 - Será dada toda publicidade ao cancelamento da inscrição podendo o candidato interessado conhecer as razões que determinaram o cancelamento.

§26 - Os candidatos serão submetidos às provas em dia, hora e local a serem previamente divulgados mediante Edital.

§27 - Somente será admitido à prestação das provas o candidato que exibir no ato, documento de identidade ou ficha de inscrição de acordo com as determinações constantes do Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§28 - O Edital de Processo Seletivo Simplificado poderá fixar outras exigências à realização da(s) prova(s), sem as quais, não admitir-se-á que o candidato a(s) realize.

§29 - Não haverá Segunda chamada em quaisquer das provas, seja qual for o motivo alegado, salvo expressa previsão contida no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§30 - Durante a realização das provas, sob pena de anulação das mesmas, não será permitido ao candidato:

I – comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao concurso;

II – consultar livros ou apontamentos, bem como se utilizar instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos no Edital;

III – ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos específicos e especiais, devidamente acompanhado do fiscal;

IV – portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma o bom andamento do trabalho;

V – utilizar-se de aparelhos e mecanismos vedados pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§31 - Será anulada a prova que contiver sinais ou expressões que possibilitem a sua identificação.

§32 - Quando a correção das provas não for realizada através de processamento eletrônico, o sigilo, quanto à identidade dos candidatos, será assegurado pelos atos de desidentificação das mesmas.

§33- As provas contendo a identificação dos candidatos serão guardadas em invólucro lacrado a fim de garantir sua inviolabilidade.

§34 - As notas serão divulgadas mediante Edital, devidamente publicado, podendo também ser divulgado na imprensa comum.

§35 - Quando o processo seletivo for de provas e de títulos, estes deverão ser apresentados consoante as normas previstas no Edital.

§36 - As provas de poderão ter caráter eliminatório e classificatório.

§37 - As provas de caráter eliminatório poderão aferir os conhecimentos específicos exigidos para o exercício do cargo, conforme o grau de escolaridade e o seu conteúdo ocupacional.

§38 - Os resultados das provas serão divulgados mediante Edital, a ser publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

§39 - Não será conferida nota à prova, ou as provas em que o candidato tenha sido excluído do respectivo recinto de sua prestação,

ou tiver a mesma anulada por quaisquer dos motivos previstos no Estatuto, Protocolo de Intenções e/ou no Edital.

§40 - Na atribuição de pontos ou notas a qualquer prova, ou na apuração dos resultados parciais ou finais, poderá eventualmente ocorrer o arredondamento das mesmas a critério da Comissão Examinadora e/ou da empresa contratada para realização do Processo Seletivo Simplificado.

§41 - Após o julgamento das provas, quando não for através de processo eletrônico, poderá o candidato solicitar seja dada vista das suas folhas de respostas em local, prazo e horários fixados no Edital. Não fixado o prazo no Edital, este será de dois(02) dias após a publicação do resultado da prova.

§42 - A nota mínima de aprovação nas provas e a média final serão estabelecidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

§43 - O julgamento dos títulos que terá caráter meramente classificatório, será feito nos termos dos critérios estipulados no Edital.

§44 - Serão considerados como títulos somente os cursos ou atividades desempenhadas pelo candidato, diretamente relacionadas com as funções objeto do Processo Seletivo Simplificado.

§45 - Somente serão apreciados os títulos no prazo e na forma fixados no Edital.

§46 - No caso de empate entre os candidatos aprovados, a preferência para classificação se dará de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§47 – Persistindo empate, depois de aplicadas as regras do Edital de Processo Seletivo Simplificado, o desempate se fará através de sorteio público, com o chamamento dos interessados para presenciarem o ato, mediante edital publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum, com antecedência de 03 (três) dias úteis da data de sua realização.

§48 - No caso de desconformidade com a nota que lhe tiver sido atribuída em cada prova, específica, ou por ocasião da divulgação dos resultados parciais, será facultado ao candidato formular pedido de revisão, de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto, Protocolo de Intenções e no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

§49 - Após a divulgação das notas das provas ou das provas de títulos, os candidatos na forma e prazo fixado no Edital de Processo Seletivo Simplificado, ingressar com o pedido de revisão, no todo ou em parte, justificadamente, versando apenas sobre o conteúdo das provas ou das provas de títulos.

§50 - O pedido de revisão será conterá os seguintes elementos:

I – nome completo e o número de inscrição do candidato;

II – a indicação do concurso que esteja realizando;

III – a exposição detalhada a respeito das questões, pontos ou títulos que deseja ver revisados, bem como o total de pontos pleiteados.

§51 - Não caberá pedido de revisão:

I – da prova prática, salvo se for escrita;

II – da avaliação física, psicológica ou psiquiatra, quando exigíveis;

§52 - Só poderá ser proposta a alteração da nota anteriormente atribuída, se ficar comprovado erro na correção ou na aplicação do critério de julgamento das provas ou dos títulos, bem como em decorrência de erro substancial da questão.

§53 - Provido de revisão, serão ultimadas as medidas necessárias tendentes à:

I – manutenção dos pontos respectivos aos candidatos que tiverem respondido às questões de acordo com as respostas originais, ou, ao candidato recorrente;

II – atribuição dos pontos respectivos aos candidatos que, mesmo não tendo interposto pedido de revisão, hajam respondido as questões de acordo com o que a Comissão Examinadora ou empresa contratada vier a reconhecer como certo, em função do pedido de outro candidato.

§54 - O candidato que tiver interposto pedido de revisão não poderá ter diminuído a nota anteriormente obtida, salvo evidente erro de soma.

§55 - Os recursos não terão efeito suspensivo.

§56 - No caso de anulação da prova, deverá a mesma ser repetida, mantidos os números e os valores das questões, observando-se igual peso, devendo participar somente os candidatos que compareceram e prestaram a prova objeto da anulação.

§57 - Os resultados finais do Processo Seletivo Simplificado, contendo a classificação dos candidatos, serão homologadas pelo Presidente do CIMVI, mediante Edital.

§58 - Os Processos Seletivos Simplificados serão desenvolvidos em todas as suas fases, sob a coordenação do Diretor Executivo do CIMVI.

§59 - Ao órgão executor compete:

I – elaborar o Edital, contendo as regras básicas que nortearão a realização do Processo Seletivo Simplificado;

II – escolher a Comissão Examinadora;

III – acompanhar a elaboração dos programas das provas e dos títulos;

IV – acompanhar a aplicação e o julgamento das provas;

V – ultimar todas as providências necessárias para o bom andamento do Processo Seletivo Simplificado sob sua responsabilidade;

§60 – As competências estabelecidas neste artigo poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

§61 - A Comissão Examinadora será composta de 03(três) membros.

§62 - Dentre os três membros o Diretor Executivo do CIMVI escolherá o Presidente da Comissão Examinadora.

§63 - Somente poderão compor a Comissão Examinadora pessoas de reconhecida idoneidade moral e que não estejam sofrendo nem tenham sido condenadas em processos administrativos disciplinares, nem a crimes contra a fé pública, a administração pública ou ato de improbidade.

§64 - A Critério do Diretor Executivo do CIMVI poderão ser designadas várias Comissões Examinadoras.

§65 - O desempenho de atividade junto à Comissão Examinadora será não remunerado e reconhecido como de utilidade pública.

§66 - A critério do Diretor Executivo do CIMVI, o desempenho de atividades por agentes públicos em realização de Processo Seletivo Simplificado, durante dias sem expediente na Administração, poderá ser compensado em outra oportunidade.

§67 - À Comissão Examinadora compete:

I – receber os fiscais, por ocasião da realização das provas, prestado toda orientação necessária a respeito dos procedimentos a serem adotados pelos mesmos;

II – distribuir aos fiscais as provas e as grades de resposta, ou os cartões de processamento eletrônico, em volumes devidamente lacrados, os quais deverão ser abertos na presença dos candidatos que testemunharão o fato.

III – orientar a desidentificação das provas, a ser feita após a conclusão das mesmas, e, inclusive, convidar os candidatos acompanhar os trabalhos respectivos;

IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

§68 – As competências estabelecidas no §67 poderão ser delegadas no todo ou em parte à empresa contratada.

§69 - O fiscal é a pessoa investida nas atribuições relativas a execução das provas no recinto determinado, envolvendo a recepção, a distribuição do material e o controle da atitude dos candidatos durante a realização das mesmas.

§70 - A convocação dos fiscais deverá recair, preferencialmente, sobre Servidores Públicos Municipais.

§71 - O fiscal convocado que deixar de comparecer ao local que lhe for designado sem a devida justificativa, será suspenso dessas atividades por três fiscalizações sucessivas.

§72 - Compete ao Fiscal:

I – comparecer pontualmente no local de realização das provas, no mínimo, uma hora antes do horário estabelecido para o seu início;

II – receber e entregar aos candidatos os materiais destinados à realização das provas;

III – transmitir aos candidatos as orientações recebidas, as quais deverão ser observadas durante a realização das provas;

IV – tomar todas as providências que estiverem ao seu alcance tendentes a correta aplicação das provas.

§73 – O Fiscal terá como incumbência controlar a movimentação dos candidatos, antes, durante e após a realização das provas, estabelecendo um elo de ligação entre os candidatos e coordenação do Processo Seletivo Simplificado, bem como executar outras tarefas a que lhe forem determinadas.

§74 - As pessoas portadoras de deficiência física submeter-se-ão à Processo Seletivo Simplificado para funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras, segundo os critérios estabelecidos em Lei observados às normas constantes do Estatuto e Protocolo de Intenções.

§75 - A divulgação total ou parcial do conteúdo dos Editais, ou de outros atos necessários ao adequado andamento dos Processos Seletivos Simplificados, será publicado, podendo também, ser divulgado na imprensa comum.

§76 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do CIMVI ou pela autoridade competente, mediante proposição fundamentada.

§77 - O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de até 02 (dois) anos, prorrogáveis, por igual período, a critério do Presidente do CIMVI.

Art.46-H - É vedada a cessão de agentes públicos que tenham sido contratados em caráter temporário.

Art.46-I - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§1º – O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – Diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§2º – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III – 60% (sessenta por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

IV – 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§3º - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de

transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§4º – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

[...]

Art.52 – [...]

III – Diária de viagem ao empregado, detentor de cargo comissionado, aos servidores públicos efetivos ou comissionados, cedidos ou não, agentes políticos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente, que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, em objetivo de serviço ao CIMVI, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção. (Dispositivo Acrescido)

§1º - As diárias serão regulamentadas por Resolução do Presidente do CIMVI que determinará os objetivos do deslocamento nomeando o agente público que estará a serviço do CIMVI e fixando o valor do benefício por dia de afastamento. (Dispositivo Acrescido)

§2º - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo. (Dispositivo Acrescido)

§3º - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64 e suas alterações. (Dispositivo Acrescido)

[...]

Art.48 - REVOGADO

§ 1º - REVOGADO

§ 2º - REVOGADO

Art. 49 - REVOGADO

§ 1º - REVOGADO

§ 2º - REVOGADO

§ 3º - REVOGADO

[...]

Art.52-D – [...]

§2º - Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, função comissionada pelo desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do artigo 37, V da Constituição da República, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público. A função comissionada somente é devida enquanto perdurarem as atividades

que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente. (Nova redação)

§3º - Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, gratificação pelo desempenho de atribuições excedentes as definidas para o cargo de origem, sendo devido, independente do exercício conjunto de mais de uma das atribuições especiais que lhe forem deferidas, em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, vantagem no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente. (Dispositivo Acrescido)

[...]

Art. 52-E - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 50% (cinquenta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de três anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo. (Nova redação)

§1º [...]

II – ter completado 03 (três) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes. (Nova redação)”

LEI Nº 1511, de 20/06/2018

Publicação Nº 1660995

LEI N. 1.511, DE 20 DE JUNHO DE 2018

AUTORIZA A EFETUAR O PAGAMENTO DIFERENÇA DE PISO SALARIAL NACIONAL PARA O CARGO DE AGENTES COMUNITÁRIOS E SAÚDE, ESTABELECIDO ATRAVÉS DA LEI FEDERAL N.12.994/2014, E O PISO PRATICADO PELO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito do Município Ascurra/SC, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo efetuar o pagamento dos valores compreendidos entre os meses de janeiro/2015, mês que entrou em vigência a Lei Complementar Municipal nº 156 de 22/11/2014, até o mês de outubro/2017, devido a publicação da Portaria nº 5917, de 01/11/2017, que determinou o pagamento do valor fixado e atualizado nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014.

Parágrafo Único - O pagamento será efetuado nos termos de acordo com o levantamento efetuado pelo Executivo Municipal, devidamente aceito pelas requerentes, conforme cálculo em anexo, que é parte integrante deste, restando assim acordado:

I – pagamento será efetuado em 10 (dez) parcelas, diretamente na folha de pagamento dos empregados abaixo relacionados e conforme cálculo apurado entre os meses de janeiro/2015 a outubro/2017, conforme segue:

NOME EMPREGADO	VALOR EM R\$
Alda Maria Dalmolin	R\$ 4.289,45

Edenesio Gadotti	R\$ 5.076,76
Jaqueline Fonseca Zimath	R\$ 2.983,46
Jucileide R. P. Fiamoncini	R\$ 5.533,14
Laisa Caroline C. Vieira	R\$ 4. 937,44
Neli Terezinha Coelho	R\$ 5.011,11
Osmar Pinho	R\$ 4.424,27
Rosenilda G. de Moraes	R\$ 1.045,44
Roseane Miranda Peres	R\$ 307,96
Silvanea Diecksen Correa	R\$ 5.030,08
Suzana Paul	R\$ 339,85
Viviana Graziela Crespi	R\$ 5.652,82
TOTAL	R\$ 44.631,78

Valor Total do Acordo: R\$ 44.631,78 (Quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta e um reais e setenta e oito centavos).

II – Os empregados públicos acima relacionados, outorgam ao Município de Ascurra ampla e total quitação das verbas postuladas em virtude do período de janeiro/2015, mês que entrou em vigência a Lei Complementar Municipal nº 156 de 22/11/2014, até o mês de outubro/2017, devido a publicação da Portaria nº 5917, de 01/11/2017, que determinou o pagamento do valor fixado e atualizado nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014.

Parágrafo Único. Após comprovação de pagamento dos valores previstos no inciso I do Parágrafo Único do Art. 1º desta Lei, nada mais terão a reclamar em tempo algum, referente ao período acima descrito.

Art. 2º - A despesa prevista nessa Lei correrá por conta da seguinte atividade do Orçamento vigente:

0501 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0010.0301.0070.2029 – Equipe Agentes Comunitários - ACS

30.00.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

31.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 20 de junho de 2018.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar.

Município de Ascurra, 20 de junho de 2018.

Thadeu Badalotti

Auxiliar Administrativo

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CP 003/2018

Publicação Nº 1661628

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 04 de Julho de 2018, às 09hs, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 003/2018, na modalidade de Chamada Publica.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Finalidade:

“CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA INTELECTUAL COMO FACILITADOR”.

Aurora, 21 de Junho de 2018.

Alexsandro Kohl

Prefeito Municipal

LEIS PARA PUBLICAÇÃO/2018

Publicação Nº 1660810

LEI Nº 1.619 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Autoriza o Executivo a alienar bens móveis inservíveis da Municipalidade de Aurora e dá outras providências.

ALEXSANDRO KOHL, Prefeito do Município de Aurora(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município. Faz saber à todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou ele SANCIONA a seguinte Lei:

CONSIDERANDO a existência de bens públicos de propriedade da Municipalidade de Aurora em razoável e precário estado de conservação;
CONSIDERANDO a existência de bens públicos de propriedade da Municipalidade de Aurora cujas manutenções e reparos onerarão mais os cofres públicos do que os seus valores de mercado;

CONSIDERANDO que a Administração Municipal possui o poder dever de nortear suas ações consoante os Princípios da Administração Pública, dentre os quais, os Princípios da Eficiência e da Economicidade, utilizando os recursos e materiais públicos da maneira mais adequada e proveitosa, evitando o desperdício e a dilapidação do erário;

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar bens inservíveis que compõem o acervo municipal e indicados no Anexo I e conforme acervo fotográfico do Anexo II da presente Lei, no estado em que se encontram e pelo valor mínimo descrito no mesmo Anexo I.

Art. 2º – Os bens foram devidamente inspecionados e avaliados por Comissão designada pelo Executivo Municipal, através do Decreto nº 017/2018 embasado no estado do bem, em diligências e avaliações de mercado regional.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 20 de junho de 2018.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

ANEXO I

Bens declarados inservíveis e sua respectiva avaliação pela Comissão designada pelo Decreto Municipal 017/2018:

LOTE	DESCRIÇÃO	Estado de Conservação	Avaliação Mínima
001	01 AUTOMÓVEL RENAULT CLIO CAM 10H 3P, ano 2009, modelo 2009, placas ARN 8103, cor prata, combustível álcool/gasolina, RENAVAL 154604860, no estado e condições em que se encontra.	Funcionando, lataria regular, pneus meia vida, bancos regular. Nome da Prefeitura Débitos Detran	R\$ 3.500,00
002	01 AUTOMÓVEL VW PARATI 1.8, ano 2000, modelo 2001, placas MBQ 1672, cor branca, combustível gasolina, RENAVAL 754993701, no estado e condições em que se encontra.	Funcionando, lataria regular, pneus, regular. Nome da Prefeitura Detran ok	R\$ 2.600,00
003	01CAMIONETAFIATDOBLO ADVENTURE, ano 2004, modelo 2004, placas MER 9702, cor verde, combustível gasolina, RENAVAL 827129548, no estado e condições em que se encontra.	Funcionando, lataria regular, pneus regular, bancos rasgado. Nome da Prefeitura Detran ok	R\$ 6.000,00
004	01 AUTOMÓVELGMC CORSA CLASSIC, ano 2003, modelo 2004,placas MCN 2146, cor branca, combustível gasolina, RENAVAL 811596176, no estado e condições em que se encontra.	Funcionando, lataria regular, pneus regular bancos, regular. Nome da Prefeitura Detran ok	R\$ 3.500,00
005	01 MICROONIBUS MERCEDES BENZ, ano 1979, modelo 1979, placas LXB 7924,cor verde, combustível diesel, RENAVAL 542442019,no estado e condições em que se encontra.	Está sem pneus dianteiros, motor funciona,bancos antigos, foi alterado para cor verde por causa dos adesivos. Nome da Prefeitura Débitos Detran	R\$ 5.000,00
006	01 CAMIONETAVW KOMBI, ano 2013, modelo 2013, placas MKT 6103, cor branca, combustível álcool/gasolina, RENAVAL 532534697, no estado e condições em que se encontra.	Não está funcionando problema no Diferencial, lataria regular. Nome da Prefeitura Débitos Detran	R\$ 9.000,00
007	01 AUTOMÓVEL GMASTRA HB 4P ADVANTAGE, ano 2006, modelo 2007, placas DSG 6166, cor cinza, combustível álcool/gasolina, RENAVAL 895360896, no estado e condições em que se encontra.	Problemas na Embreagem, lataria regular, pneus regular, bancos bom. Nome da Prefeitura Detran ok	R\$ 5.000,00
008	01 TRATORMICHIGAN75 III, ano 1979, combustível diesel, no estado e condições em que se encontra.	Não funciona, está todo sucateado para retirada de peças.	R\$ 1.000,00
009	01CARROCERIA METÁLICA BASCULANTE de 6m³, no estado e condições em que se encontra.		R\$ 2.000,00
010	01RETROESCAVADEIRAJCB3C PLUS,4x4, combustível diesel, no estado e condições em que se encontra.	Não funciona toda desmontada e foi retirado várias peças.	R\$ 5.000,00
011	CADEIRAS ESCOLARES, no estado e condições em que se encontram.	Carteiras novas, com problemas nos tampo pegou água.	R\$ 100,00
012	SUCATAS DE INFORMÁTICA, MONITORES, CPU`S, IMPRESSORAS, no estado e condições em que se encontram.	Sucatas	R\$ 100,00
013	01 MÁQUINA PARA EMBALAGEM DE MEL EM SACHE nº MS1S 075 07/98,CENTRÍFUGA, CARRINHO, no estado e condições em que se encontram.	Pouco uso, está parado há 20 anos.	R\$ 1.900,00
014	01 CAMINHONETE FIAT DUCATO MAXICARGO, ano 2006, modelo 2006, placas MDG 6924, cor branca, combustível diesel, RENAVAL 891606432, no estado e condições em que se encontra.	Funcionando Lataria e portas precisam de reparos, pneus meia vida. Débitos Detran	R\$ 8.000,00
015	01 AUTOMÓVEL RENAULT SCENIC PRI 1616V, ano 2004, modelo 2004, placas ALZ 3879, cor branca, combustívelgasolina, RENAVAL 834305291, no estado e condições em que se encontra.	Funcionando, lataria ruim, pneus ruim, bancos ok	R\$ 2.400,00
016	01 ENSILADEIRA COM PISTÃO HIDRÁULICO, no estado e condições em que se encontra.	Não funciona	R\$ 600,00
017	01 ELEVADOR DE CADEIRANTE PARA ÔNIBUS, no estado e condições em que se encontra.	Funcionando.	R\$100,00

Aurora, 29 de maio de 2018.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

ANEXO II

ACERVO FOTOGRÁFICO – BENS INSERVÍVEIS

LOTE 001

LOTE 002

LOTE 003

LOTE 004

LOTE 005

LOTE 006

LOTE 007

LOTE 008

LOTE 009

LOTE 010

LOTE 011

LOTE 012

LOTE 013

LOTE 014

LOTE 015

LOTE 016

LOTE 017

Aurora, 20 de junho de 2018.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

LEIS PARA PUBLICAÇÃO/2018

Publicação N° 1660808

LEI N° 1.617 DE 07 DE JUNHO DE 2.018.

ALTERA E SUPRIME DISPOSITIVOS E ITENS DO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL N° 1.614/2018 QUE ALTEROU A LEI MUNICIPAL N° 1.334/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Suprime os parágrafos 2º e 3º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.614 de 02 de abril de 2018 que alterou a Lei Municipal nº 1.334 de 15/06/2009, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Para realização das ações do Programa Campo e Terra o conjunto de servidores, materiais, máquinas e equipamentos públicos que executam serviços, manejos e obras terrestres diversos poderá ser utilizado para trabalhos a serem executados em propriedades particulares de agricultores proprietários ou arrendatários de imóveis rurais localizados no Município de Aurora e desde que observadas as disposições desta lei.

§1º: para feitura de bueiros, pontes de madeira e mata-burros o Município oferecerá a mão-de-obra em contrapartida a integralidade dos materiais necessários que serão fornecidos pelo interessado.

§2º: (Revogado).

§3º: (Revogado) .

Art. 2º - Altera o parágrafo 1º do artigo 5º da Lei Municipal nº 1334 de 15/06/2009, incluído pela Lei Municipal nº 1.614 de 02/04/2018,

que passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - (...)

§1º - Após a apresentação do comprovante de pagamento da contraprestação pelo usuário do programa para os casos de serviços de máquinas/equipamentos ou do projeto e disponibilização de materiais para os casos de infra estrutura como pontes, bueiros e mata burros, o Município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para execução.

Art. 3º Esta Lei entrara em vigor a na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Aurora, 07 de junho de 2018.

ALEXSANDRO KOHL
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

Especificação da frota atual e dos valores devidos ao Município a serem quitados pelos usuários

EQUIPAMENTO	VALOR/HORA
TRATOR DE PNEU	R\$ 80,00
RETRO-ESCAVADEIRA	R\$ 80,00

LEIS PARA PUBLICAÇÃO/2018

Publicação N° 1660793

LEI N° 1.616 DE 24 DE ABRIL DE 2.018.

“UNIFICA OS CARGOS DE FARMACÊUTICO PREVISTOS NAS LEIS MUNICIPAIS N° 1.247/2007 e 1.537/2014 E FIXA A JORNADA SEMANAL DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO PARA O RESPECTIVO CARGO”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam unificados os cargos de farmacêutico previstos nas Leis Municipais nº 1.247/2007 e 1.537/2014 sendo que a jornada semanal de trabalho e a remuneração ficam definidos conforme quadro abaixo:

Vagas	Cargo	Código	Vencimentos em Reais	Carga Horária Semanal
01	Farmacêutico	1.1.16	R\$ 4.405,94	40 horas

Parágrafo único: As alterações previstas nesta Lei não prejudicarão os servidores efetivos ocupantes dos cargos objetos da alteração

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições das Leis Municipais nº 1.247/2007 e 1.537/2014, revogadas especificamente as disposições em contrário.

Aurora(SC), 24 de abril de 2018.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

LEIS PARA PUBLICAÇÃO/2018

Publicação N° 1660809

LEI N° 1.618 DE 07 DE JUNHO DE 2.018.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionada e promulgada a presente Lei:

Art. 1º Ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
0004.0122.0002.2003 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
33390.00 – APLICACOES DIRETAS

VALOR R\$ 60.000,00

VÍNCULO – 10.000 – RECURSOS ORDINARIOS

0400 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

0401 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

0013.0391.0014.1018 – CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURISTICO

3449.00 – APLICACOES DIRETAS

VALOR R\$ 20.000,00

VÍNCULO – 10.000 – RECURSOS ORDINARIOS

TOTAL DA ANULACAO R\$ 80.000,00

Art. 2º O produto de que tratam as anulações referidas no artigo anterior será utilizado para o reforço das dotações a seguir discriminadas:

1100 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

1101 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

0027.0812.0015.2026 – MANUTENCAO DO DESPORTO AMADOR E LAZER

3390.00 – APLICACOES DIRETAS

VALOR R\$ 80.000,00

VÍNCULO – 10.000 – RECURSOS ORDINARIOS

TOTAL DA SUPLEMENTACAO R\$ 80.000,00

Art. 3º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Aurora-SC,07 de junho de 2018.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 008/2018 FMS

Publicação Nº 1661014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PPROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2018 - FMS
DISPENSA Nº 003/2018 – FMS

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, em locar um imóvel em alvenaria, aproximadamente 1400 m2, localizado na Av. Getúlio Vargas, s/nº, fundos na Rua Paulo Amândio de Borba, 535, Bairro Santo Antônio para funcionamento da estrutura da Secretaria de Saúde. O aluguel no período de contratação é de R\$ 8.277,00 (oito mil duzentos e setenta e sete reais) mensais pelo período de 12 (doze) meses, totalizando R\$ 99.324,00 (noventa e nove mil trezentos e vinte e quatro reais), valores este que o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO se compromete a pagar, até o dia 10(dez) de cada mês subsequente ao vencido.

CASSIANO INÁCIO DOS SANTOS

Balneário Piçarras, 20 de junho de 2018

Vinício José dos Santos – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 015/2018 FMT

Publicação Nº 1660787

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 017/2018-FMT
Inexigibilidade nº 013/2018-FMT
Contrato 015/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da SUZY CONCEIÇÃO BARTHOLO 09496100970, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.645.912/0001-04, para realização do evento SHOW TRUPE BARTHOLO, no dia 14 de julho de 2018, no Piçarraíá 2018. Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Vigência: 11/09/2018.

Balneário Piçarras/SC, 18 de junho de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 016/2018 FMT

Publicação Nº 1660825

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 018/2018-FMT
Inexigibilidade nº 014/2018-FMT
Contrato 016/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da SC MUSIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.962.663/0001-15, para realização do evento SHOW DANY E RAFA, no dia 14 de julho de 2018, no Piçarraíá 2018. Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Vigência: 11/09/2018.

Balneário Piçarras/SC, 18 de junho de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 017/2018 FMT

Publicação Nº 1660848

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 019/2018-FMT
Inexigibilidade nº 015/2018-FMT
Contrato 17/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação do Sr. JEFFERSON LUIZ GRANADA FERREIRA, pessoa física devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 007.388.219-42, para realização do evento SHOW JEFFERSON GRANADA, no dia 13 de julho de 2018, no Piçarraíá 2018. Valor do Contrato: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Vigência: 11/09/2018.

Balneário Piçarras/SC, 18 de junho de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 018/2018 FMT

Publicação Nº 1660951

Processo Licitatório nº 020/2018-FMT
Inexigibilidade nº 016/2018-FMT
Contrato 018/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação do Sr. ORIMAR HESS JUNIOR, pessoa física devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 989.062.679-91, para realização do evento SHOW ORIMAR HESS JUNIOR, no dia 14 de julho de 2018, no Piçarraíá 2018. Valor do Contrato: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Vigência: 11/09/2018.

Balneário Piçarras/SC, 19 de junho de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 019/2018 FMT

Publicação Nº 1660966

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 021/2018-FMT
Inexigibilidade nº 017/2018-FMT
Contrato 019/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação do Sr. RENAN LUCAS SERAFIM, pessoa física devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 089.730.999-57, para realização do evento SHOW RENAN LUCAS, no dia 14 de julho de 2018, no Piçarraíá 2018. Valor do Contrato: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Vigência: 11/09/2018.

Balneário Piçarras/SC, 19 de junho de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 020/2018 FMT

Publicação Nº 1660981

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 022/2018-FMT
Inexigibilidade nº 018/2018-FMT
Contrato 020/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da ELVIS PAULI 00396031994, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.079.807/0001-67, para realização do evento SHOW HOMEM BANDA E SUA MINA, no dia 13 de julho de 2018, no Piçarraíá 2018. Valor do Contrato: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Vigência: 11/09/2018.

Balneário Piçarras/SC, 19 de junho de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 24/2018**

Publicação Nº 1661487

DECRETO LEGISLATIVO Nº 024/2018
Dispensa de Expediente

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições Legais Promulga o Seguinte Decreto:

Art 1º Em razão dos Jogos da Copa, o poder Legislativo Municipal terá horário diferenciado nos jogos do Brasil, nesta sexta-feira (22 de junho de 2018), funcionará apenas no período da tarde, das 13h às 18h, e na quarta-feira (27 de junho de 2018), funcionará no período da manhã, das 07h às 12h.

Art 2º Em caso de especial necessidade, visando atender o interesse público esta disposição poderá ser revogada.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2018.

João Bento Moraes
Presidente

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/PMBR/2018

Publicação Nº 1661824

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/PMBR/2018.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 05/07/2018 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa de assessoria e consultoria especializada em recuperação de créditos tributários previdenciários, para levantamento e auditoria de incidências tributárias previdenciárias, por meio de análise, recriação dos arquivos e retificação das GFIP's (comprovantes de declaração das contribuições a recolher à previdência social e a outras entidades e fundos por FPAS empresa), visando recuperar créditos tributários previdenciários, na forma de compensação e/ou restituição, dos anos de 2013 a 2018, do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao@balneariorincao.sc.gov.br

Balneário Rincão – SC, 21 de Junho de 2018.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE RETIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº. 044/PMBR/2018

Publicação Nº 1661651

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRENCIA Nº. 044/PMBR/2018

O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de CONCORRENCIA Nº. 044/PMBR/2018, que tem como objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para execução das "Obras de Implantação da Reurbanização de Acesso e Orla da Avenida Waldemar Carlos Petrini, no Município de Balneário Rincão/SC, compreendendo, pavimentação asfáltica, terraplenagem, drenagem, sinalização vertical e horizontal, ajardinamento e iluminação, obedecendo projetos, memorial descritivo e planilha orçamentaria que fazer parte integrante do edital, de acordo com o Programa de Transferência 2018007397 e Proposta de Transferência SIGEF Nº. 0000021021, firmado entre a Agencia de Desenvolvimento Regional de Criciúma (Unidade Gestora Nº. 410056) e o Município de Balneário Rincão, fica retificado seus Avisos de Publicação, publicados no DOM/SC – Edição Nº. 2538 – pg. 24 de 29/05/2018, no Diário Oficial do Estado – DOE - Edição Nº. 20.781 – pg.28 de 01/06/2018, Diário Catarinense DC - pg. 12 de 31/05/2018 e no Diário de Notícias – DN - pg. 07 de 01/06/2018 "onde se lê": CONCORRENCIA Nº. 042/PMBR/2018 ...Leia-se: CONCORRENCIA Nº. 044/PMBR/2018. Fica mantido a data de protocolo e abertura do referido Edital, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Rafael Motta Custódio

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(Assinado no Original)

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA Nº181, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661383

PORTARIA Nº181, de 20 de junho de 2018

“Admite servidor temporária e da outras providencias”.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 039/2011, de 01 de dezembro de 2011,

CONSIDERANDO o atestado medico de afastamento apresentado pela servidora Andreia Elisa Daltoé Catto;

CONSIDERANDO que na Chamada Publica não houve candidatos interessados em ocupar a vaga, e não haver tempo hábil para novo processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário o senhor, Fernando Cavalli CPF nº806.711.100-63 para ocupar o cargo Professor, grupo I, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 30 horas semanais, para atuar na disciplina de Educação Física, pelo período de 20 a 27 de junho de 2018, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, 20 de junho de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO N°007/2018

Publicação N° 1661879

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC
EXTRATO CONTRATUAL

Processo Adm: 007/2018

Inexigibilidade/Credenciamento: 004/2018

Contrato n°: 007/2018

Fornecedor: RÁDIO FM DA BARRA LTDA – AQUARELA FM 94,5Mhz

CNPJ: 01.896.227-0001-20

Data de Assinatura: 18 de junho de 2018.

Vigência de: 18 de junho de 2018 a 17 de junho de 2019.

Valor: valor unitário por transmissão R\$ 112,50 (Cento de doze reais e cinquenta centavos).

Recursos: 3.3.90.39.88.00.00.00 – Serviços de Publicidade e Propaganda (443)

Objeto: Prestação de serviços de transmissão e veiculação de boletins de caráter informativo da Câmara Municipal de Barra Velha, em rede (pool), sendo 3m (três minutos) diários, de segunda a sextas-feira, transmitidos durante a programação das 12h00min às 12h30min, com estimativa de 240 inserções pelo período de 12 (doze) meses.

Alex Sandro Correia dos Santos
Presidente da Câmara de Vereadores

Charles Saint-Clair Heil
Advogado OAB/SC 12.629

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO 004/2018

Publicação N° 1661828

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO – CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, Sr. ALEX SANDRO CORREIA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, após analisado o processo de Credenciamento – Inexigibilidade, resolve:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR presente Licitação nestes termos:

Processo n° 7/2018

Licitação n°4/2018

Modalidade: Inexigibilidade - Credenciamento

Objeto: Credenciamento de emissoras de radiodifusão AM e/ou FM com abrangência no Município de Barra Velha/SC, para a prestação de serviços de transmissão e veiculação de boletins de caráter informativo da Câmara Municipal de Barra Velha.

Fornecedor Credenciado: RÁDIO FM DA BARRA LTDA – AQUARELA FM 94,5 Mhz

CNPJ: 01.896.227/0001-20

Quantidade: 80 inserções/cotas

Valor unitário: R\$ 112,50

Valor total: R\$ 9.000,00

Permanecendo disponíveis 160 cotas para as demais empresas interessadas que se credenciarem durante o período de vigência do Processo de Credenciamento, desde que atendidas as exigências legais.

Barra Velha, 18 de junho de 2018.
ALEX SANDRO CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha

CHARLES SAINT-CLAIR HEIL
Advogado OAB/SC 12.629

Belmonte

PREFEITURA

LEI Nº 1.969/2018, DE 20 JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661640

LEI Nº 1.969/2018, DE 20 JUNHO DE 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2018, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos habitantes deste municipio, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TITULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.946, de 06 de dezembro de 2017 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	05.00	SECRET.MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	05.02	Ensino Fundamental	
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.010	Manut.e Funcion.Transp.Escolar Ensino Fundamental	
47 - 3.3.90.00.00.00.00.10001		Aplicações diretas	R\$ 13.000,00
Unidade:	05.04	Ensino Médio	
Proj./Ativ.	12.362.0004.2.015	Manut.e Funcion.Transp.Escolar Ensino Médio	
76 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações diretas	R\$ 7.000,00
T O T A L è			R\$ 20.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	03.00	SECRET.MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade:	03.01	Administração e Planejamento	
Proj./Ativ.	04.122.0002.2.059	Coord.e Manut.Dpto Planej.e Orçamento	
14 - 3.1.90.00.00.00.00.10000		Aplicações diretas	R\$ 10.000,00
15 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações diretas	R\$ 3.000,00
Órgão:	05.00	SECRET.MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade:	05.04	Ensino Médio	
Proj./Ativ.	12.362.0004.2.055	Manut.e Funcion.dos Serv. Ensino Médio	
80 - 3.3.90.00.00.00.00.10000		Aplicações diretas	R\$ 7.000,00
T O T A L è			R\$ 20.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.947, de 06 de dezembro de 2017, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas da Secretaria Municipal de Educação, mais precisamente no departamento de transporte escolar do Município.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.945, de 06 de dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), objetivando de suprir dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 20 de junho de 2018.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Sonia T. G. Morosini

Secretária da Administração

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 54/2018

Publicação Nº 1661537

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 21/06/2018 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2018
LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 54/2018
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES TEXTIL PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E NO CORPO DE BOMBEIROS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, todos nomeados através da Portaria nº 002/2018. Se fizeram presentes na sessão as funcionárias da Secretaria Municipal de Saúde EUNICE DA SILVA FREITAS e ALEXANDRA GUIDARINI STORTI para analisarem as amostras referentes aos itens 01 ao 05 do Edital. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame protocolando os envelopes no setor de protocolo até o horário estipulado as seguintes empresas: MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP, METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA e BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA EPP. O Pregoeiro conferiu com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, sendo que as empresas participantes apresentaram seus credenciamentos, credenciando respectivamente seus representantes legais conforme a seguir: LUIS ALBERTO DALLA PORTA, LUIZ CARLOS DOS SANTOS e JULIO CEZAR TONDOLO. A empresa BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA EPP protocolou os envelopes, mas não enviou representante para a sessão. Após a análise da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos representantes das licitantes presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação dos interessados. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando todos os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão. As empresas MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP e BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA EPP apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. A empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA não apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, neste caso, poderá participar do certame somente nos itens em que não se obteve mais de 3 propostas válidas de licitantes enquadrados como MEI, ME ou EPP.

As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital de licitação, podendo ser acessados todos os envelopes de Proposta de Preços. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou as propostas para que os representantes das licitantes fizessem o mesmo. Após análise das propostas foi desclassificada a licitante BLUMEDICA PRODUTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA EPP por não ter apresentado amostra do item 05. As propostas dos demais itens foram consideradas classificadas. Após a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre as propostas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances e atingido seus limites máximos de desconto. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os melhores colocados. Neste momento foram solicitadas as empresas vencedoras as amostras referentes aos itens 01 ao 05 do Edital. As amostras foram apresentadas e colocadas sob análise da equipe técnica da Secretaria de Saúde. Após análise e conferência minuciosa todas as amostras foram consideradas aprovadas pela equipe técnica da Secretaria de Saúde. As amostras ficarão na Secretaria de Saúde para conferência posterior da conformidade dos itens entregues com a amostra apresentada. A seguir, o Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas nos seus itens vencidos. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos os interessados o Pregoeiro abriu espaço a manifestação referente aos documentos de Habilitação das empresas vencedoras. Não houve questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, as documentações de habilitação apresentadas pelas empresas vencedoras encontram-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU os itens do presente certame às empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente ATA, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

LICITANTES PRESENTES:

MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP

PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA EPP.

EQUIPE TÉCNICA DA SAÚDE:

EUNICE DA SILVA FREITAS

ALEXANDRA GUIDARINI STORTI

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS PE 45/2018

Publicação Nº 1661576

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

DATA: 21/06/2018 - HORÁRIO DE INÍCIO: 15 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2018

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 45/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE

No dia e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se o Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e a Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 002/2018, para análise dos documentos enviados pelas empresas PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP, MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, DENTAL RRK LTDA ME, ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME e DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI EPP em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico acima citado.

Dando início à sessão, o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes contendo os documentos apresentados pelas empresas acima citadas. Os documentos foram analisados e rubricados por todos os presentes.

O pregoeiro efetuou consulta no portal da transparência do governo federal <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/>, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), afim de verificar se alguma das licitantes acima, encontra-se declarada inidônea, suspensa, ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental.

Da consulta efetuada, verificou-se que a licitante DENTAL RRK LTDA ME (CNPJ 82.292.574/0001-45) encontra-se impedida pela Universidade Federal do Ceará com sanção aplicada em 18/04/2018 com fim em 18/10/2018 e a licitante ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (CNPJ 05.948.061/0001-07) encontra-se suspensa pela Prefeitura de Içara/SC com sanção aplicada em 25/04/2017 com fim em 24/04/2019 e também impedida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul com sanção aplicada em 21/05/2018 com fim em 21/11/2018.

Neste sentido, ficam as empresas DENTAL RRK LTDA ME (CNPJ 82.292.574/0001-45) e ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (CNPJ 05.948.061/0001-07) declaradas inabilitadas no presente certame por não atenderem ao item 3.2, alínea a e 8.1.5.1, alínea b do Edital, cujo teor segue:

“3.2 - Não será admitida a participação de:

a) empresas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos, ainda que descentralizados;”

“8.1.5.1 - Declarações Obrigatórias:

I - Deverá conter no envelope de habilitação declaração subscrita pelo representante legal da empresa proponente onde atende, conforme modelo constante do Anexo II deste edital, no mínimo: (...)

b) que não foi declarada inidônea, suspensa, nem impedida para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental”

Neste mesmo sentido, recomenda-se a Autoridade Competente a aplicação das penalidades cabíveis as licitantes acima citadas, por apresentarem a Declaração referente ao item 8.1.5.1 do Edital em desconformidade com o solicitado no Edital.

Em consequência, ficam declaradas vencedoras dos referidos itens as empresas classificadas como segundas colocadas, conforme relatório anexo a esta Ata.

Os documentos apresentados pelas licitantes PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP, MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI e DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI EPP se mostraram de acordo com o exigido no Edital, restando as mesmas consideradas habilitadas e vencedoras dos seus respectivos itens vencidos.

Solicita-se a empresa SANIMED INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, nova vencedora do item 76, o envio dos documentos na forma do item 8.3 do Edital.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

CREDENCIAMENTO DE LICITAÇÃO - IN 55/2018

Publicação Nº 1661331

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE – CHAMADA PÚBLICA Nº 55/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que estará aberto o CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Os envelopes serão recebidos a partir do dia 21 de junho de 2018, em horário de expediente. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo ou no Setor de Licitações da Prefeitura. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, situado na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou por e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

PORTARIA Nº 181/2018 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 357/2017

Publicação Nº 1660760

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO - SC	
---	--

PORTARIA Nº 181/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 357/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 17 de dezembro de 2018, o prazo da Portaria nº 357/2017, de 15/12/2018, que contratou a Servidora JULIANA ADAM, ocupante do cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 003/2016, e no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 182/2018 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 358/2017

Publicação Nº 1660763

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO - SC	
---	--

PORTARIA Nº 182/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 358/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 72/2010; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 17 de dezembro de 2018, o prazo da Portaria nº 358/2017, de 15/12/2017, que contratou o Servidor NILO ANDREI FORMIGARI, ocupante do cargo de Instrutor de Modalidades II, IMO-II, Anexo II, II, do Quadro dos Servidores Municipais, através do Processo Seletivo 003/2016, para desempenhar sua

função no Projeto Vida, que atende crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar, junto com a Assistência Social, para atividades ocupacionais - Música, em horário diferenciado das aulas curriculares.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 183/2018 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 359/2017

Publicação Nº 1660764

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO - SC	
---	--

PORTARIA Nº 183/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 359/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 105/2013; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 14 de dezembro de 2018. O prazo da Portaria nº 359/2017, de 15-12-2017, que contratou o Servidor LUIS CARLOS VILLAGRAN PERES, ocupante do cargo de Médico Ginecologista MD-G, anexo I subanexo V, do quadro dos Servidores Públicos Municipal, com carga horária de quatro horas semanais, CRM nº 6491/SC, através do Processo Seletivo nº 001/2017, e no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 184/2018 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 360/2017

Publicação Nº 1660766

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO - SC	
---	--

PORTARIA Nº 184/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 360/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 17 de dezembro de 2018, o prazo da Portaria nº 360/2018 de 15-12-2018, que contratou a Servidora JALCIRIA ELISETE MARTINS ZATTI, ocupante do cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 003/2016, e no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 185/2018 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 364/2017

Publicação Nº 1660767

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO - SC	
---	--

PORTARIA Nº 185/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 364/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 17 de dezembro de 2018, o prazo da Portaria nº 364/2017 de 15-12-2017, que contratou a Servidora NAIRA LUISA HOLDORF LAZZARINI, ocupante do cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 003/2016, e no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 186/2017 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 363/2017

Publicação Nº 1660768

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO - SC	
---	--

PORTARIA Nº 186/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 363/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 17 de dezembro de 2018, o prazo da Portaria nº 363/2017 de 15-12-2017, que contratou a Servidora PATRICIA LUANA MAYER, ocupante do cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 003/2016, e no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 187/2017 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 120/2018

Publicação Nº 1660770

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO - SC	
---	--

PORTARIA Nº 187/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 120/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 17 de dezembro de 2018, o prazo da Portaria nº 120/2018 de 17-04-2018, que contratou a Servidora, GREICI LUANA RODRIGUES, ocupante do cargo de Professor I-20, Símbolo

P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 003/2016, e no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 18 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 188/2018 - DESIGNA MOTORISTA
PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1660771

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC</p>	
--	---	--

PORTARIA Nº 188/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNA MOTORISTA PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
E ASSISTÊNCIA SOCIAL

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo art. 50, inciso VII, c/c art. 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, desde 01 de junho de 2018, o Servidor LUCIANO KRIESER, ocupante do cargo de Motorista, Anexo I, subanexo IV, do Quadro dos Servidores Público Municipal de Benedito Novo, para exercer suas Funções junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 18 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2017, PROCESSO Nº 178/2017.

Publicação Nº 1661219

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2017, PROCESSO Nº 178/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através da Secretaria de Administração, torna público para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO relacionada abaixo referente à publicação do Extrato de Publicação do Contrato nº 205/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 05/10/2017, Edição nº 2356, página 74.

ONDE SE LÊ:

Valor R\$: 2.130.538,78 (Dois milhões, cento e trinta mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos).

LEIA-SE:

Valor R\$: 2.130.538,81 (Dois milhões, cento e trinta mil, quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos).

Suelen de Mello Martins
Gerente de Contratos

DL158/2018-PMB

Publicação Nº 1661549

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/2018-PMB

OBJETO: Contratação de empresa para realização de oficinas, para atender público em vulnerabilidade social do programa ACESSUAS.

EMPRESA CONTRATADA:

VALOR: R\$ 7.944,00.

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11/02
PROJETO/ATIVIDADE: 2.059
ELEMENTO DA DESPESA: 333903999000000

FUNDAMENTO LEGAL- XIII- na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94).

Biguaçu, 21 de junho de 2018.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Por delegação – Daniel César da Luz
Secretário de Administração

ERRATA DO AVISO PE 146/2018-PMB

Publicação Nº 1661324

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
ERRATA DO AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 146/2018 PMB

Onde se lê:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE TELEFONE PARA A DELEGACIA DA POLICIA CIVIL DE BIGUAÇU.

Leia se:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DICIONÁRIOS DE INGLÊS, ESPANHOL E FRANCÊS PARA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO.

Recebimento das Propostas: das 13:00h do dia 22/06/2018, às 13:45h do dia 04/07/2018.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 04/07/2018, no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br, horário de Brasília - DF.

Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura www.bigua.atende.net e site www.bllcompras.org.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30942038. Biguaçu, 21 de junho de 2018.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 03/2018

Publicação Nº 1661151

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 03/2018

Dispõe sobre a instituição da Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017 e a Resolução nº 207, de março de 2018 do CONANDA, que dispõe sobre a convocação da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

- O ofício circular nº 051/2018 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/SC, que trás orientações para a realização da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina;

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 06 de junho de 2018.

- A ATA nº 05/2018.

Resolve:

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Biguaçu/SC em 2018, nomeando os conselheiros aqui relacionados: Alessandro Otávio Martins; Tayse Daiane Ribeiro; Ana Paula Medeiros e Silva Vicente; André Schweitzer; Lucimara Poletti; Giseli Maria Nuernberg; Luís Roberto Pereira; Cláudio Henrique de

Oliveira Junior; Suellen Caroline Kair Cristofolini; Gerusa S. Scherer e Laís dos Santos.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 20 de junho de 2018.

Laís dos Santos

Presidente do CMDCA/Biguaçu

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

CRENCIAMENTO 01/2018 FMS

Publicação N° 1661822

Fundo Municipal de Saúde de Bom Jardim da Serra/SC

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE - CRENCIAMENTO N° 01/FMS/2018

OBJETIVO: Credenciamento e contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência a saúde, para o conjunto total de procedimentos em laboratório clínico, do Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica e Sub Grupo 02 – Diagnóstico em Laboratório Clínico, da Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, para prestar serviços da rede Municipal de Saúde de Bom Jardim da Serra-SC. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais, juntamente com a presidente da comissão permanente de licitações receberá os credenciamentos para abertura dos envelopes protocolados até dia 11/07/2018 às 10 horas, conforme edital e disposições da Lei 8.666/93. www.bomjardimdaserra.sc.gov.br.

Bom Jardim da Serra, 21 de julho de 2018.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 17/2018

Publicação N° 1661296

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 17/2018

PARA OS APROVADOS NO EDITAL N° 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital n° 001/2018 de Concurso Público, realizado no dia 04 de Março de 2018, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, n° 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 22/06/2018 a 21/07/2018, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital n° 001/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 17.11 do Edital n° 001/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso, conforme item 17.16 do Edital n° 001/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Agente de Serviços Gerais (feminino)

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Mirian Guedes Ribeiro Mendes	856549	05/07/1978	12°

Cargo: Motorista Municipal (categoria D - transporte escolar)

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Edesio Costa Pereira	854882	12/05/1979	8°

Cargo: Professor Municipal I – 20h

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Silvia Maria Rodrigues	879252	25/08/1969	12°

Relação de Documentos para Admissão:

I – CPF;

II – Identidade;

III – Título de Eleitor;

IV – Comprovação da quitação eleitoral;

V- Carteira de Trabalho;

VI – Número do PIS/PASEP;

VII – Carteira de Reservista (Homens);

VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);

IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);

X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);

XI – 1 foto 3x4;

XII – Comprovação de dependentes;

XIII – Comprovação de Estado Civil;

XIV – Certidão Cível e Criminal;
XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
XVI – Grupo sanguíneo;
XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
XVIII – Número de conta corrente;
XIX – Comprovante de Endereço; e
XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 21 de Junho de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5192/2018

Publicação Nº 1660728

DECRETO MUNICIPAL Nº 5192/2018, DE 19 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE DE TRABALHO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO A PARTIR DE 19 DE JUNHO DE 2018, NAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, ESTRADAS E RODAGENS E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, conforme segue:

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado o horário de expediente de trabalho e o atendimento externo nas Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, Estradas e Rodagens e Obras e Serviços Urbanos, no turno matutino das 07:30 as 11:30 e no turno vespertino das 13:00 as 17:00.

Parágrafo Único – O disposto no caput deste artigo passa a ter seus efeitos a partir do dia 19 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 19 de junho de 2018.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SENGGER,
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661688

PORTARIA Nº 145/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o Servidor Municipal SR. Alan Ricardo Reichert, inscrito na matrícula nº 750-1, portador do CPF sob. nº 036.287.589-80, lotado no Departamento de Esportes, ocupante do cargo de Diretor, com 40 horas semanais, nomeado em 01 de fevereiro de 2017, conforme portaria nº 027/2017, sendo sua exoneração a partir de 21 de junho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 21 de junho de 2018.

RONALDO LUIZ SENGGER
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

651.06.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TEREZINHA AP. P. GOEDERT

Publicação Nº 1660909

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 651/18 de 19.06.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico no dia 18 de junho de 2018, período vespertino, a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

652.06.18 - P.LIC. MOT. P. FAM. ANDREIA C. O. DEUCHER

Publicação Nº 1660914

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 652/18 de 19.06.18
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar filha em consulta médica, no dia 18 de junho de 2018, a funcionária Andreia Cristina de Oliveira Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

653.06.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE E. R. ROVARIS

Publicação Nº 1660917

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 653/18 de 20.06.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2018, a Funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

654.06.18 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VANDERLEI C. LIZ

Publicação Nº 1660920

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 654/18 de 20.06.18
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 14 de junho de 2018, ao funcionário Vanderlei Córdova de Liz, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com

exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Canoas e Escola do Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

655.06.18 - P. PROR. CONT. SERV. GEOSANE P. AMARAL

Publicação Nº 1660921

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 655/18 de 20.06.18

Prorroga Contrato de Trabalho de Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Prorrogar o Contrato de Trabalho de Geosane Padilha do Amaral, para exercer o cargo de Servente, Padrão 1 – nível 1 - 40 horas semanais no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes Irmã Olívia Ruver, no período de 09 de junho com término no dia 07 de setembro de 2018, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Processo Seletivo 02/2017 para Contratação de Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do Concurso Público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

656.06.18 - P. LUTO MARIZA BARBOSA

Publicação Nº 1660922

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 656/18 de 20.06.18
Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 102/2018 de 20 de junho de 2018 – 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento seu pai Nicanor Barbosa, a contar do dia 16 de junho de 2018 com término no dia 23 de junho de 2018 a funcionária Mariza Barbosa, ocupante do cargo de Auxiliar de

Enfermagem – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

657.06.18 - P. FÉRIAS SUZANY B. CABRAL

Publicação Nº 1660924

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 657/18 de 21.06.18
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2017 (Dois Mil e Dezessete) a 2018 (Dois Mil Dezoito) a funcionária Suzany Bonin Cabral, Ocupante do cargo de Diretora de Departamento, Padrão I – Nível 32, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, conforme requerimento n.º 104/2018 de 21 de junho de 2018, e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 30 de junho com término no dia 19 de julho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de junho de 2018.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO TA CONTRATO 09/2018 E 42/2018

Publicação Nº 1661244

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 09/2018 FMS

Contratante: Município de Bom Retiro - FMS

Contratado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 241 no percentual de 25% no item 241, passando de R\$ 1,2800 para 1,3600, conforme faculta legislação vigente.

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 42/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 48 (Leite integral LONGA VIDA (UHT) no percentual de 25%, passando a caixa com 12 unid. de R\$ 31,56 para R\$ 41,98, conforme faculta legislação vigente.

Bom Retiro, 22 de junho de 2018.
Vilmar Jose Neckel
Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.182-2018 - ANULAÇÃO**

Publicação Nº 1661385

D E C R E T O Nº 2.182/2018

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.10º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 92.150,65 (Noventa e dois mil, cento e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

4000	Secretaria De Educação
4001	Divisão De Educação
12-361-004-2.16	Manutenção E Operacionalização Do Transporte Escolar Do Ensino Fundamental
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.37(333)	Outras Transferências do FNDE R\$ 12.000,00
12-365-004-2.88	Manutenção E Operacionalização Do Transporte Escolar Do Ensino Infantil
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.37(334)	Outras Transferências do FNDE R\$ 7.000,00
11000	Fundo Municipal de Saúde
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-007-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.38 (332)	Transferências SUS R\$ 73.150,65

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

4000	Secretaria De Educação
4001	Divisão De Educação
12-361-004-2.16	Manutenção E Operacionalização Do Transporte Escolar Do Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.37(52)	Outras Transferências do FNDE R\$ 12.000,00
12-365-004-2.88	Manutenção E Operacionalização Do Transporte Escolar Do Ensino Infantil
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.37(237)	Outras Transferências do FNDE R\$ 7.000,00
11000	Fundo Municipal de Saúde
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-007-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.38 (251)	Transferências SUS R\$ 23.150,65
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.38 (253)	Transferências SUS R\$ 50.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 21 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 21 de junho de 2018.

Jose Luiz Colombi
Prefeito Municipal

LEI 1433 2018 DENOMINA_OBRAS_PUBLICAS

Publicação Nº 1661197

LEI Nº 1.433/2018

“Dispõe Sobre a Denominação de Obras e Prédios Públicos Municipais que Menciona e dá Outras Providências.”

José Luiz Colombi, Prefeito Municipal de Botuverá, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Botuverá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam denominadas as obras e prédios públicos municipais abaixo identificados:

OBRA	LOCALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO OFICIAL
Museu do Parque das Grutas Municipais	Estrada Geral Ourinho – Bairro Ourinho	Museu do Imigrante
Galeria de Concreto	Estrada que parte da SC 486 – Bairro Salto, em terras de José Luiz Tamassia	Galeria José Luiz Tamassia
Unidade de Saúde de Ribeirão do Ouro	Rodovia Germano Barni – Bairro Ribeirão do Ouro	Unidade de Estratégia de Saúde da Família Vereador Onório Comandolli
Unidade de Saúde de Águas Negras	Rua Águas Negras – Bairro Águas Negras	Unidade de Estratégia de Saúde da Família Prefeito José Bonus Leite Caroso
Academia de Saúde na Pracinha no Centro do Município	Rua João Morelli – Bairro Centro	Pólo da Academia da Saúde de Botuverá Vereador João Batista Brogni
Creche Municipal	Rua Paulo Ozimosky – Bairro Centro	Centro Municipal de Educação Infantil Vereadora Zelita Zete Cestari Tachni
Escola Municipal de Águas Negras	Rua Águas Negras – Bairro Águas Negras	Escola Municipal de Águas Negras
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	Rua João Morelli – Bairro Centro	CRAS Padre Cosmo Maestri
Ponte	Rua Águas Negras – Bairro Águas Negras	Ponte Elvira Clerice
Ponte	Estrada Geral Sessenta – Bairro Sessenta	Ponte Luiz Rescarolli
Ponte	Rua João Cestari – Bairro Ribeirão Porto Franco	Ponte João Cestari
Galeria	Estrada Geral Ribeirão Porto Franco – Bairro Ribeirão Porto Franco	Galeria João Zanca
Galeria	Estrada Geral Ribeirão Porto Franco – Bairro Ribeirão Porto Franco	Galeria João Fachini
Galeria	Estrada Geral Ribeirão Porto Franco – Bairro Ribeirão Porto Franco	Galeria Ernesto Cestari
Galeria	Estrada Geral da Gabiroba – Bairro Gabiroba	Galeria Rosa Paloschi Bianchesi
Galeria	Estrada Geral Ribeirão Porto Franco – Bairro Ribeirão Porto Franco	Galeria Dionisio Pedrini
Galeria	Estrada Geral Ribeirão Porto Franco – Bairro Ribeirão Porto Franco	Galeria Pedro Pedrini
Galeria	Estrada Geral do Sessenta – Bairro Sessenta	Galeria Pedro Sorrer

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Botuverá, 21 de Junho de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

LEI_COMPLEMENTAR_402018 REFIS

Publicação Nº 1660847

LEI COMPLEMENTAR Nº 40/2018.

“Institui o programa de Recuperação Fiscal dos Tributos do Município de Botuverá (REFIS), e dá Outras Providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Botuverá constituídos, lançados cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2017, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, parcelados ou não administrativa ou judicialmente, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou lançado, a serem regularizados na forma desta Lei, com anistia incidente sobre a multa e juros de mora, nos percentuais e prazos estabelecidos nesta Lei, visando o ingresso de receitas municipais.

§1º O REFIS será administrado pela Secretaria De Administração e Finanças, ouvida a Procuradoria Geral do Município, quando necessário.

§2º As Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Micro Empreendedor Individual - MEI terão tratamento diferenciado atendendo o dispositivo no artigo 179 da CF/88, a Lei Municipal 1069/2009.

§3º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de regularização de débitos junto ao Município, incluso no programa, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

§4º A opção poderá ser formalizada até o dia 30/09/2018, podendo, o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal –REFIS ser prorrogado, mediante ato do Poder Executivo.

§5º O REFIS aplica-se igualmente, aos créditos originários de denúncia espontânea de débitos fiscais tributários ou procedimentos fiscais em curso, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31/12/2017, apresentados na repartição fazendária no período da vigência desta Lei.

§6º No ato da opção pelo REFIS, o sujeito passivo pessoa física deverá apresentar cópia da Cédula de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), ou outro documento que lhe faça às vezes; em se tratando de pessoa jurídica, a Opção e a Confissão de Dívida serão subscritas por representante legal ou mediante autorização do titular de débito, devidamente identificado, com respectivas cópias do Contrato Social e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

§7º Quando o interessado no parcelamento for representado por procurador, será exigido instrumento de mandato particular especificamente outorgado para este fim.

§8º A opção implica, ainda, a manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, e na suspensão da execução.

§9º A adesão ao REFIS será consumada no ato de pagamento da primeira parcela ou íntegra dos valores devidos apurados.

§10º A adesão ao REFIS engloba todos os débitos da pessoa física ou jurídica para com o Município de Botuverá, ressalvados os valores expressamente indicados pelo contribuinte no momento da opção.

Art. 2º A apuração dos créditos obedecerá aos seguintes critérios:

I-Será concedida anistia de 100% (cem por cento) para a multa e anistia de juros de mora, de acordo com o dispositivo na tabela desta lei, incidentes até a data da opção;

II- Se o débito estiver em regime de parcelamento ou re-parcelamento, o benefício fiscal abrangerá somente as parcelas não pagas, incluídas aquelas inadimplidas, sendo vedada qualquer revisão das parcelas já quitadas;

III- Sobre os créditos parcelados no REFIS incidirá juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º Os créditos tributários, exceto os sujeitos ao SIMPLES Nacional (LC 123/2006) poderão ser quitados em parcelas iguais, mensais e sucessivas, sendo a primeira em cinco dias úteis do requerimento e as demais em 30 (trinta) dias e assim sucessivamente, com anistia de multa e juros de mora nos seguintes percentuais:

Nº PARCELAS	ANISTIA	REMISSÃO	
	MULTA DE MORA (%)	JUROS DE MORA (%)	CORREÇÃO MONETÁRIA (%)
Única	100	100	000
Em até 12	100	100	000

§1º Às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte –EPP e Micro Empreendedor Individual – MEI referidas no §2º do artigo 1º desta lei, bem como para os contribuintes pessoas físicas, será concedido desconto nos juros de mora da tabela constante no artigo anterior.

§2º O valor mínimo da parcela para o contribuinte será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e de R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§3º Em se tratando de créditos já executados judicialmente, garantidos por meio de penhora ou indisponibilidade de ativos financeiros em nome do executado junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (penhora online), o deferimento do parcelamento fica condicionado ao recolhimento, na primeira parcela, de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do seu valor total, facultando-se a substituição da garantia judicial por bens ou direitos de valor econômico superior ao sobro do valor penhorado ou bloqueado, desde que a substituição se mostre conveniente para a Fazenda Pública, assim declarada em parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município.

§4º Aplica-se a esta lei todos os tributos municipais.

Art.4º No caso de parcelamento, a data do vencimento da primeira parcela será no ato do Termo de Parcelamento, compreendido em até 5 (cinco) dias úteis da data da assinatura do mesmo, e das demais parcelas mensais a partir de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – O Pagamento em parcela única terá vencimento até o último dia útil do mês correspondente à emissão do Documento de Arrecadação Municipal.

Art.5º Os contribuintes que aderirem ao REFIS terão relação aos débitos tributários ajuizados ou em discussão judicial, isenção em relação aos honorários advocatícios de qualquer ação ordinária, embargos do devedor e execução fiscal, bem como em relação aos incidentes processuais.

Art.6º A opção pelo Programa sujeita o optante:

I-À aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida, importando em confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353, 354 do Código de Processo Civil, bem como em reconhecimento da certeza e liquidez dos ditos nele incluídos;

II- Desistência expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial e o pleito administrativo, ressalvada a hipótese do art. 1º §10º desta Lei;

III- Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS.

§1º A comprovação da desistência da ação ou embargos deverá ser feita em até 30 (trinta) dias após o pedido de adesão ao REFIS, sob pena de exclusão do programa.

§2º A adesão dos contribuintes será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I-Deixar de atender uma das exigência desta lei;

II- Inadimplemento de 3 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) alternadas.

Parágrafo Único – A exclusão do contribuinte do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, com a revogação dos descontos concedidos, aplicando-se sobre o montante devido, os acréscimos legais previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se automaticamente as garantias eventualmente prestadas.

Art.7º A anistia concedida pela presente Lei não enseja qualquer restituição de quantias pagas, nem compensação de dívidas.

Art.8º Esta Lei Complementar entre em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Botuverá, em 21 de Junho de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 22/2018

Publicação Nº 1661601

PROCESSO ADMINISTRATIVO 31/2018
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 22/2018

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min do dia 04/07/2018, estará selecionando a melhor proposta Aquisição de um trator agrícola de rodas para o município de Braço do Trombudo/SC, conforme especificações do anexo I do Edital, conforme especificações do anexo I do Edital, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 21 de junho de 2018.
Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

PORTARIA 044 2018

Publicação Nº 1661218

PORTARIA Nº 044/2018

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99, etc...

RESOLVE:

Art.1º- Tendo em vista do que se apurou no Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância nº 001/2018, instaurado pela Portaria nº 031/2018, resolve aplicar aos senhores Valdeci Rosa Meyer, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Getais-Trab. Braçal, e Antonio Zoboli, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais-Trab. Braçal, a penalidade de suspensão das suas atividades pelo prazo de 03(três) dias, prevista no Artigo 84 da Lei Complementar nº 09/99.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de Junho de 2018.
Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

ATA JULGAMENTO PROPOSTAS PREGÃO 19 2018

Publicação Nº 1660830

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 19/2018 - PR Processo Administrativo: 27/2018 Processo de Licitação: 27/2018 Data do Processo: 07/06/2018
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Registro de Preços para eventual aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de redes pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 46/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 21 de Junho de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 27/2018, Licitação nº 19/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Em seguida ao credenciamento das empresas, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura dos envelopes contendo as propostas, sendo as mesmas analisadas e rubricadas pelos membros da comissão e representantes. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Houve lances verbais. Nenhuma empresa manifestou interesse em interpor recurso. Ficando vencedora a empresa conforme segue:

LOTE: 1**Participante: 9483 - FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Tubos de Concreto 30cm	UND	200,00	FABRICON	0,0000	20,4846	4.096,91
2	Tubos de concreto 40CM	UND	500,00	FABRICON	0,0000	28,3143	14.157,15
3	Tubos de concreto 50CM	UND	200,00	FABRICON	0,0000	44,1011	8.820,22
4	Tubos de concreto 60CM	UND	200,00	FABRICON	0,0000	56,6286	11.325,72

Total do Participante ———> 38.400,00

Total Geral ———> 38.400,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 21 de Junho de 2018

COMISSÃO:

Alair Franz Hein - - Pregoeiro(a)
Jean Carlos Correa da Costa Sharf - - membro
Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - - membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

MARIO MARCONCINI - - REP.FRONZA ARTEFATOS DE CIMENT
RAFAEL BENNETT - - REP.FABRICON ARTEFATOS DE CIME

ATA REGISTRO DE PREÇOS 12 2018

Publicação Nº 1640850

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2018

Número do Registro de Preços: 12/2018			Data do Registro: 21/03/2018		Válido até: 21/03/2019		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para manutenção da frota de caminhões, veículos de pequeno porte, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo mineral 15w40, API CH-4/SL, ACEA-E-704, que atende as normas MB-228.3, VOIVO VDS-3 e CUMMINS CES-20078, a granel em tanque de 400 lts ou dois de 200 lts com bacia de conexão, controle de consumo com bomba digital e acompanhamento de frota. Não remanufaturado. (18895)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PACKBLEND	0	8,7500	1
2	Óleo mineral 20W30, multifuncional (transmissão-diferencial-hidráulico), que atende as normas MF -1135 e new holland ESN- M2C 134-D, Ou Similar (18996)	BD	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	(9617) PETRONAS	0	11,8000	2
3	Óleo mineral para sistemas hidráulicos, viscosidade 68, API HPL, Não remanufaturado. (18997)	BD	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	(9617) LUBRAX	0	227,0000	1
4	Óleo mineral para transmissões, 85w140, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. Não remanufaturado. (18999)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETROBRAS	0	227,9000	2
5	Óleo mineral ATF, tipo A, que atende a especificação MB-236-2 e caterpillar TO-2. Não remanufaturado. (19000)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PACKBLEND	0	152,5000	1
6	Óleo mineral para sistemas hidráulicos, 10W, API CF e e Allison C-4. Não remanufaturado. (19001)	BD	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	(9617) PETRONAS	0	186,8600	2
7	Óleo mineral para transmissões, 85w140, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. Não remanufaturado. (18999)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PACKBLEND	0	189,0000	1
8	Óleo mineral ATF, tipo A, que atende a especificação MB-236-2 e caterpillar TO-2. Não remanufaturado. (19000)	BD	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	(9617) YPF	0	274,6300	2
9	Óleo mineral para transmissões, 85w140, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. Não remanufaturado. (18999)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PACKBLEND	0	189,0000	1
10	Óleo mineral ATF, tipo A, que atende a especificação MB-236-2 e caterpillar TO-2. Não remanufaturado. (19000)	BD	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	(9617) YPF	0	208,0000	2
11	Óleo mineral para sistemas hidráulicos, 10W, API CF e e Allison C-4. Não remanufaturado. (19001)	BD	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	(9617) LUBRAX	0	237,9000	1
12	Óleo mineral para sistemas hidráulicos, 10W, API CF e e Allison C-4. Não remanufaturado. (19001)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETROBRAS	0	238,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2018

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 12/2018		Data do Registro: 21/03/2018		Válido até: 21/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para manutenção da frota de caminhões, veículos de pequeno porte, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	graxa para rolamento a base de sabão de lítio (balde 20 kg) (14551)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PETRONAS	0	285,0000	1
8	Fluido sintético para freio DOT-4 500 ML (21842)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PETRONAS	0	294,0000	2
		UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	RADNAQ	0	9,5900	1
			MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	RADNAQ	0	22,6500	2
9	Óleo para motores gasolina/etanol/gnv API SJ 20w60 Não remanufaturado. (19002)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PACKBLEND	0	9,1100	1
			MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	YPF	0	14,1200	2
10	Óleo mineral para transmissões, 85w90, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. Ou similar. Não remanufaturado. (19003)	BD	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	LUBRAX	0	234,9900	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PETROBRAS	0	235,0000	2
12	Óleo 10w30 multifuncional para transmissão, diferencial, sistema hidráulico e freios unidos. Não remanufaturado. (19004)	BD	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	YPF	0	231,9000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PACKBLEND	0	232,0000	2
14	Óleo 2 tempos frascos de 500 ml. (21852)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PETROBRAS	0	6,1400	1
			MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	UNIGRAX	0	9,3000	2
15	Óleo para motores gasolina/etanol/gnv API SN, SM, SL, SAE 5W40. Não Remanufaturado. (19007)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PACKBLEND	0	15,8300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2018

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 12/2018		Data do Registro: 21/03/2018		Válido até: 21/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para manutenção da frota de caminhões, veículos de pequeno porte, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	YPF	0	26.4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2018

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 12/2018		Data do Registro: 21/03/2018		Válido até: 21/03/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio para manutenção da frota de caminhões, veículos de pequeno porte, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2018

PROCESSO Nº 10/2018

(7958) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

(9617) - MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME

Braço do Trombudo, 21 de Março de 2018.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8164-2018

Publicação Nº 1661833

DECRETO Nº. 8.164, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.107 de 19.12.2017, a Lei nº 4.079 de 20.09.17, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 942.577,74 (novecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.3.64.55 Transf. De Convênios – Estado/Outros

VALOR R\$ 590.577,74

0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.3.34.54 Transf. De Convênios – União/Outros

VALOR R\$ 250.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 33.000,00

3.1.71.00 Transf. A Consorc. Públicos Mediante Cont. Rateio – Desp. Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 45.000,00

3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/ Fins Lucrativos – Outras Desp. Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

3.3.71.00 Transf. A Consorc. Públicos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 17.000,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso

abaixo:

71.545-x	B.B. Revitalização Rua Nova Trento	01.64.55	749.950,94
71.523-9	B.B. Convênio – Ponte Rio Branco	0.1.64.55 0.3.64.55	220.172,63 66.977,80
77.289-5	B.B. Convênio nº 2016TR001918 – Obras Rua São Leopoldo	0.1.64.55	1.787,43
75.142-1	B.B. Rua Pe. Antônio Eising – Cont. 2014TR003750	0.1.64.55	250.792,43
TOTAL GERAL		0.1.18.00/0.1.19.00	1.289.681,23

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
DDO à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
Restos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
TOTAL	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.64.55	1.289.681,23
Valor Utilizado Decreto nº 8092/2018	0.3.64.55	50.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8107/2018	0.3.64.55	150.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8127/2018	0.3.64.55	150.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8134/2018	0.3.64.55	150.000,00
Valor a Utilizar	0.3.64.55	789.681,23

58.091-0	B. Brasil – C/PMB Pac II - Const. Creche Rio Branco e Santa Luzia	0.1.32.54	270.674,44
58.595-0	B. Brasil – C/PMB Pac II - Const. Quadra Esport. E. Augusta Dutra	0.1.32.54 0.3.32.54	10.481,42 17.735,33
68.078-8	B. Brasil – C/PMB Pac II - Const. Qcobert. Q. Esp. Escola Ayres Gevaerd	0.1.32.54 0.3.32.54	6.660,36 85,94
69.684-6	B. Brasil – C/PMB Const. Q. Esport. E. Alberto Pretti	0.1.32.54 0.3.32.54	18.928,04 24.813,28
672.010-1	CEF – C/ PMB Emenda Angela Amim	0.1.32.54 0.3.32.54	1.402,64 30.194,56
TOTAL GERAL			380.976,01

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.34.54/0.3.34.54	82.635,41
DDO à Pagar	0.1.34.54/0.3.34.54	30.802,80
Restos à Pagar	0.1.34.54/0.3.34.54	175.001,74
TOTAL	0.1.34.54/0.3.34.54	288.439,95

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.34.54	3.108.270,34
Valor utilizado Decreto nº 8110/2018	0.3.34.54	300.000,00
Valor utilizado Decreto nº 8145/2018	0.3.34.54	300.000,00
Valor a Utilizar	0.3.34.54	2.508.270,34

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de junho de 2018
JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082-2018

Publicação Nº 1661836

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO nº 082/2018
PREGÃO nº 054/2018

OBJETO: Prestação de serviços de reparo e manutenção do chafariz, com fornecimento de mão de obra e materiais, localizado na praça Sesquicentenário.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.
21/06/2018.

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA
Pregoeira da Administração Pública Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1661830

EXTRATO DO CONTRATO 052/2018

ESPÉCIE: Aquisição de vidrarias e acessórios para laboratório. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2018 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.30 1.2292..33903035000000.02000000; VIGÊNCIA: até 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 19/06/2018; VALOR: R\$ 3.713,33. CONTRATADA: Hexis Científica Ltda.. Diretor do SAMAE.

Brusque, 19 de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1661831

EXTRATO DO CONTRATO 053/2018

ESPÉCIE: Aquisição de vidrarias e acessórios para laboratório. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2018 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.30 1.2292..33903035000000.02000000; VIGÊNCIA: até 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 19/06/2018; VALOR: R\$ 4.238,87. CONTRATADA: Metrológica Equipamentos e Produtos para Laboratórios Ltda. EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 19 de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1661834

PROCESSO LICITATÓRIO 022/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 022/2018, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento e instalação de cerca, gradil e mastros. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 12 de julho de 2018, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1661835

PROCESSO LICITATÓRIO 023/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 023/2018, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de tintas e materiais para pintura. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 13 de julho de 2018, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO Nº 004-2018- SAMAE

Publicação Nº 1661832

EXTRATO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 004/2018

ESPÉCIE: Reequilíbrio de preços para fornecimento de óleo diesel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.2292.3339 03001000000.2000000; VIGÊNCIA: 31/12/2018. FISCAL CONTRATO: Mirrai Muller. DATA DA ASSINATURA: 18/06/2018; VALOR: R\$ 425.250,00. CONTRATADA: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 18 de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 1497.2018

Publicação Nº 1661841

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1497/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) CARLA MARILENE HUBER ZUCCO, sob matrícula 681334, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria de Educação, por 05 dias, no período compreendido entre 14/05/2018 a 18/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1499.2018

Publicação Nº 1661842

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1499/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) FABIOLA CRISTINA POPPER CERNUCKY, sob matrícula 8656, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria de Educação, por 02 dias, no período compreendido entre 25/04/2018 a 26/04/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período

supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/04/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1500.2018

Publicação Nº 1661843

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1500/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) FABIOLA CRISTINA POPPER CERNUCKY, sob matrícula 8656, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria de Educação, por 03 dias, no período compreendido entre 14/05/2018 a 16/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1501.2018

Publicação Nº 1661844

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1501/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) JUCELE KLANN EDUARDO, sob matrícula 416665, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria de Educação, por 01 dia, no período compreendido entre 18/05/2018 a 18/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1503.2018

Publicação Nº 1661845

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1503/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) LIZE REGIA FURTADO DE ARAGÃO, sob matrícula 862410, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado(a) na Secretaria de Educação, por 02 dias, no período compreendido entre 15/05/2018 a 16/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 15/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1505.2018

Publicação Nº 1661846

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1505/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) VIVIANE DA SILVA SARTORI, sob matrícula 7617, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria de Educação, por 02 dias, no período compreendido entre 03/05/2018 a 04/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supra dito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1506.2018

Publicação Nº 1661847

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1506/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.

111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) VANESSA VAZ DE SOUZA FRANCO, sob matrícula 4167880, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria da Fazenda, por 05 dias, no período compreendido entre 14/05/2018 a 18/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supradito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1507.2018

Publicação Nº 1661848

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1507/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) MARISTELA KUNESKI, sob matrícula 4880, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria da Educação, por 03 dias, no período compreendido entre 14/05/2018 a 16/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supradito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos
ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1515.2018

Publicação Nº 1661850

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1515/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) CHARLENE LANÇONI SOARES, sob matrícula 675580, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria da Educação, por 05 dias, no período compreendido entre 09/05/2018 a 11/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supradito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1517.2018

Publicação Nº 1661851

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1517/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) ELIZABETH AZEVEDO DOS SANTOS DA LUZ SILVA, sob matrícula 14591, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria da Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 23/05/2018 a 21/06/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supradito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1518.2018

Publicação Nº 1661852

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1518/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) GLAUCIA ALEXANDRA GAULKE BARINGER, sob matrícula 876038, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria da Educação, por 03 dias, no período compreendido entre 02/05/2018 a 04/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supradito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1519.2018

Publicação Nº 1661853

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1519/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) GLAUCIA ALEXANDRA GAULKE BARINGER, sob matrícula 876038, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria da Educação, por 03 dias, no período compreendido entre 14/05/2018 a 16/05/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período supradito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1520.2018

Publicação Nº 1661854

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1520/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) RAFAELA HABITZREUTER RONCAGLIO, sob matrícula 327492, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria da Educação, por 02 dias, no período compreendido entre 15/05/2018 a 17/06/2018.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período

supradito, com base na taxatividade do art. 26, § 5º, letra c, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/05/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1483-2018

Publicação Nº 1661856

PORTARIA Nº 1483/2018

Readaptação de Servidor

Considerando ATA da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, realizada na data de 09 de Maio de 2018, em que foi analisado o pedido da Secretaria de Orçamento e Gestão, para a readaptação de função da servidora SUELI KOHLER por apresentar patologias que acarretam limitações ao pleno desempenho da função para a qual prestou concurso público, e que após análise, pela Junta Médica Oficial, das patologias apresentadas, decidiu-se por parecer favorável a readaptação da servidora;

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Readaptar a servidora SUELI KOHLER em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que apresenta em sua capacidade física, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de 01 (um) ano a contar de 09/05/2018.

Parágrafo Único. A readaptação que trata o artigo supracitado dar-se-á, com fulcro no art. 28, c/c art. 29 e seu parágrafo único, da LC 147/2009.

Art. 2º - O servidor readaptado submeter-se-á, anualmente, a exame médico realizado por junta médica oficial, a fim de ser verificada a permanência das condições que determinaram sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem, conforme art. 30 da LC 147/2009;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/05/2018 revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora Recursos Humanos
ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1557-2018

Publicação Nº 1661837

PORTARIA Nº 1557/2018, de 22 de junho de 2018.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/2017, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor R. R. (matrícula nº 675288-03), para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Boletim de Ocorrência de Registro 00284-2018-0000829, de 22/05/2018, da Delegacia-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina - Secretaria de Estado da Segurança Pública, e anexos; envolvendo o servidor supra-mencionado; onde relata-se as condutas, sendo: "prática de maus tratos aos alunos da Turma do Infantil I do Centro de Educação Infantil Adelina Zen"; objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); IV (discrção); V (tratar com cortesia as pessoas); e 188; V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço); VII (ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro); para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Ademir Maurício Brehm (matrícula nº 2461-0), Priscila Scalvim (matrícula nº 721743-01), e Maria Matilde Cardoso (matrícula nº 409448-00) – representante sindical;

Art. 3º - Ordenar o afastamento preventivo do servidor do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a regular tramitação do feito;

Art. 4º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal; Art. 5º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias

constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO 105/2018 – PREGÃO – 66/2018

Publicação Nº 1660531

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO 105/2018 – PREGÃO – 66/2018 – TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO DESTINADOS A MANUTENÇÃO E REPAROS NOS LOCAIS DE COMPETIÇÕES E ALOJAMENTOS DOS JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARIANA – JASC 2018 – ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/07/2018 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 09/07/2018 às 14h20min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor e o Edital completo no site caçador.sc.gov.br no ícone Transparência - licitações.

Caçador, 20 de junho de 2018.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.597

Publicação Nº 1661230

DECRETO Nº 7.597, de 20 de junho de 2018.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 17, da Lei nº 3.400, de 18 de dezembro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 110.846,07 (cento e dez mil, oitocentos e quarenta e seis reais e sete centavos), na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.17.2.45 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

4.4.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas..... R\$ 110.846,07

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.17.2.45 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas..... R\$ 110.846,07

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 7.598

Publicação Nº 1661772

DECRETO Nº 7.598, de 21 de junho de 2018.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 17, da Lei nº 3.400, de 18 de dezembro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 30.303,95 (trinta mil, trezentos e três reais e noventa e cinco centavos), na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.24 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.4.90.00.00 – 0.1.02 – Aplicações Diretas.....

..... R\$ 30.303,95

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

4000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.24 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00 – 0.1.02 – Aplicações Diretas..... R\$ 30.303,95

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 7.599

Publicação Nº 1661749

DECRETO Nº 7.599, de 21 de junho de 2018.

Abre crédito especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.438, de 20 de junho de 2018,

DECRETA :

Art. 1º Abre crédito especial - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO - nas Leis nº 3.399/2017 - PPA, nº 3.378/2017 - LDO e nº 3.400/2017 - LOA, para alocação dos programas e ações e respectivos saldos

orçamentários das extintas Fundação Municipal de Cultura e Turismo e Fundação Municipal de Esportes:

Unidade Gestora: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	
Unidade Orçamentária: 2006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
Ação: 1.14 – REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	
Despesa: 377 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	21.000,00
Despesa: 390 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 134 – Transferências de Convênios União – Outros	1.260,00
Ação: 1.18 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
Despesa: 378 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	52.500,00
Despesa: 379 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 134 – Transferências de Convênios União – Outros	1.260,00
Ação: 1.33 – PROGRAMA PAM E PAI	
Despesa: 380 – 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	193.052,93
Ação: 2.44 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
Despesa: 381 – 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	1.252.922,82
Despesa: 382 – 3.1.91.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	380.489,66
Despesa: 383 – 3.3.50.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	62.370,00
Despesa: 384 – 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	568.724,65
Despesa: 385 – 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	34.782,86
Ação: 2.84 – CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESPORTIVAS ORGANIZADAS DO MUNICÍPIO	
Despesa: 386 – 3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	124.751,00
Ação: 2.98 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	
Despesa: 387 – 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	
Fonte de recurso: 100 – Recursos Ordinários	286.260,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2.979.373,92

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.601

Publicação Nº 1661899

DECRETO Nº 7.601, de 21 de junho de 2018.

Designa servidora para exercer fiscalização de ata de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do

Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Gisele de Souza Bleichuehl Zarur, para exercerem a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 06/2018, vinculada ao Processo Licitatório nº 05/2018FMAS, Pregão Presencial nº 05/2018, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais para compor kit de higiene destinados aos projetos sociais do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 21 de junho de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 7.602

Publicação Nº 1661900

DECRETO Nº 7.602, de 21 de junho de 2018.

Designa fiscal de contratos administrativos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Mara Célis I. A. Pagnussatt, para exercer a fiscalização dos Contratos Administrativos nºs 35, 36 e 37/2018, vinculados ao Processo Licitatório nº 68/2018 – Pregão Presencial nº 42/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de locação de banheiros químicos, painel de led, palcos e tendas para Fanfest.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 21 de junho de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2017

Publicação Nº 1661742

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2017
EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2017
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

O Município de Caçador, considerando:

O pedido de desistência do registro de preço da empresa V8 LA-VAÇÃO E ESTÉTICA AUTOMOTIVA LTDA-ME, e o desinteresse do segundo colocado AMAURY EDILTON BARBOSA – ME em assumir as prestações dos serviços, decide, extinguir o presente registro de preços.

Maiores Informações na Diretoria de Licitações, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3561-2433, e-mail: licitações.sec@cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 21 de junho de 2018.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.174

Publicação Nº 1661905

PORTARIA Nº 29.174, de 24 de maio de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Memorando nº 7729/2018,

CONSIDERANDO o Parecer nº 159/2018,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora SHIRLEY SCHMITT, matrícula 528, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, o adicional sexta parte calculado sobre sua remuneração por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, somados os tempos de vínculo celetista e estatutário de forma descontínua.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de maio de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.199

Publicação Nº 1661906

PORTARIA Nº 29.199, de 30 de maio de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora ANDRESSA ANGELITA NUNES RIBEIRO, matrícula 15293, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à EMEB Esperança na Secretaria Municipal da Educação e contratada através da Portaria nº 28.886, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de maio de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.211

Publicação Nº 1661907

PORTARIA Nº 29.211, de 05 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Protocolo nº 6.279/2018,

CONSIDERANDO o Parecer nº 162/2018,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora EDITE SALETE VENTZ, matrícula 1560, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, o adicional sexta parte calculado sobre sua remuneração por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, somados os tempos de vínculo celetista e estatutário de forma descontínua.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.212

Publicação Nº 1661909

PORTARIA Nº 29.212, de 05 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, e nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

CONSIDERANDO a Portaria nº 28.989, de 23 de março de 2018, que designa Servidora para exercer Função de Confiança – Coordenadoria, constante nos Anexos II e III da Lei Complementar 284, de 19/12/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 28.989, de 23 de março de 2018, que designa a Servidora ISOLETE RENON FARIAS, matrícula 7670, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para exercer a Função de Confiança de Coordenadora da Vigilância Epidemiológica.

Art. 2º. DETERMINAR o retorno da Servidora para o desempenho das atribuições do seu cargo efetivo na Secretaria da Saúde.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22 de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.214

Publicação Nº 1661912

PORTARIA Nº 29.214, de 05 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014 e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR os profissionais a seguir relacionados aprovados em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 003/2017, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Andrielly Moraes de Oliveira Pereira	Professor de Educação Infantil	1/A	20	CMEI Santa Clara	Vaga Vinculada Marines Grammann Spautz, em Licença para Tratamento de Saúde	02/05/2018 a 24/05/2018
Gabrieli Ariani Fernandes	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	10	EMEB Tabajara EMEB Ir. Venâncio José	Vaga Transitória (Projeto de Dança)	02/05/2018 a 17/12/2018
Gislaine Smangozevski	Auxiliar de Biblioteca	1/A	40	EMEB Esperança	Vaga Excedente	02/05/2018 a 17/12/2018
Jéssica Kalinka Franco Martins	Auxiliar de Biblioteca	1/A	40	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada Mayara Mileski, em Licença Maternidade	07/05/2018 a 21/10/2018

PORTARIA Nº 29.213

Publicação Nº 1661910

PORTARIA Nº 29.213, de 05 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto no Termo de Convênio de Cooperação nº 01/2017 firmado com o Poder Legislativo Municipal de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR à disposição do Poder Legislativo Municipal, a Servidora NILSE DE FÁTIMA DO NASCIMENTO, matrícula 1012, ocupante do cargo efetivo de Supervisora Escolar e lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º. A disposição será sem ônus para o Município de Caçador e com efeitos a contar de 1º de junho de 2018.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de junho de 2018.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

Leandro dos Santos Nora	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	30	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Vinculada Reni de Jesus da Cruz Ribas, em Licença para Tratamento de Saúde	09/05/2018 a 31/05/2018
Marcia Urupuckua Rumpel	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Tabajara	Vaga Vinculada Flávia Mostiak, em Licença para Tratamento de Saúde	04/05/2018 a 25/05/2018

Art. 2º. CONTRATAR a profissional a seguir relacionada aprovada em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 001/2018, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Tamara Ribeiro Berti	Professor de Ensino Fundamental II (Ensino Religioso)	1/A	20	EMEBs Ulysses Guimarães EMEB Profª Maria Luiza Barbosa EMEB Morada do Sol EMEB Alto Bonito EMEB Hilda Granemann de Sousa.	Vaga Excedente	02/05/2018 a 17/12/2018

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.217

Publicação Nº 1661913

PORTARIA Nº 29.217, de 06 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Memorando nº 8.267/2018,

CONSIDERANDO o Parecer nº 175/2018,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora ELISABETE RODRIGUES, matrícula 4274, ocupante do cargo efetivo Auxiliar de Creche e Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, o adicional sexta parte calculado sobre sua remuneração por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, somados os tempos de vínculo celetista e estatutário de forma descontínua.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.226

Publicação Nº 1661914

PORTARIA Nº 29.226, de 07 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014 e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR os profissionais a seguir relacionados aprovados em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 003/2017, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Fátima Aparecida de Castilho	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ir. Venâncio José	Vaga Vinculada Rosangela de Bastiani, em Licença para Tratamento de Saúde	15/05/2018 a 06/06/2018
Iolanda Moreira	Professor de Ensino Fundamental II (Português)	1/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada Vilson Meireles, em Licença para Tratamento de Saúde	21/05/2018 a 16/07/2018
Paulo Afonso Vaz	Professor de Ensino Fundamental II (História)	1/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Vinculada Ivone Niewinski, em Licença Prêmio	28/05/2018 a 20/07/2018
Vera Aparecida de Biasi Lenhani	Professor de Ensino Fundamental II (Inglês)	1/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada Vilson Meireles, em Licença para Tratamento de Saúde	21/05/2018 a 16/07/2018

Art. 2º. CONTRATAR a profissional a seguir relacionada aprovada em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 001/2018, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Regiane Teresinha Ribeiro Lipka	Professor de Ensino Fundamental II (Ensino Religioso)	1/A	10	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória	14/05/2018 a 17/12/2018

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.227

Publicação Nº 1661915

PORTARIA Nº 29.227, de 08 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Servidor SELEME LUIZ SCOLARO, matrícula 2648, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Caminhão, para exercer o cargo de Coordenador do Horto Florestal, do Grupo Ocupacional Função de Confiança, referência FCC-3, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculado à Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de maio de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

PORTARIA Nº 29.251

Publicação Nº 1661916

PORTARIA Nº 29.251, de 19 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a Servidora SCHEILLA MARIA SOARES MARINS, do cargo em comissão de Assessora de Gabinete do Prefeito, referência CC-3, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada ao Gabinete do Prefeito e nomeada pela Portaria nº 28.916, de 1º de março de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de junho de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 29.261

Publicação Nº 1661917

PORTARIA Nº 29.261, de 21 de junho de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria da Educação, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
9873	Miriane Sinara Pries	Professora de Educação Infantil	08	11/06/2018 a 18/06/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação, em 21 de junho de 2018.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PROCESSO DE LICITAÇÃO 010/2018 – PREGÃO PRESENCIAL-10-2018-FMAS

Publicação Nº 1661674

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 010/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 010/2018-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR-SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/07/2018 às 16hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17/07/2018 às 16h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de junho de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO 011/2018 – PREGÃO PRESENCIAL-11-2018-FMAS

Publicação Nº 1661678

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 011/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 011/2018-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE OBJETOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, DESTINADOS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR-SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/07/2018 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17/07/2018 às 14h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de junho de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

Caibi

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2018

Publicação Nº 1660945

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI
CONTRATADO: ZOZ SOETHE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL E PASTAS PARA BLOCO DE PRODUTOR PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC.
VALOR: 2.097,00(dois mil e noventa e sete reais)
FIRMADO: 21/06/2018
VIGÊNCIA: 31/12/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2018
MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 039/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2018

Publicação Nº 1660946

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI
CONTRATADO: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL E PASTAS PARA BLOCO DE PRODUTOR PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC.
VALOR: 7.600,00(sete mil e seiscentos reais)
FIRMADO: 21/06/2018
VIGÊNCIA: 31/12/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2018
MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 039/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2018

Publicação Nº 1661632

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI
CONTRATADO: SALETE COSTACURTA SASSO
OBJETO: LOCAÇÃO DE TERRENO DESTINADO PARA INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOS DO PARQUE INFANTIL E COMO PÁTIO DA PRÉ - ESCOLA MUNDO INFANTIL LOCALIZADO NA RUA HELENA BIGATON Nº 778 NO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC.
VALOR: 954,00(novecentos e cinquenta e quatro reais)
FIRMADO: 21/06/2018
VIGÊNCIA: 31/12/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2018
MODALIDADE: Dispensa por Limite Nº 012/2018

PORTARIA 268/18

Publicação Nº 1661562

PORTARIA Nº 268/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER 6% (SEIS POR CENTO) DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO a Servidora Municipal Sra. LEANDRA MINCH FIOREZE , matrícula 9067-0 , exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais , lotado na Secretaria Municipal de Saúde ,com jornada semanal de 40 horas, conforme direito previsto no Artigo 62 do Estatuto dos Servidores Municipais.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 14 de Junho de 2018
Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 269/18

Publicação Nº 1661563

PORTARIA N.º 269/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

REENQUADRAR, a Servidora Municipal FIAMA REGINATO, matrícula nº 9057-3, ocupante do cargo em Comissão de SUPERVISOR CC 09 , enquadrado junto ao Departamento Municipal de Administração , para o Cargo de SUPERVISOR CC 08 , com carga horária de 40 horas semanais, recebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria conforme prevê a lei .

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se

Gabinete do prefeito, 14 de Junho de 2018.
Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 270/18

Publicação Nº 1661565

PORTARIA Nº 270/18

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

PRORROGAR A LICENÇA COM VENCIMENTOS , a Servidora MABILE GUGEL DE ARRUDE , matrícula Nº 8437-9, pelo prazo de 30 dias, a partir do dia 20/06/2018 à 19/07/2018, para acompanhar a sogra que encontra-se em tratamento de saúde e vive com a servidora , exercendo o cargo de Agente comunitária de saúde , com lotação junto ao Departamento Municipal de Saúde , com carga horária de 40 horas semanais, como lhe assegura a lei.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 20 de Junho de 2018 .

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 271/18

Publicação N° 1661568

PORTARIA N° 271/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

READMITIR a servidora CASSIANE MARTINS, matrícula 9267-3, para atuar no cargo de AUXILIAR DE CLASSE , pelo motivo da mesma estar grávida quando foi exonerada no dia 08/06/2018 em virtude do fim do contrato de trabalho por prazo determinado, com lotação junto ao Departamento Municipal de Educação ,com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 20 de Junho de 2018.
Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 043/2018 - PMC

Publicação N° 1661297

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 043/2018 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 061 e 062/2018 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS DOS CAMINHÕES E MÁQUINAS PERTENCENTES A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 21/06/2018
1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2018

Publicação Nº 1661352

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 55/2018)

Às 10h do dia 21/06/2018, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição equipamentos de segurança para instalação no CMEI Anna Gorniack Buchmann e no CMEI Alegre Infância. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONVOCAÇÃO Nº 148/2018

Publicação Nº 1661090

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016
CONVOCAÇÃO Nº 148/2018

SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BERENICE CORREIA DE PAULA, inscrita no CPF/MF sob nº 052.756.539-30, aprovada em 41º lugar no Processo Seletivo nº 02/2016-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I para exercer a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, e assumir o respectivo cargo público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 25 de junho de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 21 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 149/2018

Publicação Nº 1661091

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016
CONVOCAÇÃO Nº 149/2018

SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. MARIA JOSIELI BORGES DA COSTA, inscrita no CPF/MF sob nº 044.870.619-97, aprovada em 41º lugar no Processo Seletivo nº 02/2016-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I, para exercer a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, e assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 25 de junho de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 21 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 150/2018

Publicação Nº 1661660

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016
CONVOCAÇÃO Nº 150/2018

SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. RENILDA DE FÁTIMA FERNANDES, inscrita no CPF/MF sob nº 061.342.449-29, aprovada em 43º lugar no Processo Seletivo nº 02/2016/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I, para exercer a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, e assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 25 de junho de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 21 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 11.335 DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661672

DECRETO Nº 11.335 DE 21 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DAS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.		
400000.00.0896 -	Despesas de Capital		
440000.00.0896 -	Investimentos		
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00	
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00	
	Total	R\$ 3.500,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa da Cidadania e PROCON.		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00	
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		

12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental		
400000.00.0519 -	Despesas de Capital		
440000.00.0519 -	Investimentos		
449000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.500,00	
	Total	R\$ 3.500,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 21 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.336 DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661795

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 11.336 DE 21 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso I do artigo 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 17.229,99 (dezessete mil duzentos e vinte e nove reais, noventa e nove centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha.		
300000.00.0153 -	Despesas Correntes		
330000.00.0153 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0153 -	Aplicação Direta		
339030.00.0153 -	Material de Consumo	R\$ 17.229,99	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 21 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2018 FMS

Publicação Nº 1661208

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2018 FMS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - com cota de itens exclusivos para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas

A licitação tem como objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	22.500	Comprimido	Ácido valproico 250 mg	0,3100	6.975,00
02	3.750	Frasco	Ácido Valpróico 250mg/5ml (valproato sódico) Xarope - 100ml	2,8000	10.500,00
03	22.500	Comprimido	Ácido valproico 500 mg	0,8787	19.770,75
04	3.000	Frasco	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml 100ml xarope	1,8538	5.561,40
05	1.500	Frasco	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml 100ml xarope	1,8460	2.769,00
06	45.000	Comprimido	Amitripilina (cloridrato) 75mg	0,2574	11.583,00
07	67.500	Comprimido	Amitriptilina (cloridrato) 25mg	0,0364	2.457,00
08	750	Frasco	Amoxicilina 25mg/5ml suspensão 60ml	3,8500	2.887,50
09	22.500	Cápsula	Amoxicilina 500mg	0,1677	3.773,25
10	60.000	Comprimido	Atenolol 50 mg	0,0350	2.100,00
11	30.000	Comprimido	Biperideno 2 mg	0,1820	5.460,00
12	52.500	Comprimido	Carbamazepina 200 mg	0,0767	4.026,75
13	15.000	Comprimido	Carbonato de Cálcio 500g	0,0466	699,00
14	45.000	Comprimido	Carbonato de Cálcio 500mg + Colecalciferol 400mg	0,2324	10.458,00
15	45.000	Comprimido	Carbonato de Lítio 300mg	0,1820	8.190,00
16	2.250	Comprimido	Carvedilol 12,500 mg	0,1204	270,90
17	2.250	Comprimido	Carvedilol 6,250 mg	0,1022	229,95
18	90.000	Comprimido	Castanha da india composta (Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	0,1391	12.519,00
19	22.500	Drágea	Cefalexina 500mg	0,4029	9.065,25
20	750	Ampola	Cetoprofeno 100mg/ml - 2 ml. IM	3,3800	2.535,00
21	1.125	Ampola	Cetoprofeno 50mg/ml-2ml I.M	1,7680	1.989,00
22	11.250	Comprimido	Cinarizina 75mg	0,1355	1.524,38
23	11.250	Drágea	Clomipramina (cloridrato) 25mg	0,8567	9.637,88
24	60.000	Comprimido	Clonazepam 2 mg	0,0598	3.588,00
25	1.500	Frasco	Cloreto benzalconico + soro fisiológico, gotas nasais - 50 ml	0,7020	1.053,00
26	1.500	Frasco	Cloreto de sódio 0,9% - 100 ml sistema fechado	1,8200	2.730,00
27	1.125	Frasco	Cloreto de sódio 0,9% - 250 ml - sistema fechado	2,0300	2.283,75
28	600	Frasco	Cloreto de sódio 0,9% - 500 ml - sistema fechado	2,6600	1.596,00
29	1.125	Frasco	Cloreto de Sódio Solução Nasal 0,9% 50 ml	3,0485	3.429,57
30	30.000	Comprimido	Clorpromazina 100 mg	0,1707	5.121,00
31	30.000	Comprimido	Clorpromazina 25 mg	0,2600	7.800,00
32	375	Ampola	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetavel 1 ml	0,1300	48,75
33	375	Ampola	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml - 2,5 ml	0,6240	234,00
34	1.125	Frasco	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral, 100ml	1,1440	1.287,00
35	38	Ampola	Diazepam 10mg/2ml	0,5600	21,28
36	75.000	Comprimido	Diazepam 10 mg	0,0429	3.217,50
37	75	Bisnaga	Diclofenaco dietilamônio 11,6 mg/g 60 gr	2,0624	154,68
38	600	Frasco	Diclofenaco resinato 15mg/ml 20ml gotas	3,4818	2.089,08
39	37.500	Comprimido	Diclofenaco sódico 50mg	0,0293	1.098,75
40	1.125	Ampola	Diclofenaco sódico 75mg/ml 3ml	0,5586	628,43
41	22.500	Comprimido	Digoxina 0,25mg	0,0546	1.228,50
42	90.000	Comprimido	Diosmina 450mg + hesperidina 50mg	0,4197	37.773,00
43	1.500	Frasco	Dipirona sódica 500mg/10ml gotas	0,5688	853,20
44	750	Ampola	Dipirona Sódica 500mg/ml-2ml IM/EV	0,3500	262,50

45	600	Ampola	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg, 1ml	4,0600	2.436,00
46	15.000	Comprimido	Doxazosina (mesilato) 2mg	0,1600	2.400,00
47	11.250	Comprimido	Escopolamina (butilbrometo) 10 mg	0,4800	5.400,00
48	750	Frasco	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml - 20 ml	10,3000	7.725,00
49	225	Ampola	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml - injetável - 1ml	1,0480	235,80
50	1.500	Frasco	Escopolamina (butilbrometo) 6,67mg/ml + dipirona 333,4 mg/ml, 20 ml	7,0000	10.500,00
51	450	Ampola	Escopolamina (butilbrometo) 4mg/ml (20mg/5ml) + Dipirona 500mg/ml (2,5mg/5ml) - 5ml	1,2500	562,50
52	22.500	Comprimido	Escopolamina (n-butilbrometo) 10mg + dipirona 250mg	0,4900	11.025,00
53	6.000	Comprimido	Espironolactona 100mg	0,4160	2.496,00
54	15.000	Comprimido	Espironolactona 25mg	0,1700	2.550,00
55	22.500	Comprimido	Fenitoína 100 mg	0,2400	5.400,00
56	75	Ampola	Fenitoína Sódica, 50 mg/ml (5%) - 5 ml	2,4400	183,00
57	60.000	Comprimido	Fenobarbital 100 mg	0,1000	6.000,00
58	3.750	Comprimido	Finasterida 5mg	0,3000	1.125,00
59	3.750	Cápsula	Fluconazol 150 mg	0,2100	787,50
60	75.000	Cápsula	Fluoxetina 20 mg	0,0400	3.000,00
61	600	Ampola	Furosemida 10mg/ml - 2 ml	0,3428	205,68
62	22.500	Comprimido	Furosemida 40mg	0,0400	900,00
63	375	Ampola	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml	0,6700	251,25
64	300	Flaconete	Glicose 50% - 10 ml	0,2000	60,00
65	22.500	Comprimido	Haloperidol 5 mg	0,1100	2.475,00
66	38	Ampola	Haloperidol 5 mg/1ml	1,2960	49,25
67	75	Ampola	Haloperidol decanoato 50 mg/1ml	8,8390	662,93
68	75.000	Comprimido	Hidroclorotiazida 25mg	0,0169	1.267,50
69	375	Ampola	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	3,4600	1.297,50
70	375	Ampola	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	6,4900	2.433,75
71	22.500	Comprimido	Ibuprofeno 300mg	0,1200	2.700,00
72	750	Frasco	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral, 30 ml	1,2090	906,75
73	22.500	Comprimido	Imipramina (cloridrato) 25mg	0,3640	8.190,00
74	7.500	Comprimido	Isossorbida (dinitrato) 10mg	0,3000	2.250,00
75	7.500	Comprimido	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	0,2400	1.800,00
76	7.500	Comprimido	Levomepromazina (maleato) 100mg	1,0472	7.854,00
77	37.500	Comprimido	Levomepromazina (maleato) 25mg	0,4746	17.797,50
78	22.500	Comprimido	Levotiroxina 100mcg	0,1168	2.628,00
79	33.750	Comprimido	Levotiroxina 50mcg	0,1168	3.942,00
80	75	Bisnaga	Lidocaina (cloridrato) 20 mg/g - 30 gr	2,1700	162,75
81	75	Ampola	Lidocaina 20 ml (2%)	2,4700	185,25
82	150	Ampola	Lidocaina 5 ml (2% - 20 mg/ml)	1,5358	230,37
83	4.500	Comprimido	Mebendazol 100mg	0,0336	151,20
84	750	Frasco	Mebendazol 20mg/ml - 30 ml - suspensão oral	1,2350	926,25
85	150	Ampola	Medroxiprogesterona (acetato) 150 mg/ml 1ml	11,2612	1.689,18
86	22.500	Comprimido	Metformina (cloridrato) 500mg	0,0800	1.800,00
87	33.750	Comprimido	Metformina (cloridrato) 850mg	0,0598	2.018,25
88	7.500	Comprimido	Metoclopramida - 10mg	0,0884	663,00
89	150	Bisnaga	Metronidazol 100mg gel vaginal-50g c/ 10 aplicadores	4,8100	721,50
90	450	Bisnaga	Neomicina (sulfato) 5mg/g + bacitracina 250ui 10gr	1,2350	555,75
91	15.000	Comprimido	Nifedipino 10mg	0,0350	525,00
92	22.500	Comprimido	Nifedipino 20mg	0,0380	855,00
93	375	Tubos	Nistatina Creme Vaginal 25.000ui/g - 60g com 10 aplicadores	4,1890	1.570,88
94	22.500	Comprimido	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	0,3900	8.775,00
95	60.000	Cápsula	Omeprazol 20mg	0,0760	4.560,00
96	1.500	Frasco	Paracetamol 200mg/ml gotas 10ml	0,5600	840,00
97	60.000	Comprimido	Paracetamol 500mg	0,0488	2.928,00
98	60.000	Comprimido	Paroxetina (cloridrato) 20 mg	0,1975	11.850,00
99	11.250	Comprimido	Risperidona 1 mg	0,2000	2.250,00
100	11.250	Comprimido	Risperidona 2 mg	0,2847	3.202,88

101	7.500	Comprimido	Risperidona 3 mg	0,3887	2.915,25
102	375	Envelope	Sais p/ reidratação oral c/ 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	0,6097	228,64
103	450	Frasco	Salbutamol - 0,4 mg/mL xarope - 100 mL + copo-medida	0,9800	441,00
104	60.000	Comprimido	Sertralina (cloridrato) 50 mg	0,1376	8.256,00
105	45.000	Comprimido	Sinvastatina 20mg	0,0630	2.835,00
106	300	Frasco	Sulfametaxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml 50ml suspensão oral	1,0500	315,00
107	3.750	Comprimido	Sulfametoxazol 400mg + trimetoprima 80mg	0,1027	385,13
108	225	Frasco	Sulfato Ferroso 125mg (25mg/ml) solução Oral - 30ml	0,8652	194,67
109	22.500	Comprimido	Sulfato ferroso 40mg	0,0442	994,50
110	7.500	Comprimido	Varfarina Sódica 5mg	0,1168	876,00
111	750	Frasco	Vitaminas A + D solução Oral	4,6067	3.455,03
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 398.333,39

COTA RESERVADA PARA ME E EPP

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
112 (1a)	7.500	Comprimido	Ácido valproico 250 mg	0,3100	2.325,00
113 (2a)	1.250	Frasco	Ácido Valpróico 250mg/5ml (valproato sódico) Xarope - 100ml	2,8000	3.500,00
114 (3a)	7.500	Comprimido	Ácido valproico 500 mg	0,8787	6.590,25
115 (4a)	1.000	Frasco	Ambroxol (cloridrato) 15mg/5ml 100ml xarope	1,8538	1.853,80
116 (5a)	500	Frasco	Ambroxol (cloridrato) 30mg/5ml 100ml xarope	1,8460	923,00
117 (6a)	15.000	Comprimido	Amitripilina (cloridrato) 75mg	0,2574	3.861,00
118 (7a)	22.500	Comprimido	Amitriptilina (cloridrato) 25mg	0,0364	819,00
119 (8a)	250	Frasco	Amoxicilina 25mg/5ml suspensão 60ml	3,8500	962,50
120 (9a)	7.500	Cápsula	Amoxicilina 500mg	0,1677	1.257,75
121 (10a)	20.000	Comprimido	Atenolol 50 mg	0,0350	700,00
122 (11a)	10.000	Comprimido	Biperideno 2 mg	0,1820	1.820,00
123 (12a)	17.500	Comprimido	Carbamazepina 200 mg	0,0767	1.342,25
124 (13a)	5.000	Comprimido	Carbonato de Cálcio 500g	0,0466	233,00
125 (14a)	15.000	Comprimido	Carbonato de Cálcio 500mg + Colecalciferol 400mg	0,2324	3.486,00
126 (15a)	15.000	Comprimido	Carbonato de lítio 300mg	0,1820	2.730,00
127 (16a)	750	Comprimido	Carvedilol 12,500 mg	0,1204	90,30
128 (17a)	750	Comprimido	Carvedilol 6,250 mg	0,1022	76,65
129 (18a)	30.000	Comprimido	Castanha da india composta (Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	0,1391	4.173,00
130 (19a)	7.500	Drágea	Cefalexina 500mg	0,4029	3.021,75
131 (20a)	250	Ampola	Cetoprofeno 100mg/ml - 2 ml. IM	3,3800	845,00
132 (21a)	375	Ampola	Cetoprofeno 50mg/ml-2ml I.M	1,7680	663,00
133 (22a)	3.750	Comprimido	Cinarizina 75mg	0,1355	508,13

134 (23a)	3.750	Drágea	Clomipramina (cloridrato) 25mg	0,8567	3.212,63
135 (24a)	20.000	Comprimido	Clonazepan 2 mg	0,0598	1.196,00
136 (25a)	500	Frasco	Cloreto benzalconico + soro fisiológico, gotas nasais - 50 ml	0,7020	351,00
137 (26a)	500	Frasco	Cloreto de sódio 0,9% - 100 ml sistema fechado	1,8200	910,00
138 (27a)	375	Frasco	Cloreto de sódio 0,9% - 250 ml - sistema fechado	2,0300	761,25
139 (28a)	200	Frasco	Cloreto de sódio 0,9% - 500 ml - sistema fechado	2,6600	532,00
140 (29a)	375	Frasco	Cloreto de Sódio Solução Nasal 0,9% 50 ml	3,0485	1.143,19
141 (30a)	10.000	Comprimido	Clorpromazina 100 mg	0,1707	1.707,00
142 (31a)	10.000	Comprimido	Clorpromazina 25 mg	0,2600	2.600,00
143 (32a)	125	Ampola	Dexametasona (fosfato dissódico) 2mg/ml injetavel 1 ml	0,1300	16,25
144 (33a)	125	Ampola	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml - 2,5 ml	0,6240	78,00
145 (34a)	375	Frasco	Dexclorfeniramina (maleato) 0,4 mg/ml, solução oral, 100ml	1,1440	429,00
146 (35a)	12	Ampola	Diazepam 10mg/2ml	0,5600	6,72
147 (36a)	25.000	Comprimido	Diazepan 10 mg	0,0429	1.072,50
148 (37a)	25	Bisnaga	Diclofenaco dietilamônio 11,6 mg/g 60 gr	2,0624	51,56
149 (38a)	200	Frasco	Diclofenaco resinato 15mg/ml 20ml gotas	3,4818	696,36
150 (39a)	12.500	Comprimido	Diclofenaco sódico 50mg	0,0293	366,25
151 (40a)	375	Ampola	Diclofenaco sódico 75mg/ml 3ml	0,5586	209,48
152 (41a)	7.500	Comprimido	Digoxina 0,25mg	0,0546	409,50
153 (42a)	30.000	Comprimido	Diosmina 450mg + hesperidina 50mg	0,4197	12.591,00
154 (43a)	500	Frasco	Dipirona sódica 500mg/10ml gotas	0,5688	284,40
155 (44a)	250	Ampola	Dipirona Sódica 500mg/ml-2ml IM/EV	0,3500	87,50
156 (45a)	200	Ampola	Dipropionato de betametasona 5mg + fosfato dissódico de betametasona 2mg, 1ml	4,0600	812,00
157 (46a)	5.000	Comprimido	Doxazosina (mesilato) 2mg	0,1600	800,00
158 (47a)	3.750	Comprimido	Escopolamina (butilbrometo) 10 mg	0,4800	1.800,00
159 (48a)	250	Frasco	Escopolamina (butilbrometo) 10mg/ml - 20 ml	10,3000	2.575,00
160 (49a)	75	Ampola	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml - injetavel - 1ml	1,0480	78,60
161 (50a)	500	Frasco	Escopolamina (butilbrometo) 6,67mg/ml + dipirona 333,4 mg/ml, 20 ml	7,0000	3.500,00
162 (51a)	150	Ampola	Escopolamina (butilbrometo) 4mg/ml (20mg/5ml) + Dipirona 500mg/ml (2,5mg/5ml) - 5ml	1,2500	187,50
163 (52a)	7.500	Comprimido	Escopolamina (n-butilbrometo) 10mg + dipirona 250mg	0,4900	3.675,00
164 (53a)	2.000	Comprimido	Espironolactona 100mg	0,4160	832,00
165 (54a)	5.000	Comprimido	Espironolactona 25mg	0,1700	850,00
166 (55a)	7.500	Comprimido	Fenitoína 100 mg	0,2400	1.800,00

167 (56a)	25	Ampola	Fenitoína Sódica, 50 mg/ml (5%) - 5 ml	2,4400	61,00
168 (57a)	20.000	Comprimido	Fenobarbital 100 mg	0,1000	2.000,00
169 (58a)	1.250	Comprimido	Finasterida 5mg	0,3000	375,00
170 (59a)	1.250	Cápsula	Fluconazol 150 mg	0,2100	262,50
171 (60a)	25.000	Cápsula	Fluoxetina 20 mg	0,0400	1.000,00
172 (61a)	200	Ampola	Furosemida 10mg/ml -2 ml	0,3428	68,56
173 (62a)	7.500	Comprimido	Furosemida 40mg	0,0400	300,00
174 (63a)	125	Ampola	Gentamicina (sulfato) 80mg/2ml	0,6700	83,75
175 (64a)	100	Flaconete	Glicose 50% - 10 ml	0,2000	20,00
176 (65a)	7.500	Comprimido	Haloperidol 5 mg	0,1100	825,00
177 (66a)	12	Ampola	Haloperidol 5 mg/1ml	1,2960	15,55
178 (67a)	25	Ampola	Haloperidol decanoato 50 mg/1ml	8,8390	220,98
179 (68a)	25.000	Comprimido	Hidroclorotiazida 25mg	0,0169	422,50
180 (69a)	125	Ampola	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 100 mg p/ solução injetável	3,4600	432,50
181 (70a)	125	Ampola	Hidrocortisona (succinato) pó liofilizado 500 mg p/ solução injetável	6,4900	811,25
182 (71a)	7.500	Comprimido	Ibuprofeno 300mg	0,1200	900,00
183 (72a)	250	Frasco	Ibuprofeno 50 mg/ml solução oral, 30 ml	1,2090	302,25
184 (73a)	7.500	Comprimido	Imipramina (cloridrato) 25mg	0,3640	2.730,00
185 (74a)	2.500	Comprimido	Isossorbida (dinitrato) 10mg	0,3000	750,00
186 (75a)	2.500	Comprimido	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	0,2400	600,00
187 (76a)	2.500	Comprimido	Levomepromazina (maleato) 100mg	1,0472	2.618,00
188 (77a)	12.500	Comprimido	Levomepromazina (maleato) 25mg	0,4746	5.932,50
189 (78a)	7.500	Comprimido	Levotiroxina 100mcg	0,1168	876,00
190 (79a)	11.250	Comprimido	Levotiroxina 50mcg	0,1168	1.314,00
191 (80a)	25	Bisnaga	Lidocaina (cloridrato) 20 mg/g - 30 gr	2,1700	54,25
192 (81a)	25	Ampola	Lidocaina 20 ml (2%)	2,4700	61,75
193 (82a)	50	Ampola	Lidocaina 5 ml (2% - 20 mg/ml)	1,5358	76,79
194 (83a)	1.500	Comprimido	Mebendazol 100mg	0,0336	50,40
195 (84a)	250	Frasco	Mebendazol 20mg/ml - 30 ml - suspensao oral	1,2350	308,75
196 (85a)	50	Ampola	Medroxiprogesterona (acetato)150 mg/ml 1ml	11,2612	563,06
197 (86a)	7.500	Comprimido	Metformina (cloridrato) 500mg	0,0800	600,00
198 (87a)	11.250	Comprimido	Metformina (cloridrato) 850mg	0,0598	672,75
199 (88a)	2.500	Comprimido	Metoclopramida - 10mg	0,0884	221,00

200 (89a)	50	Bisnaga	Metronidazol 100mg gel vaginal-50g c/ 10 aplicadores	4,8100	240,50
201 (90a)	150	Bisnaga	Neomicina (sulfato) 5mg/g + bacitracina 250ui 10gr	1,2350	185,25
202 (91a)	5.000	Comprimido	Nifedipino 10mg	0,0350	175,00
203 (92a)	7.500	Comprimido	Nifedipino 20mg	0,0380	285,00
204 (93a)	125	Tubos	Nistatina Creme Vaginal 25.000ui/g - 60g com 10 aplicadores	4,1890	523,63
205 (94a)	7.500	Comprimido	Nortriptilina (cloridrato) 25mg	0,3900	2.925,00
206 (95a)	20.000	Cápsula	Omeprazol 20mg	0,0760	1.520,00
207 (96a)	500	Frasco	Paracetamol 200mg/ml gotas 10ml	0,5600	280,00
208 (97a)	20.000	Comprimido	Paracetamol 500mg	0,0488	976,00
209 (98a)	20.000	Comprimido	Paroxetina (cloridrato) 20 mg	0,1975	3.950,00
210 (99a)	3.750	Comprimido	Risperidona 1 mg	0,2000	750,00
211 (100a)	3.750	Comprimido	Risperidona 2 mg	0,2847	1.067,63
212 (101a)	2.500	Comprimido	Risperidona 3 mg	0,3887	971,75
213 (102a)	125	Envelope	Sais p/ reidratação oral c/ 27,9g (cloreto de sódio 3,5g + cloreto de potássio 1,5g + citrato de sódio 2,9g + glicose 20g)	0,6097	76,21
214 (103a)	150	Frasco	Salbutamol - 0,4 mg/mL xarope - 100 mL + copo-medida	0,9800	147,00
215 (104a)	20.000	Comprimido	Sertralina (cloridrato) 50 mg	0,1376	2.752,00
216 (105a)	15.000	Comprimido	Sinvastatina 20mg	0,0630	945,00
217 (106a)	100	Frasco	Sulfametaxazol 200mg/5ml + trimetoprima 40mg/5ml 50ml suspensão oral	1,0500	105,00
218 (107a)	1.250	Comprimido	Sulfametoxazol 400mg + trimetoprima 80mg	0,1027	128,38
219 (108a)	75	Frasco	Sulfato Ferroso 125mg (25mg/ml) solução Oral - 30ml	0,8652	64,89
220 (109a)	7.500	Comprimido	Sulfato ferroso 40mg	0,0442	331,50
221 (110a)	2.500	Comprimido	Varfarina Sódica 5mg	0,1168	292,00
222 (111a)	250	Frasco	Vitaminas A + D solução Oral	4,6067	1.151,68
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 132.776,58

Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 22/06/2018 até as 08h45min do dia 16/07/2018;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h do dia 16/07/2018 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas das futuras aquisições correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.02	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	59	Assistência Básica a Saúde
Projeto	2.115	Manut. e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 21 de junho de 2018.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL 62/2018

Publicação N° 1660784

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 62/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL -

A licitação tem como objeto a aquisição de peças para o diferencial, (MARCA MERITOR MODELO: RS -142 PE2011-031 PART N° A313200AB269 SÉRIE: AXC12131587), do veículo Ônibus MKC 9114, chassi 9532E82W2CR252130 - Renavam 482377313 - VW 15.190 - Motor Mann, conforme descrição e valor estimado abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
1	1,00	UNID	SEMI-EIXO 501204	R\$ 1.871,09	R\$ 1.871,09
2	1,00	UNID	PARAFUSO 501213/A	R\$ 4,19	R\$ 4,19
3	4,00	UNID	ARRUELA 501213/B	R\$ 0,30	R\$ 1,20
4	1,00	UNID	PARAFUSO 501213/D	R\$ 6,86	R\$ 6,86
5	1,00	UNID	ANEL 511246	R\$ 5,97	R\$ 5,97
6	1,00	UNID	LUVA ENGATE BLOQUEIO 521177	R\$ 727,91	R\$ 727,91
7	1,00	UNID	CAIXA 525121/E	R\$ 3.929,82	R\$ 3.929,82
8	1,00	UNID	PINO 525181/A	R\$ 1,68	R\$ 1,68
9	1,00	UNID	ROLAMENTO 525221	R\$ 157,67	R\$ 157,67
10	1,00	UNID	ANEL 525345	R\$ 14,04	R\$ 14,04
11	1,00	UNID	ANEL 2V2 525345	R\$ 6,48	R\$ 6,48
12	1,00	UNID	MOLA COPRESS 525359	R\$ 37,95	R\$ 37,95
13	1,00	UNID	BUCHA 525365	R\$ 125,75	R\$ 125,75
14	1,00	UNID	TAMPA 525367	R\$ 445,13	R\$ 445,13
15	1,00	UNID	PISTÃO 525371	R\$ 983,86	R\$ 983,86
16	1,00	UNID	ANEL 525377	R\$ 10,47	R\$ 10,47
17	1,00	UNID	ANEL VEDAÇÃO 525377/A	R\$ 18,40	R\$ 18,40
18	4,00	UNID	PARAFUSO 525383	R\$ 1,98	R\$ 7,92
19	1,00	UNID	ACIONAMENTO 525631	R\$ 267,91	R\$ 267,91
20	1,00	UNID	CORPOCILINDRO 525693	R\$ 440,52	R\$ 440,52
21	16,00	UNID	PARAFUSO 525877/A	R\$ 8,41	R\$ 134,56
TOTAL (R\$)				R\$ 9.199,38	

Critério julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL (soma de todos os itens).

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS DO DIA 12/07/2018, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 12/07/2018

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Educação – Serviço de Apoio a Educação, na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00

Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 60/2018".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 21 de junho de 2018.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 07/2018

Publicação Nº 1660991

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 864/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 07/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES de declaração de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis:

- a) Inexigibilidade de Licitação Nº 07/2018
- b) Objeto: contratação da banda Trio da Terra;
- c) Contratada: ODAIR EVANDRO GERHARDT

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 19 de junho de 2018.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 08/2018

Publicação Nº 1660992

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 868/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES de declaração de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis:

- a) Inexigibilidade de Licitação Nº 08/2018
- b) Objeto: contratação da Banda América;
- c) Contratada: DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA - ME

Valor: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 19 de junho de 2018.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 09/2018

Publicação Nº 1660993

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 873/2018
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES de declaração de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis:

- a) Inexigibilidade de Licitação Nº 09/2018
- b) Objeto: contratação do artista Dante Ramon Ledesma;
- c) Contratada: N L PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

Valor: R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 19 de junho de 2018.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

RETIFICA E PRORROGA PRAZO PREGÃO 51/2018

Publicação Nº 1661666

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 845/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

Retifica o Edital e Prorroga prazo de abertura do:

Processo Licitatório n.º 845/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018

O Município de Campo Erê - SC, através de seu Prefeito Sr. Odilson Vicente de Lima, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados que RETIFICA O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018, cujo objeto é a AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE BICICLETAS, conforme especificado neste Edital, e, DETERMINA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO para o dia 05 de julho de 2018 às 14:00horas, onde os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação junto ao Pregoeiro Oficial do Município no Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. Informações pelo site. www.campoere.sc.gov.br, ou e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br ou pelo fone: (49) 3655 3035. Campo Erê - SC, 21/06/2018. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial / ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 14/2018.SALGADOS

Publicação Nº 1660969

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2018.

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 05 de JULHO de 2018 às 09 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS QUE SERÃO SERVIDOS PARA AS FAMÍLIAS QUE ESTÃO SOB AS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, NOS EVENTOS DO ANO DE 2018 E 2019.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h15min às 11h00min, e das 13h15min as 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 22 de junho de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal.

AVISO DE PP Nº 15/2018. SOCIAL

Publicação Nº 1661816

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2018.

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 10 de JULHO de 2018 às 09 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE HIGIÊNE PESSOAL, PARA SEREM USADOS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS SETORES: CRAS, CREAS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, PROJETO DE OLHO NO FUTURO, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, CLUBE DE MÃES, SINE, CONSELHO TUTELAR E OUTROS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h15min às 11h00min, e das 13h15min as 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 22 de junho de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal.

AVISO PE 02/2018 - AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ANESTESIA- SAÚDE

Publicação Nº 1661196

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 02/2018

PE BANCO Nº 724983

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 09/07/2018 às 09:00 horas, o Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA A UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. EMENDA 29250002 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - PROPOSTA 08595.042000/1170-01 - PORTARIA nº 3134, de 17 de dezembro de 2013 com parecer favorável em 04/04/2017. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário J. B. de Almeida, nº 323, no horário das 08h 30min às 11hmin e das 14:00min as 16:30min horas diariamente.

Campos Novos, 22 de junho de 2018.

Sandra Maria Rosar Bresola

Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO 7960/2018 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 1661333

DECRETO Nº 7.960/18 de 02/03/2018.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371/17 DE 21/09/2017 (Plano Plurianual), Lei nº 4.346/17 DE 14/07/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.405/17 de 22/12/2017 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do município o valor de R\$ 200.000,00

(Duzentos mil reais) no projeto/ atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03 –SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08– DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 140- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.00
000– Aplicações diretas....R\$ 200.000,00

Art.2º - Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior de recurso próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 02 de março de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DECRETO 7962/2018 - REGULAMENTA LEI 4410/2018

Publicação Nº 1661661

DECRETO Nº 7.962/18 DE 07/03/2018

REGULAMENTA LEI Nº 4.410/18

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.410/18.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

07 de março de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.035/18 DE 20/06/2018. ALTERA MEMBROS DO CONSELHO DE MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO NOMEADOS PELO DECRETO Nº. 7.673/17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1660978

DECRETO Nº 8.035/18 DE 20/06/2018.

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO DE MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO NOMEADOS PELO DECRETO Nº. 7.673/17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para integrarem o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego:

Representantes do Poder Público - Sine

Titular: Patricia Jaçanã de Oliveira

Suplente: Dilse Bortoli

Art. 2º - Os demais membros, bem como seus mandatos no Conselho Municipal de Trabalho e Emprego permanecerão inalterados.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os decretos nº 7.950/18 e 8.008/18.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

20 de Junho de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.036 DE 21/06/2018 ALTERA E INCLUI NOVOS SERVIÇOS NA TABELA DO DECRETO N. 6.131/2010, QUE REGULAMENTA O ART. 54 DA LEI COMPLEMENTAR N. 05/2007 – CÓDIGO DE POSTURAS.

Publicação Nº 1661157

DECRETO Nº 8.036 DE 21/06/2018.

ALTERA E INCLUI NOVOS SERVIÇOS NA TABELA DO DECRETO N. 6.131/2010, QUE REGULAMENTA O ART. 54 DA LEI COMPLEMENTAR N. 05/2007 – CÓDIGO DE POSTURAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art.100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º- A intimação prevista no inciso I do Art. 54 da Lei Complementar 05/2007, será tornada pública na mídia, caso o proprietário ou possuidor do imóvel a qualquer título, recusar-se ou não for encontrado para recebimento desta.

Art. 2º- O valor de que trata o inciso II do Art. 54 da Lei Complementar 05/2007, será cobrado de acordo com a seguinte Tabela de Preços:

SERVIÇO A SER EXECUTADO EM PRIVADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL	UFM/m²	Prazo para execução do serviço
Tipo 1 – Roçada/capina de capoeira, com remoção e transporte do material (gramíneas, ervas daninhas e pequenos arbustos esparsos).	0,30	15 dias
Tipo 2 – Roçada de vegetação leve, com remoção e transporte do material (capim, grama alta e arbustos até 1 (um) metro de altura).	0,50	15 dias
Tipo 3 – Roçada de vegetação densa, com remoção do material (capim, grama alta e arbustos acima de 1 (um) metro de altura).	0,80	15 dias
Tipo 4 – Serviço de aplicação de defensivo químico.	0,20	15 dias
Tipo 5 – Serviço de remoção/retirada e transporte de entulhos.	0,90	15 dias

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 6.131/2010.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em

21 de junho de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.037/18 DE 21/06/2018. NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DESEMBARGADOR CID CESAR DE ALMEIDA PEDROSO.

Publicação Nº 1660987

DECRETO Nº 8.037/18 DE 21/06/2018.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DESEMBARGADOR CID CESAR DE ALMEIDA PEDROSO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, para comporem o Conselho Consultivo da Fundação Cultural Desembargador Cid Caesar de Almeida Pedroso.

- Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Zeide Delavy Gris
- Representante de Entidades Culturais do Município
Giovani Primieri
- Representante da Unesco – Campus de Campos Novos
Juliane Brogliato Albuquerque
- Representante das Escolas Básicas do Ensino Fundamental de CN
Cleyton Silva

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho Consultivo da Fundação Cultural Desembargador Cid Caesar de Almeida Pedroso será de 3 (três) anos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
21 de Junho de 2018.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

ATA RP 03/2018 - FHJA

Publicação Nº 1661188

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 1/14
 Processo Nº.: 4/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2018

No dia 20 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) ADMINISTRADOR GERAL, o Sr(a). STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER, inscrito no CPF sob o nº. 025.483.919-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2018, Processo Licitatório nº. 4/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTIGRANJEIROS, PARA CONSUMO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7170	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	3, 14, 26, 28, 32, 33, 34, 35, 41, 43, 54, 66, 67, 68, 91, 92, 111, 112
7304	CAPINZAL CENTER LTDA	2, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 17, 23, 25, 27, 36, 38, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 72, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 88, 90, 93, 95, 98, 101, 102, 103, 105, 110, 113, 118, 123, 124, 128, 129
7596	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	31
6008	CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA	106, 107, 108
6544	FIGUEIREDO & KLAUS LTDA.	1, 10, 18, 19, 30, 39, 40, 53, 75, 80, 119, 120, 126
7705	MERCADO JULIANO LTDA	37, 82, 115
7436	MERCADO SANANDUVA LTDA ME	65, 74, 104, 109, 116, 117
7517	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	15, 16, 24, 29, 46, 56, 60, 69, 87, 89, 94, 114, 121
7423	SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LTD	70, 71, 96, 122
6443	SUPER SACOLÃO FIGUEIREDO - COM. DE FRUTAS E VERD L	9, 20, 21, 22, 50, 81, 83, 97, 99, 100, 125, 127

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	05.919.156/0001-94	RAFAEL DE LARA	096.629.339-80
CAPINZAL CENTER LTDA	07.383.088/0001-17	ENIO DELAZERI	453.533.100-63
CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	26.556.616/0001-37	JONATHAN DE LIMA PINTO	081.227.589-67
CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA	79.851.507/0001-09	ITAMAR TOSCAN	384.798.269-91
FIGUEIREDO & KLAUS LTDA.	76.279.223/0001-00	JEFERSON KLAUZ	033.859.749-25
MERCADO JULIANO LTDA	81.631.939/0001-56	RAFAEL MAURICIO RECALCATTI	042.636.929-77
MERCADO SANANDUVA LTDA ME	03.005.106/0001-76	GILBERTO RIBEIRO	424.352.180-87
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	GILMAR GURALSKI	071.777.699-94
SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LTD	17.874.119/0001-96	- - -	- - -
SUPER SACOLÃO FIGUEIREDO - COM. DE FRUTAS E VERD L	173.593.501/0001-00	THIAGO FIGUEIREDO	047.591.979-31

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTIGRANJEIROS, PARA CONSUMO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 2/14
 Processo Nº: 4/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 3/2018

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6008 - CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
106	PÃO BRANCO FATIADO - EMBALAGEM COM NO MINIMO 24 FATIAS	UN		250,000	5,9400	1.485,00
107	PÃO FRANCES 50 G	KG		2.500,000	10,2000	25.500,00
108	PÃO INTEGRAL FATIADO - EMBALAGEM COM NO MINIMO 24 FATIAS	UN		250,000	6,2400	1.560,00

Fornecedor: 6443 - SUPER SACOLÃO FIGUEIREDO - COM. DE FRUTAS E VERD L

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	ALFACE, EM MAÇO, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	MÇ		672,000	1,9700	1.323,84
20	BATATA LAVADA DE PRIMEIRA, TIPO INGLESA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG		3.500,000	2,6900	9.415,00
21	BATATA SALSA, LISA; DE PRIMEIRA QUALIDADE; INTACTA E FIRME; SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES E CORTES; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; DESENVOLVIDA; ISENTA DE SUJIDADES E LARVAS. LIVRE DE BROTO.	KG		350,000	7,4000	2.590,00
22	BETERRABA, TIPO SEM FOLHAS, CLASSIFICAÇÃO EXTRA, TAMANHO E COLORAÇÃO: UNIFORMES, CARACTERÍSTICAS: PRODUTO SELECIONADO CONSISTENTE AO TOQUE E ISENTA DE PARTES AMASSADAS OU BATIDAS.	KG		420,000	4,4000	1.848,00
50	CHUCHU, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPOR	KG		630,000	2,3900	1.505,70
81	MAMÃO, TIPO FORMOSA, 1ª QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES;	KG		300,000	4,7000	1.410,00
83	MANGA DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES;	KG		170,000	4,6000	782,00
97	MELÃO AMARELO. DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CASCA UNIFORME, AROMA E SABOR DA ESPÉCIE, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, FIRMES	KG		280,000	4,4500	1.246,00
99	MORANGA CABOTIÁ NOVA, DE 1º QUALIDADE.	KG		450,000	2,9500	1.327,50
100	MOSTARDA/ACELGA, QUE APRESENTA FOLHAS INTERNAS E EXTERNAS COMPACTAS, LIVRE DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES;	UN		350,000	4,1000	1.435,00
125	TEMPERO VERDE, EM MAÇO, COM NO MÍNIMO 200GR, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	MÇ		420,000	4,9800	2.091,60
127	VAGEM MACARRÃO, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG		350,000	7,8000	2.730,00

Fornecedor: 6544 - FIGUEIREDO & KLAUS LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABOBRINHA VERDE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG		490,000	2,9500	1.445,50
10	ALHO - EMBALAGEM DE 100G	UN		150,000	3,9400	591,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/14

Processo Nº: 4/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 3/2018

Fornecedor: 6544 - FIGUEIREDO & KLAUS LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	BANANA CATURRA DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG		420,000	2,2000	924,00
19	BATATA DOCE LAVADA DE COLORAÇÃO ROXA EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG		490,000	3,2000	1.568,00
30	BRÓCOLIS CABEÇA, COM FOLHAS E FLORES VERDES, NÃO AMARELADAS, DE 1º QUALIDADE.	MÇ		420,000	3,7300	1.566,60
39	CEBOLA DE PRIMEIRA, BRANCA, TAMANHO MÉDIO COM CASCA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG		630,000	4,8900	3.080,70
40	CENOURA, SEM RACHADURAS, RAÍZES NÃO APODRECIDAS, SEM EMISSÃO DE BROTO LATERAIS, NÃO DANIFICADAS NA COLHEITA, FRESCA, TAMANHO MÉDIO, LIVRES DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES.	KG		630,000	3,4200	2.154,60
53	COUVE-FLOR, COM FOLHAS VERDES NÃO AMARELADAS, SEM BOLORES, SEM MACHUCADURAS, DE 1º QUALIDADE.	UN		350,000	4,3900	1.536,50
75	LARANJA PERA, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, COM CASCA ÍNTEGRA E FIRME, SEM MACHUCADURAS, DE 1º QUALIDADE.	KG		350,000	2,7000	945,00
80	MAÇA NACIONAL GALA OU FUGI DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KG		250,000	5,6500	1.412,50
119	REPOLHO FRESCO, QUE APRESENTA FOLHAS INTERNAS E EXTERNAS COMPACTAS, LIVRE DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES;	KG		420,000	2,9200	1.226,40
120	REPOLHO ROXO, QUE APRESENTA FOLHAS INTERNAS E EXTERNAS COMPACTAS, LIVRE DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES;	KG		210,000	3,8500	808,50
126	TOMATE GRAÚDO, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM MACHUCADURAS E COR VERMELHA NA SUA EXTENSÃO, DE 1º QUALIDADE.	KG		770,000	5,3700	4.134,90

Fornecedor: 7170 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AÇÚCAR BRANCO REFINADO, DE PRIMEIRA, BRANCO, ESPECIAL PENEIRADO, ISENTA DE FERMENTAÇÕES, MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. EMBALAGEM ATÓXICA DE 5 KG.	PCT	4883 SABOR	400,000	10,0800	4.032,00
14	AMIDO DE MILHO, O PRODUTO DEVE ESTAR EM EMBALAGEM DE 1 KG. NÃO DEVERÁ CONTER GLÚTEN	KG	1746 BELA	50,000	4,7500	237,50
26	BISCOITO DOCE TIPO SORTIDO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR INVERTIDO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, BICARBONATO DE AMÔNIA, LECITINA DE SOJA, BICARBONATO DE SÓDIO, SAL, AROMA DE BAUNILHA. EMBALAGEM DE ATÉ 800GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 8 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO DE NO MÁXIMO DE 30 DIAS.	PCT	2184 PRODAI	210,000	7,4000	1.554,00
28	BISCOITO SALGADO INTEGRAL, PRODUZIDO A PARTIR DE MATÉRIA PRIMA Sã E LIMPA. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, FARELO DE TRIGO, FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, AÇÚCAR LÍQUIDO INVERTIDO, SAL, AÇÚCAR, EXTRATO DE MALTE, FERMENTOS QUÍMICOS, AROMATIZANTE E MELHORADOR DE FARINHA. EMBALAGEM: PACOTE EM PAPEL IMPERMEÁVEL, COM DUPLA PROTEÇÃO, LACRADO, PESO LÍQUIDO DE 400G.	PCT	2089 COROA	280,000	5,3000	1.484,00
32	CALDO GALINHA, CONTENDO NO MÍNIMO 114 GRAMAS COM 12 CUBOS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	APTI	840,000	2,5400	2.133,60
33	CANELA EM CASCA EM EMBALAGEM DE 20 GRAMAS	UN	2719 BELA	42,000	2,2500	94,50
34	CANELA EM PÓ PURA, EMBALAGEM DE 35GRAMAS	UN	2720 BELA	28,000	2,4000	67,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/14
 Processo Nº: 4/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 3/2018

Fornecedor: 7170 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	CANJIQUEIRA: QUIRERA DE MILHO AMARELO, NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS E IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO EMBALAGEM 500GR	UN	1871 DAJU	224,000	1,9500	436,80
41	CEREAL INFANTIL ARROZ: FARINHA DE ARROZ (87%), AÇÚCAR, FOSFATO DISSÓDICO, CARBONATO DE CÁLCIO, MISTURA DE VITAMINAS E MINERAIS (VITAMINAS A, D, E, C, B1, B2, B6, B12, K, BIOTINA, NIACINA, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, ZINCO E IODO), PIROFOSFATO FÉRRICO E AROMATIZANTE. EMBALAGEM NO MÍNIMO 230 G	UN	2890 NUTRIB	70,000	3,0000	210,00
43	CEREAL INFANTIL MULTICEREAIS: FARINHA DE ARROZ (87%), AÇÚCAR, FOSFATO DISSÓDICO, CARBONATO DE CÁLCIO, MISTURA DE VITAMINAS E MINERAIS (VITAMINAS A, D, E, C, B1, B2, B6, B12, K, BIOTINA, NIACINA, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, ZINCO E IODO), PIROFOSFATO FÉRRICO E AROMATIZANTE. EMBALAGEM NO MÍNIMO 230 G	UN	2892 NUTRIB	70,000	6,4000	448,00
54	CRAVO, TIPO CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL. APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL. PACOTE COM 40G.	UN	BELA	28,000	3,3000	92,40
66	FORMULA INFANTIL COM FERRO E PREBIÓTICOS PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES, COM 4G/LITROS DE GOS/FOS, INDICADA PARA MELHORA NA CONSISTÊNCIA DAS FEZES, AUMENTO NA FREQUÊNCIA DAS EVACUAÇÕES E EFEITO BIFIDOGÊNICO. DIETA PARA LACTENTES COM CONSTIPAÇÃO. EMBALAGEM LATA DE 800GR.	UN	1855 APTAMII	25,000	51,8700	1.296,75
67	FORMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE (0 A 12 MESES) COM PREDOMINÂNCIA DO SORO DO LEITE, DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS, PARA LACTENTE COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE. LATA 400G.	UN	APTAMIL SL	10,000	30,4000	304,00
68	FORMULA INFANTIL PARA PREMATUROS E RECÉM NASCIDOS DE BAIXO PESO, COM ADIÇÃO DE LC-PUFAS. EMBALAGEM LATA COM NO MÍNIMO 400G	UN	APTAMIL PRE	10,000	32,9500	329,50
91	MASSA COM OVOS, TIPO MASSA COM LETRINHAS: SÊMOLA, DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS, CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA. EMBALAGEM 500 G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	1118 GERMAI	280,000	2,4000	672,00
92	MASSA DE ARROZ SEM GLÚTEN COM OVOS PARA FUSO SEM GORDURAS TRANS. EMB. 500G	UN	URBANO	140,000	2,4000	336,00
111	PÓ PARA GELATINA EMBALAGEM 85G - SABORES DIVERSOS	UN	BELA/LEO	1.050,000	0,9400	987,00
112	PÓ PARA PUDIM COM LEITE SABOR (BAUNILHA, MORANGO, COCO, CARAMELO E CHOCOLATE). INGREDIENTES: AÇÚCAR REFINADO, LEITE EM PÓ INTEGRAL, AMIDO DE MILHO, AROMA NATURAL DE CADA SABOR E CORANTE ARTIFICIAL. EMBALAGEM COM 05 SABORES DE 40G.	UN	LEO	350,000	2,4500	857,50

Fornecedor: 7304 - CAPINZAL CENTER LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ACHOCOLATADO EM PÓ OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PÓ SOLÚVEL, AÇÚCAR REFINADO, EXTRATO DE MALTE E/OU MALTODEXTRINA, ANTIOXIDANTE ÁCIDO ASCÓRBICO E AROMATIZANTE, PODENDO CONTER SAL, LEITE EM PÓ E/OU SORO DE LEITE, VITAMINAS E MINERAIS, ALÉM DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS APROVADAS QUE CARACTERIZEM O PRODUTO, AS QUAIS DEVEM SER MENCIONADAS. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ISENTO DE SOJA E DERIVADOS, EXCETO LECITINA DE SOJA, E DE FARINHAS E/OU ESPESANTES NA SUA FORMULAÇÃO. NÃO DEVERÁ CONTER CORANTES E CONSERVANTES. EMBALAGEM RÍGIDA DE 400G.	UN	marilu	56,000	3,9700	222,32
4	AÇÚCAR DE BAUNILHA EM PÓ - EMBALAGEM 40G	UN	incas	70,000	1,9700	137,90
5	AÇÚCAR SACHE 5G - CX COM 1000 SACHES	CX	caravelas 4	25,000	25,0600	626,50
7	ADOÇANTE LÍQUIDO 100ML	UN	marata	70,000	23,3600	1.635,20
8	ÁGUA DE COCO EMB. TETRA PAK 200ML	UN	ducoco	1.200,000	2,2800	2.736,00
12	ALIMENTO A BASE DE SOJA 200ML SABORES VARIADOS	UN	ades	1.000,000	2,3400	2.340,00
13	ALIMENTO A BASE DE SOJA "LIGHT" 200ML EMBALAGEM TETRA PAK - SABORES VARIADOS	UN	ades	1.000,000	3,2100	3.210,00
17	AZEITE DE OLIVA SACHE DE 4ML - CX COM 182 SACHES	CX	vale	15,000	49,6100	744,15
23	BISCOITO DE POLVILHO, FORMATO DE ROSCA- NÃO CONTÉM GLÚTEN; EMBALAGEM ENTRE 80 A 100 G, VALIDADE: 90 DIAS, INGREDIENTES: POLVILHO DE MANDIOCA, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, REFINADO, LEITE E OVOS.	PCT	germai	392,000	3,9700	1.556,24

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/14

Processo Nº: 4/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 3/2018

Fornecedor: 7304 - CAPINZAL CENTER LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	BISCOITO DOCE TIPO MARIA, PRODUZIDO A PARTIR DE MATERIA PRIMA Sã E LIMPA. MASSA BEM ASSADA, SEM RECHEIO E SEM COBERTURA. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR, E AÇÚCAR LÍQUIDO INVERTIDO, LEITE EM PÓ DESNATADO, FERMENTOS QUÍMICOS, AROMATIZANTE, E MELHORADOR DE FARINHA. EMBALAGEM: PACOTE DE PAPEL IMPERMEÁVEL COM DUPLA PROTEÇÃO, LACRADO, PESO LÍQUIDO DE 400G.	PCT	vitoria	280,000	4,3000	1.204,00
27	BISCOITO SALGADO CRACKER COM GERGELIM - PCT CONTENDO 400 GR	UN	orquidea	280,000	5,3700	1.503,60
36	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 10% DE GORDURA DEVE SER ISENTA DE CARTILAGENS E OSSOS E CONTER NO MÁXIMO DE 3 % DE APONEUROSSES, COM REGISTRO NO SIF OU SISP - EMBALAGEM DE 1 KG:	KG	fribaz	770,000	13,0000	10.010,00
38	CARNE DE FRANGO, TIPO COXA E SOBRECOXA, CONGELADA, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA. DE ACORDO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, OS CORTES NÃO PODEM TER ADIÇÃO DE ÁGUA, EMBALAGEM PRIMÁRIA COM PESO LÍQUIDO DE, NO MÍNIMO, 1 KG	KG	nat	3.000,000	5,9600	17.880,00
42	CEREAL INFANTIL MILHO: FARINHA DE MILHO (78%), AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, FOSFATO DISSÓDICO, CARBONATO DE CÁLCIO, MISTURA DE VITAMINAS E MINERAIS (VITAMINAS A, D, E, C, B1, B2, B6, B12, K, BIOTINA, NIACINA, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, ZINCO E IODO), PIROFOSFATO FÉRRICO, SAL E AROMATIZANTE. EMBALAGEM NO MÍNIMO 230 G	UN	nutrimental	70,000	2,9900	209,30
44	CHA DE CAMOMILA SACHE 15G; CX COM 10 SACHES	CX	nobel	300,000	2,5900	777,00
45	CHA DE HORTELÃ SACHE 15G; CX COM 10 SACHES	CX	nobel	300,000	3,6900	1.107,00
47	CHÁ SABOR CIDREIRA SACHE 10G; CX COM 10 SACHES	CX	nobel	300,000	3,5900	1.077,00
48	CHÁ SABOR ERVA DOCE SACHE 10G; CX COM 10	CX	nobel	300,000	3,3000	990,00
49	CHOCOLATE GRANULADO. PACOTE DE 500G	PCT	incas	28,000	11,1400	311,92
51	COCO RALADO, SEM GLÚTEN, DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO, EMBALAGEM DE 100 GRAMAS;	UN	apti	140,000	3,6900	516,60
52	COOKIES INTEGRAL SEM AÇÚCAR, SABOR DIVERSOS, EMBALAGEM APROX 150 G, VALIDADE MÍNIMA 3 MESES A PARTIR DA ENTREGA	PCT	orquidea	280,000	5,4800	1.534,40
55	CREME DE LEITE UHT COM TEOR DE GORDURA ENTRE 20 A 25% DE GORDURA. EMBALAGEM TETRA PAK 200GR	UN	tirol	420,000	2,3900	1.003,80
57	DOCE DE LEITE, CONTÉM, AÇÚCAR, XAROPE DE GLICOSE, AMIDO DE MILHO ANTIUMECTANTE E ESTABILIZANTE, BICARBONATO DE SÓDIO, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO, REGULADOR DE ACIDEZ, CITRATO TRISSÓDICO DIHIDRATADO, EMBALAGEM 1KG. DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 8 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SIF.	UN	docito	15,000	10,9000	163,50
58	ERVILHA COZIDA EM CONSERVA DE SALMOURA (ÁGUA E SAL), EMBAL.	UN	fugini	420,000	1,7900	751,80
59	EXTRATO TOMATE, DE 1ª QUALIDADE, CONCENTRADO (A BASE DE TOMATE, SAL E ADITIVOS PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE), COR VERMELHO, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PELE E SEMENTES. EMBAL. TETRA PAK OU SACHET DE 340G.	UN	bonare	1.050,000	3,3400	3.507,00
61	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL: ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO NAS PROPORÇÕES DETERMINADAS PELA ANVISA. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG. DEVE APRESENTAR ROTULAGEM COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	gardenia	70,000	9,3400	653,80
62	FEIJÃO CARIOCA T1 1KG	KG	boneila	100,000	4,6700	467,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/14

Processo Nº: 4/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 3/2018

Fornecedor: 7304 - CAPINZAL CENTER LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
63	FEIJÃO PRETO: TIPO 1,- DA ÚLTIMA SAFRA, OS GRÃOS DEVEM SER LIMPOS, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS, EMBALAGEM 1KG, PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES. DEVERÁ CONSTAR NO RÓTULO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA FEIJÃO PRETO T1 1KG;	KG	boniela	560,000	4,0400	2.262,40
64	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO: EMBALAGEM 100G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	UN	apti	28,000	2,9300	82,04
72	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO, MATERIAL CELULOSE (100% BRANCA), MACIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22,5 CM X 19,5 CM, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SEM FUROS, MATERIAIS ESTRANHOS OU SUJIEDADES, EMBALADOS EM PACOTES PLÁSTICOS DE 50 UNIDADES, TIPO FOLHAS DUPLAS.	UN	topy	200,000	0,8000	160,00
76	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO COM VITAMINAS C e D. EMBALAGEM LATA COM NO MINIMO 400G.	UN	de casa	25,000	10,6000	265,00
77	LEITE PASTEURIZADO TIPO C: ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, 1 LT CADA. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, E REGISTRO NO SIF. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 DIAS, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	L	tirol	15.000,000	2,8100	42.150,00
78	LEITE UHT: LEITE SEMIDESNATADO LONGA VIDA UHT SEM LACTOSE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TETRA PACK CONTENDO 1 L CADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E SIF. VALIDADE MÍNIMA DE 60 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	L	terra viva	336,000	3,2000	1.075,20
79	LENTILHA GRAUDA T1 500G	KG	daju	100,000	5,3900	539,00
84	MANTEIGA EXTRA SEM SAL BLISTER 10G - CX COM 192 UND	CX	bom sabor	7,000	101,9900	713,93
85	MARGARINA CREMOSA COM SAL EM TABLETE 10 G - CX COM 192 UN.	CX	bom	15,000	44,1700	662,55
86	MARGARINA CREMOSA SEM SAL EM TABLETE 10G - CX COM 192 UN.	CX	bom	15,000	44,1800	662,70
88	MARGARINA VEGETAL SEM SAL 500G	UN	claybom	168,000	5,0900	855,12
90	MASSA CARAMUJINHO COM OVOS 500G	PCT	orquidea	280,000	3,7900	1.061,20
93	MASSA ESPAGUETE FINO COM OVOS 500 G	PCT	flor de lis	560,000	1,1800	660,80
95	MASSA TIPO PENE COM OVOS 500 G	PCT	diana	280,000	2,5900	725,20
98	MILHO VERDE COZIDO EM CONSERVA DE SALMOURA (ÁGUA E SAL), EMBAL. SACHET 200G;	UN	fugini	420,000	1,2900	541,80
101	ÓLEO DE SOJA 900 ML CX C/ 20 LATAS	UN	coamo	1.000,000	3,4800	3.480,00
102	OREGANO DESIDRATADO, DEVE SER CONSTITUÍDO DE FOLHAS SÁS, LIMPAS E DESIDRATADAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO VERDE PARDACENTA, ASPECTO, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, COM DIZERES DE ROTULAGEM, DATA DE VALIDADE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 - EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	PCT	incas	16,000	26,9400	431,04
103	OVOS DE GALINHA, FRESCOS, INSPECIONADOS, COM PESO MÍNIMO DE 55 G POR UNIDADE, EMBALAGEM COM PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE, CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL.	DZ	surdi	420,000	4,9000	2.058,00
105	PALITO DENTAL EMBALADO INDIVIDUALMENTE - CX COM 2000 UND	CX	parana	10,000	20,4600	204,60
110	PÓ PARA GELATINA "DIET" EMBALAGEM 12G	UN	apti	1.100,000	2,0500	2.255,00
113	POLPA DE FRUTA 100% NATURAIS, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, CORANTES OU AÇÚCARES, COM EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNIPA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTE 400 G COM 4 UNIDADES DE 100G. SABORES VARIADOS (ABACAXI - ABACAXI COM HORTELÃ - GOIABA - LARANJA - LARANJA COM MAMÃO - LIMÃO - MAMÃO - MANGA - MARACUJÁ - MELANCIA - MELÃO - MORANGO - PÊSSEGO - TANGERINA - UVA);	PCT	so fruta	2.100,000	8,7700	18.417,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/14
 Processo Nº: 4/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 3/2018

Fornecedor: 7304 - CAPINZAL CENTER LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
118	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, RESFRIADO, INTERFOLHADO EM EMBALAGEM DE 200 A 300G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO.	PCT	sta barbara	490,000	8,9600	4.390,40
123	SAL REFINADO IODADO OU IODETADO, PARA USO DOMÉSTICO. EMBALAGEM DE 1 KG;	KG	zizo	350,000	0,9800	343,00
124	SUPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ PARA USO ORAL ENRIQUECIDO DE VITAMINAS, MINERAIS PARA CARENCIA NUTRICIONAL. SEM GLUTEM E GORDURAS TRANS. EMBALAGEM LATA 400 A 450 GRS. SABORES: MORANGO, BAUNILHA, CHOCOLATE.	UN	aptamil	20,000	49,2700	985,40
128	VINAGRE DE VINHO TINTO FRASCO DE 750 ML 1ª QUALIDADE	UN	koller	196,000	4,3900	860,44
129	VINAGRE SACHE 4ML - CX COM 182 SACHES	CX	c	14,000	20,5900	288,26

Fornecedor: 7423 - SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
70	GELÉIA DIET TABLETE 15G SABORES DIVERSOS - CX COM 144 UN.	CX		15,000	68,6900	1.030,35
71	GELÉIA EM TABLETE 15 G - SABORES DIVERSOS - CX C/ 144 UN.	CX		14,000	37,5400	525,56
96	MEL PURO TRANSLÚCIDO, FIRME, DE AROMA CARACTERÍSTICO, LIVRE DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO NA FORMA DE BLISTERS, UNIDADE 15 GRAMAS; QUANTIDADE/CAIXA 144 UNIDADES	CX		14,000	68,9300	965,02
122	SAL REFINADO IODADO EMBALAGEM SACHÊ 1G CX COM 2.000 UN.	CX		6,000	15,4200	92,52

Fornecedor: 7436 - MERCADO SANANDUVA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
65	FILÉ PEITO FRANGO S/ OSSO E S/ PELE - BANDEJA 1 KG	KG	SEARA	770,000	10,1600	7.823,20
74	IOGURTE - CONTENDO LEITE PASTEURIZADO, AÇÚCAR, COM PREPARADO (AÇÚCAR CRISTAL, POLPA ESPESSANTE/CARBOXIMETILCELULOSE, AROMA IDENTICO AO NATURAL, ACIDULANTE/ACIDOLÁTICO DE POTASSIO), ESPESSANTE (GELATINA, AMIDO E AÇÚCAR), AROMA IDENTICO AO NATURAL, CORANTE NATURAL E FERMENTO LÁCTEO. COLORIDO ARTIFICIALMENTE. SEM GLUTEM. SABORES DIVERSOS. BANDEJA DE 540 GR COM 06 COPOS	UN	TIROL	1.000,000	4,1700	4.170,00
104	PALETA BOVINA SEM OSSO, COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM, PROCEDENCIA NA EMBALAGEM, RESFRIADA, PCT COM 2KG	KG	FRIPANDO	850,000	19,7800	16.813,00
109	PERNIL SUÍNO SEM PELE E SEM OSSO COM NO MÁXIMO DE 4% DE GORDURA, DESOSSADO, COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM PROCEDENCIA NA EMBALAGEM.	KG	FRIPANDO	560,000	11,4500	6.412,00
116	QUEIJO CREMOSO PROCESSADO 18G - CX COM 144 UNIDADES	CX	VIGOR	14,000	111,9900	1.567,86
117	QUEIJO MUSSARELA 2 KG - COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM, PROCEDENCIA NA EMBALAGEM, RESFRIADO.	KG	GARCIA	140,000	33,9300	4.750,20

Fornecedor: 7517 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	ARROZ INTEGRAL CLASSE LONGO, FINO, TIPO I INTEGRAL. EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1 KG	PCT	fazenda	225,000	2,9000	652,50
16	ARROZ PARBOILIZADO CLASSE LONGO, FINO, TIPO 1 - EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PCT DE 5KG	PCT	moenda	450,000	9,9000	4.455,00
24	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA, PRODUZIDO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMA SÃ E LIMPAS. MASSA BEM ASSADA, SEM RECHEIO E SEM COBERTURA. NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM QUEBRADIÇO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR LÍQUIDO INVERTIDO, AMIDO DE MILHO, SAL, LEITE EM PÓ DESNATADO, FERMENTOS QUÍMICOS, AROMATIZANTE E MELHORADORES DE FARINHA E MELHORADOR DE FARINHA EMBALAGEM: PACOTE DE PAPEL IMPERMEÁVEL COM DUPLA PROTEÇÃO, LACRADO, PESO LÍQUIDO DE 400 G.	PCT	luam	350,000	3,3500	1.172,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 8/14
 Processo Nº.: 4/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2018

Fornecedor: 7517 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER, PRODUZIDO A PARTIR DE MATÉRIA PRIMA SÃ E LIMPA. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR, EXTRATO DE MALTE, SORO DE LEITE EM PÓ, BICARBONATO DE SÓDIO E AROMATIZANTE. EMBALAGEM: PACOTE EM PAPEL IMPERMEÁVEL, COM DUPLA PROTEÇÃO, LACRADO, PESO LÍQUIDO DE 400G.	PCT	Iuam	392,000	4,1000	1.607,20
46	CHA DE MAÇÃ SACHE 15G; CX COM 10 SACHES	CX	neilar	300,000	3,4500	1.035,00
56	DOCE CREMOSO, CONTENDO: POLPA DE FRUTA, AÇÚCAR DE GLICOSE, PECTINA, ÁCIDO, BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO. UM. 1 KG - SABORES DIVERSOS;	UN	carlinhos	90,000	12,7900	1.151,10
60	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU - AMARELA, GRÃO DE MILHO TORRADO ISENTA DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO CONTENDO 1KG	KG	ipanema	130,000	3,8000	494,00
69	FUBÁ DE MILHO AMARELO: EMBALAGEM 1KG: ENRIQUECIDO COM ÁCIDO FÓLICO E FERRO NAS PROPORÇÕES DETERMINADAS CONFORME LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECÍFICA VIGENTE, NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS E IMPUREZAS, BOLOR, OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, O PRODUTO ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE BEM VEDADO, EMBALAGEM DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES.	KG	monte claro	140,000	2,6300	368,20
87	MARGARINA VEGETAL C/ SAL 60% DE LÍPIDIOS - 500G	UN	coamo	168,000	4,9900	838,32
89	MASSA CABELO DE ANJO PARA SOPA COM OVOS 500 G	PCT	rosane	280,000	4,0500	1.134,00
94	MASSA PARAFUSO COM OVOS 500 G	PCT	maestro	560,000	2,2000	1.232,00
114	PREPARO SÓLIDO PARA REFRESCO ARTIFICIAL, COM AROMATIZANTE SINTÉTICO IDENTICO AO NATURAL - COLORIDO ARTIFICIALMENTE, SEM GLUTEM, SABORES UVA, TANGERINA E MANGA - PACOTE COM 1KG PARA PREPARO DE NO MÍNIMO 10 LITROS.	PCT	celli	80,000	5,4000	432,00
121	SAGU, PACOTE DE 500 GRAMAS, TIPO: PRIMEIRA, VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO	UN	prata	70,000	3,9300	275,10

Fornecedor: 7596 - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, TIPO TRADICIONAL OU DE MELHOR QUALIDADE, QUE NÃO CONTÉM GLÚTEN, PROCEDENTE DE GRÃOS SÃOS, LIMPO E ISENTO DE IMPUREZAS, DE QUALIDADE TRADICIONAL (NOTA MÍNIMA 4,9), CONSTITUÍDO DE CAFÉ RÁBICO OU COMBINADO COM ROBUSTA/CONILLON, QUE ATENTA OS REQUISITOS DE QUALIDADE GLOBAL DA BEBIDA. 100% FABRICAÇÃO BRASILEIRA. EMBALAGEM: A VÁCUO DE ALTO DESEMPENHO, METALIZADA, TIPO TIJOLO DE 500 G C/ SELO DA ABIC.	PCT	ODEBRECHT	1.500,000	10,4400	15.660,00

Fornecedor: 7705 - MERCADO JULIANO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	CARNE BOVINA, DE COXÃO MOLE, CORTADOS EM BIFES, RESFRIADA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM OSSO C/ 4 % DE GORDURA E CARIMBO SIE, EM EMBALAGENS COM NO MÁXIMO 1 KG	KG	NEIS	840,000	23,8000	19.992,00
82	MANDIOCA/AIPIM DESCASCADA COM COLORAÇÃO BRANCA SEM RESQUÍCIOS DE RESÍDUOS DE MATÉRIA TERROSAS, PARASITAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. EMBALAGEM EM PACOTES TRANSPARENTES CONGELADAS EM PACOTES DE 1 KG.	KG	popi	280,000	4,9800	1.394,40
115	PRESUNTO COZIDO FATIADO, RESFRIADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. EMBALAGEM DE 200 A 300G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO.	PCT	perdigão	490,000	6,2000	3.038,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 9/14
Processo Nº.: 4/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 10/14
Processo Nº.: 4/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 11/14
Processo Nº.: 4/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 12/14
Processo Nº.: 4/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 13/14
Processo Nº.: 4/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIOPágina: 14/14
Processo Nº.: 4/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2018**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 20 de Junho de 2018.

STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER
ADMINISTRADOR GERAL

Empresas Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
CAPINZAL CENTER LTDA	CNPJ: 07.383.088/0001-17	_____
CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 26.556.616/0001-37	_____
CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA	CNPJ: 79.851.507/0001-09	_____
FIGUEIREDO & KLAUS LTDA.	CNPJ: 76.279.223/0001-00	_____
MERCADO JULIANO LTDA	CNPJ: 81.631.939/0001-56	_____
MERCADO SANANDUVA LTDA ME	CNPJ: 03.005.106/0001-76	_____
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 07.814.016/0001-87	_____
SACHETERIA COMERCIO ATACADISTA DE MAERCADORIAS LT	CNPJ: 17.874.119/0001-96	_____
SUPER SACOLÃO FIGUEIREDO - COM. DE FRUTAS E VERD L	CNPJ: 73.593.501/0001-00	_____

ATA RP 04/2018 - FHJA

Publicação Nº 1661193

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 1/7
 Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2018

No dia 21 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) ADMINISTRADOR GERAL, o Sr(a). STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER, inscrito no CPF sob o nº. 025.483.919-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2018, Processo Licitatório nº. 5/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA, PARA USO NO SETOR DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7708	ADRIANO LUIZ TESSER	
7707	CLAUDIO RAFHAEL BARBOSA	
6878	MARMOGÁS COM. TRANSP. E DISTR. DE GÁS LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ADRIANO LUIZ TESSER	27.907.945/0001-48	ADRIANO LUIZ TESSER	789.850.649-91
CLAUDIO RAFHAEL BARBOSA	28.743.767/0001-20	CLAUDIO RAFHAEL BARBOSA	095.587.559-58
MARMOGÁS COM. TRANSP. E DISTR. DE GÁS LTDA	09.048.177/0001-32	PATRICK ERNANE MORAES	034.592.999-32

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA, PARA USO NO SETOR DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6878 - MARMOGÁS COM. TRANSP. E DISTR. DE GÁS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CARGA DE GÁS P - 45	BTJ	ULTRAGAZ	200,000	249,0000	49.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 2/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 21 de Junho de 2018.

STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER
ADMINISTRADOR GERAL

Empresas Participantes:

ADRIANO LUIZ TESSER

CNPJ: 27.907.945/0001-48 _____

CLAUDIO RAFAEL BARBOSA

CNPJ: 28.743.767/0001-20 _____

MARMOGÁS COM. TRANSP. E DISTR. DE GÁS LTDA

CNPJ: 09.048.177/0001-32 _____

RG 23_18 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA SECRETARIA DE OBRAS

Publicação Nº 1661001

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/9
 Processo Nº.: 85/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2018

No dia 21 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 59/2018, Processo Licitatório nº. 85/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA, PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS DE CAMPOS NOVOS, PRAÇAS, RODOVIÁRIA E ALIMENTAÇÃO PARA PESSOAL QUE PRESTA SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10732	AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	13, 29, 34
9954	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	27, 36, 48
10455	CAPINZAL CENTER LTDA - ME	1, 2, 3, 5, 6, 7, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60
11008	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	
10002	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	8, 9, 10, 56
6127	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	23, 30, 31, 33, 42, 44, 45

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	13.467.809/0001-70	AIRTON SILVA DA MOTTA	947.328.769-00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	RAFAEL DE LARA	096.629.339-80
CAPINZAL CENTER LTDA - ME	07.383.088/0001-17	ENIO DELAZARI	453.533.100-63
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	DEIVID DE CARVALHO CARARO	993.770.552-53
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	11.499.653/0001-83	RENATO EDMUNDO PINTRO	039.420.469-70
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	85.248.680/0001-10	ROBERTO ANTONIO TESSARO	518.086.929-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA, PARA USO DA SECRETARIA DE OBRAS DE CAMPOS NOVOS, PRAÇAS, RODOVIÁRIA E ALIMENTAÇÃO PARA PESSOAL QUE PRESTA SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6127 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	GARFO DE MESA EM AÇO INOX. COM CABO REVESTIDO EM POLIPROPILENO NA COR BRANCA	UN	SIMONAGIO	50,000	1,4000	70,00
30	NAFTALINA EM BOLAS, PACOTE COM 30 GR	UN	SANY	100,000	1,1000	110,00
31	PALHA DE AÇO Nº 2	UNI	VEGA	150,000	0,6000	90,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/9
 Processo Nº.: 85/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2018

Fornecedor: 6127 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
33	PANO DE CHÃO 100% ALGODÃO, TIPO SACO ALVEJADO TAMANHO APROXIMADO 70 CM X 50 CM	UN	MARTIMPANC	150,000	1,6000	240,00
42	QUEROSENE, EMBALAGEM COM 1 LITRO	UN	AGICOPEL	230,000	7,0000	1.610,00
44	SABÃO EM BARRA, GLICERINADO, NA COR AMARELA CLARA, EMBALAGEM COM 05 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA.	PCT	ZAVASKI	70,000	3,5500	248,50
45	SACO PARA LIXO ALTAMENTE RESISTENTE, ROLO COM 50 UNIDADES, CAPACIDADE 100 LITROS	PCT	VISION	220,000	8,4000	1.848,00

Fornecedor: 9954 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	LIMPADOR DE VIDROS 500 ML COM GATILHO. LIMPA E DESENGORDURA. EMBALAGEM: FRASCO DE PLÁSTICO DE 500ML, COM TAMPA FLIP-TOP, COM BICO DOSADOR ECONÔMICO DE ESPIRRAR	UNI	BELLADONA	150,000	4,0000	600,00
36	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, FOLHAS DUPLAS, picotado e grofado, Macio, neutro, homogêneo, e de alta absorção, não poderá esfregar durante o uso. Não poderá apresentar: odor desagradável (não característico), corte imperfeito ou enrugamento com dobras. Deverá ainda ser enrolado de maneira uniforme em um tubo de papelão, apresentando corte lateral sem rebarbas, rolo com 30 metrosX10 cm, embalagem com 04 unidades e acondicionados em fardos com 64 rolos. 100% fibras celulósicas virgens com controle bacteriológico. Prazo de validade por tempo indeterminado.	FRD	GUIPEL	400,000	42,9500	17.180,00
48	SAL TEMPERADO, EMBALAGEM 01Kg	KG	GARCA	25,000	0,9900	24,75

Fornecedor: 10002 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	CERA EM PASTA INCOLOR LATA 375 G	UNI	GUANABARA	20,000	6,9500	139,00
9	CERA LIQUIDA INCOLOR 750 ML	UNI	RUBI	20,000	2,4000	48,00
10	COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA 180 ML COM 100 UNIDADES	PCT	COPO FORTE	200,000	1,8500	370,00
56	TOALHA DE ROSTO FELPUDAS, TAMANHO APROXIMADO 50X70, 100% ALGODÃO.	UN	MARTINS	20,000	4,3500	87,00

Fornecedor: 10455 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AÇUCAR - PACOTE COM 5KG	PCT	docesucar	20,000	8,6500	173,00
2	AGUA SANITÁRIA DE USO GERAL, EMBALAGEM COM 01 LITRO, TEOR MÍNIMO DE CLORO ATIVO DE 2,0-2,5% P/P. ROTULAGEM CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE, LOTE, TEOR DE CLORO ATIVO E REGISTRO NA ANVISA. EMBALAGEM BEM VEDADA, COM FECHAMENTO QUE IMPEÇA VAZAMENTOS.	UN	ideal	500,000	1,3200	660,00
3	ÁLCOOL TRADICIONAL 46 INPM FRASCO 1L	UN	tupi	210,000	2,9400	617,40
5	BIFE, CARNE BOVINA, COXÃO MOLE	KG	friprando	500,000	22,9800	11.490,00
6	CAFE EM PO EXTRA FORTE 500 GRAMAS	UNI	bom prosa	30,000	6,9900	209,70
7	CARNE SUINA TIPO BISTECA, COM INSPEÇÃO	KG	friprando	550,000	15,9900	8.794,50
11	COPO DESCARTÁVEL, CAPACIDADE 300 ML POLIESTIRENO ATÓXICO TEMPERATURA PARA USO ATÉ 100° - PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES.	PCT	nosso copo	150,000	3,0000	450,00
12	COSTELA BOVINA COM OSSO	KG	pamplona	400,000	16,9800	6.792,00
14	DESINFETANTE EM PEDRA, COM SUPORTE PARA FIXAR NO VASO SANITÁRIO, PESO: 25 GRAMAS. EMBALAGEM COM 48 UNIDADES. AROMA: NEUTRO/LAVANDA/PINHO OU EUCALIPTO	UN	sany	100,000	0,6900	69,00
15	DETERGENTE LIQUIDO PARA LOUÇA, 500 ML, ANTIBACTERIANO, NEUTRO	UNI	ideal	500,000	0,7900	395,00
16	ESCOVA OVAL PARA LAVAR ROUPA	UNI	companheira	100,000	1,2500	125,00
17	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM CABO PLÁSTICO E CERDAS SINTÉTICAS.	UN	ce	40,000	2,1000	84,00
18	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, 60 g, pacote com 08 unidades. Produto que não agrida a natureza, à de aço higiênica. Não acumula bactéria e remove a sujeira por completo. Facilita o polimento das panelas e auxilia na limpeza de vidros, louças e azulejos.	PCT	reluz	60,000	0,8300	49,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/9
 Processo Nº.: 85/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2018

Fornecedor: 10455 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	ESPONJA DE LIMPEZA, DUPLA FACE, AGENTE ANTIBACTÉRIAS ESPUMA E POLIURETANO E FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO.	UN	super	150,000	0,4200	63,00
20	FACAS DE MESA EM INOX COM SERRINHA CABO BRANCO	UNI	tramontina	50,000	1,7500	87,50
21	FÍGADO BOVINO: COM INSPEÇÃO SIE, SIF, SIM.	KG	friprando	350,000	9,6900	3.391,50
22	FILTRO PARA CAFÉ Nº103, EMBALAGEM C/30 UNIDADES	UN	supremo	20,000	2,0000	40,00
24	GARRAFA TÉRMICA 1,9 L	UN	termolar	2,000	31,0000	62,00
25	GUARDANAPO DE PAPEL COM FOLHAS, 100% FIBRAS VIRGENS, FOLHAS SIMPLES TAMANHO MÉDIO	UN	topy	100,000	0,5400	54,00
28	LINGUIÇINHA CARNE SUINA	KG	friprando	400,000	10,9800	4.392,00
32	PALITO DE DENTE, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	palitex	30,000	0,4500	13,50
37	PAPEL TOALHA 2 DOBRAS NAS DIMENSÕES 22 CM X 20 CM. PRODUZIDO COM 100% CELULOSE, . CADA EMBALAGEM FARDO COM 1.000 FOLHAS	FRD	alphen at	70,000	6,3900	447,30
38	PONTA DE PEITO BOVINO, COM INSPEÇÃO	KG	friprando	450,000	14,8800	6.696,00
39	PRATO DESCARTÁVEL FUNDO PARA REFEIÇÃO, 23CM DE DIÂMETRO, - 2,5CM DE PROFUNDIDADE, - PLÁSTICO POLIESTIRENO, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	PCT	coposul	100,000	1,7900	179,00
40	PRATO FUNDO, LISO, REDONDO, EM VIDRO TEMPERADO ALTAMENTE RESISTENTE, DIÂMETRO APROXIMADO DE 23 CM.	UN	nadir	30,000	3,1000	93,00
41	QUEIJO PRATO EMBALAGEM 150 GR, EMBALAGEM CONTENDO MARCA, DATA DE VALIDADE, LOTE E SELO DE INSPEÇÃO DA S.I.F	UN	sta barabara	300,000	4,8800	1.464,00
43	RODO 40 CM BORRACHA DUPLA E CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO	UN	compnaheira	70,000	3,6000	252,00
46	SACO PARA LIXO ALTAMENTE RESISTENTE, ROLO COM 50 UNIDADES, CAPACIDADE 50 LITROS	PCT	pack	200,000	4,4800	896,00
47	SAL GROSSO 1KG	KG	zizo	30,000	1,1900	35,70
49	SALAME DE CARNE SUINA MISTA	KG	friprando	550,000	23,9900	13.194,50
50	SAPONÁCEO EM PÓ, EMBALAGEM COM 300 GRAMAS. ROTULAGEM CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE E LOTE E REGISTRO NA ANVISA	UN	sany	50,000	1,5200	76,00
51	SAPONÁCEO LÍQUIDO, EMBALAGEM COM 300 ML. ROTULAGEM CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE E LOTE E REGISTRO NA ANVISA	UN	sany	250,000	1,7900	447,50
52	SARDINHA EM ÓLEO COMESTÍVEL LATAS DE 125 GRS	UN	nave	350,000	2,3900	836,50
53	SUCO EM PÓ SABORES: LARANJA, LIMÃO, MARACUJÁ, PESSEGO E ABACAXI. SÓLIDO ARTIFICIAL PARA REFRESCO DE DIVERSOS SABORES. DEVEM ESTAR ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, FUNGOS INSETOS, BEM COMO LIVRES DE UMIDADE. EMBALAGEM: DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTES, COM PESO LÍQUIDO DE 30 OU 35 GRAMAS, COM RENDIMENTO DE 1 LITRO.	UN	wind	500,000	0,5900	295,00
54	TAPETE DE PORTA, CAPACHO VINIL COM UM LADO EMBORRACHADO MED. APROX. 50 CM 70 CM	UN	belmond	4,000	21,0000	84,00
58	VASSOURA MULTIUSO, PARA PISOS INTERNOS E EXTERNOS, COM CERDAS DE NYLON E CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO APROX.: 120 CM.	UNI	pura limpeza	100,000	3,3000	330,00
59	VASSOURA REFORÇADA DE PALHA NATURAL COM CABO DE MADEIRA 120 CM.	UNI	colonial	100,000	9,5000	950,00
60	SABÃO EM PÓ PACOTE/CAIXA DE 1 KG EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, Nº DO LOTE, VALIDADE E Nº DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COMPOSIÇÃO TENSOATIVO ANIÔNICO.	UN	class	200,000	2,8900	578,00

Fornecedor: 10732 - AIRTON SILVA DA MOTTA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	DESINFETANTE CONCENTRADO, BACTERICIDA; LÍQUIDO; PRINCÍPIO ATIVO CONTRA BACTÉRIAS; DESINFECÇÃO DOMÉSTICA GERAL; LIMPA, PERFUMA E DESINFETA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 05 LITROS. RÓTULO CONTENDO NOME E/OU MARCA, COMPOSIÇÃO, DATA DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	BRILHO MÁGI	180,000	5,5000	990,00
29	LUVA DE BORRACHA M. Dimensões: 34x9,5x,5cm. Altamente higiênicas e resistentes; Podem ser usadas para diversas funções; Protegem as mãos do contato com produtos químicos.	PAR	MUCAMBO	230,000	2,2900	526,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 4/9
Processo Nº.: 85/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2018**Fornecedor: 10732 - AIRTON SILVA DA MOTTA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
34	PANO DE PRATO 100% ALGODÃO, ATOALHADO, MEDIDAS APROXIMADAS: 44X64CM	UN	IDE TEXTIL	40,000	1,8000	72,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/9
Processo Nº.: 85/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/9
Processo Nº.: 85/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/9
Processo Nº.: 85/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/9
Processo Nº.: 85/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/9
Processo N°.: 85/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 59/2018

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 21 de Junho de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	CNPJ: 13.467.809/0001-70	_____
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
CAPINZAL CENTER LTDA - ME	CNPJ: 07.383.088/0001-17	_____
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 07.814.016/0001-87	_____
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 11.499.653/0001-83	_____
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	CNPJ: 85.248.680/0001-10	_____

Canelinha

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 074/PMC/2018

Publicação Nº 1661729

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 074/PMC/2018

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de conjunto de bandeiras oficiais para o Município de Canelinha.

CONTRATADA: SO BANDEIRAS COMERCIO DE BANDEIRAS E EMBALAGENS LTDA - ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais),

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 21 de junho de 2018.

RENILSON TRINDADE – Secretário de Administração e Finanças

RESULTADO RECURSOS TP 061/PMC/2018

Publicação Nº 1661700

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

TOMADA DE PREÇO Nº 061/PMC/2018

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezoito, a empresa ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME protocolou recurso contra a decisão da Comissão Permanente de Licitações, que declarou vencedora do certame a empresa CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

A Comissão Permanente de Licitações encaminhou via e-mail cópia do recurso apresentado, para que a empresa CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA apresentasse suas contrarrazões em até 05 dias úteis.

A empresa CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA apresentou suas contrarrazões no mesmo dia.

A Comissão Permanente de Licitações encaminhou o recurso e as contrarrazões a Assessoria Jurídica do Município, para que a mesma emita Parecer Jurídico.

Encerrado os prazos recursais na data de 21/06/2018, tendo as empresas apresentado recurso e contrarrazões e a Assessoria Jurídica emitido Parecer, a Comissão Permanente de Licitações manterá sua decisão, declarando como vencedora a empresa CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA e dando prosseguimento regular ao mesmo, homologando o processo na data de 22/06/2018.

Nada mais havendo a declarar, o Presidente encerra a sessão.

Publique-se para os fins e efeitos legais.

Canelinha, 21 de junho de 2018.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 22/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1661673

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/18
HOMOLOGAÇÃO: 19/06/18
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTICONCEPCIONAIS E PRESERVATIVOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. VALOR DA DESPESA: R\$ 11.232,00 (onze mil duzentos e trinta e dois reais)
DATA: 21/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/18
HOMOLOGAÇÃO: 19/06/18
CONTRATADO: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTICONCEPCIONAIS E PRESERVATIVOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. VALOR DA DESPESA: R\$ 2.877,00 (dois mil oitocentos e setenta e sete reais)
DATA: 21/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/18
HOMOLOGAÇÃO: 19/06/18
CONTRATADO: A G KIENEN & CIA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTICONCEPCIONAIS E PRESERVATIVOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. VALOR DA DESPESA: R\$ 26.535,00 (vinte e seis mil quinhentos e trinta e cinco reais)
DATA: 21/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/18
HOMOLOGAÇÃO: 19/06/18
CONTRATADO: CIRURGICA BIOMEDICA LTDA - ME CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTICONCEPCIONAIS E PRESERVATIVOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. VALOR DA DESPESA: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) DATA: 21/06/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº. PMC 30/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1661210

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 43/2018
PREGÃO N.º PMC 30/2018 (PRESENCIAL)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO Nº 30/2018 (PRESENCIAL), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DO M² DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUIDO DE PETRÓLEO CM-30, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADOS A UTILIZAÇÃO EM RUAS A SEREM PAVIMENTADAS, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº. FMS 16/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1661217

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 20/2018
PREGÃO N.º FMS 16/2018 (ELETRÔNICO)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão Nº FMS 16/2018 (Eletrônico) que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) APARELHO DE ULTRASSOM PORTÁTIL DESTINADO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA E DE KITS DE MATERIAIS EDUCATIVOS (HIPER BOÇÃO E HIPER MACRO) DESTINADOS A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NO PROJETO CÂRIE ZERO E DEMAIS AÇÕES EDUCATIVAS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: Anulação conforme comunicação interna Nº 008/2018 da Secretaria de Saúde. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº. PMC 58/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1661214

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 77/2018
PREGÃO N.º PMC 58/2018 (PRESENCIAL)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO Nº 58/2018 (PRESENCIAL), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DO M² DE IMPRIMAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPRIMAÇÃO (EAI), COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADOS A UTILIZAÇÃO EM RUAS A SEREM PAVIMENTADAS, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 92/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1660944

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 121/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 92/2018 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/07/2018, às 15h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) RETRO-ESCAVADEIRAS NOVAS, ZERO KM, ZERO HORA DE USO, SENDO UMA DESTINADA AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO E OUTRA DESTINADA AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 04/07/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 93/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1660937

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 122/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 93/2018 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/07/2018, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE CONSERVATO, TROCA, BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO DE PNEUS, VULCANIZAÇÃO E GEOMETRIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 04/07/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 22/2018 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1661668

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 27/2018		Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		Total dos Itens Vencedores: 49.044,00				
Licitação.....: 22/2018 - PE								
Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTICONCEPCIONAIS E PRESERVATIVOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 111040968 - LEVONORGESTREL 0.15MG ETINILESTRADIOL 0.03MG - Unidade: BLIS								
17368	CIRURGICA BIOMEDICA LTDA - ME	CIFARMA/MABRA	8.000,000	0,0000	1,0500	8.400,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		8.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12890	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		8.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13614	A G KIENEN & CIA LTDA		8.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 111040974 - DESOGESTREL 0.15 MG. ETINILESTRADIOL 0.02 MG - Unidade: BLIS								
13614	A G KIENEN & CIA LTDA	EUROFARMA	1.500,000	0,0000	17,6900	26.535,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12890	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17368	CIRURGICA BIOMEDICA LTDA - ME		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 111040975 - LEVONORGESTREL 0.75 MG - Unidade: BLIS								
12890	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	UNIÃO QUÍMICA	300,000	0,0000	9,5900	2.877,00	Venceu	1 *****
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13614	A G KIENEN & CIA LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17368	CIRURGICA BIOMEDICA LTDA - ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 111040976 - PRESERVATIVO MASCULINO LUBRIFICADO EM LÁTEX DE BORRACHA - Unidade: UN								
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	MADEITEX	43.200,000	0,0000	0,2600	11.232,00	Venceu	1 *****
12890	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA		43.200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13614	A G KIENEN & CIA LTDA		43.200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	Processo Administrativo:	
Licitação.....	22/2018 - PE	
Modalidade.....	PREGÃO ELETRÔNICO	
Objeto.....	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTICONGERCIONAIS E PRESERVATIVOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.	
	1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	49.044,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	-	111040976	- PRESERVATIVO MASCULINO LUBRIFICADO EM LÁTEX DE BORRACHA - Unidade: UN					
17368	CIRURGICA BIOMEDICAL LTDA - ME		43.200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em/...../.....	
MARCIANO FERNANDES CORREA -			- Pregoeiro(a)
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -			- SUPLENTE PREGOEIRO
CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO -			- EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -			- SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI -			- OAB/PR 64350

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 062/18

Publicação Nº 1661657

DECRETO No 062, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Comissão de Monitoramento e Avaliação destinada a monitorar e avaliar a parceria prevista na Lei Federal no 13.019/2014 e suas alterações posteriores.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal no 3.237/2017, alterada pela Lei Municipal no 3.241/2017 e Lei Federal no 13.019/2014 e suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para monitorar e avaliar a parceria firmada entre a Administração Pública de Capinzal e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de Fomento no 001/2018, sendo assim constituída:

I - Marcia Teresinha Bonato;

II - Neuza Bernardete Bonato Brambila; e

III - Leandro Jacó Paza.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação terá por atribuições as contidas na Lei Federal no 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 58 a 60, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento no 001/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 18 de junho de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 064/2018

Publicação Nº 1660928

DECRETO No 064, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.274, de 13 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0601.15.451.0110.1018	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO CENTROS COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-281	Aplicações Diretas	1024	55	R\$	250.000,00
	Total	1024	55	R\$	250.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º,

do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na fonte de recursos 1024 "Transferências de Convênios - Outros", na destinação 55 "Transferências de Convênios Estado" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Outros	1024	55	R\$	250.000,00
Total	1024	55	R\$	250.000,00

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 21 de junho de 2018

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0230/2018

Publicação N° 1661007

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato N°.: 0230/2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: CORDITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor : 151.239,42 (cento e cinquenta e um mil duzentos e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos) Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 31/12/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 0065/2018 Processo_Licitatório.....: 0113 / 2018 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte Escolar Municipal, para os percursos definidos como Linha 7 e 8, nos horários e locais mencionados em seus itens. Municipais, Estaduais</p>	
Capinzal, 21 de Junho de 2018	

PMC CONTRATO 0231/2018

Publicação N° 1661679

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0231/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada....: PROEZA AUDIOVISUAIS LTDA
Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 22/06/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : DISPENSA Nº.: 0031/2018 Processo_Licitatório.....: 0125 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos para concepção, produção, gravação, edição e finalização de um vídeo institucional com duração aproximada de 4 minutos compreendendo o Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios.

Capinzal, 22 de Junho de 2018

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0128/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0075/2018

Publicação Nº 1661371

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0128/2018
Pregão Presencial Nº 0075/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de discos côncavos recortados e mancais para grade aradora, para uso nos Equipamentos Agrícolas da Patrulha Agrícola Mecanizada da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 13:25 horas, para abertura da Seção às 13:30 horas do dia 04/07/2018.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739.

Capinzal, 22 de Junho de 2018.

SANDRO LUIZ TOALDO
Secretario Interino de Agricultura

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0129/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0032/2018

Publicação Nº 1661712

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0129/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0032/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Técnicos na elaboração do Projeto de Mobilidade Urbana para melhoria de circulação viária na Ponte Irineu Bornhausen (ligação dos municípios de Capinzal e Ouro). Com Recursos Próprios.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, através da Secretaria da Administração e Finanças, representada por seu Secretário Ivair Lopes Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, torna público o Procedimento de Dispensa de Licitação, segundo as considerações e termos que seguem:

CONSIDERANDO que o trânsito tem se tornado muito lento, com engarrafamento, paralisação e risco de acidentes, em diversos horários do dia;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Técnicos na elaboração do Projeto de Mobilidade Urbana para melhoria de circulação viária na Ponte Irineu Bornhausen (ligação dos municípios de Capinzal e Ouro).

CONSIDERANDO a Lei de Licitações em seu artigo 24, inciso II, prevê a dispensa de licitação, conforme depreende-se do permissivo legal abaixo transcrito:

“Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”

Assim, há amparo legal para contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Técnicos na elaboração do Projeto de Mobilidade Urbana para melhoria de circulação viária na Ponte Irineu Bornhausen (ligação dos municípios de Capinzal e Ouro), por Dispensa de Licitação tendo em vista que o valor orçado não ultrapassa o limite estabelecido por Lei.

Destarte, sendo lícita a contratação dos referidos serviços através da Dispensa de Licitação nas hipóteses que a Lei define, onde, a Secretaria da Administração e Finanças efetuou três cotações de preços, conforme cópias anexas.

Assim, não restam dúvidas que a escolha é adequada a atender o interesse público é da empresa Via 11 – Engenharia de Segurança Viária Ltda. - EPP, que cotou o menor valor R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referente aos serviços a serem contratados através do Processo Licitatório, Modalidade Dispensa de Licitação.

Capinzal/SC, 21 de Junho de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA 0574/2018

Publicação Nº 1661002

PORTARIA Nº 0574, DE 09 DE ABRIL DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Francieli Rodrigues da Rosa Machado, matrícula nº 407456/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Taise Maria Campioni Rostirola, que está em licença para tratamento de saúde e posterior licença maternidade.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 06 de abril a 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0575/2018

Publicação Nº 1661016

PORTARIA Nº 0575, DE 09 DE ABRIL DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Cleyton Luis Geronimo, matrícula nº 180440/14, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a Rafael Thomaz de Vargas, que se exonerou.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 09 de abril a 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0576/2018

Publicação Nº 1661030

PORTARIA Nº 0576, DE 09 DE ABRIL DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Natalia Luiza Colombo Bressan, matrícula nº 410317/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a Jessica Gotardo Dam-bros, que se exonerou.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 09 de abril a 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0577/2018

Publicação Nº 1661041

PORTARIA Nº 0577, DE 09 DE ABRIL DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Fabricio da Costa da Silva, matrícula nº 410318/01, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, nos postos de saúde do interior.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 09 de abril de 2018 a 09 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0578/2018

Publicação Nº 1661163

PORTARIA Nº 0578, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Ronaldo Leite de Godoy, matrícula nº 410212/02, para exercer as funções do cargo de Monitor de Atividade Física, nível 407, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECOM.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 11 de abril de 2018 a 30 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0579/2018

Publicação Nº 1661166

PORTARIA Nº 0579, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Renan Krabbe, matrícula nº 317748/05, para exercer as funções do cargo de Monitor de Informática, nível 415, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 11 de abril a 30 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0580/2018

Publicação Nº 1661174

PORTARIA Nº 0580, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Francieli Aparecida Vidi, matrícula nº 185027/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no AABB Comunidade.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 11 de abril a 30 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de abril de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0581/2018

Publicação Nº 1661209

PORTARIA Nº 0581, DE 11 DE ABRIL DE 2018
Concede Progressão a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 116279/2018, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Irene Pilger da Luz, matrícula nº 323071/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

THIAGO CASARA
Secretário da Assistência Social

PORTARIA 0582/2018

Publicação Nº 1661212

PORTARIA Nº 0582, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Elizandra Fatima Machajewski, matrícula nº 328219/04, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Taise Maria Campioni Rostirola, em atestado médico e posterior Licença Maternidade.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 03 de abril a 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0583-A/2018

Publicação Nº 1661215

PORTARIA Nº 0583-A, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Cessa efeito de portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0545/2018, que dispôs sobre os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de abril de 2018.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERSINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0589/18

Publicação Nº 1661439

PORTARIA Nº 0589, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e conforme o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital 033/2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor Alexsandro Giacometti, matrícula nº 407468/04, pelo período de 11 de fevereiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2019.

Art. 2º O servidor exerce as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0590/2018

Publicação Nº 1661467

PORTARIA Nº 0590, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e conforme o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital 033/2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Rhaiza Carla Longo, matrícula nº 410219/01, pelo período de 11 de fevereiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0591/2018

Publicação Nº 1661491

PORTARIA Nº 0591, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e conforme o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital 033/2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor João Paulo da Cruz Lemos, matrícula nº 410239/01, pelo período de 11 de fevereiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2019.

Art. 2º O servidor exerce as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0592/2018

Publicação N° 1661509

PORTARIA N° 0592, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei n° 2.178/1999, e 3149/2014, e conforme o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital 033/2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Marcia Avila Ferreira dos Santos, matrícula n° 410220/01, pelo período de 11 de fevereiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0593/2018

Publicação N° 1661526

PORTARIA N° 0593, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei n° 2.178/1999, e 3149/2014, e conforme o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital 033/2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Gabrielly Pelegeiro Mambrim, matrícula n° 410218/01, pelo período de 11 de fevereiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

portaria 0594/2018

Publicação Nº 1661590

PORTARIA Nº 0594, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e conforme o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital 033/2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Denise Faccio Maschio, matrícula nº 410214/01, pelo período de 11 de fevereiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

PORTARIA 0595/2018

Publicação Nº 1661696

PORTARIA Nº 0595, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e conforme o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital 033/2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Thalia Torriani, matrícula nº 410255/01, pelo período de 11 de fevereiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 11 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Saúde

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2018 - PREGÃO Nº 0045/2018

Publicação Nº 1661893

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0045/2018

Objeto: Aquisição de um veículo novo, 0 KM, na cor branca, ano de fabricação 2018 e modelo 2019, potência mínima de 150 CV, 4 portas, com capacidade mínima para 5 pessoas, deverá atender as normas ambientais vigentes no país, visando o desenvolvimento das atividades do Gabinete do Prefeito.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 09 de julho de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 21 de junho de 2018, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 21 de junho de 2018.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 04/2018 - CMAS

Publicação Nº 1661888

RESOLUÇÃO 04/2018

Retifica a Prestação de contas referente ao ano de 2016 dos recursos Federais para execução dos Programas do Sistema Único de Assistência Social, do Município de Catanduvas/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal nº 2360, de 09 de maio de 2012, que cria o novo Conselho de assistência

Social bem como o Fundo Municipal de Assistência Social de Catanduvas/SC, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 21 de junho de 2018, registrada na Ata Nº 158, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a Lei nº 8.742/93, lei Orgânica da assistência Social, de 07 de dezembro de 1993, que apresenta como diretriz e descentralização político-administrativo para os Estados e do Distrito Federal e os Municípios, e do comando único das ações de cada esfera de governo;

Considerando a Sumula TCU nº 230, indica que compete ao sucessor apresentar as contas referente aos recursos Federais por seu antecessor, quando este não o tiver feito, ou, na impossibilidade de fazê-lo adotar as medidas legais visando o resguardo do patrimônio Público, com a instauração da competente tomada de contas especial sob pena de corresponsabilidade.

Considerando a análise e aprovação da Prestação de contas dos Recursos Federais com a apresentação do Demonstrativo Financeiro referente ao ano de 2016 em Assembleia Geral do Conselho Municipal de assistência Social, datada em 21/06/2018, Ata nº 158, retifica a resolução 03/2017, datada em 04 de outubro de 2017, quanto a prestação de contas do ano de 2016 por haver inconsistência nos valores repassados pelo setor de contabilidade.

RESOLVE

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social de Catanduvas/SC, atestam para os devidos fins, que em reunião extraordinária realizada em 21/06/2018, Ata nº 158, após análise dos demonstrativos do setor contábil, retifica a prestação de contas dos recursos federais apresentados através do Demonstrativo de Gestão SUAS referentes ao ano de 2016.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 21 de junho de 2018.

Leandro Guerra

Presidente do Conselho municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 085/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661863

DECRETO LEGISLATIVO N. 085/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

“Estabelece expediente em turno único nos dias 22/06/2018 e 27/06/2018 e dá outras providências

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e § 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno, CONSIDERANDO, a realização da Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2018;
CONSIDERANDO, que já é anunciada a alteração do expediente de outros órgãos públicos em dias em que a Seleção Brasileira de Futebol jogará e;
CONSIDERANDO, que nos mesmos períodos o governo municipal

estabeleceu expediente em turno único conforme Decreto nº 2.401/2018 de 19 de junho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Na sexta-feira, 22/06/2018, o expediente da Câmara Municipal de Vereadores será em turno único, das 13 h às 19h.

Art. 2º Na quarta-feira, 27/06/2018, o expediente da Câmara Municipal de Vereadores será em turno único, das 7 h às 13h.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 21 de junho de 2018.

MONALISA RUARO

Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

MONALISA RUARO

Presidente

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PE 002/2018 PCS

Publicação Nº 1661388

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2018 PCS

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de material de limpeza para o Fundo Municipal de Saúde e para o Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 04/07/2018, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Abertura: dia 04/07/2018, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 22 de junho de 2018.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 020-2018 PCS

Publicação Nº 1660904

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2018 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2018 PCS

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SS MÁQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.486.359/0001-46, com sede na Rua Águas de Chapecó, nº 169 E, Bairro Eldorado, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.810-280 neste ato representada pelo seu Procurador, Sr. Gabriel Sessi, portador da Cédula de Identidade RG nº 48421413 e inscrito no CPF sob o nº 079.747.549-40, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 037/2018 PCS, modalidade Pregão Presencial SRP nº 020/2018 PCS, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1.1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para o possível fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de máquinas do Município de Caxambu do Sul, sendo peças genuínas da marca das máquinas, originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

1.2 – As peças deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do artigo 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 - A relação das máquinas e o valor estimado constantes no Termo de Referência - Anexo "A" do Pregão Presencial SRP nº 020/2018 PCS, servem apenas como referência para o quantitativo de peças, podendo, contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido à baixa ou aquisição de novas máquinas, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

2.4 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante o fornecedor e com seus profissionais contratados, sendo de responsabilidade da Licitante Contratada as despesas com deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, fretes, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2.2 - Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fretes, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

2.3 - A Licitante dará o seguinte Percentual de Desconto sobre as Peças, conforme relação de Itens constante no Termo de Referência constante no Anexo "A" do PP 020/2018 PCS:

LOTE	VALOR ESTIMADO PARA GASTO COM O EQUIPAMENTO	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO
1	R\$ 80.000,00	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR, MODELO 416E, Nº DE SÉRIE CAT0416EJMF06886, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2014, COR AMARELA, PATRIMÔNIO Nº 3684.	10% (dez por cento).
2	R\$ 80.000,00	RETROESCAVADEIRA JCB, MODELO 3C, Nº DE SÉRIE 5A320/40337V2387213, COR AMARELA, SEDIDA PELO GOVERNO FEDERAL.	10% (dez por cento).
3	R\$ 80.000,00	TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D51EX, MODELO 6CB41-H, Nº DE SÉRIE D51EX-22, COR AMARELA, PATRIMÔNIO Nº 3932.	10% (dez por cento).
4	R\$ 80.000,00	ROLO COMPACTADOR JCB VM 115, MODELO 6000, COR AMARELA, PATRIMÔNIO Nº 4617.	10% (dez por cento).
5	R\$ 80.000,00	ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU, MODELO PC 130, ANO DE FABRICAÇÃO 2012, COR AMARELA, SEDIDA PELO ESTADO DE SANTA CATARINA.	10% (dez por cento).
6	R\$ 80.000,00	TRATOR DE PNEUS NEW HOLLAND, MODELO TT 4030, Nº DE SÉRIE T75CR406526, ANO DE FABRICAÇÃO 2014, COR AZUL.	5% (cinco por cento).
7	R\$ 80.000,00	TRATOR DE PNEUS MASSEY FERGUSON, MODELO MF 4275/4, Nº DE SÉRIE AAAT0003LD0021213, COR VERMELHA.	5% (cinco por cento).
8	R\$ 80.000,00	TRATOR DE PNEUS NEW HOLLAND, MODELO 7630TR, ANO DE FABRICAÇÃO 2008, COR AZUL, PATRIMÔNIO Nº 3687.	5% (cinco por cento).
9	R\$ 80.000,00	CARREGADEIRA CATERPILLAR, MODELO 930R ARTICULADA, Nº DE SÉRIE EJMFO6886, ANO DE FABRICAÇÃO 1986, COR AMARELA, PATRIMÔNIO Nº 4421.	10% (dez por cento).
10	R\$ 80.000,00	MOTONIVELADORA HUBER WARCO, MODELO 1655 HWB, COR AMARELA, PATRIMÔNIO Nº 3614.	10% (dez por cento).
11	R\$ 80.000,00	MOTONIVELADORA CATERPILLAR, MODELO 120K, COR AMARELA.	10% (dez por cento).
12	R\$ 80.000,00	ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND, MODELO E135 BRS 2, COR AMARELA.	10% (dez por cento).
13	R\$ 80.000,00	TRATOR DE PNEUS NEW HOLLAND, MODELO 7630TR, ANO DE FABRICAÇÃO 2008, COR AZUL, PATRIMÔNIO Nº 3619.	5% (cinco por cento).
14	R\$ 80.000,00	RETROESCAVADEIRA JCB, MODELO 3CX, Nº DE SÉRIE S0RCXT-THH1919569, ANO DE FABRICAÇÃO 2017, COR AMARELA.	10% (dez por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

3.1 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

3.2 - O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

3.3 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3.4 - O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por Item.

3.5 - Independentemente do disposto no Item 3, o Município poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1 - O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo

Município de Caxambu do Sul.

4.2 - O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e mediante apresentação da Nota Fiscal.

5.2 - Na Nota Fiscal deverá constar: o valor do material empregado.

5.3 - O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

5.4 - O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

6.2 - Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei 8.666/93.

6.3 - Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o Município poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.

6.4 - As autorizações de fornecimento/ordem de compra serão formalizadas pelo Município de Caxambu do Sul.

6.5 - As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o Município, independentemente do valor, sob pena de penalização.

6.6 - O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA

7.1 - O objeto será recebido por servidor especialmente designado para este fim.

7.2 - Quando não se fizer necessária a aplicação nas máquinas das peças adquiridas pelo Município, o FORNECEDOR deverá entregar no prazo máximo 02 (dois) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na Garagem da Frota do Município, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR.

7.3 - Caso as peças não correspondam ao exigido no Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações.

7.4 - O prazo estabelecido para entrega poderá ser prorrogado quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.

8.2 - Pela inexecução total ou parcial, o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento);

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

8.3 - A penalidade pecuniária prevista na Clausula Oitava será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

8.4 - As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

8.5 - Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

a) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um(1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

b) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois(2) anos no caso de inexecução total do contrato;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78, da Lei 8666/93.

9.2 - Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

9.3 - O licitante reconhece os direitos do Município nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

a) Pela Administração no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

b) Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

10.2 - A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito na Departamento de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

10.3 - A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

10.4 - O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

10.5 - No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

10.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

11.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2018 e 2019.

11.2 - Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Caxambu do Sul a título de

convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial SRP nº 020/2018 PCS, para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa SS MÁQUINAS LTDA, classificada em 1º lugar, nos Itens 01 a 14 do Processo Licitatório nº 037/2018 PCS, Modalidade Pregão Presencial SRP nº 020/2018 PCS.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da cidade de Chapecó - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de junho de 2018.

SS MÁQUINAS LTDA Gabriel Sessi CONTRATADA	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal. CONTRATANTE
---	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Emerson Salvagni CPF: 053.898.389-20	02. _____ Nome: Crispim Antonio Macena de Oliveira CPF: 612.526.629-04
--	--

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

207.2018

Publicação Nº 1661159

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 207/2018

- CONSIDERANDO que o servidor designada, é lotada no Cargo de Auxiliar Administrativo - 40 horas na Administração Central;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, ANDRE SEBOLD, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas, passando a exercer suas funções, junto a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 04.06.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

211.2018

Publicação Nº 1661146

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 211/2018

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;

- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o gozo das férias concedidas, através da Portaria n. 193/2018 e, convocar a Servidora Pública, ROSIMAR SEBOLD, por motivo de necessidade do serviço Público, devendo o período remanescente de 16 (dezesesseis) dias (18/06/2018 à 03/04/2018) a ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração e o interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 18.06.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

212.2018

Publicação Nº 1661147

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 212/2018

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada no Cargo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas na Administração Central;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

- CONSIDERANDO os efeitos do Decreto nº 127/2017, que Paralisa as Atividades de Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, a partir do ano letivo de 2018.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Pública, TATIANE DE SOUZA WALTRICK, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, passando a exercer suas funções, junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 08.01.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

213.2018

Publicação Nº 1661149

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 213/2018

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada no Cargo de Secretaria de Escola - 40 horas na Administração Central;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

- CONSIDERANDO os efeitos do Decreto nº 127/2017, que Paralisa as Atividades de Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, a partir do ano letivo de 2018.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Pública, ADRIANA MACHADO CORREIA, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Secretaria de Escola - 40 horas, passando a exercer suas funções, junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 08.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

214.2018

Publicação Nº 1661150

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 214/2018

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada no Cargo de Secretaria de Escola - 40 horas na Administração Central;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Pública, CRISLEI SEBOLD, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Secretaria de Escola - 40 horas, passando a exercer suas funções, junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 07.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

215.2018

Publicação Nº 1661153

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 215/2018

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada no Cargo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas na Administração Central;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa

Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Pública, MARCIANE LOPES, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, passando a exercer suas funções, junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 12.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

216.2018

Publicação Nº 1661155

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 216/2018

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada no Cargo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas na Administração Central;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Pública, LUCIANI PAUL KERSCHBAUM, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, passando a exercer suas funções, junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 08.02.2017.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

217.2018

Publicação Nº 1661158

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 217/2018

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada no Cargo de Agente de Serviços Gerais - 20 horas na Administração Central;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão

do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Pública, CLAUDIA ADRIANA A. DE SOUZA, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais - 20 horas, passando a exercer suas funções, junto a Secretaria Municipal Dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 07.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

218.2018

Publicação Nº 1661180

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 218/2018

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 04, (Quatro) dias, datado em 20.06.2018;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública PATRICIA MACHADO HINCKEL, ocupante do Cargo de Professora -ACT, Nível III – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 20.06.2018 a 24.06.2018, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 11.06.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2018 - PM

Publicação Nº 1660727

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 28/2018 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 28/2018.

Vigência: 14/05/2018 à 31/12/2018.

Processo Licitatório nº 42/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Objeto: O presente instrumento de contrato tem como objeto a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, conforme as ações descritas no Plano Anual de Trabalho - PAT.

DATA DA ASSINATURA: 14 de maio de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2018 - PM

Publicação Nº 1660726

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 30/2018 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 30/2018.

Vigência: 22/05/2018 à 22/07/2018.

Processo Licitatório nº 41/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: PRESIDENTE INDUSTRIAL IMPORTADORA E COMERCIAL LTDA.

Valor: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de peças para conserto de um FORD/CARGO 2422 E, PLACA MFN 9576, ANO/MODELO 2008/2009, COR BRANCA, ESPÉCIE TIPO CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE, utilizado pela Secretaria Municipal de Obras do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2018 - PM

Publicação Nº 1660725

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 34/2018 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 34/2018.

Vigência: 07/06/2018 à 31/12/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

Valor: Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste contrato o MUNICÍPIO compromete-se a firmar Contrato de Rateio com o CIM-AMAVI, através do qual serão rateadas referidas despesas entre os municípios consorciados que tiverem firmado contrato de programa nos termos do presente, cujo critério de rateio será o número de municípios participantes, aplicada a seguinte fórmula: $X/Y=A$ onde X =despesas totais, Y =número de municípios e A =valor a ser pago pelo MUNICÍPIO.

Objeto:

Constitui objeto do presente contrato, consoante previsão da Cláusula Quinta do Contrato de Consórcio Público do qual é parte o MUNICÍPIO, assegurar e prestar os serviços de inspeção e fiscalização sanitária animal e vegetal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária, nos municípios consorciados, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, em conformidade com a Lei n. 7.889, de 23 de novembro de 1989, Lei n. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, Lei n. 9.712, de 20 de novembro de 1998, Decreto Federal n. 5.741, de 30 de março de 2006 e outras normas e regulamentos que venham a ser expedidos pelas instâncias Central e Superior, Intermediárias e Locais, com vista a regulamentar a sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção e fiscalização, educação, vigilância de animais e vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal.

DATA DA ASSINATURA: 07 de junho de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 35.563, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661769

DECRETO Nº. 35.563, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Concede pensão pelo falecimento de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece no art. 40, §7º, I e §8º da Constituição Federal e art. 10, inciso I, art. 22 e art. 23, §1º, I, "a" da Lei Complementar nº 131/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedido, a partir de 24 de abril de 2018, Pensão por Morte pelo falecimento do servidor público municipal inativo Senhor JOÃO FRANCISCO FENIX, Certidão de Óbito matrícula 104257 01 55 2018 4 00091 055 0035559 25, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Externos, efetivo, matrícula 3890, lotado junto a Secretaria de Defesa do Cidadão, CPF nº 405.644.100-63, RG nº 2.999.611, em cota vitalícia de 100% da totalidade dos proventos do servidor aposentado, a sua esposa TERESINHA SALETE KLEBOLSKI FENIX, CPF nº 660.813.519-04, RG nº 2.237.481, nascida em 29/11/1965, conforme Certidão de Casamento 104257 01 55 2005 2 00047 187 0013309 06.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 15 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.564, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661773

DECRETO Nº. 35.564, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2016 e no Edital de Convocação n.º 052/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 19 de junho de 2018, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: LUCIANA TAVARES FERREIRA

CARGO: FISIOTERAPEUTA

GRUPO: V – TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.2.13 – FISIOTERAPEUTA

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 – SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.565, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661774

DECRETO Nº. 35.565, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 051/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 19 de junho de 2018, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: VANIA MORAZ

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

GRUPO: I – SERVIÇOS GERAIS - SEG

CÓDIGO FUNCIONAL: 01.1.12 – AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 – GERAL

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.566, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661775

DECRETO Nº. 35.566, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 051/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 19 de junho de 2018, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: VANESSA PRZYBILISKY

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO: III- SERVIÇOS AUXILIARES - SAU

CÓDIGO FUNCIONAL: 03.5.12 – AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.567, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661776

DECRETO Nº. 35.567, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 047/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 19 de junho de 2018, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: ANDREIA HILLESHEIN DAL CASTEL

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO: III- SERVIÇOS AUXILIARES - SAU

CÓDIGO FUNCIONAL: 03.5.12 – AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação

do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.568, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661778

DECRETO Nº. 35.568, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2016 e no Edital de Convocação n.º 052/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 19 de junho de 2018, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: PAMELA KOCH

CARGO: PSICÓLOGO

GRUPO: V – TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.3.12 – PSICÓLOGO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 003 – PSICOLOGIA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.569, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661781

DECRETO Nº. 35.569, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2016 e no Edital de Convocação n.º 052/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 19 de junho de 2018, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: TATIANE HUBLER JOHANN

CARGO: ENFERMEIRO

GRUPO: V – TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.2.20 – ENFERMEIRO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 – SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 19 de junho de 2018.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.570, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661782

DECRETO Nº. 35.570, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2016 e no Edital de Convocação n.º 052/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 19 de junho de 2018, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: GREICI CAPELLARI FABRIZIO

CARGO: ENFERMEIRO

GRUPO: V – TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.2.20 – ENFERMEIRO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 – SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 19 de junho de 2018.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.571, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661785

DECRETO Nº. 35.571, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2016 e no Edital de Convocação n.º 052/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 19 de junho de 2018, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: HERMANN PUJOL HANZEN

CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO

GRUPO: V – TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

CÓDIGO FUNCIONAL: 05.5.18 – ANALISTA ADMINISTRATIVO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 19 de junho de 2018.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.572, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661786

DECRETO Nº. 35.572, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 051/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 19 de junho de 2018, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: DAVIS DA SILVA CABRAL JUNIOR

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS – ROLO COMPACTADOR

GRUPO: II – SERVIÇOS OPERACIONAIS - SOP

CÓDIGO FUNCIONAL: 02.1.13 – OPERADOR DE MÁQUINAS – ROLO COMPACTADOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 – GERAL

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação

do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.573, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661788

DECRETO Nº. 35.573, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 051/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 19 de junho de 2018, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: JOSÉ DOMINGOS FRARE

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS – MOTONIVELADORA

GRUPO: II – SERVIÇOS OPERACIONAIS - SOP

CÓDIGO FUNCIONAL: 02.1.13 – OPERADOR DE MÁQUINAS – MOTONIVELADORA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 001 – GERAL

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.574, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661790

DECRETO Nº. 35.574, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 051/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 19 de junho de 2018, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: DALMO GERSON MUNIZ JUNIOR

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO: III – SERVIÇOS AUXILIARES - SAU

CÓDIGO FUNCIONAL: 03.5.12 – AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.575, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661792

DECRETO Nº. 35.575, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2015 e no Edital de Convocação n.º 051/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 19 de junho de 2018, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: JUNIOR CARARO

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO: III – SERVIÇOS AUXILIARES - SAU

CÓDIGO FUNCIONAL: 03.5.12 – AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 005 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.576, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661793

DECRETO Nº. 35.576, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidora pública municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e, CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo." CONSIDERANDO que o Edital nº. 042/2018, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 16 de maio de 2018.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 35.471, de 18 de maio de 2018, que nomeou ELISELLY ANA ROMAO, para ocupar o cargo de Psicólogo, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.577, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661794

DECRETO Nº. 35.577, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidor público municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e, CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo." CONSIDERANDO que o Edital nº. 042/2018, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 16 de maio de 2018.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 35.483, de 18 de maio de 2018, que nomeou RONIERY ARISTEU DOS REIS SCARDOELLI, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.578, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661796

DECRETO Nº. 35.578, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidor público municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e, CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo." CONSIDERANDO que o Edital nº. 041/2018, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 16 de maio de 2018.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 35.477, de 18 de maio de 2018, que nomeou MARCIO JOSÉ DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Operador de Máquinas - Moto-niveladora, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.579, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661797

DECRETO Nº. 35.579, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre concessão de redução de carga horária de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e observando o disposto na Lei Complementar nº 130/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedido, a pedido, a partir de 01 de junho de 2018, redução de carga horária de 40 horas semanais para 30 horas semanais, com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, ao servidor público municipal RODRIGO KOHLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 19 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 017/2018

Publicação Nº 1661755

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 017/2018

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Programa Viver ações Sociais

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a cooperação técnica, pedagógica e material entre o Município, através da Secretaria de Educação do Município – SEDUC, e o Programa Viver, com vistas a garantir a implantação e/ou manutenção de Unidade Descentralizada, em nível de ensino fundamental, no Município de Chapecó-SC com atendimento em Educação de Jovens e Adultos, Oficinas da disciplina de Língua estrangeira - Inglês e Projeto Educação Integral Saberes Compartilhados.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação será a partir da data da sua publicação até 31/12/2020 com efeitos retroativos a 19/03/2018.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 15 de Maio de 2018 – Luciano Jose Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó, Sandra Maria Galeira, Secretária de Educação, Marlene Lucia Somensi, Presidente da Entidade.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 630, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661758

LEI COMPLEMENTAR Nº. 630, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, cria o Sistema Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Art. 1º A Política Municipal de Meio Ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado, tem como objetivo geral assegurar a melhoria da qualidade de vida da população, mediante a fiscalização, preservação e recuperação dos recursos ambientais, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente protegido.

Art. 2º Os objetivos específicos da Política Municipal de Meio Ambiente são:

- I - garantir a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico;
- II - formular normas técnicas estabelecendo padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, respeitada a legislação federal e estadual;
- III - dotar o Município de infraestrutura material e de quadros funcionais qualificados para a administração do meio ambiente;
- IV - preservar, conservar, fiscalizar e recuperar os recursos ambientais, tendo em vista sua utilização ecologicamente equilibrada e planejar o uso destes recursos, compatibilizando o progresso socioeconômico com a preservação dos ecossistemas;
- V - controlar, fiscalizar e licenciar as atividades potencial e efetivamente causadoras de degradação ou poluição ambiental;
- VI - promover a pesquisa, a conscientização e a sensibilização da população sobre o meio ambiente em que vive;
- VII - coletar, catalogar e tornar público os dados e informações sobre a qualidade dos recursos ambientais do Município;
- VIII - impor ao agente de degradação ambiental a obrigação de recuperar e indenizar os danos causados ao meio ambiente ou à população, nos casos tecnicamente comprovados.

Art. 3º Para o cumprimento do Art. 2º desta Lei Complementar, o Município desenvolverá ações permanentes de planejamento, proteção e fiscalização do meio ambiente, incumbindo-lhe:

- I - estabelecer normas e padrões de qualidade ambiental;
- II - prevenir, combater e controlar a poluição e as fontes poluidoras, assim como quaisquer outras práticas que causem degradação ambiental;
- III - monitorar e fiscalizar as vegetações nativas e remanescentes florestais;
- IV - fiscalizar e promover a recuperação e a manutenção dos cursos d'água perenes e intermitentes, nascentes e olhos d'água perenes e suas respectivas Áreas de Preservação Permanente, assim como outras áreas especialmente protegidas pela legislação ambiental vigente.

Art. 4º São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:

- I - o estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros complementares de qualidade ambiental;
- II - o zoneamento ambiental;
- III - o licenciamento ambiental; a interdição e a suspensão de atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental com impacto local, de acordo com a Lei Complementar nº 140 de 8 de dezembro de 2011 e Resoluções do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA que tratam da matéria;
- IV - a fiscalização ambiental e aplicação de penalidades disciplinares e compensatórias impostas ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção de degradação ambiental;
- V - o estabelecimento de incentivos fiscais com vistas à preservação de áreas de especial interesse ambiental e à produção e instalação de equipamentos, e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;
- VI - o cadastro técnico de atividades e sistemas de informações;
- VII - a avaliação de estudos de impacto ambiental e de análise de risco;
- VIII - a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, dentre outras unidades de conservação;
- IX - a educação ambiental;
- X - a pesquisa, como forma de estudo e registro da biodiversidade, do ambiente e da ecologia política e social do Município;
- XI - o plano de arborização urbana.

CAPÍTULO II**DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Art. 5º Fica criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente, destinado a suprir as despesas correntes e de capital da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEDEMA, necessários a seu pleno funcionamento.

Art. 6º Os recursos financeiros do Fundo Municipal do Meio Ambiente, serão constituídos de:

- I - dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município;
- II - auxílios, subvenções e quaisquer contribuições realizadas por qualquer órgão público ou por entidade privada;
- III - arrecadações de fundos especiais que proporcionarem recursos financeiros;
- IV - contribuições oriundas de convênios, acordos, consórcios e contratos;
- V - doações, heranças ou legados de pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras, bem como multas, indenizações, restituições;
- VI - taxas provenientes de licenciamentos ou autorizações para instalação e operação de atividades potencialmente poluidoras; multas, decorrentes de transgressões ambientais e quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 7º Os recursos previstos na presente Lei Complementar serão

destinados e aplicados exclusivamente nas operações e na execução de programas compatíveis com os seus objetivos, depositados em conta especial de instituição financeira, por ocasião do recolhimento de taxas e multas, em nome do Fundo Municipal do Meio Ambiente, sendo movimentada exclusivamente por autorização do Conselho Deliberativo.

Art. 8º O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado por um Conselho Deliberativo, assim composto:

I - Presidente - Prefeito Municipal;

II - Coordenador Financeiro - Secretário de Fazenda;

III - Coordenador Administrativo - Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

§ 1º A autorização para a aplicação dos recursos do Fundo, dependerá sempre da aprovação do Conselho Deliberativo, priorizando as principais ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEDEMA.

§ 2º Os bens adquiridos pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente incorporarão o patrimônio da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEDEMA.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 9º Fica criado o Sistema Municipal de Meio Ambiente com intuito de formatar a estrutura organizacional dos órgãos ou entidades encarregadas direta ou indiretamente do planejamento, controle e fiscalização das atividades que afetam o meio ambiente, bem como a elaboração e aplicação das normas a ele pertinentes.

Art. 10. O Sistema Municipal de Meio Ambiente é composto pela seguinte estrutura:

I - Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão superior do Sistema de caráter consultivo, deliberativo e normativo, responsável pelo acompanhamento da implementação da Política Municipal de Meio Ambiente;

II - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, como órgão central executor, responsável pelo licenciamento e fiscalização ambiental;

III - Câmara Técnica de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental, responsável por dar suporte às decisões técnico-administrativas do Concidade de Chapecó.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 11. Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente, órgão paritário, consultivo, normativo e deliberativo destinado a tratar de assuntos relacionados à proteção, a preservação e recuperação ambiental no âmbito do Município.

Art. 12. São competências do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA:

I - estudar e propor a Política Ambiental do município, colaborando nos programas intersetoriais e interinstitucionais de proteção e recuperação do meio ambiente, observada a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, bem como os acordos internacionais vigentes sobre a matéria;

II - propor normas e padrões e diretrizes para a conservação e preservação, a melhoria e recuperação do meio ambiente no município, com vistas a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes;

III - colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações referentes à proteção ambiental;

IV - propor e participar da elaboração de campanhas educativas relativas a problemas de saneamento básico, contaminação das águas, do ar e do solo, e proteção da fauna e da flora;

V - propor medidas que visem a gestão intermunicipal e integrada

para soluções de problemas ambientais comuns.

VI - propor e aprovar a tipologia de atividades potencialmente poluidoras de impacto local, não previstas nas Resoluções do Conselho Estadual de Meio Ambiente, após manifestação embasada em parecer técnico elaborado por equipe técnica do órgão municipal ambiental ou por câmara técnica específica;

VII - julgar, em segunda instância, recurso administrativo.

Art. 13. O Conselho Municipal do Meio Ambiente será constituído por 20 (vinte) membros titulares e suplentes, designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, a saber:

I - 50% de titulares representantes da Administração Pública Direta ou Indireta;

II - 50% de titulares representantes da sociedade civil organizada

Art. 14. O Conselho Municipal do Meio Ambiente manterá intercâmbio com os órgãos de outras Administrações Municipais e com as esferas Estadual e Federal, nos assuntos concernentes ao seu âmbito de competência, com objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para a defesa e recuperação do Meio Ambiente do município.

Art. 15. O Conselho Municipal do Meio Ambiente sempre que cientificado de ações, obras e serviços que causem danos e/ou degradação ao meio ambiente, proporá providências cabíveis a sua recuperação.

Art. 16. O prazo para instalação do Conselho Municipal do Meio Ambiente será de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação da presente Lei, e no prazo de 30 (trinta) dias após sua instalação, o Conselho Municipal do Meio Ambiente elaborará e aprovará o seu Regimento Interno, que será homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO V

DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Art. 17. As competências inerentes à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEDEMA, exercidas por sua Diretoria de Meio Ambiente; Gerência de Licenciamento Ambiental e Gerência de Fiscalização do Meio Ambiente encontram-se descritas no artigo 50 da Lei Complementar Municipal nº 498/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50 À Diretoria de Meio Ambiente compete:

I - executar, direta ou indiretamente a Política de Meio Ambiente do município;

II - coordenar ações e executar planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental;

III - implantar as diretrizes de proteção ambiental para as atividades que interfiram ou possam interferir na qualidade do meio ambiente;

IV - propor e identificar as unidades de conservação da natureza e outras áreas protegidas, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens, interesses ecológicos e serviços ambientais, estabelecendo normas a serem observadas nestas áreas;

V - assessorar a Administração Pública Municipal, na elaboração e revisão do planejamento local, quanto aos aspectos ambientais, controle de poluição, expansão urbana;

VI - supervisionar e colaborar na educação ambiental no município.

VII- elaborar e coordenar a execução do Plano de Arborização Urbana.

VIII - desenvolver outras ações determinadas pelo Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Parágrafo Único. À Diretoria de Meio Ambiente subordinam-se:

I - a Gerência de Licenciamento Ambiental, a quem compete:

a) licenciar a implantação de atividades potencialmente poluidoras, bem como quaisquer atividades que utilizem recursos ambientais

renováveis e não renováveis;

b) autorizar, de acordo com a legislação vigente e dentro de sua competência, o corte e a exploração racional ou qualquer outra alteração de cobertura vegetal nativa, primitiva ou regenerada;

c) participar da promoção de medidas adequadas à preservação do patrimônio ecológico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, histórico, cultural, arqueológico, e espeleológico, considerando os pareceres conclusivos dos correspondentes órgãos competentes previstos em Lei;

d) autorizar, sem prejuízo de outras licenças cabíveis, o cadastramento e a exploração de recursos minerais;

e) acompanhar e fornecer instruções para a análise dos estudos de impacto ambiental e análises de risco realizadas pela autoridade competente cujas atividades venham a se instalar no município;

f) conceder licença ambiental, mediante convênio com os órgãos competentes, para a implantação das atividades sócio econômicas de significativo impacto ambiental;

g) exigir análise de risco e de estudos ambientais para o desenvolvimento de atividades sócio econômicas, pesquisas, difusão e implantação de tecnologias, que possam degradar significativamente o meio ambiente;

h) exigir, em casos complexos de poluição, a elaboração de auditoria técnica, elaborada por terceiros, a expensas do responsável pelas fontes de poluição.

II - a Gerência de Fiscalização do Meio Ambiente, a quem compete:

a) exercer a fiscalização ambiental e o poder de polícia em relação a atividades causadoras de poluição e impacto ambiental, e impor as sanções administrativas estabelecidas em Lei;

b) proceder à fiscalização com vistas a verificar o descumprimento da legislação ambiental e/ou a violação de licenças ambientais;

c) desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor e/ou Secretário”.

CAPÍTULO VI

DA CÂMARA TÉCNICA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL DO CONCIDADE DE CHAPECÓ

Art. 18. As atribuições da Câmara Técnica de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental do Concidade de Chapecó encontram-se descritas no artigo 37 da Resolução Normativa nº 01/2015, Regimento Interno do Conselho da Cidade de Chapecó.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 20 de junho de 2018.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 7.162, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661765

LEI Nº. 7.162, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei nº 6.677, de 18 de dezembro de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº. 6.677, de 18 de dezembro de 2014,

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica criado o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural de Chapecó, como política de incentivo ao desenvolvimento rural e incentivo à avicultura, bovinocultura, fumicultura, suinocultura, piscicultura, agroindústria familiar, construção de cisternas e outros empreendimentos rurais no município de Chapecó."

Art. 2º. O artigo 4º da Lei nº. 6.677, de 18 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Será disponibilizado aos produtores rurais para utilização interna na propriedade maquinários para melhoria da malha viária."

Art. 3º. O caput do artigo 6º e os incisos I, II, III, IV, V e VII do artigo 6º da Lei nº. 6.677, de 18 de dezembro de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Fica criado o Auxílio ao Produtor Rural de Chapecó que funcionará mediante pagamento, diretamente ao produtor, pelos seguintes serviços efetuados dentro das propriedades rurais:

I - 1,6 UFRM (um vírgula seis) por m² de área construída para as seguintes atividades:

[...]

II - 2,32 UFRM (dois vírgula trinta e dois) por m² para construção de silo trincheira, cisternas para captação de água da chuva e fossas;

III - 0,64 UFRM (zero vírgula sessenta e quatro) por m² quando realizada reforma de silo trincheira, observado o intervalo mínimo de 5 (cinco) anos entre reformas;

IV - 0,64 UFRM (zero vírgula sessenta e quatro) por m² de lâmina de água para reservatório de múltiplos usos tendo como limite para auxílio até 4.000m² (quatro mil metros quadrados) de lâmina de água.

V - 0,32 UFRM (zero vírgula trinta e dois) por m² de lâmina de água para limpeza ou reforma do açude, observado o intervalo mínimo de 5 anos, e um auxílio máximo de até 4.000,00m² (quatro mil metros quadrados);

[...]

VII - 0,64 UFRM (zero vírgula sessenta e quatro), o metro linear, para abertura de valas, limitado ao valor máximo de 2500 (dois mil e quinhentos) metros lineares de valas para irrigação.

Art. 4º. O artigo 8º da Lei nº. 6.677, de 18 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar melhoramentos na malha viária interna da propriedade no trecho compreendido entre a entrada da propriedade até o local de produção e que tenha objetivo de escoar o produto para comercialização ou receber insumos agrícolas."

Art. 5º. Fica revogado o inciso I do artigo 2º; o parágrafo único do artigo 3º; o artigo 5º e o § 1º do artigo 6º, todos da Lei nº. 6.677, de 18 de dezembro de 2014.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 20 de junho de 2018.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

CONVÊNIO N. 02/18

Publicação Nº 1661514

CONVÊNIO N. 02/18, de 18 de junho de 2018.

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E A AMBVN - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VILA NOVA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Senhor Ademir Magagnin, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado a AMBVN - Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, com sede na Rua Sete de Setembro, s/n, bairro Vila Nova, Cocal do Sul/SC, CNPJ nº 80.169.188/0001-35, neste ato representado por seu Presidente Vanderlei Figueiredo, têm entre si, como justo e acertado, o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, devidamente autorizado conforme Lei n. 1.415, de 14 de junho de 2018 a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem como objeto a cooperação financeira, no valor global de até R\$ 54.970,00 (cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais), para a construção de um galpão que servirá como sede da associação de moradores do bairro Vila Nova, a fim de promover a integração entre os moradores, por meio do acesso a lazer, cultura e entretenimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

À ASSOCIAÇÃO

- a) Aplicação dos recursos concedidos;
- b) Entrega dos boletins de medições à Prefeitura Municipal, que servirão como base para o repasse do recurso;
- c) Prestação de contas à Prefeitura Municipal do valor repassado, dentro do prazo determinado pela legislação vigente.

AO MUNICÍPIO:

- a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros, através da Secretaria de Finanças;
- b) Supervisionar a execução do objeto do presente Convênio.
- c) Fiscalizar a aplicação dos recursos exigindo a prestação de contas, conforme art. 60 e seguintes da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da dotação:

- Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias;
- 2.005 – Manutenção das Ações sociais do Gabinete, Vice e Assessorias;
- 4.4.50.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DO CONVÊNIO

4.1. O presente Convênio iniciará a partir de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1 O presente Convênio poderá ser rescindido qualquer tempo,

desde que a parte interessada comunique com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga como competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes justas e acertadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

VANDERLEI FIGUEIREDO

Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA NOVA

Testemunhas:

1º _____ 2º _____

RESOLUÇÃO 05/18 CMS

Publicação Nº 1660964

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL

RESOLUÇÃO CMS Nº 005/2018

DELIBERA SOBRE O FLUXO DE COMUNICAÇÃO ENTRE O SETOR DE TRANSPORTES E AMBULÂNCIA E O PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE COCAL DO SUL

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, com base nas suas atribuições conferidas pela Lei nº 522, de 28 de junho de 2002 e ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde ocorrida em 06 de junho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Requerimento Interno que determina o fluxo de comunicação entre o setor de transportes e ambulância e o Pronto Atendimento da Secretaria de Saúde de Cocal do Sul.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor após homologação do Chefe do Poder Executivo, na data de sua publicação.

Cocal do Sul, 06 de junho de 2018.

ALDO CÂNDIDO MORONA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Cocal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 243/2018**

Publicação Nº 1660999

RESOLUÇÃO N.º 243/2018, de 20 de junho de 2018.

ATUALIZA OS VALORES CONSTANTES NO ANEXO I, DA LEI Nº. 784, de 30.03.2007, E DOS ARTIGOS 2º E 3º DA LEI Nº. 900, DE 11.06.2008 DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº.1.417/2018, de 20 de junho de 2018.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ROSENY CITTADIN BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:

Art. 1º. Atualizar em 1,69 % (um vírgula sessenta e nove por cento) os valores contidos no ANEXO I da Lei Nº. 784, de 30.03.2007, em decorrência da promulgação da Lei Nº.1.417/2018, de 20/06/2018, e em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X, da CF/88.

Art. 2º. Atualizar em 1,69 % (um vírgula sessenta e nove por cento) os valores contidos no art. 2º da Lei Nº. 900, de 11.06.2008, que passa a vigorar com o valor de R\$ 5.887,23 (cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e três centavos), e no art. 3º da Lei Nº. 900, de 11.06.2008, que passa a vigorar no valor de R\$ 7.569,89 (sete mil quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos), em decorrência da promulgação da Lei Nº.2018, de 20/06/2018, e em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X, da CF/88.

Parágrafo único. O retroativo a partir de maio será pago em forma de abono salarial no mês subsequente a aprovação da lei.

Art. 3º Será concedido, a partir de 01 de outubro de 2018, ganho real, no percentual de 1,69%(um vírgula sessenta e nove por cento) a todos os servidores públicos municipais.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 01 de maio de 2018.

Art. 5º. Fica revogada a Resolução N.º 233/2017, de 22 de junho de 2017.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 20 de junho de 2018.
ROSENY CITTADIN BARBOSA LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT
Presidente da Câmara 1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC, aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezenove.

ANEXO I LEI 784, de 30.03.2007

SÍMBOLO	VALOR – R\$ / MÊS
ECPL-1	R\$ 4.514,78
REFERÊNCIA	
1	R\$ 914,50
2	R\$ 1.005,95
3	R\$ 1.106,54
4	R\$ 1.217,19
5	R\$ 1.338,90
6	R\$ 1.472,79
7	R\$ 1.620,06
8	R\$ 1.782,07
9	R\$ 1.960,27
10	R\$ 2.156,30
11	R\$ 2.371,93
12	R\$ 2.609,12

13	R\$ 2.870,03
14	R\$ 3.157,03
15	R\$ 3.472,73
16	R\$ 3.820,00
17	R\$ 4.202,00
18	R\$ 4.622,20
19	R\$ 5.084,35
20	R\$ 5.592,78
21	R\$ 6.152,05
22	R\$ 6.767,25
23	R\$ 7.443,97
24	R\$ 8.188,37
25	R\$ 9.007,19
26	R\$ 9.907,91
27	R\$ 10.898,70
28	R\$ 11.988,57
29	R\$ 13.187,43
30	R\$ 14.506,17

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 20 de junho de 2018.
ROSENY CITTADIN BARBOSA LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT
Presidente da Câmara 1º Secretário

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 02 AO EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 04/2018 - FMC

Publicação Nº 1660974

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
ADENDO 02 AO EDITAL
CREDENCIAMENTO Nº 04/2018 - FMC

A Fundação Municipal de Cultura - FMC, por intermédio de Diretor Geral, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de credenciamento em referência, cujo objeto é: "Credenciamento de interessados a seleção de espetáculos e oficinas para o "VI Festival de Teatro Tecendo o Riso", que será realizado de 15 a 19 de agosto de 2018 neste Município." sofreu alterações. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Editais de Credenciamento/Chamamento Público". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 15 de junho de 2018.
JULIO GOMES
Diretor Geral
da Fundação Municipal de Cultura

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2018 – FMC

Publicação Nº 1660975

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2018 – FMC

Objeto: Aquisição de livros novos para compor o acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal Julio da Costa Neves, com recursos próprios e oriundos do Ministério da Cultura - PRONAC 177134 - Mecanismo Mecenato, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 05/07/2018.

Início da Sessão: dia 05/07/2018 as 08 h e 30 min.

, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 21 de junho de 2018.
JÚLIO GOMES
Diretor Geral da FMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018 – FMS

Publicação Nº 1661341

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de lentes e armações para a entrega de órteses no atendimento a pacientes do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/07/2018.

Abertura: dia 06/07/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 21 de junho de 2018.

GRACE SIMIONI MENEGAT
Gestora do FMS, em exercício

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO TÉCNICA E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO - TOMADA DE PREÇOS 6-2018 PMC

Publicação Nº 1661780

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2018 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em engenharia geotécnica e elaboração de anteprojeto de contenção de taludes, a serem realizados no Município de Concórdia, de acordo com o Anexo "A" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO TÉCNICA E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, foi verificado o Parecer Técnico emitido pela Comissão Especial designada pela Portaria nº 113/2018 de 08 de junho de 2018, os quais foram lidos e rubricados pela Comissão Permanente de Licitação, verificando-se a seguinte pontuação: a licitante RMS PROJETOS, CONSULTORIA E OBRAS DE GEOTECNIA obteve 06 (seis) pontos, não atendendo aos requisitos mínimos de pontuação estabelecido no item 8.1 do Termo de Referência, sendo declarada pela Comissão Especial, DESCLASSIFICADA; a licitante FGS – ENGENHARIA GEOTÉCNICA E AMBIENTAL LTDA EPP obteve 36 (trinta e seis) pontos, obtendo a Nota técnica de 85,71 (oitenta e cinco vírgula setenta e um) pontos. Devido à ausência dos representantes legais das licitantes RMS PROJETOS, CONSULTORIA E OBRAS DE GEOTECNIA e FGS – ENGENHARIA GEOTÉCNICA E AMBIENTAL LTDA EPP a Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo da divulgação da fase

de avaliação técnica, deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea “a”, do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 08h30min do próximo dia 02 de julho de 2018, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 3).

Concórdia, SC, 21 de junho de 2018.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente CPL

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 480/2018

Publicação Nº 1661118

DECRETO Nº 480/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sra. JUSTINA GRACIANI VILANI, cargo Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 346201, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2017 à 31/01/2018 que serão gozadas a partir do dia 18/06/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Junho de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

JUSTINA GRACIANI VILANI

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 481/2018

Publicação Nº 1661119

DECRETO Nº 481/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sra. CACHTIUZE MAGNANTI cargo Diretor Geral de Administração, matrícula nº 1345502, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2017 à 31/08/2018 que serão gozadas a partir do dia 19/07/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Junho de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

CACHTIUZE MAGNANTI

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 482/2018

Publicação Nº 1661121

DECRETO Nº 482/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº28503, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos para o dia 14/06/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 483/2018

Publicação Nº 1661123

DECRETO Nº 483/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. PATRICIA MARCHI ocupante do cargo de Gerente de Educação, Matrícula nº 1335512, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos para o dia 15/06/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 18 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 484/2018

Publicação Nº 1661125

DECRETO Nº 484/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de membro de família, da Servidora Municipal, Sra. REGIANE GARBIN AIRES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº 1360601, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 485/2018

Publicação Nº 1661126

DECRETO Nº 485/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de membro de família, da Servidora Municipal, Sra. ANA PAULA BIESSEK, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº 1333001, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 486/2018

Publicação Nº 1661129

DECRETO Nº 486/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sra. SILVANA MAGIONI FAVERO cargo Técnico em Controle Interno, matrícula nº 474901, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017 que serão gozadas a partir do dia 19/07/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Junho de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

SILVANA MAGIONI FAVERO

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 487/2018

Publicação Nº 1661131

DECRETO Nº 487/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 71 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de membro de família, do Servidor Municipal, Sr. MIGUEL DO ROSARIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Matricula nº 176901, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 488/2018

Publicação Nº 1661132

DECRETO Nº 488/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de membro de família, da Servidora Municipal, Sra. NAURIANE DIDOMENICO, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico de Educação Infantil, Matricula nº582607, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 15/06/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 489/2018

Publicação Nº 1661134

DECRETO Nº 489/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. NAURIANE DI DOMENICO ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico de Educação infantil, Matricula nº 582607, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 19 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 490/2018

Publicação Nº 1661136

DECRETO Nº 490, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.236/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Gestão e Manutenção e Projetos da Secretaria de Adm., Fazenda e Planejamento.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 14
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários - R\$ 5.000,00

Art. 2. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 491/2018

Publicação Nº 1661137

DECRETO Nº 491/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. CLÉDIA SALETE BARBIERI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº1352102, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos para o dia 19/06/2018

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 21 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 492/2018

Publicação Nº 1661138

DECRETO Nº 492/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 07 (sete) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. CLÉDIA SALETE BARBIERI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº1352102, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 21 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 493/2018

Publicação Nº 1661140

DECRETO Nº 493/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO cargo Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 248101, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 23/07/2017 á 22/07/2018 que serão gozadas a partir do dia 30/07/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Junho de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

ISABEL CRISTINA TOZZO
Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 494/2018

Publicação Nº 1661957

DECRETO Nº 494/2018

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. SAIONARA TARSO ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº1346602, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos para o dia 20/06/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 21 de Junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 495/2018

Publicação Nº 1661958

DECRETO Nº 495/2018

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidor Municipal, Sr. ELIÉZER JOSÉ SOARES ocupante do cargo de Operador de Máquinas, Matrícula nº1344703, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos para o dia 20/06/2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 21 de Junho de 2018.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 496/2018

Publicação Nº 1661959

DECRETO Nº 496/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. KELY CRISTINA RANZAN cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 194701, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/07/2016 á 15/07/2017 que serão gozadas a partir do dia 23/07/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Junho de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de junho de 2018.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

KELY CRISTINA RANZAN
Ciente em:____/____/2018

DECRETO Nº 497/2018

Publicação Nº 1661960

DECRETO Nº 497/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos a Sra. ADRIANA DE CEZARO MORESCO cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, matrícula nº 408901, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/10/2016 á 05/10/2017 que serão gozadas a partir do dia 20/07/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Junho de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de junho de 2018.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO
Ciente em:____/____/2018

LEI 1.254/2018

Publicação Nº 1661974

LEI Nº 1.254/2018

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art.70 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Cordilheira Alta, para o exercício de 2019, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas e riscos fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - e as disposições gerais.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2019 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I - Demonstrativo de Metas Anuais;
- II - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2019;
- III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IX - Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- X - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XII - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- XIII - Prioridades e Metas para 2019;
- XIV - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para obras em andamento e Conservação do Patrimônio Público;

III - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

IV - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a

- manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Orçamentos Fiscais (F) e de Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, Portaria Conjunta STN/COG nº 840, de 21 de dezembro de 2016, Portaria Conjunta STN/COG nº 02, de 22 de dezembro de 2016, Portaria STN 403, de 28 de junho de 2016 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VI - Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades

e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018. (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2018. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitido à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal,.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

V - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO

DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 Os Orçamentos para o exercício de 2019 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento de 2016. (Art. 12 da LRF).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 Se a receita estimada para 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei

Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo VII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XIV desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Poderá, quando for o caso, o Executivo Municipal proceder a abertura de crédito adicional extraordinário.

Art. 17 Os orçamentos para o exercício de 2019 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com valor de até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo XIV. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2019, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 3º Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do Anexo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas em forma de Termo de Colaboração, Fomento ou Cooperação, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Conta de Santa Catarina e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º A transferência de recurso, em forma de Termo de Colaboração, Fomento ou Cooperação, sempre que for o caso, deverá atender a Lei Federal 13.019/2014 e alterações posteriores.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal à Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo único. Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa STN 72, de 01 de fevereiro de 2012 e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados no Anexo XV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados por meio de das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2019, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 14 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cordilheira Alta, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito

tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2018 para o exercício de 2019.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2019.

Art. 47 O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 48 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 161/2018

Publicação Nº 1661970

LEI COMPLEMENTAR N. 161/2018

"REGULA O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, FIXA VALORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O prefeito municipal de cordilheira alta, estado de santa catarina, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei COMPLEMENTAR:

Art. 1º O serviço de abastecimento de água no Município de Cordilheira Alta será regulado pelas disposições da presente Lei Complementar.

Art. 2º Será adotado para abastecimento de água no Município o sistema de hidrômetros, estabelecendo os valores para consumo e serviços prestados conforme tabela prevista no anexo único.

Art. 3º Denomina-se "contribuinte" o consumidor de água devidamente cadastrado no Município.

Parágrafo único. Responde solidariamente pelo pagamento do saldo devedor o proprietário do imóvel.

Art. 4º A ligação da água será efetuada mediante requerimento escrito do proprietário do imóvel à Secretaria Municipal responsável, munido de autorização da divisão municipal de engenharia, cobrando-se o valor de ligação conforme tabela em vigor, efetuado na primeira fatura.

Art. 5º Cada edificação terá sua derivação própria para o suprimento de água, não se permitindo a canalização de uma edificação para outra, mesmo que contínuas e do mesmo proprietário, salvo nas propriedades rurais que tenham várias edificações que são próprias de sua atividade e nas unidades habitacionais constituídas em forma de condomínio.

§ 1º Verificada a infração, fica suspenso o fornecimento de água até que o responsável destrua a custas próprias as derivações clandestinas.

§ 2º Tratando-se de edificações com economias distintas, far-se-ão as derivações necessárias, ficando, inclusive, a instalação da caixa de água sob a responsabilidade do proprietário.

§ 3º Para as unidades habitacionais constituídas em forma de condomínio, as quais não possuam hidrômetros individuais para cada unidade e para a área comum, será atribuído a título de consumo o preço mínimo por unidade. Quando o somatório de consumo exceder a multiplicação do preço mínimo pelo número de unidades, será dividido o total de consumo pelo número de unidades, enquadrando-se o valor as faixas de consumo expressas nesta Lei Complementar.

Art. 6º O Município utilizará o sistema de lacração numerada dos hidrômetros, com a finalidade de evitar fraudes e assegurar a integridade do equipamento.

Parágrafo único. A constatação de violação do lacre pela Secretaria responsável ensejará em multa, conforme previsão do anexo único desta Lei Complementar.

Art. 7º As ligações no sistema municipal destinam-se ao fornecimento de água para uso domiciliar comum, prioritariamente, ficando as ligações para outros fins subordinadas as possibilidades da rede de abastecimento.

Art. 8º Verificando-se a incapacidade da rede pública e havendo possibilidades ou conveniências de aproveitamento de água de outra fonte, será concedida a licença para a captação privada.

Art. 9º O Município poderá, caso verificados defeitos ou irregularidades que configurem dano ao erário público, mediante aviso prévio, suspender os serviços de abastecimento de água até que sejam sanadas as anomalias encontradas.

Art. 10 As leituras dos hidrômetros serão feitas a cada trinta dias, aproximadamente, por servidor(s) especializado(s) ou treinado(s) para este fim, que fará anotações em impressos próprios ou em

sistema informatizado.

Parágrafo único. Serão desconsideradas do pagamento dos valores referentes ao consumo as frações de metro cúbico.

Art. 11 Fica fixado o vencimento para pagamento da fatura de fornecimento de água para o décimo quinto dia do mês subsequente ao do consumo.

Art. 12 A falta de pagamento das faturas nos prazos estabelecidos sujeitará o responsável às penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Sem prejuízos das penalidades previstas no caput deste artigo, poderá o Município, caso o contribuinte não efetue o pagamento de 03 (três) faturas, consecutivas ou não, suspender o fornecimento de água até que se regularize a situação, mediante apresentação do comprovante de pagamento.

Art. 13 A derivação domiciliar até o hidrômetro constitui parte externa da rede de ligação, ficando as expensas do usuário sua construção e manutenção.

§ 1º Correrão por conta do proprietário, quando feitas a seu pedido e no seu interesse, as modificações posteriores realizadas na parte externa da rede de ligação.

§ 2º Em todo ramal domiciliador, além de um registro externo do uso do Município para fechamento e abertura da água, instalar-se-á um registro interno ou segundo registro, colocado adiante ao hidrômetro para uso do consumidor, preferencialmente.

§ 3º Mediante requerimento de vistoria efetuado pelo contribuinte, frente ao consumo desordenado e excessivo provocado em razão de vazamento na parte externa da rede de ligação e constatado pelos agentes do Município, facultar-se-á ao interessado o parcelamento da referida fatura em até 24 (vinte e quatro) vezes, não podendo a parcela ser inferior ao valor do preço mínimo de consumo.

Art. 14 A nenhum pretexto será permitido ao contribuinte ou proprietário a troca de registro de entrada e hidrômetro.

Art. 15 As infrações desta Lei para as quais não se estabeleçam penas pecuniárias especiais, serão punidas nos termos do Código Tributário Municipal.

Art. 16 O Município compromete-se a efetuar a colocação do ramal da água até a linha divisória do imóvel, devendo ser instalado nesta área, as expensas do consumidor/proprietário, o hidrômetro, caixa de proteção e demais materiais utilizados.

Art. 17 Os valores atribuídos ao fornecimento de água e aos serviços previstos nesta Lei serão revistos anualmente no mês de dezembro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, aplicando-se como fator de atualização o Índice apurado nos últimos doze meses pelo IGP-M (índice geral de preços de mercado) ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 18 Cabe ao Código Tributário Municipal subsidiar, nos casos omissos, a presente Lei.

Art. 19 A presente Lei, no que couber, será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20 Utilizar-se-ão recursos do orçamento municipal para fazer face às despesas decorrentes desta Lei.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar 120/2015.

Cordilheira Alta, 21 de junho de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VALORES

PREÇO - POR M³

Consumo	Preço por m ³
Até 07 m ³	R\$ 4,00
De 07 a 10 m ³	R\$ 4,50
De 11 a 15 m ³	R\$ 6,05
De 16 a 20 m ³	R\$ 6,66
De 21 a 25 m ³	R\$ 7,32
De 26 a 30 m ³	R\$ 8,05
De 31 a 35 m ³	R\$ 8,86
Acima de 36 m ³	R\$ 9,74

PREÇO MÍNIMO DE CONSUMO: R\$ 29,50

OUTROS SERVIÇOS:

· Ligação/Desligamento:
- Por solicitação do usuário: R\$ 31,50

· Corte/Restabelecimento de Água:
- Por Falta de Pagamento: R\$ 15,75

INFRAÇÕES

· Violação de Lacre: R\$ 315,00

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2018

Publicação Nº 1661431

TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2018

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 64/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2017

O Município de Cordilheira Alta/SC e o Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta tornam público aos interessados e em especial a Empresa detentora da Ata de Registro de Preços nº 07/2018 (Nilo Tozzo & Cia Ltda.), que conforme disposto no Artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993 e, ainda, de acordo com as justificativas e fundamentações anexadas nos autos do processo administrativo em epígrafe, foi efetuada a redução dos valores dos itens 02 e 03 do referido termo, visando assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, conforme planilha demonstrativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Valor Atual	Percentual de redução	Valor Reequilibrado
02	OLEO DIESEL COMUN	Lt	Nilo Tozzo & Cia Ltda.	R\$ 3,61	5,24%	R\$ 3,42
03	OLEO DIESEL S10	Lt	Nilo Tozzo & Cia Ltda.	R\$ 3,63	4,31%	R\$ 3,47

Os demais termos da Ata de Registro de Preços nº 07/2018 continuam inalterados e em pleno vigor.

Cordilheira Alta/SC, 15 de junho de 2018.
CARLOS ALBERTO TOZZO RAFAELA REGINA PACIFICO DEZEN
Prefeito Municipal Gestora do Fundo Municipal de Saúde

NILO TOZZO & CIA LTDA
Pela Contratada: Jair Pedro Tozzo

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADM Nº 52/2018

Publicação Nº 1661649

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº52/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.19/2018

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, usando das atribuições legais e constitucionais vigentes, e em conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando o que consta nos autos do Processo em epígrafe, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS, DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EXISTENTES NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, decide por ratificar o aludido processo em todos os seus termos, a favor do INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL- IBAM, pelo valor global de R\$ 67.000,00 (Sessenta e sete mil reais).

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta/SC,
em 22 de junho de 2018.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 71/2018

Publicação Nº 1661204

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº71/2018
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº71/2018
Contratado: MAXI SERVIÇOS MECÂNICOS EIRELI - EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO FORD CARGO 26.11, PLACA MKE-8616, ANO 2012, Nº 08 DA FROTA.
Valor: R\$ 3.188,60 (três mil cento e oitenta e oito reais e sessenta centavos).
Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 72/2018

Publicação Nº 1661205

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº72/2018
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº72/2018
Contratado: NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA TÁXI, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS E CRONOGRAMA EM ANEXO..
Valor: R\$ 47.025,09 (quarenta e sete mil e vinte e cinco reais e nove centavos).
Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 73/2018

Publicação Nº 1661206

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº73/2018
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº73/2018
Contratado: IVEPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO VW WOLKER 24.220, PLACA MDP-4325, ANO 2007, Nº 03 DA FROTA.
Valor: R\$ 2.115,19 (dois mil cento e quinze reais e dezenove centavos).
Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 74/2018

Publicação Nº 1661207

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº74/2018
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº74/2018
Contratado: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE TABLOIDES DA OBRA: "COMBATE AO MOSQUITO: UMA TAREFA DE TODOS".
Valor: R\$ 4.920,00 (quatro mil e novecentos e vinte reais).
Vigência: 31/12/2018.

DECRETO Nº 8151/2018

Publicação Nº 1661569

DECRETO Nº. 8.151, 12 de Junho de 2018.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.222/2017.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, o valor de R\$ 35.020,00 (trinta e cinco mil e vinte reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria de Administração E Finanças.
Unidade: 03.02 – Departamento De Administração e Finanças.
Função: 04 – Administração.
Sub - função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0003 – Administração Geral.
Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.
De: Elemento 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 6.838,20.
De: Elemento 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 3.761,80.
De: Elemento 3.3.72.00.00.00.00.00.01.0000 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos. R\$ 500,00.
De: Elemento 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos. R\$ 21.420,00.
De: Elemento 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.500,00.
Para: Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 35.020,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Junho de 2018.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal
Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8152/2018

Publicação Nº 1661571

DECRETO nº 8.152, 12 De Junho de 2018.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ADICIONAL DE DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das

atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.222/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar adicional de dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 06 – Segurança Pública.

Subfunção: 181 – Policiamento.

Programa: 0017 – Trânsito Seguro.

Ação: 2.048 – Manutenção do Convênio do Trânsito.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.00000– Superávit do Exercício Anterior R\$ 4.800,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00000– Superávit do Exercício Anterior R\$ 12.800,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, conforme decreto nº. 8.012/2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de Junho de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8153/2018

Publicação Nº 1661575

DECRETO Nº. 8.153, 14 De Junho De 2018.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.11/2018, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2018, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 11/2018 – Inexigibilidade de Licitação Nº. 1/2018, do Fundo Municipal de Saúde, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA com o item Nº: 1 no valor de R\$ 4.920,00 (quatro mil e novecentos e vinte reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Junho de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8154/2018

Publicação Nº 1661577

DECRETO Nº. 8.154, 14 de Junho de 2018.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica criada a Comissão Organizadora das Festividades na Semana do Município, que será constituída pelos seguintes membros:

- Bruno Antônio Vivian (AECF);
- Eli Guaragni Daloma (Secretaria de Educação, Cultura e Esportes);
- Jaime Antonio Favareto (Chefe de Gabinete);
- Priscila Stanga (Diretora de Administração e Finanças);
- Sediane Lunardi Marafon (Secretaria De Administração e Finanças).
- Wladimir Sonda (Clube Gaúcho);

Art. 2º - Os serviços prestados pelos membros desta Comissão serão em caráter gratuito.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Junho de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8155/2018

Publicação Nº 1661578

DECRETO Nº. 8.155, 18 De Junho De 2018

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 80/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela

Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 80/2018 – Pregão Presencial Nº. 40/2018, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: SCS COMÉRCIO LTDA, com o Lote Nº1, itens nºs: 1, 10, 11, 54, 58, 59 E 63, no valor de R\$ 31.377,00 (trinta e um mil e trezentos e setenta e sete reais); com o Lote Nº 9 item nº 13 no valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais); com o Lote Nº 12 item nº 20 no valor de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais); com o Lote Nº 16 itens nºs: 25, 26 e 28 no valor de R\$ 61.797,00 (sessenta e um mil e setecentos e noventa e sete reais); com o Lote Nº 17 item nº 27 no valor de R\$ 25.480,00 (vinte e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais); com o Lote Nº 24 itens nºs: 44 e 62 no valor de R\$ 1.750,00 (um mil e setecentos e cinquenta reais); com o Lote Nº 30 item nº 57 no valor de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais); com o Lote Nº 33 itens nºs: 66, 81, 82 e 89 no valor de R\$ 15.002,20 (quinze mil dois reais e vinte centavos); com o Lote Nº 34 item 67 no valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais); com o Lote Nº 36 item nº 70 no valor de R\$ 1.731,00 (um mil e setecentos e trinta e um reais); com o Lote Nº 37 item nº 76 no valor de R\$ 2.750,00 (dois mil e setecentos e cinquenta reais); com o Lote Nº 44 item nº 100 no valor de R\$ 229,60 (duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos); ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA – ME com o Lote Nº 2, itens nºs: 6, 12, 29, 30, 84, 98 E 99 no valor de R\$ 3.361,00 (três mil e trezentos e sessenta e um reais); com o Lote Nº 27 itens nºs: 49 e 74 no valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais); com o Lote Nº 32 item nº 64 no valor de R\$ 97,60 (noventa e sete reais e sessenta centavos); com o Lote Nº 39 itens nºs: 79 e 80 no valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais); AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA com o Lote Nº 3, itens nºs: 2 e 78 no valor de R\$ 3.110,30 (três mil cento e dez reais e trinta centavos); Lote Nº 5 com os itens nºs: 4 e 5 no valor de R\$ 1.399,50 (Um mil trezentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos); Lote Nº 7 item nº 8 no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais); com o Lote Nº 10 itens nºs: 14, 15 e 17 no valor de R\$ 3.952,40 (três mil novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos); com o Lote Nº 14 item nº 23 no valor de R\$ 80,10 (oitenta reais e dez centavos); com o Lote Nº 15 itens nºs: 24, 32, 35 e 37 no valor de R\$ 549,40 (quinhentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos); com o Lote Nº 21 itens nºs: 38 e 55 no valor de R\$ 1.150,00 (um mil e cento e cinquenta reais); com o Lote Nº 28 itens nºs: 50 e 69 no valor de R\$ 901,80 (novecentos e um reais e oitenta centavos); com o Lote Nº 43 itens nºs: 94 a 97 no valor de R\$ 11.386,00 (onze mil e trezentos e oitenta e seis reais);

CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME com o Lote Nº 4 item nº: 3 no valor de R\$ 3.851,40 (três mil oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos); com o Lote Nº 6 item nº: 7 no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais); com o Lote Nº 13 itens nºs: 21 e 22 no valor de R\$ 7.427,20 (sete mil quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos); com o Lote Nº 18 item nº 31 no valor de R\$ 15.100,00 (quinze mil e cem reais); com o Lote Nº 20 itens nºs: 36 e 75 no valor de R\$ 12.803,00 (doze mil e oitocentos e três reais); com o Lote Nº 22 itens nºs: 41 e 42 no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais); com o Lote Nº 25 item nº 45 no valor de R\$ 200,10 (duzentos reais e dez centavos); com o Lote Nº 38 item nº 77 no valor de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais); com o Lote Nº 40 item nº 83 no valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais); com o Lote Nº 41 item nº 86 no valor de R\$ 29,10 (vinte e nove reais e dez centavos); com o Lote Nº 42 itens nºs: 92 e 93 no valor de R\$ 20.849,00 (vinte mil e oitocentos e quarenta e nove reais); NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA –ME com o Lote Nº 8 item nº 9 no valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais); com o Lote Nº 19 itens nºs: 33 e 34 no valor de R\$ 799,80 (setecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos); com o Lote Nº 23 itens nºs: 43 e 48 no valor de R\$ 400,10 (quatrocentos reais e dez centavos); com o Lote Nº 26 itens nºs: 46 e 47 no valor de R\$ 999,60 (novecentos e noventa e nove reais e

sessenta centavos); com o Lote Nº 29 itens nºs: 53 e 56 no valor de R\$ 15.405,00 (quinze mil e quatrocentos e cinco reais); com o Lote Nº 31 itens nºs: 60 e 61 no valor de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais); com o Lote Nº 35 item nº 68 no valor de R\$ 1.560,00 (um mil e quinhentos e sessenta reais); PANIFICADORA AVENIDA EIRELI ME com o Lote Nº 11 itens nºs: 16, 18, 19, 39, 40, 51, 52, 65, 71, 72, 73, 85, 87, 88, 90 e 91 no valor de R\$ 246.025,20 (duzentos e quarenta e seis mil vinte e cinco reais e vinte centavos);

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Junho de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8156/2018

Publicação Nº 1661580

DECRETO Nº. 8.156, 18 De Junho De 2018

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 81/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sra. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 81/2018 – Pregão Presencial Nº. 41/2018, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: DIECKSON LEONIR TESKE 05620670945, com o Lote Nº 1, itens nºs: 1 a 17 no valor de R\$ 36.999,98 (trinta e seis mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Junho de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 8157/2018

Publicação Nº 1661581

DECRETO nº 8.157, 18 De Junho de 2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.222/2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Subfunção: 304 – Vigilância Sanitária.

Programa: 0020 – Vigilância em Saúde.

Ação: 2.092 – Manutenção da Vigilância em Saúde.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.00002– Superávit do Exercício Anterior R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, conforme decreto nº. 8.012/2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Junho de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 2.248/2018

Publicação Nº 1661583

LEI MUNICIPAL Nº. 2.248, 12 de Junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores promulgou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o artigo 16, do Capítulo V, Seção II da Lei Complementar 002/2014 (Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Legislativo do Município de Coronel Freitas/SC), para adequá-lo à redação do Estatuto dos Servidores do Município (Lei Municipal nº. 2.078, 18 de junho de 2015), passando a apresentar a seguinte redação:

Art. 16. A Progressão por Mérito de 1% (um por cento) será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo e ao estável, no mês de maio de cada ano, que preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

Art. 16. A Progressão por Mérito de 1,5% (um e meio cinco por cento) será concedida ao servidor municipal ocupante de cargo efetivo estável, no mês de junho de cada ano, que preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

Art. 2º - Altera o Anexo I da Lei Complementar 002/2014, ajustando a carga horária dos servidores para adequá-la aos horários de funcionamento da Câmara de Vereadores, e passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	VAGAS	CARGA HORÁRIA
1 - SERVIÇOS GERAIS E AUXILIARES (SEG)	01.01	Auxiliar de serviços gerais	1	1	40 H
2- SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	02.01	Motorista	2	1	40 H
3-TÉCNICO PROFISIONAL (TEP)	03.01	Técnico em Administração	3	1	20 H
4- TÉCNICO CIENTIFICO (TEC)	04.01	Contador	4	1	10H 12H
	04.02	Assessor Jurídico	5	1	10H 12H
	04.03	Controle Interno	6	1	20H
	04.04	Tesoureiro	7	1	10H 12H

Art. 4º - Altera o Anexo IV da Lei Complementar 002/2014, para correção de erro material, bem como adequá-lo à alteração do artigo 2º deste Projeto de Lei:

ANEXO IV
ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

ANEXO V
ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

4.0 GRUPO V - TÉCNICO CIENTÍFICO - TEC

4.3 REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA
Estatutário

- Assessor Jurídico: 10 (dez) horas semanais
- Assessor Jurídico: 12 (doze) horas semanais
- Controle Interno: 20 (vinte) horas semanais
- Contador: 10 (dez) horas semanais
- Contador: 12 (doze) horas semanais
- Tesoureiro: 10 (dez) horas semanais
- Tesoureiro: 12 (doze) horas semanais

5.0 CARGOS EM COMISSÃO - CC

5.3 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:
Estatutário.

- Secretário Geral: Jornada de 40 (quarenta) horas semanais e Regime de Dedicação integral;
- Assessor de Imprensa: Jornada de 10 (dez) horas semanais.
- Assessor de Imprensa: Jornada de 12 (doze) horas semanais.

Art. 5º. Altera o Anexo V da Lei Complementar 002/2014 para correção de erro material:

ANEXO V
(Acrescentado pela Lei Complementar n°. 001/2015)
QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO VI
(Acrescentado pela Lei Complementar n°. 001/2015)
QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA CÂMARA MUNICIPAL

Gabinete do Prefeito, 12 de Junho de 2018.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº1 EDITAL DE CONCORRÊNCIA 001/2018

Publicação Nº 1661664

ADENDO/RETIFICAÇÃO 01

Processo Licitatório nº. 86/2018, Edital de Concorrência Pública para Obras nº 001/2018.

Objeto: Concorrência Pública para Obras, objetivando: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA REFORMA/IMPLANTAÇÃO DE ALAMBRADOS DO CAMPO MUNICIPAL OURO VERDE, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA E ORÇAMENTO.

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal IZEU JONAS TOZETTO, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no edital do Processo Licitatório nº. 86/2018, Edital de Concorrência Pública para Obras nº 001/2018, passando o edital a vigorar com as seguintes alterações:

1 - COM RELAÇÃO A EXIGÊNCIAS EM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

No item:

5.1.4.1 Qualificação Técnica:

Foi constatado na alínea "b" a exigência de:

b)- Atestado de capacidade técnica por execução de obra de características semelhantes à obra objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do profissional responsável ou da empresa, que comprove a aptidão para executar obra compatível em características semelhantes ao objeto desta licitação (construção de sapatas; vigas; cercas ou alambrados, colocação de postes e tubulações), devidamente registrado no CREA e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA.

Sendo que verificou-se a incompatibilidade de tal exigência no que se refere as colocações de cercas e alambrados, tendo em vista que não se exigem, data vênua, maiores comprovações, vez que não é serviço de complexidade.

Assim sendo, fica retificado o presente edital para constar como sendo a alínea "b":

b)- Atestado de capacidade técnica por execução de obra de características semelhantes à obra objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do profissional responsável ou da empresa, que comprove a aptidão para executar obra compatível em características semelhantes ao objeto desta licitação (construção de sapatas; vigas), devidamente registrado no CREA e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA.

2 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e sem alteração as demais cláusulas do Edital acima mencionado.

Coronel Freitas-SC, 21 de junho de 2018.

IZEU JONAS TOZETTO.

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

06-2018 CELULAR-DISPENSA

Publicação Nº 1660820

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2018 PROCESSO Nº 6/2018 HOMOLOGAÇÃO: 21/06/2018 CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Coronel Freitas: Aparelho para uso nas sessões, para captura de fotos, áudios para publicações de informação sobre os trabalhos legislativos. Ganhador: Lojas BECKER: R\$ 649 (seiscentos e quarenta e nove Reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 098/2018

Publicação Nº 1661052

DECRETO Nº. 098, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

"DESAPROPRIA AMIGÁVELMENTE PARTE DE IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto no art. 94, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e art. 5º, alínea "e", do decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, faz saber a todos que, CONSIDERANDO:

- A necessidade da integração ao Patrimônio Municipal a área destinada ao Cemitério Municipal;
- Que sem a propriedade definitiva do imóvel é impossível o município investir na construção de Casa Mortuária nas proximidades;
- Que o Cemitério se encontra há décadas no mesmo local sem que o Município detenha a propriedade legal e o domínio definitivo da área;
- Que a área descrita no objeto do presente Decreto atende às necessidades e o interesse público, consistente na adequação dos serviços funerários e preservação da salubridade pública;
- Que a área descrita no objeto do presente Decreto já foi declarada de utilidade pública através do Decreto n. 102/2016 de 06 junho de 2016 item "V" e;
- Considerando por derradeiro, que o proprietário concordou tacitamente com o valor da avaliação feita por comissão especial designada,

DECRETA

Art. 1º. A DESAPROPRIAÇÃO amigável do imóvel abaixo discriminado, para fins de transmissão ao patrimônio público municipal de Coronel Martins:

"parte de terras rural hora citado, através do Decreto de Utilidade Pública nº 102/2016 de 06/06/2016 item "V" e conforme Portaria nº 092/2016 de 06/06/2016 a qual Institui a Comissão de Avaliação para Desapropriação de Parte de Terra Rural com 1.696,70 m2 localizada dentro de uma área de terra rural maior com 92.534,00 m2 sob Matrícula nº 04.942 do CRI de São Domingos/SC"

§ 1º. O valor a ser pago pelo município ao proprietário Argentino Brena, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela comissão especial constituída pela Portaria nº 092/2016 de 06 de junho de 2016, será de R\$ 8.483,50 (Oito mil quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos), em uma única parcela.

§ 2º. A área rural a que se refere este artigo, conforme considerações iniciais, será destinada a legalização do Cemitério e Construção da Casa Mortuária

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de junho de 2018.

FABIANO JOTON

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 099/2018

Publicação Nº 1661054

DECRETO Nº. 099, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, Considerando pedido formulado e protocolado pela servidora conforme protocolo nº 1813/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra Eloide Terezinha Guisolphi, ocupante de cargo de provimento Comissionado de Secretária de Assistência Social, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 30 de Junho de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 21 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON

Prefeito Municipal em Exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 100/2018

Publicação Nº 1661055

DECRETO Nº. 100, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, Considerando pedido formulado e protocolado pela servidora conforme protocolo nº 1814/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra Rosa Maria Camargo, ocupante de cargo de provimento Comissionado de Diretor Geral de Assistência Social, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 30 de Junho de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 21 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em Exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 102/2018

Publicação Nº 1661759

DECRETO N 102, DE 21 DE JUNHO DE 2018.
PROMOVE O CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 053/2018, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 029/2018 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇO.

Fabiano Joton, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando os princípios norteadores da Administração Pública, sendo legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando que Administração Pública, tem o poder/dever rever seus atos a qualquer momento, quando constar ilegalidade, nulidade ou até mesmo meros irregularidade, podendo comprometer o processo licitatório;

Considerando parecer jurídico oriundo de pedido realizado pela comissão do processo de licitação;

DECRETA:

Art. 1º O cancelamento do Processo Licitatório n. 053/2018, na modalidade de Pregão Presencial n. 029/2018, cujo objeto consistia na aquisição de materiais de expediente, acatando e acompanhando recomendação do setor de licitação e setor jurídico.

Art. 2º Determino a realização de novo procedimento licitatório, na mesma modalidade, em caráter de urgência visando atender as necessidades da Administração Pública, sempre visando atender ao princípio da economicidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 21 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em Exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 086/2018

Publicação Nº 1661059

PORTARIA Nº. 086 DE 18 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 01 de Agosto de 2018 á 30 de Agosto de 2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Vinissius Belatto	Motorista	09/07/2017 á 08/07/2018

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 18 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 087/2018

Publicação Nº 1661060

PORTARIA Nº. 087, DE 18 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Lei complementar nº 040 de 29 de abril de 2014 Art. 113; após cada triênio de efetivo exercício o servidor ocupante do cargo de provimento efetivo fará jus a 30(trinta) dias de Licença Prêmio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e da economicidade; Resolve:

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica:

01- Pelo período de 10 (Dez) dias, com gozo a partir do dia 16 de Julho de 2018 á 25 de Julho de 2018.

FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
Edenilce Pagnoncelli Chittó	Telefonista	09/2012 á 09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 18 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 088/2018

Publicação Nº 1661061

PORTARIA Nº. 088 DE 18 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:
01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 09 de Julho de 2018 á 07 de Agosto de 2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Janinha Neves Pain Ravarena	Servente	02/06/2017 á 01/06/2018

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 18 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 090/2018

Publicação Nº 1661066

PORTARIA Nº. 090 DE 20 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:
01 – Para gozo de 39 (Trinta e Nove) dias no período de 27 de Junho de 2018 á 04 de Agosto de 2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Sandro Campana	Operador de Maquinas	02/06/2015 á 01/06/2016 9 dias 02/06/2016 á 01/06/2017 30 dias

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 20 de Junho de 2018.

FABIANO JOTON
Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

TERMO ADITIVO Nº 023/2018

Publicação Nº 1661310

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 023/2018 AO CONTRATO 046/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E CLÍNICA MÉDICA VIANA LTDA-ME.

MÊS/ANO: JULHO/2017. NÚMERO DO CONTRATO Nº 046/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/07/2017

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 046/2017, firmado em 31 de julho de 2017, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 12 de agosto de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 24.563.973/0001-05
CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA VIANA LTDA-ME

TERMO ADITIVO Nº 24/2018

Publicação Nº 1661306

ANEXO TC-07/94 – QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 024/2018.

MÊS/ANO: JANEIRO/2018. NÚMERO CONVÊNIO: 3815

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/01/2018

Celebram o SEXTO TERMO ADITIVO ao CONVÊNIO nº 3815, firmado em 02 de janeiro de 2018, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO

Cedência de dois funcionários públicos municipais integrantes de

seu quadro efetivo, um com formação em medicina veterinária, com o fim de exercer função de médico veterinário, sendo que desempenharam as atividades de defesa sanitária animal e/ou inspeção de produtos de origem animal, e outro com formação em técnico agrícola para atividades administrativas. Por outro lado a CIDASC cederá o veículo FIAT/UNO MILLE ECONOMY ALCO/CASOL PLACAS MHZ 8607 ANO/MOD 2010/2011 CH: 9BD15822AB6496288.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 83.807.586/0001-28

CONTRATADA:CIDASC

Correia Pinto

PREFEITURA

DECRETO Nº 1332/2018

Publicação Nº 1661319

DECRETO Nº 1332/2018
DE 21 DE JUNHO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município. DECRETA:

“DISPÕE SOBRE HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018”.

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente dos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal de Correia Pinto nos dias de jogos da Seleção brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018.

I – das 8h00 às 12h30 nos dias úteis em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 15h00;

II – das 13h30 às 18h00 nos dias úteis em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 11h00;

III – das 13h30 às 18h00 nos dias úteis em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 9h00;

§1º - O servidor público municipal que, por qualquer motivo, estiver impedido de executar suas atividades nos horários de que tratam os incisos do caput deste artigo, deverá cumprir o seu horário normal de expediente, apresentando justificativa prévia e formalizada à chefia imediata.

§2º - Fica excluído das disposições dos incisos do caput deste artigo o servidor público municipal que execute atividades que exijam turno especial de trabalho.

Art. 2º - Cabe aos titulares das Secretarias e Fundações, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e o pleno funcionamento dos serviços considerados essenciais nos dias em que houver jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018.

Art. 3º - As Escolas Municipais obedecerão aos horários estabelecidos no art.1º, respeitando-se o cumprimento do calendário escolar, mantendo-se o horário normal de expediente dos Centros de Educação Infantil.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 1333/2018

Publicação Nº 1661320

DECRETO Nº 1333/2018
DE 21 DE JUNHO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2165/2018, DECRETA:

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.”

Art. 1º- Abre Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 19.991,76 (Dezenove mil e novecentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos), a saber:

14.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.030 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

22 3.3.50.00.00.1000 –Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 19.991,76

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 19.991,76

Art. 2º- Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

14.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.030 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

23 4.4.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 19.991,76

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 19.991,76

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 1334/2018

Publicação Nº 1661405

DECRETO Nº 1334/2018
DE 21 DE JUNHO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2166/2018, DECRETA:

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.”

Art. 1º- Abre Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no montante de R\$ 765.000,00 (setecentos e sessenta e cinco mil reais), a saber:

06.01 – SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E GERAÇÃO DE RENDA:

2.056: Encargos Gerais da Administração:

140 4.6.90.00.00.3000 – Aplicações Diretas - R\$ 365.000,00

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

2.021: Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras:

139 3.3.90.00.00.3000 – Aplicações Diretas - R\$ 400.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 765.000,00

Art. 2º- Para o cobertura do artigo 1º desta lei será utilizado recurso do Superávit Financeiro do exercício Anterior na fonte de recurso 1000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

LEI Nº 2165/2018

Publicação Nº 1661321

LEI Nº 2165/2018
DE 21 DE JUNHO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 19.991,76 (Dezenove mil e novecentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos), a saber:

14.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.030 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

22 3.3.50.00.00.1000 –Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 19.991,76

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 19.991,76

Art. 2º- Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

14.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.030 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

23 4.4.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 19.991,76

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 19.991,76

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

LEI Nº 2167/2018

Publicação Nº 1661393

LEI Nº 2167/2018
DE 21 DE JUNHO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"DÁ DENOMINAÇÃO DE JOÃO ALVIM MADRUGA A RCP 357."

Art. 1º - Dá denominação de JOÃO ALVIM MADRUGA a RCP 357, iniciando na RCP 156 (localidade de Correia Pinto Velho) seguindo até a RCP 351 (localidade de Faxinal dos Wolff) com extensão de 5km.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

LEI Nº 2166/2018

Publicação Nº 1661389

LEI Nº 2166/2018
DE 21 DE JUNHO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR."

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no montante de R\$ 765.000,00 (setecentos e sessenta e cinco mil reais), a saber:

06.01 – SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E GERAÇÃO DE RENDA:

2.056: Encargos Gerais da Administração:

140 4.6.90.00.00.3000 – Aplicações Diretas - R\$ 365.000,00

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

2.021: Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras:

139 3.3.90.00.00.3000 – Aplicações Diretas - R\$ 400.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 765.000,00

Art. 2º- Para o cobertura do artigo 1º desta lei será utilizado recurso do Superávit Financeiro do exercício Anterior na fonte de recurso 1000 – Recursos Ordinários.

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº047/18 CURSO CAPACITAÇÃO DE MOTORISTAS

Publicação Nº 1661213

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E CREDENCIADA AO DETRAN PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS, CONTEMPLANDO CURSO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA – CVE, CURSO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS E CURSO DE TRANSPORTE ESCOLAR, conforme Resolução nº168/04 e 358/10 do CONTRAN, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 22/06/2018 às 09h00min do dia 04/07/2018.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 04/07/2018.

TIPO: MENOR PREÇO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 21 de junho de 2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 064, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661757

DECRETO Nº 064, de 21 de junho de 2018.

REGULAMENTA O § 2º DO ART. Nº 38 DA LEI 1.059, DE 23 DE ABRIL DE 1982 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

Considerando a necessidade de disciplinar e regulamentar o § 2º do Art. nº 38 da Lei 1.059, de 23 de Abril de 1982, com a redação dada pela Lei 2.558, de 12 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. O munícipe interessado em desdobrar lotes já existentes nas Zonas Urbanas do Município deverá observar e atender às exigências e condições disciplinados nesse decreto.

Art. 2º. Os lotes a serem desdobrados devem ter no mínimo 125,00 m² de área e frente mínima de 8,00 metros.

I – Desdobros menores que 125 m², serão admitidos somente para unificar em outro imóvel;

II - Se houver uma ou mais edificações no imóvel, o projeto de desdobro deve contemplar a regularização da(s) edificação(ões) existente(s) conforme Lei de edificação vigente no município.

Art. 3º. Para análise e aprovação do desdobro devem ser apresentados os seguintes documentos em 2(duas) vias:

- a) requerimento assinado pelo proprietário;
- b) cópia do IPTU;
- c) matrícula atualizada do imóvel em nome do proprietário;
- d) ART/RRT do profissional responsável pelo projeto;
- e) mapa da planta de situação atual e situação proposta do imóvel;
- f) Memorial descritivo da situação atual e situação proposta do imóvel;
- g) laudo técnico fotográfico.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito, 21 de junho de 2018.

JAIRO RIBELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 065, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661779

DECRETO Nº 065, de 21 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE REGISTROS CADASTRAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei 1.668, de 23 de Setembro de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA, para o exercício de 2018 a COMISSÃO DE JULGAMENTO DE REGISTROS CADASTRAIS.

Parágrafo único. As atribuições da Comissão de Julgamento de Registros Cadastrais estão definidas na Lei nº 1.668/93.

Art. 2º. Ficam designados para comporem a Comissão de Julgamento de registros Cadastrais, os servidores:

- NESTOR GRANDO
- ELIANE MARIA DURANTI BECKER
- DANIELA BICHET MÜLLER

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 21 de junho de 2018.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 066, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661798

DECRETO Nº 066, de 21 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei 1.668, de 23 de Setembro de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDA a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Parágrafo único. As atribuições da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO estão definidas na Lei nº 1.668/93.

Art. 2º. Designa os servidores municipais abaixo relacionados, para sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Permanente de Licitação, no Exercício Financeiro de 2018, a saber:

Membros titulares:

- NESTOR GRANDO
- ROGER FREITAG
- DANIELA BICHET MÜLLER

Membro Suplente:

- ELIANE MARIA DURANTI BECKER

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 21 de junho de 2018.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 067, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661809

DECRETO Nº 067, de 21 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E DESIGNAÇÃO E PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei 1.668, de 23 de Setembro de 1993;

CONSIDERANDO as disposições do IV do art. 3º, da Lei Federal 10.520 de 17 de Julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONSTITUÍDO, o PREGOEIRO e EQUIPE DE APOIO que terão dentre outras atribuições, a do recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2º. Fica designada para as funções de PREGOEIRO o servidor municipal NESTOR GRANDO.

Art. 3º. Ficam designados para comporem equipe de apoio ao Pregoeiro, os servidores:

- ROGER FREITAG
- ELIANE MARIA DURANTI BECKER
- DANIELA BICHET MÜLLER

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 21 de Junho de 2018.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 068, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661810

DECRETO Nº 068, de 21 de junho de 2018.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AS COMEMORAÇÕES DO SEXAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 42 § 2º da Lei Complementar nº 40;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros da COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AS COMEMORAÇÕES DO SEXAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CUNHA

PORÃ, a saber:

- Sedenir César Kipper;
- Viviane Seben
- Eliane Maria Duranti Becker;
- Derlaine Wommer;
- Valdo Artmann;
- Ilhana Aguiar Piazzolo;
- Dayan Bonfanti;
- Micheli Aline Secchi Schenkel;
- Bruna Dreyer;
- Nestor Grando.

Art. 2º. A Comissão nomeada no artigo 1º é encarregada de organizar os eventos e atividades em comemoração ao sexagésimo aniversário do Município que ocorre no exercício de 2018.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 21 de junho de 2018.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

RUDINEI PEDRO KAHER
Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 40/2018

Publicação Nº 1660456

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018 - O Município de Cunha Porã- SC, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Processo Licitatório nº 0900/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 040/2018, no Sistema de Registro de Preços, com julgamento do tipo menor preço por item, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS CARENTES CADASTRADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Os envelopes serão recebidos impreterivelmente até o dia 04/07/2018, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações e edital no Departamento de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto nº 12/2018**

Publicação Nº 1661949

DECRETO Nº 12/2018

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N. 01/2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEISI MARLA KEMPFER Presidente da Câmara Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente no inciso III do artigo 54 da Lei Orgânica deste Município.

DECRETO:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público n. 01/2018 da Câmara Municipal de Cunha Porã, conforme relação já devidamente divulgada e publicada, na sua exata ordem de classificação, conforme anexo.

Parágrafo Único – As convocações serão realizadas obedecidas rigorosamente à ordem de classificação, de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, SC, 18 de junho de 2018.

DEISI MARLA KEMPFER

Presidente da Câmara de Vereadores de Cunha Porã, SC.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

Publicação Nº 1661898

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, neste ato representado por sua presidente e por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2018.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 04/07/2018, no protocolo central, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/ SC, não sendo autorizado qualquer outro tipo de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 04/07/2018, será realizada sessão pública para classificação das propostas e fase de lances das propostas classificadas e abertura da Documentação de Habilitação, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/ SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 21 de Junho de 2018

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2018

Publicação Nº 1661143

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de sua autoridade competente, torna público a retificação referente ao Pregão Presencial nº 131/2018, conforme segue:

Onde se lê:

6.7 Outros documentos: (Somente para os lotes nº 01 e 05)

a) Apresentação do Atestado emitido pela Secretaria de Esportes e Lazer, declarando que o licitante através de seu responsável efetuou vistoria completa nos locais dos serviços, responsabilizando-se pelo levantamento dos dados quantitativos e qualitativos e pela conferência de medidas nos locais, necessários para o total conhecimento de todas as particularidades dos serviços e obras de engenharia a serem efetuadas, não sendo aceitas, para efeitos legais, posteriores alegações de desconhecimento dos mesmos, decorrente de erros ou imperícias no levantamento executado. A vistoria poderá se realizar quantas vezes o licitante julgar necessárias para a elaboração de sua proposta, devendo a mesma ser previamente

agendada 24 (vinte e quatro) horas antes, junto à Secretaria de Esportes e Lazer, através dos telefones (49) 3241- 1442.

Leia-se:

6.7 Outros documentos:

a) Apresentação do Atestado emitido pela Secretaria de Esportes e Lazer, declarando que o licitante através de seu responsável efetuou vistoria completa nos locais dos serviços, responsabilizando-se pelo levantamento dos dados quantitativos e qualitativos e pela conferência de medidas nos locais, necessários para o total conhecimento de todas as particularidades dos serviços e obras de engenharia a serem efetuadas, não sendo aceitas, para efeitos legais, posteriores alegações de desconhecimento dos mesmos, decorrente de erros ou imperícias no levantamento executado. A vistoria poderá se realizar quantas vezes o licitante julgar necessárias para a elaboração de sua proposta, devendo a mesma ser previamente agendada 24 (vinte e quatro) horas antes, junto à Secretaria de Esportes e Lazer, através dos telefones (49) 3241- 1442. (Somente para os lotes nº 01 e 05)

b) Documento comprobatório de vínculo entre o motorista com a proponente Licitante, sendo mínimo 9; (Somente lote nº 04 – todos os itens do referido lote)

c) Cópia do certificado do registro e licenciamento do veículo atualizado em nome da licitante vencedora ou em nome de terceiro com comprovação de que o veículo está locado por meio de contrato de locação/comodato formalizado e reconhecido em cartório, devendo ser no mínimo 08 micro, 01 ônibus e 01 caminhão baú; (Somente lote nº 04 – todos os itens do referido lote)

d) Prova de possuir seguro vigente contra terceiros e de carga, para 01 caminhão baú; (Somente lote nº 04 – item 17)

e) Prova de possuir seguro vigente contra terceiros e de passageiros com cobertura para despesas médicas e hospitalares, morte e invalidez, para mínimo 08 micro e 01 ônibus; (Somente lote nº 04 – itens 15 e 16)

f) Documento comprobatório de que o motorista que efetuará o serviço está habilitado para efetuar transporte coletivo, de acordo com o Código Nacional de Trânsito; (Somente lote nº 04 – somente itens 15 e 16)

g) Documento comprobatório de que a empresa está autorizada pelo DETER para transporte de passageiros em viagens intermunicipais, no documento deverá constar o nome da empresa licitante e a placa do veículo que está autorizado; (Somente lote nº 04 – todos os itens do referido lote)

Obs.: A documentação exigida no item 6.7 alínea "b", "c", "d", "e", "f" e "g" poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em cartório, sem comprometendo a providenciar tais documentos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após considerada a empresa habilitada, para posterior homologação do processo. Caso o proponente não apresente a documentação no aprezado, o mesmo poderá sofrer penalidade de suspensão do direito de licitar pelo período de 2 (dois) anos com a Administração Pública (municipal, estadual e/ou federal a critério da Administração);

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitibanos, 20 de Junho de 2018.

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 56/2018

Publicação Nº 1661547

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 121/2018 - TP
	Processo Administrativo: 121/2018 Processo de Licitação: 121/2018 Data do Processo: 05/06/2018

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NOS PONTOS DE ONIBUS DO MUNICÍPIO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 56/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 21 de Junho de 2018, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 622/2018, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 121/2018, Licitação nº. 121/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI - EPP; DISBRAPLAC LTDA EPP;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- AS EMPRESAS INTERESSADAS, PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, E VERIFICOU-SE O QUE SEGUE: A EMPRESA B&P CONSTRUTORA EIRELI NÃO POSSUI ATIVIDADE PERTINENTE AO OBJETO DA LICITAÇÃO, DESCUMPRINDO O ITEM 3.1 ALÍNEA "F" DO EDITAL, E TAMBÉM POR NÃO APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E CAT SIMILAR AO OBJETO LICITADO, DESCUMPRINDO O ITEM 6.4 ALÍNEA "D" DO EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA DISBRAPLAC LTDA EPP APRESENTOU A CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA COM O CAPITAL SOCIAL DESATUALIZADO, SENDO ASSIM, PERDENDO A SUA VALIDADE, CONFORME CONSTA NA PRÓPRIA CERTIDÃO, O QUAL INFORMA: A CERTIDÃO PERDERÁ A VALIDADE CASO OCORRA QUALQUER MODIFICAÇÃO POSTERIOR DOS ELEMENTOS CADASTRAIS NELA CONTIDOS", SENDO QUE O CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA É DE R\$ 180.000,00 E NA CERTIDÃO CONSTA R\$ 60.000,00, DESCUMPRINDO ASSIM O ITEM 6.4 ALÍNEA "B" DO EDITAL, QUE EXIGE QUE A CERTIDÃO ESTEJA ATUALIZADA, SENDO CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA AFONSO TOMCZAK ME APRESENTOU O BALANÇO PATRIMONIAL A PÁGINA QUE REFERE-SE AO BALANÇO PATRIMONIAL "FOLHA: 0204 NÚMERO LIVRO: 0006" E A NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 "FOLHA: 6 NÚMERO 210 LIRO: SEM NUMERAÇÃO EMISSÃO 31/12/2017" SOMENTE POR CÓPIA, SEM AS DEVIDAS AUTENTICAÇÕES, E COMO A EMPRESA NÃO ESTÁ PRESENTE NA LICITAÇÃO PARA APRESENTAR A VIA ORIGINAL, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 12.1 DO EDITAL, FICA CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI - EPP APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA. FICA ABERTO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA RECURSO, DEVENDO SER PROTOCOLADO NO PROTOCOLO CENTRAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SITO A RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860. AS EMPRESAS "DISBRAPLAC LTDA EPP" E "DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI - EPP" RENUNCIARAM A INTENÇÃO DE RECURSO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**TOMADA DE PREÇO**
Nr.: 121/2018 - TP**Processo Administrativo:** 121/2018
Processo de Licitação: 121/2018
Data do Processo: 05/06/2018

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 21 de Junho de 2018

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação

CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETARIA

DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - - 1º MEMBRO

ROBERTO CARLOS DA SILVA - - 2º MEMBRO

CRISTIANO FRANÇA PEREIRA - - 3º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LUCIANO BANHOS BARACUHY - - Representante

CLAUDIOMIR VERZA - - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 121/2018 - TP
	Processo Administrativo: 121/2018 Processo de Licitação: 121/2018 Data do Processo: 05/06/2018

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NOS PONTOS DE ONIBUS DO MUNICÍPIO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 56/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 21 de Junho de 2018, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 622/2018, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 121/2018, Licitação nº. 121/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI - EPP; DISBRAPLAC LTDA EPP;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- AS EMPRESAS INTERESSADAS, PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, E VERIFICOU-SE O QUE SEGUIE: A EMPRESA B&P CONSTRUTORA EIRELI NÃO POSSUI ATIVIDADE PERTINENTE AO OBJETO DA LICITAÇÃO, DESCUMPRINDO O ITEM 3.1 ALÍNEA "F" DO EDITAL, E TAMBÉM POR NÃO APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E CAT SIMILAR AO OBJETO LICITADO, DESCUMPRINDO O ITEM 6.4 ALÍNEA "D" DO EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA DISBRAPLAC LTDA EPP APRESENTOU A CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA COM O CAPITAL SOCIAL DESATUALIZADO, SENDO ASSIM, PERDENDO A SUA VALIDADE, CONFORME CONSTA NA PRÓPRIA CERTIDÃO, O QUAL INFORMA: A CERTIDÃO PERDERÁ A VALIDADE CASO OCORRA QUALQUER MODIFICAÇÃO POSTERIOR DOS ELEMENTOS CADASTRAIS NELA CONTIDOS", SENDO QUE O CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA É DE R\$ 180.000,00 E NA CERTIDÃO CONSTA R\$ 60.000,00, DESCUMPRINDO ASSIM O ITEM 6.4 ALÍNEA "B" DO EDITAL, QUE EXIGE QUE A CERTIDÃO ESTEJA ATUALIZADA, SENDO CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA AFONSO TOMCZAK ME APRESENTOU O BALANÇO PATRIMONIAL A PÁGINA QUE REFERE-SE AO BALANÇO PATRIMONIAL "FOLHA: 0204 NÚMERO LIVRO: 0006" E A NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 "FOLHA: 6 NÚMERO 210 LIRO: SEM NUMERAÇÃO EMISSÃO 31/12/2017" SOMENTE POR CÓPIA, SEM AS DEVIDAS AUTENTICAÇÕES, E COMO A EMPRESA NÃO ESTÁ PRESENTE NA LICITAÇÃO PARA APRESENTAR A VIA ORIGINAL, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 12.1 DO EDITAL, FICA CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI - EPP APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA. FICA ABERTO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA RECURSO, DEVENDO SER PROTOCOLADO NO PROTOCOLO CENTRAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SITO A RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860. AS EMPRESAS "DISBRAPLAC LTDA EPP" E "DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI - EPP" RENUNCIARAM A INTENÇÃO DE RECURSO.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**TOMADA DE PREÇO**
Nr.: 121/2018 - TP**Processo Administrativo:** 121/2018
Processo de Licitação: 121/2018
Data do Processo: 05/06/2018

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 21 de Junho de 2018

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação

CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETARIA

DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - - 1º MEMBRO

ROBERTO CARLOS DA SILVA - - 2º MEMBRO

CRISTIANO FRANÇA PEREIRA - - 3º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LUCIANO BANHOS BARACUHY - - Representante

CLAUDIOMIR VERZA - - Representante

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 121/2018 - TP****Processo Administrativo:** 121/2018
Processo de Licitação: 121/2018
Data do Processo: 05/06/2018

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NOS PONTOS DE ONIBUS DO MUNICÍPIO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 56/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 21 de Junho de 2018, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 622/2018, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 121/2018, Licitação nº. 121/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI - EPP; DISBRAPLAC LTDA EPP;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- AS EMPRESAS INTERESSADAS, PROTOCOLARAM SEUS ENVELOPES NO APRAZADO. APÓS, FOI REALIZADA A ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, E VERIFICOU-SE O QUE SEGUIE: A EMPRESA B&P CONSTRUTORA EIRELI NÃO POSSUI ATIVIDADE PERTINENTE AO OBJETO DA LICITAÇÃO, DESCUMPRINDO O ITEM 3.1 ALÍNEA "F" DO EDITAL, E TAMBÉM POR NÃO APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E CAT SIMILAR AO OBJETO LICITADO, DESCUMPRINDO O ITEM 6.4 ALÍNEA "D" DO EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA DISBRAPLAC LTDA EPP APRESENTOU A CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA COM O CAPITAL SOCIAL DESATUALIZADO, SENDO ASSIM, PERDENDO A SUA VALIDADE, CONFORME CONSTA NA PRÓPRIA CERTIDÃO, O QUAL INFORMA: A CERTIDÃO PERDERÁ A VALIDADE CASO OCORRA QUALQUER MODIFICAÇÃO POSTERIOR DOS ELEMENTOS CADASTRAIS NELA CONTIDOS", SENDO QUE O CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA É DE R\$ 180.000,00 E NA CERTIDÃO CONSTA R\$ 60.000,00, DESCUMPRINDO ASSIM O ITEM 6.4 ALÍNEA "B" DO EDITAL, QUE EXIGE QUE A CERTIDÃO ESTEJA ATUALIZADA, SENDO CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA AFONSO TOMCZAK ME APRESENTOU O BALANÇO PATRIMONIAL A PÁGINA QUE REFERE-SE AO BALANÇO PATRIMONIAL "FOLHA: 0204 NÚMERO LIVRO: 0006" E A NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 "FOLHA: 6 NÚMERO 210 LIRO: SEM NUMERAÇÃO EMISSÃO 31/12/2017" SOMENTE POR CÓPIA, SEM AS DEVIDAS AUTENTICAÇÕES, E COMO A EMPRESA NÃO ESTÁ PRESENTE NA LICITAÇÃO PARA APRESENTAR A VIA ORIGINAL, CONFORME EXIGÊNCIA DO ITEM 12.1 DO EDITAL, FICA CONSIDERADA INABILITADA; A EMPRESA DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI - EPP APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO ASSIM, CONSIDERADA HABILITADA. FICA ABERTO O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA RECURSO, DEVENDO SER PROTOCOLADO NO PROTOCOLO CENTRAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SITO A RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860. AS EMPRESAS "DISBRAPLAC LTDA EPP" E "DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI - EPP" RENUNCIARAM A INTENÇÃO DE RECURSO.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 121/2018 - TP****Processo Administrativo:** 121/2018
Processo de Licitação: 121/2018
Data do Processo: 05/06/2018

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 21 de Junho de 2018

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO - - SECRETARIA
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - - 1º MEMBRO
ROBERTO CARLOS DA SILVA - - 2º MEMBRO
CRISTIANO FRANÇA PEREIRA - - 3º MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LUCIANO BANHOS BARACUHY - - Representante
CLAUDIOMIR VERZA - - Representante

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS 4/2018

Publicação Nº 1661740

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS</p> <p>CNPJ: 83.754.044/0001-34</p> <p>C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC</p>	<p>CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2018 - CC</p> <p>Processo Administrativo: 1/2018</p> <p>Processo de Licitação: 1/2018</p> <p>Data do Processo: 02/05/2018</p>
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, COM EXTENSÃO DE 660,00 M, E AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GALERIA CELULAR DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADA COM DIMENSÕES 2,50M X 1,50M X 1,00M, ESPESSURA DA AREDE 15CM, TRÂNSITO 45 TON, ATERRO MÍNIMO DE 0,30MT E MÁXIMO DE 0,50MT, FABRICADAS CONFORME NBR 15396 DA ABNT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, CONFORME PROCESSO Nº 59502.000719/2017-99 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 4/2018 (Sequência: 4)

Ao(s) 21 de Junho de 2018, às 16:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1171, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 1/2018, Licitação nº 1/2018 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: CONFORME RECURSO PROTOCOLADO PELA EMPRESA AC CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA ME, NO APRAZADO SOB Nº 5036/2018, FICA APRAZADO O PRAZO DE LEI PARA PROTOCOLO DE CONTRA RAZÃO PELAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CERTAME, SE ASSIM DESEJAR, ENCERRANDO O PRAZO NO DIA 28/06/2018 ÀS 19:00 HORAS.

LOTE: 1**Participante: 11692 - EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, COM EXTENSÃO DE 660,00 M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.	%	100,00		0,0000	6.286,0137	628.601,37

Total do Participante ———> 628.601,37

LOTE: 2**Participante: 11670 - MOLDER ESTRUTURAS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	GALERIA DE CONCRETO CÉLULA 1,5X2,5X0,15M, RESISTÊNCIA 45TON, ESPESSURA DA PAREDE 15CM, ATERRO MÍNIMO DE 0,30MT E MÁXIMO DE 0,50MT, FABRICADA CONFORME NBR15396 DA ABNT. CONCRETO 30 MPA	UN	939,00		0,0000	1.289,00	1.210.371,00

Total do Participante ———> 1.210.371,00

Total Geral ———> 1.838.972,37

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34

.

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC**CONCORRÊNCIA****Nr.: 1/2018 - CC****Processo Administrativo:** 1/2018**Processo de Licitação:** 1/2018**Data do Processo:** 02/05/2018

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Curitibanos, 21 de Junho de 2018

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - - Presidente da Comissão de Licitação

CRISTIANO FRANÇA PEREIRA - - SECRETÁRIO

CRISTINA MENEGOTTO - - MEMBRO

ROBERTO CARLOS DA SILVA - - MEMBRO

DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA - - MEMBRO

Descanso

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 - FMS

Publicação Nº 1661692

MUNICIPIO DE DESCANSO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE CONTRATAÇÃO
Dispensa de Licitação Nº 04/2018

Objeto: Contratação da empresa DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 22.366.517/0001-31, com sede na Avenida Martin Piasessi, nº 435, sala 01, centro, município de Descanso, Estado de Santa Catarina, para fornecimento de uma linha telefônica móvel com ligações ilimitadas para qualquer operadora e DDD do Brasil, internet ilimitada, sms ilimitado para qualquer operadora e isenção de cobrança por deslocamento, para auxiliar nas atividades desempenhadas pelos funcionários lotados na secretaria que estiverem realizando os serviços de "Sobre Aviso" (Plantão), no valor mensal de R\$ 119,90 (cento e dezenove reais com noventa centavos), por Dispensa de Licitação, com base legal no art. 24, II, da Lei 8.666/93, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. A integral do edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 22 de Junho de 2018.

Cléber Luiz Rech
Gestor do FMS

LEI 1616/2018, FIXA CARGA HORÁRIA DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1661512

LEI Nº 1616/2018, de 21 de junho de 2018.

FIXA CARGA HORÁRIA DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescido ao art. 1º da Lei Municipal n. 1.333, de 02 de junho de 2014, a carga horária do cargo de Assessor Jurídico: CARGA HORÁRIA: 20(vinte) horas.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas pelo orçamento vigente em cada ano.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 21 de junho de 2018.

SADI INÁCIO BONAMIGO
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.
Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2018, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM E PASSEIO NA RUA JOSÉ WRONSKI, CIDADE DE DESCANSO/SC, COM ÁREA DE 550M², COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

Publicação Nº 1661671

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2018

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação com pedras irregulares, drenagem e passeio na Rua José Wronski, cidade de Descanso/SC, com área de 550m², com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 10/07/2018, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 22 de Junho de 2018.
Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 04 CMAS

Publicação Nº 1661051

RESOLUÇÃO Nº 004/2018

SÚMULA: Aprova o Plano de Ação Municipal SUAS/WEB para o exercício de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Dionisio Cerqueira/SC, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Municipal nº 2200/95 de 25 de novembro de 1995 alterada pela Lei 4.296/2013 de 02 de dezembro de 2013, Considerando reunião ordinária realizada na data de 20/06/2018,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar em teor e forma o Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência para o exercício de 2018, ao município de Dionísio Cerqueira.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Dionísio Cerqueira/SC, em 20 de junho de 2018.

Willian Haefliger Andreola
Presidente do CMAS - DC

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO

DA PRAÇA DALILO QUINTINO PEREIRA, CONFORME ORÇAMENTO E

MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, E CONTRATO DE REPASSE Nº 862.736/2017/MTUR/CEF

Dionísio Cerqueira, 21 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 076-2018 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI

Valor : 158.035,47 (cento e cinquenta e oito mil e trinta e cinco

reais e quarenta e sete centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 20/06/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 67/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO

DA PRAÇA DALILO QUINTINO PEREIRA, CONFORME ORÇAMENTO E

MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, E CONTRATO DE REPASSE Nº 862.736/2017/MTUR/CEF

Dionísio Cerqueira, 21 de Junho de 2018

TOMADA DE PREÇO Nº 67-2018 - CONTRATO - PMDC

Publicação Nº 1661669

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 075-2018 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: CONSTRUTORA SOLO LTDA

Valor : 507.875,33 (quinhentos e sete mil oitocentos e setenta e

cinco reais e trinta e três centavos)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 20/06/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 67/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO

DA PRAÇA DALILO QUINTINO PEREIRA, CONFORME ORÇAMENTO E

MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, E CONTRATO DE REPASSE Nº 862.736/2017/MTUR/CEF

Dionísio Cerqueira, 21 de Junho de 2018

Contrato Nº.: 077-2018 PMDC

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: THIAGO ANDRE GADO 06609746907

Valor : 22.350,00 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 20/06/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 67/2018

TOMADA DE PREÇO Nº 67-2018 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 1661655

TOMADA DE PREÇO Nº 67/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/18

HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18

CONTRATADO: CONSTRUTORA SOLO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO

DA PRAÇA DALILO QUINTINO PEREIRA, CONFORME

ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, E

CONTRATO DE REPASSE Nº 862.736/2017/MTUR/CEF

VALOR DA DESPESA: R\$ 507.875,33 (quinhentos e sete mil

oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos)

DATA: 21/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----TOMADA

DE PREÇO Nº 67/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/18

HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18

CONTRATADO: THIAGO ANDRE GADO 06609746907

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO

DA PRAÇA DALILO QUINTINO PEREIRA, CONFORME

ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, E

CONTRATO DE REPASSE Nº 862.736/2017/MTUR/CEF

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.350,00 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta reais)

DATA: 21/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----TOMADA

DE PREÇO Nº 67/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/18

HOMOLOGAÇÃO: 21/06/18

CONTRATADO: DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO

DA PRAÇA DALILO QUINTINO PEREIRA, CONFORME

ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, E

CONTRATO DE REPASSE Nº 862.736/2017/MTUR/CEF

VALOR DA DESPESA: R\$ 158.035,47 (cento e cinquenta e oito mil e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos)

DATA: 21/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Dona Emma

PREFEITURA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2018

Publicação Nº 1661021

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2018
CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 01/2018
CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 09 horas do dia 23 de julho de 2018, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório objetivando a Concessão para a exploração comercial de bar e lanchonete do Ginásio de Esportes Prefeito Valdemar Jumes pertencente ao Município de Dona Emma. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 08 às 12 horas e das 13 às 16 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 21 de junho de 2018.
Nerci Barp
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

LEI Nº 896/2018

Publicação Nº 1661922

LEI nº 896, de 14 de maio de 2018.

Disciplina ligações à rede pública de água e energia elétrica no município de Doutor Pedrinho/SC.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido como pré-requisito para obtenção das ligações de água e energia elétrica das redes públicas às edificações ou atividades, a prévia emissão do competente Alvará ou equivalente por parte da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

Parágrafo Único - As edificações ou atividades de que trata o presente artigo incluem edificações comerciais, industriais ou residenciais; arruamentos ou loteamentos; implantação de atividades econômicas em edificações existentes; ligações provisórias para fins de obras; qualquer atividade sujeita a autorização ou Alvará da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar e instruir a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A e CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento sobre as condicionantes de que trata a presente Lei, tornando exigências a apresentação do competente Alvará da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, no ato de Requerimento das ligações Junto às citadas Autarquias.

Art. 3º As conexões à rede pública de água e energia elétrica de caráter provisório para fins de obra, serão concedidas somente por prazo pré-determinado especificado no respectivo requerimento, podendo ser prorrogado, igualmente por prazo pré-determinado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de maio de 2018; 30º ano de Fundação; 28º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de maio de 2018.

TARCÍSIO LENZI
Chefe de Gabinete.

PORTARIA Nº 109/2018

Publicação Nº 1661921

PORTARIA nº 109, de 21 de Junho de 2018.

Designa Comissão Especial de Processo Seletivo para coordenar todas as etapas dos Processos Seletivos nº 02 e 03/2018.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica, resolve:

DESIGNAR

Os servidores abaixo para, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a municipalidade, constituírem Comissão Especial para coordenar todas as etapas dos Processos Seletivos nº 02 e 03/2018:

Nome	Emprego/Função
Janaina Lenzi de Castilho	Educadora Infantil
Tarcísio Lenzi	Chefe de Gabinete
Paulo Andrey Vicente	Fiscal de Posturas

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de junho de 2018; 30º ano de Fundação; 29º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

Publicação Nº 1661923

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

A Comissão Avaliadora da Chamada Pública n. 01/2018, vem a público divulgar o resultado final da chamada, em cumprimento ao disposto no respectivo Edital.

CARGO – PROFESSOR DE ARTES – 40h:

RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
HABILITADO	1	IZABEL CRISTINA SALDANHA
NÃO HABILITADO	2	GIOVANA PERSUHN
NÃO HABILITADO	3	TAMIRES PACHER DE MORAES

CARGO – PROFESSOR I – EDUCAÇÃO ESPECIAL – 20h:

RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
HABILITADO	1	JANAÍNA GÓES CARVALHO
HABILITADO	2	LUANA TONOLLI
HABILITADO	3	ELIZANGELA DOS SANTOS
NÃO HABILITADO	4	EVANIR DE CASTILHO
NÃO HABILITADO	5	TAMIRES PACHER DE MORAES

CARGO – PROFESSOR I – 40h:

RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
HABILITADO	1	IZABEL CRISTINA SALDANHA
HABILITADO	2	MATILDE JUDITH DOEMER
HABILITADO	3	JANAÍNA GÓES CARVALHO
NÃO HABILITADO	4	EVANIR DE CASTILHO
NÃO HABILITADO	5	JANICE MARCARINI

Membro da Comissão Avaliadora Membro da Comissão Avaliadora

Membro da Comissão Avaliadora

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 13/2018

Publicação Nº 1661598

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO (F.M.S)
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 13/2018 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando aquisição de equipamentos odontológicos para a equipe de saúde bucal, conforme anexo ao edital, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 09:00hs do dia 06/07/2018 e abertura às 09:15hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (048) 3546-0083 ou pelo e-mail licitacao@ermo.sc.gov.br.
ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2018

Publicação Nº 1661602

EXTRATO DO CONTRATO nº 20/2018
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: ADRIELI GIUSTI PEREIRA.
OBJETO: Contratação de empresa para reforma e reorganização interna de serviços nas salas: do FARMACÊUTICO, da CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (CAF), da ÁREA DE DISPENSA DOS MEDICAMENTOS, com área modificada e alterada de 58,13m².
VIGÊNCIA: 15/06/2018 a 15/09/2018.
VALOR ESTIMADO: R\$ 29.752,19 (vinte nove mil setecentos e cinquenta e dois reais e dezenove centavos).
Data da assinatura: 15/06/2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2018

Publicação Nº 1661606

EXTRATO DO CONTRATO nº 56/2018
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: FRANCIELE JUSTINO CAETANO
OBJETO: Prestação de serviço de professor para ministração de aulas de artes marciais visando o atendimento às crianças e adolescentes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.
VIGÊNCIA: 20/06/2018 á 31/12/2018
VALOR TOTAL: R\$ 3.640,00 (três mil seiscentos e quarenta reais)
Data da assinatura: 20/06/2018.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

Publicação Nº 1661613

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERMO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018
Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública.
Vencedor: Celk Sistemas LTDA
Valor: 77.000,00 (setenta e sete mil reais).

Giane Pires Leonardo - Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2343/2018

Publicação Nº 1661540

DECRETO 2343, de 30 de maio de 2018.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei Municipal n. 1450, de 13 de janeiro de 2017 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 43.606,25 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV – 2.015 – TRANSPORTE ESCOLAR
185 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0037.49 – Aplicações Diretas
..... R\$ 43.606,25

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recursos 0037 – Outras Transferência do FNDE – Complemento 49 – Outras Transf.do FNDE, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 30 de maio de 2018.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretario de Administração e Finanças

DECRETO 2344/2018

Publicação Nº 1661541

DECRETO 2344, de 30 de maio de 2018.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei Municipal n. 1450, de 13 de janeiro de 2017 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, o valor de R\$ 600.00,00 para

suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS
PROJ/ATIV – 1.012 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

187 – 4.4.90.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV – 1.013 – PAVIMENTAÇÃO

186 – 4.4.90.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recursos 0064 – Transferência de Convênios – Outros/Estado, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 30 de maio de 2018.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretario de Administração e Finanças

DECRETO 2345/2018

Publicação Nº 1661542

DECRETO 2345, de 30 de maio de 2018.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1450, de 13 de novembro de 2017 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 20.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV – 2.041 – Concessão de Benefícios Eventuais

188 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0000. – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do

exercício de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 30 de maio de 2018.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 2346/2018

Publicação Nº 1661544

DECRETO 2346, de 01 de junho de 2018.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1450, de 13 de novembro de 2017 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 30.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV – 2.010 – Merenda Escolar – Ens. Fundamental
189 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0000. – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
PROJ/ATIV – 2.011 – Merenda Escolar – Creche
190 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0000. – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00
PROJ/ATIV – 2.012 – Merenda Escolar – Pré-Escola
191 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0000. – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 01 de junho de 2018.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 022/2018

Publicação Nº 1661508

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 060/2018
Edital de Dispensa de Licitação nº 022/2018

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Aquisição de Rede de Segurança para o Centro Esportivo e Educacional Erval Velho.

Contratado: SURDI COMÉRCIO DE REDES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA

Valor do Contrato: R\$ 7.940,00 (Sete mil novecentos e quarenta reais).

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 005/2018 FMS

Publicação Nº 1661504

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 011/2018
Edital de Pregão nº 005/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de um Veículo Novo 07 (sete) lugares para o Fundo Municipal de Saúde, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 04/07/2018.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

PORTARIA 3510/2018

Publicação Nº 1661546

PORTARIA 3510, de 04 de junho de 2018.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 04 de junho a 03 de julho de 2018, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Gelso Camassola	Agente de Serviços Gerais I	03/02/2017	A	02/02/2018
Neide M. Oliveira de Almeida Carafa	Agente Comunitário de Saúde	01/08/2014	A	31/07/2015

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 04 de junho de 2018.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3511/2018

Publicação Nº 1661552

PORTARIA 3511, de 05 de junho de 2018.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder férias ao servidor abaixo relacionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 05 de junho a 04 de julho de 2018, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
José Primo	Operador de Máquinas I	19/03/2017	A	18/03/2018

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 05 de junho de 2018.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3512/2018

Publicação Nº 1661554

PORTARIA 3512, de 14 de junho de 2018.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora abaixo mencionada pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 12 de junho à 11 de julho de 2018 conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Solide Contini	Agente de Serv. Gerais II	02/01/2017	A	01/01/2018

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 14 de junho de 2018.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3513/2018

Publicação Nº 1661555

PORTARIA 3513, de 14 de junho de 2018.
Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro por cento) sobre o salário base a servidora Marisa Dejacometti Piccoli, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, passando do nível 11-A para 11-B.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 14 de junho de 2018.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de administração e Finanças

PORTARIA 3514/2018

Publicação Nº 1661557

PORTARIA 3514, de 15 de junho de 2018.
NOMEIA COMISSÃO, INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no artigo 85, inciso XXVI, e artigo 115, inciso II, alínea c e alínea f, todos da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as avaliações realizadas no curso do Estágio Probatório, nos termos dos artigos 18, 20 e 22 da Lei Complementar nº 007/2001 Estatuto do Servidor Público Municipal e seu regulamento (Artigos 18, § 3º e 19 do Decreto nº 0869/2003), as quais atribuíram pontuação insatisfatória ao servidor Gesse Nunes;

Tendo em vista os quesitos considerados nas avaliações e a pontuação insatisfatória atribuída pelos membros das comissões em todas as avaliações e afim de aplicar corretamente a legislação relativa ao Estágio Probatório.

CONSIDERANDO ainda, as informações repassadas pelo Secretário de Transportes e Obras e Serviços Urbanos, Sr. Ivo Jandir Alberti, chefe imediato do servidor Gesse Nunes, à respeito das faltas injustificadas ao trabalho do mesmo, confirmadas por informações colhidas junto ao setor de Recursos Humanos, as quais indicam ter o servidor faltado injustificadamente ao trabalho por 96 horas em 2015, 372 horas em 2016, 409,92 horas em 2017 e 339,74 horas em 2018, sendo que nos últimos doze meses faltou 571,66 horas (aproximadamente 72 dias), quantidade superior a quarenta dias intercalados, previstos para a configuração da materialidade da inassiduidade;

CONSIDERANDO que, agindo dessa forma o servidor teria descumprido os deveres funcionais previstos no Artigo 94 do Estatuto do Servidor Público Municipal, em especial o previsto no inciso X, qual seja, o dever de ser assíduo e pontual ao serviço e desse modo violou, em tese, a proibição prevista no Artigo 95, inciso XV do mesmo Estatuto.

Afim de preservar a segurança jurídica e os demais princípios constitucionais e administrativos em favor do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar – PAD com fundamento nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº 039 de 14 de janeiro de 2013, em desfavor do servidor público municipal Gesse Nunes, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 051.724.009-23, portador do RG nº 5.141.929, Portaria de Nomeação nº 3039 de 03 de fevereiro de 2015 para cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, nível 01 – A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho.

Art. 2º Designar os servidores públicos municipais a seguir relacionados para compor a Comissão do Processo Administrativo para a finalidade do artigo 1º, sendo respectivamente:

- a- Jackson Luiz Nunes, Professor de Educação Física, matrícula nº 868, Presidente;
- b- Daniela Foiatto, Psicóloga, matrícula nº 859, Secretário;
- c- Carlos Andre Burnier, Motorista, matrícula nº 1058, Membro.

§1º A comissão poderá solicitar auxílio de qualquer departamento da Prefeitura, e se necessário auxílio externo.

§2º Os trabalhos da Comissão terão preponderância sobre quaisquer outros trabalhos executados pelos servidores.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 dias prorrogáveis por igual prazo mediante justificativa fundamentada, para conclusão do presente Processo Administrativo Disciplinar – PAD, com apresentação de relatório circunstanciado sobre o apurado.

Art. 4º Os trabalhos deverão iniciar-se no prazo de cinco dias contar da publicação da presente portaria e deverão obedecer rigorosamente as disposições aplicáveis da Lei Complementar nº 039 de 14 de janeiro de 2013.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2018.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3515/2018

Publicação Nº 1661558

PORTARIA 3515, de 19 de junho de 2018.

Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a Senhora AMANDA FERRARI, contratada temporariamente no cargo de Professor, conforme Portaria n. 3307, de 06 de março de 2017 e prorrogado pela Portaria n. 3403, de 20 de dezembro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 19 de junho de 2018.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3516/2018

Publicação Nº 1661560

PORTARIA 3516, de 19 de junho de 2018.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 19 de junho à 18 de julho de 2018 conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
José Carlos Marcon	Diretor de Manutenção e Almoxarifado	05/02/2016	A	04/02/2017

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 19 de junho de 2018.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3517/2018

Publicação N° 1661561

PORTARIA 3517, de 20 de junho de 2018.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Senhora AMANDA FERRARI, brasileira, solteira, no cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Pedagógico, nível CC-3, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 20 de junho de 2018.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 54/2018

Publicação Nº 1661543

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 54/2018

Processo Licitatório nº. 1044/2018

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 20/06/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.634.481/0001-15 estabelecida na Rod. Rodovia Federal, BR 282 Km 572,5, na cidade de Nova Erechim - SC, neste ato representada pelo Sr. Leandro Aparecido de Paula, inscrito no CPF sob nº. 009.925.610-00 e Identidade nº. 1097346108, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1044/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT- R\$
5	500	LIT	AGUA SANITARIA EM EMBALAGEM DE 2 LITROS	GLAMOUR	3,40
18	600	LIT	DESINFETANTE PARA BANHEIRO EM EMBALAGEM 2 LITROS	GLAMOUR	2,65
31	120	UND	LIMPA VIDROS EM EMBALAGEM DE 500 ML COM BICO EM SPRAY	GLAMOUR	4,10
65	30	GL	SABONETE LIQUIDO CREMOSO DEGERMANTE 5 LITROS	GLAMOUR	12,90

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1044/2018.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 02 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 ate 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 ate 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora devera substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus
Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto
Secretaria da Saúde – Maristela Valer
Secretaria de Assistência Social – Sirlane Maria Palinski
Secretaria de Agricultura – Rudimar Jair Rott

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado ate o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 19 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		LEANDRO APARECIDO DE PAULA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 009.925.610-00
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2018

Publicação Nº 1661545

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 55/2018

Processo Licitatório nº. 1044/2018

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 20/06/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 16.738.785/0001-34 estabelecida na Rua João Alves de Rezende, nº. 169 D, na cidade de Chapecó - SC, neste ato representada pelo Sr. Alcione da Silva, inscrito no CPF sob nº. 090.318.159-26 e Identidade nº. 5273558, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1044/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT- R\$
7	270	LIT	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 92,8% INPM EM EMBALAGEM DE 01 LITRO	flops	5,30
8	200	UND	AROMATIZANTE DE AMBIENTE SPRAY EMBALAGEM DE NO MINIMO 270ml	bom ar	7,95
15	275	CXA	CHÁ EMBALAGEM COM 10 SACHETS DE 10 GRAMAS SABORES DIVERSOS	folle	2,14
19	550	FR	DETERGENTE LIQUIDO PARA USO EM GERAL EMBALAGEM DE 500 ML	gota limpa	1,20
25	100	PCT	ESPONJA DE AÇO EM EMBALAGEM COM 08 UNIDADES	gota limpa	1,35
26	400	UND	ESPONJA DUPLA FACE SALVA UNHAS MEDINDO NO MINIMO 75x42cm	gota limpa	0,76
30	90	UND	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO MEDINDO NO MINIMO 20x20cm COM 100 UNIDADES	florax	0,94
46	50	UND	PANO DE SACO CRU MENDINDO NO MINIMO 40x60cm	bellei	5,00
55	100	UND	PRATO PLÁSTICO DESCARTAVEL PEQUENO FUNDO COM 10 UNIDADES	coposul	1,36
60	80	UND	RODO DE ESPUMA MEDINDO NO MÍNIMO 30x10cm COM CABO DE MADEIRA	desafio	6,45
63	65	UND	SABÃO EM BARRA (ALCOOL) DE NO MINIMO 400g	ella	4,00
67	550	PCT	SACO PARA LIXO COM CAPACIDADE DE 100 LITROS EM EMBALAGEM DE 5 UNIDADES	rollplast	1,40
68	135	UND	SACO PARA LIXO COM CAPACIDADE DE 15 LITROS EM EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	rollplast	1,37
70	460	UND	SACO PARA LIXO COM CAPACIDADE DE 50 LITROS EM EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	rollplast	1,34
80	100	UND	TOALHA PARA LOUÇA MEDINDO NO MÍNIMO 70x80cm 100% ALGODÃO	bellei	7,40
81	5	UND	TOUCA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO – BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL, ATÓXICA – 100% POLIPROPILENO – NÃO INFLAMÁVEL.	talge	12,80

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1044/2018.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 02 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 ate 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 ate 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora devera substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus
Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto
Secretaria da Saúde – Maristela Valer
Secretaria de Assistência Social – Sirlane Maria Palinski
Secretaria de Agricultura – Rudimar Jair Rott

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado ate o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 19 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		ALCIONE DA SILVA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 090.318.159-26
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56/2018

Publicação Nº 1661548

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 56/2018

Processo Licitatório nº. 1044/2018

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 20/06/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.144.365/0001-79, estabelecida na Rua Dom Pedro II, nº. 450, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr. Dirlei José Paloschi, inscrito no CPF sob nº. 796.022.159-68 e Identidade nº. 1.949.396, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1044/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT- R\$
9	45	UND	BALDE DE PLASTICO COM CAPACIDADE DE 20 LITROS	PLASNEW	9,70
14	5	UND	CESTO PLASTICO RESISTENTE PARA LIXO COM CAPACIDADE MINIMA DE 62 LITROS	PLASNEW	27,00
21	50	UND	ESCOVA DE MÃO PEQUENA	GAUCHO	2,40
22	20	PÇ	ESCOVA DE ROUPAS	GAUCHO	2,55
23	70	PÇ	ESCOVA PARA VASO SANITARIO	GAUCHO	4,00
32	40	UND	LIMPADOR LIMPA FORNO COM GATILHO EM FRASCO DE NO MINIMO 300ml	PRATIC	8,55
33	10	UND	LIXEIRA EM INOX COM PEDAL E BALDE COM CAPACIDADE DE NO MINIMO 8 LITROS	MOR	59,50
34	15	UND	LIXEIRA PLÁSTICA RESISTENTE COM PEDAL CAPACIDADE DE NO MINIMO 30 LITROS	RICHIOTO	45,00
35	15	UND	LIXEIRA PLÁSTICA RESISTENTE COM PEDAL CAPACIDADE DE NO MINIMO 40 LITROS	TRITEC	56,00
37	10	UND	LUVA APLICADORA DE CERA MEDINDO NO MINIMO 35cm	DANNI	28,00
38	10	UND	LUVA APLICADORA DE CERA MEDINDO NO MINIMO 45cm	DANNI	34,00
41	10	UND	LUVA DESCARTAVEL DE LATEX EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 100 UNIDADES	SUPERMAX	24,40
42	30	UND	OLEO DE PEROBA EM FRASCO DE NO MINIMO 100ml	PEROBA	8,50
44	200	UND	PANO DE CHÃO COLORIDO MEDINDO NO MINIMO 78x88cm	SUL	4,70
45	50	UND	PANO DE LOUÇA BRANCO LISO MEDINDO NO MINIMO 70x45cm	VALTEX	2,42
47	100	UND	PANO MULTIUSO PARA LIMPEZA MEDINDO NO MINIMO 49x58cm	SUL	2,33
48	30	UND	PAPEL ALUMÍNIO EM ROLO DE NO MÍNIMO 30cm X 7,5m	GIOCA	2,80
49	30	UND	PAPEL ALUMÍNIO EM ROLO DE NO MÍNIMO 45cm X 4m	GIOCA	3,80
53	200	PCT	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO CREPADO 23 x 21 CM EM PACOTE COM 100 FOLHAS	NOBRE	8,60
54	205	UND	PEDRA SANITARIA ADESIVA COM NO MINIMO 03 PASTILHAS	PERFESC	4,49
56	225	UND	PROTETOR PARA BOMBA DE CHIMARRÃO COM 2 UNIDADES	INCAS	1,48
58	10	UND	RODO COM CABO REFORÇADO DE MADEIRA, BORRACHA DUPLA MEDINDO NO MÍNIMO 42cm	LOCATELI	8,85
59	50	UND	RODO DE ESPUMA DUPLA FACE COM SCOTH BRITE MEDINDO NO MÍNIMO 25x10cm COM CABO DE MADEIRA	LOCATELI	6,75
61	60	UND	RODO PLÁSTICO DE BORRACHA COM CABO REFORÇADO DE MADEIRA, BORRACHA DUPLA MEDINDO NO MÍNIMO 60cm	LOCATELI	7,75
62	30	UND	ROLOFILME DE PVC TRANSPARENTE MEDINDO NO MÍNIMO 28cm x 15m	GIOCA	5,80
75	50	PCT	SUCO EM PACOTES DE 1KG EM DIVERSOS SABORES	VITA	5,17
77	100	UND	TOALHA DE BANHO FELPUDA GRANDE DE NO MINIMO 1,40m x 0,75m	TOAMINE	10,57
79	225	UND	TOALHA PARA LOUÇA MEDINDO NO MINIMO 70x45cm	VALTEX	3,40
82	83	UND	VASSOURA DE PALHA COM CABO DE MADEIRA DE NO MINIMO 1,20m	COLONIAL	14,90

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1044/2018.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 02 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira à Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá

substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus

Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto

Secretaria da Saúde – Maristela Valer

Secretaria de Assistência Social – Sirlane Maria Palinski

Secretaria de Agricultura – Rudimar Jair Rott

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 19 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		DIRLEI JOSÉ PALOSCHI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 796.022.159-68
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 57/2018

Publicação Nº 1661550

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 57/2018

Processo Licitatório nº. 1044/2018

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 20/06/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, estabelecida na Rua Brasília, nº. 220 D, na cidade de Chapecó - SC, neste ato representada pelo Sr. Gilmar Guralski, inscrito no CPF sob nº. 071.777.699-94 e Identidade nº. 4959605, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1044/2018 na modalidade de Pregão

Presencial – Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT- R\$
11	150	UND	CAFÉ TORRADO E MOIDO PARA FAZER CAFÉ PASSADO EMBALADO A VACUO DE NO MINIMO 500g	IGUACU	10,12
36	35	UND	LUSTRA MOVEIS EM FRASCO DE NO MINIMO 200ml	PERFECT	3,50
50	125	FAR	PAPEL HIGIÊNICO EM EMBALAGEM COM 16 PACOTES COM 4 ROLOS DE 30 METROS FOLHA DUPLA PAPEL NA COR BRANCA	DELICATE	47,24
78	160	UND	TOALHA DE ROSTO FELPUDA MEDINDO NO MINIMO 48x75cm	GABELLEI	5,95
83	50	UND	VASSOURA DE PLASTICO COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO DE PLASTICO (Base de polietileno medindo 275 mm de comprimento com cerdas sintetica de 115 mm e peso maximo de 205 gr	GAUCHA	7,40

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1044/2018.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 02 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 ate 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 ate 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora devera substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se

observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus
Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto
Secretaria da Saúde – Maristela Valer
Secretaria de Assistência Social – Sirlane Maria Palinski
Secretaria de Agricultura – Rudimar Jair Rott

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado ate o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 19 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		GILMAR GURALSKI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 071.777.699-94
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 58/2018

Publicação Nº 1661551

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 58/2018

Processo Licitatório nº. 1044/2018

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 20/06/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa SCS COMERCIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.995.853/0001-52, estabelecida na Rua Santa Catarina, nº. 813, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. Cristiano Schimelfenig, inscrito no CPF sob nº. 077.835.629-90 e Identidade nº. 5684302, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1044/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT- R\$
12	150	UND	CERA LIQUIDA AMARELA EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 750ml	POLITRIZ	5,38
13	200	UND	CERA LIQUIDA INCOLOR EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 750ml	POLITRIZ	5,38

16	820	PCT	COPO DESCARTAVEL 200ml COM 100 UNIDADES	COPOSUL	2,29
39	120	PAR	LUVA DE BORRACHA COM PALMA DIAMANTADA GRANDE DE NO MINIMO 37cm TAMANHO M	VOLK	7,15
40	120	PAR	LUVA DE BORRACHA COM PALMA DIAMANTADA GRANDE DE NO MINIMO 39cm TAMANHO G	VOLK	7,15
51	100	UND	PAPEL TOALHA EM BOBINA PRODUZIDO COM PAPEL CELULOSE 100% FIBRAS NATURAIS, GRAMATURA MÍNIMA DE 24g/m², COM ACABAMENTO E MACIEZ, ALTO PODER DE ABSORÇÃO. EMBALAGEM COM 6 BOBINAS MEDINDO NO MÍNIMO 20CM X 200M CADA.	SORT	72,00
73	350	UND	SAPÓLIO LÍQUIDO CREMOSO EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 300ml	PERFECT	2,30
74	510	UND	SUCO EM PACOTE DE NO MINIMO 30g EM SABORES DIVERSOS	VITA	0,70

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1044/2018.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 02 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 ate 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 ate 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora devera substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus

Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto

Secretaria da Saúde – Maristela Valer

Secretaria de Assistência Social – Sirlane Maria Palinski

Secretaria de Agricultura – Rudimar Jair Rott

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei

Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 19 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		CRISTIANO SCHIMELFENIG
CPF: 503.319.819-04		CPF: 077.835.629-90
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 59/2018

Publicação Nº 1661553

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 59/2018

Processo Licitatório nº. 1044/2018

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 20/06/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa MARLI FALKOSKI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.331.200/0001-52, estabelecida na Avenida Flor do Sertão, nº. 603, na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representada pelo Sr. Scheila Daniela Paladini, inscrito no CPF sob nº. 019.241.319-86 e Identidade nº. 1.831.723, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1044/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT- R\$
1	130	UND	AÇUCAR CRISTAL BRANCO, EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES DE EMBALAGEM DE 5kg.	alto alegre	8,60
2	180	UND	ÁGUA MINERA EM BOMBONA DE 20 LITROS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE BOMBONA	Danferana	8,98
3	30	FAR	ÁGUA MINERAL COM GÁS 500ml EM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	danferana	14,75
4	70	FAR	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ml EM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	Danferana	11,79
10	70	VD	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO, INSTANTÂNEO, DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200g	Nescafe	9,25
17	100	PCT	COPO DESCARTAVEL 300 ml EM PACOTE COM 100 UNIDADES	total past	3,99

20	400	PCT	ERVA MATE PACOTE DE 1 KILO	Mate erva	7,25
24	70	UND	ESFREGÃO DE AÇO	brilha inox	2,40
27	80	UND	FILTRO PARA CAFÉ 102 EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 30 UNIDADES	melitta	2,49
28	80	UND	FILTRO PARA CAFÉ 103 EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 30 UNIDADES	Melitta	2,49
29	120	BUT	GAS DE COZINHA COM CARGA DE 13 KILOS COM DISPONIBILIDADE DO BOTTÃO	super gas	79,90
43	100	UND	OLEO DE SOJA EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 900ml	soya	3,38
52	200	UND	PAPEL TOALHA EM PACOTES COM 02 UNIDADE COM NO MINIMO 120 TOALHAS MEDINDO NO MINIMO 19x22cm	tandely	2,35
57	200	UND	REFIL SANITARIO EM BASTÃO DE NO MINIMO 35g EM EMBALAGEM COM 01 UNIDADE	nilo	1,45
64	250	UND	SABÃO EM PÓ EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 1kg	brilhante	5,75
66	90	UND	SABONETE PEDRA DE NO MINIMO 40gr	livy	1,45
69	325	UND	SACO PARA LIXO COM CAPACIDADE DE 30 LITROS EM EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	rede mais compras	1,55
71	15	UND	SACO PLÁSTICO EM BOBINA PICOTADA COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 3kg	rede mais compras	3,89
72	15	UND	SACO PLÁSTICO EM BOBINA PICOTADA COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 5kg	rede mais compras	4,75
76	90	UND	TIRA MANCHAS BRANQUEADOR SEGURO SEM CLORO PARA TOALHAS DE NO MINIMO 450gr	yoo	9,75

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1044/2018.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 02 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira à Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se

observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus
Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto
Secretaria da Saúde – Maristela Valer
Secretaria de Assistência Social – Sirlane Maria Palinski
Secretaria de Agricultura – Rudimar Jair Rott

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado ate o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícito a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes

deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 19 dias do mês de junho de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		SCHEILA DANIELA PALADINI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 019.241.319-86
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

PORTARIA Nº 161/2018

Publicação Nº 1661346

PORTARIA Nº 161/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2018 conforme segue:

I – VALMIR DE JESUS PINTO – Presidente;

II – DIRCIANE FALKOSKI NEUHAUS – Secretaria;

III – GENI RISSI BORTOLINI – Membro

IV – SILVIA CRISTINA DA SILVA – Membro;

Art. 2º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 21 dias do mês de Junho de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052/2018 TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL E RUDIMAR BERNARDI, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA.

Publicação Nº 1661768

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052/2018

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL E RUDIMAR BERNARDI, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA. O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 80637424/0001-09, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 580, Centro, Município de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu prefeito municipal, Senhor RUDIMAR CONTE, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa RUDIMAR BERNARDI, com sede na LINHA GUARANI, inscrita no CNPJ sob o nº 580.000.119-72, neste ato representada por RUDIMAR BERNARDI, portador do CPF nº 580.000.119-72, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE CASCALHO, a ser retirado pela CONTRATANTE conforme necessidade de uma área de 1.875 m2 (um mil oitocentos e setenta e cinco metros quadrados), do imóvel rural de propriedade do CONTRATADO, matrícula nº 02.000, situado entre a Linha Vale do Ouro e a Linha Guarani, interior do Município de Formosa do Sul/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime de execução direta, pelo que o CONTRATANTE ficará responsável pela retirada do cascalho, não oferecendo o CONTRATADO impedimento para o acesso a sua propriedade rural, onde há o cascalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição do material objeto deste Contrato, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em parcela única.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1 O valor ora convencionado não será objeto de reajustamento.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência do contrato é de 20/06/2018 a 31/12/2018, podendo ser prorrogado se no final do prazo a CONTRATANTE não retirou a integralidade do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 A retirada do cascalho de dentro da propriedade do Contratado é de responsabilidade do Município de Formosa do Sul.

7.2 O Contratado, por sua vez, autoriza os servidores do Município a adentrarem em sua propriedade com os equipamentos necessários à retirada do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 Este Contrato poderá ser rescindido nos termos dos arts. 77 e 78, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA– DO FORO

10.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de QUILOMBO - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes.

Formosa do Sul - SC, 20 de junho de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

RUDIMAR BERNARDI

DECRETO MUNICIPAL N.º 4501/2018

Publicação Nº 1661034

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 4501, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENAR ESPECIAL– ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMEN-
TAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.

71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 705, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA:1º

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

03 - SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.038 CEMITÉRIO MUNICIPAL	
(26) 4.4.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.038 CEMITÉRIO MUNICIPAL	
(25) 3.3.90.00.00.00.00.0100- Recursos Ordinários	R\$ 45.000,00

Art. Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 20 de junho de 2018.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4502/2018

Publicação Nº 1661037

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4502, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2018 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 705, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

03 - SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.038 CEMITÉRIO MUNICIPAL	
(26) 4.4.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior, referente à fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

03 - SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.038 CEMITÉRIO MUNICIPAL	
FONTE: 100 – Recursos Ordinários	R\$ 15.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 20 de junho de 2018.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

TERMO ADITIVO N.º 02 ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 17 E 19/2018

Publicação N° 1661293

TERMO ADITIVO N.º 02
ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 17 E 19/2018

Processo n.º 13/2018

Pregão Presencial p/ Registro de Preços n.º 04/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E FILTROS

Os preços registrados para os itens abaixo especificados, vencidos pela empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS KARINE LTDA - EPP, passa a vigorar nos termos da Cláusula Segunda, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro preconizado nos itens 1 e 2 das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17 E 19/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste dos valores registrado para os itens 1 e 2, vencido pela empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS KARINE LTDA - EPP, registrado nas Atas de Registro de Preços em referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES REAJUSTADOS

ITEM	DESC. PRODUTO	VALOR REGISTRADO NA LICITAÇÃO	NOVO VALOR REGISTRADO
1	Diesel comum S500	3,724	3,39
2	Óleo Diesel S-10	3,764	3,48

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços acima citada.

Formosa do Sul - SC, 21 de junho de 2018.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/PMF/2018;

Publicação Nº 1660933

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO - EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 90/PMF/2018;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais pré-hospitalares, a fim de atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de julho de 2018 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 21 de junho de 2018.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/PMF/2018;

Publicação Nº 1661094

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO - EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 91/PMF/2018;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a confecção de mochilas e estojos personalizadas, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de julho de 2018 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 21 de junho de 2018.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 92/PMF/2018

Publicação Nº 1661641

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 92/PMF/2018

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada em gerenciamento de projetos para o fornecimento de assessoria técnica em captação de recursos junto aos governos estadual, federal e instituições financeiras, bem como assessoria na execução de convênios e contratos com os respectivos órgãos concedentes e instituições financiadoras de acordo com a necessidades do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de julho de 2018 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 21 de junho de 2018.
VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

CONTRATOS 2018 E ADITIVOS

Publicação Nº 1660509

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
EXTRATO CONTRATO Nº 002/2018

CONTRATANTE – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO – COOPERA TELECOMUNICAÇÕES LTDA
DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa para disponibilização e manutenção de uma rede integrada por tecnologia de Internet por Fibra Ótica, link de 50MBPS, 50 Download e 15 Upload, para as atividades on line do Poder Legislativo de Forquilha, para o exercício de 2018/2019. Sem reajuste.

VALOR – R\$ 2.574,80 (Dois mil e quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA – 10/05/2019.

DOTAÇÃO – 3.3.90

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93 e suas alterações.

DATA DA ASSINATURA – 11.05.2018.

MACIEL DA SOLER
Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2018

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO: VOLTA GRANDE COMUNICAÇÕES LTDA. ME
OBJETO: Serviços de Publicidade Legal e Institucional em Jornal de Circulação Local e Regional durante o Exercício de 2018, de acordo com a descrição constante no convite que integra o Edital especificado na forma descrita no Edital – CC 01/2018.

VALOR GLOBAL: R\$ 42.120,00
VIGÊNCIA: ATÉ 04.06.2019.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES,
PROC. LIC. 04/2018.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2018 – 3.3.90
DATA DA ASSINATURA: 04.06.2018
MACIEL DA SOLER
Presidente da CMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2018
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO: RADIO ONDA JOVEM FM LTDA.
OBJETO: Contratação de Rádio AM/FM que alcance todo o território do Município, 24hs, com uma previsão anual de inserções de 1.000 chamadas de radio fusão de 30 segundos cada com o objetivo de publicar atos durante o exercício de 2018.
VALOR GLOBAL: R\$ 22.100,00
VIGÊNCIA: ATÉ 05.06.2019.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES,
PROC LIC 03/2018, PREGAO 02/2018.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2018 – 3.3.90.39
DATA DA ASSINATURA: 06.06.2018
MACIEL DA SOLER
Presidente da CMF

EXTRATO DE CONTRATO PMF 50/2018

Publicação Nº 1660821

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 50/2018
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA-ME

OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços a serem empregados na Construção da Arquibancada para a área coberta para práticas de educação física na Escola de Educação Básica Egídio de Bona na Rodovia Josephina Lodetti Vas-soler, Bairro Santa Cruz, Forquilhina/SC.

VALOR – R\$ 82.615,92 (oitenta e dois mil seiscentos e quinze reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 1885 (hum mil cento e oitenta e cinco) dias corridos (prazo de execução + prazo de garantia de 05 anos). – 06/08/2023.

DOTAÇÃO – 0501.1004.4490 (50).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 79/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 08 de junho de 2018.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 03/2018 TERMO DE FOMENTO 03/2018

Publicação Nº 1661111

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03//2018

REFERÊNCIA: Termo de Fomento Nº 03/2018.
OSC PROPONENTE: Associação Forquilhinhense dos Grupos de Terceira Idade.

OBJETO: Alteração do Plano de Trabalho em seu plano mensal de aplicação de recursos.

VALOR: R\$ 161.421,20 (cento e sessenta e um reais, quatrocentos e vinte e um reais, vinte centavos)
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO
1 Fica alterado o Plano Mensal de Aplicação dos recursos no mês de maio, conforme abaixo:
- Salário secretária: R\$ R\$ 1.398,14 (Hum mil, trezentos e noventa e oito reais e quatorze centavos)
- Copos descartáveis e copos térmicos: R\$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais).

VIGENCIA: 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 38-0401.210 Fonte de recurso 3350 100

FUNDAMENTO LEGAL: Leis Federais 13.019/2014 e 13.204/2015, Decreto Municipal 199/2017.

DATA DA ASSINATURA: 04 de junho de 2018.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004-2018 DOM

Publicação Nº 1661750

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2018 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0156/2018-PMF

Objeto: Concorrência pública visando a concessão com exclusividade dos direitos referentes à administração das contas de remuneração dos servidores municipais de Fraiburgo, pelo período de 60 (sessenta) meses; a concessão dos direitos referentes à exploração dos produtos de crédito consignado com desconto em folha de pagamento, p/ todos os servidores do município, pelo período de 60 (sessenta) meses. Modalidade: Concorrência Pública; Tipo: MAIOR OFERTA. Protocolo dos Envelopes: Os Envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS", deverão ser protocolados junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizada na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC até as 09:00 horas do dia 01 de agosto de 2018 para abertura no mesmo dia às 09:15 horas. Credenciamento: até as 09:15 do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 21 de junho de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0088_2018 RP 0064- PMF-DOM

Publicação Nº 1661354

Aviso do Pregão Presencial nº 0088/2018– PMF

Registro De Preços 0064/2018

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: registro de preços para contratação futura de empresa para prestação de serviços de guindaste articulado, para uso do órgão gerenciador (município de fraiburgo), e órgão participante (sanefrai), para o período de julho de 2018 a junho de 2019. Julgamento: Menor Preço Por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 05.07.2018, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de junho de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0089_2018 RP 0065- PMF-DOM

Publicação Nº 1661585

Aviso do Pregão Presencial nº 0089/2018– PMF

Registro De Preços 0065/2018

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: registro de preços para contratações futuras de empresa do ramo para prestação de serviços de lavagem de postes e praças públicas do órgão gerenciador (município de fraiburgo), para o período de julho de 2018 a junho de 2019. Julgamento: Menor Preço Por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do

dia 05.07.2018, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de junho de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 133 - 2018

Publicação Nº 1661338

DECRETO Nº 133, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BEM MóVEL.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrarem a Comissão Especial de Avaliação de Bem Móvel, sendo Trator de Esteiras Komatsu D50 15C ano 1981, de propriedade da Autarquia de saneamento Fraiburgo - SANEFRAI, os seguintes representantes:

I – NIVALDO JOSÉ BONALDO - SANEFRAI

II – IVOIR FRANCISCO OLIVO - SANEFRAI

III – ROBERTO STANGUERLIN – SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO

Art. 2º. A Comissão Especial de Avaliações de veículo poderá solicitar aos órgãos do Município pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 21 DE JUNHO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 134 - 2018

Publicação Nº 1661369

DECRETO Nº 134 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

DECRETA:

Art. 1º. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I – promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II – ampliar a eficiência das políticas públicas; e

III – incentivar a inovação tecnológica.

IV – fomentar o desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais e associativismo.

§ 1º. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

§ 2º. Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local ou municipal - limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação;

II - âmbito regional – uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

a) o âmbito dos municípios constituintes do mesorregião e/ou da microrregião geográfica a que pertence o próprio Município de Fraiburgo, definida pelo IBGE para Santa Catarina;

b) o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios a que pertence o próprio Município (AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe).

c) o âmbito dos municípios, dentro do Estado, existentes dentro de um raio (não retilíneo) de distância, definido no instrumento convocatório, em quilômetros, superior aos limites geográficos do Município; e

d) outro critério superior aos limites geográficos do próprio Município, dentro do Estado, desde que justificado.

III - microempresas e empresas de pequeno porte - os beneficiados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do inciso I do caput do art. 13.

§ 3º. Para fins do disposto neste Decreto, serão beneficiados pelo tratamento favorecido apenas o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estejam em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

§ 4º. O Microempreendedor Individual – MEI é modalidade de microempresa sendo vedado impor restrições no que concerne à sua participação em licitações em função de sua natureza jurídica.

Art. 2º. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, os órgãos ou as entidades contratantes deverão, sempre que possível:

I - instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os eventuais cadastros existentes, para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, juntamente com suas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e as subcontratações;

II - padronizar e divulgar as especificações dos bens, serviços e obras contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adéquem os seus processos produtivos;

III - na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente;

IV - considerar, na construção de itens, grupos ou lotes da licitação, a oferta local ou regional dos bens e serviços a serem contratados; e

V - disponibilizar informações no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade contratante sobre regras para participação nas licitações e cadastramento e prazos, regras e condições usuais de pagamento.

§ 1º. As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

§ 2º. Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade de pregão, que envolvam produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial.

DO ENQUADRAMENTO

Art. 3º. Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

V - sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§ 1º. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

§ 2º. Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Art. 4º. Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

Art. 5º. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar desde logo toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º. Para aplicação do disposto no § 1º, o prazo para regularização fiscal será contado a partir:

I - da divulgação do resultado da fase de habilitação, na licitação na modalidade pregão e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas sem inversão de fases; ou

II - da divulgação do resultado do julgamento das propostas, nas modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas com a inversão de fases.

§ 3º. A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

§ 4º. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do

certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os §§ 1º e 3º.

§ 5º. A não regularização da documentação no prazo previsto nos §§ 1º e 3º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

§ 6º. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 6º. Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até dez por cento superiores ao menor preço, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º. Na modalidade de pregão, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento superiores ao menor preço.

§ 3º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 4º. A preferência de que trata o caput será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 5º. Não se aplica o sorteio a que se refere o inciso III do § 4º quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes.

§ 6º. No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item ou lote em situação de empate, sob pena de preclusão.

§ 7º. Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será estabelecido pelo órgão ou pela entidade contratante e estará previsto no instrumento convocatório.

§ 8º. Nas licitações do tipo técnica e preço, o empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo facultada à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos do regulamento.

§ 9º. Conforme disposto nos §§ 14 e 15 do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, o critério de desempate previsto neste artigo observará as seguintes regras:

I - quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento;

II - nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, as

microempresas e as empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação; e

III - quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

DA EXCLUSIVIDADE

Art. 7º. Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo Único. Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item.

DA RESERVA DE COTAS

Art. 8º. Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§ 2º. O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 3º. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§ 4º. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§ 5º. Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 7º.

DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO

Art. 9º. Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até dez por cento superiores ao menor preço;

I) a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Fraiburgo/SC.

II) não ocorrendo a situação prevista no inciso anterior, a prioridade será de empresas de pequeno porte sediadas na regionalmente.

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique

aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
e) nas licitações a que se refere o art. 8º, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;
f) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;
g) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação aos produtos estrangeiros previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de vinte e cinco por cento estabelecido pela Lei nº 8.666, de 1993; e
h) a aplicação do benefício previsto neste inciso e do percentual da prioridade adotado, limitado a dez por cento, deverá ser motivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

DA APLICAÇÃO

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 11. Nas licitações para contratação de serviços e obras, os órgãos e as entidades contratantes poderão estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - o percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação;

II - que as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III - que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 2º do art. 5º;

IV - que a empresa contratada comprometa-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de

extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

V - que a empresa contratada responsabilize-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

§ 1º. Deverá constar do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e

III - consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

§ 2º. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

§ 3º. O disposto no inciso II do caput deverá ser comprovado no momento da aceitação, na hipótese de a modalidade de licitação ser pregão, ou no momento da habilitação, nas demais modalidades, sob pena de desclassificação.

§ 4º. É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§ 5º. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 6º. São vedadas:

I - a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

II - a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

III - a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

Art. 13. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo elaborará material para ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por este Decreto.

Art. 14. Aplica-se supletivamente a este Decreto, a legislação federal pertinente.

Art. 15. Aplica-se o disposto neste Decreto às contratações de bens, serviços e obras realizadas por órgãos e entidades públicas com recursos federais por meio de transferências voluntárias, nos casos previstos no Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005, ou quando for utilizado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, conforme disposto na Lei nº 12.462, de 2011.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste Decreto aos processos com instrumentos convocatórios publicados antes da data de sua entrada em vigor.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO(SC), 21 DE JUNHO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

DELIBERAÇÃO CMS 011

Publicação Nº 1661356

DELIBERAÇÃO 011/CMS/2018

O Conselho Municipal de Saúde e Saneamento de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015 com alteração do Art. 5º pela Lei 2394 de 14 de dezembro de 2017, em reunião ordinária realizada no dia 20 de junho de 2018, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a nova composição da Comissão de Farmácia e Terapêutica - CFT, conforme Ata nº 006/2018, sendo os seguintes membros:

Indaiára Viero Perazzoli – Representante da Administração
Eleia Regina da Rosa Locatelli – Representante da Farmácia Municipal
Alessandra Devens – Representante da Vigilância Epidemiológica
Eliza Munhoz de Lima Machado – Representante da Unidade de Pronto Atendimento
Sulivan Francisco da Silva - Representante dos Médicos da Unidade de Pronto Atendimento
Eloise Nathalia Ruschel – Representante da Odontologia
Leni Huber Weber – Representante da Vigilância Sanitária
Leonardo Hideki Morita – Representante da UBS São Sebastião
Nadia Lucas Antunes - Representante da UBS Macieira
Claudia Adriani Traesel - Representante da UBS Vila Salete
Idania Julio Ribeiro - Representante da UBS São Miguel
Thiago Bastos de Barros - Representante da UBS Nações
Alessandro Fusatto Neto – Representante da UBS São José
Wallace Xavier Pontes – Representante dos Médicos Ginecologistas
Marcel Calisto Mainardes – Representante dos Médicos Pediatras

Fraiburgo (SC), 20 de junho de 2018.

IDIONE FANTINEL

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Portaria nº 14482018

Publicação Nº 1661344

PORTARIA Nº 1448, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 0043/2018, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de MONIQUE ANGELA DAVE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 093.539.869-40, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 22 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 14492018

Publicação Nº 1661347

PORTARIA Nº 1449, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Cede Servidor Municipal a Delegacia da Polícia Civil

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto na Lei Complementar n. 0109/2010; e em conformidade com a comunicação interna nº 0121/2018 da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Ceder a servidora SOLANGE RIGO, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o nº 656.551.929-34, nomeada para o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para exercer suas funções junto a Delegacia da Polícia Civil, com ônus para o município, no período de 20 de junho de 2018 até 19 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de junho de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 14502018

Publicação Nº 1661348

PORTARIA Nº 1450, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 01203/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de OLEDIR FERREIRA CORREA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 018.109.649-89, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 12 horas semanais, a partir de 20 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de junho de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de junho de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 985/2018 DECRETA HORÁRIO ESPECIAL PARA O FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DA FIFA 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1661625

DECRETO Nº. 985/2018 DE 21 DE JUNHO DE 2018

DECRETA HORÁRIO ESPECIAL PARA O FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DA FIFA 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, IV da Lei Orgânica do município:

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, em caráter excepcional, horário de expediente diferenciado para o funcionamento das repartições públicas do município de Frei Rogério nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, da seguinte forma:

I - no dia 22 de junho corrente, das 13h00h às 17h00

II - no dia 27 de junho corrente das 8h00h às 11h45

Art. 2º - A alteração de horário se aplicará a todas as repartições Públicas municipais, com exceção dos serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que, por sua natureza, não podem ser interrompidos.

Parágrafo único: Cabe aos responsáveis pelas Secretarias Municipais cujos serviços não possam ser interrompidos, organizar a forma de funcionamento de suas repartições, de modo a garantir o integral atendimento a população.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Frei Rogério (SC), 21 de junho de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

DECRETO N° 145/2018

Publicação N° 1661211

DECRETO N° 145, DE 21 DE JUNHO DE 2018

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE GARUVA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr José Roberto Pakuszewski, para responder como gestor do Fundo Municipal do Meio Ambiente do Município de Garuva.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 162 de 07 de agosto de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO N° 146/2018

Publicação N° 1661656

DECRETO N° 146 DE 21 DE JUNHO DE 2018

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 2062, de 21/06/2018,

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 74.850,00 (setenta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.004.0015.0453.1022.1015 Construção e recuperação de abrigo de passageiros	4490	01.00.00	R\$	57.150,00
11.004.0015.0453.1022.1015 Construção e recuperação de abrigo de passageiros	4490	03.00.00	R\$	17.700,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11.001.0020.0608.1030.2060 Man. da Secr de Estrategias Rurais	3390	01.00.00	R\$	57.150,00
11.001.0020.0608.1030.2060 Man. da Secr de Estrategias Rurais	4490	03.00.00	R\$	17.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David

Prefeito Municipal

LEI N° 2062/2018

Publicação N° 1661653

LEI N° 2062 DE 21 DE JUNHO DE 2018

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 74.850,00 (setenta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade 11.004. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/Departamento de Manutenção de Vias Públicas

Função/ Sub-função 15.453. Urbanismo/ Transportes Coletivos Urbanos

Programa 1022. Urbanização, humanização e infraestrutura urbana

Ação 1015 Construção e recuperação de abrigo de passageiros

• 4490 Despesas de Capital	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	57.150,00
• 4490 Despesas de Capital	03.00.00 Recursos Ordinários	R\$	17.700,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade 11.001. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/Depto. de Estratégias Rurais

Função/ Sub-função 20.608. Agricultura/ Promoção da Produção Agropecuária

Programa 1030. Man. Secr. de Estratégias Rurais

Ação 2060 Man. da Secr de Estratégias Rurais

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.00.00 Recursos Ordinários	R\$	57.150,00
• 4490 Despesas de Capital	03.00.00 Recursos Ordinários	R\$	17.700,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2018

Publicação Nº 1661638

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Tomada de preços nº 12/2018

OBJETO: reforma do CDI Sônia Gioconda Beduschi Buzzi. ENTREGA ENVELOPES: até às 09 horas do dia 12/07/2018. ABERTURA: dia 12/07/2018 às 09h30min. Edital no Depto. de Compras, R: São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar, 21/06/2018. Zilma Mônica Sansão Benevenuti – Secretária de Educação

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2018

Publicação Nº 1661591

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 140/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2018

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Calha, Greiha, Laje, Lajotas, Meio Fio, Paver, Tampa/Tampão, Tubo e Tijolo de Concreto. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 04/07/2018, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br. Gaspar (SC), 21/06/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2018

Publicação Nº 1660960

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2018

OBJETO: Seleção de empresa do ramo da construção civil interessada na produção de habitação de interesse social no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida - MCMV. ENTREGA DE ENVELOPE: Até às 09 horas do dia 27/06/2018. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua São Pedro, nº 128, Edifício Edson Elias Wieser, 2º andar - Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 21 de junho de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

DECRETO Nº 8.164, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661202

DECRETO Nº 8.164, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.820, de 29 de novembro de 2017, artigo 6º, incisos V e VI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores

indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 297 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 64.498,61
Atividade: 2072 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
Dotação: 302 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 176.383,57
Dotação: 293 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 208.503,10
Programa: 0011 Const.Manut.Melh.Infr. estr. Munic. por Meio Avanço Gaspar	
Projeto: 1207 Const.Manut.Melh.Infr. Estrut. Munic. por Meio Avanço Gaspar	
Dotação: 299 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 281.007,73

Órgão: 03 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 16 Polícia Militar	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar	
Projeto: 1087 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Rádio Patrulha	
Dotação: 279 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 27 Defesa Civil	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 182 Defesa Civil	
Programa: 0022 Apoio a Defesa Civil	
Projeto: 1203 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 269 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 7.200,00
Unidade: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Atividade: 2018 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Dotação: 233 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2122 Ampliar, Manter e Equipar as Ações da Atenção Básica	
Dotação: 124 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 2º Ficam suplementados, por Excesso de Arrecadação, nos

valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Administração Direta:

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 177 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 23.402,60
Órgão: 04 Secretaria de Educação	
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Projeto: 1177 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 108 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 151.130,00
Projeto: 1029 Constr, Ampliação e Ref.Escolas,Quadras Esp., Lab.Salas Mult	
Dotação: 296 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 175.221,29
Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 77 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 129.270,77

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de junho de 2018.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2018

Publicação Nº 1660925

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2018

OBJETO: Credenciamentos de entidades de acolhimento institucional, para o acolhimento provisório de caráter imediato e emergencial de pessoas adultas do sexo masculino e/ou feminino com privacidade (a entidade poderá se credenciar para atendimento de apenas um sexo ou ambos, desde que apresente estrutura necessária a preservação da privacidade), em decorrência de situação de rua e desabrigo por abandono, migração ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento com permanência de até 3 (três) dias, encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Gaspar/SC. Interessados deverão apresentar a documentação exigida, a partir desta publicação, das 8h às 12h e das 13h às 17h, no Departamento de Compras, no Edifício Edson Elias Wieser, 2º andar, Rua São Pedro, nº 128, Centro, Gaspar/SC. Íntegra do EDITAL disponível no site: www.gaspar.sc.gov.br. Gaspar, 21 de junho de 2018.

ERNESTO HOSTIN – Secretário de Assistência Social

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-49/2015

Publicação Nº 1661195

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-49/2015
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/07/2018. VENCTO.: 01/07/2019. PRE-
GÃO PRESENCIAL nº.: 84/2015. OBJETO: : Prorrogação do contrato FMS 49/2015, cujo objeto é contratação de empresa para a prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza de caixa d'água, para controles de pragas urbanas, em imóveis pertencentes e utilizados pela Secretaria do Municipal de Saúde Gaspar/SC. Contratado: ACIPRASC CONTROLE SANITARIO LTDA (10.842.415/0001-66). Valor Total: R\$ 27.050,40 (vinte e sete mil cinquenta reais e quarenta centavos).

Gaspar/SC, 21 de junho de 2018.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 5.517, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661527

PORTARIA Nº 5.517, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNA CLEVERSON FERREIRA DOS SANTOS PARA ATUAR COMO FISCAL DE TODOS OS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO Nº 73/2017.

FELIPE JULIANO BRAZ, Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 04 de maio de 2018, o servidor CLEVERSON FERREIRA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 056.302.389-90, ocupante do cargo de Diretor-Geral de Ouvidoria e Atendimento, para atuar como Fiscal de todos os contratos oriundos da Ata de Registro nº 73/2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 5.471, de 14 de maio de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de maio de 2018.

Gaspar, 15 de junho de 2018.

FELIPE JULIANO BRAZ

Secretário da Fazenda e Gestão Administração

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA DE EXTRATO DO CONTRATO 019/2018 - CORRIGINDO PARA CONTRATO 020/2018

Publicação Nº 1661818

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato de Inexigibilidade de Licitação
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
PROCESSO Nº 53/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA.

ONDE SE LÊ: TERMO DO CONTRATO Nº 019/2018 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE UM COMPOSTO PEDAGÓGICO DESTINADO AO USO NO PROCESSO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC, O RESPECTIVO COMPOSTO PEDAGÓGICO DEVERÁ DISPONIBILIZAR MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, UMA MÍDIA DIGITAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS, UM SERVIÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA, UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DO 4º E 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E AINDA, UM SISTEMA DE DIAGNÓSTICO DE FATORES INSTITUCIONAIS QUE COMPÕEM A EDUCAÇÃO MUNICIPAL QUE POSSA AVALIAR OS AVANÇOS EDUCACIONAIS DO REFERIDO MUNICÍPIO DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO QUE DEVE ABRANGER O TERCEIRO BIMESTRE DE 2018 ATÉ O SEGUNDO BIMESTRE DE 2019, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DISCRIMINADO NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 53/2018, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EDITORA POSITIVO LTDA.

LEIA SÊ: TERMO DO CONTRATO Nº 020/2018 CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE UM COMPOSTO PEDAGÓGICO DESTINADO AO USO NO PROCESSO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC, O RESPECTIVO COMPOSTO PEDAGÓGICO DEVERÁ DISPONIBILIZAR MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, UMA MÍDIA DIGITAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS, UM SERVIÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA, UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DO 4º E 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E AINDA, UM SISTEMA DE DIAGNÓSTICO DE FATORES INSTITUCIONAIS QUE COMPÕEM A EDUCAÇÃO MUNICIPAL QUE POSSA AVALIAR OS AVANÇOS EDUCACIONAIS DO REFERIDO MUNICÍPIO DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO QUE DEVE ABRANGER O TERCEIRO BIMESTRE DE 2018 ATÉ O SEGUNDO BIMESTRE DE 2019, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DISCRIMINADO NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 53/2018, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EDITORA POSITIVO LTDA.

Governador Celso Ramos, 14 de junho de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ERRATA DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 028/2016 - ONDE SÊ LE SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 028/2016 LEIA SÊ TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 028/2016

Publicação Nº 1661761

Extrato da Errata do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 028/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DA ERRATA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 028/2016.

PREGÃO Nº. 22/2016

Processo nº 40/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO:

ONDE SÊ LE SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 028/2016

LEIA SÊ TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 028/2016

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 141/2014

Publicação Nº 1661889

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2014

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ARTESANATO PARA OS CURSOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO – SCFV ATIVIDADE INERENTE AO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATENDIMENTO DOS GRUPOS COMPOSTOS POR CRIANÇAS, ADOLESCENTES, TERCEIRA IDADE E MULHERES DE MEIA IDADE CADASTRADOS NO SISC

Aos 26 dias do mês de novembro do ano de 2014, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA - ME, estabelecida à Rua Marfim, 261, Centro, município de Palhoça, CEP 88.131-520, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 12.903.455/0001-04, neste ato representado por seu sócio Sr. Fabiano de Moraes Cardoso, brasileiro, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 025.934.349-88, portador do RG n.º 3.391.697, para aquisição de kit artesanato, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 067/2014, objeto do Processo 101/2014. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo fornecedor, os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO
LOTE ÚNICO			
01	TOALHA DE LAVABO BRANCA PARA PONTO RUSSO	REAL	3,3703
02	TOALHA DE ROSTO BRANCA PARA PONTO RUSSO	REAL	7,6455
03	LINHA DE PONTO RUSSO (CORES VARIADAS)	GABRIELA	1,592
04	LACINHOS PEQUENOS	ARTISAN	0,0884
05	LACINHOS GRANDES	ARTISAN	0,4422
06	TNT AZUL OU AMARELO	SUL BRASIL	1,5723
07	PASTA PLÁSTICA SANFONADA TAMANHO A4 COM DIVISÓRIAS	ALA PLAST	38,3257
08	COLA GLITER (PRATA E DOURADA)	PIRATININGA	5,2575
09	EVA (CORES VARIADAS)	MAKE	1,592
10	PISTOLA COLA QUENTE	JOCAR	13,5123
11	BASTÃO COLA QUENTE	JOCAR	0,6388
12	CARTOLINA (CORES VARIADAS),	ALO FORM	0,5896
13	FITA GROSSA DE NATAL	CIRUS	2,388
14	FITA GROSSA	CIRUS	0,9041
15	PERCEVEJOS	JOCAR	2,6533
16	TINTA SPRAY DOURADA	CHIMI	26,5332
17	BARBANTE (COR CRUA) Nº 08	KOREA	11,9498
18	PASSA FITA BRANCO	FITASA	1,1793
19	FITA BEBÊ BRANCA	FITASA	0,2457
20	BORDADO INGLÊS	FITASA	1,8868
21	TNT BRANCO	SUL BRASIL	1,5723
22	COLA BRANCA (TAMANHO GRANDE)	PIRATININGA	5,7685
23	CADERNO DE 01 MATÉRIA (TAMANHO GRANDE)	PANAMERICANA	5,8176
24	TINTA DE TECIDO (CORES DIVERSAS)	ACRILEX	2,3094
25	TINTA PARA TECIDO EXPANSÍVEL CORES VARIADAS 35 ML	ACRILEX	3,3707
26	PANO DE PRATO	MARTINS	2,7418
27	COLA PARA EVA 90 g	PIRATININGA	3,5476
28	FILTRO (VERMELHO E VERDE)	SOUZA	12,8342
29	TECIDO PARA PET COLAGEM (MOTIVOS DE NATAL + ESTAMPAS VARIADAS)	JLM MALHAS	16,4408
TOTAL GERAL			3.760,00

Governador Celso Ramos/SC, 26 de novembro de 2014.

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA – ME
Fabiano de Moraes Cardoso

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 019/2018 - TERMO DO CONTRATO Nº 019/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 2ª (SEGUNDA) ETAPA DA OBRA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE DE C

Publicação Nº 1661821

CONTRATO Nº 019/2018

TERMO DO CONTRATO Nº 019/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 2ª (SEGUNDA) ETAPA DA OBRA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE DE CALHEIROS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, REFERENTE A TOMADA DE PREÇO N. 49/2018, PROCESSO Nº 49/2018.

O Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça 06 de novembro, Centro – 01. CNPJ/MF Nº. 82.892.373/0001-89, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante Legal Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA estabelecido a Rua LUIZ FAGUNDES, Nº 821, PRAIA COMPRIDA, SÃO JOSÉ/SC, CNPJ/MF Nº. 00122.311/0001-23, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor PAULO HENRIQUE MATOS, CPF N. 638.959.439-91, firmam o presente Contrato, median- te as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 O presente contrato vincula-se a Tomada de Preços 049/2018 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 Os serviços objetos do presente certame deverão ser executados conforme as especificações contidas neste Edital, obedecendo rigorosamente às descrições que compõem esta Tomada de Preços, assim como as Normas Técnicas vigentes. Casos omissos deverão ser formalmente comunicados à fiscalização.

1.2 O prazo para execução total dos serviços será de até 05 (cinco) meses a contar da emissão de Autorização de Execução de Serviços. O prazo poderá ser prorrogado através de Autorização do Setor responsável e devidamente justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

3.1 O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 2ª (SEGUNDA) ETAPA DA OBRA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE DE CALHEIROS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme quantidades, condições e especificações descritas na Tomada de Preços e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento do Município de Governador Celso Ramos, por meio dos órgãos da administração direta e indireta.

Despesa	Complemento do Elemento	Elemento
14.01	1.021	4.4.90.51.91.00.00.00 (180)

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1 -Pelo objeto descrito na Cláusula Terceira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 286.637,59 (duzentos e oitenta e seis mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos) conforme quadro de quantidades e preços unitários anexos, parte integrante da proposta;

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

5.1 -Os preços contratados somente poderão ser alterados, excepcionalmente, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2 - Os preços serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses.

5.3 -Os preços dos serviços a executar e que não estiverem em atraso no cronograma físico, serão reajustados anualmente, a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da contratação, pela variação ocorrida desde a entrega dos envelopes, utilizando o índice da coluna 35 do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificação da FGV, mediante a aplicação da seguinte fórmula: R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do item a ser reajustado;

Io = índice inicial – índice da coluna 35 do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificação da FGV do mês anterior ao da entrega dos envelopes;

I = índice relativo à data do reajuste – índice da coluna 35 do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificação da FGV do mês anterior ao mês em que o contrato completar um ano da contratação ou nos anos subsequentes.

5.3.1. As etapas que estiverem em atraso por culpa do contratado no momento do reajuste, não sofrerão alteração dos preços.

CLÁUSULA SÉTIMA– DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

6.1 -O prazo para execução total dos serviços será de até 05 (cinco) meses a contar da emissão de Autorização de Execução de Serviços. O prazo poderá ser prorrogado através de Autorização do Setor responsável e devidamente justificado.

6.2 - A vigência do contrato inicia com a assinatura do referido instrumento, a partir da emissão da ordem de serviço, e estende-se por 5(cinco) meses. O prazo poderá ser prorrogado com a Autorização do Setor responsável e devidamente justificado através de termo aditivo.

6.3 - O andamento dos serviços seguirá rigorosamente o cronograma físico-financeiro, apresentado pela CONTRATADA, na sua proposta.

6.4 - Concluída a obra, em 15 (quinze) dias, após a comunicação escrita da CONTRATADA, será firmado pelas partes o Termo de Recebimento Provisório.

6.5 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 60 (sessenta) dias após a comprovação de que o objeto foi executado na forma estipulada neste contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

6.6 - Qualquer eventual prorrogação de prazo contratual, somente poderá ocorrer nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883 de 08.06.94.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 -A Contratada não poderá subcontratar os serviços contratados, salvo quanto aos itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de firma ou profissionais especialmente habilitados e desde que haja prévia permissão do Contratante, por escrito, antes da assinatura do Contrato.

7.2 -Na hipótese de subcontratação os pagamentos serão efetuados à Contratada, conforme estabelecido na Cláusula Décima, competindo a esta a responsabilidade exclusiva de pagar a subcontratada pela subcontratação ajustada.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1 -Os serviços serão fiscalizados pelo Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, a quem caberá:

I. Verificar se os serviços executados estão de acordo com as especificações contidas no Edital e seus anexos;

II. Verificar a entrega das medições para pagamento das faturas;

III. Receber mensalmente, verificar e avaliar o Diário de Obras o qual deverá ser copiado e remetido ao órgão superior;

IV. Solucionar problemas executivos;

V. Participar de todos os atos que se fizerem necessários à fiel execução dos serviços contratados.

VI. O Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, responsável pela fiscalização dos serviços, objeto desta Tomada de Preços, poderá solicitar da empresa contratada o afastamento de qualquer empregado cuja atuação e permanência no serviço prejudique a execução dos trabalhos, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, obrigando-se a declarar os motivos desta decisão.

VII. A empresa contratada será obrigada a readequar, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que não estiverem em conformidade com a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Planejamento.

VIII. Aceitos os serviços, a responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

9.1 - Os serviços executados serão pagos mediante aprovação pela fiscalização das medições que deverão ser apresentadas a cada 15(quinze) dias.

9.2 -O pagamento dos serviços será feito pelo Município de Governador Celso Ramos, com prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada e respectiva emissão da Nota Fiscal referente ao período.

10.3-Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de nota de correção, não devendo ser computado esse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado.

10.4-Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas da execução dos serviços prestados,

nem implicará em aceitação dos serviços em desacordo com o previsto nesta Tomada de Preços e seus anexos.

10.5- O Município poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

a. Paralisação dos serviços por parte da CONTRATADA, até o reinício.

b. Execução defeituosa dos serviços até que sejam refeitos ou reparados.

c. Existência de qualquer débito para com o Município até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a CONTRATADA tenha perante o Município.

d. Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da Fiscalização do Município.

e. No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

10.6- A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com a Nota Fiscal, no original ou em fotocópia autenticada, comprovante de recolhimento referente ao FGTS e INSS.

NOTA: Para as empresas, cujos produtos e serviços estejam enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, descritos no Anexo único dos Protocolos ICMS 42 de 03/07/2009 e ICMS 82 de 26/03/2010, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, estas deverão se adequar ao disposto nos referidos protocolos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTAMENTO

11.1 - As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1 -O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I -modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III -fiscalizar lhe a execução;

IV -aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 - Sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei, o licitante vencedor ficará sujeito as seguintes penalidades:

I. multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta pela recusa injustificada em assinar ou retirar o respectivo instrumento contratual;

II. multa moratória, não compensatória, de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, expresso em reais, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

III. multa compensatória equivalente ao valor integral do contrato, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em reais, pela rescisão determinada por ato unilateral do MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 -A CONTRATADA se obriga a prestar as seguintes tarefas:

I. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Edital e seus anexos, assim como as normas técnicas vigentes.

II. Cumprir fielmente o que estabelece o contrato de forma que os serviços a serem executados mantenham as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

III. Possuir anotação diária das atividades e fatos ocorridos na obra no Diário e/ou Livro de Obras e entregá-lo mensalmente ao fiscalizador até a data que o mesmo estipular.

IV. Realizar registro fotográfico da execução dos serviços. Registrar o antes e depois de cada local de execução dos serviços e entregar juntamente com as anotações diárias.

V. Emitir a ART/RRT(Registro ou Anotação de Responsabilidade Técnica) de Execução da Obra quando a mesma iniciar e entrega-la no setor responsável pela fiscalização.

VI. Todas as ferramentas e instrumentos necessários à manutenção deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

VII. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela CONTRATADA;

VIII. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas, decorrentes de danos, seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato;

IX. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca dos serviços executados ao CONTRATANTE, a não ser que haja prévia e expressa autorização.

X. Submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas na Planilha Orçamentária, Projetos e Memorial Descritivo;

XI. Atender prontamente as instruções expedidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que pertence à metodologia a ser adotada e às demais questões administrativas que forem suscitadas;

XII. Não se obrigar perante terceiros, dando o presente contrato como garantia ou compensar direitos de créditos decorrentes da execução dos serviços ora pactuados em operações bancárias e/ou financeiras, sem prévia autorização expressa do CONTRATANTE.

XIII. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando em serviço, e por tudo quanto à legislação vigente lhes assegure, inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos.

XIV. Fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados e nota fiscal do serviço do presente.

XV. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

XVI. Atentar para as normas de segurança nas dependências do CONTRATANTE, devendo apresentar seus operários devidamente identificados por meio de crachás e/ou uniformizados;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 -A CONTRATANTE se obriga a prestar as seguintes tarefas:

I. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

II. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

III. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de servidor devidamente designado;

IV. Atestar e efetuar o pagamento das medições correspondentes ao objeto deste Contrato.

V. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

VI. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização do objeto e à aplicação de sanções à CONTRATADA;

VII. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

VIII. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas contratadas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

II. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para execução do contrato.

III. Para efeito deste contrato, não será considerado como precedente, novação ou renúncia aos direitos que a lei e o presente contrato assegurem às partes, a tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações relativas às cláusulas e condições estipuladas no presente contrato.

IV. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta Licitação.

V. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das

atividades.

VI. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

DÉCIMA OITAVA – DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

I. Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu/SC, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

II. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar os impasses, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 8.666/1993, e demais legislações aplicáveis.

E, por estarem assim ajustados e de acordo, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor.

Governador Celso Ramos (SC), 20 de junho de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS Prefeito Municipal	PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA Contratada
---	--

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2017 - 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 060/2017, OBJETO DO PROCESSO N.º 060/2017, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E ADEMIR PEREIRA.

Publicação Nº 1661838

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 022/2017

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 060/2017, OBJETO DO PROCESSO N.º 060/2017, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E ADEMIR PEREIRA.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e Sr. ADEMIR PEREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Coelho, s/nº, Bairro Areias do Meio, Município de Governador Celso Ramos/SC, portador da Cédula de Identidade nº 1575939, inscrito no CPF nº 485.152.649-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, PRORROGANDO O MESMO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DO VALOR GLOBAL PELO ÍNDICE DO IGP-M(FGV), respeitando o estabelecido na Lei 8.245/91, na Lei nº 8.666/93 e no instrumento contratual, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 022/2017 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 07/05/2018 bem como aditar em 4,27% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do IGP-M(FGV) tendo como referência o Mês de Maio/2018.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. É necessária a prorrogação deste imóvel tendo em vista estar

sendo utilizado pelo Poder Público e para o interesse público, para uso da Escola Alaíde da Silva Mafra no Município de Governador Celso Ramos.

Os contratos de locação celebrados entre Administração Pública e pessoa física ficam sujeitos ao Direito Privado mais precisamente a Lei 8.245/91 utilizando apenas o Direito Público (Lei 8.666/93) como subsidiário. Assim, a Administração enquanto locatária pactua contratos de locações não-residenciais, conforme especifica o artigo 55 da Lei do Inquilinato (8.245/91):

“Art. 55. Considera - se locação não residencial quando o locatário for pessoa jurídica e o imóvel, destinar - se ao uso de seus titulares, diretores, sócios, gerentes, vale salientar que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina entende que a restrição imposta pela Lei de Licitações quanto à renovação dos contratos não é aplicável na locação de imóveis, como assim podemos nos certificar:

Prejulgado

0318

“Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na forma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável na locação de imóveis.”

O renomado órgão citado acima ainda traz outro entendimento acerca da prorrogação dos contratos de locação de imóveis:

Prejulgado

1660

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total atual do contrato que é de R\$: 44.976,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais) será acrescido em 4,27% - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – IGP-M, mês de referência – MAIO 2018, atualizando o valor global do contrato para R\$ 46.869,47(quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 4 de maio de 2018.

ADEMIR PEREIRA
CPF nº 485.152.649-00
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 045/2015 - 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2015, OBJETO DO PROCESSO N.º 061/2015, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E O SR JOÃO AILTON SIMÃO.

Publicação Nº 1661825

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 045/2015

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2015, OBJETO DO PROCESSO N.º 061/2015, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E O SR JOÃO AILTON SIMÃO.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, neste ato representado

por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e o Sr. JOÃO AILTON SIMÃO, proprietário do Imóvel, residente e domiciliado a Rua Adolfo Alves, Nº 67, Bairro Cantos dos Ganchos, Governador Celso Ramos/SC, inscrito sob o CPF nº 444.717.349-20 e portador do RG nº 550.704, doravante denominado simplesmente LOCADOR, RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO POR 12 (DOZE) MESES, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DO VALOR GLOBAL PELO ÍNDICE DO IGP-M(FGV), respeitando o estabelecido na Lei 8.245/91 e na Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 045/2015 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 15/06/2018 bem como aditar em 4,27% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do IGP-M(FGV) tendo como referência o Mês de Maio/2018.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

É necessária a prorrogação deste contrato tendo em vista estar sendo utilizado pelo Poder Público e para o interesse público, pois atualmente está sendo utilizado a favor da Secretaria de Pesca e Agricultura favorecendo aos Pescadores do Município já que está sendo utilizado como rancho de pesca para uso de pescadores artesanais, sendo este imóvel crucial neste momento para o desenvolvimento das atividades inerentes à Secretaria.

Os contratos de locação celebrados entre Administração Pública e pessoa física ficam sujeitos ao Direito Privado mais precisamente a Lei 8.245/91 utilizando apenas o Direito Público (Lei 8.666/93) como subsidiário. Assim, a Administração enquanto locatária pactua contratos de locações não-residenciais, conforme especifica o artigo 55 da Lei do Inquilinato (8.245/91):

“Art. 55. Considera - se locação não residencial quando o locatário for pessoa jurídica e o imóvel, destinar - se ao uso de seus titulares, diretores, sócios, gerentes, vale salientar que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina entende que a restrição imposta pela Lei de Licitações quanto à renovação dos contratos não é aplicável na locação de imóveis, como assim podemos nos certificar:

Prejulgado

0318

“Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na forma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável na locação de imóveis.”

O renomado órgão citado acima ainda traz outro entendimento acerca da prorrogação dos contratos de locação de imóveis:

Prejulgado

1660

“1. O locatário é obrigado a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que a recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal (art. 23, inciso III, da Lei Federal nº 8.245/91).

2. Findo o prazo estipulado no contrato, se o locatário permanecer no imóvel por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado (art. 56, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.245/91)”

É de interesse público a prorrogação do contrato e ela se dará em conformidade com a cláusula 2ª do mesmo.

Quanto ao reajuste, há previsão no contrato, na CLÁUSULA 4ª que trata “DO REAJUSTE DO ALUGUEL”:

“ O aluguel será reajustado a cada período de 12(doze) meses conforme variação do IGPM(FGV) ocorrido no período, ou em sua falta ou extinção, será substituída pelo menor índice oficial vigente”.

Baseando-se pelo art. 40, XI, da Lei de Licitações, tem-se que o critério de reajuste dos contratos administrativos pode ser um índice específico ou um índice setorial.

Em decisão registrada no Acórdão n. 361/2006, o Tribunal de Contas da União determinou:

(...) que os reajustes de preços nos contratos que vierem a ser celebrados sejam efetuados com base na efetiva variação de custos na execução desses contratos, mediante comprovação do contratado, admitindo-se a adoção de índice setorial de reajuste, consoante prescreve o art. 40, inciso XI, da Lei n. 8.666/93 (...). (grifo nosso)

Dessa forma, conforme previsão contratual será utilizado o índice do IGP-M(FGV) para o reajuste, cujo percentual para este mês é de 1,57% tendo como referência o acumulado dos últimos 12 meses para o mês de MAIO/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total atual do contrato que é de R\$ 10.561,24 (dez mil quinhentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos), será acrescido em 4,27% - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – IGP-M, mês de referência – MAIO 2018, atualizando o valor global do contrato para R\$ 11.012,90 (onze mil e doze reais e noventa centavos)

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 15 de Junho de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito municipal

Locatário

JOÃO AILTON SIMÃO

CPF nº 444.717.349-20

Locador

Grão Pará

PREFEITURA

CONTRATO N. 66-2018 VERDE VALE

Publicação Nº 1661099

CONTRATO N. 66/2018
(de 17 de maio de 2018)

Termo de Contrato de Credenciamento da RÁDIO VERDE VALE LTDA, para Prestação de Serviços de Radiodifusão, para o Município de GRÃO-PARÁ, conforme discriminado no Processo de Licitação nº 48/2018, Modalidade Chamada Pública nº 02/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.585/0001-30, situado na Rua Barão do Rio Branco, 184, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, MARCIO BORBA BLASIU.

RÁDIO CREDENCIADA: RÁDIO VERDE VALE LTDA, estabelecida na Avenida Felipe Schmidt, 2244, Piso 2, sala 17, Centro, Braço do Norte /SC, inscrita no CNPJ sob o n. 75.796.342/0001-69, neste ato representada por seu Procurador Sr. Guilherme Camilo do Nascimento, portador do CPF n. 059.007.079-70

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1ª. CREDENCIAMENTO DA RÁDIO VERDE VALE LTDA QUE POSSUI SINAL NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INFORMATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO.

Cláusula Segunda - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

2ª. O CONTRANTE pagará à RÁDIO CREDENCIADA pela prestação dos serviços o valor de R\$ 22,00(Vinte e dois reais)/ por minuto utilizado. O pagamento será mensal, conforme a utilização dos serviços.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, tendo vigência até 31/12/2018, a partir da data de assinatura.

Cláusula Quarta - DA FORMA DE REAJUSTE

4ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes, conforme disposto no Edital.

Cláusula Quinta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste contrato, alocará recursos em seu orçamento próprio, discriminados pelos seguintes elementos:

03.01.2.003.3.3.90.39.88.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código Reduzido: 8).

Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA RÁDIO CREDENCIADA

6ª. São obrigações da RÁDIO CREDENCIADA:

- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- Assumir inteira responsabilidade sob a execução plena do objeto do Contrato, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições constantes do Edital de Chamada Pública nº 02/2018, Processo Licitatório nº 48/2018;

c) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, Edital convocatório de licitação, contrato firmado e legislação nacional;

d) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais, morais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados diretamente pela RÁDIO CREDENCIADA ou pela omissão ou inadequada prestação de serviços, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;

e) Divulgar as matérias encaminhadas pelo Município no horário escolhido por este;

f) Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, relatório de todas as matérias informativas de interesse público divulgadas;

g) Aceitar e colaborar com os métodos de supervisão das atividades adotadas pelo CONTRATANTE.

Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7ª. É dever do CONTRATANTE:

a) exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA, de acordo com as regras do art. 67, 68, 73, inciso I, § 2º e 3º, e 76 da Lei 8.666/93;

b) cumprir os prazos de pagamento dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Oitava - DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, por razões de interesse público, por supressão por parte da Administração Municipal ou qualquer hipótese prevista no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, ou, ainda, por acordo amigável entre as partes ou decisão judicial, conforme art. 79, da Lei 8.666/93.

§ 1º. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo a RÁDIO CREDENCIADA, a Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

§ 2º. Qualquer das partes poderá rescindir o Contrato antecipadamente nos seguintes casos:

- o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste Contrato;
- o cumprimento irregular das cláusulas deste Contrato;
- a lentidão de seu cumprimento.

§ 3º. A rescisão contratual será precedida de notificação extrajudicial, seguindo as regras dos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93.

Cláusula Nona - DAS PRERROGATIVAS

9ª. São prerrogativas do presente Contrato as previstas no art. 58, da Lei 8.666/93, conferindo ao CONTRATANTE todos os direitos que lhe são devidos.

Cláusula Décima - DO FORO

10. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

Cláusula Décima Primeira - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade deste

contrato de credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que, de todos os atos, têm conhecimento.

GRÃO-PARÁ/ SC, 17 de maio de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS GUILHERME CAMILO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

CONTRATO N. 67-2018 STYLO FM

Publicação Nº 1661100

CONTRATO N. 67/2018
(de 17 de maio de 2018)

Termo de Contrato de Credenciamento da SOCIEDADE RADIO FUMACENSE LTDA, para Prestação de Serviços de Radiodifusão, para o Município de GRÃO-PARÁ, conforme discriminado no Processo de Licitação nº 48/2018, Modalidade Chamada Pública nº 02/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.585/0001-30, situado na Rua Barão do Rio Branco, 184, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, MARCIO BORBA BLASIUS.

RÁDIO CREDENCIADA: SOCIEDADE RADIO FUMACENSE LTDA, estabelecida na Rua Bernardo Locks, 510, Centro, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 80.079.023/0002-53, neste ato, representada por seu Procurador Senhor Edson Cardoso, portador do RG n. 365.561

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1ª. CREDENCIAMENTO DA SOCIEDADE RADIO FUMACENSE LTDA QUE POSSUI SINAL NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INFORMATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO.

Cláusula Segunda - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

2ª. O CONTRANTE pagará à RÁDIO CREDENCIADA pela prestação dos serviços o valor de R\$ 22,00(Vinte e dois reais)/ por minuto utilizado. O pagamento será mensal, conforme a utilização dos serviços.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, tendo vigência até 31/12/2018, a partir da data de assinatura.

Cláusula Quarta - DA FORMA DE REAJUSTE

4ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes, conforme disposto no Edital.

Cláusula Quinta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste contrato, alocará recursos em seu orçamento

próprio, discriminados pelos seguintes elementos:

03.01.2.003.3.3.90.39.88.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código Reduzido: 8).

Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA RÁDIO CREDENCIADA

6ª. São obrigações da RÁDIO CREDENCIADA:

- a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- b) Assumir inteira responsabilidade sob a execução plena do objeto do Contrato, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições constantes do Edital de Chamada Pública nº 02/2018, Processo Licitatório nº 48/2018;
- c) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, Edital convocatório de licitação, contrato firmado e legislação nacional;
- d) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais, morais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados diretamente pela RÁDIO CREDENCIADA ou pela omissão ou inadequada prestação de serviços, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;
- e) Divulgar as matérias encaminhadas pelo Município no horário escolhido por este;
- f) Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, relatório de todas as matérias informativas de interesse público divulgadas;
- g) Aceitar e colaborar com os métodos de supervisão das atividades adotadas pelo CONTRATANTE.

Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7ª. É dever do CONTRATANTE:

- a) exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA, de acordo com as regras do art. 67, 68, 73, inciso I, § 2º e 3º, e 76 da Lei 8.666/93;
- b) cumprir os prazos de pagamento dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Oitava - DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, por razões de interesse público, por supressão por parte da Administração Municipal ou qualquer hipótese prevista no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, ou, ainda, por acordo amigável entre as partes ou decisão judicial, conforme art. 79, da Lei 8.666/93.

§ 1º. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo a RÁDIO CREDENCIADA, a Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

§ 2º. Qualquer das partes poderá rescindir o Contrato antecipadamente nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste Contrato;
- b) o cumprimento irregular das cláusulas deste Contrato;
- c) a lentidão de seu cumprimento.

§ 3º. A rescisão contratual será precedida de notificação extrajudicial, seguindo as regras dos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93.

Cláusula Nona - DAS PRERROGATIVAS

9ª. São prerrogativas do presente Contrato as previstas no art. 58, da Lei 8.666/93, conferindo ao CONTRATANTE todos os direitos que lhe são devidos.

Cláusula Décima - DO FORO

10. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

Cláusula Décima Primeira - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade deste contrato de credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que, de todos os atos, têm conhecimento.

GRÃO-PARÁ/ SC, 17 de maio de 2018.
MARCIO BORBA BLASIUS EDSON CARDOSO
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

CONTRATO N. 68-2018 RÁDIO GUARUJA

Publicação Nº 1661101

CONTRATO N. 68/2018
(de 17 de maio de 2018)

Termo de Contrato de Credenciamento da RÁDIO GUARUJA FM LTDA ME, para Prestação de Serviços de Radiodifusão, para o Município de GRÃO-PARÁ, conforme discriminado no Processo de Licitação nº 48/2018, Modalidade Chamada Pública nº 02/2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.585/0001-30, situado na Rua Barão do Rio Branco, 184, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, MARCIO BORBA BLASIUS.

RÁDIO CREDENCIADA: RÁDIO GUARUJA FM LTDA ME, estabelecida na Rua João Ramiro Machado, 321/06, 4º andar, Centro, Orleans/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 85.077.741/0001-23, neste ato representada por sua Procuradora Srª. Franciele Fontanela, portadora do CPF n. 051.561.289-80.

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1ª. CREDENCIAMENTO DA RÁDIO GUARUJA FM LTDA ME QUE POSSUI SINAL NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INFORMATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO.

Cláusula Segunda - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

2ª. O CONTRANTE pagará à RÁDIO CREDENCIADA pela prestação dos serviços o valor de R\$ 22,00(Vinte e dois reais)/ por minuto utilizado. O pagamento será mensal, conforme a utilização dos serviços.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, tendo vigência até 31/12/2018, a partir da data de assinatura.

Cláusula Quarta - DA FORMA DE REAJUSTE

4ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes, conforme disposto no Edital.

Cláusula Quinta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste contrato, alocará recursos em seu orçamento próprio, discriminados pelos seguintes elementos:

03.01.2.003.3.3.90.39.88.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código Reduzido: 8).

Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA RÁDIO CREDENCIADA

6ª. São obrigações da RÁDIO CREDENCIADA:

- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- Assumir inteira responsabilidade sob a execução plena do objeto do Contrato, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições constantes do Edital de Chamada Pública nº 02/2018, Processo Licitatório nº 48/2018;
- Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, Edital convocatório de licitação, contrato firmado e legislação nacional;
- Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais, morais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados diretamente pela RÁDIO CREDENCIADA ou pela omissão ou inadequada prestação de serviços, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;
- Divulgar as matérias encaminhadas pelo Município no horário escolhido por este;
- Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, relatório de todas as matérias informativas de interesse público divulgadas;
- Aceitar e colaborar com os métodos de supervisão das atividades adotadas pelo CONTRATANTE.

Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7ª. É dever do CONTRATANTE:

- exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA, de acordo com as regras do art. 67, 68, 73, inciso I, § 2º e 3º, e 76 da Lei 8.666/93;
- cumprir os prazos de pagamento dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Oitava - DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, por razões de interesse público, por supressão por parte da Administração Municipal ou qualquer hipótese prevista no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, ou, ainda, por acordo amigável entre as partes ou decisão judicial, conforme art. 79, da Lei 8.666/93.

§ 1º. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo a RÁDIO CREDENCIADA, a Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

§ 2º. Qualquer das partes poderá rescindir o Contrato antecipadamente nos seguintes casos:

- o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste Contrato;
- o cumprimento irregular das cláusulas deste Contrato;
- a lentidão de seu cumprimento.

§ 3º. A rescisão contratual será precedida de notificação extrajudicial, seguindo as regras dos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93.

Cláusula Nona - DAS PRERROGATIVAS

9ª. São prerrogativas do presente Contrato as previstas no art. 58, da Lei 8.666/93, conferindo ao CONTRATANTE todos os direitos que lhe são devidos.

Cláusula Décima - DO FORO

10. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

Cláusula Décima Primeira - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade deste contrato de credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada

a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que, de todos os atos, têm conhecimento.

GRÃO-PARÁ/ SC, 17 de maio de 2018.

MARCIO BORBA BLASIVUS FRANCIELE FONTANELA

Prefeito Municipal

Procuradora da Contratada

CONTRATO N. 69- LOVARINO GODINHO

Publicação Nº 1661103

CONTRATO N. 69/2018
(de 13 de junho de 2018)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS, e a empresa LOVARINO GODINHO 21578656915, Estabelecida na Estrada Geral Serra do Corvo Branco, S/N, Bairro Interior, Distrito de Aiurê, Grão-Pará/SC, CEP 88.890-000, inscrita no CNPJ n. 30.250.874/0001-68, neste ato, representada pelo Sr. LOVARINO GODINHO, brasileiro, casado, portador do CPF n. 215.786.569-15, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO PARA ABRILHANTAR OS ENCONTROS SEMANAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NA SEDE DO MUNICÍPIO, NO DISTRITO DE AIURÊ, conforme item abaixo descrito.

ITEM	DESCRIÇÃO	PERÍODO	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO/MÊS	PREÇO MÁXIMO TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MUSICOS, NAS TERÇAS (Centro) E QUINTAS-FEIRAS (no Distrito de Aiurê), PARA ABRILHANTAR OS ENCONTROS SEMANAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NA SEDE DO MUNICÍPIO E NO DISTRITO DE AIURÊ	7	R\$ 2.000,00	R\$ 14.000,00
Total Geral				R\$ 14.000,00

CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula I, a contratada receberá a importância de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) ao término da vigência contratual em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 do mês subsequente.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 13 de junho de 2018 e o seu término será em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA V – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A contratação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício.

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 - A contratada obriga-se a prestar os serviços nos dias e locais ora contratados, sob pena de desconto no pagamento dos dias em que não efetuar o serviço contratado.

6.2 - A disponibilizar todos os equipamentos necessários para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO PARA ABRILHANTAR OS ENCONTROS SEMANAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NA SEDE DO MUNICÍPIO E NO DISTRITO DE AIURÊ.

6.3 - As despesas indiretas e computar todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a Prestação de serviço e demais serviços.

6.4 - O VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO ENTRE A EMPRESA E OS PROFISSIONAIS QUE SERÃO COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME DECLARAÇÃO CONSTANTE DA HABILITAÇÃO

CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.: 03.01.2.003.3.3.90.39.97.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido:8).

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA IX – DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 52/2018 – Edital de Tomada de Preço n. 02/2018-TP, de 17 de maio de 2018.

CLÁUSULA X – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o contratado sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a contratante rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;
- Advertência escrita;
- Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 13 de junho de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

LOVARINO GODINHO
Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

CONVÊNIO 05/2018 ACAMI

Publicação Nº 1661725

CONVÊNIO N. 05/2018

(12 DE JUNHO DE 2018)

TERMO DE CONVÊNIO DE SUBVENÇÃO SOCIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A ASSOCIAÇÃO CANTO DA AMIZADE - ACAMI.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, doravante denominada PMGP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 82.558.149/0001-55, neste ato, representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS e a ASSOCIAÇÃO CANTO DA AMIZADE - ACAMI, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.519.633/0001-85, neste ato, representada pelo seu atual Presidente, Sr. HELIO ALBERTON JUNIOR, inscrito no CNPJ n. 056.885.919-78, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio de subvenção social.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

O presente convênio tem por objeto a Promoção da Festa de São João Batista 2018, cuja finalidade abrange a melhoria das atrações para a realização da Festa de São João Batista 2018, Promover o Show Pirotécnico realizado concomitantemente com a queima da Tradicional Fogueira em Honra a São João Batista, padroeiro do município, bem como fogos em outros dias do evento, contribuindo, assim, para a realização de manifestações artístico-culturais durante o evento, feira de produtos juninos-coloniais, artesanato e produtos da agroindústria familiar e agricultura, promoção do turismo no município e região através da realização do evento.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

O valor a ser transferido será de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) durante a vigência do convênio de subvenção social, em uma única parcela, a vencer em 22 de junho de 2018.

A fonte de recursos a ser utilizada será a de recursos ordinários, código 0000.

Rubrica orçamentária: 07.02.2.007.3.3.50.00.00.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Código Reduzido:129)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio tem seu fundamento legal na Lei Municipal n. 2.109/2018, de 22 de maio de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

I. Analisar as prestações de contas encaminhadas pela Associação Canto da Amizade – ACAMI, após o repasse do valor de trata na Cláusula II

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO CANTO DA AMIZADE – ACAMI

Compete a Associação Canto da Amizade – ACAMI:

I- elaborar o Plano de Aplicação para os recursos oriundos deste Convênio de subvenção social;

II- aplicar devidamente os recursos recebidos e prestar contas, no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento.

CLAUSULA SEXTA- DA CONTRAPARTIDA

O valor repassado será de R\$ 20.000,00(Vinte mil reais, e para custear o objeto total deste convênio.

CLAUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA

O município acompanhará a realização do evento, bem como a divulgação em mídia.

CLAUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

A entidade obriga-se a manter atualizados seus dados cadastrais durante a vigência do convênio de subvenção social.

CLAUSULA NONA – DA CONTINUIDADE

Caso a entidade não realize o objeto do convênio de subvenção social, o município poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto a outrem, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLAUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

A Entidade obriga-se a movimentar os recursos em conta bancária específica, devendo movimentá-la através de:

- Ordem bancária ou transferência eletrônica;

- Movimentações por cheques nominais, cruzados, individualizados serão aceitos somente com justificativa da impossibilidade de realizar a movimentação na forma eletrônica;

- Caso os recursos não forem utilizados por mais de 30 dias, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou aplicação financeira de curto prazo;

- Os rendimentos devem ser aplicados no objeto ou devolvidos ao município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A OUTRAS ENTIDADES

A entidade está proibida em repassar os recursos recebidos para outras entidade de direito público ou privado, como forma de terceirização do objeto do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se obriga em realizar a prestação de contas conforme a legislação em vigor.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deve ocorrer no prazo máximo de até 30 dias após recebimento do recursos.

Serão aceitos documentos fiscais originais, não rasurados, com identificação precisa do objeto contratado, em nome da Associação Canto da Amizade.

Devem constar extrato de conta corrente com toda a movimentação.

Caso houver movimentação em conta poupança ou aplicação este também deve constar na prestação de contas.

Deverão ser preenchidos os anexos TC-28 e TC-29 para prestação de contas.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, pelo não cumprimento de suas cláusulas ou por legislação superior que o torne impraticável.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência de 12 de junho de 2018 a 30 de agosto de 2018.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Os recursos não utilizados no objeto do convênio deverão ser devolvidos ao município. No caso de rendimentos de aplicação financeira, caso não aplicados no objeto do convênio, também devem ser devolvidos ao município.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte para dirimir as questões e litígios decorrentes deste Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem as partes, Prefeitura Municipal de Grão-Pará e Associação Canto da Amizade - ACAMI, perfeitamente de acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias, visando a um só efeito, na presença de duas testemunhas, que também a este subscrevem, para que se produzam os efeitos legais.

Grão-Pará/ SC, 12 de junho de 2018.

MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

HELIO ALBERTON JUNIOR
Presidente da Associação Canto da Amizade- ACAMI

T E S T E M U N H A S

DECRETO DF 29/2018 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1661107

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000029/18 de 21 de Junho de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002094/17 de 5 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENV. URBANO

04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(246)4.4.90.00.00.00.00.2.009-0091 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Suplementação: 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN. IND. COM. E DESENV. URBANO

04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(033)3.3.90.00.00.00.00.2.009-0091 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Total Anulação: 5.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de Junho de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 21 de Junho de 2018.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Gravatal

PREFEITURA

DECRETO 31/2018 - NOMEAÇÃO CMAS 2018

Publicação Nº 1660782

DECRETO N.º 31/2018 DE 14 DE JUNHO 2018.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALVO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme disposto na Lei nº 1877 de 8 de dezembro de 2017 e Lei complementar nº 1905 de 09 de maio de 2018, a saber:

REPRESENTANTES DE SECRETARIAS MUNICIPAIS:

- Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular: Ana Paula da Silva Mendonça

Suplente: Daiana Corrêa Duarte Medeiros

- Secretaria Municipal de Educação, Inovação, Cultura, Esporte:

Titular: Katrine Nazário Costa Lopes

Suplente: Leticia Rodrigues Zanete

- Secretaria Municipal da Saúde:

Titular: Andresa Gesing Wessler

Suplente: Cristini Martins Ferreira

- Secretaria Municipal de Administração e Planejamento:

Titular: Luiz Volnei da Silva Caetano

Suplente: José Nazareno Fidelis

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- Representantes de Usuários da Assistência Social:

Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Titular: Sandra do Carmo Bueno

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

Suplente: Juciria Martins da Rosa

- Representantes de Usuários da Assistência Social:

Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Titular: Josimar Martins Correa

Suplente: Jucélio José da Rosa

- Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Sandra Regina do Nascimento

Suplente: Adriana Machado Martins

- Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor:

Conselho Regional de Psicologia - 12ª Região – CRP SC

Titular: Lais Juvêncio de Oliveira

Conselho Regional de Serviço Social - 12ª Região – CRESS SC

Suplente: Deise Jung Mattos Cunha

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 14 de junho de 2018

EDVALVO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS ADITIVOS AD06.18- CONTRATO Nº 63.2014.DOCX

Publicação Nº 1661516

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad06/18Cont63/14 - Contrato Nº: 63/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 20/06/2018 Término: 27/05/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS DO MUNICIPIO.

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 127/2018 PMG

Publicação Nº 1661738

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 127/2018 – PMG
Processo Licitatório: 127/2018 - PMG
Tipo: Menor Preço - Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE POR MEIO DE ÔNIBUS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC
Entrega dos Envelopes: 06/07/2018 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 06/07/2018 às 09h00min
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.
Guaramirim (SC), 21 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO Nº16/2018 - HSA

Publicação Nº 1661944

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão nº 16/2018, objetivo: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM, para análise de IMPUGNAÇÃO, para uma possível alteração no prazo de entrega de amostras. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Rua João Butschardt, 05, Guaramirim/SC, pelo site guaramirim.atende.net ou através do telefone 47 3376-9407.

JACKSON TESTONI
GESTOR

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2018 - PMG

Publicação Nº 1661072

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 97/2018 – PMG
Modalidade: Pregão Presencial no Sistema de Registro de Preços.
Tipo: Menor Preço por Lote e Item.
Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa especializada em consultas ocupacionais para a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

RECORRENTES: CLÍNICA ALBUQUERQUE SS LTDA;
HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA EPP

Em face das RAZÕES RECURSAIS, interpostas pelas RECORRENTES, já devidamente qualificadas nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, interposta à Prefeitura Municipal de Guaramirim, neste ato representada pelo seu Pregoeiro, o Sr. GABRIEL FELIPPI, nomeado pela Portaria nº 72/2018, vem apresentar as suas considerações para, ao final, recomendar o que segue:

I – DO RECURSO APRESENTADO PELA RECORRENTE

1) Dos pressupostos de admissibilidade das razões e contrarrazões: Foi apresentado razões recursais pela recorrente CLÍNICA ALBUQUERQUE SS LTDA no dia 6 de junho de 2018, às 16h41, conforme protocolo do setor de licitações na primeira folha do referido documento (fls. 146 à 148) e pela recorrente HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA EPP no dia 7 de junho de 2018, às 14h45, conforme protocolo de comprovante de abertura, Processo nº 3006/2018 (fls. 149 à 165), ambos tempestivos, como se infere pelo que fora lançado na Ata da Sessão Pública realizada no dia 4 de junho de 2018 (fls. 143 à 145). Assim, CONHEÇO dos recursos apresentados.

2) Do recurso:

Em breve síntese, as recorrentes alegam o seguinte:

a) CLÍNICA ALBUQUERQUE SS LTDA: A recorrente apresentou documento que sana as exigências do item 10.6.4, “d”, do Edital, através da apresentação do protocolo para Renovação de Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica, mas ainda não recebeu o certificado, este sem prazo para entrega. Ademais, anexou novamente o mesmo documento apresentado no momento da licitação, e assim solicita sua habilitação.

b) HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA EPP: A recorrente apresentou a Certidão Negativa de Débitos e o Alvará Sanitário, ambos expedidos pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, assim atendendo as exigências do item 10.6.2, “g”, do Edital. Solicita também a juntada de cópia do Alvará de Localização e Funcionamento, anexa ao recurso. Continua suas alegações, com relação ao desatendimento ao item 10.6.4, “d”, do Edital, alegando que, com relação à pessoa física do responsável técnico, a recorrente apresentou a cópia da carteira de trabalho do médico Ricardo Ávila Ligocki, e sua autenticidade pode ser verificada no site do Conselho Regional de Medicina do estado (CRM/SC). Também alega que, com relação à pessoa jurídica, apresentou o protocolo de

renovação da inscrição junto ao CRM/SC desde o dia 9 de março de 2018, sendo tempestivo pois esta foi feita 20 (vinte) dias antes do seu vencimento, sendo o atraso na emissão do certificado de regularidade causado por atraso generalizado pela referida entidade de classe. Afirma também que, em consulta ao site do CRM/SC, ambas as pessoas constam como ativos. Por fim, solicita a juntada de cópias do Certificado de Regularidade de Inscrição da Pessoa Jurídica no CRM/SC, documentos comprobatórios de inscrição da pessoa jurídica, bem como Certidão de Inscrição de Pessoa Física do responsável técnico. A recorrente também nota que o Edital faz referência à "inscrições" dos documentos inabilitados, não sendo explícito sua validade dos certificados. Encerra solicitando a habilitação da empresa e aplicação de preferência de ME e EPP. Também anexa outros documentos.

4) Do mérito:

Preliminarmente, há de se observar que a constituição federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita, ainda, a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI). Da mesma forma, é necessário que o procedimento licitatório não tenha exigências desnecessárias para não macular a competitividade do certame, para que seja possível selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Considerando-se tais princípios, procede-se à análise dos recursos de cada recorrente.

a) CLÍNICA ALBUQUERQUE SS LTDA: Conforme consta no item 10.6.4, "e", do Edital, com fulcro no art. 30, I, da Lei nº 8.666/93, a licitante necessitaria apresentar prova de inscrição na entidade profissional competente, c/c 10.3 do mesmo Edital, este documento precisaria estar dentro da sua validade, portanto este Pregoeiro entende que o mero protocolo de renovação não produz os efeitos necessários para que seja considerado habilitado.

b) HUMANA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA EPP: Primeiramente, a solicitação de juntada de documentos que deveriam constar originariamente na proposta é ilegal por força do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, apesar de que, conquanto à esclarecimento de documentos devidamente apresentados, mas duvidosos ou pouco claros, serem aceitáveis documentos complementares, conforme dispõe a doutrina:

A Lei determina a vedação à apresentação de documentos que deveriam ter constado dos envelopes. Isso não equivale, no entanto, a proibir a juntada de qualquer documento. Se o particular apresentou um documento e se reputa existir dúvida quanto a seu conteúdo, é possível que a diligência se traduza numa convocação ao particular para explicar e, se for o caso, comprovar documentalmente o conteúdo da documentação anterior. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 574. grifo nosso.)

Assim, os documentos "Alvará de Localização e Funcionamento", "Certidão de Cadastro", "Certificado de Regularidade de Inscrição da Pessoa Jurídica" e "Certidão de Regularidade da Inscrição" do médico Ricardo Ávila Logocki serão desconsiderados, pois são documentos que deveriam constar na proposta. Os outros documentos anexados já constavam no envelope de habilitação.

Com relação às alegações sobre habilitação ao item 10.6.2, "g", do Edital, estas não se sustentam. Vejamos a redação editalícia, regra da sessão pública sob o qual se submetem tanto licitantes quanto à Administração:

g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação. Para comprovar a inscrição, a licitante poderá apresentar declaração ou certidão

expedida por secretaria de finanças do município (ou equivalente) ou, ainda, alvará de licença para funcionamento, qualquer deles em vigor na data limite fixada para o recebimento dos envelopes. (fl. 47.)

O Alvará Sanitário é documento de natureza diversa da solicitada no Edital, tanto é que é emitida pela Secretaria de Saúde, e não por "secretaria de finanças do município (ou equivalente)". A Certidão Negativa de Débitos, apesar de ser emitida pela secretaria competente, não possui no seu registro as atividades da pessoa jurídica registradas no órgão, ao contrário do que se consta na Certidão de Cadastro emitido pela Secretaria Municipal da Fazenda de Jaraguá do Sul.

Com relação ao atendimento do item 10.6.4, "d", do Edital, remeto à análise do mérito da recorrente CLÍNICA ALBUQUERQUE SS LTDA, e mantenho a decisão de inabilitação por não apresentar a documentação solicitada no Edital. Quanto à redação exigir mera inscrição, esta não tem validade senão sob uma rasa leitura do Edital, visto que uma inscrição irregular não produz os efeitos desejáveis por uma inscrição. A própria Lei nº 8.666/93, no seu art. 30, I, que fundamento tal exigência editalícia, também reduz a exigência ao "registro ou inscrição na entidade profissional competente", entretanto não encontraria respaldo qualquer argumento que solicitasse a habilitação de empresa inscrita e irregular em algum documento equivalente. Na doutrina, o supracitado livro do doutrinador Marçal Justen Filho, ensina que "[a qualificação técnica] consiste no domínio de conhecimento e habilidades teóricas e práticas para a execução do objeto a ser contratado. Isso abrange, inclusive, a situação de regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão." (p. 413.)

Por fim, não vislumbra-se qualquer situação no processo que exija tratamento diferenciado, conforme art. 3º, § 14º, da Lei nº 8.666/93, como solicitado pela recorrente.

Assim, mantenho a inabilitação da recorrente.

II – DAS CONCLUSÕES

Diante de todo o acima exposto, opino pelo CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, nos termos da fundamentação supra.

Remeto os autos à consideração da autoridade superior conforme art. 109, § 4º da Lei de Licitações.

Guaramirim, 11 de junho de 2018.

GABRIEL FELIPPI
Pregoeiro
Portaria nº 72/2018

Pregão presencial nº 97/2018 PMG

Decisão

Trata-se de pregão presencial visando ao registro de preços de consultas ocupacionais.

Acolho os fundamentos da manifestação do pregoeiro, de fls. 166-167, para desprover os recursos interpostos por Clínica Albuquerque SS Ltda e Humana Saúde e Segurança Ocupacional Ltda EPP.

Ante a licitação fracassada, determino a instauração de novo processo licitatório, verificando a possibilidade de adequação das exigências de habilitação.

Guaramirim, 20 de junho de 2018.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito de Guaramirim

DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO 071/2018

Publicação Nº 1660899

PARECER LICITATÓRIO 239/2018
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM
Tomada de preços nº 71/2018 PMG

Trata-se de licitação na modalidade tomada de preços do tipo menor preço global sob regime de empreitada por preço unitário visando a contratação de obra de engenharia para prolongamento da ponte sobre o rio Itapocú, ligando o bairro Centro ao Bananal, com recursos do FUNDAM.

O processo foi remetido para a Procuradoria com recurso interposto pela licitante Araújo Construções EIRELI contra o julgamento das propostas.

Alega a fls. 423-424 que o prolongamento da ponte deveria ser necessariamente executado pela mesma empresa que iniciou as obras para evitar questionamentos futuros com relação à responsabilidade técnica e porque aconteceriam conflitos devido ao compartilhamento do espaço físico.

Alega a fls. 424-431 inexecutabilidade dos preços da licitante Fator 3 com relação aos itens 1.1 – Barracão para depósito de tabuas, 1.2 – Sanitário com vaso e chuveiro, 4.3.1 – Fabric. Guarda corpo moldado no local AC/BC e 3.1.2- Concreto para bombeamento. Questiona que

Ademais, na sua demonstração dos custos unitários dos itens 1.1, 1.2 e 4.3.1, a Fator 3 afirma que os custos horários de mão de obra são de R\$9,00 (nove reais) para pedreiro, armador e carpinteiro; R\$11,00 (onze reais) para eletricista e encanador; e R\$6,00 (seis reais) para ajudante.

Alega que esses preços desconsideram encargos e conduzem a salários inferiores ao salário mínimo. Que a convenção coletiva do setor estabelece um custo horário de R\$7,55. Que, com os encargos sociais numa proporção de 162,70% conduzem a um custo da hora em R\$19,83. O servente, pela convenção, ficaria com um custo horário de R\$5,27, que, acrescido dos encargos sociais, subiria para R\$13,84. Alega violação aos itens 12.7 e 16.6 do edital, que exigem, respectivamente, que nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas bem como que não se admitirá proposta com preços incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

Também se insurge a recorrente contra o preço apresentado pela licitante Fator 3 relativamente ao item 3.1.2 - concreto para bombeamento fck= 30Mpa. O preço se mostraria inexecutável conforme a composição de custos apresentada pela recorrente, que demonstrara, segundo a recorrente, um custo mínimo de R\$338,16/mm³ com base em orçamento com três fornecedores da cidade de Guaramirim.

Alega que habilitar empresa com preço inexecutável fere os princípios da licitação, como o da competitividade e isonomia.

Em contrarrazões, alega a licitante Fator 3 Engenharia e Consultoria Ltda:

Que o prolongamento da construção por empresa distinta não trará prejuízo técnico operacional para a administração pública porque os dois contratos possuem objetos individualmente definidos;

Quanto à inexecutabilidade levantada, afirma que sua proposta é executável, comprometendo-se a executar a obra dentro dos prazos contratuais previstos, ressaltando que já executou obras de

complexidade semelhante e muito superior às previstas nesta contratação e destacando que já executou duas pontes no município, inclusive em prazo inferior (execução prevista em 1 meses e executado em 8 meses).

Salienta que, apesar de a recorrente apontar sua proposta como inexecutável,

[...] verifica-se nos autos que a diferença entre os preços apresentados entre as duas empresas é de apenas R\$37.927,53 de uma obra orçada pela Administração em R\$1.149.454,66, portanto fica claro que a diferença de preços entre as duas empresas é de pouco mais de 3% do valor orçado pela Administração o que de forma alguma pode ser considerado preços inexecutáveis.

Alega que apresentou desconto global de 21,7%, atendendo à legislação em vigor.

Colacionou precedentes judiciais no sentido de que a proposta com menor preço global não deve ser afastada somente porque alguns preços unitários sejam incompatíveis com aqueles usualmente praticados no mercado.

Defende-se a recorrida no sentido de que possui em seu estoque o material para execução dos itens 1.1 e 1.2 e no caso do item 4.3.1 a empresa possui todas as formas para a execução do guarda corpo.

Com relação ao item 3.1.2 – concreto para bombeamento, destaca que no processo licitatório foram apresentados preços muito inferiores àquele contado pela empresa vencedora, demonstrando que o preço praticado reflete a realidade de mercado; que a diferença do preço deste item entre a recorrente e a recorrida é de apenas 5,7%.

Quanto à alegação da recorrente no sentido de que o prolongamento da ponte deveria ser necessariamente executado pela mesma empresa que iniciou as obras para evitar questionamentos futuros com relação à responsabilidade técnica e porque aconteceriam conflitos devido ao compartilhamento do espaço físico, não foram juntadas provas técnicas da possibilidade de ocorrência desses fatos, devendo ser mantido o projeto elaborado pela área técnica, de fls. 51-58. Ademais, seria pertinente tal insurgência por ocasião da fase de impugnação ao edital, e não depois do julgamento das propostas.

Com relação ao argumento recorrente no sentido da inexecutabilidade da proposta:

De acordo com a classificação das propostas, constante da ata de julgamento das propostas, a fls. 404, constata-se que a diferença entre a proposta da recorrida e a da recorrente é de apenas 4,21%; a diferença entre a proposta da recorrida e a da terceira colocada é de apenas 4,66%. Assim, no tocante ao valor global das propostas, de forma alguma se pode enxergar inexecutabilidade.

A fls. 2-3, observa-se que a planilha de custos unitários possui 43 itens. A inexecutabilidade apontada pela recorrente restringe-se a apenas 4 itens unitários. Com relação a três deles (1.1, 1.2 e 4.3.1), a recorrente alega que não contemplam, em sua composição de custos, todos os encargos sociais no tocante à mão de obra.

A recorrida justifica o preço cotado para esses itens no sentido de que, quanto aos dois primeiros (barracão para depósito de tábuas e sanitário com vaso e chuveiro), detém a propriedade dos mesmos em estoque; e, quanto ao terceiro (Fabric. Guarda corpo moldado no local AC/BC), que detém a propriedade de todas as formas necessárias para a execução do guarda corpo. Assim, s.m.j., os preços restam justificados segundo previsão do edital:

16.6. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou

unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta tomada de preços não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (sem grifo no original)

Ainda que não fossem justificados os preços, de se notar que os itens 1.1 e 1.2 constituem parcelas ínfimas da obra, pois custam R\$246,00 e R\$184,50 numa obra orçada em mais de um milhão de reais. Seria uma cautela absurda e desproporcional afastar um licitante por esse motivo. Igualmente, o item 4.3.1 corresponde a tão-somente 1,24% do total da obra. A interpretação da lei e do edital não pode conduzir a absurdos.

Restaria ainda o item 3.1.2- Concreto para bombeamento. Na planilha da licitação, a fls. 2, observa-se que a cotação era de R\$338,16. A recorrida cotou R\$319,80 (fls. 353) e a recorrente cotou R\$338,16 (fls. 360). A recorrida afirmou que outros licitantes também ofertaram preços inferiores para o item 3.1.2, o que se confirma a fls. 377 (R\$ 317,87) e a fls. 368 (R\$277,13). E o preço cotado pela recorrida, imputado como inexequível, encontra-se apenas 5,7% inferior ao cotado pelo recorrente. Assim, nesse contexto, s.m.j., vemos afastada a inexequibilidade no item.

A área técnica da Prefeitura já havia se posicionado pela aceitabilidade da proposta:

Diante do exposto e após análise dos documentos apresentados pela licitante (planilha de composição do custo), defiro o pedido da licitante Fator 3 Engenharia e Consultoria (comprovação de exequibilidade da proposta), onde a mesma tem capacidade técnica para executar os itens descritos acima.

A recorrida alegou que possui condições de cumprir o contrato e que já executou duas pontes no município, inclusive em prazo inferior (execução prevista em 1 meses e executado em 8 meses). Essa informação se confirma. Na concorrência pública nº 104/2015 PMG, com o objetivo de contratar empreitada com fornecimento de materiais para a construção de duas pontes de concreto no bairro Bananal do Sul, observa-se, a fls. 719, que, em 08-3-2016 foi assinada a ordem de serviço com prazo de execução em 12 meses; e a fls. 795, em 09-2-2017 (portanto, antes de doze meses), respondendo a solicitação da Procuradoria, o fiscal do contrato atestou o cumprimento:

3) O contratado vem cumprindo o cronograma de execução?
Sim. Atualmente as duas pontes estão com as obras concluídas.

Assim, em passado bastante recente, a recorrida demonstrou sua responsabilidade para com a administração pública de Guaramirim. Aliás, é a única obra do município em que vimos noticiada a sua conclusão antes do cronograma previsto.

A recorrida colocou-se à disposição para apresentar garantia da execução da obra, como previsto no art. 48, §2º da Lei nº 8.666/93.

No caso de descumprimento contratual, tanto a Lei nº 8.666/93 quanto o edital asseguram possibilidade de imposição de sanções em caso de descumprimento contratual.

Extraí-se da doutrina:

O tema comporta uma ressalva prévia sobre a impossibilidade de eliminação de propostas vantajosas para o interesse sob tutela do Estado. A desclassificação por inexequibilidade apenas pode ser admitida como exceção, em hipóteses muito restritas. O núcleo da concepção ora adotada reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitárias. (JUSTEN FILHO, Marçal.

Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 868).

Colhe-se da jurisprudência:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TIPO MENOR PREÇO GLOBAL. PREÇOS UNITÁRIOS. VINCULAÇÃO AO EDITAL.

I- Preenche os requisitos legais a proposta cujo valor global está em inteira consonância com o estipulado no edital, ainda que os preços unitários de alguns de seus itens sejam incompatíveis com os praticados pelo mercado ou com registros de preços usualmente utilizáveis.

II – O art. 44, §3º, da Lei 8.666/93 veda apresentação de proposta com preços irrisórios, mas não serve de fundamento, só por isso, para desclassificar proposta que, tendo apresentado preços unitários incompatíveis com os praticados, apresenta preço global mais vantajoso para a administração, muito menos para a escolha de proposta com preço global mais elevado.

III- Agravo improvido. (TRF2, Ag. 201002010020987, 5ª T., Rel. Des. Castro Aguiar, 28-7-2010)

Saliente-se desde já que a suspensão do contrato administrativo somente deve ser deferida em face de fortes indícios de inexequibilidade da proposta:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - MODALIDADE "MENOR PREÇO" - PEDIDO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO CELEBRADO COM A EMPRESA VENCEDORA - INEXISTÊNCIA DE PROVA OU DE FORTES INDÍCIOS DE SER INEXEQUÍVEL A PROPOSTA - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA INDEFERIDA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO DESPROVIDO

A Lei nº 8.666, de 1993, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública", autoriza a desclassificação de proposta "com preços manifestamente inexequíveis" (art. 48, II). Tendo a licitação por objeto a "contratação de serviços de vigilância patrimonial" na modalidade "menor preço", somente a existência de provas ou de fortes indícios de ser inexequível a proposta formulada pela empresa vencedora autorizaria a suspensão do contrato celebrado. Assim deve ser porque: a) em favor dos atos administrativos milita presunção de legitimidade (Celso Antônio Bandeira de Mello, Maria Sílvia Zanella Di Pietro, Hely Lopes Meirelles) e supõe-se que "as decisões da administração são editadas com o pressuposto de que estão conformes às normas legais e de que seu conteúdo é verdadeiro (Odete Medauar); b) "Ao examinar pedido de antecipação da tutela, deve o juiz considerar o periculum in mora inverso e o princípio da proporcionalidade, pois 'há limites que trazem resultados piores que aqueles que visam evitar' (Egas Moniz de Aragão); não deve ser antecipada a tutela 'se o dano resultante do deferimento for superior ao que se deseja evitar' (Sérgio Ferraz)" (AI nº 2003.003767-5, Des. Newton Trisotto). (TJSC, Processo: 2008.030641-8, Relator: Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, Julgado em: 11/11/2008)

A suspensão da licitação ou do contrato teria efeitos nefastos ao Município de Guaramirim e à sua população, podendo chegar mesmo a inviabilizar totalmente a conclusão e deixar sem utilidade alguma a parcela da obra inicial já executada, ocasionando inaceitável desperdício de dinheiro da população. Isso porque a obra será paga com recursos do Convênio 2014TR003795, celebrado com o Estado de Santa Catarina através do Fundo de Apoio aos Municípios – FUNDAM, que estabelece prazos para utilização dos recursos sob pena de sua devolução, acrescida de penalidades, bem como suspensão de repasses futuros.

Assim, opinamos, s.m.j., pelo desprovimento do recurso.
Elton Luís Bergmann
OAB/SC 39204

Decisão

Acolho como razão de decidir os fundamentos constantes do Parecer Licitatório nº239/2018 para desprover o recurso interposto por Araújo Construções EIRELI.

Guaramirim, 19-6-2018.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito de Guaramirim

ERRATA II: PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 109/2018 PMG

Publicação N° 1660824

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA II:
PREGÃO PRESENCIAL N° 109/2018 – PMG

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO da LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 109/2018 – PMG

1. ALTERAÇÃO ELEMENTOS DO EDITAL

Inclusão do item "16.1.1.1" no Edital e Item "7.1.1.1." na minuta do contrato.

2. ALTERAÇÃO DO RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

A data de Recebimento dos Envelopes e Abertura da Sessão fica alterada para o dia 04/07/2018 às 14horas, as demais informações permanecem inalteradas.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda feira a sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site <https://guaramirim.atende.net/> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 21 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 79/2018 PMG

Publicação N° 1661332

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 79/2018– PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 104/2018- PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 104/2018 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Fornecedor: AUTO POSTO SM LTDA, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 1984, bairro Centro, em Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 07.911.975/0001-10.

Vigência: Início: 21/06/2018 Término: 20/06/2019

Fornecedor: 218197 - AUTO POSTO SM LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	120000	LITRO	GASOLINA COMUM	IPIRANGA	4,1590	499.080,00
Total					R\$499.080,00	

Guaramirim (SC), 21 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2018 – PMG

Publicação Nº 1660812

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2018 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2018 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de tubos, calhas e meios-fios de concreto prensado para a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Guaramirim (SC).
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: Artefato de Cimentos Tepassé Ltda ME, inscrita no CNPJ sob o nº 75.278.663/0001-71, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 8, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1200	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,20 M COM NO MÍNIMO 2 CM DE ESPESSURA.	14,7000	17.640,00
2	2500	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,30 M COM NO MÍNIMO 3 CM DE ESPESSURA.	15,9000	39.750,00
3	2000	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,40 M COM NO MÍNIMO 4 CM DE ESPESSURA.	20,0000	40.000,00
8	3000	UN	CALHA DE CONCRETO PRENSADO 0,30 X 1,00, 3 CM DE ESPESSURA	11,4000	34.200,00
9	2000	UN	CALHA DE CONCRETO PRENSADO 0,40 X 1,00, 4 CM DE ESPESSURA.	15,4000	30.800,00
11	1000	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,50 M COM NO MÍNIMO 5 CM DE ESPESSURA	30,9000	30.900,00
Total				R\$193.290,00	

Vigência: Início: 12/06/2018 Término: 11/06/2019.

Guaramirim (SC), 21 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2018 – PMG

Publicação Nº 1660813

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2018 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2018 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de tubos, calhas e meios-fios de concreto prensado para a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Guaramirim (SC).
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: Santa Helena Industrial Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.800.536/0001-54, com sede na Rua Carlos Oechsler, nº 95, bairro Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4	250	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,60 M COM NO MÍNIMO 6 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-II	88,0000	22.000,00
6	250	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 1,00 M COM NO MÍNIMO 10 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-II	168,0000	42.000,00
7	275	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 1,20 M COM NO MÍNIMO 12 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-II	200,0000	55.000,00
13	750	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,60 M COM NO MÍNIMO 6 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-II	88,0000	66.000,00
15	750	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 1,00 M COM NO MÍNIMO 10 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-II	168,0000	126.000,00
16	825	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 1,20 M COM NO MÍNIMO 12 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-II	200,0000	165.000,00

Total				R\$476.000,00	
-------	--	--	--	---------------	--

Vigência: Início: 12/06/2018 Término: 11/06/2019.

Guaramirim (SC), 21 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2018 – PMG

Publicação Nº 1660814

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2018 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2018 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de tubos, calhas e meios-fios de concreto prensado para a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: Premocon Artefatos de Concreto Ltda EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.556.052/0001-49, com sede na Rua Pedro Schmitt Júnior, nº 1000, bairro Poço Grande, município de Gaspar, estado de Santa Catarina.

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5	125	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,80 M COM NO MÍNIMO 8 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-II	146,0000	18.250,00
12	500	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,60 M COM NO MÍNIMO 6 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-I	76,0000	38.000,00
14	375	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,80 M COM NO MÍNIMO 8 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-II	146,0000	54.750,00
18	1500	UN	TUBO DE CONCRETO PRENSADO COM DIÂMETRO DE 1,00 X 0,60 M COM NO MÍNIMO 6 CM DE ESPESSURA E ARMAÇÃO DE TELA CA-I	76,0000	114.000,00
Total				R\$225.000,00	

Vigência: Início: 12/06/2018 Término: 11/06/2019.

Guaramirim (SC), 21 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2018 – PMG

Publicação Nº 1660815

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2018 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2018 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de tubos, calhas e meios-fios de concreto prensado para a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: Sólidos Indústria e Comércio de Pré-Fabricados em Concreto EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.957.836/0001-65, com sede na Rua Carlos Oechsler, nº 1364, bairro Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
10	1750	UN	MEIO FIO DE CONCRETO PRENSADO 80 X 25 X 8	11,1000	19.425,00
17	5250	UN	MEIO FIO DE CONCRETO PRENSADO 80 X 25 X 8	11,1000	58.275,00
Total				R\$77.700,00	

Vigência: Início: 12/06/2018 Término: 11/06/2019.

Guaramirim (SC), 21 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 33/2018 – PMG

Publicação N° 1661238

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 33/2018 – PMG

Inexigibilidade de Licitação n°: 119/2018 – PMG

Contrato n°: 33/2018 - PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

Fundamento Legal: Artigo 25, I, da Lei n° 8.666/93.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇAS AUTODESK.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ n° 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: PARS PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 27.626.290/0006-44, estabelecida na Alameda Europa, n° 1.206, Sub SL 1, Sala 3, Bloco A, bairro Tambore, município de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo, CEP 06.543-325.

Valor: R\$ 117.181,50 (cento e dezessete mil cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 13/06/2018 . Vigência: 12/06/2019.

GUARAMIRIM (SC), 21 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 18/2017 - FMS

Publicação N° 1660840

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 18/2017 - FMS
Processo de Licitação: 37/2017 - FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA 28 DE AGOSTO, N° 2271, BAIRRO CENTRO, PARA IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENÇÃO A SAÚDE DA MULHER DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Locatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC), inscrita no CNPJ n° 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o n° 11.293.409/0001-60.

Locador: Adisonir Sardagna, inscrito no CPF sob o n.º 418.205.849-68, domiciliado na Rua 28 de Agosto, n° 2271, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato;
- b) reajustar o valor do contrato.

Data da Assinatura: 22/06/2018 Vigência 22/09/2018

Guaramirim (SC), 21 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

2587/2018

Publicação Nº 1660796

LEI Nº 2.587/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 01- Departamento de Assistência Social:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.054 – Manutenção do Depto de Assistência Social

3.1.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 98.200,00

Soma R\$ 98.200,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 01- Departamento de Assistência Social:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 242 – Assistência ao Portador de Deficiência

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.050 – Contribuição a Entidades Assistenciais

3.3.50.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 01- Departamento de Assistência Social:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Projeto: 1.055 – Aquisição de Veículo CRAS

4.4.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.053 – Manutenção do SUAS/IGDBM

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.055 – Manutenção do CRAS

3.1.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 21.200,00

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.056 – Manutenção do SUAS/IGDBF

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.061 – Manutenção do Co-Financiamento SUAS

3.1.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.083 – Manutenção do PTMC

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.084 – Benefícios Eventuais

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

Órgão 15- FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO:

Unidade 01- Fundo Municipal do Idoso:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 241 – Assistência do Idoso

Programa 57 – Fundo Municipal do Idoso

Projeto: 1.054 – Ampliação/Reforma Centro de Idosos

4.4.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Soma R\$ 98.200,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 21 DE JUNHO DE 2018.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

2590/2018

Publicação Nº 1660798

LEI Nº 2.590/2018
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudio Junior Weschenfelder, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Faço saber a Todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:
Órgão 08- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 03- Departamento de Cultura e Esporte:

Função 27 – Desporto e Lazer

Subfunção 812 – Desporto Comunitário

Programa 32 – Desporto Amador

Projeto: 1.052 – Ampliação Reforma Ginásio Esporte

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Órgão 08- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Unidade 03- Departamento de Cultura e Esporte:

Função 27 – Desporto e Lazer

Subfunção 812 – Desporto Comunitário

Programa 32 – Desporto Amador

Atividade: 2.018 – Manutenção do Depto. Municipal de Esportes

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Soma R\$ 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade 01- Departamento Administrativo de Saúde:

Função 10 – Saúde

Subfunção 301 – Atenção Básica

Programa 10 – Saúde Básica

Atividade: 2.042 – Manutenção do Depto de Saúde

3.3.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Unidade 04- Coordenação de Programas:

Função 10 – Saúde

Subfunção 301 – Atenção Básica

Programa 10 – Saúde Básica

Atividade: 2.043 – Manutenção do ESF

3.1.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Soma R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 21 DE JUNHO DE 2018.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

81/2018

Publicação Nº 1660799

DECRETO Nº 81/2018
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJÁ DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.587/18 de 21 de junho de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 01- Departamento de Assistência Social:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.054 – Manutenção do Depto de Assistência Social

3.1.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 98.200,00

Soma R\$ 98.200,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 01- Departamento de Assistência Social:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 242 – Assistência ao Portador de Deficiência

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.050 – Contribuição a Entidades Assistenciais

3.3.50.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 01- Departamento de Assistência Social:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Projeto: 1.055 – Aquisição de Veículo CRAS

4.4.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.053 – Manutenção do SUAS/IGDBM

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social

Subfunção 244 – Assistência Comunitária

Programa 06 – Assistência Social Geral

Atividade: 2.055 – Manutenção do CRAS

3.1.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 21.200,00

3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:

Unidade 02- Coordenação de Programas:

Função 08 – Assistência Social
 Subfunção 244 – Assistência Comunitária
 Programa 06 – Assistência Social Geral
 Atividade: 2.056 – Manutenção do SUAS/IGDBF
 3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:
 Unidade 02- Coordenação de Programas:
 Função 08 – Assistência Social
 Subfunção 244 – Assistência Comunitária
 Programa 06 – Assistência Social Geral
 Atividade: 2.061 – Manutenção do Co-Financiamento SUAS
 3.1.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:
 Unidade 02- Coordenação de Programas:
 Função 08 – Assistência Social
 Subfunção 244 – Assistência Comunitária
 Programa 06 – Assistência Social Geral
 Atividade: 2.083 – Manutenção do PTMC
 3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 Órgão 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EMPR. E TRAB:
 Unidade 02- Coordenação de Programas:
 Função 08 – Assistência Social
 Subfunção 244 – Assistência Comunitária
 Programa 06 – Assistência Social Geral
 Atividade: 2.084 – Benefícios Eventuais
 3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 44.000,00
 Órgão 15- FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO:
 Unidade 01- Fundo Municipal do Idoso:
 Função 08 – Assistência Social
 Subfunção 241 – Assistência do Idoso
 Programa 57 – Fundo Municipal do Idoso
 Projeto: 1.054 – Ampliação/Reforma Centro de Idosos
 4.4.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

 Soma R\$ 98.200,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 21 DE JUNHO DE 2018.
 CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
 Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora
 Secretário Administração e Fazenda

82/2018

Publicação Nº 1660800

DECRETO Nº 82/2018
 AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJÁ DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.590/18 de 21 de junho de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um

Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 08- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
 Unidade 03- Departamento de Cultura e Esporte:
 Função 27 – Desporto e Lazer
 Subfunção 812 – Desporto Comunitário
 Programa 32 – Desporto Amador
 Projeto: 1.052 – Ampliação Reforma Ginásio Esporte
 4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 Órgão 08- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
 Unidade 03- Departamento de Cultura e Esporte:
 Função 27 – Desporto e Lazer
 Subfunção 812 – Desporto Comunitário
 Programa 32 – Desporto Amador
 Atividade: 2.018 – Manutenção do Depto. Municipal de Esportes
 4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

 Soma R\$ 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
 Unidade 01- Departamento Administrativo de Saúde:
 Função 10 – Saúde
 Subfunção 301 – Atenção Básica
 Programa 10 – Saúde Básica
 Atividade: 2.042 – Manutenção do Depto de Saúde
 3.3.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
 Unidade 04- Coordenação de Programas:
 Função 10 – Saúde
 Subfunção 301 – Atenção Básica
 Programa 10 – Saúde Básica
 Atividade: 2.043 – Manutenção do ESF
 3.1.90.00-00.00.002- Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

 Soma R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 21 DE JUNHO DE 2018.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
 Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora
 Secretário Administração e Fazenda

83/2018

Publicação Nº 1661216

DECRETO Nº 83/2018
 AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJÁ DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.564/17 de 17 de novembro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um

Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 08- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
Unidade 03- Departamento de Cultura e Esporte:
Função 27 – Desporto e Lazer
Subfunção 812 – Desporto Comunitário
Programa 32 – Desporto Amador
Atividade: 2.018 – Manutenção do Depto. Municipal de Esportes
4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Soma R\$ 6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Superávit Financeiro do Exercício de 2017, referente aos recursos Próprios o valor de R\$ 6.000,00.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 21 DE JUNHO DE 2018.
CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora
Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO - 44/2018 - PREF

Publicação Nº 1661102

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 44/2018 - Tomada de Preço Nº. 07/2018
Objeto: Contratação de empresa para execução da reforma do Ginásio Municipal de Esportes de Linha Pessegueiro com área total de 1.063,60m², situado na Rua União, Linha Pessegueiro, Guarujá do Sul, SC.

Habilitação e Propostas: 13/07/2018 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 22 de Junho de 2018.

Claudio Junior Weschenfelder,
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - 45/2018 - PREF

Publicação Nº 1661104

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 45/2018 - Tomada de Preço Nº. 08/2018

Objeto: Contratação de empresa para execução de praça esportiva com área total de 1.725,00 m², situado nos lotes urbanos nº 53 e 54, quadra nº 05, na Rua Nicolau Aloys Lermen, Loteamento Barth, em Guarujá do Sul, SC.

Habilitação e Propostas: 13/07/2018 (Documentação 13:15 e abertura as 13:30).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 22 de Junho de 2018.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO 47/2018 - PREF

Publicação Nº 1661170

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 47/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

OBJETO: Contrato de Programa o município de Guarujá do Sul outorga ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER o estabelecimento de medidas que possibilitem avaliar as condições da destinação de esgotos sanitários de todas as edificações urbanas e posterior conduta de incentivo e implementação de soluções adequadas para a correta destinação e tratamento do esgoto doméstico, por sistema público ou privado, através da elaboração de diagnóstico sobre os sistemas individuais de esgotamento sanitário, soluções coletivas de pequeno porte e sistema de coleta, transporte e tratamento do esgoto que será elaborado mediante a contratação de profissionais habilitados para tanto através de procedimento licitatório.

VALOR: R\$ 00,00 (zero reais)

ASSINATURA DO CONTRATO: 21/06/2018.

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: prazo indeterminado.

VIGENCIA DO CONTRATO: prazo indeterminado.

Guarujá do Sul, SC, 21 de junho de 2018.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 07/2018

Publicação Nº 1661239

DECRETO LEGISLATIVO n. 07/2018.

DECRETA QUE NÃO HAVERÁ ATENDIMENTO EXTERNO NA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, GILMAR KLAUS, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Art. 66, inciso II do Regimento Interno promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Decreta que no dia 22(sexta-feira) no período matutino,

não haverá atendimento externo da Câmara, tendo em vista o Jogo do Brasil na Copa, retornando aos trabalhos no período vespertino das 13:00 às 17:00 horas.

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 21 dias do mês de Junho de 2018.

Em sua 14ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa, 1º período, 55º ano de sua Instalação Legislativa.

GILMAR KLAUS
Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

FRANCIANE BASEGGIO
Auxiliar Legislativa

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 74-2018

Publicação Nº 1661353

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE GUATAMBU

AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 74/2018

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 33/2018

Objeto: LOCAÇÃO DE CASA EM ALVENARIA COM ÁREA DE 36M², LOCALIZADA NA RUA JOÃO MOREIRA FILHO Nº 540 CENTRO, NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU - SC, PARA DISPOR DE MORADIA À MÉDICA PARTICIPANTE DO PROJETO MAIS MÉDICOS.

Contratada: MARLENE TEREZINHA MARCHIORI.

Valor: R\$ 4.051,63 (Quatro mil cinquenta e um reais e sessenta e três centavos).

Fundamento: Inciso X do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 19 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.864/2018.

Publicação Nº 1660880

DECRETO Nº 3864 DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"ALTERA O DECRETO Nº 3860/2018 QUE PROIBE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL E A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS EM TODAS AS SECRETARIAS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AMÉRICO LORINI, Prefeito do Município de Herval D'Oeste-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o que prevê a Constituição Federal, em seu artigo 196 e seguintes; e

CONSIDERANDO a Notificação de Alerta nº 195/2018 encaminhada ao Município de Herval d'Oeste-SC, pelo Tribunal de Contas do Estado; e

CONSIDERANDO a necessidade de se adequar os gastos públicos com pessoal do Município de Herval d'Oeste-SC e obrigatoriedade do Município em oferecer condições dignas de saúde aos seus jurisdicionados;

DECRETA:

Art.1º - Fica alterado o artigo 2º do Decreto nº 3860 /2018, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 2º- Pelo mesmo período, fica terminantemente proibido que sejam realizados trabalhos em horário extraordinário, menos para os serviços essenciais realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e no Abrigo Anjos da Luz, mantidos através da Secretaria de Assistência Social do município.

Art. 2º- Todos os demais dispositivos legais estabelecidos no Decreto nº 3860/2018, permanecem em vigor.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval D'Oeste-SC, 21 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito de Herval D'Oeste-SC

EDITAL Nº 020/2018/SMECE

Publicação Nº 1661976

EDITAL Nº 020/2018/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 004/2017/SMECE, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal n. 3.805/2018, deverá realizar a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo referente ao Edital nº 004/2017/HO, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Setor Administrativo, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 25 de junho de 2018, às 08 horas.

1.2.1. O horário será seguido rigorosamente, não sendo permitida a participação de candidatos que chegarem após as 08 horas.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II – DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Vínculo/ Período
01	EBM Estação Luzerna	Segundo Professor de Turma de Educação Especial	Matutino	20h	Sem vínculo, pelo período que houver a necessidade do(s) aluno(s), limitado ao término do ano letivo.

III – DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Segundo Professor de Turma de Educação Especial	a) Diploma de Pós-Graduação em Educação Especial, com registro no órgão competente, condicionado a Graduação na mesma área ou em Licenciatura Plena em Pedagogia; b) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial; c) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - com Ênfase em Educação Especial; e) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas;	a) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, a partir da 5ª fase; b) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, contemplando na Grade Curricular disciplina específica de Educação Especial (já cursada), a partir da 5ª fase; c) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, a partir da 5ª fase, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas; d) Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de diploma, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas;

3.2. Os candidatos deverão apresentar os documentos originais, com cópias, as quais serão conferidas no local. A Secretaria de Educação não fará cópia de documentos (Habilitação, RG e Tempo de Serviço).

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados

4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.

4.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.

4.5. Ficará impedido de participar de Chamada Pública no decorrer do ano o candidato que, tendo sido contratado por meio de Processo Seletivo ou de Chamada Pública anterior, venha a desistir da vaga, solicitando distrato no decorrer do prazo de vigência do contrato.

4.6. O professor ACT não poderá reduzir a carga horária da respectiva vaga enquanto perdurar o contrato.

V – DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado com Graduação	Habilitado com Magistério e Não-Habilitado
40h	R\$ 2.217,93 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	R\$ 2.197,89 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.

6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 21 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 817/2018

Publicação Nº 1661603

PORTARIA Nº 817/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora ROSEMILDA HERICKS RAMPON (MATRÍCULA 2567), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 7, Referência - C, 40 horas semanais, anexo X da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2013 e 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a partir de 20 de junho de 2018 a 13 de julho de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 818/2018

Publicação Nº 1661604

PORTARIA Nº 818/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO DA SERVIDORA, a partir de 20 de junho de 2018, NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO (MATRÍCULA 4796), a qual exercia a função de SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, Nível - 2, Referência - A, 20 horas semanais, anexo X da Lei Complementar nº 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 819/2018

Publicação Nº 1661607

PORTARIA Nº 819/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o menor vencimento pago pelo Município de Herval d'Oeste aos cargos de provimento efetivo, conforme planilhas e relatórios demonstrativos da contribuição previdenciária sobre o adicional incorporável na forma da lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 1994 a 31 de outubro de 2008, à servidora BERNARDETE SALETE BORTOLI GUNGERMANN (MATRÍCULA 548), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8, Referência - I, 40 (quarenta) horas semanais, constante do quadro de pessoal do poder executivo municipal; conforme dispõe as Leis Complementares nº 006/1994, nº 191/2005, nº 197/2006 e nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 820/2018

Publicação Nº 1661608

PORTARIA Nº 820/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO AS PORTARIAS Nº 738, 739, 779, 784, 789, 797, 801, 803 E 805/2018 que contrata em caráter temporário as senhoras Melania Dimas de Mattos, Sandy Cássia Mendes, Daniela Cristiane da Silva Pasquali, Emanuelli Cristina Nardi, Tatiana Cristhine Pereira, Patrícia Jaques Daversa, Patrícia Dartora, Suzani Gregório Ribeiro e Vanessa Fernanda David Rossarolla, desta forma onde se lê: "limitado a vigência do Processo Seletivo nº 002/2018" ou "limitado a vigência do Processo Seletivo nº 003/2018", leia-se: "limitado ao término deste exercício".

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 821/2018

Publicação Nº 1661610

PORTARIA Nº 821/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA à servidora pública municipal MARCIA RIBEIRO DOS SANTOS ZAMBIAZZI (MATRÍCULA 94), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 8, Referência - 8, do quadro do magistério deste Município, 40 horas semanais, com fundamento nos termos da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º, §5º, e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a contar de 12 de junho de 2018, mediante opção expressa da servidora ao cumprir todas as exigências para a aposentadoria, previstas no art. 2º da Emenda Complementar nº 41/2003 - Regra de Transição - Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - Especial de Magistério; conforme o quadro de composição do tempo de contribuição no Regime Próprio de Previdência Social e no Regime Geral de Previdência Social, com data base de 21 de junho de 2018:

COMPOSIÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO			
ANOS	MESES	DIAS	ESPECIFICAÇÃO
--	--	--	SERVIÇO PRIVADO
03	06	--	Serviço Público Municipal - RGPS
27	05	29	Serviço Público Municipal - RPPS
30	11	29	TOTAL DO TEMPO

IDADE DA SERVIDORA: 49 anos

TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO ATUAL: 30 anos, 11 meses e 29 dias;

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: 30 anos, 11 meses e 29 dias

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de junho de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 21 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

Publicação Nº 1661966

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - EXCLUSIVAMENTE ME E EPP

OBJETO

Registro de Preços para a eventual e futura aquisição de material de higiene e limpeza para as diversas Secretarias do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min do dia 05/07/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e Lei Complementar nº. 147 de 07 de agosto de 2014.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 21 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO

PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2018

Publicação N° 1661967

PROCESSO LICITATÓRIO N° 055/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2018

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal

TIPO: MAIOR OFERTA

OBJETO

Registro de Preços para a eventual e futura aquisição de agregados provenientes do britamento de rochas e mineração de pedras, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 06/07/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 21 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO

PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2018

Publicação N° 1661969

PROCESSO LICITATÓRIO N° 056/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2018

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO

Aquisição de 04 veículos automotores terrestres, zero quilômetro, ano de fabricação-modelo 2018/2018 e ou superior com capacidade mínima de 05 (cinco lugares) nacional e/ou importado para uso da Secretaria Municipal de Saúde.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09:00 horas do dia 05/07/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922

Herval d'Oeste, 21 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO

TERMO DE AJUSTE Nº 006/2018

Publicação Nº 1661973

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado do Paraná
MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA.
CNPJ/MF Nº 04.420.916/0011-23
Rodovia BR 476 Nº 5.804 – Sala 02 Lote Jd. D. Tereza Estação
CONTRATADA

TERMO DE AJUSTE Nº 006/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rodovia BR 476 Nº 5.804 – Sala 02 Lote Jd. D. Tereza Estação- Município de Araucária - Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 04.420.916/0011-23, neste ato representado por seu procurador, Senhor Ivan Pamplona Junior, brasileiro, portador do CPF nº 036.205.459-28, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Ajuste à Ata de Registro de Preços nº 003/2018, que tem por objeto a eventual aquisição de Emulsão Asfáltica tipo RM-1C, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do município pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 021/2018, na Modalidade de Pregão Presencial nº 011/2018 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de combustíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de combustíveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGISTRADO	%	VALOR REAJUSTADO
01	EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RM -1C	TON	EMAM	R\$ 2.262,00	+6,3	R\$ 2.404,50

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, II, d da Lei Federal 8.666/ 93 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo de Ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 003/2018, que não foram modificados por força deste termo permanecem em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 15 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

CPF: 162.730.799-00

IVAN PAMPLONA JUNIOR

Procurador

CPF: 036.205.459-28

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni

CPF: 049.770.469-27

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2018.

Publicação Nº 1661300

TERMO DE CESSÃO DE USO NR. 002/2018

Termo de Cessão de Uso que entre si fazem de um lado o MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82939430/0001-38, representada neste ato pelo Prefeito Municipal AMÉRICO LORINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00 e da RG nº 167.901/SC, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), , doravante denominado CEDENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO HERVALENSE DOS PRODUTORES DE ALFAFA - AHPA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 05.948.320/0001-91, com sede na Comunidade de Barreiros, em Herval D' Oeste - SC, neste ato devidamente representada por seu Presidente, Sr. ANTONINHO ZACARRON, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº.649.72.699-34 de agora em diante denominada CESSIONÁRIA, tem entre si justos e contratados, na melhor forma do direito, de acordo com a Lei Municipal nº. 3266/2018 de 15 de junho de 2018 e pelas cláusulas abaixo, o que segue:

I – DO OBJETO

O CEDENTE é legítimo proprietário do seguinte bem:

01 (uma) Enfardadeira para a fenação de forragens, marca Nogueira, modelo 4050-5040, Express, 4030 c/pistão, função para recolher, prensar, amarrar e cortar fardo de feno, ano 2017, série nº BBBH107481, Pat/FDR nº 1945.

Pelo presente Termo e de acordo com a Lei Municipal nº.3266/2018 de 15 de junho de 2018, O CEDENTE cede os referidos equipamentos para a CESSIONÁRIA, com a finalidade de uso nos serviços desta, através de seus associados e demais interessados na utilização dos bens patrimoniais.

II – DO PRAZO

O Prazo de vigência deste Termo de Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período se for de interesse das partes.

III - DAS OBRIGAÇÕES

São de inteira responsabilidade do CEDENTE:

- 1) Colocar o bem à disposição da CESSIONÁRIA em perfeitas condições de uso;
- 2) Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas aqui pactuadas, fiscalizando tudo o que aqui foi estabelecido.

Das obrigações da CESSIONÁRIA:

- 1) Cuidar dos bens ora cedidos, utilizando-os para os fins que a Associação se propôs em seus Estatutos;
- 2) Determinar a operação das máquinas por operador de comprovada capacidade e de conhecimentos mínimos de direção, manutenção mecânica e hidráulica;
- 3) Executar os serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, necessários para a operação dos equipamentos;
- 4) Custear a manutenção das máquinas, inclusive as despesas com combustíveis, óleos lubrificantes e hidráulicos, reposição de peças, reposição de pneus ou sua recuperação, serviços de revisão e manutenção mecânica e operacional em geral;

5) Utilizar somente peças originais quando da necessidade de reposição;

6) Estabelecer normas regimentais sobre a operação, utilização, custeio e outras relativas à utilização dos equipamentos pelos Associados da respectiva entidade, fazendo chegar a todos as normas previstas;

7) São ainda de inteira responsabilidade da CESSIONÁRIA as despesas com pagamento de vencimentos do operador dos equipamentos, encargos sociais, bem como, eventuais danos e prejuízos que venham a serem causados a terceiros decorrentes do uso indevido dos equipamentos.

IV - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, no interesse público e se ocorrer as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93 com suas alterações posteriores, sem que caiba quaisquer espécies de indenização a qualquer uma das partes.

V- DO RECEBIMENTO DOS BENS

A CESSIONÁRIA, recebe os bem em estado de novo, em perfeito estado de funcionamento, sem qualquer defeito, ficando responsável civil e criminalmente, pelo uso do bem ora cedido, isentando o CEDENTE de todas as responsabilidades, materiais e imateriais dispostas nos artigos 186, 403 e 927 e seguintes do Código Civil, artigo 5º incisos V e X da Magna Carta de 1988, sendo o presente Termo firmado na forma do artigo 104 do Código Civil Brasileiro.

VI - DISPOSIÇÕES GERAIS

Os equipamentos retornarão automaticamente para o CEDENTE, se não forem cumpridas as cláusulas aqui pactuadas. A CESSIONÁRIA não poderá, em hipótese alguma, vender os referidos equipamentos nem desvirtuar o objeto do presente Termo, podendo a mesma dispor da melhor forma que entender necessária, respeitadas as disposições pertinentes contidas no artigo 17 da Lei n. 8.666/93, com suas alterações posteriores.

VI- DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval D' Oeste - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente Termo com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de pleno acordo, as partes subscritoras do presente Termo obrigam-se ao seu total e irrenunciável cumprimento, o qual lido e achado conforme, e lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, vão assinadas pelos partícipes, e pelas 2 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, para publicação e execução.

Herval d' Oeste, 18 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

CEDENTE

ASSOCIAÇÃO HERVALENSE DOS PRODUTORES DE ALFAFA - AHPA

Presidente

CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME: _____
CPF: _____ CPF: _____

Ibiam

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 1660906

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

LICITAÇÃO N. 031/2012 – TOMADA DE PREÇOS N. 006/2012.
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2012.

OBJETO DO CONTRATO: CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NA AVENIDA 20 DE JULHO, CONTRATO DE REPASSE 3728914-02/2011 – MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA – RECURSOS FEDERAIS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM/SC CNPJ 01.612.745/0001-74, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL SR. IVANIR ZANIN.

CONTRATADA: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA ME, CNPJ Nº.05.140.822/0001-91.

Por meio deste instrumento o Município de Ibiam SC vem formalmente rescindir o contrato administrativo 056/2012 e seu termo aditivo 001/2017, firmados com a Empresa Construtora José Reinaldo Me com Sede na Cidade de Fraiburgo SC, uma vez que não cumpriu as obrigações contraídas através do contrato firmado entre as partes com relação ao convênio número 766599/2011, processo número 372914-02/2011, consiste na Pavimentação de Passeios na Avenida Vinte de Julho.

Consoante cláusula segunda do contrato firmado, a contratada deveria executar a obra dentro do cronograma físico financeiro, cujo prazo não foi respeitado, ocorrendo assim o abandono da obra .

Entretanto, não obstante o tempo transcorrido, a obra não fora executada/concluída.

Assim, tendo sido esgotadas todas as possibilidades de resolução amigável da situação, e não tendo a contratada cumprido com o contrato, estando, portanto, inadimplente, a RESCISÃO UNILATERAL do contrato é medida que se impõe, forte no art. 79, inciso I, c/c art. 78, I, da Lei nº 8.666/1993.

Diante do exposto, o contrato fica rescindido unilateralmente pela Administração Pública, condenando à contratada inadimplente às sanções previstas na cláusula sétima do contrato, sem prejuízo de ação civil reparatória.

Ante o exposto, DECLARO rescindido o contrato administrativo 056/2012 e seu termo aditivo 001/2017, DECLARO ainda a empresa CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA ME, CNPJ Nº.05.140.822/0001-91, em situação de inadimplência referente Contrato administrativo 056/2012 e seu termo aditivo 001/2017, convênio CEF número 766599/2011, processo número 372914-02/2011.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Centro Administrativo de Ibiam – SC, 06 de junho de 2018.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Ibicaré

PREFEITURA

LEI Nº 1921-2018

Publicação Nº 1660970

LEI Nº 1.921, de 20 de junho de 2018.

“DISPÕE SOBRE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA”

O Prefeito Municipal de Ibicaré-SC:

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina-CBMSC, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, situado à Rua Almirante Lamego, 381, centro, Florianópolis-SC, para a execução dos serviços de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens e atendimento pré-hospitalar no município de Ibicaré.

Art. 2º. As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento em vigor.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0006.2.082 – Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, aos 20 de junho de 2018.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 004/2018

Publicação Nº 1660976

PORTARIA Nº 004/2018 de 07 de junho de 2018

Concede licença maternidade a servidor conforme especifica

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ibicaré - SC

No uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Legislação em vigor, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º. Concede Licença Maternidade ao servidor ADRIANA KLEIN, brasileira, solteira, nascida aos 04 dias do mês de novembro do ano de 1.991, portadora do CPF nº 068.444.599-98, identidade nº 5.708.877, do cargo efetivo de Agente de Copa e Serviços Gerais, nível CP-3 desta Câmara de Vereadores conforme inciso V, Art. 7º da Resolução nº 001/2016 e com base no resultado do concurso público nº 001/2016. Parágrafo único. A Licença de que trata o caput deste artigo, será pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a contar de 07 de junho de 2018 a 07 de dezembro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ibicaré, em 19 de março de 2018.

Adriano Sartori

PRESIDENTE

Ibirama

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2018 - E R R A T A N.º 01

Publicação Nº 1661839

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2018 - E R R A T A N.º 01

O Município de Ibirama – Santa Catarina, informa que será alterado / prorrogado o prazo do Edital de Pregão Presencial que tem a finalidade de selecionar propostas objetivando a aquisição de equipamentos eletrônicos e mobiliário para o município de Ibirama, alterando-se as especificações constantes do Anexo I e reabrindo-se o prazo para apresentação de propostas. Recebimento das Propostas: até às 09:00h do dia 04/07/2018. Início da Sessão: às 09:15h do dia 04/07/2018, O Edital completo, com as alterações poderá, ser obtido pelos interessados no site www.ibirama.sc.gov.br/licitacoes e as dúvidas sobre a presente licitação poderão ser esclarecidas pelo fone/fax: (47) 3357-8523, e-mail: compras@ibirama.sc.gov.br ou no endereço supra citado, no horário comercial Ibirama - SC, 21 de junho de 2018 - Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 004-2018 - PROJETO DA NOVA ETA

Publicação Nº 1660952

PROCESSO Nº. 239/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2018

ÁGUAS DE ILHOTA

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
------	----------------------

OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DUAS NOVAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA, E UMA CAPTAÇÃO.
--------	---

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 10/07/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 10/07/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.

MAIORES INFORMAÇÕES:O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08:00 às 12:00 das 13:00 às 17:00.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 19 de Junho de 2018.

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 018/2018

Publicação Nº 1660994

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 018/2018

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial - Registro de Preços para aquisição de fraldas geriátrica e infantil. Entrega dos envelopes: até às 07h45min do dia 05/07/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 08h do dia 05/07/2018 no Setor de Licitação. Licitação exclusiva ME/EPP para os itens até 80 mil. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213 ou através do email licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 21 de junho de 2018.

Rui José Candemil Junior

Prefeito de Imaruí

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 019/2018

Publicação Nº 1660988

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 019/2018

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial para contratação de empresa para locação e manutenção de máquinas copiadoras e impressoras, com fornecimento de suprimentos e peças. Entrega dos envelopes: até às 11 h do dia 05/07/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 11h15min do dia 05/07/2018 no Setor de Licitação. Licitação exclusiva ME/EPP para os itens até 80 mil. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213 ou através do email licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 21 de junho de 2018.

Rui José Candemil Junior

Prefeito de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 65/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018 (PMI - SEDUCE)

Publicação Nº 1659952

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEDUCE

PROCESSO Nº 65/2018

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente de Comissão de Licitação – CPL e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 09 de Julho de 2018, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/ 93 e suas alterações, e na Lei nº pela Lei complementar nº 123/2006, e suas alterações, para a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE CORAÇÃO DE MÃE LOCALIZADA NO BAIRRO DE IBIRAQUERA - IMBITUBA/SC”.

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 22 de junho de 2018

Filipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2018-ALTERAÇÃO

Publicação Nº 1661227

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 060/2018
Edital de Pregão Presencial nº 030/2018-10430
Registro de Preços

Alteração do edital e data de entrega e abertura

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha.

Entrega dos envelopes: 06/07/2018 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 06/07/2018 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2018-ERRATA

Publicação Nº 1661228

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 076/2018
Edital de Pregão Presencial nº 037/2018-10430

Errata do objeto do edital.

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de dois caminhão truck tanque tipo pipa, dois caminhões caçamba e uma escavadeira hidráulica.

Entrega dos envelopes: 03/07/2018 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 03/07/2018 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 30/2018

Publicação Nº 1661920

Portaria Nº 30/18

Estabelece horário de expediente do Poder Legislativo Indaialense durante a Copa do Mundo 2018.

Osvaldo Metzner, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso II, do artigo 36, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo 2018, o expediente na Câmara Municipal de Indaial será:

I- Das 08:30h às 14:30h e das 17:30h às 20:30h nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado às 15:00h;

II- Das 08:30h às 10:30h e das 13:30h às 20:30h nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado às 11:00h; e

III- Das 12:00h às 20:30h nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado às 9h00h.

Art. 2º Os servidores dispensados durante o horário dos jogos, terão que compensar as horas paradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 21 de Junho de 2018.

Osvaldo Metzner	
Presidente da Mesa	
Valentim Blasius	Antônio Carlos Fink

Vice-Presidente	1º Secretário
Diego Pandini	
2º Secretário	

Iporã do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 104/2018

Publicação N° 1661911

Processo Administrativo N° 104/2018
Pregão Presencial N° 045/2018
Sistema de Registro de Preços

O Município de Iporã do Oeste – SC, torna pública a realização de Procedimento Licitatório, Modalidade: Pregão Presencial, tipo menor preço por item, sistema de registro de preços, com abertura prevista para o dia 05.07.2018, a partir das 08:00 horas, tendo como objetivo a Seleção e Futura contratação empresa especializada na prestação de serviços de arbitragens para competições em diversas modalidades esportivas a serem promovidas pelo Município de Iporã do Oeste, conforme quadro de quantitativos e qualitativos descritos no termo de referencia no ANEXO I do presente Edital.

A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 7:45h às 11:45h e das 13:15h às 17:15h, ou pelo Fone: (049) 3634-1210 ou no site www.ipora.sc.gov.br.

Iporã do Oeste - SC, 21 de junho de 2018.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO 105/2018

Publicação N° 1661918

Processo Administrativo N° 105/2018
Pregão Presencial N° 046/2018
Sistema de Registro de Preços

O Município de Iporã do Oeste – SC, torna pública a realização de Procedimento Licitatório, Modalidade: Pregão Presencial, tipo menor preço por item, sistema de registro de preços, com abertura prevista para o dia 05.07.2018, a partir das 13:30 horas, tendo como objetivo a Seleção e Futura contratação de empresa para fornecimento de Trofeus e Medalhas destinados a premiação esportivas em competições realizadas pelo Município de Iporã do Oeste, conforme quadro de quantitativos e qualitativos descritos no termo de referencia no ANEXO I do presente Edital.

A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 7:45h às 11:45h e das 13:15h às 17:15h, ou pelo Fone: (049) 3634-1210 ou no site www.ipora.sc.gov.br.

Iporã do Oeste - SC, 21 de junho de 2018.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 53, PP 24-FRALDAS DESCARTÁVEIS/PM

Publicação Nº 1660773

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO 53/2018

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2018, do PROCESSO Nº 53/2018, homologado aos 20 de junho de 2018, cujo objeto é: aquisição de fraldas descartáveis infantil e geriátricas adulto, com entrega parcelada destinado a Secretaria de Assistência Social, e demais órgãos da Administração Pública, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018.53.7789
de 21 de junho de 2018

FORNECEDOR: IPUFARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA, situada na RUA DOM PEDRO II, 270 SALA 02, Município de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ sob n. 04.685.834/0001-39 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.292.437, representado pelo Senhor JOÃO VICTOR CANTON, CPF:005.370.489-44.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	Fraldas descartável infantil- TAM. M- pct com 64 unidades	PCT	120,00	PITTY BABY	26,75	3.210,00
4	Fraldas descartável infantil- TAM. G- pct com 56 unidades	PCT	120,00	PITTY BABY	26,75	3.210,00
5	Fraldas descartável infantil- TAM. XG- pct com 48 unidades	PCT	100,00	PITTY BABY	26,75	2.675,00
Valor Total Registrado					9.095,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2018.53.8924
de 21 de junho de 2018

FORNECEDOR: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, situada na RUA SILVINO CIARINI Nº 530 A, MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 11.499.653/0001-83 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 256.024.600, representado pelo Senhor KLEBER LUIZ LIBANO, CPF:848.629.399-53.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Fraldas descartável infantil- recen-nascido pct 18 unidades	PCT	60,00	ANJINHO CON-FORT	12,25	735,00
2	Fraldas descartável infantil- TAM. P- pct com 50 unidades	PCT	100,00	ANJINHO CON-FORT	25,00	2.500,00
6	Fralda geriátrica descartável, para uso adulto, formato anatômico com barreiras protetoras, camada interna de não tecido de fibras, polipropileno com alo e vera, camada extra de polietileno, fibras de celulose polímero, super absorvente (Dry Gel), fio de elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação. Pacote com 7 fraldas, cintura 110x165cm, acima de 90kg, tamanho EG.	PCT	150,00	SEVEN	10,49	1.573,50
7	Fralda geriátrica descartável, para uso adulto, formato anatômico com barreiras protetoras, camada interna de não tecido de fibras, polipropileno com alo e vera, camada extra de polietileno, fibras de celulose polímero, super absorvente (Dry Gel), fio de elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação. Pacote com 8 fraldas, cintura 110x165cm, de 70 a 80kgkg, tamanho G.	PCT	150,00	SEVEN	11,90	1.785,00
8	Fralda geriátrica descartável adulto tamanho M. pacote com 08 unidade, para uso adulto, formato anatômico com barreiras protetoras, camada interna de não tecido de fibras, polipropileno com alo e vera, camada extra de polietileno, fibras de celulose polímero, super absorvente (Dry Gel), fio de elastano, adesivo termoplástico e fitas adesivas para fixação cintura 110x165cm, de 40 a 70kgkg, tamanho G.	PCT	150,00	SEVEN	10,49	1.573,50
Valor Total Registrado					8.167,00	

Os extratos das atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº. 340/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1660902

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MEMBRO DO MAGISTERIO PÚBLICO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

CONTRATA

GIOVAN SANGALETTI, sob a Matrícula 2897-5, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 6160899 e do CPF 082.274.869-08, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 40 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: 20 horas no NEM João Canton e 20 horas no NEM Claudino Locatelli, pelo período de 18/06/2018 até retorno da titular Monica Teles dos Santos Regert .

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/06/2018.

Ipumirim - SC, 18 de junho de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski Schneider

Auxiliar Administrativo

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA N° 122/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação N° 1660968

PORTARIA N° 122/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar n° 42/2009 de 14 de Julho de 2009, Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1° - CONTRATAR em Caráter Temporário (ACT), A Sra, MARLEI RAUBER, para atuar como AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais e com vencimentos constantes no Plano de Cargos e Salários anexo à Lei Complementar Municipal 085/2018 de 19 de Junho de 2018 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais, A PARTIR DE DESTA DATA, em virtude da licença tratamento de saúde, a Sra MARIA ROSA BAIERLE FERRI, funcionaria efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40hs, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2° - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 21 de Junho de 2018.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 019/2018 - FMS

Publicação N° 1661908

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

Credenciamento n° 003/2018 – FMS

Processo Licitatório n° 018/2018 – FMS

Inexigibilidade de Licitação n° 006/2018 – FMS

Contrato Administrativo n° 019/2018 – FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI

Contratada: HOSPITAL SÃO JORGE LTDA – ME, CNPJ: 80.104.284/0001-03.

Objeto: Credenciamento de empresa prestadora de serviços especializados para a realização de procedimentos cirúrgicos diversos, em regime de internação hospitalar especificados no Anexo II do Edital que a este dá causa, para atendimento a população do Município.

Valor estimado: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Vigência: 22/06/2018 a 31/12/2018.

Irineópolis

PREFEITURA

LEI Nº. 1.992/2018

Publicação Nº 1661013

LEI Nº 1.992/2018.

“DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PARTICULAR PELOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, NO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES FUNCIONAIS, DISCIPLINA O RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM COMBUSTÍVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PERREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º- Esta Lei dispõe sobre o ressarcimento de despesas com a utilização de veículo particular no âmbito do Poder Executivo Municipal de Irineópolis SC.

Art. 2º - Os agentes políticos do Poder Executivo Municipal de Irineópolis, quando se deslocarem da sede do Município a serviço ou para participar de cursos, palestras, congressos, seminários e outros eventos de interesse do Município, com veículos de sua propriedade, poderão requerer ressarcimento das despesas com combustível.

Parágrafo único - A inscrição do veículo particular na Secretaria de Administração da Prefeitura deverá preceder sua utilização em viagens a serviço.

Art. 3º - A solicitação de inscrição, de iniciativa do interessado, será dirigida à Secretaria Municipal de Administração, devendo vir instruída com:

I - fotocópia do certificado de registro e licenciamento do veículo de sua propriedade;

II - declaração isentando o Município de Irineópolis de qualquer responsabilidade civil pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados aos veículos ou terceiros, em razão de sua utilização nos termos desta Lei, conforme modelo constante no Anexo I.

Art. 4º- Para obter o ressarcimento das importâncias dispendidas com combustível deverá o requerente:

I - preencher o formulário instituído pelo Anexo II, enviando-o à Secretaria Municipal de Administração, dele constando as localidades abrangidas, veículo utilizado e o objetivo da viagem e quilometragem percorrida.

Art. 5º - O envio do formulário à Secretaria Municipal de Administração deverá acontecer até o dia 30 do mês de ocorrência do evento, exceto se este acontecer após essa data, sendo que, referidas despesas, serão ressarcidas no mês seguinte.

Art. 6º - O ressarcimento a que se refere esta Lei será efetuado tomando-se por base a média do preço do litro da gasolina comum licitada e adquirida pelo Município de Irineópolis, vigente na data da viagem, à razão de 1/5 (um quinto) do preço do litro do combustível por quilômetro rodado.

Parágrafo único - Para calcular a quilometragem percorrida utilizar-se-á o mapa do Estado de Santa Catarina editado pelo DEINFRA ou pelo DNIT e, fora do Estado o mapa do Departamento de Estradas de Rodagem ou do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e será considerada a distância entre a cidade de Irineópolis e a cidade ou localidade de destino.

Art. 7º - Somente fará jus ao ressarcimento de despesas com utilização de veículo próprio, o detentor de cargo de agente político que estiver no efetivo desempenho das atribuições do cargo, vedado o cômputo das ausências e afastamentos, ainda que considerados em lei como de efetivo exercício.

Art. 8º - É vedada a incorporação dos valores a que se refere esta Lei aos vencimentos, remuneração, provento ou pensão e a caracterização como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

Art. 9º - O ato de concessão praticado em desacordo com o disposto nesta Lei deverá ser declarado nulo e a autoridade que tiver ciência da irregularidade deverá apurar, de imediato, responsabilidades por intermédio de processo administrativo disciplinar, com vistas à aplicação da penalidade administrativa correspondente e à reposição ao erário dos valores percebidos indevidamente, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 10 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis – SC, 18 de Junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I
(Lei nº 1.992/2018, de 18 de Junho de 2018).
EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DE IRINEÓPOLIS – SC.
R E Q U E R I M E N T O
_____, vem requerer a inscrição do veículo
(nome, cargo)
_____, licenciado no município de
(marca, tipo, ano e placa)
_____, de sua exclusiva propriedade, o qual será utilizado pelo signatário nas viagens a serviço da Administração Pública Municipal.
O referido veículo encontra-se em perfeitas condições de trafegabilidade. Anexo cópia do respectivo certificado de propriedade.
Por outro lado o requerente isenta o Município de Irineópolis da responsabilidade civil decorrente do uso do citado veículo, tais como desgaste, multas e danos causados aos veículos ou terceiros.
Termos em que,
Pede deferimento.

(local e data)

(assinatura)

ANEXO II - Lei nº 1.992/2018, de 18 de Junho de 2018.

PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE COMBUSTÍVEL

Nome:

1. Objetivo:			
Origem:			
Destino:			
Saída dia:	Retorno dia:	Quilômetros percorridos:	
Veículo/Placa:			

Justificativa para o deslocamento com veículo particular:

<input type="checkbox"/> Urgência do Deslocamento <input type="checkbox"/> Economicidade <input type="checkbox"/> Conveniência <input type="checkbox"/> Falta de outro meio de Transporte <input type="checkbox"/> Inadiabilidade			
2. Objetivo:			
Objetivo:			
Origem:			
Destino:			
Saída dia:	Retorno dia:	Quilômetros percorridos:	
Veículo/Placa:			

Justificativa para o deslocamento com veículo particular:

<input type="checkbox"/> Urgência do Deslocamento <input type="checkbox"/> Economicidade <input type="checkbox"/> Conveniência <input type="checkbox"/> Falta de outro meio de Transporte <input type="checkbox"/> Inadiabilidade			
3. Objetivo:			
Objetivo:			
Origem:			
Destino:			
Saída dia:	Retorno dia:	Quilômetros percorridos:	
Veículo/Placa:			

Termos em que,
Pede deferimento. _____
(Local e data)

(Assinatura).

PORTARIA Nº 201/2018

Publicação Nº 1661040

PORTARIA Nº 201/2018.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA EFETIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Alterar em caráter temporário, a carga horária de trabalho da professora efetiva DANICE DOS SANTOS, passando de 20 para 40 horas semanais, cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei equivalente ao nível 1-A da Tabela I do Anexo I - Vencimentos dos Profissionais em Educação do Município de Irineópolis, constante da LC 056/2012, de 08/02/2012, proporcionalmente às horas/aula ministradas.

Art 2nd - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade para o período de 18/06/2018 a 31/08/2018, para atuar no NE Presidente Adolfo Konder, com a disciplina de Artes, enquanto decorrem os procedimentos finais para homologação do Concurso Público realizado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

HOSPITAL Bom Jesus**RESOLUÇÃO 026/2018**

Publicação Nº 1661587

RESOLUÇÃO NR. 026/2018

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30.12.1997,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder férias regulamentares a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Periodo de Férias
Cristiane Kruger	Enfermeira	22.06.2018 a 21.07.2018

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 20 de junho de 2018.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente.

Itá

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2018 SOLICITAÇÃO Nº 020/2018

Publicação Nº 1661058

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2018

SOLICITAÇÃO Nº 020/2018

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Contratada: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 61.198.164/0001-60, com sede na Av. Rio Branco, 1489, Rua Guaianases – CEP: 01.205-001, BAIRRO: CAMPOS ELISEOS, São Paulo - SP.

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação refere-se à contratação do seguro total do automóvel passeio motor 1.6 cl modelo VW Voyage, ano 2009, modelo 2010, chassi 9BWDB05U0AT038289, cor preta, placa MGH 2555, com vigência de 09/07/2018 a 09/07/2019 de propriedade do Poder Legislativo Municipal de Itá-SC, de acordo com as especificações na lista abaixo:

Quantidade	Especificação	Preço unitário	Preço total
01	Contratação do seguro total do automóvel passeio motor 1.6 cl modelo VW Voyage, ano 2009, modelo 2010, chassi 9BWDB05U0AT038289, cor preta, placa MGH 2555, com vigência de 09/07/2018 a 09/07/2019 de propriedade do Poder Legislativo Municipal de Itá-SC	1.807,71	1.807,71
VALOR GLOBAL: 1.807,71 (Hum mil oitocentos e sete reais e setenta e um centavos)			

Forma de Pagamento: TED (Transferência Eletrônica Disponível) com emissão de Boleto Bancário.

Itá, SC, 21 de Junho de 2018.

MARIO GABRIEL

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

PORTARIA Nº 014/ 2018 DISPÕE SOBRE HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018.

Publicação Nº 1661728

PORTARIANº 014/ 2018

DISPÕE SOBRE HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018.

O presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, baixa a seguinte PORTARIA :

Art. 1º. O horário de expediente na Câmara Municipal de Itá, durante a Copa do Mundo de 2018, excepcionalmente, será:

I - das 7h00min às 13h00min nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 15h00min;

II - das 07h45min às 10h45min e das 13h30min às 18:30min nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 11h00min; e

III - das 12h00min às 18h00min, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 9h00min.

§ 1º Os servidores que, por qualquer motivo, estejam impedidos de cumprir os horários excepcionais fixados nos incisos do caput deste artigo deverão observar o expediente normal.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itá, SC, 21 de junho de 2018.

Mário Gabriel

Presidente da Câmara de Vereadores de Itá

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2018

Publicação Nº 1661639

Pregão Presencial nº 38/2018 – Objeto: contratação de empresa para locação de Sistema de Gestão da Educação. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 12 de julho de 2018, até as 09h20. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 12 de julho de 2018, as 09h30. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 21 de junho de 2018. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PR 13/2018

Publicação Nº 1660989

Pregão Presencial nº 13/2018; Objeto: Registro de Preços para contratação de veículo para viagem com trajeto de Itaiópolis com saída da Secretaria Municipal da Saúde com destino a Campo Alegre/SC e retorno após o atendimento de todos os pacientes transportados para exames ou consultas. Lotação mínima de 48 (quarenta e oito) passageiros. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 05 de julho de 2018; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 05 de julho de 2018. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioptolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 21 de junho de 2018. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2018

Publicação Nº 1661116

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 131/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE MAQUINAS PESADAS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 04/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 21 de junho de 2018.

Paulo José Theobald

Secretaria de Transportes e Obras

DECRETO Nº 105, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661634

DECRETO Nº 105, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.115, de 28 de novembro de 2017: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde exercício de 2018, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1088 - Alienação de Bens - Fundo de Saúde, no valor de R\$ 8.921,00 (oito mil novecentos e vinte e um reais):

90.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0101.1081 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.1088 – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.921,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 19 de junho de 2018.

Itapiranga, SC, 19 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 106, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661972

DECRETO Nº 106, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

DECRETA DE UTILIDADE PÚBLICA DE BEM IMÓVEL PARA DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso XIII, do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 5º, alínea "g" e "h" e art. 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941; mais o previsto no § 3º do artigo 1.228, combinado ainda com o inciso V do artigo 1275, estes da Lei Federal nº 10.406, de 10.01.2002, que institui o Código Civil; ainda o disciplinado no inciso I, item 34, do artigo 167 da Lei Federal nº 6.216, de 30 de junho de 1974 e de acordo com a Lei Municipal nº 3.154, de 15 de junho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por ser necessário para o acesso, construção e manutenção de uma caixa de água, a parte ideal de 750,0 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), parte de um todo maior correspondendo ao lote rural na Linha Santa Isabel, situado no município de Itapiranga, SC, com área de 41.953,00 m² (quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e três metros quadrados), sem benfeitorias, oriundo da matrícula nº 16.082, de propriedade de Elmo Franzen e esposa, com as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro partindo do PT01, deste segue ao SUDOESTE, confrontando com a propriedade de Marlene Epping Ripplinger e outros, denominado Lote Rural nº 31-A, registrado na Matrícula nº 16.081, com azimute de 163°48'02" por uma distância de 49,39 metros, até o ponto PT02, deste segue ao NOROESTE, confrontando com a propriedade de Marlene Epping Ripplinger e outros, denominado Lote Rural nº 31-A, registrado na Matrícula nº 16.081, com azimute de 242°25'11" por uma distância de 14,54 metros, até o ponto PT03, deste segue novamente ao SUDOESTE, confrontando com a propriedade de Marlene Epping Ripplinger e outros, denominado Lote Rural nº 31-A, registrado na Matrícula nº 16.081, com azimute de 167°17'21" por uma distância de 92,81 metros, até o ponto PT04, deste segue ao SUDESTE, confrontando com a propriedade de Janete Maria Ruschel Sehn, denominado Lote Rural nº 32-C, registrado na Matrícula nº 15.562, com azimute de 62°16'26" por uma distância de 47,01 metros, até o ponto PT05, deste segue pela terceira vez ao SUDOESTE confrontando com a propriedade de Janete Maria Ruschel Sehn, denominado Lote Rural nº 32-C, registrado na Matrícula nº 15.562, com azimute de 153°28'03" por uma distância de 23,81 metros, até o ponto PT06, deste segue com azimute de 150°22'05" por uma distância de 43,61 metros, até o ponto PT07, deste segue ao SUDESTE, confrontando com a propriedade de Alcides Strack, denominado Parte do Lote Rural nº 32 registrado na Matrícula nº 6.642, com azimute de 60°20'24" por uma distância de 74,37 metros, até o ponto PT08, deste segue pela quarta vez ao SUDOESTE, confrontando com a propriedade de Alcides Strack, denominado Parte do Lote Rural nº 32 registrado na Matrícula nº 6.642, com azimute de 151°22'04" por uma distância de 167,69 metros, até o ponto PT09, deste segue pela terceira vez ao SUDESTE, confrontando

com a propriedade de Salésio Miguel Oechsler e outros, denominado Parte do Lote Rural nº 80 e nº 81, registrado na Matrícula nº 15.262, com azimute de 44°04'36" por uma distância de 72,10 metros, até o ponto PT10, deste segue ao NORDESTE, confrontando com a propriedade de Enio Heck, denominado Parte do Lote Rural nº 32 e nº 81, registrado na Matrícula nº 9.609, com azimute de 333°32'08" por uma distância de 263,58 metros, até o ponto PT11, deste segue ao NORTE, confrontando com a propriedade de Enio Heck, denominado Parte do Lote Rural nº 32 e nº 81, registrado na Matrícula nº 9.609, com azimute de 252°24'16" por uma distância de 22,41 metros, até o ponto PT12, deste segue ao NORDESTE, confrontando com a propriedade de Enio Heck, denominado Parte do Lote Rural nº 32 e nº 81, registrado na Matrícula nº 9.609, com azimute de 336°38'32" por uma distância de 49,25 metros, até o ponto PT13, deste segue ao NORTE, confrontando com a Faixa de Domínio da SC 163, denominado Parte do Lote Rural nº 32, de propriedade de Departamento Estadual de Infra Estrutura - DEINFRA, registrado na Matrícula nº 2.136, por linha sinuosa em uma distância de 136,28 metros, até o ponto PT01.

Art. 2º: A área desapropriada terá as seguintes especificações e confrontações: Lote Rural nº 32-B, da Linha Santa Isabel, situado no município de Itapiranga, SC, perfazendo uma área total de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: Inicia-se a descrição deste perímetro partindo do PT14, deste segue ao NOROESTE, confrontando com a propriedade de Elmo Franzen, denominado Lote Rural nº 32-A, oriundo da Matrícula nº 16.082, com azimute de 64°46'03" por uma distância de 15,00 metros, até o ponto PT15, deste segue ao NORDESTE, confrontando com a propriedade de Elmo Franzen, denominado Lote Rural nº 32-A, oriundo da Matrícula nº 16.082, com azimute de 154°46'03" por uma distância de 20,00 metros, até o ponto PT16, deste segue ao SUDESTE/SUL, por uma linha sinuosa, em 120,00 metros com o Lote Rural nº 32-A, de propriedade de Elmo Franzen, oriundo da Matrícula nº 16.082, ao SUDOESTE, em 4,00 metros, com a estrada municipal localizada no Lote Rural nº 32-A, de propriedade de Elmo Franzen, oriundo da Matrícula nº 16.082, ao NORTE/NOROESTE, por uma linha sinuosa, em 109,50 metros com o Lote Rural nº 32-A, de propriedade de Elmo Franzen, oriundo da Matrícula nº 16.082 até o ponto PT17, deste segue ao SUDESTE, confrontando com a propriedade de Elmo Franzen, denominado Lote Rural nº 32-A, oriundo da Matrícula nº 16.082, com azimute de 244°46'03" por uma distância de 11,00 metros, até o PT18; deste segue ao SUDOESTE, confrontando com a propriedade de Elmo Franzen, denominado Lote Rural nº 32-A, oriundo da Matrícula nº 16.082, com azimute de 334°46'03" por uma distância de 20,00 metros até o PT14, conforme mapa anexo único deste Decreto, que destinar-se-á para a construção de uma caixa de reservação de água e servidão de acesso.

Art. 3º: A área remanescente do Lote Rural nº 32-A, na Linha Santa Isabel, situado no município de Itapiranga, SC, de 41.203,00 m² (quarenta e um mil, duzentos e três metros quadrados), sem benfeitorias, oriundo da matrícula nº 16.082, de propriedade de Elmo Franzen e esposa, tem as seguintes especificações e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro partindo do PT01, deste segue ao SUDOESTE, confrontando com a propriedade de Marlene Epping Ripplinger e outros, denominado Lote Rural nº 31-A, registrado na Matrícula nº 16.081, com azimute de 163°48'02" por uma distância de 49,39 metros, até o ponto PT02, deste segue ao NOROESTE, confrontando com a propriedade de Marlene Epping Ripplinger e outros, denominado Lote Rural nº 31-A, registrado na Matrícula nº 16.081, com azimute de 242°25'11" por uma distância de 14,54 metros, até o ponto PT03, deste segue novamente ao SUDOESTE, confrontando com a propriedade de Marlene Epping Ripplinger e outros, denominado Lote Rural nº 31-A, registrado na Matrícula nº 16.081, com azimute de 167°17'21" por uma distância de 92,81 metros, até o ponto PT04, deste segue ao SUDESTE, confrontando com a propriedade de Janete Maria Ruschel Sehn, denominado Lote Rural nº 32-C, registrado na Matrícula nº 15.562,

com azimute de 62°16'26" por uma distância de 47,01 metros, até o ponto PT05, deste segue pela terceira vez ao SUDOESTE confrontando com a propriedade de Janete Maria Ruschel Sehn, denominado Lote Rural nº 32-C, registrado na Matrícula nº 15.562, com azimute de 153°28'03" por uma distância de 23,81 metros, até o ponto PT06, deste segue com azimute de 150°22'05" por uma distância de 43,61 metros, até o ponto PT07, deste segue ao SUDESTE, confrontando com a propriedade de Alcides Strack, denominado Parte do Lote Rural nº 32 registrado na Matrícula nº 6.642, com azimute de 60°20'24" por uma distância de 74,37 metros, até o ponto PT08, deste segue pela quarta vez ao SUDOESTE, confrontando com a propriedade de Alcides Strack, denominado Parte do Lote Rural nº 32 registrado na Matrícula nº 6.642, com azimute de 151°22'04" por uma distância de 167,69 metros, até o ponto PT09, deste segue pela terceira vez ao SUDESTE, confrontando com a propriedade de Salésio Miguel Oechsler e outros, denominado Parte do Lote Rural nº 80 e nº 81, registrado na Matrícula nº 15.262, com azimute de 44°04'36" por uma distância de 72,10 metros, até o ponto PT10, deste segue ao NORDESTE, confrontando com a propriedade de Enio Heck, denominado Parte do Lote Rural nº 32 e nº 81, registrado na Matrícula nº 9.609, com azimute de 333°32'08" por uma distância de 263,58 metros, até o ponto PT11, deste segue ao NORTE, confrontando com a propriedade de Enio Heck, denominado Parte do Lote Rural nº 32 e nº 81, registrado na Matrícula nº 9.609, com azimute de 252°24'16" por uma distância de 22,41 metros, até o ponto PT12, deste segue ao NORDESTE, confrontando com a propriedade de Enio Heck, denominado Parte do Lote Rural nº 32 e nº 81, registrado na Matrícula nº 9.609, com azimute de 336°38'32" por uma distância de 49,25 metros, até o ponto PT13, deste segue ao NORTE, confrontando com a Faixa de Domínio da SC 163, denominado Parte do Lote Rural nº 32, de propriedade de Departamento Estadual de Infra Estrutura - DEINFRA, registrado na Matrícula nº 2.136, por linha sinuosa em uma distância de 136,28 metros, até o ponto PT01.

Parágrafo Único. Em decorrência da desapropriação ora decretada, o Município indenizará o expropriado no valor de R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais), referente a 750,0 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 4º As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação:

03.01 – Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.123.0006.1006 – Aquisição de Imóveis

44.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações diretas

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 101 de 15 de junho de 2018.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 21 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Lauro Schlickmann

Secretario Municipal de Administração.

ANEXO ÚNICO

PORTARIA Nº 120/2018

Publicação Nº 1660801

Portaria nº 120 de 20 de junho de 2018.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Liria da Silva Lauschner matrícula nº 14131/02, a partir do dia 1º/6/2018, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra nesta data.

Itapiranga SC, 12 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 121/2018

Publicação Nº 1660802

Portaria nº 121 de 20 de junho de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 02/2006 e Lei Complementar nº 60/2013;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 20% (vinte por cento) ao servidor Regis Kuermer Bittencourt, matrícula nº 14978/01, para atuar como responsável pelo setor de engenharia, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Itapiranga SC, 20 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 122/2018

Publicação Nº 1660803

Portaria nº 122 de 20 de junho de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e Decreto nº 104/2018 de 19/6/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 20 de junho de 2018, Mauro José

Delavy matrícula nº 10206/01 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe de Emissão, Controle e Registro de Alvarás de Construção com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Escriturário receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Fica revogada a Portaria nº 74 de 9 de janeiro de 2017.

Itapiranga SC, 20 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 123/2018

Publicação Nº 1660804

Portaria nº 123 de 20 de junho de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 02/2006 e Lei Complementar nº 60/2013;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 30% (trinta por cento) ao servidor Maciel Welter, matrícula nº 13160/03, para atuar como responsável pelo sistema de tratamento de resíduos, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº 214 de 2 de agosto de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Itapiranga SC, 20 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 124/2018

Publicação Nº 1660806

Portaria nº 124 de 20 de junho de 2018

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento), ao servidor municipal abaixo relacionado, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

NOME DO SERVIDOR MATRÍCULA CARGO DO SERVIDOR
Paulo Rohr 10137/05 Motorista

Art. 2º - Cessar o pagamento de insalubridade aos servidores municipais abaixo relacionados, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT.

NOME DO SERVIDOR MATRÍCULA CARGO DO SERVIDOR
Volnei Ripplinger 15090/01 Motorista
Aloisio Preis 7195/04 Motorista

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/6/2018.

Itapiranga SC, 20 de junho de 2018.
Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 103/2018

Publicação Nº 1661039

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 103/2018 Licitação: 103/2018 - PR Data da Homologação: 18/06/2018 Fornecedor: 140776 - CB COM. DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME									
1	01-01-79086	BOLA DE FUTSAL OFICIAL 100, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA, TERMOTEC, PU, 8 GOMOS, 50-55 CM DE CIRCUNFERÊNCIA, PESO 300-350 G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	Penalty	UND	24,000	0,0000	91,0000	2.184,00	Vencou
5	01-01-79085	BOLA DE FUTSAL OFICIAL 200, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA, TERMOTEC, PU, 8 GOMOS, 55-59 CM DE CIRCUNFERÊNCIA, PESO 350-380 G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	Penalty	UND	36,000	0,0000	94,0000	3.384,00	Vencou
6	01-01-79087	BOLA DE FUTSAL OFICIAL 50, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA, TERMOTEC, PU, 8 GOMOS, 50-53 CM DE CIRCUNFERÊNCIA, PESO 200-280 G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	Penalty	UND	36,000	0,0000	88,5000	3.186,00	Vencou
12	01-14-01291	BOLA PROFISSIONAL DE HANDEBOL, TAMANHO OFICIAL, APROVADA PELA IHF (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL), CONFECIONADA EM PU ULTRA GRIP, INDICADA PARA USO SEM COLA, MÁXIMA PERFORMANCE, COSTURADA, PU ULTRA GRIP (ACABAMENTO E BASE DE PU, REVESTIMENTO EXTERNO COM PELÍCULA ADERENTE, 32 GOMOS, CIRCUNFERÊNCIA: 58CM - 60CM, PESO: 425G - 475G, CÂMARA AIRBILITY (FEITA COM BORRACHA BUTÍLICA, POSSUI SISTEMA DE BALANCEAMENTO, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA À RETENÇÃO DE AR), VALVULA COMPOSTA DE BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA, MIOLO AUTOLUBRIFICADO, SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E QUE NÃO ENVELHECE. A VEDAÇÃO DEVE SER ALTAMENTE RESISTENTE A DIFERENTES CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E DEFORMAÇÕES MECÂNICAS).	Penalty	UND	16,000	0,0000	128,0000	2.048,00	Vencou

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 103/2018 Licitação: 103/2018 - PR Data da Homologação: 18/06/2018 Fornecedor: 140776 - CB COM. DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME									
15	01-14-01294	BOLA DE BASQUETE DE BORRACHA INFANTIL COM SELO DA CBB, APROPRIADA PARA QUADRAS EXTERNAS, MATRIZADA, CIRCUNFERÊNCIA: 72 - 74 CM - PESO: 450 - 500G - CÂMARA AIRBILITY (FEITA COM BORRACHA BUTÍLICA, POSSUI SISTEMA DE BALANCEAMENTO, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA À RETENÇÃO DE AR, VALVULA COMPOSTA DE BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA, MILO AUTOLUBRIFICADO, REMOVÍVEL E QUE NÃO ENVELHECE, VEDAÇÃO ALTAMENTE RESISTENTE A DIFERENTES CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E DEFORMAÇÕES MECÂNICAS, MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO..	Penalty	UND	40,000	0,0000	39,0000	1,560,00	Venceu
21	01-14-01300	QUADRADO DE AGILIDADE FABRICADO EM FITA CADARÇO 40 MM DE LARGURA, DIMENSÕES 1,35X1,35, ESPAÇAMENTO ENTRE AS FITAS DE 39,66CM.	Lider Fit	UND	2,000	0,0000	93,0000	186,00	Venceu
25	01-14-01304	JOGO DE LOTO, 90 PEDRAS EM MADEIRA, 48 CARTELAS, DE BOA QUALIDADE.	Xalingo	UND	32,000	0,0000	19,0000	608,00	Venceu
					Total do Fornecedor →			13.156,00	
Nr. do Processo: 103/2018 Licitação: 103/2018 - PR Data da Homologação: 18/06/2018 Fornecedor: 141195 - JOLIPA COMERCIO DE CALÇADOS LTDA - ME									
7	01-01-79096	BOLA DE TENIS DE QUADRA, TUBO C/ 3 UNIDADES, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: FELTRO DURO-WEAVE PARA MAIOR RESISTENCIA, APROVADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE TENIS (ITF). PRODUTO NACIONAL.	WILSON	TB	48,000	0,0000	20,6000	988,80	Venceu
					Total do Fornecedor →			988,80	

Página: 3/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 103/2018 Fornecedor: 142045 - FUSAO COM. DE CALÇADOS E ARTIGOS ESP. VEST. LTDA Licitação: 103/2018 - PR Data da Homologação: 18/06/2018									
2	01-01-79081	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO C/C DIGITAL, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COM COSTURA, ULTRA FUSION; PU, 12 GOMOS, CIRCUNFERENCIA 68-70 G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	UND	124,000	0,0000	62,0000	7.688,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>		124,000	7.688,00	
Nr. do Processo: 103/2018 Fornecedor: 142538 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA Licitação: 103/2018 - PR Data da Homologação: 18/06/2018									
23	01-14-01302	TATAME EM EVA, TEXTURA ANTI DERRAPANTE, ATOXICO, IMPERMEAVEL, ENCAIXE PERFEITO, ISOLANTE TERMICO, LEVE E FACIL DE CARREGAR, FACIL HIGIENIZAÇÃO, ALTA DURABILIDADE, DUAS CORES O TATAME, ACOMPANHA 3 BORDAS DE ACABAMENTO. IDEAL PARA: AREAS PARA A PRÁTICA DE ARTES MARCIAIS QUE POSSUEM UMA QUANTIA ELEVADA DE QUEDAS COMO O JIU-JITSU, JUDÔ E MMA, KARATE. EM COR A DEFINIR. MEDIDAS: 1M COMPRIMENTO X 1M LARGURA X 40MM	HAYTI	UND	200,000	0,0000	71,5000	14.300,00	Venceu
24	01-14-01303	COMPOSIÇÃO: ETILENO ACETATO DE VINILA TATAME EM EVA, TEXTURA ANTI DERRAPANTE, ATOXICO, IMPERMEAVEL, ENCAIXE PERFEITO, ISOLANTE TERMICO, LEVE E FACIL DE CARREGAR, FACIL HIGIENIZAÇÃO, ALTA DURABILIDADE, DUAS CORES O TATAME, ACOMPANHA 3 BORDAS DE ACABAMENTO. IDEAL PARA: AREAS PARA A PRÁTICA DE ARTES MARCIAIS QUE POSSUEM UMA QUANTIA ELEVADA DE QUEDAS COMO O JIU-JITSU, JUDÔ E MMA, KARATE. EM COR A DEFINIR. MEDIDAS: 1M COMPRIMENTO X 1M LARGURA X 20MM COMPOSIÇÃO: ETILENO ACETATO DE VINILA	HAYTI	UND	100,000	0,0000	35,0000	3.500,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>		300,000	17.800,00	

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 103/2018 Licitação: 103/2018 - PR Data da Homologação: 18/06/2018

Fornecedor: 144433 - JOSE PAULO BITENCOURT - MIE

8	01-01-79093	BOLA DE VOLEIBOL INFANTIL, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TAMANHO INFANTIL, MATRIZADA, PU, 18 GOMOS, 60-63 CM DE CIRCUNFERÊNCIA, PESO 240-270 G, CAMARA BUTIL, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	UND	36,000	0,0000	90,0000	3.240,00	Venceu
					Total do Fornecedor →			3.240,00	

Nr. do Processo: 103/2018 Licitação: 103/2018 - PR Data da Homologação: 18/06/2018

Fornecedor: 147582 - ASTOR STAUDT

16	01-14-01295	ESCADA DE AGILIDADE DE GRAUS EM POLICARBONATO DURO, FLEXÍVEL, DIMENSÕES APROXIMADAS 4MX50CMX4CM COM 10 DEGRAUS	NEDEL	UND	6,000	0,0000	55,0000	330,00	Venceu
17	01-14-01296	CONE PLÁSTICO DE AGILIDADE EM PVC FLEXÍVEL COM 23 CM DE ALTURA, EM CORES A DEFINIR.	NEDEL	UND	20,000	0,0000	3,9500	79,00	Venceu
18	01-14-01297	DISCO DE EQUILÍBRIO DE PLÁSTICO COM PESO DE 1,1KG, PESO SUPORTADO 120K, DIMENSÕES 41X9X41CM	LIVE UP	UND	4,000	0,0000	65,0000	260,00	Venceu
19	01-14-01298	KIT AGILIDADE, 8 CONES DE 23 CM, COM BARREIRA, BARRA DE 80 CM, EM PVC FLEXÍVEL	NEDEL	UND	4,000	0,0000	70,0000	280,00	Venceu
20	01-14-01299	CONE AGILIDADE CHINES EM PVC, FLEXÍVEL, DIMENSÕES 19,8X15 (LX)CM, CORES A DEFINIR.	NEDEL	UND	48,000	0,0000	2,1000	100,80	Venceu
22	01-14-01301	MINI BARREIRA AJUSTÁVEL COM DIMENSÕES APROXIMADAS, 15 CM DE COMPRIMENTO, 49 CM DE LARGURA E 35 CM DE ALTURA, PVC FLEXÍVEL.	LIVE UP	UND	20,000	0,0000	49,5000	990,00	Venceu
					Total do Fornecedor →			2.039,80	

Nr. do Processo: 103/2018 Licitação: 103/2018 - PR Data da Homologação: 18/06/2018

Fornecedor: 147583 - GABRIELA TORRES RAUBER

3	01-01-79082	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO Nº 04, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COSTURADA A MAO, MICRO POWER, 32 GOMOS, CIRCUNFERÊNCIA 64-66 CM, PESO 360-390 G, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY STORM4	UND	60,000	0,0000	42,5000	2.550,00	Venceu
---	-------------	--	----------------	-----	--------	--------	---------	----------	--------

Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 103/2018 Licitação: 103/2018 - PR Fornecedor: 147583 - GABRIELA TORRES RAUBER Data da Homologação: 18/06/2018									
4	01-01-79083	BOLA DE FUTSAL OFICIAL 1000, COM AS SEGUNTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: BOLA OFICIAL DA SELEÇÃO BRASILEIRA APROVADA PELA FIFA, 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA, TERMOTEC, PU, 11 GOMOS, 61-64 CM DE CIRCUNFERÊNCIA, 410-440 G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY MAX1000	UND	36,000	0,0000	146,5000	5.274,00	Venceu
9	01-01-79092	BOLA DE VOLEIBOL PROFISSIONAL, COM AS SEGUNTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: BOLA PROFISSIONAL DE VOLEIBOL, APROVADA PELA FIVB, MATRIZADA, MICROFIBRADA, 16 GOMOS, 65-67 CM DE CIRCUNFERÊNCIA, PESO 260-280 G, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY 7.0	UND	36,000	0,0000	173,5000	6.246,00	Venceu
10	01-14-01289	BOLA PROFISSIONAL DE HANDEBOL, TAMANHO INFANTIL, APROVADA PELA IHF (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL), CONFECCIONADA EM PU ULTRA GRIP, INDICADA PARA USO SEM COLA, MÁXIMA PERFORMANCE, COSTURADA, PU ULTRA GRIP (ACABAMENTO E BASE DE PU, REVESTIMENTO EXTERNO COM PELÍCULA ADERENTE), 32 GOMOS, CIRCUNFERÊNCIA: 49 - 51 CM, PESO: 230 - 270G, CÂMARA AIRBILITY (FEITA COM BORRACHA BUTÍLICA, COM SISTEMA DE BALANCEAMENTO, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA À RETENÇÃO DE AR), A VALVULA É COMPOSTA DE BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA, MIOLO AUTOLUBRIFICADO, REMOVÍVEL E QUE NÃO ENVELHECE.	PENALTY H1 SUECIA	UND	40,000	0,0000	114,5000	4.580,00	Venceu
11	01-14-01290	BOLA PROFISSIONAL DE HANDEBOL, TAMANHO OFICIAL, APROVADA PELA IHF (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL), CONFECCIONADA EM PU ULTRA GRIP, INDICADA PARA USO SEM COLA, MÁXIMA PERFORMANCE, COSTURADA, PU ULTRA GRIP (ACABAMENTO E BASE DE PU, REVESTIMENTO EXTERNO COM PELÍCULA ADERENTE, O QUE PROPORCIONA MAIOR GRIP NAS MÃOS DAS ATLETAS), 32 GOMOS, CIRCUNFERÊNCIA: 54 - 56 CM, PESO: 325 - 400G, CÂMARA AIRBILITY (FEITA COM BORRACHA BUTÍLICA, POSSUI SISTEMA DE BALANCEAMENTO, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA À RETENÇÃO DE AR, VALVULA COMPOSTA DE BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA, MIOLO AUTOLUBRIFICADO, SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E QUE NÃO ENVELHECE.	PENALTY H2 SUECIA	UND	16,000	0,0000	124,0000	1.984,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Prego Unitário	Prego Total	Situação
Nr. do Processo: 103/2018 Licitação: 103/2018 - PR Data da Homologação: 18/06/2018									
Fornecedor: 147583 - GABRIELA TORRES RAUBER									
13	01-14-01292	BOLA DE BASQUETEBOL OFICIAL, TRAZENDO O SELO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL (CBB) E A APROVAÇÃO DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA). CONFECIONADA EM MICROFIBRA DE PU, COMPOSTA POR MICROFIBRA DE PU, PESO: 600 G - 650, CIRCUNFERÊNCIA: 75 - 78 CM	PENALTY 7.6	UND	16,000	0,0000	192,4000	3.078,40	Venceu
14	01-14-01293	BOLA DE BASQUETEBOL OFICIAL, TRAZENDO O SELO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL (CBB) E A APROVAÇÃO DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA). GÊNERO: FEMININO. COMPOSIÇÃO: MICROFIBRA DE PU, PESO DO PRODUTO: 510 G - 565 G, CIRCUNFERÊNCIA: 72 - 74 CM	PENALTY 6.7	UND	16,000	0,0000	184,6000	2.953,60	Venceu
Total do Fornecedor					220,000			26.666,00	

Itapiranga, 21 de Junho de 2018.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 113/2018

Publicação Nº 1661952

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 113/2018 Licitação: 113/2018 - PR Data da Homologação: 21/06/2018									
Fornecedor: 65986 - MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA									
1	01-14-01541	RETROESCAVADEIRA NOVA ANO/MODELO 2018, FABRICAÇÃO NACIONAL, TRACÇÃO 4X4, MOTOR DIESEL, DA MESMA MARCA DO EQUIPAMENTO, 04 CILINDROS COM POTENCIA MINIMA DE 90HP, TRANSMISSÃO COM 4 MARCHAS A FRENTE E 4 MARCHAS PARA RÉ, EQUIPADA COM CABINE FECHADA COM ESTRUTURA ROPS E FOPS, COM AR CONDICIONADO, CAÇAMBA FRONTAL COM CAPACIDADE MINIMA DE 01 M³ COM DENTES PARAFUSADOS, COM LANÇA E BRACÔ EM PERFIL CURVO OU EM PERFIL RETO, CAÇAMBA TRASEIRA COM DENTES E CAPACIDADE MINIMA DE 0,20M³, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MINIMA DE 4 M, BANCO DO OPERADOR AJUSTAVEL, COM CINTO DE SEGURANÇA E DEMAIS ELEMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO, GARANTIA MINIMA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE 12 (DOZE) MESES SEM LIMITE DE HORAS.	JCB	UND	1,000	0,0000	210.000,0000	210.000,00	Venceu
Total do Fornecedor					1,000			210.000,00	

Itapiranga, 22 de Junho de 2018.

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3649, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661705

DECRETO MUNICIPAL Nº 3649, DE 21 DE JUNHO DE 2018.
Exonera Secretária de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Elisiane de Souza Martins do cargo de Secretária Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor após decorridos 09 (nove) dias de sua publicação oficial.

Itapoá (SC), 21 de junho de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3648, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661683

DECRETO MUNICIPAL Nº 3648, DE 19 DE JUNHO DE 2018.
Estabelece horário de expediente das repartições públicas de Itapoá no dia 22 de junho de 2018 e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art.1º O horário de expediente, nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, em virtude do jogo da Seleção Brasileira pela Copa do Mundo FIFA de 2018, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Fundação ou Autarquia e nas Unidades Básicas de Saúde, no dia 22 de junho 2018, será a partir das 12h00min.

§1º O horário estabelecido no artigo 1º não abrangerá os serviços de Urgência e Emergência da Secretaria da Saúde, e serviços 24h da Secretaria da Saúde e Secretaria de Assistência Social, que atenderão em horário normal de expediente.

§2º Na Rede de Ensino Municipal os alunos serão dispensados no dia 22 de junho de 2018 no período da manhã.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de junho de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2018

Publicação Nº 1661358

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: JULIANA MARTINS 05898007954 ME, com sede à Avenida do Comércio, nº 724, Bairro: Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.418.439/0001-95 e Inscrição Estadual nº 258.301.864, representada neste ato pela sócia, a Sra. JULIANA MARTINS, portadora do CNPJ/MF nº 058.980.079-54 e do CI.RG nº 4301281-SSP/SC. Licitação: PREGÃO Nº 45/2018 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018 – PROCESSO Nº 68/2018.

Objeto: Aquisição e entrega de água mineral de forma parcelada para Secretarias Municipais e Conveniados, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

VALOR R\$: 24.619,00 (vinte e quatro mil seiscentos e dezenove reais)

DATA DA ASSINATURA: 21/06/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 21 de junho de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2018

Publicação Nº 1661361

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ISABELA SCHARF BARACUHY - ME, com sede à Rua Kurt Rantour, nº 201 – sala 05, Bairro: Estreito, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.070-190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.752.976/0001-30 e Inscrição Estadual nº 25.847.391-6, representada neste ato pela procuradora, a Sra. MIRELA REGINA PEREIRA BENSBERG, portadora do CNPJ/MF nº 063.307.139-01 e do CI.RG nº 3.970.436-SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº 45/2018 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018 – PROCESSO Nº 68/2018.

Objeto: Aquisição e entrega de água mineral de forma parcelada para Secretarias Municipais e Conveniados, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

VALOR R\$: 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 21/06/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 21 de junho de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

PORTARIA Nº 3288/2018

Publicação Nº 1661128

PORTARIA MUNICIPAL nº. 3.288/2018
Data: 14 DE JUNHO DE 2018

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO
PADEP Nº 002/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

· Avaliação de Desempenho em Estágio Supervisionado

Resolve:

Art.1º Tornar público a instauração de Processo de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório denominado por este ato PADEP nº.002/2018, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, com objetivo específico de apurar a reprovação em uma das avaliações do Estágio Probatório do(a) Servidor(a) M.B.K matrícula nº.11677589, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

--	--

MONICA SIQUEIRA FRIZZO Presidente
ELIANA NEHRING SILVEIRA BELO Secretária
FLAVIO ELIAS GELAMO CUSTÓDIO Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar a veracidade dos fatos ocorridos na avaliação, apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 14 DE JUNHO DE 2018

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

TERMO ADITIVO Nº 57/2018 - CONTRATO Nº 62/2018 (1º ADITIVO)

Publicação Nº 1661043

TERMO ADITIVO Nº 57/2018 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento, a teor das disposições constantes no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções, de um lado, o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, nº 201, na cidade de Itapoá - SC, representado neste ato pelo Secretário de Meio Ambiente, o Sr. RICARDO RIBEIRO HAPONIUK, brasileiro, solteiro, portador do CNPF/MF nº 038.087.879-88 e CI.RG nº 5.600.400-SSP/SC, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, nº 75, Bairro Cambijú, neste Município, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Librelato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, sala 1205, Bairro Canto, Florianópolis - SC, representado neste ato por seu Diretor Executivo, Sr. ELÓI RÖNNAU, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, ajustam o presente termo que visa aditar a Execução de horas técnicas por profissionais de nível superior do CIMCATARINA para prestação de serviços técnicos ambientais e planejamento urbano no Município de Itapoá, e em conformidade com o processo de licitação tipo Dispensa nº 08/2018 – Processo nº 74/2018, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações e do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS VALORES

Altera cláusula terceira, acrescendo o seguinte item:

3.5. O tempo de descolamento para realização de visitas e/ou serviços in-loco será cobrado o valor correspondente a Hora Técnica de 1 (um) profissional.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Altera cláusula oitava, modificando o subelemento, passando a vigorar:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid	Função	Subfunção	Progr.	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Meio Ambiente	441	20	001	018	541	007	2056	3000000	333933905

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 62/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento do Contrato Administrativo nº 62/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 21 de junho de 2018.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ RICARDO RIBEIRO HAPONIUK SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE	CONTRATADA ELÓI RÖNNAU DIRETOR EXECUTIVO - CIMCATARINA
Fiscal do Contrato: RODRIGO CECHIN Diretor de Meio Ambiente	
Testemunhas: NOME : CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 020/2018 - MÉDICO ESF.

Publicação Nº 1661167

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 020/2018
MÉDICO ESF

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata CAROLINI CRISTINA VALLE para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Diploma;
- Registro no CRM/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;

Itapoá, 21 de junho de 2018.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2018 - PROCESSO SELETIVO Nº 010/2018 - ALUNOS ESTAGIÁRIOS.

Publicação Nº 1661874

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2018
PROCESSO SELETIVO Nº 010/2018
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os candidatos relacionados abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE.

CANDIDATO	NÍVEL	UNIDADE ADMINISTRATIVA
Camila de Oliveira Lopes	Médio	Secretaria de Saúde
Agnes Fagundes Pinheiro da Silva	Médio	Secretaria de Saúde
Eduardo Alexandre Gepfrie S. dos Santos	Médio	Secretaria de Saúde
Eloiza Schreoder Antunes	Médio	Secretaria de Saúde
Indionara Rosa Reinert	Médio	Secretaria de Saúde
Andrean Fagundes Pinheiro da Silva	Médio	Secretaria de Saúde
Glacieine Biscaia	Médio	Secretaria de Saúde
André Luis Erdmann	Médio	Secretaria de Administração
Laudiceia Sutil Moraes de Barros	Superior	Secretaria de Educação

Itapoá, 21 de junho de 2018.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha
Secretária de Administração

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 34/2018

Publicação Nº 1660795

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE REAJUSTE DO CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 36/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.
Processo de Licitação Nº: 56/2017

Contrato Administrativo nº: 34/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: Reajuste de valor do item 1 lote 2 passando de R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) para R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos) ao litro.

Vigência: 30/06/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: ADEMAR SAVOLDI & CIA. LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 85.217.917/0001-03.

Jaborá, SC, 21 de junho de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 076/2018

Publicação Nº 1661637

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À GESTANTE
"JEOVANA MOREIRA LEITE SARTURI"

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma do caput artigo 95, da Lei Complementar Municipal nº 058/01 de 13 de dezembro de 2001, alterado pela Lei Complementar 116/2012, de 26 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Maternidade a servidora JEOVANA MOREIRA LEITE SARTURI, pelo período de 17/06/2018 à 14/10/2018.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/06/2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21/junho/2018.

KLEBER MÉRCIO NORA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 22/junho/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 077/2018

Publicação Nº 1661693

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 077, de 21 de junho de 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias a servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Cleidiane de Oliveira

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21/06/2018.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 22/junho/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 078/2018

Publicação Nº 1661699

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 078, de 21 de junho de 2018.

REVOGA PORTARIA Nº 74/2018 E ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a portaria nº 74/2018 e ALTERAR a lotação da servidora Maria Lourdes Bortoli, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com vencimentos e vantagens previstos em Lei

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21/06/2018.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 22/junho/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018FMS

Publicação Nº 1660971

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Jaborá, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Carlos Gomes, 250, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 04 de julho de 2018, às 09:00 horas, para a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DO SAMU PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2018. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 21 de junho de 2018.
Kleber Mércio Nora
Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 104/2018

Publicação N° 1660980

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Termo de Contrato n° 104/2018

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratada: JR Construções e Terraplenagem Ltda

Objeto: a execução das obras de pavimentação asfáltica e sinalização da Rodovia Berílio Marques (trecho I - Ponte sobre o Rio da Pedra/ Rua Moises Gabriel; trecho II – Rua Abedeno Francisco Gomes (trevo) a Ponte sobre o Rio da Pedra), no município de Jacinto Machado/SC, tudo de conformidade com os projetos básicos executivos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro.

Valor: R\$ 395.928,45 (Trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Vigência: de 18/06/2018 a 18/02/2019.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2018

Publicação Nº 1661935

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2018

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 85/2018, que teve por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de carregamento, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos volumosos (Classe II B) em aterro industrial, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correia de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 11.334/2017. Dando prosseguimento a Pregoeira e sua equipe de apoio registram em Ata, que nenhuma empresa protocolou envelopes para esta licitação, restando desta forma o certame DESERTO. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 21 de junho de 2018.

Rosinei Ap. Gretter Dias
Elian Gustavo Hermes Vareiro
Sidnei Correia de Almeida

AVISO DE LICITAÇÃO - 1ª RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1661057

AVISO DE LICITAÇÃO

1ª RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Processo Licitatório nº 05/2018

Modalidade: Pregão

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO DOCUMENTAL DO INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), COMPREENDENDO ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA.

REGIMENTO: Lei Federal no 10.520/2002 e suas alterações, Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, e Decreto Municipal no 4.698/2002 e suas alterações.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Este edital terá disputa exclusiva entre microempresas e empresas de pequeno porte, atendendo o disposto no inciso I do art. 48 da Lei Federal no 123/2006 e suas alterações.

PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14 horas do dia 06/07/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações do ISSEM, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 623 – sala 05 – Bairro Vila Nova, Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14 horas do mesmo dia e local, na sala de reuniões do ISSEM, conforme data e endereço acima.

RETIRADA DE INFORMAÇÕES: O Edital estará disponível na Internet no endereço www.issem.com.br sem qualquer custo. Informações, dúvidas e esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail compras@issem.com.br, ou por escrito na sede do ISSEM, na Rua Walter Marquardt, nº 623 – sala 05 – Bairro Vila Nova, Jaraguá do Sul – SC.

Jaraguá do Sul, 09 de abril de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente

ISSEM

CONTRATO 156/2018 - 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2013 - TOMADA DE PREÇO Nº 06/2013 - ISSEM

Publicação Nº 1661466

CONTRATO 156/2018

5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2013

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2013

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 38/2013, Tomada de Preço nº 06/2013, para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos especializados de Data Center e Hospedagem de Software na forma de Cloud Computing, em Cloud privada, para hospedagem e acesso aos aplicativos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMASA, que mantém entre si, a empresa OPTIDATA LTDA - EPP e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar o prazo de execução do serviço para mais 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2018, conforme estabelecido no item 7.2.

2) Reajustar em 1,76%, conforme índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE), o valor mensal da prestação do serviço, conforme previsto no item 4.5 do contrato. Desta forma, o valor mensal do serviço de Data Center e Hospedagem de Software será de R\$ 3.127,76 (três mil, cento e vinte e sete reais e setenta e seis centavos).

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Darlan Segalin Sócio Administrador CONTRATADA
--	---

Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA	Alcioneide A. K. Eletutério TESTEMUNHA
--------------------------------------	---

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO NO 141/2018 - 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2013 - TOMADA DE PREÇO Nº 05/2013 - ISSEM

Publicação Nº 1661414

CONTRATO NO 141/2018
5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2013
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2013

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 33/2013, para Licença de Uso de Software para a Gestão da Prestação de Serviços Assistenciais e de Saúde do Fundo Municipal de Assistência e Saúde do Issem, que mantém entre si, o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS e TECNOFLEX SISTEMAS LTDA, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar o prazo de licença de uso de software por mais 12 meses, conforme estabelecido no item 7.4.

2) Reajustar o valor da Licença mensal e da Hora Técnica em + 1,69%, conforme índice INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor – Fundação Getúlio Vargas). Desta forma, o valor mensal da Licença de Uso de Software para a Gestão da Prestação de Serviços Assistenciais e de Saúde do Fundo Municipal de Assistência e Saúde do Issem será de R\$ 4.721,04 (quatro mil, setecentos e vinte e um reais e quatro centavos); e o valor da Hora Técnica de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento será de R\$ 132,98 (cento e trinta e dois reais e noventa e oito centavos).

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Alan Roberto Keil Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA	Alcioneide A. K. Eletutério TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 148/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 91/2015 - ISSEM

Publicação Nº 1661420

CONTRATO Nº 148/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 91/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 91/2015, para o fornecimento de medicamentos, que mantém entre si, a credenciada FARMÁCIA ATIVA LTDA FILIAL, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 07/06/18.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	José Carlos Miranda Filho Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 149/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2015 - ISSEM
Publicação Nº 1661424

CONTRATO Nº 149/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 147/2015, para a prestação de serviços de fisioterapia, que mantém entre si, a credenciada REABILITAR CLÍNICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/07/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Neiva Rejane Zimmermann Sócia Administradora CONTRATADA
Bruna Elisabeth Jensen Zimmermann Sócia Administradora CONTRATADA	Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA
Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA	Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 150/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2015 - ISSEM
Publicação Nº 1661435

CONTRATO Nº 150/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 114/2015, para a prestação de serviços de fisioterapia, que mantém entre si, a credenciada RENASCER CENTRO DE REABILITAÇÃO FISIOTERÁPICA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/06/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Claudia Joana Stinghen Barbosa Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 151/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2015 - ISSEM
Publicação Nº 1661441

CONTRATO Nº 151/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 122/2015, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA FORTKAMP LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 06/06/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Josoe Fortkamp Junior Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 152/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2015 - ISSEM
Publicação Nº 1661443

CONTRATO Nº 152/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 131/2015, para o fornecimento de exames laboratoriais, que mantém entre si, a credenciada LABORATÓRIO CEACLIN – CENTRO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 10/06/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 04 de junho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Paulo Cesar Gimenes Hidalgo Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 153/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2015 - ISSEM
Publicação Nº 1661451

CONTRATO Nº 153/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 148/2015, para a prestação de serviços de fisioterapia, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/07/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 08 de junho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Michelle Biembengut da Silva Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 154/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2015 - ISSEM
Publicação Nº 1661459

CONTRATO Nº 154/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 146/2015, para a prestação de serviços de médicos, que mantém entre si, a credenciada QUALICARDIO CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 06/06/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Paula Fernanda Galastri Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 155/2018 - 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1661462

CONTRATO Nº 155/2018

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2018

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 84/2018, para a confecção e instalação de móveis sob medida para o Issem, que mantém entre si, a RICHESSE MÓVEIS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Alterar o valor total do Contrato para R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais), considerando o acréscimo de R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais) para a adaptação do item IV – Balcão de Recepção – 01 unidade – Hall de Entrada.

2) As despesas resultantes deste Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos	Valor (R\$)
36.01.4.302.4.4.90	Manutenção das Atividades Adm. - FMPS	4.4.90 – aplicações diretas	04	Próprios	R\$ 675,00
36.01.4.302.4.4.90	Manutenção das Atividades Adm. - FMASA	4.4.90 – aplicações diretas	39	Próprios	R\$675,00

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Terezinha Maria Pozoga Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA	Rosana Maria de Souza Rosa TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 157/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2015 - ISSEM

Publicação Nº 1661470

CONTRATO Nº 157/2018

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 163/2015, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CARDIOPRIME CENTRO DE CARDIOLOGIA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 22/07/2018.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Julio Cesar Schulz Diretor Executivo CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO N° 158/2018 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 3º ADITIVO AO CONTRATO N° 157/2015 - ISSEM
Publicação N° 1661474

CONTRATO N° 158/2018
TERMO DE CREDENCIAMENTO – 3º ADITIVO AO CONTRATO N° 157/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato n° 157/2015, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada MEDCLIN UROLOGIA E MEDICINA DO TRABALHO SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 21/07/2018.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2018:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Rubia Helena Spies Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

DECRETO N° 12.160/2018

Publicação N° 1661498

D E C R E T O N° 12.160/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal N° 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal N° 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.625.784,46 (Um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.01.15.452.04002.200 - Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.01.451 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.625.784,46

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados recursos Cosip, no valor de R\$ 1.625.784,46 (Um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.

UDO WAGNER
Prefeito
em Exercício

DECRETO N° 12.161/2018

Publicação N° 1661500

D E C R E T O N° 12.161/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 26, do Decreto Municipal N° 11.528/2017, de 15/09/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 021/2018/CMDCA/JS, de 21/06/2018, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca);

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais para atuarem como GESTORES DE PARCERIAS a serem firmadas entre a Administração Municipal ou entes da Administração Indireta com as Organizações da Sociedade Civil, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca) gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fmdca), conforme dispõe a Lei Federal N° 13.019/2014, alterada pela Lei Federal N° 13.204/2015, c/c o Decreto Municipal N° 11.528/2017:

I - Gestora de Parceria: Fabiane da Silva Ananias, matrícula 7967

1ª Suplente: Euci Cristofolini, matrícula 8071

2ª Suplente: Cleide Mosca, matrícula 2992

II - Gestora de Parceria: Karla Finger, matrícula 9501

1º Suplente: Severino Alves Medeiros, matrícula 81950

2ª Suplente: Eli Antunes, matrícula 7787

Art.2º As atividades desenvolvidas na forma deste Decreto serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito em Exercício

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 042/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação N° 1660731

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 042/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos dos artigos 230 e 231 da Lei 1182/88, e artigo 2º da Lei 470/73, CIENTIFICA os contribuintes abaixo identificados acerca das notificações emitidas:

Notificado	CPF	Notificações Preliminares	Medidas Determinadas	Prazo
Euclides Emmendoerfer	009.956.909-44	24375, 24376, 24377 e 24378 de 2018	Construir as Calçadas nos imóveis cadastros nº: 1948, 1952, 1951 e 1950.	60 dias
Mauro Pires de L. Sandri	055.664.839-09	24576/2018	Construir a Calçada no imóvel cadastro nº 48606	60 dias
João Batista R. Ferreira	029.025.229-67	24590/2018	Construir a Calçada no imóvel cadastro nº 48629	60 dias
Bruno Heiler	588.234.849-87	24551/2018	Construir a Calçada no imóvel cadastro nº 35832	60 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 60 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 123 do Código Tributário Municipal e/ou do Art. 8º da Lei Ordinária 470/73, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2018-FMS

Publicação N° 1661595

E D I T A L

PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2018-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: O presente Edital consiste na aquisição de EQUIPAMENTOS DE ÓRTESES E PRÓTESES, destinadas para auxiliar o meio de locomoção de pacientes atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme nova regulação da Secretaria Estadual da Saúde (SES), que descreve a superintendência de serviços especializados e regulação sobre a concessão aos usuários da rede do sus, com a implantação da rede de cuidados a saúde da pessoa com deficiência estabelecida pela Portaria gm/ms 793 de 24/04/2012, em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Item I-Objeto e demais Anexos deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, os itens deste edital se enquadram na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para os itens, que somente serão consideradas em caso de inexistir o número mínimo

de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 06 de julho de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento estimado para aquisição: R\$ 59.894,75 (cinquenta e nove mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 06 de junho de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2018

Publicação Nº 1661936

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2018

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: menor preço Global

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através da Pregoeira, comunica aos interessados no Pregão Presencial acima, que teve por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de carregamento, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos volumosos (Classe II B) em aterro industrial, restou DESERTO em função de nenhuma empresa protocolar envelope para participação no certame.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de junho de 2018.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2018 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS / SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

Publicação Nº 1661609

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2018

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes, conforme especificações e quantidades no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666 de 21/06/93, Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, DECRETO 6.737/2009 de 09 de julho de 2009 e Lei Complementar nº 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I do Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 05 de julho de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 444.950,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 28 de maio de 2018.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2018 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Publicação Nº 1661644

E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2018
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
TIPO: Menor Preço Global

COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial de Licitações designado pelo Decreto nº 12.112/2018, comunica aos participantes da licitação acima, que as empresas MVK ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, OMVS CONSTRUTORA LTDA, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME, protocolaram tempestivamente nos dias 18/06/2018, 19/06/2018 e 20/06/2018, sob os protocolos nºs 17827/2018, 17918/2018 e 18098/2018, RECURSOS ADMINISTRATIVOS (anexos) ao julgamento da Comissão Especial, que as Inabilitou.

Desta forma, por força do disposto no §3º do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam as demais licitantes cientificadas de que poderão apresentar impugnação ao recurso administrativo apresentado (contrarrrazões), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, observada a contagem de prazo disposta no artigo 110 da Lei de Licitações, compreendendo o período de 25/06/2018 com término em 29/06/2018.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de junho de 2018.
Luiz Fernando Marcolla
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto 12.112/2018

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 67/2018 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 1661645

E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS Nº 67/2018
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
TIPO: Menor Preço Global

COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial de Licitações designado pelo Decreto nº 12.108/2018, comunica aos participantes da licitação acima, que as empresas CONCEITO SUL MANTA ASFÁLT. LTDA ME e INFRAED ENGENHARIA EIRELI EPP, protocolaram tempestivamente nos dias 19/06/2018 e 20/06/2018, sob os protocolos nºs 17923 e 17924/2018 e 18099/2018, RECURSOS ADMINISTRATIVOS (anexos) ao julgamento da Comissão Especial, que as Inabilitou.

Desta forma, por força do disposto no §3º do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam as demais licitantes cientificadas de que poderão apresentar impugnação ao recurso administrativo apresentado (contrarrrazões), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, observada a contagem de prazo disposta no artigo 110 da Lei de Licitações, compreendendo o período de 25/06/2018 com término em 29/06/2018.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de junho de 2018.
Humberto José Travi
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto 12.108/2018

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 95/2018 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 1661605

E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS Nº 95/2018
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma do Museu Emílio da Silva, localizado na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 247 - Praça Ângelo Piazero - Bairro: Centro- Jaraguá do Sul – SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 13 de julho de 2018, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 320.347,87 (trezentos e vinte mil trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos).

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

Jaraguá do Sul (SC), 24 de maio de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2018

Publicação Nº 1661596

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/218

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: VOGELSANGER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de TUBOS DE CONCRETO ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial e substituição de pontilhões de madeira, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital, segundo as conveniências da administração direta.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer da seguinte forma:

Para os itens 01 a 12 com prazo máximo de 07 (sete) dias após recebimento da Autorização de fornecimento e para os itens 13 a 46 com prazo máximo de 15 (quinze) dias após recebimento da Autorização de fornecimento;

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas diretamente nos locais definidos pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, dentro do perímetro urbano do município.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

DATA DA ASSINATURA: 17/05/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Marcos Vogelsanger

Argos José Burgardt
Secretario Municipal da Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2018

Publicação Nº 1661599

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/218

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: CLAUDIONEI JOSÉ ROMANO ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço realizações de inseminação artificial bovina no Município de Jaraguá do Sul, em dias úteis, sábados, domingos e feriados para o atendimento do programa de melhoramento genéticos animal, amparado pela Lei Municipal nº4860/2007 e Decreto Municipal nº 6760/2009, ao longo dos 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital, segundo as conveniências da administração direta.

O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Qtde	Un	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
01	1.000	sv	Serviço de inseminação artificial bovina, em dias úteis, sábados, domingos e feriados, ficando a cargo da contratada: o deslocamento até a propriedade, sêmen, botijão com nitrogênio, luvas, bainhas e pipetas.	91,66

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2018 e 2019, estão previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a solicitação e execução de cada serviço solicitado pelo município,

mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, e demais documentos pertinentes a prestação do serviço, devendo ser entregue na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: A cada pedido realizado, a prestação de serviços deverá acontecer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após recebimento da Autorização de fornecimento, que será encaminhado via e-mail.

LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: As inseminações serão realizadas diretamente nas propriedades rurais do município, e os locais serão informados a cada solicitação de serviço.

DATA DA ASSINATURA: 11/06/2018.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Claudionei José Romano.

Argos Jose Burgardt
Secretario Municipal da Administração

EXTRATO DO CONTRATO N° 225/2018

Publicação N° 1661612

EXTRATO DO CONTRATO N° 225/2018

PROCESSO: CONCORRÊNCIA N° 60/2018.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 705 – Albino Zanguelini, 730 – Otaviano Tissi, 920 – Gennaro Sarti e 728 – Luiz Schiochet, no Bairro Nereu Ramos, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 1.181,07 m (hum mil cento e oitenta e um vírgula sete metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 350.207,58 (trezentos e cinquenta mil duzentos e sete reais e cinquenta e oito centavos) referentes à mão de obra e R\$ 571.391,32 (quinhentos e setenta e um mil trezentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos) referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 921.598,90 (novecentos e vinte e um mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa centavos), em conformidade com o disposto no item 5.2 seguinte.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e para com o FGTS, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, ambos da Lei n. 8.666/1993, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2018, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.1.324.4.4.90	Pav. Rua 705 Albino Zanguelini	4.4.90–Ap. Direta	210	586-Op. Cred. Badesc Cidades Pav/Recap Vias-Lei Mun 7378/17
15.452.0450.1.328.4.4.90	Pav. Rua 730 Otaviano Tissi	4.4.90–Ap. Direta	214	586-Op. Cred. Badesc Cidades Pav/Recap Vias-Lei Mun 7378/17
15.452.0450.1.329.4.4.90	Pav. Rua Genaro Sarti	4.4.90–Ap. Direta	215	586-Op. Cred. Badesc Cidades Pav/Recap Vias-Lei Mun 7378/17
15.452.0450.1.330.4.4.90	Pav. Rua 728 Luiz Schiochet	4.4.90–Ap. Direta	216	586-Op. Cred. Badesc Cidades Pav/Recap Vias-Lei Mun 7378/17

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2018.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Gustavo Camargo Boaretto.

Argos Jose Burgardt
Secretario Municipal da Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 227/2018

Publicação Nº 1661615

EXTRATO DO CONTRATO Nº 227/2018

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 59/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 831 – Paulo Voltolini e 832 – Francisco Gretter, no Bairro Ribeirão Cavalo, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 1.350 m (hum mil trezentos e cinquenta metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 379.275,64 (trezentos e setenta e nove mil duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) referentes à mão de obra e R\$ 884.976,48 (oitocentos e oitenta e quatro mil novecentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 1.264.252,12 (hum milhão duzentos e sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais e doze centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2018, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.1.331.4.4.90	Pav. Rua 831 Paulo Voltolini	4.4.90–Ap. Direta	217	586-Op. Cred. Badesco Cidades Pav/Recap Vias-Lei Mun 7378/17
15.452.0450.1.332.4.4.90	Pav. Rua 832 Francisco Gretter	4.4.90–Ap. Direta	218	586-Op. Cred. Badesco Cidades Pav/Recap Vias-Lei Mun 7378/17

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2018.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Maurício Vogelsanger.

Argos Jose Burgardt

Secretario Municipal da Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 229/2018

Publicação Nº 1661618

EXTRATO DO CONTRATO Nº 229/2018

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 34/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Estrada Geral Rio Molha (JGS 030) no Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 2.040 m (dois mil e quarenta metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 299.439,84 (duzentos e noventa e nove mil quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos) referentes à mão de obra e R\$ 698.692,97 (seiscentos e noventa e oito mil seiscentos e noventa e dois reais e noventa e sete centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 998.132,81 (novecentos e noventa e oito mil cento e trinta e dois reais e oitenta e um centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2018, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.1.323.4.4.90	Pav. Estrada Geral Rio Molha (JGS 030)	4.4.90–Ap. Direta	209	Op. Cred. Badesco Cidades Pav/Recap Vias-Lei Mun 7378/17

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2018.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Luiz Antonio Valle Pedreira Cerqueira.

Argos Jose Burgardt

Secretario Municipal da Administração

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

Publicação Nº 1661384

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA

A Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, CNPJ 83.102.459/0001-23, torna público que está requerendo à Fundação Jaraguense de Meio Ambiente - FUJAMA, a Autorização para execução de Plano de Recuperação de Área Degradada, no dito CRAS JARAGUÁ 84, localizado na Rua 1092 - Alvino Flor da Silva, 678, bairro: Jaraguá 84.

PORTARIA Nº 358/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660854

PORTARIA Nº 358/2018 – ISSEM

De 11.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ELIANE MOGLICH DE AZEVEDO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 06.06.2018 a 06.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 359/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660855

PORTARIA Nº 359/2018 – ISSEM

De 11.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CARMEN ANTONIA MARASCHIN, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.06.2018 a 07.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 360/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660856

PORTARIA Nº 360/2018 – ISSEM

De 11.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JUDITE FLEMING, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.06.2018 a 23.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 361/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660858

PORTARIA Nº 361/2018 – ISSEM

De 12.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANE LEICH GROBE, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 07.06.2018 a 19.06.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 362/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660859

PORTARIA Nº 362/2018 – ISSEM

De 12.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARI NEIVA RODRIGUES DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 07.06.2018 a 21.06.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 363/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660860

PORTARIA Nº 363/2018 – ISSEM

De 12.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. GLENIO MOTA RODRIGUES, lotado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.06.2018 a 07.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 364/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660861

PORTARIA Nº 364/2018 – ISSEM

De 12.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e

de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LORENI SCHENKNECHT SCHARB, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 09.06.2018 a 08.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 365/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660862

PORTARIA Nº 365/2018 – ISSEM

De 12.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA REGINA PLANINSHECK, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.06.2018 a 24.06.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 366/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660864

PORTARIA Nº 366/2018 – ISSEM

De 12.06.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DELMARA FREIBERGER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.06.2018 a 09.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 367/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660865

PORTARIA Nº 367/2018-ISSEM

De 13.06.2018

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1036,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. MARLY DA LUZ MARIANO DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 357.207.431-20, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, matriculada sob o nº 3279-4, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 06, Letra "I", triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 368/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660866

PORTARIA Nº 368/2018-ISSEM

De 14.06.2018.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 40, § 5º da Constituição Federal/88 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 1100,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – REGRA ESPECÍFICA DE MAGISTÉRIO à Sra. ROSIMERI NASCIMENTO SIBOWICZ, inscrita no CPF sob nº 543.477.699-20, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, matriculada sob o nº 8245-7, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra "F", triênios equivalentes a 30% (trinta por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 369/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660867

PORTARIA Nº 369/2018-ISSEM

De 14.06.2018

Concede Benefício de Pensão por Morte

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 40, § 7º, Inc. I e § 8º da Constituição Federal de 1988; Art. 35, Inc. I; Artigos 56, 57 e 58, todos da Lei Complementar nº 33/2003 e ainda tendo em vista o contido no processo de Pensão por Morte nº 1093,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE à Sra. OSVALDINA ZILS PAVANELLO, inscrita no CPF sob o nº 003.929.889-25, esposa do Ex-Servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Sr. HILARIO PAVANELLO, inscrito no CPF sob nº 096.570.299-53, aposentado voluntariamente por Idade e Tempo de Serviço, na data de 07.12.1994, conforme Portaria nº 262/94 de 07.12.1994.

Art. 2º A Cota do benefício de pensão por morte devida a beneficiária corresponderá a 100 % (cem por cento) dos proventos da aposentadoria do ex-servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, à conta do Issem, nos termos do art. 45, II, "a" da Lei Complementar Municipal nº 33/2003.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data do falecimento do servidor, ou seja: 30.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2018.
Ademar Possamai
Diretor-Presidente do Issem
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 370/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660870

PORTARIA Nº 370/2018 – ISSEM
De 14.06.2018.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARISETE TEREZINHA PINHEIRO DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 06.06.2018 a 26.06.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 371/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660871

PORTARIA Nº 371/2018 – ISSEM
De 14.06.2018.
Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 141 da Lei Complementar nº 154/2014 de 03.11.2014,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. CRISTINA SANGALLI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.06.2018 a 08.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 372/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660872

PORTARIA Nº 372/2018 – ISSEM
De 14.06.2018.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. RUDIMAR ALEXANDRE OLDONI, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 13.06.2018 a 18.07.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13.06.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 373/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660873

PORTARIA Nº 373/2018-ISSEM
De 15.06.2018.
Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 40, § 5º da Constituição Federal/88 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 1075,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – REGRA ESPECÍFICA DE MAGISTÉRIO à Sra. DULCE MARI TOMAZELLI GASDA, inscrita no CPF sob nº 651.459.099-34, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, matriculada sob o nº 3001-5, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra "J", triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2018.
Ademar Possamai
Diretor-Presidente do Issem
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 374/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660874

PORTARIA Nº 374/2018-ISSEM

De 15.06.2018.

Concede Aposentadoria Voluntária por Implemento de Idade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações; Art. 40, § 1º Inciso III "b" da Constituição Federal c/c Art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 911,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IMPLEMENTO DE IDADE a Sra. MARIA CARMEN LUZZANI ELIAS, inscrita no CPF sob nº 018.712.609-73, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação - Referência Salarial: Classe 7, Letra "C", triênios equivalentes a 24% (vinte e quatro por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, matriculada sob nº 9014, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na ordem de 46,57% (quarenta e seis vírgula cinquenta e sete por cento) sobre o resultado da média aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "d", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 18.06.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 375/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660876

PORTARIA Nº 375/2018-ISSEM

De 15.06.2018.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 1043,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. JOSELIA DE JESUS UETA, inscrita no CPF sob nº 441.026.319-68, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, matriculada sob o nº 7668-6, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 03, Letra "H", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 200 (duzentas horas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 16.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 376/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660877

PORTARIA Nº 376/2018-ISSEM

De 18.06.2018

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 739/2015,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. ANTONIA RITA DOS PRAZERES MUNIZ, inscrita no CPF sob nº 538.280.389-72, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, matriculada sob o nº 1801-5, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra "J", triênios equivalentes a 66% (sessenta e seis por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 377/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1660878

PORTARIA Nº 377/2018-ISSEM

De 18.06.2018.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são

conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 1028,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. DALCI APARECIDA BICHESKI, inscrita no CPF sob nº 614.711.609-63, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Recreador, matriculada sob o nº 8178-7, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra "F", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento) e carga horária de 200 (duzentas horas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 13.07.2018.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2018.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

PORTARIA SAMAESJU Nº 283/2018

Publicação Nº 1660850

PORTARIA SAMAESJU Nº 283/2018

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em face de Salésio Francisco Rosa.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações.

Considerando o teor do Memorando nº. 583/2018/Samae de 20 de junho de 2018, emitido pelo Diretor Administrativo do Samae, sugerindo a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor público municipal Salésio Francisco Rosa;

CONSIDERANDO o deferimento do Diretor Presidente do Samae Ademir Izidoro no Memorando nº 583/2018 para que seja instaurado o referido Processo Administrativo Disciplinar;

Considerando o teor dos Memorandos nº 579/2018 e 580/2018 anexos ao Memorando nº 583/2018;

Considerando ser dever da Administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de irregularidades no serviço público, nos termos do artigo 202 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014;

CONSIDERANDO os princípios administrativos constitucionais, sobretudo os insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de observância dos preceitos constitucionais, especialmente, o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO que o servidor pode ser responsabilizado por atos praticados irregularmente no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios norteadores da Administração Pública;

RESOLVE:

Art.1º INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, para fins de apurar eventual descumprimento dos deveres funcionais e possível incorreção em proibições por parte do Servidor Público Municipal Salésio Francisco Rosa, ocupante do cargo de encanador, matrícula nº 361, tendo em vista que o mesmo fez uso de vaga reservada no estacionamento destinado aos servidores do Samae, de forma reiterada, mesmo após determinação expressa de seus superiores para que fosse realizada a retirada do veículo do local, desacatando ordem direta da Diretora de Obras, bem como afrontando determinação da presidência da autarquia.

Diante dos fatos narrados, é instaurado o presente Processo Administrativo Disciplinar para fins de apuração de eventual descumprimento dos Deveres a que estão submetidos os servidores públicos municipais, nos termos do artigo 173, incisos V e VII, bem como a possibilidade de o servidor ter incorrido em proibição prevista no artigo 174, V e artigo 186, VI, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, sendo passível a aplicação das penalidades previstas no artigo 181 da Lei Complementar 154/2014, devendo, contudo, ser observado o direito constitucional ao contraditório e ampla defesa.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 272/2017 de 29 de junho de 2017, Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo Único. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da data do termo de instauração, podendo ser prorrogado, por igual período, a pedido da Comissão, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.3º Com base no artigo 206 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014 DETERMINO O AFASTAMENTO do servidor Salésio Francisco Rosa do exercício do cargo pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, como medida cautelar.

Parágrafo Único. O afastamento tem como objetivo evitar que o servidor venha a influir na apuração da irregularidade.

Art.4º Providencie a Comissão a oitiva de testemunhas, buscando e requisitando os demais elementos que julgar necessários e convenientes à completa apuração dos fatos imputados ao servidor, respeitando-se, contudo, a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa.

Art.6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 284/2018

Publicação Nº 1660851

PORTARIA SAMAESU Nº 284/2018

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em face de Julhierme Alex Zanaqui.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações.

Considerando o teor do Memorando nº. 583/2018/Samae de 20 de junho de 2018, emitido pelo Diretor Administrativo do Samae, sugerindo a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor público municipal Julhierme Alex Zanaqui;

CONSIDERANDO o deferimento do Diretor Presidente do Samae Ademir Izidoro no Memorando nº 583/2018 para que seja instaurado o referido Processo Administrativo Disciplinar;

Considerando o teor dos Memorandos nº 579/2018 e 580/2018 anexos ao Memorando nº 583/2018;

Considerando ser dever da Administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de irregularidades no serviço público, nos termos do artigo 202 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014;

CONSIDERANDO os princípios administrativos constitucionais, sobretudo os insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de observância dos preceitos constitucionais, especialmente, o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO que o servidor pode ser responsabilizado por atos praticados irregularmente no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios norteadores da Administração Pública;

RESOLVE:

Art.1º INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, para fins de apurar eventual descumprimento dos deveres funcionais e possível incorreção em proibições por parte do Servidor Público Municipal Julhierme Alex Zanaqui, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, matrícula nº 586, tendo em vista que o mesmo fez uso de vaga reservada no estacionamento destinado aos servidores do Samae, de forma reiterada, mesmo após determinação expressa de seus superiores para que fosse realizada a retirada do veículo do local, desacatando ordem direta da Diretora de Obras, bem como afrontando determinação da presidência da autarquia.

Diante dos fatos narrados, é instaurado o presente Processo Administrativo Disciplinar para fins de apuração de eventual descumprimento dos Deveres a que estão submetidos os servidores públicos municipais, nos termos do artigo 173, incisos V e VII, bem como a possibilidade de o servidor ter incorrido em proibição prevista no artigo 174, V e artigo 186, VI, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, sendo passível a aplicação das penalidades previstas no artigo 181 da Lei Complementar 154/2014, devendo, contudo, ser observado o direito constitucional ao contraditório e ampla defesa.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 272/2017 de 29 de junho de 2017, Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo Único. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias

para conclusão dos trabalhos, a contar da data do termo de instauração, podendo ser prorrogado, por igual período, a pedido da Comissão, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.3º Com base no artigo 206 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014 DETERMINO O AFASTAMENTO do servidor Julhierme Alex Zanaqui do exercício do cargo pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, como medida cautelar.

Parágrafo Único. O afastamento tem como objetivo evitar que o servidor venha a influir na apuração da irregularidade.

Art.4º Providencie a Comissão a oitiva de testemunhas, buscando e requisitando os demais elementos que julgar necessários e convenientes à completa apuração dos fatos imputados ao servidor, respeitando-se, contudo, a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa.

Art.6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 285/2018

Publicação Nº 1660852

PORTARIA SAMAESU Nº 285/2018

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em face de Eleandro Santana.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações.

Considerando o teor do Memorando nº. 583/2018/Samae de 20 de junho de 2018, emitido pelo Diretor Administrativo do Samae, sugerindo a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor público municipal Eleandro Santana;

CONSIDERANDO o deferimento do Diretor Presidente do Samae Ademir Izidoro no Memorando nº 583/2018 para que seja instaurado o referido Processo Administrativo Disciplinar;

Considerando o teor dos Memorandos nº 579/2018 e 580/2018 anexos ao Memorando nº 583/2018;

Considerando ser dever da Administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de irregularidades no serviço público, nos termos do artigo 202 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014;

CONSIDERANDO os princípios administrativos constitucionais, sobretudo os insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de observância dos preceitos constitucionais, especialmente, o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO que o servidor pode ser responsabilizado por atos praticados irregularmente no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios norteadores da Administração Pública;

RESOLVE:

Art.1º INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, para fins de apurar eventual descumprimento dos deveres funcionais e possível incorreção em proibições por parte do Servidor Público Municipal Eleandro Santana, ocupante do cargo de agente de operações hidráulicas, matrícula nº 551, tendo em vista que o mesmo fez uso de vaga reservada no estacionamento destinado aos servidores do Samae, de forma reiterada, mesmo após determinação expressa de seus superiores para que fosse realizada a retirada do veículo do local, desacatando ordem direta da Diretora de Obras, bem como afrontando determinação da presidência da autarquia.

Diante dos fatos narrados, é instaurado o presente Processo Administrativo Disciplinar para fins de apuração de eventual descumprimento dos Deveres a que estão submetidos os servidores públicos municipais, nos termos do artigo 173, incisos V e VII, bem como a possibilidade de o servidor ter incorrido em proibição prevista no artigo 174, V e artigo 186, VI, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, sendo passível a aplicação das penalidades previstas no artigo 181 da Lei Complementar 154/2014, devendo, contudo, ser observado o direito constitucional ao contraditório e ampla defesa.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 272/2017 de 29 de junho de 2017, Comissão Permanente de Processo Administrativo e Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo Único. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da data do termo de instauração, podendo ser prorrogado, por igual período, a pedido da Comissão, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.3º Com base no artigo 206 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014 DETERMINO O AFASTAMENTO do servidor Eleandro Santana do exercício do cargo pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, como medida cautelar.

Parágrafo Único. O afastamento tem como objetivo evitar que o servidor venha a influir na apuração da irregularidade.

Art.4º Providencie a Comissão a oitiva de testemunhas, buscando e requisitando os demais elementos que julgar necessários e convenientes à completa apuração dos fatos imputados ao servidor, respeitando-se, contudo, a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa.

Art.6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2018.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

RESOLUÇÃO Nº 32/2018/CMDCA/JS

Publicação Nº 1661302

RESOLUÇÃO Nº 32/2018/CMDCA/JS

Dispõe sobre a composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias e o Gestor das Parcerias relativos ao Edital de

chamamento público nº 01/2017/CMDCA/JS para termo de fomento.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.301/2016 e no Regimento Interno do CMDCA/JS, em especial no Art. 28, inciso X - "tomar decisões de caráter urgente ad referendum", em conformidade com a deliberação da Mesa Diretora convocada no dia 21 de junho de 2018.

Considerando a Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre a Composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

Art. 59. A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§ 2º No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências desta Lei.

Art. 35. § 6º Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

Considerando o Decreto Municipal nº 11.528/2017, que regulamenta a Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, para o fim de normatizar, em âmbito local, as parcerias e os acordos de cooperação a serem firmados entre a administração pública do município de Jaraguá do Sul, suas Autarquias e Fundações e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especialmente o Art. 17, que dispõe sobre:

§ 3º As Comissões de Monitoramento e Avaliação reunir-se-ão periodicamente com finalidade de avaliar, principalmente, os aspectos relacionados com a legalidade e a efetividade na execução das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil.

§ 5º Fica vedada a participação simultânea de membros atuantes nas Comissões de Monitoramento e Avaliação em Comissões de Seleção e Julgamento para Chamamento Público.

Considerando a Seção V do mesmo Decreto, que dispõe sobre o Gestor da Parceria, especialmente o Art. 26, onde estabelece que o Prefeito deve designar em ato específico, o Gestor da Parceria e seus (dois) suplentes.

§ 1º O Gestor da Parceria atuará, no máximo, em 03 (três) parcerias a serem firmadas entre a Administração Municipal ou entes da Administração Indireta com as Organizações da Sociedade Civil.

§ 2º Fica vedada a participação simultânea dos Gestores das Parcerias nas Comissões de Monitoramento e Avaliação.

Considerando os projetos aprovados de acordo com o Edital nº 01/2017/CMDCA/JS, a saber:

Eixo Temático: Esporte e Lazer

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Sociedade Corintias Esporte Clube	Projeto Bicicross 2018

Associação Desportiva de Voleibol	Encontros Evoluir 2018
-----------------------------------	------------------------

Eixo Temático: Educação

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Associação de Pais e Amigos – Apae Jaraguá do Sul	Sala Montessoriana
Instituto Rã-Bugio para Conservação da Bio-diversidade	Água e Biodiversidade da Serra do Mar

Eixo Temático: Assistência Social

Nome da Organização da Sociedade Civil - OSC	Nome do Projeto
Associação de Pais e Amigos – Apae Jaraguá do Sul	Sala Snoezelen –MSE – Técnica Esp. para potencializar capacidades.
Associação dos Amigos do Autista de Jaraguá do Sul	Jogos Interativos

Considerando que a mesa diretora observou a necessidade de solicitar a composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação e os Gestores das Parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil mediante Termo de Fomento, conforme Edital nº 01/2017/CMDCA/JS.

RESOLVE:

Art. 1º - Compôr a Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias, relativos ao Edital de chamamento público nº 01/2017/CMDCA/JS para termo de fomento, conforme tabela abaixo:

Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias	Titular: Caius Ananda Xavier dos Santos Suplente: Juliano Cristofolini Titular: Rosane das Graças Alves Theodoro Suplente: Cintia Kessler Titular: Waldir Giese Suplente: Jeferson Perotti Ferrari
---	---

Art. 2º- Indicar os Gestores das Parcerias com seus dois suplentes relativos ao Edital de chamamento público nº 01/2017/CMDCA/JS para termo de fomento, conforme tabela abaixo:

1- Gestor da Parceria: Fabiane da Silva Ananias
Suplente: Euci Cristofolini
Suplente: Cleide Mosca
2- Gestor da Parceria: Karla Finger
Suplente: Severino Alves Medeiros
Suplente: Eli Antunes

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA/JS).

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 14/2018

Publicação Nº 1661478

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 14/2018

Termo de Descredenciamento que fazem entre si o INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM e CLÍNICA DERMA-BOND S/S, na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 033/2003, regulado pelo Decreto nº 5.313/2004, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 623, Centro Comercial Vassel, sala 06, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. ADEMAR POSSAMAI, doravante denominado simplesmente “ISSEM”, e a empresa CLÍNICA DERMA-BOND S/S, inscrita no CNPJ nº 10.510.137/0001-40, devidamente qualificado no Termo de Credenciamento, doravante designado simplesmente como “CREDENCIADO”, têm certo e ajustado o presente Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Descredenciamento é a rescisão do Contrato para FORNECIMENTO DE CONSULTAS E SESSÕES PSICOLÓGICAS, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo ISSEM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DIREITO À INDENIZAÇÃO

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data da assinatura do descredenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo o mesmo ser publicado, em resumo, no órgão oficial de divulgação dos atos municipais. Este Termo de Descredenciamento entra em vigor na data de assinatura.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2018.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Erika Hasse Carrenho Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 4/2018**

Publicação Nº 1661947

RESOLUÇÃO Nº 4/2018

Autoriza Vereador e Chefe de Gabinete a Participarem de Curso.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, no uso e exercício de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam autorizados o Vereador MARCELINDO CARLOS GRUNER e o Chefe de Gabinete EDENILSON JOSÉ PASQUETTI, a participarem do curso "APRECIÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS PELA CÂMARA E O ORÇAMENTO IMPOSITIVO", a realizar-se no período de 26 à 29 de junho, em Florianópolis – SC.

Art. 2º. Para as despesas relacionadas com diárias, aplicam-se os critérios da Resolução nº 6/2009, alterada pelas Resoluções nºs 7/2014, de 07/05/2014, e 13/2017, de 08/12/2017.

Art. 3º. As despesas desta Resolução correrão por conta de dotação própria do Orçamento da Câmara Municipal, do corrente exercício.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2018.

ANDERSON KASSNER

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

HOMOLOG PL 61/2018 PMJ

Publicação Nº 1661894

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 61/2018/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2018/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Sr. Dioclésio Ragnini, no uso de suas atribuições, resolve:
HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 61/2018/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 38/2018.

Objeto: o Registro de Preços para contratação eventual e futura de serviços de sonorização com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, bem como de locação, montagem e desmontagem de tendas, destinados à estruturação de eventos municipais.

-Empresa Vencedora:

NZ SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE EQUIP. LTDA

VALOR R\$ 9.270,00

STANISCUASKI PRODUÇÕES LTDA

VALOR R\$ 39.500,00

ZILIO EVENTOS LTDA

VALOR R\$ 21.500,00

FISCAIS: DIEGO DALAGNOLI

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI - PREFEITO

34/2018 PMJ

Publicação Nº 1661895

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018			Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019		
Objeto da Compra: O Registro de Preços para contratação eventual e futura de serviços de sonorização com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, bem como de locação, montagem e desmontagem de tendas, destinados a estruturação de eventos municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sistema de som contendo: "10 caixas de som ativas, 03 vias, 800 W RMS ou similar. "01 mesa de som 16 canais digitais. "02 microfones sem fio "02 microfones com fio e pedestal "01 equalizador. "04 caixas de retorno 300 W RMS. "04 directbox passivos. "01 notebook para trilhas sonoras "Amplificação conforme o sistema. "Cabeamento completo. "Técnico para operação durante todo o evento, (01-01-18157)	SERV	N.Z. SERVICOS E LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA (5378)		0	440,0000	1
2	Sistema de som contendo: "24 pontos de sonorização com caixas acústicas de, no mínimo, 400 W RMS cada, distribuídas ao longo da Avenida XV de Novembro em uma distância média de 20 metros entre as mesmas, no trecho entre o INSS até a Loja Bortoluzzi. "01 mesa de som digital para PA e monitor com, no mínimo, 32 canais "04 microfones sem fio "10 microfones com fio para captação de fanfarras "02 aparelhos de CD com MP3 "04 (quatro) caixas de retorno 200 W RMS "Amplificação necessária conforme o sistema "Cabeamento completo para o sistema "14 pedestais de microfone "01 notebook para trilhas musicais, (01-01-18158)	SERV	N.Z. SERVICOS E LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA (5378)		0	950,0000	1
3	Sistema de som contendo: "02 amplificadores para guitarra + 02 microfones shure SM 57 para amplificadores de guitarra "01 amplificador para baixo (ligado em linha) "01 bateria completa + 01 retorno para bateria + 01 jogo completo de microfones para bateria "01 retorno para teclado (ligado em linha) "06 microfones para vocal shure SM 58 "03 retornos para backing vocals "07 cabos P10 já instalados para conexão de violões "01 cabo P10 já instalado para conexão de teclado "03 microfones apropriados para captação de instrumentos de sopro + 02 microfones para captação de violinos "02 microfones apropriados para captação de acordeom "02 microfones para captação de percussão (01-01-18159)	SERV	N.Z. SERVICOS E LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA (5378)	MIRIAN MEDEIROS MEI (5286)	0	1,000,0000	2
					0	950,0000	1

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços para contratação eventual e futura de serviços de sonorização com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, bem como de locação, montagem e desmontagem de tendas, destinados a estruturação de eventos municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Sistema de som contendo: "06 caixas de som 02 vias - 500 W RMS com 02 alto-falantes 15" + driver de titânio ou similar "01 Mesa de som 16 canais "02 Microfones sem fio "04 Microfones com fio "01 Equalizador "04 direct box passivos "01 aparelho de CD com MP3 "Amplificação conforme o sistema. "Cabearmento completo (01-01-18160)	SERV	N.Z. SERVICOS E LOCACOES DE EQUIPAMENTOS LTDA (5378)		0	750,0000	1
5	" Locação, montagem e desmontagem de tenda tipo pirâmide de 10,00 x 10,00 x 3,20 m, em estrutura de ferro reforçada, calhas para escoamento de água, com lona vinílica branca anti-chama. (01-01-18161)	SERV	STANISCUASKI PRODUCOES LTDA. (6907)		0	790,0000	1
6	" Locação, montagem e desmontagem de tenda tipo pirâmide de 5,00 x 5,00 x 3,20 m, em estrutura de ferro reforçada, calhas para escoamento de água, com lona vinílica branca anti-chama. (01-01-18162)	SERV	ZÍLIO EVENTOS LTDA (7587)		0	795,0000	2
					0	430,0000	1
			MIRIAN MEDEIROS MEI (5286)		0	440,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços para contratação eventual e futura de serviços de sonorização com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, bem como de locação, montagem e desmontagem de tendas, destinados à estruturação de eventos municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STANISQUASKI PRODUCOES LTDA. (6907)		0	450,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra:		O Registro de Preços para contratação eventual e futura de serviços de sonorização com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, bem como de locação, montagem e desmontagem de tendas, destinados a estruturação de eventos municipais.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2018
PROCESSO Nº 61/2018

- (5286) - MIRIAN MEDEIROS MEI
- (5378) - N.Z. SERVICOS E LOCAOES DE EQUIPAMENTOS LTDA
- (6907) - STANISCUASKI PRODUCOES LTDA.
- (7587) - ZILIO EVENTOS LTDA

Joaçaba, 21 de Junho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 005/2018 - HORÁRIO COPA**

Publicação Nº 1661247

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005 DE 21 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA/SC QUE ESPECIFICA.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Joaçaba, no uso de suas atribuições, faz saber que o plenário aprovou e que fica promulgado o presente DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - O horário de expediente da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC durante a Copa do Mundo de 2018 será:

I - Das 07h00min às 13h00min nos dias em que a Seleção Brasileira de Futebol jogar às 15h00min.

II - Das 14h00min às 19h00min nos dias em que a Seleção Brasileira de Futebol jogar às 11h00min.

III - Das 13h00min às 19h00min nos dias em que a Seleção Brasileira de Futebol jogar às 09h00min

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, em 21 de junho de 2018.

Almir Pastori
Presidente

Luiz Vastres
Vice-Presidente

Disneia De Marco
Primeira Secretária

Francisco Moreira Lopes
Segundo Secretário

PLASS**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2018/PLASS TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 10/2018/PLASS**

Publicação Nº 1661867

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2018 – PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2018 – PLASS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para prestação de serviços de: MEDICINA, ODONTOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, SERVIÇOS DE IMAGEM, NUTRIÇÃO, HOSPITALAR E ANÁLISES CLÍNICAS.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2017/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DAS CREDENCIADAS

§ CLINICA LORASCHI S/S LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.777.321/0001-13, estabelecida na Rua Frei Edgar, 138 2º Andar, Sala 201, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO OTAVIO ALVES LORASCHI, portador da Carteira de Identidade nº 1.705.126 e CPF nº 019.791.719-47.

§ ROTHBARTH & ROTHBARTH SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.499.199/0001-03, estabelecida na Rua Treze de Maio, 314, Policlínica, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. WALTER WENDHAUSEN ROTHBARTH, portador da Carteira de Identidade nº 674.832 e CPF nº 202.216.579-91.

4 – DO VALOR

O valor a ser pago será de acordo com a necessidade de utilização dos serviços pelos segurados e dependentes do PLASS.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 21 de junho de 2018.

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE JOAÇABA(SC) – PLASS
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

BALANCETE FINANCEIRO MAIO/2018

Publicação Nº 1661866

**Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Maio
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	422.721,32	ORÇAMENTÁRIAS	382.243,46
Contribuições	250.233,43	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	375.162,11
Receita Patrimonial	79.804,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.395,52
CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	92.683,67	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	368.766,59
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.081,35
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.081,35
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	408.829,06	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	408.827,93
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	26.585,60	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	26.584,47
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	382.243,46	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	382.243,46
SALDOS ANTERIORES	15.726.729,23	SALDOS ATUAIS	15.767.208,22
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	15.726.729,23	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	15.767.208,22
TOTAL	16.558.279,61	TOTAL	16.558.279,61

Joacaba, 18/06/2018

IVONE ZANATTA
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO PRESENCIAL JHL 0041/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1657652

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0049/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0041/2018
PROTOCOLO JHL 1529/2018

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0040/2018 – Licitação 0047/2018, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOTOCICLETAS E ACESSÓRIOS PARA A FROTA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 05/07/2018 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 05/07/2018 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 22/06/2018 a 05/07/2018.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.
Joaçaba - SC, 19 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

RESUMO CONTRATO 0091/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1661246

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0091/2018
CONCORRÊNCIA PÚBLICA JHL 0001/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2018
PROTOCOLO JHL 0435/2018

Data assinatura: 21/06/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORAR E SUBSIDIAR A EXECUÇÃO DE GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO SIMAE E DO SISTEMA DE DESÁGUE DO LODO GERADO NA ETA, VISANDO GARANTIR O CUMPRIMENTO DO PROJETO E A QUALIDADE DA EXECUÇÃO DA OBRA.

Contratado: Restelo Construções e Consultoria Ltda.

Valor Contratado: R\$ 509.921,28 (Quinhentos e nove mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e oito centavos).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.05.00.00.00

Prazo de vigência: 21/06/2018 a 20/12/2020.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CC 0001/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1661438

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2018 - CC
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 18/2018 Processo de Licitação: 18/2018 Data do Processo: 15/02/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 18/2018
b) Licitação Nr.: 1/2018-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 21/06/2018
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORAR E SUBSIDIAR A FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E SISTEMA DE DESÁGUE DO LODO, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

RESTELO - CONSTRUÇOES E CONSULTORIA LTDA (8629)

1 FISCALIZAÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA DO SIMAE - Marca: RESTELO	SV	1,00	0,0000	509.921,28	509.921,28
Total do Fornecedor:					509.921,28
Total Geral:					509.921,28

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (13)

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2018 - CC
	Processo Administrativo: 18/2018 Processo de Licitação: 18/2018 Data do Processo: 15/02/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0038/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1660887

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR Processo Administrativo: 43/2018 Processo de Licitação: 43/2018 Data do Processo: 23/05/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2018
b) Licitação Nr.: 38/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 21/06/2018
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO UTILIZADO NAS MANUTENÇÕES PELO SETOR DE ELETROMECÂNICA E PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Desccto (%) Preço Unitário Total do Item

AUTOMATIC IND.E COM. DE EQUIP.ELET.LTDA (6407)

17	CONTATOR TRIPOLAR 25 A AM AC3, conforme termo de referência. - Marca: WEG	PÇ	1,00	0,0000	129,00	129,00
18	CONTATOR TRIPOLAR 50A/380 VOLTS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: WEG	PÇ	3,00	0,0000	313,00	939,00
21	CONTATOR TRIPOLAR 112 A/ 380 VOLTS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: WEG	PÇ	3,00	0,0000	905,00	2.715,00
23	JOGO DE CONTATOS DE FORÇA, PARA CONTATOR CWM 50 - Marca: WEG	JG	2,00	0,0000	129,00	258,00
24	JOGO DE CONTATO CWM 112 - Marca: WEG	JG	1,00	0,0000	498,00	498,00
Total do Fornecedor:						4.539,00

BIANCHI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7121)

5	Fusível Ultrarrápido NH0 20A - Marca: FLUZICON HN 00	PÇ	6,00	0,0000	20,00	120,00
6	Fusível Ultrarrápido NH0 25A. - Marca: FLUZICON HN 00	PÇ	3,00	0,0000	29,00	87,00
7	Fusível Ultrarrápido NH0, 50A - Marca: FLUZICON HN 00	PÇ	6,00	0,0000	39,00	234,00
8	Fusível ultrarrápido NH0, 63 A - Marca: FLUZICON HN 00	PÇ	9,00	0,0000	39,00	351,00

Joaçaba, 21 de Junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR
	Processo Administrativo: 43/2018 Processo de Licitação: 43/2018 Data do Processo: 23/05/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

BIANCHI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (7121)

9	Fusível ultrarrápido NH0, 80 A - Marca: FLUZICON HN 00	PÇ	6,00	0,0000	46,00	276,00
10	Fusível ultrarrápido: "Tamanho NH0; "Corrente: 100 Ampères; "Corpo em cerâmica; "Facas de latão; "Alta capacidade de ruptura. - Marca: FLUZICON HN 00	PÇ	3,00	0,0000	46,60	139,80
11	Fusível ultrarrápido NH0, 125 A - Marca: FLUZICON HN 00	PÇ	12,00	0,0000	52,00	624,00
Total do Fornecedor:						1.831,80

JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME (8525)

1	Bateria Selada, Chumbo-Cálcio, 12VCC, 7A - Marca: MASTERPOWER	PÇ	12,00	0,0000	73,00	876,00
16	Graxa Azul Especial para rolamento - 18kg, conforme Termo de Referência. - Marca: EVORA MP 2 BLUE	UN	2,00	0,0000	480,00	960,00
19	CONTATOR TRIPOLAR 65A / 380 VOLTS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: JNG	PÇ	1,00	0,0000	410,00	410,00
20	CONTATOR TRIPOLAR 80 A / 380 VOLTS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: JNG	PÇ	1,00	0,0000	580,00	580,00
Total do Fornecedor:						2.826,00

KLEIN & BOESING MATERIAIS E SERVICOS ELETRICOS LTD (8253)

22	CONTATOR TRIPOLAR 180 A / 380 VOLTS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: SCHNEIDER	PÇ	3,00	0,0000	1.200,00	3.600,00
25	RELE DE SOBRECARGA PARA MOTOR DE 100 CV, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: SCHNEIDER	PÇ	1,00	0,0000	300,00	300,00
26	RELE DE SOBRECARGA PARA MOTOR DE 125 CV, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: SCHNEIDER	PÇ	1,00	0,0000	450,00	450,00
27	RELE DE CONTROLE DE NÍVEL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: DIGIMEC	PÇ	10,00	0,0000	105,00	1.050,00
Total do Fornecedor:						5.400,00
Total Geral:						14.596,80

Joaçaba, 21 de Junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 39/2018 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ITENS DEFINIDO

Publicação Nº 1660729

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 39/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2018

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 04/07/2018, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ITENS DEFINIDOS NO PRESENTE EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 21 de Junho de 2018.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

ADITIVO ATA REGISTRO DE PREÇO 13-2017

Publicação Nº 1661323

TERMO ADITIVO N. 01/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 13/2017

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N. 25/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N. 33/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ n. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari;

CONTRATADA: AUTO POSTO LACERDÓPOLIS LTDA., inscrita no CNPJ 02.683.106/0001-62, sediada na Rua Sete de Setembro, s/n, Lacerdópolis/SC, CEP 89665-000, neste ato representado pelo proprietário, Sandro Luiz Slongo, CPF 518.083.409-06.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a revisão dos preços do litro do óleo diesel comum S-500, o óleo diesel S-10 e a gasolina, conforme parecer jurídico n. 03/2018 e cálculos do setor contábil municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DE PAGAMENTO E DO ACRÉSCIMO

2.1 - Por conta da concessão da Revisão, os preços de cada litro registrado na ata sofrerá alteração passando de R\$ 3,294 (três reais, duzentos e noventa e quatro centavos) para R\$ 3,629 (três reais, seiscentos e vinte e nove centavos) no caso do óleo diesel comum S-500, de R\$ 3,334 (três reais, trezentos e trinta e quatro centavos) para R\$ 3,675 (três reais, seiscentos e setenta e cinco centavos) no caso do óleo diesel S-10, e de R\$ 4,126 (quatro reais, cento e vinte e seis centavos) para R\$ 4,207 (quatro reais, duzentos e sete centavos) no caso da gasolina.

2.2 - Não obstante, em virtude da necessidade de retroagir à data do fato que deu causa a revisão e requerimento administrativo (25/04/2018), é devido ao contratado, pela quantidade de litros fornecida até esta data e sem os devidos acréscimos, conforme cálculos apresentados pelo contador (anexo), o pagamento de R\$ 5.055,99 (cinco mil e cinquenta e cinco reais e noventa e nove centavos) no caso do óleo diesel comum S-500, R\$ 1.115,56 (mil cento e quinze reais e cinquenta e seis centavos) no caso do óleo diesel S-10 e R\$ 156,46 (cento e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos) no caso da gasolina, totalizando o valor de R\$ 6.328,01 (seis mil, trezentos e vinte e oito reais e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA

Mantem-se a previsão prevista na ata de registro de preços (12 meses), ou seja, até 31/12/2018.

CLÁUSULA QUARTA – DESPESA

As despesas decorrentes deste termo aditivo serão empenhadas de acordo com as dotações orçamentarias das respectivas

Autorizações de Fornecimento – AF's, pretéritas e futuras, naquilo que lhes couber.

CLÁUSULA QUINTA – AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n. 8.666/93 (Revisão de preços).

CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC, 30 de maio de 2018.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito	Auto Posto Lacerdópolis Ltda Sandro Luiz Slongo Representante
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome: _____
CPF/MF: _____

Nome: _____
CPF/MF: _____

PROCESSO LICITATORIO 26-2018

Publicação Nº 1661325

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 26/2018

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 02/2018

DATA DE EMISSÃO: 21/06/2018

Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público, para conhecimento de todos os interessados em apresentar proposta para a obra objeto deste edital, especificada no (s) ato convocatório e seus anexo (s), que fazem parte e integra (m), a presente TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, sob o regime de empreitada POR PREÇO GLOBAL, observadas as condições a seguir:

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Lacerdópolis, dar-se-á até às 14h00min do dia 10 de julho de 2018, junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados

NÃO CADASTRADOS dar-se-á até às 14h00min do dia 10 de julho de 2018, no Setor de Protocolo Geral deste município.

O recebimento do Envelope 02, contendo respectivamente a Proposta de Preços, dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 14h00min do dia 10 de julho de 2018, no Setor de Protocolo Geral deste município.

O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 14h00min do dia 10 de julho de 2018, na Sala de Licitações do Município de Lacerdópolis, situada no endereço supracitado. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

Os interessados poderão retirar este edital, com seus anexos, junto a Prefeitura Municipal, sala de Licitações, Rua 31 de Março, n. 1050, Centro, Lacerdópolis, SC.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido e amplamente divulgado.

SUBORDINAÇÃO

A presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, subordina-se, em seu total teor, à Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei 8.883, de 8 de junho de 1994 e Lei 9.648, de 27 de maio de 1998 e demais inerentes.

01 - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - A presente licitação tem como a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma e adequação, a serem feitos no CENTRO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

1.2 - VALOR MÁXIMO: R\$ 599.855,57 (quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

02 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

03 - DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR O ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO

3.1 - Habilitação Jurídica:

3.1.1. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor

da empresa, devidamente registrado (havendo a obrigação legal em relação ao registro), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais;

3.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de composição da diretoria em exercício;

3.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.1.4. Declaração do representante legal da empresa de que a empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar com nenhum órgão Federal, Estadual ou Municipal;

3.1.5. Declaração do representante legal da empresa de que não há superveniência de fato impeditivo da habilitação, sob as penas cabíveis, nos termos do art. 32 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

3.1.6. Declaração referente ao art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, conforme modelo contido no ANEXO IV, deste edital;

3.1.7. Declaração do representante legal da empresa afirmando a veracidade de todos os documentos apresentados;

3.1.8. Declaração de sujeição aos termos deste edital.

3.1.9. Exclusivamente para as empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014, a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei.

3.1.9.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014.

3.1.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.1.10. Certificado de Registro Cadastral – CRC, válido na data de abertura dos envelopes nº 01 da presente licitação, expedido pela Comissão de Registro Cadastral do Município de Lacerdópolis, com data igual ou anterior à prevista para protocolo do envelope de documentação dos proponentes não cadastrados disposto no preâmbulo deste edital.

3.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

3.2.1 - Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

3.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa e pertinente ao objeto desta licitação, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, dentro de seus prazos de validade, de acordo com o art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante apresentação de:

3.2.3.1 - Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

3.2.3.2. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;

3.2.3.3. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Tributos Municipais, expedida pela respectiva Secretaria Municipal da Fazenda da sede da empresa; e

3.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.3 - Qualificação Técnica:

3.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente;

3.3.2. Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando um profissional habilitado, possuidor de aptidão para a atividade principal (execução da obra objeto deste edital) e para responder tecnicamente pelos serviços previstos no edital (indicando, inclusive, o nome e número de inscrição junto entidade profissional competente), cujo nome virá a constar no Termo de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa a obra em questão;

3.3.3. Comprovação de que o profissional habilitado indicado no item 3.3.2 pertence ao quadro de empregados da empresa na data fixada para recebimento dos envelopes desta licitação, através de apresentação cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa ou através de cópia autenticada de contrato Particular de Prestação de Serviços firmado entre o profissional e a empresa licitante; caso o profissional em questão seja proprietário da empresa, deverá fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social ou contrato social, ou ainda documento equivalente e hábil);

3.3.4. Comprovação de que o profissional habilitado, indicado conforme item 3.3.2 supra, executou serviços em obra de característica semelhante à constante no objeto desta licitação, demonstrando sua qualificação e experiência prévia em relação à execução dos seguintes serviços: comprovação, através de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico, que comprove a experiência prévia em execução de obra com características semelhantes à obra ora licitada;

3.3.5. Declaração da empresa licitante, assinada pelo seu responsável técnico, atestando que vistoriou o local de execução da obra, objeto desta licitação, e que tomou conhecimento de todas as informações necessárias à execução da mesma.

3.3.5.1. As vistorias referentes ao local da obra objeto desta licitação, caso necessário, poderão ser agendadas junto a Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

3.3.6. Declaração da empresa de que, se vencedora;

a) Manterá, na gerência das obras, objeto desta licitação, o

Profissional Habilitado indicado de conformidade com o item 3.3.2, supra.

b) Disporá de pessoal e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação; e

c) Assumirá inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços;

3.4 - Qualificação Econômico-financeira

3.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de três meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93);

Observação: O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados por profissional responsável.

3.4.2 - Certidão Negativa de Pedidos de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da sede da empresa, observando-se a consulta a todos eles, em caso de mais de um, e, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura dos envelopes de habilitação.

3.4.3. A empresa proponente deverá possuir capital social integralizado igual ou superior a 10% do valor máximo previsto para a execução da obra, comprovado mediante apresentação do Contrato Social ou Alteração do Contrato Social ou Ata da Assembleia Geral onde consta o último capital social, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil, ou outro órgão porventura competente.

3.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

3.6. O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

3.7. Os documentos de habilitação deverão estar válidos e em vigor na data limite para entrega dos envelopes, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas até a abertura dos envelopes contendo a documentação ou durante a sessão de abertura dos mesmos, pelos membros da Comissão de Licitações (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

3.8 - Atestado de visita técnica emitido pelo Município de Lacerdópolis com data de 03 (três) dias úteis anteriores a entrega dos envelopes de documentação, sendo que a visita deverá ser realizada pelo Responsável Técnico indicado no tópico 3.3.2;

04 - APRESENTAÇÃO, RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste edital, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitação com a finalidade de realizar a Sessão Pública do recebimento e abertura dos envelopes contendo a Documentação e Propostas. A Comissão declarará instalada a Sessão na data e horário designado.

4.2. As empresas Licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, apresentar no ato da abertura desta Licitação, ENVELOPES SEPARADOS DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA, acondicionadas em invólucros não-transparentes e fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

De:...(nome do concorrente)...

(endereço do concorrente)...

Ao Município de Lacerdópolis

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2018.

Envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

De: ...(nome do concorrente)...

(endereço do concorrente)...

Ao Município de Lacerdópolis

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2018

Envelope nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

4.2.1. No caso de a empresa enviar representante por meio de credenciamento, este deverá ser entregue de forma separada aos envelopes, previamente ao início dos trabalhos.

4.3. Não será admitido o encaminhamento de documentação e/ou propostas via FAX ou Internet, muito menos a substituição de documentos.

4.4. Após o recebimento dos envelopes não serão aceitas juntadas e/ou substituições de quaisquer documentos, retificação de preços ou condições.

4.5. Qualquer manifestação em relação a presente Licitação fica condicionada a apresentação, pelo preposto da empresa, de documentos de identificação e instrumento Público ou Particular de Procuração ou cópia do Contrato Social, no caso de ser sócio da empresa.

4.6. A inabilitação da Licitante importa preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

4.7. A seu exclusivo juízo, a Comissão Licitante poderá suspender a Sessão para melhor examinar e avaliar os documentos e/ou propostas apresentadas, a fim de verificar suas conformidades com as exigências editalícias, sendo-lhe facultado designar nova data para divulgação do julgamento.

4.8. A designação da nova data deverá ser consignada em ATA, que deverá ser assinada por todos os presentes que desejarem assiná-la.

05 - PROPOSTA

A proposta deverá corresponder com precisão ao objeto da licitação, devendo ser apresentada em envelope fechado e não-transparente, indicando em sua parte externa o nome da empresa licitante, bem como o número desta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, preenchendo os seguintes requisitos:

5.1. Estar datilografada/digitada em língua portuguesa, em papel timbrado ou impresso próprio, sem rasuras, emenda, entrelinhas ou ressalva, contendo o CNPJ, endereço e telefone/fax da licitante, devendo a última folha ser assinada e as demais, apenas rubricadas pelo representante legal da empresa.

5.2. Será considerada vencedora a empresa que cotar o menor preço ao objeto respectivo a este edital, preço esse que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a mão-de-obra necessária para sua execução, e que deverá ser expresso em moeda nacional corrente, em algarismos arábicos e por extenso, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e nele deverão estar computadas todas as despesas de frete, seguro, embalagem, serviços, taxas, impostos e demais encargos incidentes. Bem como todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto. Obrigatoriamente a empresa deverá citar na proposta qual o BDI (Benefício/Bonificação e Despesas Indiretas) será praticado para a obra.

5.3. O valor total da proposta, deverá ser expresso em moeda nacional, em algarismos arábicos e por extenso, tanto na folha de rosto da proposta como na planilha, se admitindo apenas duas casas após a vírgula.

5.4. Deverá apresentar planilha com o preço unitário e global, seguindo rigorosamente os itens relacionados da planilha orçamentária do projeto, anexo deste edital, identificando na proposta o valor separado de mão de obra e de materiais que compõe o valor total da proposta.

5.4.1. Os itens unitários cotados NÃO poderão ser superiores aos valores existentes nas planilhas.

5.4.2. Os produtos cotados deverão ser identificados com a marca do fabricante.

5.5. O prazo de validade da proposta deverá ser, de no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos. Em caso de omissão, este prazo será considerado como se fosse proposto pela licitante.

5.6. Para esta Tomada de Preços, a obra deverá ser executada Conforme Cronograma, a contar da data da Ordem de Serviço. O prazo entre a data da Ordem de Serviço e o início da execução da obra, não deverá ser superior a 10 (dez) dias.

5.7. O (s) preço(s) deverá(ão) ser cotado(s) fixo(s) e irrealizável(eis) para o pagamento, até o último dia fixado, conforme art. 28, parágrafo 1º da Lei 9.069/95.

5.8. A proposta deverá especificar prazo mínimo de garantia de cinco anos, conforme art. 618 do Código Civil e art. 56 da Lei 8.666/93.

5.9. Apresentar Cronograma Físico-Financeiro, com fixação do prazo para execução do objeto, EM CONSONÂNCIA COM O CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO DA REFERIDA OBRA, contados da data da Ordem de Serviço, liberada pela Prefeitura de Lacerdópolis, o qual deverá fixar o valor para cada uma das etapas, observando-se que a última parcela não poderá ser inferior a 20% do valor total da obra.

5.10. Observar a ordem estabelecida no edital e seu (s) anexos.

5.11. Indicar o nome do banco, agência e o número da conta bancária OBRIGATORIAMENTE em nome da empresa licitante para que sejam efetuados os pagamentos.

06 - ENTREGA

A obra objeto desta Tomada de Preços deverá ser entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade e/ou utilização, conforme estabelecido neste edital e seu (s) anexos(s), no prazo de 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

07 – RECEBIMENTO

7.1. O objeto desta licitação será:

7.1.1. RECEBIDO provisoriamente, por responsável designado pelo Município de Lacerdópolis, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações do edital através de "Termo de Recebimento Provisório" (que será fornecido em 03 dias úteis), e definitivamente através de "Termo de Recebimento Definitivo" após comprovação da qualidade, vistoria e consequentemente aceitação, se for o caso, impreterivelmente no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.1.2. REJEITADO, quando for fornecido em desacordo com o estabelecido neste edital, proposta e Nota de Empenho.

7.2. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá na forma da lei a responsabilidade do contratado pela solidez, qualidade e segurança do material fornecido.

08 - PAGAMENTO

8.1. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- 8.1.1. Certidão Federal;
- 8.1.2. Certidão Estadual;
- 8.1.3. Certidão Municipal;
- 8.1.4. Certificado de Regularidade do FGTS
- 8.1.5. Certidão Trabalhista
- 8.1.6. Laudo de Medição da Etapa;
- 8.1.7. ART de Fiscalização;
- 8.1.8. ART de Execução;
- 8.1.9. Guia quitada do INSS;
- 8.1.10. Guia quitada do FGTS;
- 8.1.11. Guia SEFIP;
- 8.1.12. CEI dos Funcionários;
- 8.1.13. Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- 8.1.14. Laudo de Conclusão Provisório (quando for a última medição);
- 8.1.15. Livro de registro "Diário de Obra"(cópia).

8.2. O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente.

8.3. A contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

09 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas decorrentes de aquisições por intermédio desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos do Orçamento Geral, existentes nas dotações dos órgãos e entidades usuários, na data dos respectivos empenhos.

9.2. As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária do ano 2018, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO: 06-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 06-SERVIÇOS DO ESPORTE
Proj/At.: 27.812.1008.1.023-Constr.Ginásio Esporte/Reforma Ginásio Esp..e Centro Comunitário
Compl.Elem.: 4.4.90.51.07.00.00.00 – Reforma (91)
Recurso: 0000-Recursos Ordinários 10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. As propostas serão julgadas e classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a mão de obra necessária para execução da obra

considerando-se as demais especificações contidas no (s) ANEXO(s) da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, após parecer técnico da área requisitante.

10.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, conforme determina art. 45 § 2º da Lei 8.666/93.

10.3. A presente licitação poderá ser revogada, na sua totalidade ou em parte, sem que caiba, aos seus participantes, indenização de qualquer natureza, nas situações que a lei determina, e, os quantitativos poderão ainda ser aumentados ou diminuídos, observando-se os limites previstos no Parágrafo 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

10.4. As Propostas consideradas adequadas aos termos do edital serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação, quanto a erros aritméticos na computação ou em seu somatório, sendo que os erros serão corrigidos da seguinte forma:

- a) se existir discrepância entre o preço unitário e o valor total do item, prevalecerá o preço total do item;
- b) no caso de discrepância entre o valor da soma das parcelas constante na proposta e o valor da soma das mesmas parcelas, quando da verificação acima citada, prevalecerá este último valor;
- c) se existir discrepância entre o valor total global expresso na folha de rosto da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá este último; e
- d) verificado qualquer outro tipo de discrepância entre o valor total global constante em qualquer parte da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá o valor total global da planilha obtido através da verificação efetuada pela Comissão Permanente de Licitação.

11 - CONTRATO

11.1. O contrato, ANEXO II, parte integrante deste edital independentemente de transcrição, especificará o prazo e as condições de execução dos serviços, bem como a forma de pagamento e de reajuste do preço pactuado, quando previsto, e na forma da lei.

11.2. O Município de Lacerdópolis convocará por escrito o adjudicatário para assinatura do contrato.

11.3. O contrato será assinado no prazo de até 03 (três) dias, contados do recebimento da convocação do adjudicatário para esse fim.

11.4. Na hipótese do licitante vencedor não comparecer para assinar o contrato no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, será imediatamente convocado na forma do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº 8666/93, o segundo classificado e sucessivamente os demais licitantes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado.

11.5. O contrato terá sua vigência iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis e vinculada aos créditos orçamentários referidos neste edital, ou seja, até 31/12/2018, podendo ser prorrogado; tudo conforme o art. 61, § único e art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93, respectivamente.

12 - GARANTIAS

A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo o proponente optar pela modalidade de garantia, conforme dispõe o § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93 e alterações.

12.1. Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do Art. 56, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

12.3. A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

12.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

13 - PENALIDADES

13.1. A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou proceder de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeita à aplicação da MULTA, a saber:

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença,

devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5. (Cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

14 - RECURSOS

14.1. Dos atos do Município de Lacerdópolis, decorrentes da aplicação deste edital, caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser dirigida ao Setor de Licitações.

14.2. O prazo para o recurso previsto na letra "a" do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, correrá a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do resultado do julgamento da habilitação.

15 - DESCLASSIFICAÇÃO

15.1. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, conforme previsto no art. 48 da Lei 8.666/93.

15.2. As empresas deverão observar e cumprir as CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, se for o caso, constante (s) do(s) ANEXO(s) que faz(em) parte e integra(m) a presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, sob pena de desclassificação da proposta apresentada.

15.3. Serão desclassificadas as propostas que contiverem valor unitário e global superior ao valor máximo orçado nas planilhas para execução total da obra.

16 - CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Caberá a Contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

16.2. Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados, devidamente acompanhado pela fiscalização designada.

16.3. As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, não podendo os valores das parcelas serem inferiores a 5% (cinco por cento) e a fatura final não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal do Município de Lacerdópolis de que os serviços foram executados.

16.4. O critério de julgamento das propostas será o de menor

preço para execução total da obra.

16.5. Os preços apresentados na proposta serão em reais, FIXOS e IRREAJUSTÁVEIS

16.6. As propostas deverão conter planilha com o preço de cada item em separado, e o preço global em algarismos arábicos e por extenso, pelo qual se propõe a executar a obra.

16.7. Os quantitativos referidos são para efeito orçamentário e seleção da melhor proposta entendendo-se a execução dos serviços na sua integralidade.

16.8. Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo, por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

16.9. O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente, mediante necessidade e termo aditivo poderá alterar os projetos e/ou especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

16.9.1. Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

16.10. À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

16.11. A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU, entregando cópia da mesma ao Município de Lacerdópolis e mantendo outra cópia na obra.

16.12. Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da contratada que, como tal, tenham relação com a obra.

16.13. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

16.14. Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

16.15. A impontualidade injustificada na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

16.16. Por inexecução das obrigações estipuladas a contratada indenizará o Município de Lacerdópolis - dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

16.17. O termo inicial para a incidência da taxa de multa compensatória será a data correspondente ao adimplemento, e o termo

final, da data da efetivação do pagamento da multa.

16.18. Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Cíveis), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

16.19. A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra entre outros, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's – Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA/CAU
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

16.20. A Contratada encaminhará ao Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

16.21. A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas neste edital.

16.22. A empresa deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro; essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, 02 (dois) anos, em obras de construção civil.

16.23. A critério do Município de Lacerdópolis, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

16.24. A proponente que vier a causar impedimentos ao normal e legal andamento da presente licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados à entidade licitante, derivado da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.

16.25. A participação nesta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia importa à empresa proponente na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital e seus Anexos, bem como às estabelecidas nas "CONDIÇÕES DE CONTRATO" e na "MINUTA DO TERMO DE CONTRATO", que fazem parte integrante deste edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

16.26. A empresa contratada deverá manter no decorrer dos serviços, 01 (um) Engenheiro Civil, que atuará como responsável na gerência e execução do objeto; o Profissional em questão deverá ter vínculo empregatício com a empresa contratada de no mínimo 6 (seis) meses anterior a data da Licitação, por CTPS assinada ou por contrato particular de prestação de serviços.

16.27. A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

16.28. Maiores esclarecimentos sobre os projetos, poderão ser obtidos no setor de licitações.

16.29. Fica eleito o foro da Comarca de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

16.30. Qualquer cidadão, devidamente fundamentado, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do Artigo 113 da Lei nº 8.666/1993.

16.31. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

16.32. Os pedidos de impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser apresentados no protocolo geral, na Prefeitura Municipal, situado na Rua 31 de Março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, no horário de funcionamento normal da repartição, não sendo aceitas, em nenhuma hipótese, aquelas encaminhadas via fax ou e-mail.

16.33. Todas as atas e demais documentos emitidos e assinados pela comissão permanente de licitações, será enviado via e-mail para os participantes que não estiverem presentes na seção, mesmo assim estarão publicados no site do município (www.lacerdopolis.sc.gov.br).

16.34. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 43 da Lei 8.666/93 § 3º).

16.35. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, art. 43 da Lei 8.666/93 § 5º.

16.36. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

16.37. Os casos omissos serão submetidos à Comissão Permanente de Licitação do Município de Lacerdópolis.

16.38. Integram o presente edital:

- ANEXO I: Especificação sintética e característica do objeto desta licitação;
- ANEXO II: Contrato;
- ANEXO III: Declaração de Fatos Supervenientes;
- ANEXO IV: Declaração art. 27 Lei 8.666/93;
- ANEXO V: Termo de Recebimento Provisório;
- ANEXO VI: Termo de Recebimento Definitivo;

Lacerdópolis, 21 de junho de 2018.
SÉRGIO LUIZ CALEGARI
Prefeito

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO

A presente licitação tem como a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma e adequação, a serem feitos no CENTRO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

Valor: R\$ 599.855,57 (quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos

e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

Prazo de execução: Até 31/12/2018, após a emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado.

Prazo de vigência: O contrato terá sua vigência iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis e vinculada aos créditos orçamentários referidos neste edital, ou seja, até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, tudo conforme o art. 61, § único e o art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93, respectivamente.

Local de entrega dos serviços: conforme descrito no tópico 01 (OBJETO).

Condições de pagamento: Mensal, conforme medição e cronograma.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

ANEXO II

(MINUTA DO CONTRATO)

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à rua _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo seu _____, doravante simplesmente designada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma e adequação, a serem feitos no CENTRO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

1.2 - VALOR MÁXIMO: R\$...

CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1 - Caberá à contratada todas as providências relativas à execução dos serviços, quais sejam:

- a) Fornecimento de materiais e da mão-de-obra;
- b) satisfação de todas as exigências legais relativas a quaisquer aspectos de execução do objeto deste contrato;
- c) adoção das medidas de segurança e proteção que se fizerem necessárias;
- d) manutenção da ordem e da disciplina no canteiro de obra; e,
- e) pagamento de todos os encargos, tributos e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas em razão da execução deste contrato.

2.2 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada Secretaria Municipal de Transportes e Obras ou a quem esta designar.

2.3 - A CONTRATADA manterá preposto, aceito pelo Município de Lacerdópolis, no local da obra, para representa-la na execução do contrato.

2.4 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

2.5 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados da contratada que, como tal, tenham ou venham a ter relação com os serviços de que trata este contrato.

2.6 - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes do trabalho e quaisquer outras relativas ao pessoal admitido para a execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

3.1 - A contratada deverá facilitar, por todos os modos, o trabalho de fiscalização do Município de Lacerdópolis, mantendo inclusive, no local de execução da obra, em lugar adequado e em perfeita ordem, um espaço físico contendo o Livro Diário da Obra para anotações do fiscal municipal, uma coleção de todos os desenhos, detalhes, especificações e ordens de serviços.

3.2 - Na hipótese dos trabalhos não estarem sendo executados de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Município de Lacerdópolis, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a paralisação total ou parcial do serviço, determinando, ainda, a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1 - Pela execução do objeto deste contrato, o Município de Lacerdópolis - pagará à CONTRATADA a importância total de R\$. (...) , sendo R\$. pela mão de obra e R\$. pelo material.

4.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

4.3 - O preço estipulado nesta cláusula será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA

A obra objeto deste contrato, será entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade, conforme estabelecido no edital, no prazo de até 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO

6.1 - A obra objeto desta Licitação será recebida:

a) PROVISORIAMENTE: por responsável pelo recebimento do Município de Lacerdópolis a ser designado oportunamente pela mesma, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: no prazo não superior a 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão, de no mínimo, 03 (três) membros a ser designada oportunamente pelo Município de Lacerdópolis, após a verificação da qualidade do objeto da Licitação e consequentemente aceitação.

6.2 - O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, cabendo à

Contratada refazer as obras que venham a apresentar problemas.

6.3 - Ainda que recebidos em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança das obras realizadas, nos termos do Art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro e § 2º Art. 73 da Lei 8.666/93.

6.4 - Serão rejeitados os serviços que tiverem sido executados em desacordo com o estabelecido no edital e no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS

7.1 - A contratada deverá apresentar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

7.2 - Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

7.3 - A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Município de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

7.4 - A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

7.5 - Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

7.6 - Fica estabelecido como prazo mínimo de garantia o de 05 (cinco) anos; conforme Art. 618 do Novo Código Civil e Artigo 56 da Lei 8.666/93.

7.7 - A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1 - Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- Certidão Federal;
- Certidão Estadual;
- Certidão Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS
- Certidão Trabalhista
- Laudo de Medição da Etapa;
- ART de Fiscalização;
- ART de Execução;
- Guia quitada do INSS;
- Guia quitada do FGTS;
- Guia SEFIP;
- CEI dos Funcionários;
- Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- Laudo de Conclusão Provisório (quando for à última medição); e,
- Livro de registro "Diário de Obra"(cópia).

8.2 - A Contratada poderá apresentar Notas Fiscais/Faturas parciais mensais correspondentes às etapas dos serviços executados,

medidas e aceitas pela fiscalização do Município de Lacerdópolis, sendo que a fatura final será não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, correspondentes ao serviço completado, medida e aceita pela fiscalização do Município de Lacerdópolis.

8.3 - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente.

8.4 - A Contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

8.5 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGAO: 06-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 06-SERVIÇOS DO ESPORTE
Proj/At. 27.812.1008.1.023-Constr. Ginásio Esporte/Reforma Ginásio Esp. e Centro Comunitário
Compl.Elem.: 4.4.90.51.07.00.00.00 – Reforma (91)
Recurso: 0000-Recursos Ordinários CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

9.1 - O presente contrato terá prazo de execução até 31/12/2018, após a emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado. A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 10 (dez) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução do serviço conforme proposta.

9.2 - O contrato terá sua vigência iniciada somente após a sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis e vinculada aos créditos orçamentários referidos neste edital, ou seja, até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, tudo conforme o art. 61, § único e o art. 57, caput e inciso I da Lei 8.666/93, respectivamente.

9.3 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do Município de Lacerdópolis, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido na forma da lei, pela ocorrência das demais situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula será dado a Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS

11.1 - A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Município de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeito a aplicação da Multa,

conforme segue:

11.2 - Multa moratória, não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

11.3 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injusta a assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho;

11.4 - Multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não realizada, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas;

11.5 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho/contrato, pelo descumprimento de qualquer outra condição do edital não previstas nas alíneas anteriores;

11.6 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas nesta cláusula, será a data correspondente a do inadimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta; e,

11.7 - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Lacerdópolis. Caso seja superior, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 - Compete a Contratante:

a) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para executarem os serviços;

b) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, pertinente aos serviços a serem executados;

c) não permitir que outrem execute as obras Contratadas; e,

d) efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado, salvo por fatos supervenientes de fatos fortuitos ou força maior, devidamente justificada pelo setor competente.

Parágrafo único - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empresa que, como tal, tenham relação com o serviço.

12.2 - Compete a CONTRATADA efetuar os serviços de obras de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada, bem como o disposto no edital e seus anexos e no contrato;

§1º - Caberá a Contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

§2º - Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados.

§3º - As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Município de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, sendo que a fatura final não será inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal da Prefeitura de que os serviços foram executados.

§4º - Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada, são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

§5º - O Município de Lacerdópolis, quando julgar conveniente e mediante termo aditivo poderá introduzir modificações nos desenhos e especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

§6 - Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações,

modificações ou adições supra mencionadas.

§7 - À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

§8 - A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU.

§9 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empreiteira que, como tal, tenham relação com a obra.

§10 - A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

§11 - Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Município de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

§12 - A impontualidade na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento), do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

§13 - Por inexecução das obrigações estipuladas a Contratada indenizará o Município de Lacerdópolis - dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

§14 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas será a data correspondente ao inadimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento.

§15 - Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Civis), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

§16 - A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's - Anotação de Responsabilidade Técnica - CREA/CAU.
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

§17 - A Contratada encaminhará o Município de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

§18 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas prevista neste contrato e no edital.

§19 - A Contratada deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro, sendo que essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, dois anos em obras de construção civil.

§20 - A critério da Contratante, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

§21 - A contratada não poderá subcontratar parcial ou integralmente o objeto deste contrato.

§22 - A contratada deverá respeitar o prazo para a entrega do objeto.

§23 - A contratada deverá cumprir todas as orientações do Município de Lacerdópolis - para o fiel cumprimento do objeto especificado.

§24 - A contratada deverá recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução das obras objeto deste contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários (com base no salário e noutros direitos fixados para cada categoria, através de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei), bem como o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras em decorrência da sua condição de empregados, sem qualquer solidariedade do Município de Lacerdópolis, inclusive em matéria trabalhista.

§25 - A contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais, transporte, refeição, equipamento de proteção individual uniformes, calçados e todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços.

§26 - A contratada deverá prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Lacerdópolis.

§27 - A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo Município de Lacerdópolis, quanto à execução dos serviços objeto deste contrato.

§28 - A contratada deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao Município de Lacerdópolis e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados, na execução dos serviços.

§29 - A contratada deverá exibir, quando solicitado pelo Município de Lacerdópolis, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dentre outros, decorrentes de sua condição de empregados.

§30 - A contratada não deve permitir que seja cumprida por seus empregados jornada de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com os ônus que eventualmente tal fato possa acarretar.

§31 - A contratada deverá comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

§32 - A contratada deverá manter no local do serviço cópia completa dos projetos, detalhes e especificações, como também uma cópia de todos os anexos referente aos serviços, a serem executados exclusivamente para consulta e fiscalização que será fornecido pelo Município de Lacerdópolis.

§33 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou comprometimento da qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades da Clausula décima.

§34 - A Contratada deverá manter no serviço em período integral um Mestre de Obras com experiência comprovada por carteira de trabalho de no mínimo 02 (dois) anos.

§35 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

13.1 - A contratada, deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciária, bem como às que dizem respeito as normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Art. 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseqüentes.

13.2 - A contratada deverá providenciar, sob as penas cabíveis, o uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes, para que seja obedecido de forma rigorosa na execução de obra/serviços objeto do contrato.

13.3 - Antes de iniciar os trabalhos, objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, cópia dos seguintes documentos:

- a) Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal;
- b) PPRA - NR 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PCMAT - NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);
- c) PCMSO - NR 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);
- d) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);
- e) Ordens de Serviço Sobre Segurança e Medicina do Trabalho específicas para o Objeto desta Licitação (uma para cada trabalhador envolvido na execução das obras/serviços assinada pelo mesmo), conforme item 1.7 da NR 1;
- f) Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas, conforme previsto no item 18.28 da NR 18;
- g) Ficha de controle de recebimento de EPI's e termo de responsabilidade assinada pelo trabalhador; e
- h) Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho - NR 04 e NR 05), com telefone, endereço, etc.

13.4 - Durante a execução dos Trabalhos, a CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Município de Lacerdópolis, os seguintes documentos:

- a) Em caso de acidente de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT - Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA; e
- b) No caso de acidente grave ou fatal a CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização do Município de Lacerdópolis.

13.5 - Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar até o segundo dia útil o Relatório de Segurança e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

- a) Número de funcionários na obra;
- b) Número de acidentes pessoais e materiais;
- c) Número de homens/horas trabalhadas;
- d) Números de dias perdidos e dias debitados referente aos acidentes;
- e) Número de inspeções de segurança realizadas;
- f) Número de cursos/treinamentos realizados; e
- g) Composição do SESMT e da CIPA.

13.6 - Diariamente a CONTRATADA deverá manter no local da Obra o Diário de Obra, que deverá ser disponibilizado para a fiscalização da contratante bem como do responsável pela obra da parte contratada, para anotações e registros diários quando houverem, findo a obra deverá ser anexado ao devido processo de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente será efetuada através da Imprensa Oficial do Município de Lacerdópolis, conforme parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato se sujeita às normas da Lei 8.666/93 de 21/06/93 combinada com a Lei 8.883/94 de 08/06/94 e pelo

estabelecido no edital, que o CONTRATADO declara conhecer e se obriga a respeitar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Município de Lacerdópolis e a contratada, será feita por meio de protocolo; nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no Município de Lacerdópolis, empresa e processo licitatório referente a Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, nos termos do art. 60, da Lei nº 8666/93.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... de... 2018.

Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	CONTRATADA
---	------------

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF/MF: _____

Nome: _____
CPF/MF: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

Empresa, _____, CNPJ _____,
sediada (endereço completo) _____,
declara sob penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Lacerdópolis - SC,de de

.....
nome completo do declarante

.....
nº do R.G: do declarante

.....
Assinatura do declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MENOR

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Lacerdópolis - SC,de de

.....

nome

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo seu Prefeito _____ (nome completo), declara receber em caráter provisório as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ _____ conforme Nota de Empenho _____ contrato n.º _____ e seus anexos, que objetivou a empresa _____, vencedora do certame licitatório realizado em ____/____/____, na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

“O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo “contrato”. (Lei 8.666/93- Art 73- parágrafo 2º)

(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei 8.666/93).

Lacerdópolis - SC,de de

Pela Prefeitura: _____
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: _____
(carimbo e assinatura)

ANEXO VI

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo seu Prefeito _____ (nome completo), _____, declara receber em caráter definitivo as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ _____ conforme Nota de Empenho _____ Contrato n.º _____ e demais especificações contidas no edital e seus anexos, que objetivou a empresa _____, vencedora do certame licitatório realizado em ____/____/____, na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

“O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo “contrato”. (Lei 8.666/93- Art 73- parágrafo 2º)

(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei 8.666/93).

Lacerdópolis - SC,de de

Pela Prefeitura: _____
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: _____
(carimbo e assinatura)

Laguna

PREFEITURA

PREGAO 13/2018-PML-REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1661152

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 13/2018-PML-REPUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para a aquisição de máquinas rodoviárias para o Município, no dia 04 de julho de 2018 as 15:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 21 de junho de 2018.

Waldomiro Souza Netto/Pregoeiro

PREGAO 15/2018-PML

Publicação Nº 1661112

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 15/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para a contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra de calçamento, para a manutenção das vias do Município, no dia 04 de julho de 2018, as 09:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 20 de junho de 2018.

Samantha Claudino Sampaio/Pregoeira

Lajeado Grande

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO / FMS Nº 007/2018 PREGÃO PRESENCIAL / FMS Nº 007/2018, REGISTRO DE PREÇO APRA AQUISIÇÃO DE 03 VEÍCULOS NOVOS (0 KM), DENTRE ELES UMA AMBULANCIA TIPO – “A” E DOIS “SUV” PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAJEADO GRANDE

Publicação Nº 1661012

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. FMS Nº. 007/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 007/2018

Tipo: Registro de Preço/Menor Preço Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE 03 VEÍCULOS NOVOS (0 KM), DENTRE ELES UMA AMBULANCIA TIPO – “A” e DOIS “SUV” PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAJEADO GRANDE – SC.

Entrega dos Envelopes: até às 08h00min do dia 06 de julho de 2018

Abertura dos Envelopes: 08h15min do dia 06 de julho de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Vitória, nº 503, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min. às 17h00min, pelo fone (0**49) 3355.0012 ou na pagina eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br. Lajeado Grande/SC, 19 de junho de 2018. NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal.

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 064/2018**

Publicação Nº 1661006

DECRETO Nº 064/2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.016/2017, de 19 de Dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - SECRET. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.015 - - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.1.90.00.00.5000 - Aplicação Direta R\$ 160.000,00

Total: R\$ 160.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

05 - SECRET. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

2.015 - - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.71.00.00.5000 - Aplicação Direta R\$ 110.000,00

3.1.71.00.00.5000 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.5000 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 160.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE JUNHO DE 2018.

PEDRO BARP RODRIGUES

Prefeito Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 065/2018

Publicação Nº 1661019

DECRETO Nº 065/2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.016/2017, de 19 de Dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

08.03 - Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente

2.017 - Manutenção do Departamento de Agricultura

3.1.90.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 60.000,00

Total R\$ 60.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de Recurso 5000 – Recurso Próprio

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE JUNHO DE 2018.

PEDRO BARP RODRIGUES

Prefeito Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 066/2018

Publicação Nº 1661020

DECRETO Nº 066/2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.016/2017, de 19 de Dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.004 - Manutenção da Secretaria de Administração

4.4.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE JUNHO DE 2018.

PEDRO BARP RODRIGUES

Prefeito Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 067/2018

Publicação Nº 1661026

DECRETO Nº 067/2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.016/2017, de 19 de Dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.02 - Departamento de Finanças

2.006 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.02 - Departamento de Finanças

2.006 - Manutenção da Secretaria de Finanças

4.4.90.00.00.00.5000 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE JUNHO DE 2018.

PEDRO BARP RODRIGUES

Prefeito Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 184/PMLM/2018

Publicação Nº 1660756

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 184/PMLM/2018

OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para pavimentação da Rua Mané Vico, bairro Mina Nova no município de Lauro Muller obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária, memorial descritivo e projetos em Anexo, sob a regência da Lei 8.666/93 que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, repasse nº 830027/2016 firmado entre a União Federal/Ministério das Cidades por meio da Caixa Econômica Federal processo nº nº2624.1030327-53/2016.

CONTRATADO: BCL EMPREENDEIMENTOS LTDA

Modalidade: TOMADA DE PREÇO Nº 96/2018

Vigência: 31/12/2018

Assinatura: 19/06/2018

Valor: R\$ 262.423,46 (Duzentos e sessenta e dois mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e seis centavos),

Lebon Regis

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2018 - INEXIGIBILIDADE Nº IN06/2018

Publicação Nº 1661326

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2018 - Inexigibilidade Nº IN06/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através de sua Gestora, torna pública a instauração de procedimento de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento na Lei n.º 8.666/93 no seu Art. 25 neste caso específico previsto no seu caput pela inviabilidade de competição, portanto esta aberto Edital de Chamamento que permanecerá aberto durante o exercício de 2018, no qual consta a relação de Profissionais solicitados para credenciamento, e que atendam aos requisitos do Edital, serão contratados em igualdade de condições. OBJETO: Credenciamento de Pessoas Físicas ou Jurídicas especializadas, para prestação de Serviços Médicos nas especialidades de Ortopedia, Ginecologia, Pediatria e Fonoaudiologia, para atendimentos aos pacientes do Sistema Único de Saúde-SUS deste Município, a serem realizadas na Unidade Básica de Saúde Central, em local disponibilizado pelo Fundo de Saúde, conforme Termo de Referência ANEXO I do Edital de Chamada Pública para Credenciamento CR03/2018. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC. Cadastro conforme Lei 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 21/06/2018.

NÁDIA APARECIDA MACIEL – Gestora.

DECRETO Nº. 032, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661496

DECRETO Nº. 032, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS E NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E AUTÁRQUICA NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018".

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica assim estabelecido o horário de expediente dos órgãos de expediente e das entidades da Administração Pública Municipal Direta e Autárquica nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018:

- I – das 8h00 às 14h00 nos dias úteis em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 15h00;
- II – das 13h30 às 19h30 nos dias úteis em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 11h00;
- III – das 12h00 às 18h00 nos dias úteis em que houver jogo da Seleção brasileira agendado para as 9h00.

Parágrafo único: O servidor público Municipal que, por qualquer

motivo, estiver impedido de executar suas atividades nos horários de que tratam os incisos do caput deste artigo, deverá cumprir o seu horário normal de expediente, apresentando justificativa prévia e formalizada à chefia imediata.

Art. 2º. Fica excluído das disposições dos incisos do caput deste artigo o servidor público municipal que execute atividades no Hospital e Maternidade Santo Antônio, bem como, no Conselho Tutelar e nas Escolas deste Município, que funcionarão em horário normal de expediente.

Art. 3º. Cabe aos titulares dos órgãos e das entidades, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e o pleno funcionamento dos serviços considerados essenciais nos dias em que houver jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 21 de junho de 2018.

Douglas Fernando de Mello
Prefeito Municipal

Maurício Passos Pinheiro
Secretário Municipal de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2018

Publicação Nº 1661073

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 31/2018
Pregão Presencial nº 14/2018
Registro de Preços nº 07/2018

OBJETO: A presente licitação visa à implantação do Sistema de REGISTRO DE PREÇOS para contratação de pessoa jurídica especializada, para aquisição futura e eventual de sinalização viária, conforme especificações contidas no Anexo I (Termo de Referência). Data de Homologação: 15 de junho de 2018 - LICITANTES HOMOLOGADOS: - WILLIAN PABLO LAMPERTI - CNPJ: 25.203.392/0001-17, com o valor total de R\$ 160.900,00 (Cento e sessenta mil e novecentos reais) – SINASC - SINALIZACAO E CONSTRUCAO DE RODOVIAS LTDA - CNPJ: 07.150.434/0001-17, com o valor total de R\$ 171.799,00 (cento e setenta e um mil, setecentos e noventa e nove reais). Lebon Regis, 15 de junho de 2018. Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº PR09/2018

Publicação Nº 1661530

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018
Pregão Presencial Nº PR09/2018
INTIMAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do Pregoeiro Oficial,

nomeado através do Decreto nº 015/2018, torna público que: ficam intimadas ambas as empresas em disputa no referido Processo Licitatório, recorrida e recorrente, para que no prazo de 03 (três) dias úteis apresentem planilha de composição dos custos que embasaram suas propostas, para que seja possível a análise da exequibilidade de ambas as propostas. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 21/06/2018.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro.

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003498-9

Publicação Nº 1661937

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003498-9

OBJETO: Apurar qual o órgão responsável para atendimento dos consumidores residentes neste Município de Lebon Régis

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por sua Promotoria de Justiça da Comarca de Lebon Régis, sediada na Rua Waldir Ortigari, n. 45, Centro, Lebon Régis/SC, - CEP: 89515-000, por seu Órgão de Execução em exercício nesta Comarca, o Promotor de Justiça Thiago

Naspolini Berenhause, com atribuição para atuar na Curadoria do Consumidor e de outro lado Município de Lebon Régis, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Arthur Barth, n. 300, Centro, Lebon Régis- SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Douglas Fernando de Mello, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, nos autos do INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n. 06.2017.00003498-9, nos termos dos artigos

19 e seguintes do Ato n. 335/2014/PJG; artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000; e artigo 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que ao primeiro foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos do consumidor enquanto coletividade artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, do Código de Defesa do Consumidor e artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85 (com redação dada pelo artigo 113 do CDC);

CONSIDERANDO que, segundo a Constituição Federal, "o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor" (artigo 5º, inciso XXXII);

CONSIDERANDO que a criação de órgãos de defesa do consumidor municipais, os denominados Procons Municipais, encontra respaldo legal na Carta Magna, no Código de Defesa do Consumidor (artigos 4º e 5º do Código de Defesa do Consumidor), assim como nas leis correlatas, devendo ser criado por lei municipal, vinculado à estrutura da Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO que ao Poder Público cabe enorme responsabilidade, no aspecto preventivo no âmbito administrativo na defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que grande parte dos consumidores desconhecem a legislação que os protege contra fraudes, bem como desconhecem os órgãos de defesa do consumidor, deixando de reclamar seus direitos;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos específicos de defesa do consumidor e os de fiscalização, na sua maioria, estão centrados nas cidades maiores, o que dificulta o atendimento das pessoas

residentes em outros municípios, fato que não ocorreria caso os consumidores pudessem dispor de um atendimento direto na sua própria comunidade;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 6º, inciso VII, institui que é direito básico do consumidor, dentre outros, "o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas a prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica dos necessitados";

CONSIDERANDO que os artigos 4º e 5º do Código de Defesa do

Consumidor preveem A POLÍTICA NACIONAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, visando a harmonizar as relações de consumo buscando aprimorar o relacionamento entre consumidor e fornecedor; CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, no Capítulo VII, relativo às sanções administrativas, é constituído por normas gerais de competência editadas com fundamento no artigo 24, §1º da CF/88, e cujos destinatários são os entes federativos investidos de competência legislativa ordinária para dispor sobre o poder de polícia administrativa tanto da União como dos Estados e do Município;

CONSIDERANDO que a municipalização da defesa do consumidor é de extrema importância, não só para a difusão de um dos temas mais relevantes da atualidade - A PROTEÇÃO E A DEFESA DO CONSUMIDOR -, mas, também, para estabelecer um intercâmbio de informações entre órgãos oficiais, e aprimorar o atendimento ao cidadão por intermédio dos serviços de orientação e atendimento prestados pelo Procon, constituindo-se assim, em um importante veículo de valorização e respeito à CIDADANIA;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do artigo 55 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias;

CONSIDERANDO que o Procon integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 105 da Lei n. 8.078/90, que foi regulamentado pelo Decreto n. 2.181, de 20 de março de 1997;

CONSIDERANDO que o Procon possibilita, exemplificativamente, 1) prevenir e evitar conflitos nas relações de consumo;

2) informar e conscientizar toda população (consumidores e fornecedores) sobre seus direitos; 3) proteger e defender os consumidores; 4) promover a harmonia nas relações de consumo; 5) apresentar aos consumidores alternativas para melhorar suas escolhas no momento das compras, gerenciar seus gastos, evitar conflitos e cuidar de seu orçamento; 6) melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo comércio e indústria, através do conhecimento e observação das leis e dos direitos do consumidor; 7) firmar convênios com Municípios e Consórcios de Municípios, ampliando ainda mais os serviços de proteção e defesa do consumidor; 8) manter corpo fiscalizatório próprio; 9) aplicar integralmente os recursos arrecadados com as sanções administrativas na manutenção e no aprimoramento dos serviços de defesa do consumidor pelos entes municipais;

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público a instauração de Inquérito Civil e o ajuizamento de Ação Civil Pública para a defesa proteção dos interesses difusos dos consumidores, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei n. 7.347/85, e artigo 82, inciso 1, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que no município de Lebon Régis ainda não existe um órgão municipal de defesa do consumidor e que foi constatada a necessidade e interesse na implantação desse Órgão, mormente

se considerando o número de consumidores que procuram esta Promotoria de Justiça com queixas consumeiristas;
RESOLVEM

formalizar, neste instrumento, TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro nos artigos 5º, §6º, da Lei Federal

n. 7.347, de 24.07.1985, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

1. O Município de Lebon Régis compromete-se a, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apresentar um projeto de Lei na Câmara de Vereadores criando o Procon Municipal de Lebon Régis-SC;
2. Após a aprovação da Lei Municipal que cria o Procon Municipal, o Município de Lebon Régis compromete-se a implementar o serviço, com adequada estrutura material e de pessoal, o que será feito no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação legislativa;

3. Em até 30 (trinta) dias após o decurso dos prazos estabelecidos nos itens 1 e 2, o Compromissário obriga-se a apresentar comprovação documental perante esta Promotoria de Justiça do cumprimento das obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: CLÁUSULA PENAL

1. A inexecução dos compromissos previstos na cláusula anterior implicará na responsabilidade pessoal e solidária do seu representante signatário e do ente público no pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês, isso para cada item descumprido.

As multas são independentes, cumulativas e por evento, cujo valor será revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (criado pelo Decreto nº 1.047, de 10.12.87), sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, assim como de execução específica das obrigações assumidas.

2. O COMPROMISSÁRIO fica ciente de que o cumprimento

das obrigações constantes do presente termo não o dispensa de satisfazer qualquer outra exigência prevista em lei, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva de cunho civil em face do COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC, sendo que o presente compromisso não exclui a responsabilidade administrativa e criminal pelo ato praticado, nem por sua eventual reiteração.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

2. No prazo de 10 (dez) dias o COMPROMISSÁRIO remeterá cópia do presente ajuste ao Legislativo Municipal, para conhecimento e fiscalização, bem como fará publicar Diário Oficial dos Municípios, inclusive no sítio do Município, resumo deste Termo de Ajustamento de Conduta, encaminhando a esta Promotoria de Justiça, nos dez dias seguintes ao vencimento do prazo, comprovação documental do cumprimento das obrigações mencionadas neste item.

3. As partes elegem o foro da Comarca de Lebon Régis para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e art. 18, do ato nº 81/2008/PGJ), o qual será

submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 19 do Ato n. 81/2008/PGJ.

Lebon Régis, 28 de março de 2018.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 40/2018

Publicação Nº 1661270

MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Edital de Pregão Presencial 40/2018

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de fardamentos, co- turnos, e lanternas táticas para os Policiais Militares, a realizar-se no dia 09 de julho de 2018, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadossul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 21 de junho de 2018.

Genir Loli

Prefeito Municipal.

DECISÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO - TP 02/2017

Publicação Nº 1661735

Processo de Licitação n. 27/2017

Modalidade: Tomada de Preços 02/2017

Contrato Administrativo n. 71/2017

Interessado: Ribeiro & Flores Construções Ltda – ME

DECISÃO

1. Trata-se de processo administrativo decorrente de licitação aberto por esta Secretaria para averiguar os motivos do descumprimento do contrato administrativo n. 71/2017 (fls. 152 a 157) firmado com a empresa Ribeiro & Flores Construções Ltda – ME.

O contrato se originou do processo de licitação autuado sob o número 27/2017, modalidade de tomada de preços n. 02/2017 e tinha como objeto a execução da ciclovias e adequação do passeio na SC 473.

A empresa processada paralisou a obra pela qual havia sido contratada, sem justa causa, não retomando as atividades mesmo após ter sido, por duas vezes, notificada para reiniciar a execução do contrato, conforme se verifica pelos documentos de fls. 182/183 e 188 a 190.

Instaurado o processo por despacho fundamentado e devidamente publicado, a empresa foi devidamente notificada para apresentar defesa, mas não o fez (fls. 192 a 204).

Manifestação do Procurador Municipal às fls. 206 a 216, que, através do Parecer Jurídico n. 8/2018, opina pelo reconhecimento da inexecução parcial do contrato administrativo, ante a paralisação da obra sem justa causa com a consequente rescisão do contrato de forma unilateral; aplicação de multa no importe de 20% sobre a parte não cumprida do contrato; multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação, caso realizada, para complementação da obrigação não cumprida; ressarcimento de eventuais custos para realizar novo processo de licitação para contratação da continuidade da obra, bem como aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos.

2. Aprovo o Parecer Jurídico n. 8/2018, fls. 206 a 216 e, nos termos de sua manifestação, argumentos que adoto como razões desta decisão, resolvo, em relação à empresa Ribeiro & Flores

Construções Ltda – ME:

a) rescindir unilateralmente o contrato administrativo n. 27/2017, na forma do art. 79, I, por incidir nos comandos legais e genéricos dos artigos 66, 77 e, em específico, no art. 78, V, todos da Lei 8.666/93, com fundamento nos itens 16 e subitens 16.1, 16.2 e 16.2.1 do edital de licitação e na cláusula décima segunda, subcláusulas 12.1, 12.2 e 12.2.1 do contrato administrativo;

b) aplicar a penalidade administrativa de multa no importe de 20% (vinte por cento) sobre a parte incontroversa não cumprida da execução do contrato, observados os requisitos previstos no edital e no contrato administrativo, por incidir no art. 87, II da Lei 8.666/93, com fundamento no item 17, subitens 17.3, 17.3.1 do edital de licitação e na cláusula décima terceira, subcláusulas 13.3 e 13.3.1 do contrato administrativo;

c) aplicar a penalidade administrativa de multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação (se efetuada) para complementação ou realização da obrigação não cumprida, por incidir no art. 87, II da Lei 8.666/93, com fundamento no item 17, subitem 17.3.2 do edital de licitação e na cláusula décima terceira, subcláusula 13.3.2 do contrato administrativo;

d) determinar que a empresa efetue o ressarcimento de eventuais custos para a realização de nova licitação, se houver, com fundamento no item 17, subitem 17.5 do edital de licitação e na cláusula décima terceira, subcláusula 13.5 do contrato administrativo;

e) aplicar a penalidade administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, por incidir no art. 87, III da Lei 8.666/93, com fundamento no item 17 do edital, subitem 17.1 e na cláusula décima terceira, subcláusula 13.1 do contrato administrativo.

3. Para executar esta decisão, desde já determino ao setor de licitações, por qualquer de seus responsáveis:

a) Que remeta este processo ao Prefeito Municipal para que, aca- tando esta decisão, lavre o termo de rescisão unilateral do contrato administrativo n. 27/2017;

b) lavrado o termo de rescisão e devidamente publicado, que ve- rifique o disposto no art. 24, XI da Lei 8.666/93 e, caso não haja interesse, que seja realizado novo processo de licitação para a con- tinuidade da obra;

c) que realize diligências para fins de liquidar o cálculo das multas aplicadas no item 2, letra "b" e "c", bem como para apurar even- tuais custos para a realização de nova licitação, se houver, item 2, letra "d", juntando os documentos pertinentes neste processo, ob- servando que eventual atualização monetária deve seguir o índice disposto no edital/contrato de licitação;

d) que tome as medidas cabíveis a fim de registrar a penalidade de suspensão nos órgãos oficiais (Tribunal de Contas, SICAF, etc), se cabível e possível.

4. Realizado o cálculo das multas e apurado eventual ressarcimen- to, venham os autos para homologação dos valores.

5. Determino, desde já, a publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site do Município de Lindóia do Sul, no link do processo de licitação.

6. Realizadas as diligências descritas no item "3", determino a no- tificação da empresa Ribeiro & Flores Construções Ltda – ME sobre o inteiro teor desta decisão e, para querendo, apresente recurso administrativo da decisão, na forma do art. 109, I, "e" e "f" da Lei 8.666/93, observando que o recurso não possui efeito suspensivo, a teor do disposto no art. 109, § 2º da referida lei.

7. Notificar a empresa para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis re- alize o pagamento do valor das multas e do eventual ressarcimento dos custos de nova licitação.

Não pago, remeta-se o processo ao(a) Procurador(a) Municipal para que tente a competente execução ou tome as medidas cabíveis para cobrança dos valores.

8. Cumpra-se, com urgência.

Lindóia do Sul/SC, 13 de junho de 2018.

Ivonilso Venâncio

Secretário de Infraestrutura e Transportes

DECISÃO PREFEITO - IMPUGNAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 38/2018

Publicação Nº 1661739

DECISÃO

Trata-se de impugnação ao edital de licitação referente ao processo de licitação n. 47/2018, na modalidade de pregão na forma presencial n. 38/2018, que tem por objeto o conserto de uma retroescavadeira de propriedade do Município de Lindóia do Sul.

A impugnação foi apresentada pela empresa Costa & Cia Ltda – EPP, protocolada sob o n. 327/2018, em 19/06/2018, fls. 62 a 89 dos autos de licitação.

Devidamente autuada e conhecida pelo pregoeiro, veio para decisão.

Decido.

Adoto os fundamentos lançados no parecer jurídico n. 9/2018 (fls. 92 a 102), firmado pelo Procurador Municipal Igor Frare Grandi para homologar a consulta e, desde já decidir pelo acolhimento da impugnação de fls. 62 a 89, determinando que seja suprimido do edital de licitação o subitem 3.3.6.

Retifique-se o edital.

Reabra-se o prazo para abertura das propostas, na forma da lei.

Cientifique-se a empresa.

Publique-se:

a) esta decisão no site do Município, no campo referente ao processo de licitação (www.lindoiadosul.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC;

b) a retificação do edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e no site do Município;

c) Extrato de retificação do edital no jornal, conforme publicação seguida pelo processo de licitação em comento.

Lindóia do Sul/SC, 20 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

DECRETO 3050 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661579

DECRETO Nº 3.050, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Remaneja recursos do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 38.200,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º, correrão por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde da Família – ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 18.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 20 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

LEI 1392 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661582

LEI Nº 1.392, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Remaneja recursos do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 38.200,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º, correrão por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde da Família – ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas R\$ 18.200,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 20 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

LEI 1393 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661588

LEI Nº 1.393, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Autoriza o Município a custear despesas com a Festa Anual em Homenagem ao Colono e Motorista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas até o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com realização da edição de 2018 da "Festa Anual em Homenagem ao Colono e Motorista"

Art. 2º. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 20 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 80/2018

Publicação N° 1661593

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 80/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPORER O CAFÉ PARA AS ATIVIDADES REALIZADAS PELO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 05/07/2018. Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 05/07/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 21 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

EDITAL 81/2018

Publicação N° 1661706

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 81/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARNES PARA FEIJOADA E GINCANA DA 48ª FESTA DO COLONO. Entrega dos Envelopes: até às 14 horas e 30 minutos do dia 05/07/2018; Abertura dos Envelopes: 14 horas e 45 minutos do dia 05/07/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 21 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

RETIFICAÇÃO AO EDITAL 56/2018

Publicação N° 1661291

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO N.º 56/2018

EDITAL: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CALHAS, GRELHAS, LAJOTAS, MEIO FIO, TAMPA CEGA, PALANQUE E TUBOS DE CONCRETO. Alteração dos itens 04 e 05, lote 03 do anexo I. Inclusão dos itens 6 e 7 no lote 03 Anexo I. Entrega dos Envelopes: até dia 04/07/2018 às 08:30 horas. Abertura dos Envelopes: dia 04/07/2018 às 09 horas. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 20 de junho de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

Luiz Alves

PREFEITURA

DECRETO N.º 96/2018

Publicação Nº 1661804

DECRETO N.º 96/2018

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e pelo inciso I do artigo 12 da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 – Lei Municipal n.º 1.704, de 23 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), destinado a criar as dotações abaixo descritas no orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.0013.2.035 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde.

(33) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502.0 (0.1.0002) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

(77) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0502.0 (0.3.0002) – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0020.2.057 – Manutenção do Transporte Escolar

(15) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0501.0 (0.1.0001) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.0013.2.035 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde

(35) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0502.0 (0.1.0002) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

(57) 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0502.0 (0.3.0002) – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0020.2.057 – Manutenção do Transporte Escolar

(18) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0501.0 (0.1.0001) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 20 de junho de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1660758

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2018 LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA 29ª FESTA NACIONAL DA CACHAÇA E 27ª FESTA DA BANANA.

Em relação ao Anexo V do Edital (Termo de Referência), deverão estar inclusos nos custos os serviços de transporte, instalação, equipe técnica de montagem e desmontagem, encargos e responsabilidades trabalhistas e ART. Neste sentido, fica mantida a data de abertura dos envelopes, para o dia 03 de julho de 2018, às 14h:00min.

Luiz Alves, 21 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1661685

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2018

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA A CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECÁRIO E REMUNERADO, NO PERÍODO DE 20 A 22 DE JULHO DE 2018, PARA FORNECIMENTO, PREPARO E COMERCIALIZAÇÃO DE REFEIÇÕES TIPO LANCHES, BATATA RECHEADA, SALGADOS EM GERAL, HOT-DOG, MINI PIZZAS, REFEIÇÕES DE FOOD-TRUCKS, PIPOCA, SORVETE, TRUFAS, BRIGADEIROS, CHURROS E KREPP SUÍÇO NA ÁREA DENOMINADA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA XXIX FESTA NACIONAL DA CACHAÇA.

Tipo: Maior Oferta Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 13h45min horas do dia 09/07/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 14h00min horas do dia 09/07/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 21 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL
Nº 60/2018 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 1661690

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE TURISMO AO DIVULGAR EVENTOS MUNICIPAIS.

Tipo: Menor Preço Por Item (Registro de Preços).

Entrega da Proposta e Documentação: até às 09h15min horas do dia 13/07/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h30min horas do dia 13/07/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 21 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ARP PML Nº 049.18

Publicação Nº 1661528

1º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 083/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 - PML

Aos 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC e neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, denominado CONTRATANTE, e a empresa SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de Novembro, nº42, Fundos, Centro, no Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.920.994/0001-79 neste ato representado por seu sócio administrador JOÃO CARLOS SAMOURA, brasileiro, maior, casado, vendedor, portador da cédula de identidade nº 14/R 1706603 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 504.989.249-04, denominado FORNECEDOR 1, ajustam entre si o presente termo aditivo ao REGISTRO DE PREÇOS para À AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E EPIS, DE FORMA PARCELADA, COM AMOSTRA, PARA MERENDEIRAS E AUXILIARES DE COPA E HIGIENIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO VALOR

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, aditar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo do item 1 da Ata PML nº 083/2018/PML, sem alteração de valor unitário, nos termos da Cláusula Segunda da presente Ata.

Item	Unid.	Descrição	Quantidade Licitada	Quantidade Aditivada (25%)	Quant. Total (após aditivo)
1	UN	Calças femininas, azul marinho em tecido PA, poliéster 65% e algodão 35%. Tamanhos: P, M, G, GG e XGG.	50,00	12,00	62,00

CLÁUSULA SEGUNDA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 20 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

JOÃO CARLOS SAMOURA

SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 070.16

Publicação Nº 1661708

2º TERMO ADITIVO
CONTRATO PML Nº 070/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2016

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, denominado CONTRATANTE e a empresa AUDATEX BRASIL SERVICOS LTDA, estabelecida na Av. Maria Coelho Aguiar, 215, São Paulo/SP, inscrita no CPF/CNPJ sob nº 02.144.891/0001-85 representada pelo e o Sr. ARTHUR KOUTSODIMITROPOULOS, australiano, casado, contador, portador da Cédula de Identidade nº RNE V958078-Q e inscrito no CPF sob o nº 236.654.768-44 e o Sr. ALEXANDRE PONCIANO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 17.199.599 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 153.177.108-47; doravante denominados CONTRATADOS, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, na forma convencionada na Cláusula Sétima do Contrato original, prorrogar o prazo de vigência por igual período, ou seja, 12 (doze) meses, vigorando até 28 de julho de 2019, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO VALOR

Com base no exposto na Cláusula Terceira do presente instrumento, considera-se como valor para a execução deste Termo a quantia total de R\$ 7.993,00 (sete mil novecentos e noventa e três reais), conforme disposto no Contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA QUARTA
DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de julho de 2017.
MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

ALEXANDRE PONCIANO
AUDATEX BRASIL SERVICOS LTDA
CONTRATADA

ARTHUR KOUTSODIMITROPOULOS
AUDATEX BRASIL SERVICOS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. -----
Nome:
CPF:

2. -----
Nome:
CPF:

1º TERMO ADITIVO CONTRATO PML Nº 091.17

Publicação Nº 1661000

1º TERMO ADITIVO
CONTRATO PML Nº 091/2017
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 041/2017
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 023/2017

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, denominado CONTRATANTE e ISLUNA – GESTÃO EMPRESARIAL PÚBLICA E PRIVADA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.086.837/0001-68, com sede administrativa na Rua das Azaleias, nº 46, Casa, Carvoeira, Florianópolis/SC, CEP: 88.040-560, neste ato representada por sua sócia administradora, o Sra. MELISSA LONDERO RUPP, brasileira, separada, professora, portador de documento de identidade sob nº 2.223.822-0, inscrito no CPF sob o nº 729.980.089-68, denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado a presente TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA GESTÃO DE CONVÊNIOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E OUTRAS FONTES, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A REALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência do Contrato PML Nº 091/2017, passando a vigorar por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 01 de julho de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO INFLACIONÁRIA

O presente Termo Aditivo ainda tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, majorar o valor Contrato PML Nº 091/2017, aplicando-lhe a correção inflacionária representada pelo acumulado do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor dos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 1,7620%. O valor pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO será de R\$ 966,74 (novecentos e sessenta e seis reais e setenta e quatro centos) por mês, pagos nos termos da Cláusula Segunda do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA QUARTA
DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato permanecem inalteradas.
E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

MELISSA LONDERO RUPP
ISLUNA – GESTÃO EMPRESARIAL PÚBLICA E PRIVADA LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. -----
Nome:
CPF:

2. -----
Nome:
CPF:

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 058.16

Publicação Nº 1661813

2º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO PML Nº 058/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 037/2016

PREGÃO Nº 031/2016

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de 2017, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, CEP 89.609-000 neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, denominado CONTRATANTE e DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Getúlio Dorneles Vargas, nº1661-N, Bairro Centro, na cidade de Chapecó/SC, CEP: 89805-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.974.813/0001-45, neste ato representado por seu sócio administrador PAULO CESAR LAMAISSON, brasileiro, maior e capaz, casado, empresário portador da carteira de identidade nº 5.760.131 SSPSC e inscrito no CEP sob o nº 408.290.490-53, denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado a presente TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA ATENDIMENTO REGULAR DAS ATIVIDADES DIVERSAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE LUZERNA/SC E DOS FUNDOS ESPECIAIS, INCLUÍDA A INSTALAÇÃO, INSUMOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância das partes, aditar o Contrato PML Nº 058/16, passando a vigorar, nos termos da Cláusula 8.1, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 13 de julho de 2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO REAJUSTE**

Ainda, o presente instrumento tem por objeto, nos termos da Cláusula 2.1.5, majorar o valor do Contrato, aplicando-lhe correção inflacionária representada pelo INPC correspondente a 1,7620%, desde modo, os valores corresponderam:

Item	Unid.	Descrição	Preço Unitário Cópia/impressora	Preço Unitário Cópia/impressora Corrigido
01	UN	Locação de Impressora Multifuncional nova ou com máximo 2 anos de uso, jato de tinta, com tinta colorida (...).	0,2476	0,2519
02	UN	Locação de Impressora Multifuncional, Copiadora, Impressora, Scanner e FAX,(...).	0,0247	0,0251

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**CLÁUSULA QUARTA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

PAULO CESAR LAMAISSON
DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. DE MAQ. E SUPRIMENTOS LTDA EPP
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 044.15

Publicação Nº 1661343

3º TERMO ADITIVO

CONTRATO FMS Nº 044/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

CREDENCIAMENTO Nº 002/2015

Aos 21 (vinte um) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, denominado CONTRATANTE e a empresa G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.491.172/0001-00, com endereço a Av. XV de Novembro, nº 138, Centro no Município de Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, representada por seu sócio administrador GLÁUCIO GRANDO GALLI, brasileiro, maior e capaz, casado, bioquímico/farmacêutico, inscrito no CPF/MF sob o nº 503.656.819-20 e portador da cédula de identidade nº 11/R 1.074.687 SSP/SC, denominado CREDENCIADO, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, ajustam entre si o presente o termo aditivo ao CONTRATO DESTINADO AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA/SC, CONFORME TABELA SUS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com concordância de ambas as partes, sem reajuste, a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93, passando a vigorar até 15 de junho de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA**DA RATIFICAÇÃO**

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições da Ata originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Luzerna/SC, 21 de junho de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI GESTOR DO FMS CONTRATANTE	GLÁUCIO GRANDO GALLI G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA CREDENCIADA
--	---

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

5º TERMO DE APOSTILAMENTO A ARP PML Nº 168.17

Publicação Nº 1660792

5º TERMO DE APOSTILAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 168/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017 - PML

Aos 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, denominado CONTRATANTE, e a empresa REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA (filial 3), pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. 16 de fevereiro, 8-A, Box 1, Centro, no Município de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 05.610.041/0004-66, neste ato representada por seu procurador, LAURI NITZ, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.625.659-70, portador da cédula de identidade nº 1.516.661-SESP/SC, residente e domiciliado no Município de Luzerna(SC), denominado FORNECEDOR 1, RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, §8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 168/2017, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, com base na Cláusula 2.5. da ARP n. 0168.17, a partir de 20 de junho de 2018, reajustar o valor do itens:

Item	Unid.	Descrição	Preço Unit. Reajustado
2	L	DIESEL COMUM	3,36

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 20 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO de Luzerna
CONTRATANTE

LAURI NITZ
REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA (filial 3)
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 119.16

Publicação Nº 1660833

7º TERMO ADITIVO
CONTRATO PML Nº 119/2016
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 105/2016
EDITAL PP Nº 072/2016

Aos 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, denominado CONTRATANTE e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representado pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR., Advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19 e Sr.ª DANIELA RAMOS SILVA, advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o nº 007.395.609-05, denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente termo aditivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA, DESTINADAS A PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDOS ESPECIAIS E CÂMARA DE VEREADORES, NA FORMA E CONDIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA SUPRESSÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, SUPRIMIR o licenciamento do item 19 (SISTEMA DE GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL), disposto no Contrato PML Nº 119/2016, a partir de 01 de julho de 2018, nos termos da Cláusula Segunda do susamencionado Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e nos Termos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 20 de junho de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO
CONTRATANTE

DANIELA RAMOS SILVA
BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.
BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 110.18

Publicação Nº 1661882

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 110/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Humberto de Campos, 836, Sagrado Coração de Jesus, na cidade de Lages/SC, CEP: 88.508-190, inscrita no CNPJ sob o nº 04.584.756/0001-86, neste ato representado por LUCIANO CRUZ FACINA, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 3.240.428 e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.812.499-78, doravante denominado FORNECEDOR 01;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 050/2018, Pregão Presencial nº 031/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de forma parcelada, de equipamentos de proteção individual - EPIs, e equipamentos de proteção coletiva – EPCs, para proteção e segurança dos servidores da Prefeitura Municipal e dos Fundos Especiais de Luzerna/SC, conforme especificações constantes neste Edital e em seus Anexos, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
9	2,00	UN	Avental de raspa de couro: avental de segurança sem mangas, confeccionado em raspa de couro bovino, com fechamento em tiras de raspa de couro bovino, fecho de contato nas costas, comprimento 1,20x0,60. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	15,00	30,00
10	180,00	PAR	Luva tricotada: Luva de algodão pigmentada confeccionada com quatro fios, tricotada em uma só peça, modelo reversível, cinco dedos com punho de 7 cm elástico, com pigmento de bolinha de PVC nos lados da palma e dos dedos, para proteção das mãos dos usuários contra agentes abrasivos escoriantes cortantes. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE- Tamanho Único.	1,25	225,00
11	70,00	PAR	Luva de vaqueta: luva de segurança confeccionada em vaqueta, costurada com linha de nylon ou algodão com reforço externo em vaqueta na palma e entre os dedos polegar e indicador, proteção de vaqueta embutida nas principais costuras do polegar e dedos, com elástico no dorso. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE- Tamanho Único.	8,70	609,00
12	20,00	PAR	Luva de segurança nitrílica: revestida em borracha nitrílica na palma, dedos e parte do dorso; forrada em malha de algodão na palma e dorso; punho em malha de algodão; com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - tamanho 10. Modelo de referência: Nitrilon	4,90	98,00

14	6,00	UN	Conjunto para aplicação de agrotóxicos: Vestimenta de segurança composta por camisa, calça, capuz confeccionado em material hidro-repelente. Capuz deve possuir aba frontal arredondada sobre a face, confeccionada com polietileno rígido revestido com mesmo material hidro-repelente. Pala para proteção do pescoço e da parte superior dos ombros, confeccionados com o mesmo tecido hidro-repelente. As laterais da pala na parte frontal e abaixo do queixo são costuradas para o fechamento da abertura frontal. Deve possuir-Viseira frontal, composta por uma lâmina de acetato de 175 µm de espessura, transparente e formato reto; O cabedal, na parte superior, é confeccionado com material de poliamida (Nylon 100%) revestido com o material hidro-repelente usado nas demais peças do conjunto. O cabedal ainda tem uma camada de espuma de densidade 26, com orifícios para aeração, colados internamente ao tecido do cabedal na parte sob a lamina frontal. Para o fechamento, o cabedal contém pedaços de velcro nas pontas, para ajuste na cabeça do usuário. A Camisa deverá ser de mangas compridas, sem ombreiras de espuma. A gola é do tipo padre, com um pedaço de velcro na parte frontal abaixo do pescoço, para o fechamento na abertura da gola. Para o ajuste da camisa na região da cintura do usuário, há um cordão do mesmo tecido da camisa embainhado na barra da camisa. A Calça comprida tipo reta, confeccionada com o material hidro-repelente. A parte da frente e traseira das pernas tem um reforço com material impermeável de PVC, costurado abaixo ao material hidro-repelente a partir da barra até 40,8% do comprimento total das pernas da calça. O ajuste da calça na cintura do usuário é com uma tira do mesmo tecido da calça embainhada no cós, cujas pontas são amarradas com nó na parte frontal. Tamanho único. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.	64,00	384,00
17	1,00	GAL	Protetor solar FPS 60 - Galão 2 litros. Protetor solar de uso ocupacional, podendo ser utilizado como creme bloqueador solar para a pele. Possui fator de proteção solar 60, protege contra raios UVA e UVB. É resistente à água e contém vitamina e dermatologicamente testado, possui registro no ministério da saúde conforme previsto na lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976.	177,00	177,00
19	300,00	PEÇA	Respirador semi facial descartável: dotado de válvula de exalação e elástico para a fixação e ajuste a cabeça do usuário, deve oferecer proteção contra vapores orgânicos em baixas concentrações, odores incômodos, fumos, partículas tóxicas, pós-finos e névoas, tamanho único. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.	1,10	330,00
20	45,00	PAR	Bota DE PVC cano longo constituída de policloreto de vinila (PVC), sem forro, na cor PRETA - Para proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. Com apresentação do certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE. NUMERAÇÃO: Tamanho 37 - 5 (cinco) pares; Tamanho 38 - 5 (cinco) pares; Tamanho 39 - 5 (cinco) pares; Tamanho 40 - 5 (cinco) pares; Tamanho 41 - 5 (cinco) pares; Tamanho 42 - 10 (dez) pares; Tamanho 43 - 5 (cinco) pares; Tamanho 44 - 5 (cinco) pares; (Numeração passível de alteração conforme demanda)	21,80	981,00
22	50,00	UN	Cone de borracha: Com faixa refletiva 50cm - Nas cores preto com duas faixas amarelas fluorescentes, ou Laranja com duas faixas brancas fluorescentes; Usado no controle de tráfego auxiliar à sinalização, de uso temporário utilizado para canalizar e direcionar o tráfego e delimitar áreas (Cor a ser definida no ato da compra).	6,70	335,00
23	50,00	UN	Cone de borracha: Com faixa refletiva 75 cm - Nas cores Preto com duas faixas amarelas fluorescentes; ou Laranja com duas faixas brancas fluorescentes; Usado no controle de tráfego auxiliar à sinalização, de uso temporário utilizado para canalizar e direcionar o tráfego e delimitar áreas (Cor a ser definida no ato da compra)	20,70	1.035,00
25	10,00	UN	Luminária de emergência - 30 LEDs de 100 lumens	17,00	170,00
26	30,00	UN	Placas de Sinalização: confeccionado em polipropileno 20x30 cm - Com a informação de "Uso Obrigatório" ou "Proibido". A descrição constante na placa será definida no ato da compra, como por exemplo "Uso Obrigatório de óculos de proteção".	6,80	204,40
27	5,00	PEÇA	Capacete conjugado (Capacete + Protetor facial + Concha): Capacete de segurança na cor laranja, tipo II, classe B, aba frontal, suspensão injetada em plástico, com regulagem através de ajuste simples e tira absorvedora de suor, com protetor concha e protetor facial, possui fendas laterais para acoplamento de acessórios com protetor auditivo atenuação 15 dB e protetor facial, com jugular ajustável. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) DO EQUIPAMENTO CONJUGADO.	40,50	202,50

29	60,00	PEÇA	Óculos de Proteção lente cinza ou fumê: Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato, na cor cinza, com revestimento externo, com ponte e apoio nasal injetado na mesma peça e hastes tipo espátula. Lente com tratamento anti-risco. As hastes devem ser confeccionadas do mesmo material da lente e articuladas nas extremidades do visor por meio de parafuso metálicos. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	2,10	126,00
----	-------	------	--	------	--------

0.2. O FORNECEDOR 01 responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 4.906,50 (quatro mil novecentos e seis reais e cinquenta centavos).

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.3. As embalagens e rótulos dos produtos devem estar redigidos em língua portuguesa, contendo instruções de uso, recomendações de segurança e informações para atendimento ao consumidor.

1.2.4. Os EPIs e EPCs devem apresentar adequação às normas da ABNT (especialmente ABNT NBR ISO 20344/2015), INMETRO e NR-6/ MTE.

1.2.5. Os produtos somente serão aceitos, acondicionados em embalagem original com lacre inviolável, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados nas condições exigidas no rótulo e com o número do registro emitido pelos órgãos reguladores.

1.2.5.1. Não serão aceitos produtos usados ou partes do equipamento que apresentarem indícios de utilização/desgaste.

1.2.6. Os produtos fornecidos deverão oferecer a garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento do produto pelo Município.

1.2.7. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.9. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.10. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.11. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.11.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de

Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado neste Edital;

4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

4.2. Cabe à Proponente Vencedora:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.2.12. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

02.001.04.122.0200.2202 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
02.005.22.661.0201.2252 – Manutenção da ITL – Incubadora Tecnológica de Luzerna
03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão
04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura
06.001.08.244.0601.2602 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso
06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental
07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche
07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola
07.002.27.812.0704.2730 – Manutenção da Diretoria de Esportes
05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários
001 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação
002 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Denize da Silva Soares e Alcir João Denardi, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO de Luzerna
CONTRATANTE

LUCIANO CRUZ FACINA
FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA EPP
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----
Nome:
CPF:

2. -----
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 111.18

Publicação Nº 1661883

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 111/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2018
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

02 – PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada à Av. Getúlio Vargas, 1605-N, Centro, na cidade de Chapecó/SC, CEP: 89.805-000, inscrita no CNPJ sob o nº 78.651.973/0001-88, neste ato representado por ALTERMIR ANTONIO SMANIOTTO, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.494.875 e inscrito no CPF/MF sob o nº 503.245.279-34 doravante denominado FORNECEDOR 02;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 050/2018, Pregão Presencial nº 031/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de

Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de forma parcelada, de equipamentos de proteção individual - EPIs, e equipamentos de proteção coletiva – EPCs, para proteção e segurança dos servidores da Prefeitura Municipal e dos Fundos Especiais de Luzerna/SC, conforme especificações constantes neste Edital e em seus Anexos, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
2	30,00	PAR	Tênis ocupacional - Calçado ocupacional de uso profissional tipo tênis fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA na cor preta, solado de borracha antiderrapante na cor preta ou bege, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço com solução de glicerol, resistente ao óleo combustível - com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. NUMERAÇÃO: Tamanho 35 - 5 (cinco) pares; Tamanho 36 - 5 (cinco) pares; Tamanho 37 - 5 (cinco) pares; Tamanho 38 - 10 (dez) pares; Tamanho 39 - 5 (cinco) pares; (Numeração passível de alteração conforme demanda)	54,99	1.649,70
3	4,00	PAR	Mangote em raspa - Manga de segurança confeccionada em raspa, tiras em raspa e fivelas para ajuste, com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Tamanho Único.	9,99	39,96
4	4,00	PAR	Perneira em raspa - Perneira confeccionada em raspa, tiras em raspa e fivelas com ajustes, proteção das pernas do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego- MTE- Tamanho Único.	10,99	43,96
6	10,00	PEÇA	Respirador facial - peça facial com 2 (dois) filtros químicos para vapores orgânicos, com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	58,49	584,90
7	10,00	PAR	Filtro químico vapores orgânicos - reposição. O modelo do filtro deve ser, preferencialmente, igual ao do respirador facial, para reposição.	21,49	214,90
8	8,00	PAR	Luva térmica para alta temperatura, para proteção de mãos e antebraços. Utilização alimentícia, com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - Tamanho Único.	29,79	238,32
13	4,00	PAR	Luva em PVC: Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil de algodão com banho em PVC; com acabamento áspero na palma, dorso e dedos - comprimento 56 cm, Tamanho G. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	16,50	66,00
15	200,00	PEÇA	Protetor auricular plug: protetor auditivo do tipo inserção, pré-moldado, confeccionado em silicone tamanho único, em caixinha, com cordão de polipropileno, proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR, anexos I e II, para atenuação de 16 NRRSF.Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	0,74	148,00
16	120,00	BIS	Protetor solar FPS 60 - Bisnaga 120 ml. Protetor solar de uso ocupacional, podendo ser utilizado como creme bloqueador solar para a pele com repelente. Possui fator de proteção solar 60, protege contra raios UVA e UVB. É resistente à água, contém vitamina e é dermatologicamente testado, possui registro no ministério da saúde conforme previsto na lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976.	17,80	2.136,00
18	3,00	POT	Creme protetor - pote 200 grs, para pele hidrossolúvel e óleo resistente que aplicado a pele forma uma película invisível contra o ataque agressivo de produtos como gasolina, tinta a óleo, cola, cola instantânea, cera, verniz, cal, cimento seco, negro de fumo, pó e terra, sem que o usuário perca a sensibilidade do tato. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	7,00	21,00
21	30,00	ROL	Fita zebra confeccionada em material plástico na cor amarela e preta - Rolo de 200m	6,00	180,00
24	5,00	UN	Cavelete de Sinalização - Cavelete confeccionado em PVC - Dobrável, de Sinalização na cor Amarela. Dimensão: 270x650 mm - Com o aviso de "CUIDADO PISO MOLHADO"	31,79	158,95
28	300,00	PAR	Luva em borracha Nitrílica: Luva de segurança, confeccionada em borracha nitrílica, relevo antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos. Tamanhos P/M/G, a serem definidos no ato da compra. Com apresentação de certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.	3,80	1.140,00

0.2. O FORNECEDOR 02 responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 6.621,69 (seis mil seiscentos e vinte e um reais e sessenta e nove centavos).

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.3. As embalagens e rótulos dos produtos devem estar redigidos em língua portuguesa, contendo instruções de uso, recomendações de segurança e informações para atendimento ao consumidor.

1.2.4. Os EPIs e EPCs devem apresentar adequação às normas da ABNT (especialmente ABNT NBR ISO 20344/2015), INMETRO e NR-6/MTE.

1.2.5. Os produtos somente serão aceitos, acondicionados em embalagem original com lacre inviolável, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados nas condições exigidas no rótulo e com o número do registro emitido pelos órgãos reguladores.

1.2.5.1. Não serão aceitos produtos usados ou partes do equipamento que apresentarem indícios de utilização/desgaste.

1.2.6. Os produtos fornecidos deverão oferecer a garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento do produto pelo Município.

1.2.7. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.9. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.10. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.11. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.11.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao Município:

- 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
- 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado neste Edital;
- 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

4.2. Cabe à Proponente Vencedora:

- 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.2.12. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
 - 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
 - 5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
 - 5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
 - 5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS ALTERAÇÕES**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA**DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

02.001.04.122.0200.2202 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.005.22.661.0201.2252 – Manutenção da ITL – Incubadora Tecnológica de Luzerna

03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura

06.001.08.244.0601.2602 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso

06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental

07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche

07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola

07.002.27.812.0704.2730 – Manutenção da Diretoria de Esportes

05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

001 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação
002 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Denize da Silva Soares e Alcir João Denardi, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

ALTERMIR ANTONIO SMANIOTTO

PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 112.18

Publicação Nº 1661884

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 112/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 18 (dezoito) dias do mês de junho do ano de 2018, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

3- SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de Novembro, nº42, Fundos, Centro, no Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 14.920.994/0001-79 neste ato representado por seu sócio administrador JOÃO CARLOS SAMOURA, brasileiro, maior, casado, vendedor, portador da cédula de identidade nº 14/R 1706603 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 504.989.249-04, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 050/2018, Pregão Presencial nº 031/2018, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de forma parcelada, de equipamentos de proteção individual - EPIs, e equipamentos de proteção coletiva - EPCs, para proteção e segurança dos servidores da Prefeitura Municipal e dos Fundos Especiais de Luzerna/SC, conforme especificações constantes neste Edital e em seus Anexos, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	80,00	PAR	Botina - em couro hidrofugado, com solado em PU bi densidade, fechamento com elástico, cabedal em raspa, palmilha anti perfurante e biqueira termoplástica - cor preta - com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho (CA). NUMERAÇÃO: Tamanho 36 - 5 (cinco) pares; Tamanho 37 - 5 (cinco) pares; Tamanho 38 - 10 (dez) pares; Tamanho 39 - 10 (dez) pares; Tamanho 40 - 15 (quinze) pares; Tamanho 41 - 10 (dez) pares; Tamanho 42 - 10 (dez) pares; Tamanho 43 - 10 (dez) pares; Tamanho 44 - 5 (cinco) pares; (Numeração passível de alteração conforme demanda)	35,00	2.800,00

0.2. O FORNECEDOR 03 responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 2.800,00

(dois mil e oitocentos reais).

1.2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.2.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.2.3. As embalagens e rótulos dos produtos devem estar redigidos em língua portuguesa, contendo instruções de uso, recomendações de segurança e informações para atendimento ao consumidor.

1.2.4. Os EPIs e EPCs devem apresentar adequação às normas da ABNT (especialmente ABNT NBR ISO 20344/2015), INMETRO e NR-6/MTE.

1.2.5. Os produtos somente serão aceitos, acondicionados em embalagem original com lacre inviolável, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados nas condições exigidas no rótulo e com o número do registro emitido pelos órgãos reguladores.

1.2.5.1. Não serão aceitos produtos usados ou partes do equipamento que apresentarem indícios de utilização/desgaste.

1.2.6. Os produtos fornecidos deverão oferecer a garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento do produto pelo Município.

1.2.7. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.8.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos, quando na ocasião do recebimento ou após ela, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, retirando o recusado sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.9. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por eventuais danos deles decorrentes.

1.2.10. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.11. Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.11.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a

apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado neste Edital;

4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

4.2. Cabe à Proponente Vencedora:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.2.12. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias

corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

- 02.001.04.122.0200.2202 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
- 02.005.22.661.0201.2252 – Manutenção da ITL – Incubadora Tecnológica de Luzerna
- 03.002.04.122.0300.2302 – Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão
- 04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura
- 06.001.08.244.0601.2602 – Manutenção do Centro de Múltiplo Uso
- 06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- 07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental
- 07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche

07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola
 07.002.27.812.0704.2730 – Manutenção da Diretoria de Esportes
 05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

001 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação

002 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. Denize da Silva Soares e Alcir João Denardi, nomeados como fiscais de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO de Luzerna

CONTRATANTE

JOÃO CARLOS SAMOURA

SAMOURA CONFECÇÕES LTDA ME

FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

CONTRATO PML Nº 109.18

Publicação Nº 1661880

CONTRATO PML Nº 109/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC CEP 89.609-000, neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e o Sr. DIEGO WOLF DE OLIVEIRA, pessoa física, brasileiro, leiloeiro oficial sob o nº AARC 357 e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.761.599-19, com endenreço profissional na Rua Carlos Willy Boehm, 517, ap. 501, bairro Santo Antonio, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.118-301, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 061/2018, Pregão Presencial nº 047/2018, consiste na contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Luzerna/SC e do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado - CPIMMOC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, e o que segue:

Item	Especificação	Repassa para a Administração (%)	Valor para o Leiloeiro (%)
01	Contratação de Leiloeiro Oficial para preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Luzerna/SC e do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.	2,5%	2,5%

CLÁUSULA SEGUNDA

DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O CONTRATADO deverá prestar os seguintes serviços, sem qualquer ônus para o Município de Luzerna/SC e do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado – CPIMMOC:

- 2.1.1. Elaboração do inventário dos bens inservíveis;
- 2.1.2. Avaliação dos bens pelo valor de mercado, respeitando a avaliação mínima atribuída pela Administração;
- 2.1.3. Organização de bens em lotes, atribuindo o valor do lance inicial;
- 2.1.4. Disponibilização de pessoal qualificado para organização dos lotes, considerando o prazo estabelecido entre a assinatura do contrato e a realização do leilão;
- 2.1.5. Elaboração do edital de cada leilão, submetendo-o à aprovação do Município de Luzerna/SC e do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado – CPIMMOC;
- 2.1.6. Elaboração e encaminhamento ao Município de Luzerna/SC e do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado – CPIMMOC do extrato do edital do leilão para publicação no Diário Oficial dos Municípios e em jornais locais;
- 2.1.7. Disponibilização de local adequado para realização do leilão;
- 2.1.8. Realização do leilão em até 30 (trinta) dias, contados a partir de cada solicitação da Administração;
- 2.1.9. Disponibilização de estrutura de tecnologia para viabilizar a participação de interessados via WEB, recebendo lances on line, com interatividade entre os lances ofertados de maneira presencial e eletrônica.
- 2.1.10. Registro de lances on line mediante processo de autenticação de usuários pré-cadastrados, garantindo a segurança e consistência dos lances ofertados nesta modalidade;
- 2.1.11. Cobrança de valores dos arrematantes;
- 2.1.12. Recolhimento do valor arrecadado com a venda dos lotes, bem como a parcela da comissão que cabe à Administração sobre o valor de 5% (cinco por cento) obtido na comissão a ser paga pelo arrematante do bem, conforme ofertada em Pregão, para o Município de Luzerna por meio de Guia de Recolhimento; e por depósito bancário no Banco do Brasil (Ag.: 0137-6, C/C: 107.132-7) para o CPIMMOC, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do aceite da prestação de contas referente ao leilão;
- 2.1.12.1. A parcela da comissão do Leiloeiro que não for repassada à Administração deverá ser paga diretamente pelo arrematante ao Leiloeiro;
- 2.1.13. Emissão de documentos fiscais correspondentes aos itens vendidos no certame;
- 2.1.14. Entrega dos bens aos arrematantes após o pagamento;
- 2.1.15. Disponibilização de notas de arremates, emitidas por lote arrematado, constando nome do arrematante, assinatura, CPF ou CNPJ, endereço e o valor do lance;
- 2.1.16. Estabelecimento de prazos para retirada dos lotes e de multas relativa às obrigações do arrematante;
- 2.1.17. Elaboração e apresentação, em até 5 (cinco) dias úteis após a realização de Leilão, de Ata de leilão, relatórios, documentação fiscal, demonstrativos financeiros, notas fiscais em decorrência da alienação dos bens, e outros documentos solicitados pela Administração, julgados necessários a assegurar a perfeita transparência e publicidade do processo;
- 2.1.18. Demais tarefas necessárias ao bom andamento do leilão.

CLÁUSULA TERCEIRA**DAS OBRIGAÇÕES**

3.1. São obrigações do CONTRATADO, além do disposto na CLÁUSULA SEGUNDA:

- 3.1.1 Empenhar-se na obtenção do melhor preço possível para os lotes a serem leiloados;
- 3.1.2 Organizar os bens em lotes e atribuir cotação mínima, considerando a avaliação apresentada pela Administração;
- 3.1.3 Divulgar o evento em página de internet, cadastro de clientes e redes sociais sem repasse de custos à CONTRATANTE;
- 3.1.4 Atestar o recebimento dos bens destinados a alienação;
- 3.1.5 Disponibilizar ambiente, no local do leilão, para atendimento aos arrematantes e recebimento das importâncias apuradas, com máquinas, equipamentos de som, cadeiras, água potável, copos descartáveis e funcionários especializados;
- 3.1.6 Recolhimento do valor arrecadado com a venda dos lotes, bem como a parcela da comissão que cabe à Administração sobre o valor de 5% (cinco por cento) obtido na comissão a ser paga pelo arrematante do bem, conforme ofertada em Pregão, para o Município de Luzerna por meio de Guia de Recolhimento; e por depósito bancário no Banco do Brasil (Ag.: 0137-6, C/C: 107.132-7) para o CPIMMOC, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do aceite da prestação de contas referente ao leilão;
- 3.1.7 Fornecer documentos fiscais e receber taxa de comissão que cabe ao leiloeiro não repassada para a Administração;
- 3.1.8 Fiscalizar a entrega dos bens aos arrematantes após o pagamento;
- 3.1.9 Fornecer ao CONTRATANTE notas de arremates (ou documento equivalente), emitidas por lote arrematado, constando no mínimo as seguintes informações: nome do arrematante, CPF ou CNPJ, endereço, telefone e o valor do lance;
- 3.1.10 Repassar ao CONTRATANTE os recibos referentes à entrega dos lotes;
- 3.1.11 Elaborar, assinar e disponibilizar a ata de realização do leilão, relatórios, documentação fiscal, demonstrativos financeiros, notas fiscais em decorrência da alienação dos bens, bem como de todos os demais documentos necessários à perfeita e regular conclusão do leilão, em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis;
- 3.1.12 Estabelecer prazos para a retirada dos lotes e multas relativas a obrigações;
- 3.1.13 Executar os serviços contratados utilizando mão de obra qualificada;
- 3.1.14 Apresentar, uma relação nominal dos funcionários que executarão serviços nas dependências da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- 3.1.15 Executar o objeto em estrita conformidade com as disposições constantes no edital do pregão e neste contrato;
- 3.1.16 Responsabilizar-se pela prestação dos serviços de leiloeiro e exclusivamente pelas despesas, assim como por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários, decorrentes das relações que ajustar com empregados ou prepostos utilizados para execução contratual;
- 3.1.17 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes de execução deste contrato;
- 3.1.18 Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato;
- 3.1.19 Manter preposto, aceito pela contratante, no local de execução dos serviços para representá-la na execução do contrato;
- 3.1.20 Exigir de seus prepostos o cumprimento das normas da contratante;

- 3.1.21 Realizar a substituição de profissional indicado para execução de serviços, cuja atuação profissional, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios ao interesse da CONTRATANTE;
- 3.1.22 Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;
- 3.1.23 Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de fac-símile, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 3.1.24 Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;
- 3.1.25 Arcar com todos encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a impostos, fretes, taxas, emolumentos, alvarás, seguros, encargos sociais e trabalhistas;
- 3.1.26 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.2 São obrigações da CONTRATANTE:

- 3.2.1 Notificar a contratada, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
- 3.2.2 Garantir a publicação dos extratos dos editais dos leilões no Diário Oficial dos Municípios e em jornal de grande circulação, de acordo com os critérios e conveniência da Administração.

CLÁUSULA QUARTA DO PAGAMENTO

- 4.1. Pelos serviços prestados, nos termos definidos neste instrumento, o CONTRATADO receberá como remuneração a comissão de 2,5% (DOIS E MEIO PORCENTO) sobre o VALOR DE 5% (CINCO PORCENTO) OBTIDO NA COMISSÃO a ser paga ao leiloeiro diretamente pelo arrematante-comprador, conforme as condições estabelecidas em Edital.
- 4.2. A CONTRATANTE não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos arrematantes.
- 4.3. Em hipótese alguma será a CONTRATANTE responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes.

CLÁUSULA QUINTA DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. O instrumento contratual será executado sob acompanhamento e fiscalização dos servidores Srs. Ângelo Brandalise Junior e Maurício Bittencourt (Prefeitura de Luzerna) e Dreone Mendes (CPIMMOC), aos quais deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.
- 5.2. A fiscalização poderá ordenar a imediata retirada do local e a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.
- 6.2. Durante a vigência do contrato o leiloeiro contratado realizará todos os leilões que forem necessários para a alienação dos bens disponibilizados pelo Município e CPIMMOC.
- 6.3. A Administração, caso não obtenha êxito em se desfazer dos bens mediante leilão, poderá, em seu juízo de conveniência e oportunidade, realizar o desfazimento mediante as demais opções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. O CONTRATADO ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, na Lei n.º 10.520/2002, ressaltado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do Município, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis combinações legais.
- 7.2. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante o certame, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e demais cominações legais.
- 7.3. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, além de restar possibilitada a rescisão do contrato,
- 7.4. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios, as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:
- a) Advertência, por escrito;
 - b) Multas;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da lei n.º 10.520/2002;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.
- 7.5. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por dia de atraso, por cada funcionário, limitada ao percentual máximo de 5%, pelo descumprimento das seguintes obrigações:
- a) Entrega e substituição dos equipamentos e EPI's e EPC's;
 - b) Comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas que depositados na conta corrente especial em no prazo estipulado.
 - c) Substituição do funcionário;

d) Os percentuais de multas serão dobrados em caso de reincidência.

7.6. Multa de 5% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial das obrigações contidas no Contrato.

7.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total das obrigações contidas no Contrato.

7.8. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, o CONTRATADO ficará isento das penalidades mencionadas.

7.9. Se o CONTRATADO não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia de Recolhimento, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.

7.10. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do CONTRATADO, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

8.1. A contratação poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.3. A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, acarreta as consequências previstas nos incisos I e IV do art. 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

8.4. A contratação também poderá ser distratada, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

8.4.1 O distrato será precedido de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

DIEGO WOLF DE OLIVEIRA

AARC/357

LEILOEIRO OFICIAL

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

CONTRATO PML Nº 113.18

Publicação Nº 1661891

CONTRATO PML Nº 113/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2018 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC CEP 89.609-000, neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, de ora em diante denominado CONTRATANTE e a empresa REC-LOG RESÍDUOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, Rua Duque de Caxias, 626, sala 105, Centro na Cidade de Maravilha/SC, CEP: 89.874-000, inscrita no CNPJ sob o nº 23.277.805/0001-82, neste ato representado por PIERRE D'AGOSTINI TEBALDI, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 5102983 e inscrita no CPF/MF sob o nº 009.541.519-09, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 060/2018, Pregão Presencial nº 046/2018, consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana, através da Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, conforme especificações constantes em edital e o que segue:

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	-------	----	-----------	-----------------------	----------------------

1	12	Meses	Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
			Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
			Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
			Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
			Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
			Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
			Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
			Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
			Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
			Posto de limpeza urbana Conforme o TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo III).	3.658,33	43.899,96
TOTAL				438.999,60	

1.1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

- Os postos de trabalho destinados à limpeza urbana serão chamados de forma parcelada, conforme a de necessidade da CONTRATANTE.
- Quando da realização dos serviços contratados não serão aceitas alegações de desconhecimento, incompreensão, dúvida, esquecimento de qualquer detalhe ou falta de informação a respeito dos serviços a serem prestados, declarando expressamente a CONTRATADA ter conhecimento de todas as etapas e ações a serem desenvolvidas nesta prestação, devendo arcar com eventuais ônus resultantes de falha, não ensejando estas situações quaisquer tipos de aditamentos contratuais, uma vez que as especificações e a visita ao local da prestação dos serviços se completam.
- Em caso de divergência de informações entre este termo de referência e documentos apresentados, sempre prevalecerá como verdadeiro o contido neste memorial.
- A fiscalização da execução do Contrato por parte da CONTRATANTE não exige a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a realização dos serviços, cabendo àquela a decisão sobre casos omissos ou imprevistos, esclarecendo dúvidas de especificações e outras que eventualmente surjam no decorrer da execução contratual, podendo, no entanto exigir seu cumprimento, independentemente de ampliação de custos de operação, mantendo-se o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- Para a realização dos serviços a CONTRATADA deverá atender às especificações e determinações da legislação trabalhista e de segurança do trabalho, podendo a CONTRATANTE determinar a paralisação dos trabalhos, assim que constatadas irregularidades.
- Todos os serviços deverão ser executados por pessoal especializado, podendo a CONTRATANTE rejeitar os serviços mal executados, determinando o retrabalho, sem que isso acarrete ônus adicional à CONTRATANTE.
- A realização de todo e qualquer serviço por parte da CONTRATADA será de sua exclusiva responsabilidade, devendo arcar com todos os ônus eventualmente causados a terceiros, independentemente de comprovação de culpa, isentando a CONTRATANTE de quaisquer indenizações.
- Todos os trabalhadores, durante sua jornada de trabalho, deverão portar uniforme com a identificação da CONTRATADA e portar todos os EPI's necessários à proteção de sua saúde, higiene e segurança.
- A execução dos serviços deverá atender as Normas de Segurança vigentes, sujeitando-se a CONTRATADA à fiscalização da CONTRATANTE por meio de seu setor de segurança do trabalho.
- A CONTRATADA deverá manter funcionários devidamente qualificados e treinados para executar com correção e urbanidade suas atribuições.
- A CONTRATADA deverá fornecer todos os veículos, equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se por seu perfeito funcionamento, realizando as manutenções preventiva, corretiva e substituições necessárias, arcando com os ônus destas manutenções e também com os combustíveis necessários à realização dos serviços contratados, garantindo sempre que as equipes estarão completas e aptas à realização dos trabalhos, tanto em relação à mão de obra quanto em relação aos equipamentos.
- O transporte de pessoal para os serviços será de responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser feito dentro das normas de segurança. Devendo ser disponibilizado um veículo para deslocamento do pessoal.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar a todos os funcionários: vale transporte, equipamentos de proteção individual e coletivos, vale alimentação e uniforme, de acordo com a legislação pertinente, bem como o estipulado em Convenção Coletiva de Trabalho vigente a data da assinatura do Contrato.
- Fica a cargo da CONTRATADA o ressarcimento de qualquer dano ao patrimônio público ou particular, bem como danos pessoais, causados por acidentes durante a execução dos serviços.
- Os serviços serão prestados na área urbana do município de Luzerna e também todos os bairros, loteamentos ou aglomerações residenciais com características urbanas, regularmente implantados ou não.
- A CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la na execução direta do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da autorização de fornecimento.
- Em caso de eventuais ausências de funcionários, a CONTRATADA deverá efetuar a reposição de mão-de-obra no posto em, no máximo, 02 (duas) horas. Estas alterações deverão ser comunicadas a CONTRATANTE, até a data em que ocorrerem em ofício que contenha a justificativa de substituição e a identificação do funcionário substituto.
- A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de qualquer profissional:

- a) Caso algum profissional não desempenhe as atividades de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, devendo a substituição ser realizada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação; e
- b) Quando constatada ocorrência de conduta inadequada do profissional no desempenho de suas funções, devendo a substituição ser realizada em até 01 (um) dia útil, contado a partir da solicitação.
19. Ocorrendo, por parte dos profissionais da CONTRATADA, conduta que atrapalhe, impeça ou comprometa a perfeita execução do objeto do Contrato, precedida tanto pela Administração, quanto pelo preposto da empresa, a fiscalização da CONTRATANTE comunicará, por escrito, a CONTRATADA, para que esta possa tomar as medidas necessárias para o restabelecimento da boa prestação do serviço.

1.1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA:

1. A prestação dos serviços de limpeza urbana envolve a alocação, pela CONTRATADA, de mão-de-obra capacidade para realizar os serviços, observando as especificações seguintes, sempre sobre coordenação e orientação do preposto:

a) Varrição:

Varrição manual de vias e logradouros públicos pavimentados, compreendendo o recolhimento e remoção dos resíduos espalhados pelas vias públicas, sarjetas, canteiros centrais e passeios de praças.

Atribuições:

1. Seguir os serviços determinados pela Secretaria;
2. A varrição manual deverá ser executada munida de todo material necessário à boa execução dos trabalhos, fazendo o uso de vassouras, vassourões de gari, pás, carrinhos de varrição, enxadas e sacos plásticos especiais, suficientemente resistentes para evitar derramamento dos resíduos.
3. Manutenção das lixeiras através da remoção dos resíduos ensacados depositados nas lixeiras;
4. Os serviços de varrição serão executados em ruas pavimentadas em toda a extensão urbana do município.
5. Fazem parte do serviço de varrição, o esvaziamento de cestos existentes nas vias públicas, passeios, calçadas, praças, vielas etc., utilizados pela população para a colocação de detritos; após a remoção do saco de lixo existente deverá ser feita a sua substituição por sacos plásticos limpos e vazios.
6. Os serviços de varrição deverão sempre ser executados nos dois lados das vias, considerando a sarjeta (meio-fio) até 1,5 (um metro e meio) adentrando o leito carroçável.
7. Será facultado alternativamente à CONTRATADA, o emprego de outras metodologias e/ou equipamentos operados mecanicamente (varrição mecanizada) que propiciem e resultem no mesmo padrão de qualidade proposto para o serviço de capina manual, desde que autorizado previamente.
8. A varrição será executada diariamente na região central da cidade e alternada nos demais bairros providos de pavimentação ou calçamento. Com uma frequência de 3 (três) vezes por semana.
9. Constitui ainda atribuição das equipes de varrição: a remoção de lixo doméstico/comercial mal acondicionado encontrado nas vias e passeios públicos pavimentados ou não.
10. A CONTRATANTE poderá exigir mediante oportuna e formal comunicação à CONTRATADA, a execução de serviços de varrição em áreas públicas em que venham a ocorrer eventos de natureza coletiva, promovidos ou não pela Administração Municipal, ainda que esses ocorram em domingos, feriados ou em horários distintos daqueles dos serviços regulares.

b) Roçada e capina manual:

Roçada e capina manual em vias públicas (áreas com e sem pavimentação), praças, jardins, áreas esportivas, unidades educacionais, cemitério municipal, unidades de saúde, e demais espaços públicos que se façam necessários.

Atribuições:

1. Seguir os serviços determinados pela Secretaria;
2. Para a capina manual serão necessários à utilização de ferramentas como pás, foices, garfos, ancinhos, carinho de mão, enxadas.
3. Para as roçadas serão necessários além dos ferramentais descrita no item 2, o uso de roçadeiras.
4. Na realização dos serviços deverão ser utilizadas telas de proteção para carros e pedestres.
5. Será facultado alternativamente à empresa CONTRATADA, o emprego de outras metodologias e/ou equipamentos operados mecanicamente (capina mecanizada) que propiciem e resultem no mesmo padrão de qualidade proposto para o serviço de capina manual, desde que autorizado previamente.
6. O recolhimento dos materiais resultantes da roçada e da capina manual deverão estar adequadamente acondicionados, devendo após o término da capina ser comunicado a Secretaria de Serviços Integrados para a realização da coleta.

c) Limpeza manual de boca de lobo (simples, dupla e tripla) incluindo a coleta:

Auxílio na manutenção e conservação das vias públicas.

Atribuições:

1. A limpeza de bocas de lobo, canais, galerias de águas pluviais, poços de visita e demais serviços correlatos compõem-se da operação de manutenção e limpeza destes locais, de forma a evitar a sua obstrução e assoreamento ou, em casos extremos, a remoção de material que esteja obstruindo o funcionamento do sistema.
2. A limpeza das margens e leitos dos córregos e canais é realizada com retirada dos materiais e demais detritos que causam o seu assoreamento.
3. Já os demais serviços se completam com a remoção dos detritos (terra, areia, folhas, papéis etc.) nas seções de acesso ao sistema de escoamento de águas pluviais, realizando-se também, quando necessária, a manutenção e/ou substituição de grades, tampas e demais proteções aos acessos.
4. A limpeza de bocas de lobo, canais, galerias de águas pluviais, poços de visita e demais serviços correlatos deverão ser executados munidos de todo material necessário à boa execução dos trabalhos.
5. O recolhimento dos materiais resultantes da limpeza de bocas de lobo, canais, galerias de águas pluviais, poços de visita e demais serviços correlatos deverão estar adequadamente acondicionados, devendo após o término das atividades ser comunicado a Secretaria de Serviços Integrados para a realização da coleta.

d) Pintura de guias:

Pintura de guias, compreendendo a pintura de postes, meios-fios, sarjetas, contenções, e outros elementos das vias urbanas em todo o território do Município.

Atribuições:

O serviço consiste na pintura das guias existentes nas vias públicas, utilizando emulsão de cal hidratada e demais componentes, sendo o material necessário à execução destes serviços fornecido pela CONTRATANTE.

Jardinagem:

Os serviços de jardinagem, correspondentes à manutenção do paisagismo em ambientes externos e internos de responsabilidade do Município.

Atribuições:

1. Seguir os serviços determinados pela Secretaria;
2. Realizar a manutenção nos jardins, gramados, canteiros, praças públicas e do Centro de Eventos São João Batista;
3. Proceder diariamente à limpeza das áreas ajardinadas;
4. Proceder aos cuidados necessários aos ambientes internos da CONTRATADA;
5. Serviço de plantio de mudas de plantas, flores e gramas, destinados à ornamentação e paisagismo em praças, jardins e canteiros de responsabilidade do Município;
6. Aplicar inseticida, fungicida, herbicida e outros defensivos agrícolas, quando autorizado pela CONTRATADA;
7. Para os serviços de jardinagem utilizar as ferramentas necessárias, como pás, foices, garfos, ancinhos, carinho de mão, enxadas, cortador de grama.
8. Na realização dos serviços deverão ser utilizadas telas de proteção para carros e pedestres, quando necessário.
9. Será facultado alternativamente à empresa CONTRATADA, o emprego de outras metodologias e/ou equipamentos operados mecanicamente que propiciem e resultem no mesmo padrão de qualidade proposto para o serviço, desde que autorizado previamente.
10. O recolhimento dos materiais resultantes dos serviços de jardinagem, quando necessário deverão estar adequadamente acondicionados, devendo após o término do serviço, ser comunicado a Secretaria de Serviços Integrados para a realização da coleta.
11. A aquisição de mudas de plantas, flores, gramas e árvores com o objetivo de promover o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas serão fornecidos pela CONTRATANTE.

1.1.4. DOS UNIFORMES, EPI'S, E EPC'S E IDENTIFICAÇÃO:

1. A CONTRATADA deverá fornecer uniforme de primeiro uso a cada um de seus profissionais ocupantes do posto a que se refere este termo, antes do início da prestação dos serviços, e semestralmente durante a vigência do Contrato.
2. Todos os profissionais deverão receber, ainda, crachá contendo identificação pessoal e identificação da empresa CONTRATADA.
3. O uso do uniforme e crachás de identificação é obrigatório, sendo a CONTRATADA responsável pelo controle deste uso por parte dos seus funcionários.
4. O fornecimento de EPI'S (Equipamento de Proteção Individual) e EPC'S (Equipamentos de Proteção Coletiva) que se fizerem necessários para realização do objeto, bem como a sua obrigatoriedade de uso, será de total responsabilidade da CONTRATADA, sem o qual não poderão efetuar os serviços.

1.1.5. DOS HORÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇOS:

1. Os serviços a que se refere este termo serão prestados, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 07h12 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.
2. No caso de necessidade de realização de horas extras, os pagamentos serão efetuados conforme disposto na Convenção Coletiva de Trabalho.
3. Nas ocasiões em que for declarado "ponto facultativo" pela municipalidade, os serviços serão prestados de acordo com as necessidades da Administração, sendo a CONTRATADA previamente comunicada.

CLÁUSULA SEGUNDA**DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

- 1.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 3.658,33 (três mil seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), correspondendo por posto de serviço de limpeza pública, sendo o valor global da contratação perfaz o R\$ 438.999,60 (quatrocentos e trinta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos);
- 1.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 1.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 1.4. A CONTRATADA deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).
- 1.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.
- 1.6. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal do mês, os comprovantes de recolhimentos e/ou pagamento do mês anterior das:
 - I – Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) e Informações a Previdência Social (GFIP) – Completa com a respectiva RE (Relação de Empregados), Protocolo de Entrega da Conectividade Social e Comprovante de Pagamento da GRF;
 - II – Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS);
 - III – Folha de Pagamento com a respectiva composição salarial dos colaboradores, bem como os encargos sociais incidentes;
 - IV – Recibo de benefícios concedidos aos funcionários (vale-alimentação e vale-transporte);
 - V – Aviso e recibos de férias dos colaboradores relativos ao mês de competência;
- 1.7. A devolução da Nota Fiscal não aprovada pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda os serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA DOTAÇÃO**

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

Ação (s):

04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura
07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche
07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré Escola
07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação - Fundamental

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários
001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação
019 – FUNDEB 40%

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES****4.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- Efetuar o pagamento, de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Edital e Termo de Referência;
- Promover, através do Fiscal do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Administração;
- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço CONTRATADO;
- Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato;
- Fornecer dados técnicos pertinentes ao objeto do edital para o bom andamento do contrato.

4.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Prestar os serviços de acordo com as especificações do Edital, especialmente as condições estabelecidas no Anexo III (TERMO DE REFERÊNCIA), sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;
- 1. A CONTRATADA deverá nomear um representante legal para tratar de todos os assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informando os números dos telefones de trabalho, da residência e um celular, que deverá estar ativo e habilitado durante toda a vigência do Contrato, bem como um número de fax e endereço de e-mail para o envio de correspondências.
- 2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Contratante, sob pena da rescisão do mesmo.
- 3. Responsabilizar-se integralmente por todos os empregados que prestarão os serviços, selecionando-os e preparando-os rigorosamente, nos termos da legislação vigente, inclusive certificando-se de atestado de boa conduta e demais referências, visando maior segurança e qualidade na execução dos serviços.
- 4. A CONTRATADA deverá manter seus empregados orientados com relação ao desempenho dos serviços, responsabilidades e segurança ao que lhe cabe, com relação a todo material manuseado, não devendo afastar-se dos seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por pessoas não autorizadas.
- 5. A CONTRATADA deverá apresentar seus empregados diariamente asseados, devidamente identificados através de crachás e providos de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC's, quando necessário.
- 6. A CONTRATADA se obriga a responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e ainda, por danos ou avarias e/ou repará-los, quando causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, cabendo-lhe a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso.
- 7. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com os disponibilizados pela Administração.
- 8. Deverá à CONTRATADA manter constantemente o número acordado de funcionários para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, substituindo-os imediatamente, independentemente de justificativa e assumindo responsabilidade na falta de pessoal, respondendo por qualquer dano material, pessoal ou descumprimento de horário por parte de seus funcionários.
- 9. Independente de qualquer justificativa, a empresa deverá enviar um empregado em substituição ao que não se apresentar ao seu posto, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar do recebimento da comunicação da contratante.
- 10. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com condutas prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias à disciplina da repartição ou que venha criar embarços ou dificuldades às exigências dos serviços que lhe forem apresentados.
- 11. Efetuar o pagamento do salário dos empregados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
- 12. Manter todos os equipamentos necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, independente se de propriedade da empresa ou da Administração.
- 13. Nomear, expressamente, um representante encarregado responsável pelos serviços com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho, em tempo necessário, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao Fiscal do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, esclarecendo o não cumprimento por parte da CONTRATADA.
- 14. A CONTRATADA não poderá veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Município;

15. A CONTRATADA não poderá transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência da Contratante.
16. A CONTRATADA deverá apresentar o relatório mensal das atividades desenvolvidas junto ao documento fiscal de prestação de serviços.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 4.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, na Lei n.º 10.520/2002, ressaltado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do Município, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis combinações legais.
- 4.2. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante o certame, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e demais cominações legais.
- 4.3. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, além de restar possibilitada a rescisão do contrato,
- 4.4. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar CONTRATADA, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios, as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:
- a) Advertência, por escrito;
- b) Multas;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art.7º da lei n.º 10.520/2002;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.
- 4.5. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por dia de atraso, por cada funcionário, limitada ao percentual máximo de 5%, pelo descumprimento das seguintes obrigações:
- a) Entrega e substituição dos equipamentos e EPI's e EPC's;
- b) Comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas que depositados na conta corrente especial em no prazo estipulado.
- c) Substituição do funcionário;
- d) Os percentuais de multas serão dobrados em caso de reincidência.
- 4.6. Multa de 5% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial das obrigações contidas no Contrato.
- 4.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total das obrigações contidas no Contrato.
- 4.8. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 4.9. Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia de Recolhimento, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.
- 4.10. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA DO REAJUSTE

- 6.1. O reajuste do valor pactuado no contrato atenderá às normas a seguir e dependerá de proposta escrita do CONTRATADO, passando a vigorar apenas após a decisão administrativa favorável do CONTRATANTE e nos termos da respectiva decisão administrativa.
- 6.2. Havendo prorrogação do contrato, o valor constante para a contratação poderá ser reajustado anualmente, após cada período de 12 (doze) meses a contar da data de início de sua vigência.
- 6.3. Os valores serão divididos em módulos, como segue:
- I – Os valores dos salários e encargos sociais (Módulos 1 e 2) e do Módulo 2-C (auxílio alimentação) serão atualizados a partir da data estipulada na Convenção e de acordo com os índices e valores nela estabelecidos, nos termos autorizados pela legislação em vigor:
- a) Caso o CONTRATADO não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito;
- b) Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato.
- II – Os demais componentes (Módulo 3, exceto "C"), havendo prorrogação da presente contratação, serão reajustados anualmente, após cada período de 12 (doze) meses do início da vigência da contratação, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), fornecido pelo IBGE, ou outro que vier a substituí-lo por determinação legal.
- III – Os valores relativos aos tributos serão alterados em face da atualização e do reajuste previstos nos incisos acima.

CLÁUSULA SÉTIMA DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 7.1. Esta contratação poderá ser alterada para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição do CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 7.2. O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidencie a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado a Prefeitura de Luzerna/SC, Setor de Licitações, situado na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC – CEP: 89.60-000, com identificação do número do Contrato, ou ainda, por e-mail: debora@luzerna.sc.gov.br e mariana@luzerna.sc.gov.br.
- 7.3. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

7.4. O reequilíbrio a que o CONTRATADO fizer jus e que não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com a sua extinção.

CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES

O contrato poderá ser alterado, através de termos aditivos, por acordo entre as partes, ou unilateralmente por parte do CONTRATANTE no caso de acréscimos ou supressões de quantidades em até 25% do valor total atualizado, conforme art. 65 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer, a qualquer tempo e por qualquer pretexto, da maneira como melhor lhe aprouver e convier, diretamente ou por intermédio de seu representante especialmente nomeado, completa fiscalização do objeto deste contrato, para o que a CONTRATADA se compromete a permitir o livre acesso dele a todos os locais necessários e a fornecer todas as informações solicitadas.

9.2. O exercício pelo CONTRATANTE do direito de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

9.3. O CONTRATANTE fiscalizará a prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando a CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção.

9.4. A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA, de acordo com o interesse dos serviços.

9.5. O CONTRATANTE fiscalizará a distribuição do vale-refeição e vale-transporte aos empregados da CONTRATADA, a fim de que seja realizado até o quinto dia útil de cada mês.

9.6. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO por quaisquer irregularidades que venham a ser cometidas por seus empregados que efetuarem os serviços nas dependências do CONTRATANTE, desde que a culpa lhes seja imputada.

9.7. A fiscalização atuará desde o início da prestação dos serviços até o término da vigência deste contrato.

9.8. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive quando implicarem indagações de caráter técnico.

9.9. Fica nomeado como fiscal do Contrato Sr. JULIANO SCHNEIDER.

CLÁUSULA DÉCIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

10.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

10.3. Fica reservado ao contratante o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

PIERRE D'AGOSTINI TEBALDI
REC-LOG RESÍDUOS EIRELI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. -----
Nome:
CPF:

2. -----
Nome:
CPF:

CONTRATO PML Nº 114.18

Publicação Nº 1661897

CONTRATO PML Nº 114/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, de ora em diante denominado CONTRATANTE e MATEUS SPRICIGO EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.044.422/0001-48, com endereço na Rodovia Estadual SC 154, KM 15, Interior, na cidade de Ipumirim /SC, CEP: 89.790-000, representada por MATEUS SPRICIGO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 4.034.799 e inscrito no CPF/MF sob o nº 058.719.509-65, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

0.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 062/2018, Tomada de Preços nº 002/2018, é a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à construção de estrutura em concreto pré-fabricado, que servirá de refeitório e sala de atividades de múltiplo uso para a Escola Municipal São Francisco – Unidade II, sito à Rua Vigário Frei João, Centro, Luzerna/SC, tudo em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo., constituindo-se em:

Item	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à construção de estrutura em concreto pré-fabricado, que servirá de refeitório e sala de atividades de múltiplo uso para a Escola Municipal São Francisco – Unidade II, sito à Rua Vigário Frei João, Centro, Luzerna/SC, tudo em conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma, nos termos do Processo Licitatório 062/2018, Tomada de Preços nº 002/2018.	114.048,00	114.048,00

0.1. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos e demais informações constantes do Anexo I do Edital.

0.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da mesma data.

0.1.1. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

0.1.2.1. Pela CONTRATADA:

a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a CONTRATADA seja sediada em outro Estado.

b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

c) Matrícula do INSS da obra;

0.1.2.2. Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando o início da obra.

1.2.3.3. Da medição dos serviços:

a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela CONTRATADA serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.

b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.

c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

0.1.3. Ao encerrar a obra a CONTRATADA deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

a) "As built" da obra;

b) Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

0.3. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

0.3.1. Todo o material a ser utilizado deverá ser de boa qualidade e ter aprovação prévia por parte da municipalidade, que poderá fazer alterações ou substituições de materiais que não provem ser os exigidos no memorial, e poderá igualmente mandar refazer serviços que não apresentem a qualidade exigida sem ônus para o município.

0.4. A CONTRATADA, durante a execução da obra deverá periodicamente remover entulhos e detritos que venham a se acumular no canteiro, entregando a obra completamente limpa.

0.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos aos funcionários que executarão as obras descritas no item 1 (Do Objeto), devendo ainda, os mesmos serem treinados e possuírem todas as certificações necessárias para a observância das regras de Segurança e Medicina do Trabalho.

0.6. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

- 0.7. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- 0.8. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 0.9. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviço no atendimento do objeto.
- 0.10. Serão de responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.
- 0.11. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 114.048,00 (cento e catorze mil e quarenta e oito reais).
- 2.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição mensais efetuados pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.
- 2.3. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
- 2.4. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.
- 2.5. O último pagamento só será efetuado após o recebimento parcial e total da obra.
- 2.6. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela contratada da "as built".
- 2.7. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a CONTRATADA;
- 2.8. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
- 2.9. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.
- 2.10. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.
- 2.11. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA DOTAÇÃO

- 3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

Ação (s):

07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação - Fundamental

Modalidade de Aplicação (s):

4.4.90. Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte (s):

001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação

019 – FUNDEB 40% CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com os Projetos, Memorial descritivo e demais informações constantes do Edital;
- 3.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;
- 3.3. Entregar a obra, completamente executada, em até 120 (cento e vinte) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece o cronograma físico-financeiro;
- 3.4. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;
- 3.5. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 3.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 3.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;
- 3.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de

gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

- 3.9. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada; realizando a fiscalização sobre o uso dos EPI's pelos funcionários;
- 3.10. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados e/ou de mão de obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;
- 3.11. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;
- 3.12. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;
- 3.13. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;
- 3.14. Fornecer à Secretaria Municipal Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 3.15. Facilitar todas as atividades de fiscalização pelos servidores do Município;
- 3.16. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao início da execução do objeto;
- 3.17. Fornecer ART dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total ou parcial do objeto, o Município poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

- a) Advertência;
 - b) Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.3. Os serviços em atraso sujeitarão o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município.
- 5.4. A multa a que alude o subitem 5.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 5.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto, implicará na multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato.
- 5.6. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;
 - b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 - c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 6.2. O descumprimento, por parte da contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;
- 6.3. Fica reservado ao contratante o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA

DA VIGÊNCIA, DA GARANTIA E DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

- 8.1. Fica estabelecido que, com a CONTRATADA será celebrado contrato deverá celebrar contrato que deverá ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.
- 8.2. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.
- 8.3. Caso a CONTRATADA declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.
- 8.4. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.
- 8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observado.

8.6. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra objeto da presente licitação, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

8.7. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através da Assessoria de Planejamento, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas no Edital.

1. 8.8. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

2. 8.9. Ficam nomeados como fiscais do contrato da presente licitação a Engenheira Civil do Município JULIANA CORBANI e o Diretor de Planejamento do Município ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

MATEUS SPRICIGO
MATEUS SPRICIGO EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. -----
Nome:
CPF:

2. -----
Nome:
CPF:

DECRETO 2597

Publicação Nº 1661469

DECRETO Nº 2597 de 20 de junho de 2018.

"INSTITUI TURNO ÚNICO PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e, CONSIDERANDO, a redução de despesas com a movimentação de máquinas e equipamentos da Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária da garagem até local de trabalho e vice-versa, CONSIDERANDO que o rendimento dos serviços não sofrerá com a redução de carga horária, uma vez que o turno será ininterrupto, concentrando o atendimento e o desenvolvimento das atividades em um único turno;

DECRETA:

Art.1º - Fica instituído TURNO ÚNICO contínuo de 06 (seis) horas diárias dos servidores da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, por prazo indeterminado, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo Único - O Turno Único instituído não se aplica aos servidores da Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, da Diretoria de Paisagismo, do Centro de Eventos São João Batista e terceirizados.

Art. 2º - Na vigência do TURNO ÚNICO fica vedado o pagamento de horas extras, exceto aquelas que ultrapassarem a carga horária da jornada de trabalho de cada servidor fixada em lei ou em situações de urgência ou emergência com a autorização e justificativa da autoridade competente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2018.

Luzerna(SC), 20 de junho de 2018.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2598

Publicação Nº 1661695

DECRETO Nº 2598 de 21 de junho de 2018.
"REMANEJA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º da Lei nº 1.547 de 14 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º - Ficam remanejadas as dotações abaixo:

Movimento	Órgão. Uni	Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor
Anulação	04.001	2.402	1	90	R\$ 50.000,00
Suplementação	04.001	2.402	3	90	R\$ 50.000,00
Anulação	07.001	2.711	1	90	R\$ 90.000,00
Suplementação	07.001	2.711	4	90	R\$ 90.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 21 de junho de 2018.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2599

Publicação Nº 1661697

DECRETO Nº 2599 de 21 de junho de 2018.
"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, QUE ESPECIFICA."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO, que a Seleção Brasileira de futebol jogará pela Copa do Mundo da FIFA na Rússia, e na data dos jogos, por tradição, todos os setores públicos, de todas as esferas de governo, trabalham em horário especial de atendimento, nestes dias;
CONSIDERANDO que não haverá prejuízo nas atividades, já que a procura de serviços públicos municipais se reduzirá no horário dos jogos disputados pela Seleção Brasileira, tendo as atenções voltadas para esse grande evento;

DECRETA:

Art.1º- Fica fixado o horário de expediente das 12h00 às 18h00 no âmbito dos órgãos públicos municipais para o dia 22 de junho de 2018, dia de jogo da Seleção Brasileira de Futebol.

Parágrafo Único - Fica excluído do horário estabelecido por este Decreto a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Art.2º- A Escola Municipal São Francisco em todas as suas unidades seguirá o calendário e horário normais.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de junho de 2018.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 099/2018

Publicação Nº 1661805

PORTARIA Nº 099/18 de 20 de junho de 2018.
"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a servidora SAIONARA REJANE PALHANO SANTOS LEMOS, para exercer o cargo público efetivo de Técnica em Enfermagem, 40 horas semanais, Nível 02, Classe "A", do Grupo V - Estratégia Saúde da Família/ESF, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provisão Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2017 de 13 de setembro de 2017, homologado em 21 de novembro de 2017, a partir de 20 de junho de 2018.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de junho de 2018.

Luzerna(SC), 20 de junho de 2018.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 100/2018

Publicação Nº 1661806

PORTARIA Nº 100/18 de 21 de junho de 2018.

“NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a servidora ARLETE GIACOMIN BERTHA, para exercer o cargo público efetivo de Técnica em Enfermagem, 40 horas semanais, Nível 02, Classe “A”, do Grupo V - Estratégia Saúde da Família/ESF, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2017 de 13 de setembro de 2017, homologado em 21 de novembro de 2017, a partir de 21 de junho de 2018.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de junho de 2018.

Luzerna(SC), 21 de junho de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1 QUADRIMESTRE 2018

Publicação Nº 1661330



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Tesouro Nacional

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Luzerna - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2018

Período de referência: 1º trimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal												
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												
	<MR-1>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (R)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)													
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.682,28	32.536,29	33.179,66	34.033,03	35.960,36	35.512,32	35.090,08	33.334,01	33.334,01	33.171,36	34.471,54	34.428,32	437.885,54
Pessoal Ativo	33.682,28	32.536,29	33.179,66	34.033,03	35.960,36	35.512,32	35.090,08	33.334,01	33.334,01	33.171,36	34.471,54	34.428,32	437.885,54
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	27.881,540	26.589,20	27.421,21	28.267,53	29.710,31	27.696,14	27.414,38	27.547,18	27.547,18	27.414,38	28.468,08	28.453,10	302.201,88
Obrigações Patronais	5.800,78	5.646,79	5.758,45	5.765,50	6.241,05	5.816,18	5.742,90	5.785,23	5.785,23	5.757,01	5.962,05	5.975,16	75.803,68
Benefícios Previdenciários													
Pessoal Inativo e Pensionistas													
Aposentadorias, Reversão e Reformas													
Pensões													
Outras Despesas Previdenciárias													
Outras Despesas com Pessoal													
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 18 da LRF)													
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													
Documentos de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao de Apuração													
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II) = (I - B)	30.092,28	28.536,29	33.179,66	34.033,03	35.960,36	35.512,32	35.090,08	33.334,01	33.334,01	33.171,36	34.471,54	34.428,32	437.885,54



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Luzerna - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2018

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.457.125,07	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	20.457.125,07	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	437.855,54	2,14
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.227.427,50	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.166.056,13	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.104.684,75	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	<p>O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis - SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.</p> <p>Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2018, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.547 de 14 de novembro de 2017 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2018", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 20.210.000,00 (vinte milhões e duzentos e dez mil reais).</p> <p>As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.</p> <p>Todos os valores estão expressos em reais (R\$).</p> <p>As informações aqui apresentadas foram extraídas do Sistema de Contabilidade da entidade.</p>

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Luzerna - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

[illegible]



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Luzerna - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2018

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	<p>Todos os valores estão expressos em reais (R\$).</p> <p>As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00 e atendendo à Lei Orçamentária Anual.</p>

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by RUBIANA SUELEN BALESTRIN:05076485956
Date: 2018.06.21 14:22:22 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Câmara de Vereadores de Luzerna - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by RODRIGO SOUSA:02389357954
Date: 2018.06.21 14:34:18 BRT
Perfil: Titular do Poder Legislativo
Instituição: Câmara de Vereadores de Luzerna - SC

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATOS N° 0005, 0006, 0007, 0008, 0009, 0010, 0011, 0012 E 0013 FMS

Publicação N° 1661964

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0005/2018

Pregão Presencial n° 0003/2018

Objeto: Aquisição de equipamentos conforme Proposta n° 01996.270000/1170-01 do Fundo Nacional de Saúde, conforme especificações do Anexo I do Edital.

Vigência do Contrato: 12 meses de acordo com a garantia dos equipamentos.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão de Nota Fiscal.

Fiscal dos contratos: Ficam designadas as servidoras Juliana Sonda e Liliane Cordeiro, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria n° 3898/2018. Maiores informações, sugestões e reclamações através do telefone (49) 35740003.

Contrato Administrativo n° 0005/2018

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor global: De R\$ 12.495,00 (doze mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

Contrato Administrativo n° 0006/2018

Contratada: BIOTECNO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Valor global: De R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

Contrato Administrativo n° 0007/2018

Contratada: COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME

Valor global: 9.448,00 (nove mil quatrocentos e quarenta e oito reais)

Contrato Administrativo n° 0008/2018

Contratada: CONCORDIA SISTEMA LTDA EPP

Valor global: De R\$ 21.535,00 (vinte e um mil quinhentos e trinta e cinco reais)

Contrato Administrativo n° 0009/2018

Contratada: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor global: De R\$ 13.556,00 (treze mil quinhentos e cinqüenta e seis reais)

Contrato Administrativo n° 0010/2018

Contratada: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME

Valor global: De R\$ 4.532,00 (quatro mil quinhentos e trinta e dois reais)

Contrato Administrativo n° 0011/2018

Contratada: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor global: De R\$ 9.218,00 (nove mil duzentos e dezoito reais)

Contrato Administrativo n° 0012/2018

Contratada: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP

Valor global: De R\$ 7.885,00 (sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais)

Contrato Administrativo n° 0013/2018

Contratada: VW COMERCIO E ATACADISTA EIRELLI,

Valor global: De R\$ 2.099,00 (dois mil noventa e nove reais)

Macieira, 18 de junho de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2018

Publicação Nº 1661506

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2018
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 009/2018
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que assinou Termo de Colaboração n. 009/2018 com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAFRA - APAE, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 83.396.002/0001-79, a título de acompanhamento e cuidados a pessoas portadoras de deficiência, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) a serem pagos em até seis parcelas a partir do mês de junho de 2018. A vigência do termo de colaboração tem início na data da sua assinatura, com vigência até 31 de dezembro de 2018. O inteiro teor deste Termo de Colaboração encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08 às 12 horas e das 13h30 às 17 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 21 de julho de 2017. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 033/2018

Publicação Nº 1661903

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 033/2018

Contrato nº: Nº033/2018

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

CNPJ: 83.052.191/0039-35

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme ações descritas no Plano Anual de Trabalho, através da Secretaria de Agricultura e Interior.

Inexigibilidade nº 005/2018 Processo Licitatório n.º 320/2018.

Valor: R\$ 53.349,60 (Cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

Data de Pagamento: O vencimento dos boletos será conforme acordado no instrumento jurídico.

Data Assinatura: 20 de junho de 2018.

Prazo: O presente contrato vigorará até a data de 31/12/2018.

Dotação Orçamentária:

471 - 1 . 21001 . 20 . 122 . 21 . 2.133 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

Major Vieira

PREFEITURA

DECRETO N.º 1.782 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661165

DECRETO N.º 1.782 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

"Dispõe sobre horário excepcional de expediente no âmbito da Administração Pública Municipal nos dias dos jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo 2018."

O PREFEITO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º. O horário de expediente nas repartições públicas municipais durante a Copa do Mundo de 2018, excepcionalmente, será:

I – das 13h00 às 17h00, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para o período matutino, com exceção do disposto no inc. III.

II – encerramento do expediente 01h00 antes do início do jogo nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira no período vespertino;

III – das 14h00 às 18h00, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 11h00 da manhã.

Art. 2º. A Secretaria de Saúde do Município deverá fixar escala de plantão e sobreaviso, para manutenção de seus serviços essenciais.

Parágrafo Único. Exclusivamente quanto ao Hospital São Lucas, deverá a autarquia fixar as normas, através de Portaria própria, sem prejuízo de seus serviços essenciais observados o disposto no artigo 1º.

Art. 3º. As demais Secretarias Municipais que tiverem sob sua responsabilidade serviços essenciais deverão expedir normas complementares que visem à manutenção dos serviços no período de que trata este Decreto.

Art. 4º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias específicas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira (SC), 20 de junho de 2018.

ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N. 2409 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661222

LEI MUNICIPAL N. 2409 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR BEM IMÓVEL MUNICIPAL AO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Major Vieira, por seus representantes na Câmara Municipal de Vereadores, aprovou, e eu, ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo autorizado a DOAR área de terreno, integrante do patrimônio público municipal, sendo;

IMÓVEL: O terreno urbano com a área de 480,00 metros quadrados, constituído pelo lote número 01 da subdivisão procedida pela Prefeitura Municipal de Major Vieira/SC, através do Decreto nº 451 de 11/02/1985, situado na cidade de Major Vieira, na esquina formada pelas Ruas Otávio Tabalipa e Estanislau Woichikoski, fazendo frente para a mencionada Rua Otávio Tabalipa, na extensão de 12,00 metros lineares; dividindo pelo lado direito para quem da frente olha o imóvel com a Rua Estanislau Woichikoski, na extensão de 40,00 metros lineares; pelo lado esquerdo na mesma posição, com o lote nº 02 do mesmo desmembramento, na extensão de 40,00 metros lineares; pelos fundos com lote nº 04 também do mesmo desmembramento, na extensão de 12,00 metros lineares. Inscrição imobiliária nº 00.02.017.0272.001, de propriedade da

Prefeitura Municipal de Major Vieira, conforme matrícula 38.601 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas-SC.

Art. 2º A área descrita no art. 1º destinar-se-á, exclusivamente, à construção da sede da Polícia Militar de Major Vieira, vedada a destinação diversa, sob pena de retrocessão do imóvel ao patrimônio público.

§ 1º A doação operar-se-á, conforme disposto na parte final do § 4º, do art. 17 da Lei Federal nº 8.666/1993, dispensando-se a licitação diante do relevante e manifesto interesse público.

Art. 3º A doação conterá cláusula de reversão em favor da Municipalidade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, que poderá ser levada a efeito, independentemente de ação judicial, por ato do Chefe do Poder Executivo, resguardados o direito a ampla defesa e contraditório, se constatado que a beneficiária, no prazo estabelecido:

- a) deixar de cumprir a legislação vigente;
- b) não construir no prazo estabelecido.

Art. 4º A beneficiada deverá dar início às obras e serviços necessários à expansão de suas instalações no prazo máximo de até 01 (um) ano, contados da publicação desta lei, e a concluir no prazo máximo de até 01 (um) ano.

§ 1º Findo tal período e não sendo concretizado, considerar-se-á automaticamente rescindida a presente doação, retornando de imediato o imóvel e todas as benfeitorias nele edificadas, sem direito a indenização ou retenção, ao patrimônio público Municipal.

§ 2º O prazo estabelecido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado mediante apresentação de justificativa, aceita pela Administração, bem como em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Art. 5º Uma vez cumpridas às condições desta Lei e, findo o prazo de cinco anos, verificado o interesse, a doação tornar-se-á definitiva não mais incidindo a cláusula de reversão que poderá ser levantada pela beneficiária, independentemente de nova Lei autorizativa, mediante a comprovação do decurso do tempo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira (SC), 20 de junho de 2018.

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI

Prefeito do Município de Major Vieira (SC)

Registrada e Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 20/06/2018 e site www.majorvieira.sc.gov.br em 20/06/2018.

CRISTIANE RODRIGUE SIEMS
Secretaria de Administração

Maracajá

PREFEITURA

COMUNICADO LDO LOA 21-6-2018

Publicação Nº 1661095

COMUNICADO

ARLINDO ROCHA, Prefeito do Município de Maracajá, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c. a Lei Municipal nº 513, de 29 de maio de 2001, Comunica as entidades representativas da sociedade, autoridades, cidadãos maracajaenses e a quem possa interessar, que realizará Audiência Pública às 19 horas do dia 28 de junho de 2018 (quinta-feira), no Centro Esportivo Municipal “Antônio da Rocha”, sito a Av. Nossa Senhora da Conceição, nº 589, bairro Centro, com o objetivo de definir as prioridades e metas da Administração Municipal, relacionadas a investimentos e geração de despesas, para inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício financeiro de 2019.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. É de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público Municipal. Assim, contamos com a presença de todos na Audiência Pública, acima mencionada.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de junho de 2018.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 056/2018

Publicação Nº 1660890

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 056/2018

OBJETO: Contratação de Show Artístico Musical com a Banda Scorpions para apresentação durante da XXVII Festa no Colono, a ser realizado no dia 20/07/2018, no Centro Esportivo Antônio da Rocha, localizado na Avenida Nossa Senhora da Conceição, Centro, no Município de Maracajá/SC.

CONTRATADO: ANTONIO JOÃO PEREIRA

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MARACAJÁ

VALOR GLOBAL: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Incisos III, do Art. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93.

RECONHECIMENTO: 20/06/2018, Marluci Freitas Bitencourt Vitali – Secretária de Administração.

RATIFICAÇÃO: 20/06/2018, por Arlindo Rocha – Prefeito Municipal.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 057/2018

Publicação Nº 1660977

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 057/2018

OBJETO: Contratação de Show Artístico Musical com a Lúcio Zilli e Banda para apresentação durante da XXVII Festa no Colono, a ser realizado no dia 21/07/2018, no Centro Esportivo Antônio da Rocha, localizado na Avenida Nossa Senhora da Conceição, Centro, no Município de Maracajá/SC.

CONTRATADO: : LUCIO MANOEL ZILI

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MARACAJÁ

VALOR GLOBAL: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Incisos III, do Art. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93.

RECONHECIMENTO: 20/06/2018, Marluci Freitas Bitencourt Vitali – Secretária de Administração.

RATIFICAÇÃO: 20/06/2018, por Arlindo Rocha – Prefeito Municipal.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 058/2018

Publicação Nº 1661802

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 058/2018

OBJETO: Contratação de Show Artístico Musical com a Dupla Neguinho e Emanuel para apresentação durante da XXVII Festa no Colono, a ser realizado no dia 22/07/2018, no Centro Esportivo Antônio da Rocha, localizado na Avenida Nossa Senhora da Conceição, Centro, no Município de Maracajá/SC.

CONTRATADO: : WAGNER FERMINO SCARSI

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MARACAJÁ

VALOR GLOBAL: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Incisos III, do Art. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93.

RECONHECIMENTO: 20/06/2018, Marluci Freitas Bitencourt Vitali – Secretária de Administração.

RATIFICAÇÃO: 20/06/2018, por Arlindo Rocha – Prefeito Municipal.

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 495/2018

Publicação Nº 1660774

DECRETO Nº 495, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Concurso Público Edital nº 002/2014, homologado pelo Decreto nº 171, de 23 de dezembro de 2014,

A decisão nos Autos nº 0300660-19.2018.8.24.0042 proferida pela 2ª Vara da Comarca de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada SILVANA STRAPAZZON, brasileira, inscrita no CPF sob nº 942.246.849-34, para assumir o cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de junho de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 496/2018

Publicação Nº 1660733

DECRETO Nº 496, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre substituições de professores realizadas pela Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 199/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário (ACT) as pessoas abaixo relacionadas, as quais foram classificadas no Edital de Substituições nº 001/2018 para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- I- Naiara dos Santos Barp – 5 turnos trabalhados (20 horas);
- II- Denise Heinz – 5 turnos trabalhados (20 horas);
- III- Carmem Brandalis – 3 turnos trabalhados (20 horas);
- IV- Eliane Appelt – 9 turnos trabalhados (20 horas);
- V- Angelita Milani – 21 turnos trabalhados (20 horas);
- VI- Roseli Lauermann – 11 turnos trabalhados (20 horas);
- VII- Iraci Schenkel – 2 turnos trabalhados (20 horas);
- VIII- Simone Reichert – 5 turnos trabalhados (20 horas);
- IX- Sônia Abati – 7 turnos trabalhados (20 horas);
- X- Carine Goelzer – 31 turnos trabalhados (20 horas);

XI- Roseli Moraes – 31 turnos trabalhados (20 horas);
XII- Daniela Porto – 16 turnos trabalhados (20 horas);
XIII- Gislaine Rollwagen – 29 turnos trabalhados (20 horas);
XIV- Angela Vicari – 16 turnos trabalhados (20 horas);
XV- Taiza Capeleti – 1 turno trabalhado (20 horas);
XVI- Solange Schitler – 7 turnos trabalhados (20 horas);
XVII- Isabel Alves dos Santos - 30 turnos trabalhados (20 horas);
XVIII- Vera Lúcia Reis – 2 turnos trabalhados (20 horas);
XIX- Precila Pott – 3 turnos trabalhados (20 horas);
XX- Rosangela Mezzalira – 6 turnos trabalhados (20 horas);
XXI- Fabiana Mahl – 1 turno trabalhado (20 horas);
XXII- Deivison dos Santos – 5 turnos trabalhados (20 horas);
XXIII- Maria Schuster – 1 turno trabalhado (20 horas);
XXIV- Claudinéia Staudt – 3 turnos trabalhados (20 horas);
XXV- Andressa Barbosa – 3 turnos trabalhados (20 horas).

Art. 2º Ficam pelo presente Decreto contratados em caráter temporário (ACT) para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os professores classificados no Processo Seletivo Edital nº 004/2016, sendo:

I- Juliana Bogoni – 4 turnos trabalhados (20 horas);
II- João Ricardo Longhi – 7 turnos trabalhados (20 horas);
III- Lovani Sbrussi – 3 turnos trabalhados (20 horas);
IV- Eliane Beviláqua – 4 turnos trabalhados (20 horas);
V- Ana Emília Campana – 12 turnos trabalhados (20 horas).

Art. 3º Ficam pelo presente Decreto contratados em caráter temporário (ACT) para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os seguintes professores efetivos:

I- Fabiane Kunzler – 9 turnos trabalhados (20 horas);
II- Maristela Kegler – 5 turnos trabalhados (20 horas);
III- Edivânia Menegheti – 3 turnos trabalhados (20 horas).

Art. 4º As despesas do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de junho de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 497/2018

Publicação Nº 1660929

DECRETO Nº 497, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

O Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2018 contra a servidora Eliane Débora Ballestreri, em afastamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 18 de junho a 31 de julho de 2018, da servidora SUSANA APARECIDA BRAGA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 069.070.369-40, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de junho de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 499/2018

Publicação Nº 1660949

DECRETO Nº 499, DE 20 DE JUNHO DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 20 de junho de 2018 a 19 de junho de 2019, do servidor LAÉRCIO JOSÉ FORNASARI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 306.856.800-53, ocupante do cargo de Médico - EMAD, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 20 de junho de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 500/2018

Publicação Nº 1661156

DECRETO Nº 500, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 21 de junho de 2018 a 20 de junho de 2019, MARIVANE DEJANIRA MORAES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 102.878.109-17, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 21 de junho de 2018.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 115/2018

Publicação Nº 1661373

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 115/2018 - Modalidade Pregão Presencial n. 043/2018 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha - SC, Doraci Felisiak, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza de pavilhão do parque de exposições Carlos Alberto Begrow e limpeza das calhas do Espaço Criança Sorriso do Município de Maravilha - SC, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 09 de julho de 2018 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 21 de junho de 2018. DORACI FELISIAK – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha - SC.

Marema

PREFEITURA

DECRETO N.051/2018

Publicação Nº 1660882

DECRETO n.051/2018

De 21/05/2018

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Marema, CONSIDERANDO 31 de maio de 2018 Feriado de Corpus Christi.

DECRETA

Art. 1º - Ponto facultativo aos Servidores Públicos Municipais, com exceção aos serviços emergenciais, no dia 01 de junho de 2018 – em consideração do dia 31 de maio de 2018 dia de Corpus Christi.

Parágrafo Único – Os serviços emergenciais e urgentes serão atendidos em regime de plantão.

Art. 2º - Ponto facultativo concedido aos servidores que desempenharam atividades nos preparativos e no dia da Festa do Município de Marema, realizado entre os dias 08/06/2018 a 11/06/2018.

Art. 2ª - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de maio de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO 60.2016 ADITIVO 02 - UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP

Publicação Nº 1649332

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO (60/2) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 60/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES - EPP.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.255.187/0001-08, com sede na Rua General Osório, nº 311, Centro, município de Timbó, estado de Santa Catarina, neste ato representada por FABIANO BUSNARDO, inscrito no CPF sob o nº 777.742.219-72, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. A cláusula sétima do CONTRATO Nº 60/2016 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 23 DE JUNHO DE 2018, findando em 23 DE JUNHO DE 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. De acordo com o índice IGP-M (calculado entre junho de 2017 a maio de 2018), o reajuste será de 4,27121% compreendendo como novo valor global a importância de R\$ 56.535,80 (cinquenta e seis mil quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1. O presente termo aditivo visa formalizar a alteração da Razão Social da empresa, de TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA para UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, constante no contrato nº 60/2016, conforme alteração realizada pela 2ª alteração do contrato social da empresa, devidamente consolidada e registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

CLÁUSULA QUARTA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP apresentou os respectivos documentos da alteração da razão social do termo aditivo, a fim de comprovar sua regularidade perante a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), não restando dúvidas de que possui plenas condições de continuar cumprindo os direitos e obrigações decorrentes do Contrato nº 35/2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA BASE LEGAL

5.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93, admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 22 de junho de 2018.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA ARMINDO SESAR TASSI CONTRATANTE	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP FABIANO BUSNARDO CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

CIRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	GILBERTO LOPES CPF: 048.266.909-83
--------------------------------------	---------------------------------------

PROCESSO LICITATÓRIO 116.2018 PP 116.2018 - TRANSPORTE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL DESTINADO AO USO DA PREFEITURA E FUNDOS

Publicação Nº 1661643

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE PRESTE SERVIÇO DE TRANSPORTE MUNICIPA E INTERMUNICIPAL DESTINADO AO USO DA PREFEITURA E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 04/07/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 04/07/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 21 de junho de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Matos Costa**PREFEITURA****PORTARIA 392/2018**

Publicação Nº 1661698

PORTARIA Nº 392/2018 – De 20 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora DANIELI CORADASSI SMEKA DOS SANTOS, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional TECNICO na categoria funcional de TECNICO EM ENFERMAGEM - AMUS, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 20.06.18 a 18.07.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 20 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09**PORTARIA 393/2018**

Publicação Nº 1661704

PORTARIA Nº 393/2018 – De 20 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIZA SMEK DE OLIVEIRA, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 20.06.18 á 19.07.18, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 20 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 159-2018

Publicação Nº 1660781

PORTARIA n.º 159/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e Art. 87 da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal AGDA FERMINA SCHNEIDER SCARSANELA – matrícula nº 118, ocupante do cargo de Assistente Social, a licença por motivo de doença da família, do dia 05 de Junho de 2018 a 03 de Agosto de 2018, conforme parecer social e atestado médico apresentados.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05/06/2018.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21de Junho de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 002/2018

Publicação N° 1661642

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de CANCELAMENTO de Licitação

Processo nº: 1063/2018
Modalidade: Concorrência Pública nº 002/2018
Tipo: Menor preço – Menor preço por lote

O prefeito de Modelo/SC comunica o CANCELAMENTO do processo licitatório nº 1063/2018 concorrência pública nº 002/2018 que constituía como objeto: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA AMPLIAÇÃO (INSTALAÇÃO ELÉTRICA E FINALIZAÇÃO DA OBRA PARTE CIVEL) SUBSOLO DO CENTRO DE EVENTOS ANDREAS MALDANER, ÁREA DE 800M² E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BOLÃO, BOLICHE, BOCHA PARA INSTALAÇÃO NESTA ÁREA, CONFORME MOEMORIAL E PROJETO DE ENGENHARIA.

Modelo/SC 21 de junho de 2018.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO 155/2018

Publicação N° 1661298

Decreto nº 155/2018 de 21/06/18

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1157/2018, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:
ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1157/2018, Modalidade Pregão nº 047/2018, na sua exata ordem de classificação.
ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS, BAI-NHAS E NITROGÊNIO LÍQUIDO, DESTINADO A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
FABIO JOSE RECKZIEGEL	59.500,00
ALCIONES LUIZ WOJCIECHOWSKI ME	19.450,00
VANELLI AGROPECUARIA LTDA	42.540,00
NITROTEC - COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA	29.075,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 21 de junho de 2018.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO
Depto. de Licitações

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056-2018 ÓLEOS E LUBRIFICANTES - GB VEÍCULOS

Publicação Nº 1661032

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 056/2018

Processo Licitatório nº 948/2018

Pregão SRP nº 042/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: GB VEÍCULOS LTDA, CNPJ sob nº. 07.802.421/0001-85,

Valor: R\$ 3.944,50

Assinado em: 20/06/2018

Vigente até: 20/06/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 20 de junho de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057-2018 ÓLEOS E LUBRIFICANTES - IDROMOL

Publicação Nº 1661042

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 057/2018

Processo Licitatório nº 948/2018

Pregão SRP nº 042/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA ME - EPP, CNPJ sob nº. 01.647.128/0001-04,

Valor: R\$ 72.375,20

Assinado em: 20/06/2018

Vigente até: 20/06/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 20 de junho de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 159-2018 - MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO - SESI

Publicação Nº 1661329

Extrato de Contrato nº 159/2018

Processo Licitatório nº 1677/2017

Pregão Presencial RP nº 057/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO, CNPJ nº 83.021.832/0001-11.

Contratada: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, CNPJ nº 03.777.341/0341-41

Valor: R\$ 5.766,00

Assinado em: 20/06/2018

Vigente até: 31/12/2018

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, DA PREFEITURA DE MODELO E DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELOS SERVIDORES, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL VINCULADO A ADMINISTRAÇÃO.

Modelo/SC, 20 de junho de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0103/2018

Publicação Nº 1660751

PORTARIA Nº 0103/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.356/2018 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando em especial a programação de férias dos Departamentos e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Altair Evandro Rintzel	03.02.2017 a 02.02.2018	02.07.2018 a 31.07.2018 (30 dias)
Marcia Adriana Neu	22.12.2016 a 21.12.2017	25.06.2018 a 14.07.2018 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 20 de junho de 2018.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL REGISTRO DE PREÇOS 049/2018

Publicação Nº 1661827

**PREGÃO PRESENCIAL 049/2018
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

RETIFICAÇÃO:

- Fica incluído o item **8 e 9**, com a seguinte descrição e valores ao item **2.1** do Edital:

Lote	Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	1	Forro de PVC com aparência lisa de 10mm, com encaixe macho/fêmea junta seca, 200mm x 10mm, na cor branca, produto com 1 ano de garantia contra defeito de fabricação.	m2	270,00 00	25,3000	6.831,00
1	2	Rodaforro de PVC com acabamento Premium (design colonial ou semelhante), com largura instalado de 5,50cm e altura instalado de 5,50cm, cor branca. Produto com 1 ano de garantia contra defeito de fabricação.	m	200,00 00	7,0000	1.400,00
1	3	Molduras de canto união interno encaixe para acabamento Premium em forro de PVC.	und	70,000 0	6,7000	469,00
1	4	Molduras de canto união externo, encaixe para acabamento Premium em forro de PVC.	und	50,000 0	6,7000	335,00
1	5	Parafusos 4,2 x 13mm para forro de PVC ou drywall, acabamento zincado brilhante.	und	3.000,0 000	0,0800	240,00
1	6	Rodapé em poliestireno modelo 100mm x 15mm, na cor branca, com altura de 10cm, material imune a cupins, fungos, umidade e corrosão, produto com 1 ano de garantia contra defeito de fabricação.	m	190,00 00	21,6200	4.107,80
1	7	Cola para rodapé de poliestireno (composição de dispersão aquosa de um copolímero acrílico contendo	und	12,000 0	29,1000	349,20

		cargas minerais e aditivos especiais), cor branca e aspecto pastoso, com em embalagem de 1KG.				
1	8	Tinta acrílica premium, galão de 18l, em cor clara a ser definida pelo município.	und	14,0000	320,0000	4.480,00
1	9	Multimassa niveladora tapa-tudo para correção de imperfeições, embalagem de 340g.	und	6,0000	29,9000	179,40

- Fica alterado o item **1.1**, **1.2** e **1.3** do Edital, definindo nova data para abertura, com a seguinte redação:

1.1- O Pregoeiro do Município de Modelo, designado pelo Decreto **065/2018**, torna público que no dia **05 de julho de 2018**, às **08h:30min**, na Prefeitura Municipal de Modelo SC, será realizada licitação na modalidade **Pregão**, do tipo **Menor preço** e do critério **Menor preço - Unitário por Item**, com o processo nº. **1199/2018** e a modalidade nº. **049/2018** observado às disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

1.2- Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta fica determinado o dia **05 de julho de 2018** até às **08h:30min**, na Sala da Comissão de Pregão, localizada a Rua do Comercio, 1304, Modelo SC.

1.3- O início da abertura dos envelopes ocorrerá às **08h:45min**, no mesmo endereço e no mesmo dia.

A integra do Edital com suas retificações que dispõe a presente errata bem como o novo arquivo de cotação se encontra disponível no site <http://www.modelo.sc.gov.br/>

Modelo/SC, 21 de junho de 2018

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5099/2018

Publicação Nº 1661752

DECRETO Nº 5.099, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Revoga Processo Licitatório e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, que o Município instaurou no dia 23 de maio de 2018, Processo Licitatório n. 068/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 038/2018, visando o "Registro de preços para eventual e futura contratação de empresas especializadas em fornecimento de pintura, mão de obra, ferramentas e material necessário para execução parcelada dos serviços a serem executados nos imóveis pertencentes ao Município de Mondaí - SC, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital";

CONSIDERANDO, que a administração fará uma nova licitação através da modalidade Tomada de Preços. Entretanto, é cediço que essa nova modalidade é a que se apresenta mais apropriada para contratação destes serviços;

CONSIDERANDO, a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em trâmites em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93.

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."

CONSIDERANDO, o disposto na Súmula 473 do STF, lavrada nos seguintes termos:

"A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

CONSIDERANDO, a conveniência e oportunidade, o Município tem a possibilidade de revogar o procedimento licitatório, acarretando inclusive o desfazimento dos efeitos da licitação, e assim pensa o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos) tece o seguinte comentário sobre revogação:

"A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público... Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (...) Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente".

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado, como revogado está, por razões de oportunidade decorrentes de fatos supervenientes, o processo licitatório n. 068/2018, na modalidade de Pregão Presencial n. 038/2018.

Art. 2º. Determino ao Pregoeiro realização de todos os procedimentos para dar cumprimento a este Decreto, com a comunicação do fato aos interessados que manifestarem interesse em participar da licitação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mondaí – SC,
aos 18 dias do mês de junho de 2018.

VALDIR RUBERT ELISEU BOHN

- Prefeito Municipal - - Secretário de Administração e Fazenda -

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO Nº 97 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661823

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO
CNPJ 07.589.379/0001-66
Rua João Emílio º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.

DECRETO Nº 97 DE 20 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3251 de 12/12/2017:
DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2017, até o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 031201 – Sup. Financeiro/2017 – C/C: 54.585-6 – Recursos Convênio de Trânsito – Prefeitura

ÓRGÃO: 22 – Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FMV

Função: 06 – Segurança Pública

Programa: 47 – Humaniza Navega no Trânsito

Subfunção: 183 – Informação e Inteligência

1.038 – Aquisição de Veículos para a Fundação Municipal de Trânsito

16 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JUNHO DE 2018.

Emílio Vieira

PREFEITO

EXTRATO CONTRATUAL Nº 060/2018PMN

Publicação Nº 1661876

EXTRATO CONTRATUAL Nº 060/2018 PMN

Processo: PP36/2017

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS PARA REALIZAR COLETAS E ANÁLISES LABORATORIAIS DE ÁGUA TRATADA, DISTRIBUÍDA EM TODO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO., ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017.

Contratado: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA, com sede na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Pará, nº 50, Bairro Itoupava Seca, inscrita no CNPJ sob o nº 81.322.141/0001-22, representado por Almíria da Rosa Beckhauser de Barros.

CNPJ sob o nº 81.322.141/0001-22

Valor Total: R\$ 64.000,00.

Recursos: 2.124 3.3.90.00.00.00.00

Vigência: 31/12/2018

Conforme solicitação Secretaria de Saneamento Básico / Serviços contínuos.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 64/2018 PMN

Publicação Nº 1661048

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2018 P.M.N

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 64/2018, relativa ao Pregão Presencial nº 64/2018 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS), DESTINADOS A COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO (ALMOÇO DIÁRIO) PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 64/2018 PMN.

Fornecedor: PJ Serviços e Comercio Eireli

CNPJ 13.060.647/0001-50

Proprietária: Julia Cristina Meuer de Souza

Valor: R\$ 51.076,00

Fornecedor: KMJ Transportes LtdaCNPJ: 75.494.187/0001-26

Proprietários: Aristides Pereira Nunes Junoir e Tereza de Jesus Pereira Nunes

Valor: R\$ 67.800,00

Vigência: 20/06/2018 a 20/06/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 20 de junho de 2018.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 088/2018 089/2018 PMN

Publicação Nº 1661870

EXTRATO CONTRATUAL Nº 088/2018

Processo: Concorrência Nº 97/17

Contratado: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 260/2017, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENROCAMENTO COM COLOCAÇÃO DE PEDRAS, PASSEIO PÚBLICO (DECK DE MADEIRA), CICLOVIA E ESTRUTURA DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DESTRUÍDAS NA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL PROCESSO Nº 59053.000041/2016-07, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 97/2017.

Vigência: 09/05/2017 – 02/02/2019

Recursos: 1.109.4490.00 (13400)

EXTRATO CONTRATUAL Nº 089/2018

Processo: Concorrência Nº 97/17

Contratado: CONSTRUTORA NATINHO LTDA - EPP

CNPJ: 07.544.753/0001-07

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CNPJ: 03.574.370/0001-20

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 261/2017, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENROCAMENTO COM COLOCAÇÃO DE PEDRAS, PASSEIO PÚBLICO (DECK DE MADEIRA), CICLOVIA E ESTRUTURA DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DESTRUÍDAS NA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL PROCESSO Nº 59053.000041/2016-07, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 97/2017.

Vigência: 09/05/2017 – 02/02/2019

Recursos: 1.109.4490.00 (13400)

Navegantes, 08 de maio de 2018.

PORTARIA 2305 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1661187

PORTARIA Nº 2305 DE 20 DE JUNHO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 64/2018 PMN do processo licitatório 64/2018 PMN, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS), DESTINADOS

A COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO (ALMOÇO DIÁRIO) PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 64/2018 PMN.

Fiscal: ROSELI DE FATIMA GONÇALVES - (titular)
DAIANE MAICA KASPARY - (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE JUNHO DE 2018.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2321 DE 21 DE JUNHO DE 2018 DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 1661814

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446- Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA N º 2321 DE 21 DE JUNHO DE 2018
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Karlile Cugnier para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível irregularidade na concessão de espaço público para funcionamento de cantinas em escolas da Rede Municipal de Ensino.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE JUNHO DE 2018.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.
Navegantes, 21 de junho de 2018.

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2322 DE 21 DE JUNHO DE 2018 DESIGNA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 1661817

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446- Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA N º 2322 DE 21 DE JUNHO DE 2018
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Karlile Cugnier para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível inobservância do dever funcional por parte do servidor R.C.S.S..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE JUNHO DE 2018.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.
Navegantes, 21 de junho de 2018.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

TERMO DE JULGAMENTO SINDICÂNCIA 4/2018

Publicação Nº 1660998

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo de Sindicância n º. 4/2018, instaurado pela Portaria nº. 1208 de 14 de março de 2018.

Sindicada: (A) M.L.K.B..

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 1208 de 14 de março de 2018 foi instaurado Processo de Sindicância para apurar possível inobservância do dever funcional por parte da servidora M.L.K.B..

A denúncia foi recebida, designou-se e instalou-se Comissão de Processo de Sindicância, com a oitiva dos denunciante, testemunhas e sindicada.

É o Relatório.

A Comissão de Processo de Sindicância apurou o caso, e de acordo com o relatório da Comissão, muito embora haja denúncia de possível inobservância do dever funcional por parte da servidora M.L.K.B., não há prova inequívoca da execução do ato irregular, ou seja, faltam provas da materialidade do ato infracional, sugerindo ARQUIVAMENTO dos autos por insuficiência de provas.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003.

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo de Sindicância, no que concerne ao ARQUIVAMENTO dos autos nº. 4/2018.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 20 de junho de 2018.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 005-2018 - APROVA AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO 2016**

Publicação Nº 1661221

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2018

APROVA AS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE NAVEGANTES REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Navegantes-SC, Alício Jacob Ricobom Filho, no uso das suas atribuições, faz saber, que após apreciação pelo plenário do parecer prévio enviado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente às contas do Executivo Municipal do exercício de 2016, votou pela APROVAÇÃO, e em conformidade com as normas constitucionais emite o seguinte parecer:

Art. 1º Fica por este ato APROVADAS as contas do Executivo Municipal de Navegantes, Santa Catarina, referente ao exercício de 2016.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Navegantes/SC, 14 de junho de 2018.

Alício Jacob Ricobom Filho

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006-2018 - PONTO FACULTATIVO

Publicação Nº 1661203

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Navegantes-SC, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e, com fulcro no artigo 38 do Regimento Interno, considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo realizada na Rússia

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que no dia 22 de junho de 2018 (sexta-feira), não haverá expediente na Câmara Municipal de Vereadores de Navegantes.

Art. 2º No dia 25 de junho de 2018, segunda-feira, o horário de expediente será normal para todos os servidores.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Navegantes/SC, 20 de junho de 2018.

Alício Jacob Ricobom Filho

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2018 - 1º QUADRIMESTRE - ANEXO 1

Publicação Nº 1661186

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.024.770,92	0,00
Pessoal Ativo	3.024.770,92	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.497.203,63	0,00
Obrigações Patronais	527.567,29	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.024.770,92	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	244.858.345,98	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	244.858.345,98	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	3.024.770,92	1,24
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.691.500,76	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.956.925,72	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	13.222.350,68	5,40

FONTE:

NAVEGANTES, 19/06/2018

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE
CONTADOR. CRC/SC- N º 015111/O-3

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2018 - 1º QUADRIMESTRE - ANEXO 2

Publicação Nº 1661189

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	430.854,25	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	430.854,25	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	430.863,35	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	9,10	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-430.854,25	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	1.607,72	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	414.737,40	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NAVEGANTES. 19/06/2018

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018

Continuação 2/2

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

VILSEMAR OLIMPIO DUARTE
CONTADOR. CRC/SC- N° 015111/O-3

ANDRE DE FREITAS CHAVES PACHECO
COORDENADOR FINANCEIRO

FONTE:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2018 - 1º QUADRIMESTRE - ANEXO 3

Publicação Nº 1661190

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

NAVEGANTES, 19/06/2018

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE
CONTADOR. CRC/SC- N ° 015111/O-3

ANDRE DE FREITAS CHAVES PACHECO
COORDENADOR FINANCEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2018 - 1º QUADRIMESTRE - ANEXO 4

Publicação Nº 1661191

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS(V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

NAVEGANTES, 19/06/2018

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE
CONTADOR. CRC/SC- N° 015111/O-3

ANDRE DE FREITAS CHAVES PACHECO
COORDENADOR FINANCEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2018 - 1º QUADRIMESTRE - ANEXO 6

Publicação Nº 1661192

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2018

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		4.897.166.919,60	
Receita Corrente Líquida Ajustada		0,00	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		3.024.770,92	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		0,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>		0,00	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-430.854,25	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		1.077.376.722,31	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		783.546.707,14	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		342.801.684,37	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		414.737,40	429.246,53

FONTE:

NAVEGANTES, 19/06/2018

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE
CONTADOR. CRC/SC- N° 015111/O-3

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 119/2018 ADICIONAL DE TITULAÇÃO MARIZA CUNICO

Publicação Nº 1661614

DECRETO nº 119, de 20 de junho de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe os Art. 22 e 29 da Lei Complementar nº 109/2015, de 23 de junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Adicional de Titulação – Especialização, na ordem de 20% (vinte por cento), para a Servidora Municipal MARIZA CUNICO, Matrícula 5392/02, ocupante do cargo de Professor MAG 2 Anos Iniciais, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, conforme Certificado de Conclusão em anexo.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),

em 20 de junho de 2018.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

DECRETO 121/2018 DISPÕE SOBRE HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, ESTADO DE SANTA CATARINA NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018

Publicação Nº 1661538

DECRETO Nº. 121 DE 21 DE JUNHO DE 2018

“Dispõe sobre horário excepcional de expediente no Poder Executivo do Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina nos dias dos jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2018.”

O PREFEITO DE NOVA ERECHIM, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, considerando o interesse da ampla maioria dos servidores em acompanhar os jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica assim estabelecido o horário de expediente dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018:

I – das 7h30 às 13h30 nos dias úteis em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 15h00;

II – das 13h00 às 19h00 nos dias úteis em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 11h00; e

III – das 13h00 às 19h00 nos dias úteis em que houver jogo da Seleção Brasileira com início agendado para as 9h00.

§ 1º O servidor público municipal que, por qualquer motivo, estiver impedido de executar suas atividades nos horários de que tratam os incisos do caput deste artigo, deverá cumprir o seu horário normal de expediente, apresentando justificativa prévia e formalizada à chefia imediata.

§ 2º Fica excluído das disposições dos incisos do caput deste artigo o servidor público municipal que execute atividades que exijam turno especial de trabalho.

Art. 2º Cabe aos titulares dos órgãos e das entidades, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e o pleno funcionamento dos serviços considerados essenciais nos dias em que houver jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018.

§ 1º Na Secretaria de Educação: aula normal na rede municipal de ensino nos dias de jogos;

§ 2º Na Secretaria de Saúde: atendimento normal na rede municipal de saúde nos dias de jogos;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

PORTARIA 47/2018 FÉRIAS SOLANGE PIRES MORAIS

Publicação Nº 1661619

PORTARIA nº 047, de 20 de junho de 2018.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias para a Servidora Municipal SOLANGE PIRES MORAIS, Matrícula 5377/01, ocupante do cargo de Subchefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 02.07.2018 a 16.07.2018, referente ao período 24.08.2016 a 23.08.2017.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 20 de junho de 2018.
NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

PORTARIA 48/2018 FÉRIAS SOELI SONIA SARTORI MAROCCO

Publicação Nº 1661624

PORTARIA nº 048, de 20 de junho de 2018.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 10 (dez) dias de Férias para a Servidora Municipal SOELI SONIA SARTORI MAROCCO, Matrícula 3247/01, ocupante do cargo de Contador, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 16.07.2018 a 25.07.2018, referente ao período 12.01.2017 a 11.01.2018.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 20 de junho de 2018.
NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2018 AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COM LINHAS E HORÁRIOS DIVERSIFICADOS, DESTINADOS AOS PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO FORA DO DOMICÍLIO E ACOMPANHANTES QUANDO NECESSÁRIOS

Publicação Nº 1661811

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2018

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2018

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal, representando o Fundo Municipal de Saúde do Município de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COM LINHAS E HORÁRIOS DIVERSIFICADOS, DESTINADOS AOS PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO FORA DO DOMICÍLIO E ACOMPANHANTES QUANDO NECESSÁRIOS, DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 05 de julho de 2018, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 21 de junho de 2018.

NÉLIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim

Publicado no Mural Público

em __/__/__ a __/__/__

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2018 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, CONFORME CONVÊNIO/MDS Nº 863206/2017 – PROPOSTA SICONV Nº 063050/2017, FIRMADA COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Publicação Nº 1661010

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2018

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2018

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, CONFORME CONVÊNIO/MDS Nº 863206/2017 – PROPOSTA SICONV Nº 063050/2017, FIRMADA COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. VISANDO ATENDER AS NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 04 de julho de 2018, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 21 de junho de 2018.

NÉLIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim

Publicado no Mural Público

em __/__/__ a __/__/__

Nova Trento

PREFEITURA

CONVENIO Nº 002/2018

Publicação Nº 1661109

CONVÊNIO Nº 002/2018

Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Nova Trento e de outro Associação Neotrentina do Turismo- NEOTUR.

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, CNPJ nº82.925.025/0001-60, com sede na Rua Santo Inácio, Praça Del Comune nº 126, Centro, Nova Trento, representado neste ato por Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, portador do RG nº 3.573.471 e do CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, a Associação Neotrentina do Turismo - NEOTUR., CNPJ nº 05.667.677/0001-00, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 864, centro, Nova Trento, representada neste ato pelo seu presidente, Sr. André Aladeu Orsi, residente à Rua dos Imigrantes, nº 864, Centro, Nova Trento/SC, portador do RG nº 3.865.322/SSP/SC e do CPF nº 047.763.209-24, doravante denominada simplesmente "beneficiária", resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira com autorização dada pela Lei Municipal nº 2.678, de 19 de junho de 2018.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros a beneficiária, destinados a atender despesas provenientes com a realização da XXVI Festa Incanto Trentino, que acontece de 09 à 12 de agosto de 2018, bem como o uso do Ginásio de Esportes Inácio Gulini e suas dependências físicas, incluindo área externa, durante o período de vigência do evento, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Município, o qual faz parte integrante do presente convênio.

DO VALOR DO CONVÊNIO

CLÁUSULA Segunda – O valor do presente convênio é de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e será transferido à beneficiária em 01 (uma) única parcela, após a assinatura do presente instrumento.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLAÚSULA TERCEIRA – As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2018, com a seguinte classificação:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Proj./Ativ.: 2.051 – Realização da Festa Incanto Trentino

Elemento; 3.3.50.00.00.00.00.00. 0.1.00.000000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.....R\$ 150.000,00

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA – Este convênio tem vigência a partir da assinatura do presente convênio (19/06/2018) e término no prazo da apresentação da prestação de contas, prevista na Lei nº 2.678/2018, art.4º.

DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

CLÁUSULA QUINTA – Constituem obrigações da beneficiária:

I – assumir todos os custos e despesas necessários para a realização do evento;

II – assumir todos os custos e despesas necessários referentes a contratação de empresa para o fornecimento de banheiros químicos (masculino e feminino), serviços de limpeza, de segurança, decoração, publicidade, infra estrutura completa, com locação de tendas, tapume, grade de proteção, palco, tablado, camarim, stands, serviços de sonorização, mesas, cadeiras, locação de gerador, contratação de atrações artísticas, contratação de todo o serviço de mão de obra de qualidade e necessário, para estes fins, de acordo com o que estabelece o Plano de Aplicação;

III – responsabilizar-se pela realização da limpeza do complexo esportivo e arredores, antes, durante e após o evento;

IV – manter no local do evento ambulância e equipe médica de apoio para atendimento e transporte, em caso de emergência;

V – manter no local viatura da Polícia Militar;

VI – responsabilizar-se pela liberação do Alvará do Corpo de Bombeiros e Polícia Civil, para a realização do evento;

VII – pagamento de energia elétrica;

VIII - Destinar os recursos objetos do presente convênio conforme Plano de Trabalho aprovado pelo Município;

IX - Prestar contas dos recursos recebidos do Município no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados após a realização do evento, na forma estabelecida pelas Normas de Controle Interno do Município, item 3.1.17, subitem 26, do Anexo I, do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores e IN/TCE-14/2012;

X - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes e danos causados a terceiros, eximindo o Município de quaisquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em Juízo ou fora dele.

XI – Devolver as instalações em condições de uso.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SEXTA – Constituem obrigações do Município:

I - Realizar a transferência do recurso financeiro descrito na Cláusula Segunda, na conta bancária vinculada ao presente convênio;

II – Cabe a Secretaria de Cultura e Turismo, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio, em seus termos e cláusulas;

III - Examinar e deliberar, por intermédio da Diretoria de Controle Interno, a prestação de conta apresentada pela beneficiária.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA SÉTIMA – A prestação de contas dar-se-á na forma do na forma estabelecida pelas Normas de Controle Interno do Município, item 3.1.17, subitem 26, do Anexo I, do Decreto nº 107/2011 e alterações posteriores no que couber.

Parágrafo Único. A prestação de contas, acompanhada de relatório detalhado contendo todas as ações desenvolvidas, deverá ser apresentada à Diretoria de Controle Interno para análise e emissão de parecer técnico conclusivo, devendo conter os seguintes documentos:

I - Balancete de prestação de contas assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

II - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos de acordo com o objeto do presente convênio e em atenção à finalidade pactuada;

III - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc – sem rasuras, emendas ou entrelinhas);

IV - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;

V - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;

VI - Guia de recolhimento do saldo não aplicado, inclusive do rendimento de aplicação, se for o caso;

VII - Declaração do responsável nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

VIII - Quando for o caso, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;

O INADIMPLEMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial.

Parágrafo 1º Ocorrendo inadimplemento relativamente ao objeto, por ato unilateral da beneficiária, ficará esta obrigada a restituir os valores recebidos indevidamente, atualizados monetariamente a acrescidos dos juros legais.

Parágrafo 2º As sobras mensais verificadas deverão ser mantidas em aplicações financeiras, e deverão ser reembolsadas ao Município no prazo máximo da última prestação de contas do presente convênio.

DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

CLÁUSULA NONA – Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do convênio.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA – Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Nova Trento, 19 de dezembro de 2018.

Gian Francesco Voltolini PREFEITO MUNICIPAL	André Aladeu Orsi PRESIDENTE DA NEOTUR
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

Jucelino Marino Chini
Secretário M.Adm. e Finanças
CPF nº 020.854.409-75

Varley O. Dalbosco
Chefe de Gabinete
CPF nº 030.347.349-56

CONVÊNIO Nº 003/2018

Publicação Nº 1661975

CONVÊNIO Nº 003/2018

Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC. e o Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto – SAMAE, visando a disponibilidade de servidor efetivo.

Pelo presente Instrumento o Município de Nova Trento - SC, sediado na Rua Santo Inácio, 126 – Praça Del Comune – Centro, na cidade de Nova Trento/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, na qualidade de CEDENTE e doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Senhor GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal, CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3.573.471/

SSP/SC, conforme o Termo de Posse datado de 01/01/2017, e de outro lado o Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto – SAMAE, com sede a Rua dos Imigrantes, nº 356, centro, Nova Trento/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.785.267/0001-48, na qualidade de CESSIONÁRIO e doravante denominado simplesmente, SAMAE, neste ato representado pelo Senhor IVÃ ALESSANDRO FRANZOI, Diretor do SAMAE, portador do CPF nº 918.331.919-00 e RG nº 2344661/SSP/SC, com embasamento na Lei nº 1.136/1991, alterada pela Lei nº 2.154/2006, art. 8º, celebra o presente Termo de Convênio com as seguintes Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Convênio, tem por objeto a cooperação técnico-profissional entre o Município e o SAMAE, possibilitando a cedência de servidor efetivo, por meio do instituto de disposição, para suprir de forma transitória, carência de pessoal em seu respectivo quadro funcional, cumprindo determinações descritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DEFERIMENTO DA CEDÊNCIA

Obriga-se o CEDENTE, após o deferimento da cedência do servidor efetivo, elaborar ato administrativo com prazo determinado por período não superior ao da vigência deste Termo de Convênio, prevista na Cláusula Nona, ficando sob a sua responsabilidade promover a respectiva e devida publicidade, em consonância à legislação vigente e sob a responsabilidade do CESSIONÁRIO, designar as atividades a serem cumpridas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Obriga-se a parte CESSIONÁRIA a manter o CEDENTE informado sobre a frequência do servidor efetivo cedido, comprometendo-se a encaminhar relatório mensal das respectivas presenças, devidamente homologado pela Chefia Imediata, até o dia 10 (décimo dia) útil do mês subsequente, sob pena de provocar a revogação da cessão.

Fls.02 – T.C. nº 003/2018

Parágrafo único – A programação das férias do servidor cedido se dará de acordo com a escala do seu órgão de origem, ou de comum acordo com a parte CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – DO VÍNCULO

Somente poderá ser cedido na forma do presente Termo de Convênio servidor efetivo, na forma da lei em vigor, o qual permanece sujeito ao Regime Jurídico do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ATIVIDADES DO SERVIDOR

O servidor efetivo cedido na forma deste Termo de Convênio, exercerá as atividades inerentes ao cargo que irá ocupar, dentro da área administrativa do SAMAE.

Parágrafo único. Fica vedado ao servidor efetivo cedido na forma deste Termo de Convênio, exercer outras atividades afins do SAMAE.

CLÁUSULA SEXTA – DO SERVIDOR CEDIDO

O servidor efetivo cedido, deverá sujeitar-se aos ditames hierárquicos da Administração local dessa Autarquia, inclusive, responsabilizando-se pelo uso e conservação de instrumentos de trabalho que lhe forem fornecidos ou colocados a sua disposição pelo SAMAE, obrigando-se a guardar sigilo sobre assuntos funcionais de que tenha conhecimento, comprometendo-se ainda:

- a) Tomar ciência formalmente dos termos deste Termo de Convênio;
- b) Comunicar a Chefia imediata acerca de qualquer afastamento legal das atividades inerente à cessão, fazendo-o de modo prévio, salvo motivo de força maior;
- c) Cumprir o horário de expediente e as regras de funcionamento do SAMAE, no qual prestará serviços, não ultrapassar a carga horária municipal e observar a regulamentação própria do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA COMPETÊNCIA

Compete ao CESSIONÁRIO, orientar-lhe no exercício da atividade, bem como no aspecto administrativo, controlar a jornada de trabalho, acompanhar a conduta do servidor e comunicar imediatamente ao órgão CEDENTE, atos que denotem infração descumprindo do que está estabelecido neste Termo de Convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPES.

Caberá ao CESSIONÁRIO arcar com a remuneração e demais encargos sociais do servidor efetivo ora cedido, sem ônus à CEDENTE e sem que a atuação implique qualquer vínculo de natureza trabalhista ou funcional.

Fls.03-T.C.nº 003/2018

Parágrafo Único: As licenças, afastamentos e demais concessões legais do servidor efetivo cedido, fica condicionado à legislação vigente do órgão de origem, com ônus à CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO

O presente Termo de Convênio vigorará com efeitos a partir de 26 de junho de 2018 até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes através de Termo Aditivo.

Parágrafo Único: O presente Convênio poderá ser alterado ou ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, devendo, neste caso, ser comunicada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Forum da Comarca de São João Batista, para dirimir as questões decorrentes da execução e do fiel cumprimento do Termo de Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

E por estarem justos e acordados assinam o presente instrumento nesta data, em 3 (três) vias igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Nova Trento, em 21 de junho de 2018.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI JUCELINO MARINO CHINI
Prefeito Municipal Secretário M. Administração e Finanças

IVÃ ALESSANDRO FRANZOI
Diretor do SAMAE

Testemunhas:

Maria de Lourdes Rover Varley O. Dalbosco
Coordenadora do SAMAE Chefe de Gabinete
CPF Nº 481.419.849-34 CPF Nº 030.347.349-56

DECRETO Nº 115/2018 - CONVOCA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

Publicação Nº 1661085

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 115/2018

convoca aprovado no concurso público 003/2015 DE 20/10/2015 para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 25 de junho de 2018 a 13 de julho de 2018 (exceto nos dias 26 de junho, 03, 09 e 10 de julho), no horário compreendido entre 07h às 13h, munido da documentação (cópia e original) abaixo relacionada, observado o grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão atualizada de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos, custeado pelo convocado (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Quitação do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

- XIV – Cópia autenticada do Diploma (Ensino Fundamental/ Ensino Médio/ Curso Técnico/ Graduação/ Pós-Graduação/ Mestrado) em conformidade com área que irá atuar;
- XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);
- XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;
- XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de junho de 2018.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 115/2018)

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
8º	1004	ALINE MARIA FREITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 115/2018)

CARGO	EXAMES
FONOAUDIÓLOGO (A)	HBS AG, ANTI HBS AG, HCV, HEMOGRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 115/2018)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº, Candidato(a) naª posição do Concurso Público - Edital
nº, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de//
Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

DECRETO Nº 116/2018 - CONVOCA APROVADOS NOS PROCESSOS SELETIVOS Nº 002/2017 E 003/2017

Publicação Nº 1661081

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 116/2018

convoca aprovados nos PROCESSOS SELETIVOS Nº 002/2017 e 003/2017, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, MAXILIANO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2018, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante de quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de junho de 2018.

MAXILIANO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 116/2018)

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA - ORTOPEDISTA

Classificação	Nome completo
1º	ANDRE KARNIKOWSKI

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA - GINECOLOGISTA

Classificação	Nome completo
1º	DAVID BORTOT RASPINI

CARGO: ENFERMEIRO

Classificação	Nome completo
5º	ADRIANA REGINA PAVAN BIF

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 116/2018)

Exmo. Senhor
Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº, Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital
nº, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../..... .

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

DECRETO Nº 117/2018 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1661946

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 117/2018

convoca aprovados no PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO
SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E PLANEJAMENTO, JOEL GARBARI, no uso de suas atribuições
legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor
de Recursos Humanos, nos dias 27 de junho de 2018 a 29 de junho de 2018, no horário compreendido entre 07horas às 13horas, munido
da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convo-
cado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade
com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de
parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 21 de junho de 2018.

JOEL GARBARI
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 117/2018)

CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO – ÁREA AGUTI

Classificação	Nome completo
1º	AMANDA HAMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 117/2018)

Ilmo. Senhor
Joel Garbari
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº, Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital
nº, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

PORTARIA Nº 389/2018 "B"

Publicação Nº 1660832

PORTARIA Nº 389/2018 " B"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 271/2018 "A" que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal GABRIELA SILVEIRA FELICIO, matrícula nº 6759, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, até o dia 31 de agosto de 2018, conforme resultado pericial datado de 14/06/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de junho de 2018.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 396/2018

Publicação Nº 1661078

PORTARIA Nº 396/2018

Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e Decreto nº 095 de 18/04/2017

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2017, de 21/10/2017, convocada conforme Decreto nº 101/2018, NOEZI PEREIRA, matrícula nº 7818, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 22 de junho de 2018 a 18 de dezembro de 2018, até a realização de concurso público, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de junho de 2018.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 146/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora NOEZI PEREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Godofredo Benvenut, s/nº, Bairro Galera, Município de Canelinha/SC, portadora do CPF nº 073.644.329-06, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no SAMU – Serviço de Atendimento de Urgência, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.434,16 (mil quatrocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 22 de junho de 2018 a 18 de dezembro de 2018, até a realização de concurso público, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 146/2018)

- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de junho de 2018.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde D. Comunitário

Noezi Pereira
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato em Diário oficial dos Municípios/DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PROCESSO Nº 070/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018 - SRP Nº 032/2018

Publicação Nº 1661162

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 070/2018 – Pregão Presencial nº 046/2018 – SRP nº 032/2018

Objeto: O presente Pregão, tem por objeto o Registro de Preços para aquisição parcelada de Brinquedos Pedagógicos e de Entretenimento para a Educação Infantil do Município de Nova Trento, conforme termo de referência, quantidades e especificações constantes do anexo I, que integra o presente edital. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega dos envelopes: até as 8:30 do dia 05/07/2018 e Abertura das Propostas: as 09:00 horas do dia 05/07/2018. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3211/3213 – compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018

Publicação Nº 1661092

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Processo Nº.: 63/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2018**

No dia 20 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.858.200/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 164, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 41/2018, Processo Licitatório nº. 63/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFEÇÃO DE UNIFORMES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, PARA SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS QUE PRESTAM SERVIÇOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10934	BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP	27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43
10933	DICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EPIS LDA.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 41

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP	10.931.088/0001-19	Thiago Santin Lima 47 30263430	007.993.859-05
DICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EPIS LDA.	30.173.606/0001-90	Ismael Spiess 47 33822445 - 99184132	008.494.129-43

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFEÇÃO DE UNIFORMES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, PARA SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS QUE PRESTAM SERVIÇOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10933 - DICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EPIS LDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CAMISETA BABY LOOK	Unid.	Delta	90,000	24,8742	2.238,68
2	CAMISETA EM MALHA	Unid.	Delta	10,000	24,8743	248,74
3	CAMISETA EM MALHA	Unid.	Delta	40,000	24,8743	994,97
4	CAMISETA EM MALHA	Unid.	Delta	10,000	24,8743	248,74
5	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	20,000	56,8413	1.136,83
6	CAMISETA EM MALHA	Unid.	Delta	20,000	24,8743	497,49
7	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	50,000	56,8413	2.842,07
8	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	10,000	56,8413	568,41

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Processo Nº.: 63/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

Fornecedor: 10933 - DICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EPIS LDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	30,000	56,8413	1.705,24
10	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	5,000	56,8413	284,21
11	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	5,000	56,8413	284,21
12	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	50,000	56,8413	2.842,07
13	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	10,000	56,8413	568,41
14	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	5,000	56,8413	284,21
15	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	100,000	56,8413	5.684,13
16	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	10,000	56,8413	568,41
17	CAMISETA GOLA POLO	Unid.	Delta	16,000	56,8413	909,46
18	CAMISETA EM MALHA	Unid.	Delta	50,000	24,8743	1.243,72
19	JALECO C/ GOLA C/ MANGA TRADICIONAL	Unid.	Delta	5,000	56,0140	280,07
20	JALECO C/ GOLA C/ MANGA TRADICIONAL	Unid.	Delta	60,000	56,0122	3.360,73
21	JALECO C/ GOLA C/ MANGA TRADICIONAL	Unid.	Delta	10,000	56,0122	560,12
22	JALECO C/ GOLA C/ MANGA TRADICIONAL	Unid.	Delta	10,000	56,0122	560,12
23	JALECO	Unid.	Delta	20,000	36,4174	728,35
24	JALECO C/ GOLA C/ MANGA TRADICIONAL	Unid.	Delta	2,000	56,0122	112,02
25	JALECO C/ GOLA C/ MANGA TRADICIONAL	Unid.	Delta	30,000	56,0122	1.680,37
26	JALECO C/ GOLA C/ MANGA TRADICIONAL	Unid.	Delta	18,000	56,0122	1.008,22
41	AVENTAL	Unid.	Delta	15,000	64,6667	970,00

Fornecedor: 10934 - BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	PIJAMA HOSPITALAR	Unid.	Broccato	15,000	59,6182	894,27
28	PIJAMA HOSPITALAR	Unid.	Broccato	5,000	59,6182	298,09
29	PIJAMA HOSPITALAR	Unid.	Broccato	100,000	59,6182	5.961,82
30	MACACÃO	Unid.	Broccato	20,000	59,6182	1.192,36
31	CAMPO CIRÚRGICO	Unid.	Broccato	100,000	59,6182	5.961,82
32	CAMPO CIRÚRGICO	Unid.	Broccato	100,000	57,6309	5.763,09
33	CAMPO CIRÚRGICO	Unid.	Broccato	150,000	24,8409	3.726,14
34	CAMPO CIRÚRGICO	Unid.	Broccato	100,000	59,6182	5.961,82
35	CAMPO CIRÚRGICO	Unid.	Broccato	100,000	25,8345	2.583,45
36	CAPOTE CIRURGICO TAM. G EM BRIM LEVE 100% ALGODÃO	Unid.	Broccato	100,000	107,3127	10.731,27
37	TOUCA CIRÚRGICA	Unid.	Broccato	30,000	31,7964	953,89
38	PROPÉ	Unid.	Broccato	50,000	9,4395	471,98
39	CONJUNTO DOMA	Unid.	Broccato	16,000	120,0000	1.920,00
40	TOUCA DOMA	Unid.	Broccato	30,000	32,0000	960,00
42	SAPATO	Unid.	SoftWork	8,000	80,0000	640,00
43	SAPATO	Unid.	SoftWork	5,000	80,0000	400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 3/8
Processo Nº.: 63/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 4/8
Processo N°.: 63/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 41/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 5/8
Processo Nº.: 63/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 6/8
Processo Nº.: 63/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 7/8
Processo Nº.: 63/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 8/8
Processo Nº.: 63/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2018

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 20 de Junho de 2018.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO

Empresas Participantes:

BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP CNPJ: 10.931.088/0001-19 _____

DICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EPIS LDA. CNPJ: 30.173.606/0001-90 _____

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2443

Publicação Nº 1660972

DECRETO Nº 2443 de 21 de Junho de 2018.

Determina turno único nas repartições públicas municipais no Dia 27 de JUNHO de 2.018 e dá outras providências.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito do município em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Legislação Municipal:

CONSIDERANDO: Que no dia 27 de junho as 15:00hs teremos a realização da partida de futebol válida pela Copa Do Mundo de 2018, entre as seleções do BRASIL E SÉRVIA.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado turno único nas repartições públicas do município de Novo Horizonte/SC, das 7:30hs as 13:30hs no dia 27 de Junho de 2.018, Exceto a Secretária de Educação, que terá o seu funcionamento normal.

Art. 2º - Mantêm-se em funcionamento os Serviços de Saúde, os Serviços de Inseminação Artificial e Serviços do Médico Veterinário, em regime de Plantão.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC,
em 21 de Junho de 2018.

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se

Publique-se

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 003/2018

Publicação Nº 1661534

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato FMS Nº.: 003/2018

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: A.C. PNEUS AUTO CENTRO LTDA ME

Valor : 12.513,00(doze mil, quinhentos e treze reais)

Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 21/12/2018

Licitação : Convite Nº.: 001/2018

Recursos : Dotação: 17-60.02.10.301.0016-2.031.3.3.90.00.00.00.00-146 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DO VEÍCULO LIVINA, FROTA Nº 80, PATRIMÔNIO Nº 4554, PLACA Nº MKU 9643 DE USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-----

Novo Horizonte – 21 de junho de 2018 – Rogerio Acacio Mascarello – Gestor FMS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 008/2018

Publicação Nº 1660996

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 008/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 006/2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20.06.2018

CONTRATADO: COMERCIAL ALVORADA

VALOR DA DESPESA: R\$ 63,25 (sessenta e três reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE: GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA SER UTILIZADO NOS ENCONTROS/REUNIÕES DOS GRUPOS ORGANIZADOS DA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC,
DATA: 20/06/2018 - ROGÉRIO ACACIO MASCARELLO – Secretario De Saúde E Promoção Social/gestor Fms.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 009/2018

Publicação Nº 1661532

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018

CONVITE Nº 001/2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 21/06/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DO VEÍCULO LIVINA, FROTA Nº 80, PATRIMÔNIO Nº 4554, PLACA Nº MKU 9643 DE USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

CONTRATADO: A. C. PNEUS AUTO CENTER LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.513,00 (doze mil, quinhentos e treze reais)

DATA: 21/06/2018 – ROGÉRIO ACACIO MASCARELLO - Gestor FMS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 016/2018

Publicação Nº 1660963

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20.06.2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

CONTRATADO: CV TYRES EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.360,00 (mil trezentos e sessenta reais)

DATA: 20.06.2018 Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 026/2018

Publicação Nº 1660735

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20.06.2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

CONTRATANTE: R.M. PEUS E RECAPAGENS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: 2.364,00 (dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais)

DATA: 20.06.2018 – LUIZ DARCI ZAFFARI – Prefeito Municipal, em exercício

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 050/2017

Publicação Nº 1660912

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017
HOMOLOGAÇÃO: 20.06.2018
CONTRATADO: ROZELI G. FRANCHINI
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretárias do Município de Novo Horizonte/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)
DATA: 20.06.2018- LUIZ DARCI ZAFFARI – Prefeito Municipal, em exercício

EXTRATO TA 003 AO CA Nº 005-2017 RAFAEL MICHELETTO

Publicação Nº 1661322

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 003-005/2017 - Contrato Nº: 005/2017
Contratante...: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
Contratada...: RAFAEL MICHELETTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Valor : ACRÉSCIMO de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil, quinhentos reais)
Vigência : Início: 01/07/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Convite Nº.:001/2017
Recursos : Dotação: 005-30.01-04.122.0003-2.003-3.1.90.00-109 – Manutenção da Administração Geral
1.1. Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA-PRAZO para Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica na sede do Município de Novo Horizonte, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como tribunal de contas do Estado de Santa Catarina, oriundos do Contrato Administrativo Nº 005 de 16 de Janeiro de 2017, do Processo Licitatório Nº 009/2017 – Convite Nº 001/17:

Novo Horizonte/SC, em 21 de Junho de 2018 – Luiz Darci Zaffari – Prefeito Municipal, em exercício

Orleans

PREFEITURA

ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA - PROCESSO Nº 92/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1661080

PROCESSO Nº 92/2018
TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 12/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GARAGEM E CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE CONTENÇÃO NA SEDE DO CRAS CONFORME ANEXOS.

ABERTURA DE PROPOSTAS:
CONFORME ABERTO OS PRAZOS DE RECURSO, E NÃO HOUE NENHUMA MANIFESTAÇÃO, FINDO O PRAZO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DECIDIU POR MARCAR UMA NOVA SESSÃO PARA ESTAR ABRINDO OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, NO DIA 26/06/2018 AS 14:00HS.

ORLEANS, 21 DE JUNHO DE 2018
FABIO SALVADOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ADITIVO DE VALOR CONTRATO Nº 59/2016-4 PREFEITURA

Publicação Nº 1661056

ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 59/2016
Aditivo Nº : 59/2016-4 - Contrato Nº: 59/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: WB EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA - ME
Valor : 31.223,86 (trinta e um mil duzentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos)
Vigência : Início: 21/06/2018 Término: 11/09/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2016
Recursos : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00 (115)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO PORTAL TURÍSTICO COM CENTRO DE INFORMAÇÕES AO TURISTA NA RUA PROFESSOR MAYA., CONFORME CONTRATO DE REPASSE 806530/2014 - PROCESSO 1016922-93/2014, CONVÊNIO APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/MINISTÉRIO DO TURISMO E O MUNICÍPIO DE ORLEANS.
Orleans, 21 de Junho de 2018
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

CHAMAMENTO

Publicação Nº 1661327

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, fica convocado o candidato aprovado no Concurso Público do Edital nº 001/2017, relacionado abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, para tomar posse no respectivo cargo. O presente chamamento, nos termos do item 17.1.6,(admissão em caráter temporário), do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado.

NOME	CARGO	CH
JULIA LAFFA BECKER SCHWANCK	Enfermeiro da Saúde da Família	40 h

Orleans, 21 de junho de 2018.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

EDITAL PP 9/2018 SAMAE

Publicação Nº 1661254

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 09/2018

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n. 08/2018, cujo objeto é Aquisição de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ). Entrega de documentação e propostas até as 15:00 horas do dia 05 de Julho de 2018. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Antonio da Silva Cascaes nº 400, sede provisória do SAMAE em Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 ramal 22, na página do SAMAE no endereço www.samaeorleans.sc.gov.br e por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SAMAE ORLEANS**PROCESSO Nº 111/2018 PREFEITURA**

Publicação Nº 1661633

PROCESSO Nº 111/2018

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 63/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE DEFENSA METÁLICA, GUARDA CORPO, TUBO DE AÇO GALVANIZADO E PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.

Objeto: Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 05/07/2018 às 14h00min. Abertura das Propostas: dia 05/07/2018, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 21 de Junho de 2018.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal,**PROCESSO Nº 32/2018 FMS**

Publicação Nº 1661594

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 32/2018 FMS

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 16/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXECUTADOS NO CANIL DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 05/07/2018 às 08h30min. Abertura das Propostas: dia 05/07/2018, às 09h00min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 21 de Junho de 2018.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira
Secretária de Saúde.**REVOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 24/2018 FMS**

Publicação Nº 1661589

REVOGAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 24/2018 FMS

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 10/2018 REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, E CÂMERAS DE VIGILÂNCIA PARA A SECRETARIA DE SAUDE E SUAS DEPENDENCIAS.
MOTIVO: INCONSISTÊNCIA NO EDITAL E PARECER JURÍDICO NOS AUTOS DO PROCESSO.

Orleans - SC, 21 de Junho de 2018.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira
Secretária de Saúde.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1661267

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 93/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2018

No dia 21 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVENBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a), JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 49/2018, Processo Licitatório nº. 93/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE PREGOS E CABOS DE AÇO PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10805	ELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	1, 3, 17
11785	MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	2, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15
6583	NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI - ME	7
11186	POTENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA	8, 9, 16

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	16.562.863/0001-92	GRAZIELA PIZONI MIGUEL	063.682.779-80
MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	19.654.843/0001-30	RAMON RABELO CARVALHO	085.056.149-33
NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI - ME	05.072.367/0001-34	ORDILEI DELA GIUSTINA	028.345.999-98
POTENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTD	15.644.220/0001-25	ISAAC ZANINI LOLI	728.355.089-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE PREGOS E CABOS DE AÇO PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6583 - NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	PREGO 26X84	kg	BENORTE	2.000,000	11,1500	22.300,00

Fornecedor: 10805 - ELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FERRO DE CONSTRUÇÃO ¾	br	GERDAU	300,000	125,0000	37.500,00
3	FERRO DE CONSTRUÇÃO 12MM	br	GERDAU	300,000	49,0000	14.700,00
17	CABO AÇO 12MM	m	GERDAU	5.000,000	15,4000	77.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/8

Processo Nº.: 93/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018**Fornecedor: 11186 - POTENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	PREGO 25 X72	kg	BENORTE	1.000,000	11,2100	11.210,00
9	PREGO 24X66	kg	BENORTE	1.000,000	11,2100	11.210,00
16	CABO AÇO 5/8	m	SILVA	5.000,000	24,6800	123.400,00

Fornecedor: 11785 - MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	FERRO DE CONSTRUÇÃO 5/8	br	GERDAU	300,000	83,5000	25.050,00
4	FERRO DE CONSTRUÇÃO 9,5	br	GERDAU	250,000	33,5000	8.375,00
5	FERRO DE CONSTRUÇÃO 6,35	br	GERDAU	600,000	13,3000	7.980,00
6	FERRO DE CONSTRUÇÃO 4MM	br	GERDAU	600,000	6,6000	3.960,00
10	PREGO 19X36	kg	GERDAU	1.000,000	8,0000	8.000,00
11	PREGO 17X27	kg	GERDAU	100,000	8,0000	800,00
12	PREGO 16 X24	kg	GERDAU	50,000	8,5000	425,00
13	PREGO 12X12	kg	GERDAU	10,000	11,0000	110,00
14	ARAME GALANIZADO 6MM	kg	METALO	1.000,000	10,8000	10.800,00
15	ARAME GALANIZADO 4MM	kg	METALO	1.000,000	9,7000	9.700,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/8
Processo Nº.: 93/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/8
Processo Nº.: 93/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/8
Processo N°: 93/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 49/2018

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/8
Processo Nº.: 93/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/8
Processo N°. 93/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 49/2018

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANSPágina: 8/8
Processo Nº.: 93/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 21 de Junho de 2018.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	CNPJ: 16.562.863/0001-92	_____
MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	CNPJ: 19.654.843/0001-30	_____
NEWCOMP EQUIPAMENTOS EIRELI - ME	CNPJ: 05.072.367/0001-34	_____
POTENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA	CNPJ: 15.644.220/0001-25	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1661295

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 95/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2018

No dia 21 do mês de Junho do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a), JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 50/2018, Processo Licitatório nº. 95/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12033	ANTONIO JOAO CANET SCHUEROFF	
30	GERALDO MARCELO PAVEI (ME)	3, 4
12032	GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA	
10713	PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME	1, 2, 5
11397	SCAR REEF ENTRETENIMENTO EIRELI	
11153	SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANTONIO JOAO CANET SCHUEROFF	28.365.924/0001-00	ANTONIO JOAO CANET SCHUEROFF	051.097.049-45
GERALDO MARCELO PAVEI (ME)	00.968.045/0001-54	GERALDO MARCELO PAVEI	774.368.499-72
GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA	76.561.893/0001-06	PAULO SEXTO CANDIDO	475.732.529-00
PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME	07.224.379/0001-62	EDILANIO TSCHOSECK BORBA	719.180.519-68
SCAR REEF ENTRETENIMENTO EIRELI	06.029.711/0001-75	MAURICIO ELIAS CARDOSO	044.364.069-62
SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME	08.380.504/0001-96	DIOMARIO DA SILVA	077.307.999-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 30 - GERALDO MARCELO PAVEI (ME)						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 12 CORTINAS DE LONA ANTICHAMAS, PARA FECHAMENTO LATERAL, MEDINDO 10MX4M PARA FECHAMENTO DAS TENDAS..	Di	PAVESOM	12,000	98,0000	1.176,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 95/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018

Fornecedor: 30 - GERALDO MARCELO PAVEI (ME)

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	SERVIÇOS DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO - 02 MESAS DIGITAIS COM 24 CANAIS DE ENTRADA, EQUALIZAÇÃO PARAMÉTRICA, COMPRESSOR, GATE POR CANAL, 12 CANAIS DE SAÍDA COM EQUALIZADOR GRÁFICO DE 31 BANDAS POR CANAL, 2 FONTES DE ALIMENTAÇÃO: SISTEMA DE SONORIZAÇÃO LINE ARRAY, COMPOSTO POR 6 CAIXAS TREE-WAY POR LADO, COBERTURA VERTICAL DE 10 GRAUS, HORIZONTAL DE 120 GRAUS, SISTEMA DE BUMPER PARA ELEVÇÃO DO SISTEMA OU ACESSÓRIOS PARA TRABALHAR EM GROUND STACKED, 6 CAIXAS DE SUB GRAVE COM 2 FALANTES DE 18 CADA, POR LADO; 02 SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO COM 4 RACKS DE POTÊNCIA COM 4 AMPLIFICADORES CLASSE D, COM NO MÍNIMO 2400 WATTS RMS POR CANAL EM 0MHS; 01 PROCESSADOR DIGITAL COM 4 ENTRADAS E 8 SAÍDAS; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DE TABLET OU COMPUTADOR; 01 MULTICABO DE 24 CANIS DE ENTRADA, TRANSFORMADOR DE FASE POR CANAL COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 30 METROS PARA O PROCESSAMENTO; MAIN POWER TRIFÁSICO DE 63 AMPÉRES POR FASE, REGULADOR DE TENSÃO, VOLTÍMETRO E AMPERÍMETRO; MAIN POWER TRIFÁSICO DE 125 AMPÉRES POR FASE, REGULADOR DE TENSÃO, VOLTÍMETRO, AMPERÍMETRO E TRANSFORMADOR ISOLADOR DE 10.000 WATTS PARA ALIMENTAÇÃO, - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE P.A E MONITOR; SISTEMA COM 8 MONITORES PASSIVOS TWO-WAY COM 02 FALANTES DE 12 E 1 DRIVE CADA; SIDE FILL COMPOSTO POR 2 CAIXAS TREE-WAY DE ALTA FREQUÊNCIA E 2 DE SUBGRAVE COM FALANTES DE 18 POR LADO; SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO DO SIDE FILL COMPOSTO POR 01 RACK COM 4 AMPLIFICADORES CLASSE D, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000 WATTS POR CANAL; MICROFONES COM PEDESTAIS, MICROFONES SEM FIO, DIRECT BOX, SUB SNAKE COM MULTIPINOS.	Di	PAVESOM	6,000	1.700,0000	10.200,00

Fornecedor: 10713 - PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 06 DIÁRIAS DE TENDAS ACOPLADAS TIPO FORMATO CHAPÉU DE BRUXA (TENCIONADAS), COM ESTRUTURA EM BASE DE FERRO E COBERTURA EM LONA ANTICHAMA, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 10 M DE FRENTE X 10 M DE PROFUNDIDADE, COM NO MÍNIMO 04 M DE ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, CONTENDO 01 PONTO PARA TOMADA MONOFÁSICA E 01 LÂMPADA DE 5000W INSTALADA NO TETO DE CADA TENDA, E SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO COM 01 EXTINTOR, 01 BLOCO DE EMERGÊNCIA E SINALIZAÇÃO DE SAÍDA EM CADA TENDA, NOS TERMOS DA IN24/DAT/CBMSC DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.	Di	PORTALMIX	6,000	700,0000	4.200,00
2	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE BASE DE PALCÔ EM ESTRUTURA METÁLICA, PISO EM MADEIRA, GRADES AO SEU REDOR, COM ALTURA DO SOLO NO MÍNIMO 1,20M, COM DIMENSÕES DE MÍNIMA DE 5M DE FRENTE X 5M DE PROFUNDIDADE, CONTENDO SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO COM 01 EXTINTOR, 01 BLOCOS DE LUZ DE EMERGÊNCIA E 01 PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SAÍDA, ESCADA DE 1,60 DE LARGURA, NOS TERMOS DA IN24/DAT/CBMSC DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.	m2	PORTALMIX	96,000	20,0000	1.920,00
5	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 04 DIÁRIAS DE TENDAS TIPO FORMATO CHAPÉU DE BRUXA (TENCIONADAS), COM ESTRUTURA EM BASE DE FERRO E COBERTURA EM LONA ANTICHAMA, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 5 M DE FRENTE X 5 M DE PROFUNDIDADE, COM NO MÍNIMO 03 M DE ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO, CONTENDO 01 PONTO PARA TOMADA MONOFÁSICA E 01 LÂMPADA DE 5000W INSTALADA NO TETO DE CADA TENDA, E SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO COM 01 EXTINTOR, 01 BLOCO DE EMERGÊNCIA E SINALIZAÇÃO DE SAÍDA EM CADA TENDA, NOS TERMOS DA IN24/DAT/CBMSC DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.	Di	PORTALMIX	4,000	300,0000	1.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/8
Processo Nº.: 95/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/8
Processo N°.: 95/2018
PREGÃO PRESENCIAL N°. 50/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/8
Processo Nº.: 95/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/8
Processo Nº.: 95/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/8
Processo Nº.: 95/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 8/8
Processo Nº.: 95/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2018

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 21 de Junho de 2018.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ANTONIO JOAO CANET SCHUEROFF	CNPJ: 28.365.924/0001-00	_____
GERALDO MARCELO PAVEI (ME)	CNPJ: 00.968.045/0001-54	_____
GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA	CNPJ: 76.561.893/0001-06	_____
PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME	CNPJ: 07.224.379/0001-62	_____
SCAR REEF ENTRETENIMENTO EIRELI	CNPJ: 06.029.711/0001-75	_____
SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME	CNPJ: 08.380.504/0001-96	_____

Ouro

PREFEITURA

CONTRATOS 83-87

Publicação Nº 1661011

Processo Licitatório n. 0054/2018

Pregão Presencial n. 0037/2018

CONTRATO N. 083/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para utilização no consultório odontológico da Unidade Central de Saúde, e kits de higiene bucal para distribuição aos munícipes atendidos pelo Programa de Saúde Bucal.

Valor total do contrato: R\$ 1.223,50 (um mil duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

Vigência: Da sua assinatura até 31.12.2018.

Data da assinatura: 18/06/2018.

Processo Licitatório n. 0054/2018

Pregão Presencial n. 0037/2018

CONTRATO N. 084/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para utilização no consultório odontológico da Unidade Central de Saúde, e kits de higiene bucal para distribuição aos munícipes atendidos pelo Programa de Saúde Bucal.

Valor total do contrato: R\$ 9.379,44 (nove mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência: Da sua assinatura até 31.12.2018.

Data da assinatura: 18/06/2018.

Processo Licitatório n. 0054/2018

Pregão Presencial n. 0037/2018

CONTRATO N. 085/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: MADRIDENT COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - ME

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para utilização no consultório odontológico da Unidade Central de Saúde, e kits de higiene bucal para distribuição aos munícipes atendidos pelo Programa de Saúde Bucal.

Valor total do contrato: R\$ 2.720,32 (dois mil setecentos e vinte reais e trinta e dois centavos).

Vigência: Da sua assinatura até 31.12.2018.

Data da assinatura: 18/06/2018.

Processo Licitatório n. 0054/2018

Pregão Presencial n. 0037/2018

CONTRATO N. 086/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: KS IMPORT SOLUÇÕES PERSONALIZADAS LTDA

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para utilização no consultório odontológico da Unidade Central de Saúde, e kits de higiene bucal para distribuição aos munícipes atendidos pelo Programa de Saúde Bucal.

Valor total do contrato: R\$ 3.738,00 (três mil setecentos e trinta e oito reais).

Vigência: Da sua assinatura até 31.12.2018.

Data da assinatura: 18/06/2018.

Processo Licitatório n. 0054/2018

Pregão Presencial n. 0037/2018

CONTRATO N. 087/2018

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: DENTAL OESTE EIRELI

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para utilização no consultório odontológico da Unidade Central de Saúde, e kits de higiene bucal para distribuição aos munícipes atendidos pelo Programa de Saúde Bucal.

Valor total do contrato: R\$ 2.181,40 (dois mil cento e oitenta e um reais e quarenta centavos).

Vigência: Da sua assinatura até 31.12.2018.

Data da assinatura: 18/06/2018.

PR 041/2018

Publicação Nº 1661194

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0041/2018

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 05/07/2018, às 14:00 hs, o Processo Licitatório nº. 0058/2018, na modalidade Pregão Presencial N. 0041/2018, tipo menor preço por item, com entrega imediata. Objeto: Aquisição de um veículo para transporte de passageiros e uma ambulância, destinados à Secretaria Municipal de Saúde. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 21/06/2018. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

.PORTARIA Nº. 2440/2018.

Publicação Nº 1661299

PORTARIA Nº. 2440/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LENILDA ALAIDE DA SILVEIRA, matrícula nº. 401487-4, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2401/2018.

Publicação Nº 1661248

PORTARIA Nº. 2401/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FERNANDA MACHADO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/05/2018 a 25/05/2019.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2402/2018.

Publicação Nº 1661249

PORTARIA Nº. 2402/2018.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NELSON PEREIRA DE LIZ, matrícula nº. 500423-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/09/2008 a 21/09/2013, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 25/05/2018 à 25/08/2018.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2403/2018.

Publicação Nº 1661250

PORTARIA Nº. 2403/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TATIANE DE SOUZA SOARES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Controle e Avaliação da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/05/2018 a 18/05/2019.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2404/2018.

Publicação Nº 1661251

PORTARIA Nº. 2404/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3471 de 22 de agosto de 2016, que Averbou Tempo de Serviço da servidora RAQUEL MEIRA SOUTO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que contribuiu pelo IPREV totalizando 02 (dois) anos, 05 meses e 20 (vinte) dias.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2405/2018.

Publicação Nº 1661252

PORTARIA Nº. 2405/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DAIANE VIEIRA DOS SANTOS LUCKMANN, matrícula nº. 800987-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/05/2003 a 23/05/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 30/05/2018 à 30/06/2018.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2406/2018.

Publicação Nº 1661255

PORTARIA Nº. 2406/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIANE REGINA COUTO SALVADOR, matrícula nº. 129179-8, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/05/2018 à 28/06/2018.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2407/2018.

Publicação Nº 1661256

PORTARIA Nº. 2407/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA FERNANDA NASCIMENTO DE ALMEIDA, matrícula nº. 801194-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 07/04/2010 a 07/04/2015, por 01 (um) mês, a contar de 24/05/2018 à 24/06/2018.

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2408/2018.

Publicação Nº 1661257

PORTARIA Nº. 2408/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
Alessandra Cristina Damo	Cirurgião Dentista	03	21/05/18
Alessandra Cristina Damo	Cirurgião Dentista	01	17/05/18
Alessandra Maria Pamplona Luiz	Técnico em Enfermagem	01	16/05/18
Alessandra Maria Pamplona Luiz	Técnico em Enfermagem	02	21/05/18
Alessandra Maria Pamplona Luiz	Técnico em Enfermagem	02	17/05/18
Alessandra Socas	ACS	01	08/05/18
Alessandra Socas	ACS	01	03/05/18
Alessandra Socas	ACS	03	13/05/18
Andressa Haertel Aires Moretti	Professor	03	15/05/18
Andressa Haertel Aires Moretti	Professor	06	20/05/18
Ataisi Rafael da Silva	Professor	03	02/05/18
Ataisi Rafael da Silva	Professor	02	16/05/18
Barbara de Souza Machado	Assistente Social	04	21/05/18
Barbara de Souza Machado	Assistente Social	01	10/05/18
Barbara de Souza Machado	Assistente Social	03	16/05/18
Bruna Pereira	ACD	02	22/05/18
Bruna Pereira	ACD	03	14/05/18
Bruna Pereira	ACD	02	17/05/18
Carolina Machado Araujo	Enfermeiro	05	14/05/18
Celicina de Souza Mendonça Hasse	ASO	45	14/05/18
Cintia Tuler Silva	ATP	05	21/05/18
Claudiane de Jesus Lischka	Professor	10	08/05/18
Daiana Johson Marques	Assessor	15	16/05/18
Edson Neri da Rosa	Monitor	07	21/05/18
Eduardo Alves	Artífice	30	16/05/18
Elaine Cristina Henrique	ASO	30	14/05/18
Elaine Cristina Henrique	ASO	02	02/05/18
Elaine Cristina Henrique	ASO	04	08/05/18
Elaine Cristina Henrique	ASO	01	07/05/18
Elaine Mafra	ACE	08	08/05/18
Elaine Mafra I	Enfermeiro	08	08/05/18
Elenir Rodrigues	ASO	02	14/05/18
Elenir Rodrigues	ASO	01	08/05/18
Elenir Rodrigues	ASO	15	20/05/18
Elizeth Rosane da Silva Teixeira	Técnico em Enfermagem	03	09/05/18
Elizeth Rosane da Silva Teixeira	Técnico em Enfermagem	02	21/05/18
Elizeth Rosane da Silva Teixeira	Técnico em Enfermagem	03	16/05/18
Eric Felipe Favero	Socorrista	14	21/05/18
Eric Felipe Favero	Técnico em Enfermagem	14	21/05/18
Eunice Batista Martins	Auditor Fiscal de Tributos	10	21/05/18
Eva Paula Franciosi	Psicólogo	15	15/05/18
Evaristo Luis Soares de Oliveira	ASO	07	17/05/18
Evaristo Luis Soares de Oliveira	ASO	02	24/05/18
Fabiana Davila da Cunha	Odontólogo	15	14/05/18
Fernanda Beatriz dos S. Francisco	ASO	01	07/05/18

Fernanda Beatriz dos S. Francisco	ASO	07	16/05/18
Fernanda Beatriz dos S. Francisco	ASO	08	21/05/18
Fernanda Beatriz dos S. Francisco	ASO	01	05/05/18
Gabriela Campos de Sousa	Orientador Educacional	05	21/05/18
Grasiani Tomelin	Biblioteconomista	30	21/05/18
Greici Juliane Ribeiro Bessa	Assistente Social	30	16/05/18
Huiana Schmitz	Assistente Administrativo	45	15/05/18
Inez Terezinha Guarnieri	Monitor	01	08/05/18
Inez Terezinha Guarnieri	Monitor	03	16/05/18
Iraci da Luz Fernandes	ASG	120	11/05/18
Isabela Lavinya Pedro	ACD	03	09/05/18
Isabela Lavinya Pedro	ACD	05	14/05/18
Isabela Lavinya Pedro	ACD	02	22/05/18
Ismael Augusto da Silva	Assessor	08	14/05/18
Ismael Augusto da Silva	Assessor	01	23/05/18
Ivete Hack Kraus	Assistente Administrativo	05	20/05/18
Ivete Hack Kraus	Assistente Administrativo	05	22/05/18
Jose Vanderlei Fagundes	Vigia	15	21/05/18
Josélia da Silva Machado	ASO	17	14/05/18
Josiane Martins de Agaci	Monitor	02	11/05/18
Josiane Martins de Agaci	Monitor	05	18/05/18
Juliana do Carmo Mello	ACS	05	21/05/18
Juliana Laurentino Schlihting	Professor	03	21/05/18
Juliana Laurentino Schlihting	Professor	01	18/05/18
Juliana Laurentino Schlihting	Professor	01	14/05/18
Kedma Verônica Federici de Jesus	ACS	03	16/05/18
Kedma Verônica Federici de Jesus	ACS	03	02/05/18
Leni Teresinha Bernardes	ACS	03	09/05/18
Leni Teresinha Bernardes	ACS	10	16/05/18
Leonildo Siviero Junior	Psicólogo	30	21/05/18
Lilian Karla da Silva	ACS	30	21/05/18
Lucelia Aparecida Postai Barcelos	ASO	20	21/05/18
Lucimar Xavier Bremm	Monitor	14	11/05/18
Maraysa Goulart Melo	Técnico em Enfermagem	04	14/05/18
Maria Antonio Sampaio Ramos	ACS	06	21/05/18
Maria Cristina da Silva	ASG	09	21/05/18
Maria de Lourdes da Silva L. Basto	Psicólogo	18	22/05/18
Michelly Lucia Soares de Abreu	Professor	06	13/04/18
Patrícia Bleya Sant Ana Mello	Assistente Administrativo	15	15/05/18
Regiane Norberta de Souza Espindola	Professor	01	14/05/18
Regiane Norberta de Souza Espindola	Professor	02	10/05/18
Regiane Norberta de Souza Espindola	Professor	05	22/05/18
Regiane Norberta de Souza Espindola	Professor	01	16/05/18
Rosangela Maria dos Santos	ACS	60	16/05/18
Roselani Marli Martins	Merendeira	60	18/05/18
Rosilda Alves	ASO	30	17/05/18
Rosilda dos Santos	ASG	60	21/05/18
Silvio Luiz Oliveira Mendes	ASO	05	14/05/18
Simone Julia Garcia da Silva	Professor	01	04/05/18
Simone Julia Garcia da Silva	Professor	04	22/05/18
Sinara Galvão de Lima	Assistente Administrativo	01	25/05/18
Sinara Galvão de Lima	Assistente Administrativo	01	22/05/18
Sinara Galvão de Lima	Assistente Administrativo	01	17/05/18
Sinara Galvão de Lima	Assistente Administrativo	02	14/05/18
Sinara Galvão de Lima	Assistente Administrativo	02	07/05/18

Susi Nilza Goulart	Professor	01	04/05/18
Susi Nilza Goulart	Professor	05	21/05/18
Susi Nilza Goulart	Professor	02	10/05/18
Susi Nilza Goulart	Professor	05	14/05/18
Tamires da Rosa Rodrigues	Assessor II	04	22/05/18
Tatiane Carline B. Lehnert	ACS	03	23/05/18
Tatiane Carline B. Lehnert	ACS	01	09/05/18
Tatiane Carline B. Lehnert	ACS	02	18/05/18
Tatiane Carline B. Lehnert	ACS	05	30/04/18
Valdineia Borba	ASG	30	16/05/18
Vivian Cristina Porto Pierri	Assistente Social	01	14/05/18
Vivian Cristina Porto Pierri	Assistente Social	90	16/05/18

Palhoça, SC, em 14 de maio de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2409/2018.

Publicação Nº 1661258

PORTARIA Nº. 2409/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora CRISTINA DA SILVA SOARES, matrícula nº. 124875-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 9356/2018, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2410/2018.

Publicação Nº 1661259

PORTARIA Nº. 2410/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora VIVIANE CRISTINA DO NASCIMENTO JOCHEM, matrícula nº. 801519-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 7839/2018, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2411/2018.

Publicação Nº 1661260

PORTARIA Nº. 2411/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARGARIDA OENNING, matrícula nº. 122759-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 05 (cinco) anos, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 01 (um) ano e 03 (três) meses.

Averbar tempo que contribuiu pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul, totalizando 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 11 (onze) dias.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2412/2018.

Publicação Nº 1661261

PORTARIA Nº. 2412/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EVERTON JOSE DA ROCHA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/05/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2413/2018.

Publicação Nº 1661262

PORTARIA Nº. 2413/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2181 de 02 maio de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora IZETE TEREZINHA PEREIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 31/05/2018 a 30/07/2018, face ao impedimento da titular Tânia Regina Bento Pessoa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2414/2018.

Publicação Nº 1661263

PORTARIA Nº. 2414/2018.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANDRE LUIZ CUNHA FILHO, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2016.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2415/2018.

Publicação Nº 1661264

PORTARIA Nº. 2415/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DANIELA PATRICIA PADILHA RIBEIRO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2416/2018.

Publicação Nº 1661265

PORTARIA Nº. 2416/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JULIANA VIEIRA DA SILVA, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2417/2018.

Publicação Nº 1661266

PORTARIA Nº. 2417/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JILZA MARIANA MOREIRA SILVA, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2017.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2418/2018.

Publicação Nº 1661268

PORTARIA Nº. 2418/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MORGANA LACI LUCAS, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2419/2018.

Publicação Nº 1661269

PORTARIA Nº. 2419/2018.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDIR BATISTA FILHO, matrícula nº. 200027-1, titular do cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/05/2008 a 12/05/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 18/06/2018 à 18/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2420/2018.

Publicação Nº 1661271

PORTARIA Nº. 2420/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CELINA ADELINA DE OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº. 126705-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 10/11/2001 a 10/11/2006, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/06/2018 à 03/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2421/2018.

Publicação Nº 1661272

PORTARIA Nº. 2421/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2734 de 02 de junho de 2017, que Contratou por Tempo Determinado o servidor MAYKON CESAR DA COSTA CERQUEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/06/2018 a 02/06/2019.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2422/2018.

Publicação Nº 1661273

PORTARIA Nº. 2422/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2735 de 02 de junho de 2017, que Contratou por Tempo Determinado a servidora IVONE DE ARAÚJO, titular do

cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/06/2018 a 02/06/2019.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2423/2018.

Publicação Nº 1661274

PORTARIA Nº. 2423/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2747 de 02 de junho de 2017, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIA ZOETE SCHWINDEN RACHADEL, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/06/2018 a 09/06/2019.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2424/2018.

Publicação Nº 1661275

PORTARIA Nº. 2424/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2749 de 02 de junho de 2017, que Contratou por Tempo Determinado à servidora DARIDA MARQUES CARVALHO ANGULSKI, titular do cargo de Médico Psiquiatra, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/06/2018 a 13/06/2019.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2425/2018.

Publicação Nº 1661276

PORTARIA Nº. 2425/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2744 de 02 de junho de 2017, que Contratou por Tempo Determinado à servidora TELMA OSNILDA LEONEL, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/06/2018 a 13/06/2019.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2426/2018.

Publicação Nº 1661277

PORTARIA Nº. 2426/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3004 de 24 de junho de 2017, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SIMONE FATIMA KOSTANESKI, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 27/06/2018 a 27/06/2019.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2427/2018.

Publicação Nº 1661278

PORTARIA Nº. 2427/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1782 de 02 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora RENATA DE MEDEIROS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/06/2018 a 04/06/2018, face ao impedimento da titular Lilian Diniz, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2428/2018.

Publicação Nº 1661279

PORTARIA Nº. 2428/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SIMONE IVONE SUMAR, Matrícula nº. 100010-2, ocupante da categoria funcional de Assistente Social, removido para o CAPSi da Secretaria de Saúde do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2429/2018.

Publicação Nº 1661280

PORTARIA Nº. 2429/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZEZINHO TORQUATO FERNANDES, matrícula nº. 802029-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/06/2018 à 05/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2430/2018.

Publicação Nº 1661282

PORTARIA Nº. 2430/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA JOELMA DIAS, matrícula nº. 801743-12, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 25/05/2018, de acordo com às folhas 05.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2431/2018.

Publicação Nº 1661283

PORTARIA Nº. 2431/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MIRIAM JOSIANE SILVEIRA DE SOUZA matrícula nº. 800923-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano a contar de 25/05/2018, de acordo com às folhas 44.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2432/2018.

Publicação Nº 1661285

PORTARIA Nº. 2432/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANA CAROLINE NARCIZO NAZARETH, Matrícula nº. 802099-2, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para EB Laurita Wagner da Silveira da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2433/2018.

Publicação Nº 1661286

PORTARIA Nº. 2433/2018.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDRE LUIZ CUNHA FILHO, matrícula nº. 501135-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/09/2012 a 17/12/2017, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 21/06/2018 à 21/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2434/2018.

Publicação Nº 1661287

PORTARIA Nº. 2434/2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº 235, 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELISABETE ELZA SOUZA, matrícula nº. 300102-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/02/2004 a 24/02/2009, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 24/02/2009 a 24/02/2014, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/07/2018 à 02/09/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

RODRIGO ALVES QUINTINO
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2435/2018.

Publicação Nº 1661288

PORTARIA Nº. 2435/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Sabrina Hasse Felisberto	20	40	07/03/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2436/2018.

Publicação Nº 1661289

PORTARIA Nº. 2436/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NAIR MARIA COELHO GOES, matrícula nº. 800348-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/06/2013 a 02/06/2018, por 01 (um) mês, a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2437/2018.

Publicação Nº 1661290

PORTARIA Nº. 2437/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLOVIS NOGUEIRA DOMINGUES JUNIOR, matrícula nº. 401287-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/06/2011 a 06/06/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/06/2018 à 15/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2438/2018.

Publicação Nº 1661292

PORTARIA Nº. 2438/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ESTEFANI TOMELIM, matrícula nº. 401932-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/12/2012 a 21/12/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/06/2018 à 01/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2439/2018.

Publicação Nº 1661294

PORTARIA Nº. 2439/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDO TRINDADE ROBALLO, matrícula nº. 401807-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/10/2012 a 14/01/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2440/2018.

Publicação Nº 1661301

PORTARIA Nº. 2440/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LENILDA ALAIDE DA SILVEIRA, matrícula nº. 401487-4, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2441/2018.

Publicação Nº 1661303

PORTARIA Nº. 2441/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MICHELINE COELHO, matrícula nº. 400409-1, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/04/2004 a 12/04/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/06/2018 à 01/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2442/2018.

Publicação Nº 1661304

PORTARIA Nº. 2442/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA GERCI DOS SANTOS PINHEIRO, matrícula nº. 401017-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2010 a 01/09/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/05/2018 à 16/06/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2443/2018.

Publicação Nº 1661305

PORTARIA Nº. 2443/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0975 de 22 de fevereiro de 2017, que Prorrogou o Contrato por Tempo Determinado da servidora ALINE NUNES CORDOVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30/03/2018 a 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2444/2018.

Publicação Nº 1661307

PORTARIA Nº. 2444/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VANDERLEI KLOUCK, matrícula nº. 802407-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 14/01/2013 a 14/01/2018, por 01 (um) mês, a contar de 15/06/2018 à 15/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2445/2018.

Publicação Nº 1661308

PORTARIA Nº. 2445/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSE RIBAMAR FERNANDES FREIRE, matrícula nº. 500933-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 05/07/2010 a 07/07/2015, por 01 (um) mês, a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2446/2018.

Publicação Nº 1661309

PORTARIA Nº. 2446/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCELO JOSE QUADROS, matrícula nº. 800883-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 21/03/2013 a 21/03/2018, por 03 (três) meses, a contar de 01/06/2018 à 01/09/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2447/2018.

Publicação Nº 1661311

PORTARIA Nº. 2447/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALISSANDRA TAVARES CASTRO, matrícula nº. 801445-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 13/04/2010 a 13/04/2015, por 01 (um) mês, a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2448/2018.

Publicação Nº 1661312

PORTARIA Nº. 2448/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANICE MARIA MARTINS, matrícula nº. 125805-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/02/2002 a 01/02/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/05/2018 à 28/06/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2449/2018.

Publicação Nº 1661313

PORTARIA Nº. 2449/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LILIAN DINIZ, matrícula nº. 126893-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2450/2018.

Publicação Nº 1661314

PORTARIA Nº. 2450/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1884 de 10 de abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SANDRA DE MELO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a contratação período que deveria ser Técnico em Enfermagem, de acordo com a Lei nº 3002, de 01 de abril de 2009, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2451/2018.

Publicação Nº 1661315

PORTARIA Nº. 2451/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SILVIA AZIR FLORENCIO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/04/2018 a 02/08/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2452/2018.

Publicação Nº 1661316

PORTARIA Nº. 2452/2018.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIO OTAVIO DA SILVA, matrícula nº. 500116-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2007 a 01/06/2012, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/08/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2453/2018.

Publicação Nº 1661318

PORTARIA Nº. 2453/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOSIAS FERNANDES DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/06/2018 a 05/06/2019.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2454/2018.

Publicação Nº 1661350

PORTARIA Nº. 2454/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIA DA SILVA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Rio Grande da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/06/2018 a 01/06/2019.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2456/2018.

Publicação Nº 1661387

PORTARIA Nº. 2456/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO RENATA DE SOUZA RODRIGUES, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3745875-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/06/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2457/2018.

Publicação Nº 1661390

PORTARIA Nº. 2457/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO KAMYLA CRISTINA CAMPOS DA SILVEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 402329-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2458/2018.

Publicação Nº 1661391

PORTARIA Nº. 2458/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 40, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 03 de junho de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
802220-2	Marlete Rocha	R\$ 627,68	Auxiliar de Direção

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2459/2018.

Publicação Nº 1661394

PORTARIA Nº. 2459/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GISLENE PIERRI DE SOUZA, matrícula nº. 190063-1, titular do cargo de Lactarista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 22/05/2005 a 22/05/2010, por 01 (um) mês, a contar de 11/06/2018 à 11/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2460/2018.

Publicação Nº 1661396

PORTARIA Nº. 2460/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OSANA LAURENTINO DA SILVA, matrícula nº. 210190-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/07/2006 a 02/07/2011, por 01 (um) mês, a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2461/2018.

Publicação Nº 1661399

PORTARIA Nº. 2461/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GEOVANA KRUGER NUNES, matrícula nº. 802241-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 02/04/2012 a 17/07/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/06/2018 à 08/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2462/2018.

Publicação Nº 1661401

PORTARIA Nº. 2462/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VILMA DE JESUS PEREIRA CLIMACO, matrícula nº. 800810-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 29/07/2012 a 29/07/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2463/2018.

Publicação Nº 1661402

PORTARIA Nº. 2463/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALINE HORSTMANN, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho

de 2015.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2464/2018.

Publicação Nº 1661406

PORTARIA Nº. 2464/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RECONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA BLEYA SANT ANA MELLO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/05/2018 a 01/06/2018, face a servidora encontra-se LTS.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2465/2018.

Publicação Nº 1661408

PORTARIA Nº. 2465/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
402032-5	Barbara Santos Sakr	90%
3762342-1	Daiane Marques dos Santos Trindade Guedes	80%
3762345-1	Eduarda Medeiros Guckert	20%
251745-5	Maria Cristina Pacheco da Costa	80%
3762337-1	Maria Manoela Wartha de Paiva Estrela	90%
3762389-1	Teresinha Pilger	20%

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2466/2018.

Publicação Nº 1661411

PORTARIA Nº. 2466/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2184 de 02 maio de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ALA REGINA BUENO AMARAL, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/06/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Denize Piucco, que solicitou exoneração.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2467/2018.

Publicação Nº 1661412

PORTARIA Nº. 2467/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SAYMON PEREIRA DA CRUZ CORDEIRO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2468/2018.

Publicação Nº 1661415

PORTARIA Nº. 2468/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GABRIELA REGINA CABRAL GALVÃO, matrícula nº. 801600-1, titular do cargo de Fonoaudiólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/07/2010 a 01/07/2015, por 01 (um) mês, a contar de 06/06/2018 à 06/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2469/2018.

Publicação Nº 1661423

PORTARIA Nº. 2469/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA TEREZINHA DA SILVA, matrícula nº. 801060-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 13/04/2009 a 09/11/2014, por 02 (dois) meses, a contar de 11/06/2018 à 11/08/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2470/2018.

Publicação Nº 1661426

PORTARIA Nº. 2470/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DULCELI BROERING DA SILVA, matrícula nº. 800551-1, titular do cargo de Técnico de Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/06/2018 à 14/07/2018.

Palhoça, SC, em 16 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2471/2018.

Publicação Nº 1661428

PORTARIA Nº. 2471/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MARLETE ROCHA, matrícula nº. 802220-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 04/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2472/2018.

Publicação Nº 1661430

PORTARIA Nº. 2472/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MAIARA GUCKERT WEINGARTNER DUARTE, Matrícula nº. 210590-6, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2473/2018.

Publicação Nº 1661433

PORTARIA Nº. 2473/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SILVANA MACHADO RODRIGUES DA SILVA, Matrícula nº. 3762022-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2474/2018.

Publicação Nº 1661437

PORTARIA Nº. 2474/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOSIANE SOUZA, Matrícula nº. 129215-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2475/2018.

Publicação Nº 1661440

PORTARIA Nº. 2475/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SILVANA MACHADO RODRIGUES DA SILVA, Matrícula nº. 3762022-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2476/2018.

Publicação Nº 1661445

PORTARIA Nº. 2476/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FLAVIANA PEREIRA, Matrícula nº. 3745426-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2477/2018.

Publicação Nº 1661449

PORTARIA Nº. 2477/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIELLE CANTO PACHECO, Matrícula nº. 210547-5, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2478/2018.

Publicação Nº 1661453

PORTARIA Nº. 2478/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DENIZE PIUCCO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2480/2018.

Publicação Nº 1661456

PORTARIA Nº. 2480/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALESSANDRA CAMPOS DE ALMEIDA MICHELS, Matrícula nº. 211179-7, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2481/2018.

Publicação Nº 1661458

PORTARIA Nº. 2481/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIELLE CANTO PACHECO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2482/2018.

Publicação Nº 1661460

PORTARIA Nº. 2482/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JOSIANE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Primeiros Passos da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2483/2018.

Publicação Nº 1661461

PORTARIA Nº. 2483/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JANICE MARIA MARTINS, matrícula nº. 125805-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos e 05 (cinco) meses.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2484/2018.

Publicação Nº 1661464

PORTARIA Nº. 2484/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ROSILENE ZEFIR DA SILVA, matrícula nº. 802960-11, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 23 (vinte e três) anos, 01 (um) mês e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2485/2018.

Publicação Nº 1661465

PORTARIA Nº. 2485/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) GABRIELA LAURITA PEREIRA, matrícula nº. 126564-4, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 09 (nove) anos, 03 (três) meses e 06 (seis) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2486/2018.

Publicação Nº 1661468

PORTARIA Nº. 2486/2018.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LAURY RUFATTO, matrícula nº. 500315-3, ocupante da categoria funcional de Operador de Máquinas, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 13 (treze) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2487/2018.

Publicação Nº 1661477

PORTARIA Nº. 2487/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LAERTE NOEMIA DOS SANTOS, matrícula nº. 800183-2, ocupante da categoria funcional de ASG, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pela INSS, totalizando 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 21 (vinte e um) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2488/2018.

Publicação Nº 1661482

PORTARIA Nº. 2488/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) VERGINIA BOMBAZAR, matrícula nº. 804035-1, ocupante da categoria funcional de ASG, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pela INSS, totalizando 06 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias.

Averbar tempo que contribuiu pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz/SC, totalizando 10 (dez) meses e 23 (vinte e três) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2489/2018.

Publicação Nº 1661475

PORTARIA Nº. 2489/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) BEATRIZ DA SILVA DE PINHO, matrícula nº. 401815-2, categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 20 (vinte) anos e 17 (dezessete) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2490/2018.

Publicação Nº 1661484

PORTARIA Nº. 2490/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) CELIA KUHNEN, matrícula nº. 3745124-1, categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 14 (quatorze) anos, 04 (quatro) meses e 23 (vinte e três) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2491/2018.

Publicação Nº 1661485

PORTARIA Nº. 2491/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ZENEIDE ALVES, matrícula nº. 400067-1, categoria funcional de Agente Saúde Pública, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 01 (um) mês e 07 (sete) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2492/2018.

Publicação Nº 1661490

PORTARIA Nº. 2492/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) GILBERTO GIACOMINI, matrícula nº. 400088-1, categoria funcional de Bioquímico, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 11 (onze) anos, 10 (dez) meses e 04 (quatro) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2493/2018.

Publicação Nº 1661493

PORTARIA Nº. 2493/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) PATRICIA REGINA DE GOES, matrícula nº. 125307-2, categoria funcional de Auxiliar de Enfermagem, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 09 (nove) anos, 03 (três) meses e 06 (seis) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2494/2018.

Publicação Nº 1661494

PORTARIA Nº. 2494/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

ADVETIR de acordo com processo Administrativo nº. 14613/2016, e de acordo com o Artigo 209 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2012, a servidora MICHELE MOTTA PIRES, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta deste Município.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2495/2018.

Publicação Nº 1661495

PORTARIA Nº. 2495/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANDERSON LUIZ FERREIRA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2496/2018.

Publicação Nº 1661497

PORTARIA Nº. 2496/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para JANICE HELENA SCHEIDT, matrícula nº. 123200-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2497/2018.

Publicação Nº 1661499

PORTARIA Nº. 2497/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO HERON FELICIO PEREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. Nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 04/06/2018.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2498/2018.

Publicação Nº 1661501

PORTARIA Nº. 2498/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANGELA HEIDEMANN DA SILVA, matrícula nº. 802207-3, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 19 (dezenove) anos, 04 (quatro) meses e 19 (dezenove) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2499/2018.

Publicação Nº 1661503

PORTARIA Nº. 2499/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANA LUCIA FONSECA GRIGUC NASCIMENTO, matrícula nº. 3745267-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 14 (quatorze) anos e 07 (sete) dias.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2500/2018.

Publicação Nº 1661505

PORTARIA Nº. 2500/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SOLANE MARCIA DE JESUS ELI, matrícula nº. 210488-9, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 08 (oito) dias.

Averbar tempo que contribuiu pela Prefeitura Municipal de Angelina/SC, totalizando 06 (seis) anos, 06 (seis) meses e 01 (um) dia.

Palhoça, SC, em 25 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PREGÃO PRESENCIAL 069/2018

Publicação Nº 1661225

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº069/2018

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 069/2018, no dia 09 de julho de 2018, às 14h00min, na Sala de reuniões da Comissão de Licitação, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 069/2018 tem como objeto a aquisição de extintores de incêndio, recargas, teste hidrostática em mangueira de incêndio, placas de sinalização, mangueiras e luminárias para as Instituições de Ensino da Rede Municipal de Palhoça conforme exigência do Corpo de Bombeiros através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 21 de junho de 2018. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2017

Publicação Nº 1660908

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2017 – Pregão Presencial 35/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: POSTMIX SERVIÇOS EDITORIAIS LTDA. OBJETO: Serviços de confecções de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS, CEAP, NEPS, CEO, UPA, SAMU e demais setores da Secretaria, com fornecimento de todos os materiais necessários.
DATA: 21/09/2017 à 20/09/2018.

Nome da Empresa: POSTMIX SERVIÇOS EDITORIAIS LTDA				CNPJ: 02.614.842/0001-69	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Controle de medicações CAPS II, papel off set 63gr, formato 105x160mm, cor 1x0, bloco 1x50 fls.					
12	10,00	BL	POSTMIX	R\$6,9900	R\$69,9000
Especificação: Etiqueta auto adesiva retangular, resistente, com fixação firme, branco com impressão em preto, fonte Arial tamanho 12, negrito, maiúsculo e alinhada à esquerda, com a seguinte escrita, um abaixo do outro: MED.; LOTE.; VAL.; impressão de alta qualidade, tamanho do adesivo: 38mm x 21mm (AxL), o adesivo deverá possibilitar escrever com caneta esferográfica.					
17	10000,00	UN	POSTMIX	R\$0,0290	R\$290,0000
Valor Total (trezentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos)					R\$359,90

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2017

Publicação Nº 1660915

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2017 – Pregão
 Presencial 35/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA - EPP. OBJETO: Serviços de
 confecções de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de
 Saúde, CAPS, CEAP, NEPS, CEO, UPA, SAMU e demais setores da
 Secretaria, com fornecimento de todos os materiais necessários.
 DATA: 21/09/2017 à 20/09/2018.

Nome da Empresa: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA - EPP				CNPJ: 13.919.051/0001-63	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Atestado de saúde, tamanho 11,5x16cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
1	500,00	BL	ALTA DEFINIÇÃO	R\$0,6000	R\$300,0000
Especificação: Cartão Pré-Natal, papel off-set 240gr, 03 vincos, tamanho 13,5 x 51 cm, impressão 4x4 cores.					
9	3000,00	UN	ALTA DEFINIÇÃO	R\$0,3400	R\$1.020,0000
Especificação: Envelope saco timbrado, formato 26x36 cm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branco com impressão em preto – 1x0					
14	3000,00	UN	ALTA DEFINIÇÃO	R\$0,3300	R\$990,0000
Especificação: Ficha de atendimento SAMU, blocos 3x20 fls, papel auto copiativo (carbonadas), folhas nas cores branca, amarela e azul, papel off-set 63gr, impressão 1x0, formato officio.					
20	2000,00	BL	ALTA DEFINIÇÃO	R\$3,9000	R\$7.800,0000
Especificação: Ficha de resultado de exame médico-pericial, blocos 1x50, 1 via, picote, grampo e cola, formato 13x20 cm, papel off set 63gr, impressão 1x0.					
21	200,00	BL	ALTA DEFINIÇÃO	R\$1,3500	R\$270,0000
Especificação: Ficha de visita Programa do Controle de Febre Amarela e Dengue, formato 155x110mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor 1x0, bloco 1x50 folhas.					
22	400,00	BL	ALTA DEFINIÇÃO	R\$0,7500	R\$300,0000
Especificação: Folder HIV AIDS, formato 21x15cm, 1 folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.					
25	10000,00	UN	ALTA DEFINIÇÃO	R\$0,0900	R\$900,0000
Especificação: Guia de entrega manual de medicamentos, formato 15 x 21 cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x100 fls.					
31	100,00	BL	ALTA DEFINIÇÃO	R\$2,5000	R\$250,0000
Especificação: Receituário de controle especial " A" Amarela, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
36	200,00	BL	ALTA DEFINIÇÃO	R\$1,8000	R\$360,0000
Especificação: Receituário de controle especial " B-1" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
37	1500,00	BL	ALTA DEFINIÇÃO	R\$1,1000	R\$1.650,0000
Especificação: Receituário de controle especial " B-2" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
38	1000,00	BL	ALTA DEFINIÇÃO	R\$1,2000	R\$1.200,0000
Especificação: Receituário de controle especial "retinóide" 2 vias, primeira via azul e segunda via branca, blocos 2x50, formato 10x24cm, papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
39	200,00	BL	ALTA DEFINIÇÃO	R\$2,5000	R\$500,0000
Valor Total				(quinze mil e quinhentos e quarenta reais)	
				R\$15.540,00	

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2017

Publicação Nº 1660916

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2017 – Pregão Presencial 35/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP. OBJETO: Serviços de confecções de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS, CEAP, NEPS, CEO, UPA, SAMU e demais setores da Secretaria, com fornecimento de todos os materiais necessários.
 DATA: 21/09/2017 à 20/09/2018.

Nome da Empresa: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP				CNPJ: 78.218.187/0001-91	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Capa de prontuário, formato 50x33cm, papel offset branco 180g, 1x1, com 1 dobra					
3	3000,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,4000	R\$1.200,0000
Especificação: Capa de processo na cor rosa, formato 50x33 cm, papel off set 180 gr, 1x0, com 1 dobra.					
4	500,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,6400	R\$320,0000
Especificação: Capa em papel triplex, azul e branca, com impressão em preto, tamanho 32x50 cm com furo e reforço para fixação de arquivos.					
5	250,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$1,7600	R\$440,0000
Especificação: Cartão de dispensação de ação judicial do Município, formato 8x7cm, papel off set 240gr, cor 1x0.					
6	1000,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,0700	R\$70,0000
Especificação: Cartão de Agendamento do CAPS II, CAPS AD e CAPS i, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
7	2000,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,1000	R\$200,0000
Especificação: Cartão para agendamento de exames de CD4/CD8, papel off-set 240 gr, tamanho 6x8 cm, impressão 1x0 cor.					
8	2000,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,0700	R\$140,0000
Especificação: Confecção de banner em lona impressa, medindo 90x120 cm, em 8 cores.					
10	10,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$65,0000	R\$650,0000
Especificação: Envelope timbrado 114x229mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
15	3000,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,1200	R\$360,0000
Especificação: Envelope timbrado saco 250x175mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
16	2000,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,2200	R\$440,0000
Especificação: Faixa em impressão em lona, até 5 cores, tamanho 3x1 m.					
18	5,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$175,0000	R\$875,0000
Especificação: Ficha de agendamento de perícia, 1x50, formato 9x9 cm, papel off set 63g, cor 1x0.					
19	40,00	BL	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$1,8500	R\$74,0000
Especificação: Folder Alterações Frequentes na Gestaçao, 30x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 2 dobra, vinco.					
24	4000,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,1900	R\$760,0000
Especificação: Folder LivreMente para CAPS II, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 8x1 cores, frente e verso.					
26	500,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,6000	R\$300,0000
Especificação: Folder Notificação compulsória, formato 30x21cm, 1 folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.					
27	1000,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,3600	R\$360,0000
Especificação: Folder tamanho 51x17 cm, para NEPS, impressão 4x4, papel couchê 120g, com a opção de 2 a 3 dobras.					
28	3000,00	UN	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,2400	R\$720,0000
Especificação: Indicação de vacina influenza, formato 11x8cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
32	60,00	BL	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$1,3500	R\$81,0000
Especificação: Requisição de exame, formato 205x140mm, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50fls					
42	3000,00	BL	GRAFICA GUARAMIRIM	R\$0,8700	R\$2.610,0000
Valor Total (nove mil e seiscentos reais)					R\$9.600,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2017

Publicação Nº 1660919

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2017 – Pregão
 Presencial 35/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
 ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA - EPP. OBJETO:
 Serviços de confecções de materiais gráficos para utilização nas Unidades
 Básicas de Saúde, CAPS, CEAP, NEPS, CEO, UPA, SAMU e demais setores
 da Secretaria, com fornecimento de todos os materiais necessários.
 DATA: 21/09/2017 à 20/09/2018.

Nome da Empresa: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA - EPP				CNPJ: 05.665.084/0001-04	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Atestado médico CEAP, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
2	500,00	BL	ALBGRAF BLOCO	R\$0,9000	R\$450,0000
Especificação: Controle de entrega de Psicotrópicos, formato 15x9cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
11	2000,00	BL	ALBGRAF BLOCO	R\$0,4200	R\$840,0000
Especificação: Declaração de Comparecimento, 1x50, formato 205x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.					
13	4000,00	BL	ALBGRAF BLOCO	R\$0,8000	R\$3.200,0000
Especificação: Ficha Declaração, formato 21x14cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
23	20,00	BL	ALBGRAF FICHA	R\$3,9900	R\$79,8000
Especificação: Formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Para os modelos: 01- Boletim diário de atendimento do clínico geral, 02 - Boletim diário de atendimento do enfermeiro, 03 - Boletim diário de atendimento do Psiquiatra, 04 - Boletim diário de atendimento odontológico - PAB e procedimentos coletivos, 05 - Contrato Terapêutico CAPS i, 06 -Contrato Terapêutico CAPS AD, 07 - Contrato Terapêutico CAPS II, 08 - Ficha Atendimento a criança de 0 a 6 meses CEAP, 09 - Ficha Dados de identificação paciente CEAP, 10 - Ficha de atendimento do centro de triagem, 11 - Ficha de cadastro domiciliar e-SUS Atenção Básica, 12 - Ficha de atendimento ao paciente - consulta gestante, 13 - Ficha de consulta gestante (vigilância epidemiológica), 14 - Ficha Laudo médico para emissão de "APAC" (contagem de linfócitos), 15 - Ficha Laudo médico para emissão de "APAC" (quantificação de ácido nucleico), 16 - Ficha laudo médico para solicitação de procedimentos, 17 - Ficha Laudo para solicitação/autorização de procedimento ambulatorial, 18 - Ficha relatório para transferência, 19 - Formulário de solicitação de medicamentos - tratamento CEAP, 20 - Recibo de dispensação de ação judicial, 21 - Requisição para exame tuberculose, 22 - Resultado de triagem sorológica Hepatite C (amostra não reagente), 23 - Resultado de triagem sorológica Hepatite C (amostra reagente), 24 - Resultado de triagem sorológica anticorpos ANTI-HIV (amostra não reagente), 25 - Resultado de triagem sorológica anticorpos ANTI-HIV (amostra reagente - TESTE 1), 26 - Resultado de triagem sorológica anticorpos ANTI-HIV (amostra reagente - TESTE 2), 27 - Resultado de triagem sorológica Sífilis (amostra não reagente), 28 - Resultado de triagem sorológica Sífilis (amostra reagente),					
29	10000,00	BL	ALBGRAF BLOCO	R\$1,5000	R\$15.000,0000
Especificação: Formato A4, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Para os modelos: 01 - Ficha clínica, 02 - Ficha de atendimento individual e-SUS Atenção Básica, 03 - Ficha de atendimento odontológico individual, 04 - Ficha de atividade coletiva Atenção Básica, 05 - Ficha de cadastro individual e-SUS Atenção Básica, 06 - Ficha de procedimentos Atenção Básica, 07 - Ficha de visita domiciliar Atenção Básica, 08 - Ficha odontológica anamnese e odontograma, 09 - Formulário de acolhimento CAPS II, 10 - Formulário de aconselhamento CEAP, 11 - Formulário de solicitação de medicamentos - profilaxia, para CEAP, 12 - Projeto Terapêutico e identificação do Usuário do CAPS II, CAPS AD e CAPS i.					
30	10000,00	BL	ALBGRAF BLOCO	R\$1,5100	R\$15.100,0000
Especificação: Receita Médica, bloco 1x50, formato 210x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.					
34	3000,00	BL	ALBGRAF BLOCO	R\$0,8500	R\$2.550,0000
Especificação: Receituário de Controle Especial, bloco 2x50, formato 190x145mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via amarela com impressão em preto - 1x0.					
35	5000,00	BL	ALBGRAF BLOCO	R\$1,3200	R\$6.600,0000
Especificação: Rótulo de soro para controle dos pacientes, tamanho 10x10cm, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
43	2000,00	BL	ALBGRAF BLOCO	R\$0,4000	R\$800,0000
Valor Total (quarenta e quatro mil, seiscentos e dezenove reais e oitenta centavos)					R\$44.619,80

Palma Sola

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 004/2018 - PANIFICADORA GUARDINI

Publicação Nº 1661766

PRIMEIRO (1º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 004/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA- SC E A EMPRESA PANIFICADORA GUARDINI LTDA – ME

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Palma Sola, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Cleomar José Mantelli, portador do CPF Nº. 760.741.889-04 e de outro lado a empresa Panificadora Guardini Ltda – ME, estabelecida na Av. Catharina Seger, 1200, na cidade de Palma Sola – SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.931.826/0001-48, neste ato representado por sua sócia Sra. Ilda Piccoli Guardini, brasileira, portadora do CPF nº. 833.467.249-72, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 004/2018, para fazer constar as seguintes alterações:

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

Cláusula Primeira: Os preços constantes na Cláusula Sexta do Contrato nº. 004/2018, item de nº. 77 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 003/2018, na modalidade Pregão Presencial de nº. 001/2018 passa ser o seguinte e a partir de 19/06/2018:

- Item nº. 77 – Queijo Fatiado – Aurora - R\$: 26,75 (vinte e seis reais e setenta e cinco centavos), por kg.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 19 de junho de 2018.

Cleomar Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

Panificadora Guardini Ltda – ME
CNPJ: 73.931.826/0001-48.
Ilda Piccoli Guardini
CPF: 833.467.249-72
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Elaine Staudt
CPF: 053.954.509-04

Paraíso

PREFEITURA

2014/2018

Publicação Nº 1660955

DECRETO Nº 2014/2018.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1467 de 29 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 57.000,00(cinquenta e sete mil reais) no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

07.00 – SECR.MUN. DO DESEN.SOCIAL, DA FAM.E ASS.DA JUVENTUDE

07.02 – DIVISÃO DE DESENV.SOCIAL,DA FAM.E ASS.DA JUVENTUDE

07.02.08.241.1085.2.114 – Atenção a Pessoa Idosa(API)

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0200 – Aplicações Diretas(155) R\$ 12.000,00 07.04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.04.08.243.1082.2.111 – Serviços de acolhimento institucional

3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0200 – Aplicações Diretas(153) R\$ 45.000,00

Total da Adição R\$ 57.000,00

(Cinquenta e sete mil reais).

Art. 2º Fica , autorizada a utilização como fonte de cobertura do Crédito ora instituído, os recursos do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com a LOA nº 1467/2017 e o disposto nos incisos I , do § 1º, do Art 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais concernentes à abertura do respectivo Crédito Autorizado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 20 de junho de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e
publicado na data supra
Servidor Responsável

2015/2018

Publicação Nº 1660957

DECRETO Nº 2015/2018

"Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1467 de 30 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 2.878,00 (dois mil, oitocentos e setenta e oito reais), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

07.00 – SECR.MUN. DO DESEN.SOCIAL, DA FAM.E ASS.DA JUVENTUDE

07.04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.04.08.244.1080.2.108 – IGD – Bolsa Família

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0257 – Aplicações Diretas(154) R\$ 2.878,00

Total da Adição R\$ 2.878,00

(dois mil, oitocentos e setenta e oito reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 2.870,00(dois mil, oitocentos e setenta reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1467 de 30 de novembro de 2017 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43,

da Lei Federal nº 4.320/64.

07.00 – SECR.MUN. DO DESEN.SOCIAL, DA FAM.E ASS.DA JUVENTUDE

07.04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.04.08.244.1080.2.108 – IGD – Bolsa Família

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0257 – Aplicações Diretas(142) R\$ 2.878,00

Total da subtração R\$ 2.878,00

(dois mil, oitocentos e setenta e oito reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 20 de junho de 2018.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e
publicado na data supra

Paraíso, 20 de junho de 2018.

Servidor Responsável

Passos Maia**PREFEITURA****DECRETO N. 57 - ABRE CREDITO ADICIONAL**

Publicação N° 1660948

DECRETO N° 000057/18 de 13 de Junho de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000800/17 de 13 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.01.04.122.0402.2.004-3.3.50.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.01 - SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.01.04.122.0402.2.004-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de Junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****173/2018**

Publicação Nº 1661089

PORTARIA Nº 173/2018

FERNANDA RODRIGUES LEITE, Secretária de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando a apresentação de Atestado Médico,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Ivonete Lochs Herdt, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 10740, por 15 dias, entre o período de 18/06/2018 a 02/06/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 19 de junho de 2018.

Fernanda Rodrigues Leite
Secretária Municipal de Saúde

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 22 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

DECRETO 32/2018

Publicação Nº 1660827

DECRETO Nº 32/2018.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.742 de 20 de dezembro de 2017, aprova o seguinte DECRETO,

Art. 1º - Fica suplementada a dotação abaixo, no limite de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 43.000,00
10.301.0012.1.065 – Aquisição de Veículos R\$ 43.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0233.002504 – Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0233.002503 – Estruturação da Rede de Serviços de UBS - no valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de junho de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

DECRETO 33/2018

Publicação N° 1660828

DECRETO N° 33/2018.

Revoga parcialmente o Decreto 27/2018 e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.742 de 20 de dezembro de 2017, aprova o seguinte Decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado parcialmente o Decreto 27/2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 14 de junho de 2018, atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0233.002503 – Estruturação da Rede de Serviços de UBS – no valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais) de acordo com as seguintes especificações:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 43.000,00

10.301.0012.1.064 – Aquisição de Equipamentos R\$ 43.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0233.002504 – Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 22 de junho de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2018 - PMP

Publicação Nº 1661726

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2018 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE CIMENTO CP II.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa AGUAVOLT COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, estabelecida à Rodovia Paulo Stuart Wright, nº 157A, Bairro Centro, CEP 88.385-00, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3345-0668, Dados Bancários: Caixa Econômica Federal, Ag. 1792, C/C: 00070-6, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.376.162/001-78, representada, neste ato pelo Sr. Nelson Michels, CPF sob o nº 577.759.079-91, Cargo/Função Sócio Administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO (S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 55/2018-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de cimento CP II, para atender necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município, conforme solicitação nº 1402/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Cimento CP II. Saco 50Kg	SC	600	R\$25,10	R\$15.060,00
VALOR TOTAL					R\$15.060,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento do objeto deverá ser realizado pela CONTRATADA, de forma parcelada, de acordo com a necessidade e nos locais indicados pela Secretaria de Educação e Cultura, mediante o recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo de até 2 (dois) dias. No caso do fornecedor oficial contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes neste Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta do produto cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa recusada pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para

verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 21 de junho de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

AGUAVOLT COM. E DIST. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Nelson Michels
Fornecedor

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

CPF: CPF:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2018 - FMS

Publicação Nº 1661515

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 - FMS
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, estabelecida à Estrada Boa Esperança nº 2320, na cidade de Rio do Sul, Estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02, representada, neste ato pelo Sr. Cleiton André Wagner, CPF sob o nº 029.131.619-01, Cargo/Função Procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 021/2018-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos hospitalares para serem utilizados nas

Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município de Penha, conforme solicitação nº 289/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Qtd	Unid	Especificação	MARCA	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ Total
9	13	UN	Biombo Triplo com estrutura em tubo redondo no mínimo 7/8"; espessura mínima de 1,20mm; pintura eletrostática epóxi; tecido de algodão crú sem emendas; tecido fixo em guia do ferro redondo; pés com ponteiros de borracha; base com quatro rodízios giratórios; medindo aberto mínimo 1,80 m de altura x 1,70m de largura e ele fechado mínimo de 1,80m de altura x 0,75m de largura.	Olimedica	250,00	3.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento do objeto deverá ser realizado de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 horas, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, com entrega pela Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos produtos/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Disponer-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades

competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadiplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAI

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

ALTERMED MATERIAL MED. E HOSP. LTDA
Cleiton André Wagner
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2018 - FMS

Publicação Nº 1661520

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 - FMS
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa CIRUPAR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS CIRURGICOS LTDA, estabelecida à Av. Maringa nº 1228, na cidade de Pinhais, Estado de PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.733.572/0001-30, representada, neste ato pelo Sr. Fabiano Martins Stokloski, CPF sob o nº 004.202.089-17, Cargo/Função Procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 021/2018-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos hospitalares para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município de Penha, conforme solicitação nº 289/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Qtd	Unid	Especificação	MARCA	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ Total
2	11	UN	Detector Fetal Portátil de frequência cardíaca fetal; transdutor de alta sensibilidade; compacto de leve e fácil operação; alto-falante de alta performance; entrada de fone de ouvido gravador de som ou computador; botão liga/desliga com controle de volume.	Sigmed	320,00	3.520,00

3	11	UN	Inalador/Nebulizador Portátil com sistema ultrassônico; sistema pistão; máscara adulto e infantil em silicone flexível; copo reservatório com capacidade mínima de 10 ml; com as seguintes especificações no mínimo: Alimentação: 220V; Frequência: 60 Hz; Consumo: 80W; Potência: 1/40 HP; Frequência de oscilação: 2,4MHz; Tensão de saída: 15V DC 1,5 A; extensão com conector para ar comprimido com mínimo 2,0 Metros.	G-Tech	119,80	1.317,80
4	150	UN	Termômetro clínico digital; resistente à água; possui beep sonoro de aviso de medição; display LCD de fácil visualização; alarme de hipotermia e hipertermia; memória da última medição; desligamento automático; medindo no mínimo 12,4x1,8x1 cm.	Geraterm	7,52	1.128,00
6	11	UN	Balança Pediátrica, display de LED de alta intensidade no mínimo 05 dígitos; Opção de tara; Bandeja anatômica em ABS resistente com almofada inclusa; pés reguláveis; com as especificações mínimas; capacidade:15Kg;Divisão:-5g;Alimentação; Bivolt; Consumo: 3W.	-	512,99	5.642,89
7	11	UN	Balança Digital Adulto, Plataforma e coluna em aço carbono; tapete antiderapante; Antropômetro em alumínio anodizado e litografado com medida no mínimo de 2cm com fração de 0,5cm; pés reguláveis em borracha sintética; cor branca; com display no mínimo 06 dígitos; opção de tara; capacidade mínima de 200 Kg.	Welmy	881,00	9.691,00
12	50	KIT	Conjunto Nebulização Adulto; Máscara em PVC resistente e não tóxica; mangueira em PVC, extensões mínimas de 2,80m; conectores para oxigênio e ar comprimido e copo para o medicamento.	DARU	4,79	239,50
14	9	UN	Oxímetro Portátil de Mão, tipo de tela LCD TFT, luz de fundo branca de LED, Alarmes; Categorias Status do paciente e do sistema, Prioridades; baixa, média, alta, Notificação: Sonora e visual. Com as seguintes características mínimas: Dimensões: 70 mm L x 156 mm A x 32 mm, Visor: 88,9 mm (3,5 pol.), medida na diagonal, Resolução: 320 x 480 pixels, Peso: 274g, mínimo 04 baterias. Frequência de Pulso: Adulto e recém nascido de 20 á 250 bpm com 03 dígitos, perfusão baixa 20 á 250 bpm, Adulto e recém nascido com movimento 20 á 250 bpm com 05 dígitos. Memória: Armazena um total mínimo de 80 horas de eventos de dados, contendo data e hora, condições do alarme, frequência de pulso. Velocidade de varredura de exibição 6,25 mm/s. Nível de volume mínimo de 45 á 80 dB, Configuração: Padrão, institucional e última configuração.	-	1.341,25	12.071,25
					TOTAL	33.610,44

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento do objeto deverá ser realizado de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 horas, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, com entrega pela Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos produtos/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações

constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

CIRUPAR COM. DE EQUIP. MEDIC. CIRURGICOS

Fabiano Martins Stokloski

Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2018 - FMS

Publicação Nº 1661521

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa DUOMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI EPP, estabelecida à Av. Brasil nº 1571, na cidade de Cambé, Estado do PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.387.226/0001-51, representada, neste ato pelo Sr. Reginaldo Jose de Almeida, CPF sob o nº 123.651.088-73, Cargo/Função Procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 021/2018-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos hospitalares para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município de Penha, conforme solicitação nº 289/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Qtd	Unid	Especificação	MARCA	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ Total
5	150	UN	Esfigmomanômetro aparelho de pressão arterial; braçadeira com manguito em PVC, de uso adulto circunferência de no mínimo 18 a 35 cm; braçadeira adulto em Nylon lavável com fechamento em velcro; válvula de metal; pera insufladora; com manômetro aneroide com escala no mínimo 0 á 300 MMHG; devem possuir número de série.	Solidor	43,50	6.525,00
11	50	KIT	Conjunto para Nebulização Infantil; máscara infantil; extensão com conector para ar comprimido ou oxigênio; copinho para a medicação.	Daru	4,77	238,50
13	30	UN	Lixeira com pedal; capacidade mínima de 30 Litros; balde removível com alça; pedal com base de aço inox; cor em inox; Dimensões mínimas: Altura:66,00 cm; Largura:31,00 cm; Profundidade:31,00 cm e Peso:3,03 KG.	Mor	153,60	4.608,00
					TOTAL	11.371,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento do objeto deverá ser realizado de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 horas, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, com entrega pela Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos produtos/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para

recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses

previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

DUOMED PROD. MEDIC. HOSP. EIRELI EPP
Reginaldo Jose de Almeida
Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2018 - FMS

Publicação Nº 1661522

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 - FMS
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ESSENCIAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO E HOSPITALARES LTDA - ME, estabelecida à Rua Prata nº 304, na cidade de Apucarana, Estado do PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.821.798/0001-96, representada, neste ato pelo Sr. José Alves de Oliveira, CPF sob o nº 634.396.039-20, Cargo/Função Procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 021/2018-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos hospitalares para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município de Penha, conforme solicitação nº 289/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Qtd	Unid	Especificação	MARCA	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ Total
1	11	UN	Otoscópio convencional com 5 espéculo; com cabo em metal cromado inoxidável; contendo 2 pilhas; revestido em capa antiderrapante; cabeçote com lâmpada regular de alta e baixa luminosidade; visor móvel; lâmpada incandescente de no mínimo 2,5V.	Riester	200,00	2.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento do objeto deverá ser realizado de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 horas, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, com entrega pela Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos produtos/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAI

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

ESSENCIAL COMER. DE PROD. MEDIC. E HOSP.
José Alves de Oliveira
Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2018 - FMS

Publicação Nº 1661523

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 - FMS
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, estabelecida à Estrada Boa Esperança nº 1918, na cidade de Rio do Sul, Estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.157.032/0001-22, representada, neste ato pelo Sr. Julio Cezar Tondolo, CPF sob o nº 541.837.900-34, Cargo/Função Procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 021/2018-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos hospitalares para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município de Penha, conforme solicitação nº 289/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Qtd	Unid	Especificação	MARCA	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ Total
8	15	UN	Braçadeira para Injeção; concha regulável de aço inoxidável em corvin; pés fixos; regulagem de altura por mandril; base esmaltada em tripé de ferro fundido; tubo de aço com mínimo 22,22mm; altura mínima de 77 cm e altura máxima no mínimo 1,15 mt.	Movei	89,60	1.344,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento do objeto deverá ser realizado de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 horas, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, com entrega pela Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

- 5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.
- 5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos produtos/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente

Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula

Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

METROMED COMER. MATERIAL MEDIC. HOSP.

Julio Cezar Tondolo

Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2018 - FMS

Publicação Nº 1661525

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, estabelecida à Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich nº 1541, na cidade de Blumenau, Estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.537.945/0001-05, representada, neste ato pelo Sr. Robson Emanuel Albano Hasckel, CPF sob o nº 063.372.779-29, Cargo/Função Procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 021/2018-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos hospitalares para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município de Penha, conforme solicitação nº 289/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Qtd	Unid	Especificação	MARCA	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ Total
10	15	UN	Suporte para Soro com Rodízios; Base em tubo retangular de aço carbono; haste em tubo de aço inox; altura regulável através de manípulo; mínimo 4 ganchos em inox; coluna receptora em aço inox; pés com ponteiros de borracha; Dimensões mínimas: Altura mínima 1000mm; Altura máxima 2600mm.	Olimedica	114,85	1.722,75

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento do objeto deverá ser realizado de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 horas, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, com entrega pela Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos produtos/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

- V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - A falta dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos;
- II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados

pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

SANIMED INSD. E COM. DE PROD. HOSP.
Robson Emanuel Albano Hasckel
Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017-PMP

Publicação Nº 1661689

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL

Objeto: prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de promover a venda de bens ou serviços, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral.

Entrega dos Envelopes: 13/08/2018 até às 09:30h. Abertura do Processo: 13/08/2018 às 10 horas. Endereço: Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC – Paço Municipal. Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do telefone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 21 de junho de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 001/2018-FMT

Publicação Nº 1661518



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018 - FMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - FMT
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, neste ato representada pelo seu Gestor, Senhor **ARNALDO DIAS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 022.747.458-97, Rua Possidonio da S. Marçal, 289, Centro, Penha/SC, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **MANOEL JOAO FRANCISCO FILHO EPP**, estabelecida à Rua Paulino da Costa nº 64, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.879.794/0001-73, representada, neste ato pelo Sr Manoel João Francisco Filho, CPF sob o nº 388.355.419-72, Cargo/Função: Proprietário/Representante Legal, doravante denominados **"FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO"**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 001/2018-FMT para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para futura locação de equipamentos estruturais (tendas, palco, banheiro químico, pavilhão, tablado e grade de proteção) para atender necessidades da Fundo Municipal de Turismo do Município, conforme solicitação nº 43/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. As estruturas deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 04 (quatro) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Quant	Unid	Especificação	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
Lote: 1			Tendas		
1	100,00	Und	Tendas 5x5m - Tipo pirâmides com 25m², medindo 5 metros de largura por 5 metros de profundidade, com o pé direito no mínimo 2,5 metros de altura em ferro galvanizado ou alumínio, cobertura em lonas brancas em ótimo estado de conservação, anti-chamas, incluindo sistema de aterramento e demais sistemas de proteção necessários ao funcionamento dos circuitos.	404,46	40.446,00
2	100,00	Und	Tendas 10x10 - Tipo pirâmides com 100m², medindo 10 metros de largura por 5 metros de profundidade, com o pé direito no mínimo 2,5 metros de altura em ferro galvanizado ou alumínio, cobertura em lonas brancas em ótimo estado de conservação, anti-chamas, incluindo sistema de aterramento e demais sistemas de proteção necessários ao funcionamento dos circuitos.	1.093,54	109.354,00

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

				Total do Lote:	149.800,00
<u>Lote: 2</u>					
Palcos e Tablado					
3	15,00	Und	Palco 6x8 semi-profissional, com piso chapeado compensado, elevado na altura mínima de 1,5 metro, forração do palco em carpe e 01 escadas se acesso.	2.027,84	30.417,60
4	10,00	Und	Palco 6x8 coberto, com toda estrutura em material alumínio e cobertura com 02 águas na cor branca.	2.654,12	26.541,20
5	5,00	Und	Palco 12x10 coberto (semi-profissional) com piso chapeado compensado, elevado na altura mínima de 1,5 metro, forração do palco em carpe e 01 escadas de acesso. Toda estrutura em material alumínio e cobertura com 02 águas na cor branca.	6.232,64	31.163,20
8	200,00	M²	Tablado de Madeira	16,39	3.278,00
				Total do Lote:	91.400,00
<u>Lote: 3</u>					
Pavilhão e Grade de Proteção					
7	3,00	Und	Pavilhão 60x40 - Pavilhão 60x40 Pé direito com no mínimo 09 metros de altura, cobertura com 02 águas e lona na cor branca e estrutura de alumínio tipo Q30 e Q50, deverá conter no mínimo 2.800m² de piso tipo deck.	38.896,00	116.688,00
9	200,00	M²	GRADE DE PROTEÇÃO	21,56	4.312,00
				Total do Lote:	121.000,00
<u>Lote: 4</u>					
Banheiro Químico					
6	150,00	Und	Banheiro Químico - Locação com fornecimento, instalação e manutenção de banheiros químicos, masculino, feminino e portadores de necessidades especiais, composto de cabine sanitária em polietileno de alta densidade, contendo caixa de dejetos, assentos, vasos sanitários, mictórios, suporte para papel higiênico, trancas nas portas e placas de identificação, com as seguintes medidas: Altura externa e mínima: 2.100mm - Altura interna mínima: 2.000mm - Largura externa mínima: 1.050mm - Profundidade externa mínima: 1.100mm. Capacidade de tanque de dejetos: mínimo 220 litros.	213,33	31.999,50
				Total do Lote:	31.999,50
				(Valores expressos em Reais R\$)	
				Total Geral:	394.199,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O objeto deverá ser fornecido pela Contratada, de forma parcelada, de acordo com Cronograma de eventos e a necessidade do Fundo Municipal de Turismo, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As locações das estruturas com preços registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir as datas para montagem e instalação dos estruturais conforme cronograma de eventos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta das estruturas, materiais ou pessoal necessários à execução do objeto, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- XI – Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus no prazo de até 04 (quatro) horas, caso constatadas divergências nas especificações dos equipamentos entregues;
- XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - Indicar os locais e horários em que deverão ser montadas as estruturas;
- II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da montagem e desmontagem, desde que observadas as normas de segurança;
- III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento das estruturas;
- IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do Fundo Municipal de Turismo.
- 9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Turismo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 21 de junho de 2018.

ARNALDO DIAS
Gestor do Fundo Municipal de Turismo
Contratante

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO EPP
Fornecedora/Contratada

TESTEMUNHAS

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018 - FMS

Publicação Nº 1660757

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de tiras reagentes para determinação quantitativa de glicose sanguínea para atender necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município, conforme solicitação nº 366/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 05/07/2018 às 09:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 20 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018 - FMS

Publicação Nº 1660797

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura colocação de películas de proteção (película pigmentada refletiva metalizada prata-fumê) para atender necessidades das Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento, Centro de Distribuição (Almoxarifado) e Secretaria de Saúde do Município, conforme solicitação nº 376/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 05/07/2018 às 14:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 20 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018 - FMS

Publicação Nº 1661234

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais de consumo e equipamentos odontológicos para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme solicitação nº 448/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 06/07/2018 às 09:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 21 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2018 - PMP

Publicação Nº 1661317

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2018-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de manta bidim para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 1752/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 09/07/2018 às 09:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 21 de junho de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 81/2018

Publicação Nº 1661022

DECRETO N.º 81/2018
NOMEIA TEMPORARIAMENTE ANGELA LUCIA SIMON

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Considerando o atestado médico da servidora efetiva FABRÍCIA SCHOENELL.

Considerando: o Edital de Processo Seletivo 03/2016 de 14 de Dezembro de 2016 e homologado em 27 de Janeiro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a partir de 19/06 a 27/06/2018, ANGELA LUCIA SIMON, para exercer as funções do cargo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "A", com carga horária de 20 horas semanais, criada pela Lei Complementar nº 49/2013 de 30 de Outubro de 2013.

Parágrafo Único: O contratado prestará seu serviço no Centro Educacional Professor José Arlindo Winter.

Art. 2.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 19 de Junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Junho/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e dezoito, no Gabinete do Prefeita, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu a cidadã ANGELA LUCIA SIMON, brasileira, solteira, natural de Concórdia/SC, com 23 anos de idade, filha de Ivan Luiz Simon e Neiva Auler Simon, admitida pelo Decreto n.º 81/2018, de 19/06/2018, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante o Prefeita do Município, Senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENE-
MENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE PROFESSOR, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pela Compromissada e pela Prefeita Municipal.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 19 do mês de Junho de 2018.

ANGELA LUCIA SIMON
Compromissada

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

DECRETO 82/2018

Publicação Nº 1661023

DECRETO N.º 82/2018
NOMEIA TEMPORARIAMENTE LUIS ENRIQUE FINGER

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Considerando o atestado médico da servidora FABRÍCIA SCHOENELL em contrato como Professor, pelo Processo Seletivo, 10 horas.

Considerando: o Edital de Processo Seletivo 03/2016 de 14 de Dezembro de 2016 e homologado em 27 de Janeiro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado a partir de 19/06 a 27/06/2018, podendo ser prorrogado, LUIS ENRIQUE FINGER, para exercer as funções do cargo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "A", com carga horária de 10 horas semanais, criada pela Lei Complementar nº 49/2013 de 30 de Outubro de 2013.

Parágrafo Único: O contratado prestará seu serviço no Centro Educacional Professor José Arlindo Winter.

Art. 2.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 19 de Junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Junho/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, no Gabinete da Prefeita, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu o cidadão LUIS ENRIQUE FINGER, brasileiro, solteiro, natural de Peritiba/SC, com 25 anos de idade, filho de Roque Finger e Sandra Nissola Finger, admitido pelo Decreto n.º 82/2018, de 19/06/2018, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR, com carga horária de 10 horas semanais, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante a Prefeita do Município, Senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE PROFESSOR, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pelo Compromissado e pela Prefeita Municipal.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 19 do mês de Junho de 2018.

LUIS ENRIQUE FINGER
Compromissado

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA Nº 05/2018

Publicação Nº 1661046

Edital de Notificação nº 05/2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI, prefeita de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:
Recursos recebidos no período de 01/04/2018 a 30/04/2018.

Rúbrica	Descrição	Valor R\$
---------	-----------	-----------

1.7.1.8.03.1.1.00.01	Transferências SUS - PAB - Piso de Atenção Básica	R\$ 31.770,00
1.7.1.8.03.1.1.00.02	Transferências SUS – PSF-Programa Saúde da Família	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.03	Transferências SUS – PACS- Agentes Com. de Saúde	R\$ 5.070,00
1.7.1.8.03.1.1.00.04	Transferências SUS – FAR - Farmácia Básica União	R\$ 1.384,31
1.7.1.8.03.1.1.00.05	Transferências SUS – E.C.D. Vig. Epidemiológica	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.06	Transferências SUS – VS- Vig. Sanitária	R\$ 2.838,77
1.7.1.8.03.1.1.00.07	Transferências SUS – PSB - Saúde Bucal	R\$ 7.500,00
1.7.1.8.03.1.1.00.08	Transferências SUS – MAC- Média e Alta Complexidade	R\$ 2.968,98
1.7.1.8.03.1.1.00.09	Transferências SUS – PMAQ- Prog. Melhoria no Acesso e Qualidade	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.10	Transferências SUS – NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.11	Outras Transferências do SUS União	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.13	Transferências SUS União - Apoio Financeiro Extraordinário	R\$ 73.008,87
1.7.1.8.04.1.1.00.01	Transferências FNAS – PSB-Proteção Social Básica	R\$ 29.203,54
1.7.1.8.04.1.1.00.02	Transferências FNAS – IGD – Suas	R\$ -
1.7.1.8.04.1.1.00.03	Transferências FNAS – IGD/BF Bolsa Família	R\$ 1.430,00
1.7.1.8.04.1.1.00.04	Transferência SUAS - Cadastro Único	R\$ -
1.7.1.8.04.1.1.00.05	Transferência SUAS - Gestão do SUAS	R\$ -
1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário Educação	R\$ 12.141,36
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Ensino Fundamental	R\$ 1.044,00
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Diretas do FNDE – PNAE- Pré - Escola	R\$ 816,20
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Creche	R\$ 2.546,60
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-AEE	R\$ 31,80
1.7.1.8.05.4.1	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Médio	R\$ 387,23
1.7.1.8.05.4.1	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Fundamental	R\$ 1.563,79
1.7.1.8.05.4.1	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Infantil	R\$ 297,86
		R\$ 174.003,31

Total dos Recursos Recebidos no Período: 174.003,31 (Cento e setenta e quatro mil e três reais e trinta e um centavos).

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122/3453-1132/3453-1142.

PERITIBA(SC), em 30 de Maio de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA Nº 06/2018

Publicação Nº 1661047

Edital de Notificação nº 05/2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI, prefeita de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/05/2018 a 31/05/2018.

Rúbrica	Descrição	Valor R\$
1.7.1.8.03.1.1.00.01	Transferências SUS - PAB - Piso de Atenção Básica	R\$ 31.770,00
1.7.1.8.03.1.1.00.02	Transferências SUS – PSF-Programa Saúde da Família	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.03	Transferências SUS – PACS- Agentes Com. de Saúde	R\$ 5.070,00
1.7.1.8.03.1.1.00.04	Transferências SUS – FAR - Farmácia Básica União	R\$ 1.384,31
1.7.1.8.03.1.1.00.05	Transferências SUS – E.C.D. Vig. Epidemiológica	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.06	Transferências SUS – VS- Vig. Sanitária	R\$ 1.172,11
1.7.1.8.03.1.1.00.07	Transferências SUS – PSB - Saúde Bucal	R\$ 7.500,00

1.7.1.8.03.1.1.00.08	Transferências SUS – MAC- Média e Alta Complexidade	R\$ 2.928,98
1.7.1.8.03.1.1.00.09	Transferências SUS – PMAQ- Prog. Melhoria no Acesso e Qualidade	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.10	Transferências SUS – NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.11	Outras Transferências do SUS União	R\$ -
1.7.1.8.03.1.1.00.13	Transferências SUS União - Apoio Financeiro Extraordinário	R\$ -
1.7.1.8.04.1.1.00.01	Transferências FNAS – PSB-Proteção Social Básica	R\$ -
1.7.1.8.04.1.1.00.02	Transferências FNAS – IGD – Suas	R\$ -
1.7.1.8.04.1.1.00.03	Transferências FNAS – IGD/BF Bolsa Família	R\$ 1.430,00
1.7.1.8.04.1.1.00.04	Transferência SUAS - Cadastro Único	R\$ -
1.7.1.8.04.1.1.00.05	Transferência SUAS - Gestão do SUAS	R\$ -
1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário Educação	R\$ 11.845,17
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Ensino Fundamental	R\$ 1.044,00
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Diretas do FNDE – PNAE- Pré - Escola	R\$ 816,20
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-Creche	R\$ 2.546,60
1.7.1.8.05.3.1	Transf. Diretas do FNDE – PNAE-AEE	R\$ 31,80
1.7.1.8.05.4.1	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Médio	R\$ 387,23
1.7.1.8.05.4.1	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Fundamental	R\$ 1.563,79
1.7.1.8.05.4.1	Transf. Diretas do FNDE – PNATE – Ensino Infantil	R\$ 297,86
		R\$ 69.788,05

Total dos Recursos Recebidos no Período: R\$ 69.788,05 (Sessenta e nove mil setecentos e oitenta e oito reais e cinco centavos)
Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122/3453-1132/3453-1142.

PERITIBA(SC), em 20 de Junho de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA 246/2018

Publicação Nº 1661027

PORTARIA Nº 246/2018
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a DAIANE MALTAURO ROOS, ocupante das funções do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 12 de Junho de 2018 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 14 de Junho de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
14/Junho/2018

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 247/2018

Publicação Nº 1661028

PORTARIA Nº 247/2018
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora FLÁVIA TEREZA ENGEL, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 14 de Junho de 2018, no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 14 de Junho de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 14/Junho/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 248/2018

Publicação Nº 1661029

PORTARIA Nº 248/2018
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ADRIANA BOLL, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR DE CONTROLE INTERNO, Grupo 2, Nível 7, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 14 de Junho de 2018 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 14 de Junho de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 14/Junho/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 249/2018

Publicação Nº 1661031

PORTARIA Nº 249/2018
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora GEISE GROSS, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, Grupo 2, Nível 6, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 15 de Junho de 2018, no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 15 de Junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 15/Junho/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 250/2018

Publicação Nº 1661035

PORTARIA Nº 250/2018

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a DULCI NOELI RAUBER BACCA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "F", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 19 de Junho de 2018, no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 19 de Junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Junho/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 251/2018

Publicação Nº 1661036

PORTARIA Nº 251/2018

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RODRIGO FABIANO RUPPENTHAL, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 19 de Junho de 2018, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 19 de Junho de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 19/Junho/2018	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

Pescaria Brava

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO CC 01/2018

Publicação Nº 1661105

Ata de Julgamento de Habilitação
CC 01/2018

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Licitação a fim de analisar os documentos de Habilitação das Empresas Proponentes e também responder às impugnações apresentadas pelas empresas BCL e SETEP em relação às Empresas licitantes Qualidade e Azza. Assim é que, após análise das documentações a Comissão conclui: quanto às impugnações apresentadas pela empresa BCL Empreendimentos Ltda, referente à Qualidade, alegando-se que esta não atendeu ao item 7.2.3 do Edital, a Comissão, tendo solicitado parecer técnico do Departamento de Planejamento e Engenharia da Prefeitura de Pescaria Brava, o qual encontra-se juntado aos autos, declara que o referido item foi atendido pela Empresa Qualidade; em relação ao item 7.4.1.1 também considerado pela BCL não atender ao Edital, a Comissão constatou que a Empresa Qualidade não deixou de apresentar o balanço patrimonial de sua empresa, ainda que tenha também apresentado um outro balanço de uma empresa diversa. No que se refere à impugnação, por parte da Empresa SETEP, alegando que a Qualidade apresentou um atestado de obra não finalizada, a Comissão decidiu que o atestado de obra não finalizada atende aos requisitos do Edital e, quanto a quesito quantitativo de terraplenagem, já se respondeu acima em relação à impugnação da Empresa BCL. Referentemente ao contrato de trabalho do engenheiro preposto com quatro horas de trabalho para a empresa Qualidade, questionado também pela empresa SETEP, a Comissão declara que não há o que questionar quanto à quantidade de hora trabalhada pelo engenheiro da empresa, haja vista que no Edital tal quantitativo não é exigido. No que diz respeito à Empresa Terraplenagem Azza Eirelli, a Comissão decidiu pela sua inabilitação em razão do descumprimento dos itens 7.2.6; 7.2.8; 7.4.1.1 (ausência de notas explicativas no balanço patrimonial); e 7.4.2 do Edital. Diante de toda a documentação analisada, a Comissão de Licitação decidiu pela Habilitação das Empresas SETEP Construções S/A; BCL Empreendimentos Ltda.; CONFER Construtora Fernandes Ltda. E Qualidade Construções & Pavimentações Ltda. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Abre-se a prazo para recurso e intemem-se as licitantes.

DECRETO 377 - NOMEIA OS MEMBROS DO CMDCA E REVOGA 374/2018

Publicação Nº 1660838

DECRETO Nº 377, de 21 de junho de 2018.

REVOGA DECRETO COM NUMERAÇÃO REPETIDA E DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E VIGÊNCIA DO MANDATO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Municipal e, à vista do contido na comunicação interna da Secretaria Municipal de Assistência Social nº 011/2018:

CONSIDERANDO, a publicação repetida de Decretos sob o n. 374/2018;

CONSIDERANDO, a necessidade de retificação de número de Decreto tendo em vista a existência de Decretos com numeração idêntica tratando de matérias diversas;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto n. 374/2018 que dispõe SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, passará a vigorar sob o n. 377/2018, com redação dada na forma abaixo:

“Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com vigência até 15/07/2020:

I – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

PRESIDENTE: Bruna Eliseu Cunha

II – REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA DE DEUS DE BARREIROS:

VICE-PRESIDENTE: Vilmar Borges

III – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

SECRETÁRIA: Dinilainy Afonso.”

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 21 de junho de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

RESULTADO AO EDITAL Nº 04/2018

Publicação Nº 1661082

De acordo com o Edital 04/2018, em que menciona a Progressão Funcional por aperfeiçoamento Profissional dos Servidores Estáveis do quadro geral de Pessoal da Prefeitura de Pescaria Brava, ficam abaixo relacionados os resultados sobre o referido edital:

Servidor	Cargo	Vencimentos
Adriana Martins Calegari Bitencourt	Merendeira	deferido
Adriana Teixeira	Auxiliar de Serviços Gerais	deferido
Cristiane Oliveira Ramos	Merendeira	deferido
Cristina Vieira Luciano	Auxiliar de Serviços Gerais	deferido
Denise Nascimento dos Santos	Odontóloga	deferido
Denise Thomaz Machado	Odontóloga	deferido
Elizabete Borges de Souza	Merendeira	deferido
Fernando Rodrigues	Técnico de Enfermagem	deferido
Gisele de Medeiros	Técnica de Enfermagem	indeferido
Gislaine Roussenq da Lapa	Auxiliar de Serviços Gerais	indeferido
Joselia Gabriel de Medeiros	Auxiliar de Serviços Gerais	deferido
Juanita Alves Izidoro	Enfermeira	deferido
Maria Aparecida Mendes de Medeiros	Auxiliar de Serviços Gerais	indeferido
Maria da Glória Espindola de Carvalho	Auxiliar de Serviços Gerais	deferido
Maria de Fátima Nascimento	Auxiliar de Serviços Gerais	deferido
Michela Paschoal Guedes	Auxiliar de Serviços Gerais	deferido
Rosângela Fernandes da Rosa Corrêa	Auxiliar de Serviços Gerais	deferido
Rosilda Neves Nunes	Auxiliar de Serviços Gerais	deferido
Terezinha do Carmo Martins Nascimento	Merendeira	deferido
Valeria Macêdo Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	deferido

Pescaria Brava/SC, 21 de Junho de 2018.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 198/2018

Publicação Nº 1661053

CONTRATO ADMINISTRATIVO 198/2018

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE BANNERS PARA DIVULGAÇÃO DA FECAPP – FESTIVAL DA CANÇÃO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JANGO INDUSTRIA GRAFICA LTA, autorizado através do Processo n. 184/2018, Licitação n. 071DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: JANGO INDUSTRIA GRAFICA LTA
CNPJ-MF nº 22.883.043/0001-03
Endereço: RUA ABRÃO BRANDALISE, 373, CENTRO,
Videira - Santa Catarina – CEP 89.560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 062DL2018, datado de 16/05/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE BANNERS PARA DIVULGAÇÃO DA FECAPP – FESTIVAL DA CANÇÃO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	BANNER EM LONA 2M X 80CM	un	1	130,00	130,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 130,00 (cento e trinta e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto
20 - PODER EXECUTIVO
2003 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 – Difusão Cultural
13 – Desenvolvimento Cultural
2.36 – ATIVIDADES CULTURAIS E FESTIVIDADES MUNICIPAIS
56 - DESPESA
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 071DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes

sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 30 de maio de 2018.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

JANGO INDUSTRIA GRAFICA LTA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI 2016

Publicação Nº 1661711

LEI Nº 2.016, DE 20 DE JUNHO DE 2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR GASTOS COM O PROJETO POETAS RUMO AO NOVO MILÊNIO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica Municipal: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar gastos com o a impressão de 1.000(mil) livros referentes ao PROJETO POETAS RUMO AO NOVO MILÊNIO, idealizado pela escola de educação básica Professora Maura de Senna Pereira em parceria com o Centro Educacional Padre Trudo Plessers. Ficando os gastos limitados em R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 20 de junho de 2018

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 310

Publicação Nº 1661868

PORTARIA N. 310, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA MEMBRO DE QUE TRATA PORTARIA Nº 275, DE 23 DE MAIO DE 2018

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a servidora Angela Domingos não poderá estar presente no dia da aplicação da prova do teste seletivo,

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia em substituição a servidora Angela Domingos, a servidora Fabiane Bogoni, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo Técnica em Enfermagem.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE JUNHO DE 2018

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

Planalto Alegre

PREFEITURA

CP01_2018

Publicação Nº 1661629

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 001/2018
Edital: CONCURSO PÚBLICO Nº001/2018
Tipo: CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018
Objeto: O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, nos termos das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontram abertas as inscrições para o Concurso Público, as inscrições serão realizadas por meio eletrônico (internet) a partir das 12 horas do dia 22 de junho de 2018 até às 12 horas do dia 20 de julho de 2018, mediante o preenchimento do requerimento disponível no site: http://sigma.concursos.srv.br , na opção correspondente ao Concurso Público do Município de Planalto Alegre/SC e o cumprimento de todos os procedimentos constantes nesse Edital.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.atende.net .
Planalto Alegre, 21 de Junho de 2018.
JUARES BET
Prefeito Municipal.

PORTARIA 238/2018

Publicação Nº 1660762

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA Nº 0238/2018

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PUBLICO, EDITAL Nº 01/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial para acompanhamento do Concurso Publico, Edital nº 01/2018, composta pelos seguintes membros:

CLEONICE GARCIA
ELIANE FATIMA BE
ELAINE ZENAIDE BRAGHINI
IVANETE DAMO BONIATTI
JUCILVANIA CECCHETTI
JURILDE FIABANI
MARILCE MAESTRI FELIPPI

Art. 2º O Serviço da Comissão será considerado de caráter relevante não sendo atribuído qualquer remuneração extra, sendo considerado atribuição do cargo.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 15 de Junho de 2018.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

PORTARIA 23.898

Publicação Nº 1661519

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.898
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR EFETIVO GUSTAVO CELANT ROEDEL.

Considerando que ao servidor que exercer funções de assessoria da contabilidade do município, nos termos do inciso XLIV, da Lei Complementar nº 296/2016;

Considerando que o servidor GUSTAVO CELANT ROEDEL realiza:

- 1- organização de documentos e efetua a classificação contábil do detalhamento da despesa por elemento e subelemento, conforme a Tabela de Detalhamento de Elementos de Despesa emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 2- análise de fonte de recurso (vínculo), conforme Tabela de Destinação da Receita Pública emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para posteriormente emitir a ordem de compra e nora de empenho da Prefeitura, Fundos e Fundação;
- 3- elaboração de relatório de controle das dotações orçamentárias, análise e acompanhamento dos empenhos de modalidade, ordinário, global e estimativo;
- 4- cadastro e atualização de informações de fornecedores, emissão do Certificado de Registro Cadastral;
- 5- orientações técnicas e práticas para os servidores da área de compras da Prefeitura, Fundos e Fundação, referente a classificação de despesa, cadastro de fornecedores, licitações e utilização do sistema de modo geral;
- 6- E-sfinge "Compras" das entidades: Município de Pomerode, Fundo Municipal de Saúde, Fundo da Assistência Social, Fundo Municipal da Criança e Adolescente, Fundetur, Funpeel e FAP.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com os Artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 296 de 01 de abril de 2016, inciso I, CONCEDER Gratificação de Função de 15% (quinze por cento) da Referência 231, ao servidor efetivo GUSTAVO CELANT ROEDEL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo- Nível I, Referência 008-A-214, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, a partir de 02 de maio de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de maio de 2018.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 24.082

Publicação Nº 1661524

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 24.082

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Pomerode combinado com o artigo 174 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 269/2014 e artigo 22 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015;

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de eventuais responsabilidades administrativas, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, praticadas pelo servidor FABIO PONQUIELLI, servidor público do Município de Pomerode, atualmente investido no cargo de vigia, matrícula nº 151777.

De acordo com o Memorando nº 35/2018/GAB, documentos e imagens anexo, subscrito pelo Secretário de Obras, Sr. Wilhelm Zilz e o Gerente de Almoxarifado deste Município Sr. Rodrigo Fabiano Doege, de que o servidor Fabio Ponquiel, em tese, teria inobservado o dever funcional previsto no artigo 149 incisos IV, VI e IX da Lei Complementar Municipal nº 269/2014, além de infringir também o disposto no artigo 150, incisos II e XI, do mesmo dispositivo legal.

Assim, nos termos da legislação acima citada, caso restar comprovado as alegações descritas, o servidor ficará sujeito a penalidade de demissão.

II – Designar os membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a comissão destinada a apurar os fatos mencionados no item I (artigo 9º e seguintes do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015).

Adilson Heidemann - Tecnólogo Educacional

Vilson Da Silva Junior – Professor Disciplina Específica

Eliana Koch Schmitt- Pedagogo

III - Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos (artigo 29 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015), podendo ser prorrogado por igual prazo.

IV – Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de junho de 2.018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 015/2018/COMAS

Publicação Nº 1661951

RESOLUÇÃO Nº 015/2018/COMAS

Dispõe sobre a nomeação de componentes para Comissão Temporária Eleitoral do Conselho Municipal de Assistência Social-COMAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária realizada no dia 29 de maio de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Temporária Eleitoral do Conselho Municipal de Assistência Social-COMAS:

I – Maria Cristina Migliori Pollnow – representante da APAE;

II – Vivien Vanessa Volkmann – representante da Secretaria de Administração Fazendária;

III – Francieli Regina da Silva – representante do Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região-SC;

IV – Aline Beatris Pruner – representante da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor em 29 de maio de 2018, data de sua homologação pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Pomerode, 30 de maio de 2018.

Tatiana de Oliveira

Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS

RESOLUÇÃO Nº 016/2018/COMAS

Publicação Nº 1661953

RESOLUÇÃO Nº 016/2018/COMAS

Dispõe sobre a nomeação de componentes para Comissão Temporária de Instância de Controle do Programa Bolsa Família do Conselho Municipal de Assistência Social-COMAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária realizada no dia 29 de maio de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão Temporária de Instância de Controle do Programa Bolsa Família do Conselho Municipal de Assistência Social-COMAS:

I – Maria Cristina Migliori Pollnow – representante da APAE

II – Kelly R. S. Zimmer – representante da Secretaria de Saúde

III – Francieli Regina da Silva – representante do Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região-SC

IV – Aline Beatris Pruner – representante da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor em 29 de maio de 2018, data de sua homologação pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Pomerode, 30 de maio de 2018.

Tatiana de Oliveira

Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO- 1773/2018

Publicação Nº 1661113

DECRETO Nº 1773/2018

ESTABELECE HORARIO DE EXPEDIENTE DURANTE JOGOS DA COPA DO MUNDO NAS REPARTIÇÕES PUBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 81, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a necessidades de Planejamento das atividades, para uma melhor prestação municipal.

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de expediente, conforme discriminado abaixo, no dia 22/06/2018, (sexta-feira), em virtude do Jogo do Brasil x Costa Rica, no âmbito da administração pública municipal.

Secretaria de Educação, Cultura e Desportos e escolas municipais: 13h às 17h

Secretaria de Saúde e Departamentos de Assistência Social: 13h às 17 h

Secretaria de Obras, Urbanismo: 13h às 17 h

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: 13h às 17h

Conselho Tutelar: período da manhã, ficará em regime de plantão, e período vespertino, o expediente ficará na unidade das 13h às 17h.

Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças: Expediente normal

Art. 2º - Fica estabelecido o horário de expediente, conforme discriminado abaixo, no dia 27/06/2018, (quarta-feira), em virtude do Jogo do Brasil x Sérvia, no âmbito da administração pública municipal.

Secretaria de Educação, Cultura e Desportos e escolas municipais: 7h às 12h

Secretaria de Saúde e Departamentos de Assistência Social: 7h às 12h

Secretaria de Obras, Urbanismo: 7h às 12h

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: 7 h às 12h

Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças: Expediente Normal

Conselho Tutelar: período da manhã, o expediente na unidade e das 8h às 12h, e período vespertino, ficará em regime de plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 1772/2018, e as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 22 de Junho de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos vinte e dois dias do mês de Junho de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2018 NEIVO

Publicação Nº 1661961

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: NEIVO LAZARETTI BOCH ME

CNPJ: 08.884.877/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM JARDINAGEM, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL E SERVIÇO DE CARPINTARIA PARA IMÓVEIS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 12.500,00 (Doze Mil e Quinhentos Reais) VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 14 de Junho de 2018 até 14 de Junho de 2019. Ponte Serrada, 21 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2018 GILBERTO

Publicação Nº 1661962

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: GILBERTO BORGES DA CRUZ MEI

CNPJ: 17.997.410/0001-51

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM JARDINAGEM, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL E SERVIÇO DE CARPINTARIA PARA IMÓVEIS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 12.495,00 (Doze Mil e Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais) VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 14 de Junho de 2018 até 14 de Junho de 2019. Ponte Serrada, 21 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2018 VALDIR

Publicação Nº 1661963

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: VALDIR LINDEN 91906970904

CNPJ: 29.712.292/0001-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM JARDINAGEM, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL E SERVIÇO DE CARPINTARIA PARA IMÓVEIS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 12.350,00 (Doze Mil e Trezentos e Cinquenta Reais) VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 14 de Junho de 2018 até 14 de Junho de 2019. Ponte Serrada, 21 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2018 MAUCOR

Publicação Nº 1661965

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
CNPJ: 80.954.555/0001-01

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS, ÓLEOS LUBRIFICANTE E GRAXA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 5.219,00 (Cinco Mil Duzentos e Dezenove Reais) VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 14 de Junho de 2018 até 14 de Junho de 2019. Ponte Serrada, 21 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2018 LUBRIFIL

Publicação Nº 1661968

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: LUBRIFIL COM. DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA
CNPJ: 01.558.657/0001-31

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS, ÓLEOS LUBRIFICANTE E GRAXA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 10.407,40 (Dez Mil Duzentos e Dezenove Reais) VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 14 de Junho de 2018 até 14 de Junho de 2019. Ponte Serrada, 21 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2018 INCERTI

Publicação Nº 1661971

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: COMERCIAL INCERTI LTDA
CNPJ: 93.437.770/0002-68

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS, ÓLEOS LUBRIFICANTE E GRAXA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 29.469,60 (Vinte e Nove Mil Quatrocentos e Sessenta e Nove Reais e Sessenta Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 14 de Junho de 2018 até 14 de Junho de 2019. Ponte Serrada, 21 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 76/2018 CIMCATARINA

Publicação Nº 1661950

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018
CONTRATO Nº 76/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA
CNPJ: 12.075.748/0001-32

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO PERIÓDICO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES POR PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE CAPACITADOS POR PERÍODO DE 01 (UM) ANO. Valor: R\$ 8.100,00 (Oito Mil e Cem reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 15 de Junho de 2018 até 15 Junho de 2019. Ponte Serrada, 21 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 77/2018 MAXI

Publicação Nº 1661954

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2018

CONTRATO Nº 77/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: MAXI SERVIÇOS MECANICOS EIRELI EPP

CNPJ: 14.958.840/0001-76

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE KIT DE EMBREAGEM NOVO DO CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 2628 CN 6x4 ANO 2011 MODELO 2012 PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. Valor: R\$ 3.580,00(Três Mil Quinhentos e Oitenta Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 19 de Junho de 2018 até 31 Dezembro de 2018. Ponte Serrada, 21 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 78/2018 MACROMAQ

Publicação Nº 1661956

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2018

CONTRATO Nº 78/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 83.675.413/0002-84

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE TURBO COMPRESSOR DA ESCAVADEIRA JCB 130 LC PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. Valor: R\$ 16.620,00 (Dezesseis Mil e Seiscentos e Vinte reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 23 de Maio de 2018 até 31 Dezembro de 2018. Ponte Serrada, 21 de Junho de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 001/2018 - FAMAP

Publicação Nº 1661885

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial Nº 001/2018 - FAMAP

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de coleta, transporte, triagem com encaminhamento para destinação final de lixo reciclável do Município de Porto Belo, conforme termo de referência descrito no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 13/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 13/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB, End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 22 de Junho de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 008/2018 - FMS

Publicação Nº 1661878

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço nº 008/2018 - FMS

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Prestação de serviços de mão de obra de elétrica, pintura, pedreiro/carpinteiro e serviços gerais para manutenção predial preventiva e corretiva, no atendimento da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porto Belo/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 12/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 12/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB, End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 227 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 22 de Junho de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 005/2018 - PMPB

Publicação Nº 1661873

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço nº 005/2018 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com o fornecimento de material para as obras de Ampliação do Centro de Atendimento ao Turista (Etapa 01), no bairro Centro, no Município de Porto Belo/SC, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro e com o Anexo I, parte integrante deste Edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 09/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 09/07/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB, End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 22 de Junho de 2018.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 035/2018 - PMPB

Publicação Nº 1661875

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
Tomada de Preço nº 004/2018 - PMPB

CONTRATO Nº 035/2018 – PMPB

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com o fornecimento de material para as obras de Reforma do Ginásio de Esportes Municipal Antônio Brito, no bairro Vila Nova, no Município de Porto Belo/SC, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, e em conformidade com o Anexo I, parte integrante deste Edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: Santos e Santana Empreiteira de Mão de Obra Ltda EPP

VALOR: 372.959,30 (Trezentos e setenta e dois mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos)

PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 90 (noventa) dias

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES

DATA DA ASSINATURA: 20/06/2018

Porto Belo, 20 de Junho de 2018.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2648, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661734

LEI MUNICIPAL Nº 2648, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Institui o Banco de Armação de Óculos para fornecimento gratuito no Município de Porto Belo e dá outras providências. Autores: Vereadores Diogo dos Santos e Marcos Venicius Marques.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Banco de Armação de Óculos para fornecimento gratuito de armações de óculos, provenientes de doações às pessoas carentes.

Parágrafo Único. Os beneficiados com esta Lei deverão apresentar receituário que ateste a necessidade do uso de óculos.

Art. 2º As doações de armação de óculos podem ser realizadas por qualquer pessoa física e jurídica na Secretaria de Saúde de Porto Belo. Parágrafo Único. A Secretaria de Saúde poderá disponibilizar urnas coletoras em locais definidos pela mesma para as doações.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias com empresas de óticas da cidade, para que ofereçam descontos aos beneficiados com esta lei, na venda das lentes de grau para as armações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2649, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661748

LEI MUNICIPAL Nº 2649, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Estabelece critérios para a contratação de fornecedores na forma da Lei Ficha Limpa, visando proteger a probidade e a moralidade na Administração Municipal nos Poderes Executivo e Legislativo e dá outras providências. Autor: Vereador Altino Torquato dos Santos Junior.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que

a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidos critérios para a contratação de fornecedores, com o intuito de proteger a moralidade administrativa e evitar o abuso do poder econômico e político.

Art. 2º Fica vedada a contratação de fornecedores no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo no Município de Porto Belo que estiverem enquadrados nas seguintes hipóteses:

I - Os que tenham contra sua pessoa ou a empresa representação julgada procedente pela Justiça, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político.

II - Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

- a) Contra a economia popular, a fé pública, a fazenda pública, a administração pública e o patrimônio público;
- b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
- c) contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- e) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismos e os crimes hediondos;
- f) de redução à condição análoga à de escravo;
- g) contra a vida e a dignidade sexual; e
- h) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

Art. 3º Será expressamente vedada a contratação de fornecedores que estiverem enquadrados nas hipóteses no artigo anterior.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência a presente Lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entenderem necessários para o cumprimento de suas disposições.

Art. 5º Os poderes Executivo e Legislativo, farão menção da presente lei nos seus atos licitatórios, tais como: editais, de chamadas públicas para contratação nas diversas modalidades.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2650, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661751

LEI MUNICIPAL Nº 2650, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Altera e acrescenta parágrafo único ao artigo 4º da Lei Municipal nº 2514/2017 e dá outras providências. Autora: Vereadora Silvana Nunes Stadler.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 2514, de 29 de maio de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º Ficam a Fundação Municipal de Cultura, a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura e a Secretaria Municipal de Educação, incumbidas de difundir a existência e a importância destas práticas, nas suas oficinas de "cultura popular" e nas Escolas Públicas e Particulares por meio de matérias extracurriculares, a fim de manter viva essa tradição em nosso Município, através de ações, eventos, entre outras maneiras de divulgação, demonstrando seus valores econômicos e históricos.

Parágrafo Único. Dentre os eventos organizados para cumprir a exigência contida no Artigo 4º desta lei, caberá ao Poder Público Municipal, sob a responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura e da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura, e com apoio da sociedade civil organizada, a realização de uma "Missa alusiva ao início da pesca da Tainha" no município, a qual passará a ser reconhecida, também, como patrimônio histórico cultural material e imaterial do Município.

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Municipal nº 2514, de 29 de maio de 2017, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2651, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661753

LEI MUNICIPAL Nº 2651, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Declara patrimônio Cultural Material do Município de Porto Belo a Bica da Carioca e dá outras providências. Autor: Vereador Diogo dos Santos.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica declarado como Patrimônio Cultural Material do Município de Porto Belo a Bica da Carioca, localizada no bairro Centro.

Art. 2º A Bica da Carioca foi construída no final do século 18, por volta de 1774/1745, por mão de obra escrava sob o comando do Alferes José Rebelo, um grande agricultor de arroz e foi o primeiro a experimentar o café e trazê-lo para a região.

Parágrafo Único. A Bica da Carioca foi o local que durante muito tempo abasteceu várias famílias, fornecendo água potável aos moradores, até aproximadamente a década de 1960, de forma efetiva.

Art. 3º A Bica da Carioca foi registrada no ano de 2003, no Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos (CNSA).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2652, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661754

LEI MUNICIPAL Nº 2652, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Institui o "Projeto Orientação Profissional" que dispõe sobre a semana da orientação profissional para o primeiro emprego nas Escolas Públicas Municipais e dá outras providências. Autor: Vereador Diogo dos Santos.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Projeto Orientação Profissional" que dispõe sobre a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego, a ser realizada, anualmente, no mês de novembro.

Art. 2º Na semana a que se refere o art. 1º (primeiro) desta Lei, as escolas públicas municipais poderão realizar atividades destinadas a orientação profissional dos alunos devidamente matriculados no 9º (nono) ano do ensino fundamental.

Art. 3º O conjunto de atividades mencionadas no art. 2º desta lei tem o objetivo de:

I. informar aos estudantes quais são as principais profissões existentes no mercado de trabalho e seus requisitos para ingresso;

II. esclarecer os estudantes a respeito das atribuições e tarefas das principais profissões existentes no mercado de trabalho;

III. apresentar e esclarecer dúvidas acerca da Lei 10.097/2000, conhecida como: Lei da Aprendizagem;

IV. esclarecer dúvidas sobre os contratos de aprendizagem;

V. informar sobre as agendas, associações profissionalizantes, programas, órgãos e/ou entidades que incentivam a contratação de menores aprendizes.

Art. 4º As atividades consistirão em exposições durante as aulas, palestras, entrevistas, discussões em grupos e demais recursos didáticos disponíveis.

Art. 5º Para a melhor consecução dos objetivos do "Projeto Orientação Profissional", a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com outras secretarias e/ou fundações e a entidade escolar, poderão convidar profissionais de várias áreas para proferirem palestras, discutindo sobre as suas experiências profissionais, bem como realizar atividades pedagógicas em conjunto com os professores, alunos e demais convidados.

Art. 6º Para execução da presente lei deve-se privilegiar ações que não impliquem ônus para o Poder Público Municipal.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, se necessário, regulamentar esta lei através de Decreto Municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2653, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661770

LEI MUNICIPAL Nº 2653, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 2266/2015 e dá outras providências. Autora: Vereadora Rosaura de Oliveira Rodrigues.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 2266/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Poder Executivo manterá organizado um banco de dados destinado a dar publicidade, bem como elaborar políticas públicas voltadas ao combate da violência contra a mulher, preservando o sigilo de identidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2654, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661784

LEI MUNICIPAL Nº 2654, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre o Reconhecimento de Despesas de Exercício Anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a reconhecer despesas do exercício de 2015, no valor de R\$ 141.156,47 (Cento e quarenta e um mil e cento e cinquenta e seus reais e quarenta e sete centavos), devidamente corrigido pelo IPCA-E (IBGE), para 162.730,85 (Cento e sessenta e dois mil, setecentos e trinta reais e oitenta e cinco centavos), em favor de Omar Camargo Filho e sua esposa Glória Maria Leão Camargo.

Art. 2º A despesa constante no art. 1º refere-se a Desapropriação autorizada pelo Decreto Municipal nº 1351, de 22 de junho de 2015, para a ampliação do Cemitério Municipal, sendo que a área já é utilizada pelo Município desde 2015.

Art. 3º Para a execução da presente Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar na importância de R\$ 162.730,85 (Cento e sessenta e dois mil, setecentos e trinta reais e oitenta e cinco centavos) na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451 – Infra-estrutura Urbana

Programa: 0005 – Transporte e Obras: eficiente e com qualidade

Projeto: 1.010 – Desapropriação de Imóveis

Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.5000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 162.730,85

Art. 4º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2017 por conta de Recursos Ordinários na mesma importância.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2489, de 30 de março de 2017.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2655, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661787

LEI MUNICIPAL Nº 2655, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Altera os dispositivos que menciona da Lei Municipal nº 2228/2014, que autorizou o Município de Porto Belo a conceder incentivos fiscais, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 2228, de 26 de novembro de 2014, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º

I - Doará ao Município de Porto Belo uma área de aproximadamente 1.300,00 m².

§ 3º A pavimentação de que trata o inciso III do artigo 7º será realizado em parceria com o Município de Porto Belo, responsável pela drenagem da via, e deverá ser finalizada até dezembro de 2018.

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Municipal nº 2228, de 26 de novembro de 2014, com suas alterações posteriores, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2656, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661791

LEI MUNICIPAL Nº 2656, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Autoriza o Município de Porto Belo a conceder Subvenção Social por meio de Termo de Fomento a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a conceder subvenção social por meio de Termo de Fomento a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 79.424.255/0001-31, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 3016, Bairro Centro, neste Município.

Art. 2º O objeto da subvenção consiste na manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Porto Belo, visando promover e oportunizar vivências que contribuam para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.

§ 1º Para a execução da parceria de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Porto Belo repassará a entidade através de subvenção social firmada por Termo de Colaboração, com fulcro na Lei Federal nº 13019/2014, o valor total de R\$ 155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais), divididos em 6 (seis) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) e as demais no valor de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais).

§ 2º O repasse da primeira parcela ocorrerá no mês de junho de 2018.

§ 3º O repasse das parcelas subsequentes estarão condicionadas à apresentação da Prestação de Contas da parcela anterior, nos moldes da Lei Federal nº 13019/2014 c/c IN14/2012 TCE/SC.

Art. 3º Para a assinatura da Concessão a entidade deverá apresentar toda a documentação necessária em conformidade com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e da Lei Federal nº 13019, de 31 de julho de 2014.

Art. 4º A concessão a ser firmada vigorará até 31 de dezembro de 2017, podendo, a critério do Município, ser renovado para o exercício financeiro seguinte, nos mesmos moldes, forma e condições do primitivo.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

Art. 6º O instrumento de concessão da subvenção poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso não seja efetuada a prestação de contas dentro de 60 (sessenta) dias contados do pagamento da parcela.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2657, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1661820

LEI MUNICIPAL Nº 2657, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de treinamento de primeiros socorros por professores e demais servidores que tenham contato direto com os alunos das Escolas e Núcleos de Desenvolvimento Infantil da Rede Pública e Particular no Município de Porto Belo e dá outras providências. Autor: Vereador Diogo dos Santos.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º As Escolas e Núcleos de Desenvolvimento Infantil da Rede Pública e particulares do Município de Porto Belo, ficam obrigadas a receber treinamento de primeiros socorros aos seus professores e demais servidores que possuam contato direto com os alunos.

Art. 2º Os treinamentos poderão ser ministrados pelo Corpo de Bombeiros do Município de Porto Belo ou entidades e instituições especializadas, em atividade no Município.

Parágrafo Único. O treinamento será de periodicidade anual e deverá ter a participação dos professores das unidades de ensino e demais servidores que possuam contato direto com os alunos.

Art. 3º As unidades de ensino da Rede Pública e particulares deverão manter kits de primeiros socorros à disposição em suas dependências.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, se necessário, regulamentar esta lei no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de junho de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 465/2018

Publicação Nº 1660775

DECRETO Nº 465, de 18 de maio de 2018.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.472, de 05 de julho de 2017 (LDO) e 4.506, de 14 de dezembro de 2017 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, o valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0205 – SEC. MUN. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE		
ATIVIDADE	2008 – Manutenção Sec. Mun. de Finanças e Contabilidade		
MODALIDADE	3390 – 239 – Aplicações Diretas	196	5.000,00
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		
ATIVIDADE	2016 – Manutenção Sec. Mun. Transp. Obras e Servs. Públ.		
MODALIDADE	3390 – 239 – Aplicações Diretas	189	110.000,00
MODALIDADE	3390 – 240 – Aplicações Diretas	199	30.000,00
PROJETO	1012 – Pavimentação Vias Urbanas		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	23	100.000,00
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	0035 – Contribuição ao Pasep		
MODALIDADE	3390 – 239 – Aplicações Diretas	195	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			250.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, nas respectivas Fontes de Recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de maio de 2018.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO 037/2018 - FAS

Publicação Nº 1660905

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 037/2018 - FAS

Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos LTDA- EPP

Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.

Valor: R\$ 35.413,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos e treze reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 009/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Jackiw Atacadista de Alimentos LTDA- EPP

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 038/2018 - FAS

Publicação Nº 1660911

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 038/2018 - FAS
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera LTDA
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.
Valor: R\$37.615,20 (trinta e sete mil, seiscentos e quinze reais e vinte centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 009/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Mercado Kosera LTDA
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 039/2018 - FAS

Publicação Nº 1660923

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 039/2018 - FAS
Partes: Município de Porto União e Anamir Terezinha Boscatto – EPP
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.
Valor: R\$5.254,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 009/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Anamir Terezinha Boscatto – EPP
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 040/2018 - FAS

Publicação Nº 1660927

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 040/2018 - FAS
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli LTDA EPP
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.
Valor: R\$ 34.106,34 (trinta e quatro mil, cento e seis reais e trinta e quatro centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 009/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Supermercado Dukelli LTDA EPP
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 058/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1660807

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 058/2018 - Educação
Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda
Objeto: Fornecimento de 4.600 (quatro mil e seiscentas) passagens para professores, funcionários e estagiários da Secretaria Municipal da Educação, referente a linha Porto União / São Pedro do Timbó / Porto União.
Valor: 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 003/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Bitur Transportadora Turística Ltda
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 059/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1660935

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 059/2018 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Frai Vest Comércio de Vestuário LTDA-ME
Objeto: Fornecimento de calçados escolares.
Valor: R\$153.554,24 (cento e cinquenta e três mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 008/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Frai Vest Comércio de Vestuário LTDA-ME
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 060/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1660883

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 060/2018 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e M Mobile Eireli
Objeto: Fornecimento de mobiliário.
Valor: R\$ 8.059,00 (oito mil e cinquenta e nove reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
M Mobile Eireli
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 061/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1660885

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 061/2018 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Móveis Andriei LTDA – ME.
Objeto: Fornecimento de mobiliário.
Valor: R\$ 8.138,00 (oito mil cento e trinta e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Móveis Andriei LTDA – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 062/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1660888

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 062/2018 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Riquesse Móveis LTDA EPP
Objeto: Fornecimento de mobiliário.
Valor: R\$ 6.425,00 (seis mil quatrocentos e vinte e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Riquesse Móveis LTDA EPP
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 063/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1660857

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 063/2018 - EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Ederson Larsen 05222344967.
Objeto: Fornecimento de monitor LCD e câmeras de ré, incluindo o equipamento e sua devida instalação.
Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 075/2018 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Ederson Larsen 05222344967.
Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 139/2018

Publicação Nº 1660736

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 139/2018
Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.
Objeto: Fornecimento de 900 (novecentas) passagens para os pacientes do Sistema Único de Saúde que residem nos Distritos até São Pedro do Timbó e realizam tratamento de saúde no município de Porto União referente a linha Porto União / São Pedro do Timbó / Porto União.
Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 007/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Bitur Transportadora Turística Ltda.
Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 140/2018

Publicação Nº 1660844

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 140/2018
Partes: Município de Porto União e W.F. Comércio e Distribuição de Gás Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de cargas de gás.
Valor: R\$ 7.735,00 (sete mil, setecentos e trinta e cinco reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 074/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
W.F. Comércio e Distribuição de Gás Ltda – ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 141/2018

Publicação Nº 1660831

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 141/2018
Partes: Município de Porto União e Banco Santander S.A.
Objeto: Prestação de Serviços Bancários.
Valor: R\$ 921.000,00 (novecentos e vinte e um mil reais)
Vigência: 60 (sessenta) meses.
Base legal: Pregão Presencial 067/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Banco Santander S.A.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 142/2018

Publicação Nº 1660794

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 142/2018

Partes: Município de Porto União e Copel Distribuição S.A.

Objeto: a contratação da COPEL DIS, para arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, doravante denominada CIP, para o MUNICÍPIO, nos termos estabelecidos na Lei municipal nº 015/2002 de 27/12/2002.

Valor: A CIP será incluída nas notas fiscais contas de energia elétrica dos consumidores/contribuintes, de forma destacada.

Vigência: 05 (cinco) anos

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 019/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Copel Distribuição S.A.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 143/2018

Publicação Nº 1660743

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 143/2018

Partes: Município de Porto União e Agenor Luis Silveira.

Objeto: Contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.

Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.

Vigência: 60 (sessenta) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 008/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Agenor Luis Silveira.

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 144/2018

Publicação Nº 1660746

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 144/2018

Partes: Município de Porto União e Júlio Ramos Luz.

Objeto: Contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.

Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.

Vigência: 60 (sessenta) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 009/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Júlio Ramos Luz.

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 145/2018

Publicação Nº 1660749

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 145/2018

Partes: Município de Porto União e Michele P. da Rosa Sandor.

Objeto: Contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.

Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.

Vigência: 60 (sessenta) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 010/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Michele P. da Rosa Sandor.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 146/2018

Publicação Nº 1660752

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 146/2018
Partes: Município de Porto União e Daniel Elias Garcia
Objeto: Contratação de leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.
Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.
Vigência: 60 (sessenta) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 011/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Daniel Elias Garcia.
Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 147/2018

Publicação Nº 1660754

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 147/2018
Partes: Município de Porto União e Valmir Antonio Claudino
Objeto: Contratação de leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.
Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.
Vigência: 60 (sessenta) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 012/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Valmir Antonio Claudino.
Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 148/2018

Publicação Nº 1660778

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 148/2018
Partes: Município de Porto União e Marcus Rogério Araújo Samoel
Objeto: Contratação de leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.
Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.
Vigência: 60 (sessenta) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 013/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Marcus Rogério Araújo Samoel
Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 149/2018

Publicação Nº 1660780

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 149/2018
Partes: Município de Porto União e Anderson Luchtenberg
Objeto: Contratação de leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.

Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.
Vigência: 60 (sessenta) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 014/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Anderson Luchtenberg.
Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 150/2018

Publicação N° 1660783

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 150/2018
Partes: Município de Porto União e Paulo Roberto Worm.
Objeto: Contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.
Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.
Vigência: 60 (sessenta) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 015/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Paulo Roberto Worm.
Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 151/2018

Publicação N° 1660786

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 151/2018
Partes: Município de Porto União e Roger Wenning.
Objeto: Contratação de leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.
Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.
Vigência: 60 (sessenta) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 016/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Roger Wenning.
Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 152/2018

Publicação N° 1660790

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 152/2018
Partes: Município de Porto União e Diórgenes Valério Jorge.
Objeto: Contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.
Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.
Vigência: 60 (sessenta) meses.
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 017/2018, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 07 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Diórgenes Valério Jorge.
Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 153/2018

Publicação N° 1660791

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 153/2018

Partes: Município de Porto União e Simone Wenning.

Objeto: Contratação de um leiloeiro oficial para realizar leilões de bens inservíveis a municipalidade.

Valor: Pela prestação dos serviços, o Leiloeiro(a) Oficial Credenciado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de cada bem alienado.

Vigência: 60 (sessenta) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 018/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Simone Wenning

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO 157/2018

Publicação N° 1660841

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 157/2018

Partes: Município de Porto União e Vinicius Roncaglio – ME

Objeto: Contratação de serviços gráficos.

Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 069/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Vinicius Roncaglio – ME

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 158/2018

Publicação N° 1660853

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 158/2018.

Partes: Município de Porto União e Ederson Larsen 05222344967.

Objeto: Fornecimento de monitor LCD e câmeras de ré, incluindo o equipamento e sua devida instalação.

Valor: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 075/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Ederson Larsen 05222344967.

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 138/2018

Publicação N° 1660818

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 138/2018

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 118/2017

Partes: Município de Porto União e Altevir Augusto Dembinski-ME

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de junho de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 154/2018

Publicação Nº 1660817

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 154/2018
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 120/2017
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 155/2018

Publicação Nº 1660816

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 155/2018
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 121/2017
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 156/2018

Publicação Nº 1660811

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 156/2018
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 122/2017
Partes: Município de Porto União e Altevir Augusto Dembinski - ME

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 009/2018 - FAS

Publicação Nº 1660893

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 012/2018 - FAS
Pregão Presencial 009/2018
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Supermercado Dukelli LTDA EPP, Anamir Terezinha Boscatto – EPP, Mercado Koseira LTDA e Jackiw Atacadista de Alimentos LTDA-EPP

Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação N° 1660819

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 011/2018 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 008/2018
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Frai Vest Comércio de Vestuário LTDA-ME

Porto União SC, 07 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação N° 1660881

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 013/2018 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 010/2018
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Richesse Móveis LTDA EPP, M Mobile Eireli – ME, Móveis Andriei LTDA – ME.

Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 067/2018

Publicação N° 1660829

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 092/2018
Pregão Presencial 067/2018
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Banco Santander S.A.

Porto União SC, 06 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 069/2018

Publicação N° 1660837

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 095/2018.
Pregão Presencial 069/2018
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Vinicius Roncaglio – ME
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 074/2018

Publicação N° 1660842

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 105/2018
Pregão Presencial 074/2018
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
W.F. Comércio e Distribuição de Gás Ltda – ME

Porto União SC, 05 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 075/2018

Publicação N° 1660849

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 107/2018.
Pregão Presencial 075/2018
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Ederson Larsen 05222344967
Porto União SC, 08 de junho de 2018.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

Pouso Redondo

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO CC 04 2018 PROCESSO 69 2018

Publicação Nº 1661701

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – CONCORRENCIA Nº 04/2018/ PROCESSO Nº069/2018

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a retificação do Edital de CONCORRÊNCIA Nº 04/2018, DE OBJETO: Exploração a título de CONCESSÃO DE USO do serviço público de Transporte Coletivo de Passageiros no âmbito do Município.. Onde acrescenta-se ao edital a exigência da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no mesmo endereço, no site www.pousoredondo.sc.gov.br, e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700/ 8737.

Pouso Redondo, 21 de Junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PP 058 2018

Publicação Nº 1660943

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2018/ PROCESSO Nº074/2018

retificação do Edital de Pregão Presencial nº 58/2018, DE OBJETO: Aquisição de cinco celulares, para uso da Secretaria de Administração, no uso do Drone., ficando retificado o objeto passando a ser: Aquisição de 02 (Dois) celulares para uso nas Secretarias de Planejamento e Meio Ambiente no uso do Drone. Em virtude desta alteração REPUBLICA-SE, estabelecendo nova data de abertura de habilitação e julgamento das propostas para dia 06 de JULHO de 2018 as 09:00 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no mesmo endereço, no site www.pousoredondo.sc.gov.br, e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700/ 8737.

Pouso Redondo, 21 de Junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 20/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1661093

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2017

CONTRATO Nº. 20/2018 – 4º ADITIVO CONTRATO N.º 01/2018

CONTRATADO: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA

DO OBJETO: SUPRIMIR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 04/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍSEL S-500) EM R\$ 0,4309 PARA OS VEÍCULOS DO SAMAE, TENDO EM VISTA A REEDIFICAÇÕES O PRESIDENTE DA REPÚBLICA TOMOU A MEDIDA ENTRE AS QUAIS A REDUÇÃO ÓLEO DIESEL DA BOMBA DO POSTO DE COMBUSTÍVEL.

DO VALOR: R\$ 12.792,00

DA VIGÊNCIA: 20/06/2018 à 31/12/2018.

PRAIA GRANDE – SC, 20 de Junho de 2018.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

CONTRATO 38/2018 - SAUDE

Publicação Nº 1661079

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE

COMPRA DIRETA Nº 41/2018

CONTRATO Nº38/2018

CONTRATADO: CENTRO DE REABILITAÇÃO HUMANA DO VALE DE ARARANGUA

OBJETO: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, POR MEIO DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS NO TRATAMENTO DE PESSOAS PARA ADULTOS E ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, QUE OFEREÇAM ATENDIMENTO PARA INTERNAÇÕES: VOLUNTÁRIA, INVOLUNTÁRIA, E COMPULSÓRIA, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

DO VALOR: R\$ 7.322,00

DA VIGÊNCIA: 08/06/2018 à 31/12/2018.

Praia Grande, 08 de Junho de 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO 39/2018 - SAUDE

Publicação Nº 1661083

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 34/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2017

CONTRATO Nº. 39/2018 – 4º ADITIVO CONTRATO N.º 04/2018

CONTRATADO: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA

OBJETO: SUPRIMIR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 04/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍSEL S-500) EM R\$ 0,4309 PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TENDO EM VISTA A REEDIFICAÇÕES O PRESIDENTE DA REPÚBLICA TOMOU A MEDIDA ENTRE AS QUAIS A REDUÇÃO ÓLEO DIESEL DA BOMBA DO POSTO DE COMBUSTÍVEL.

DO VALOR: R\$ 31.980,00

DA VIGÊNCIA: 15/06/2018 à 31/12/2018.

Praia Grande, 15 de Junho de 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO 40/2018 - SAUDE

Publicação Nº 1661088

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 34/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2017
CONTRATO N.º. 40/2018 – 2.º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N.º 06/2018
CONTRATADO: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
OBJETO: É SUPRIMIR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 12/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍSEL S-10) EM R\$ 0,301 PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TENDO EM VISTA A REEDIFICAÇÕES O PRESIDENTE DA REPUBLICA TOMOU A MEDIDA ENTRE AS QUAIS A REDUÇÃO ÓLEO DIESEL DA BOMBA DO POSTO DE COMBUSTÍVEL.
DO VALOR: R\$ 82.475,00
DA VIGENCIA: 20/06/2018 À 31/12/2018.
Praia Grande, 20 de Junho de 2018.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

CONTRATO 58/2018 - PREFEITURA ERRATA

Publicação Nº 1661074

ERRATA: ONDE LÊ-SE A PUBLICAÇÃO REFERENTE AO CONTRATO N.º 58/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2018, COM CARTA CONVITE N.º 01/2018 PUBLICADO NA PÁGINA 883 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE 09/05/2018, LEIA-SE A PUBLICAÇÃO ABAIXO:
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2018
CARTA CONVITE Nº 01/2018
CONTRATO Nº 58/2018 - 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N.º 22/2018
CONTRATADA: DIENNIFER CARVALHO DA ROSA
OBJETO: OBJETO O ACRÉSCIMO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DE HORAS DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, EM 19/01/2018 NOS TERMOS PREVISTOS DO CONTRATO Nº 22/2018.
DO VALOR: 35.520,00
DA VIGENCIA: 02/05/2018 À 31/12/2018.
Praia Grande, 02 de Maio de 2018.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

CONTRATO 74/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1661075

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 95/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2017
CONTRATO N.º. 74/2018 – 4º ADITIVO CONTRATO N.º 13/2018
CONTRATADO: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA
OBJETO: SUPRIMIR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 04/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍSEL S-500) EM R\$ 0,4309 PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, TENDO EM VISTA A REEDIFICAÇÕES O PRESIDENTE DA REPUBLICA TOMOU A MEDIDA ENTRE AS QUAIS A REDUÇÃO ÓLEO DIESEL DA BOMBA DO POSTO DE COMBUSTÍVEL.
DA VIGENCIA: 15/06/2018 à 31/12/2018.
Praia Grande, 15 de Junho de 2018.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

CONTRATO 75/2018- PREFEITURA

Publicação Nº 1661076

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 95/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2017
CONTRATO N.º. 75/2018 – 2º ADITIVO CONTRATO N.º 12/2018
CONTRATADO: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
OBJETO: SUPRIMIR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 12/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍSEL S-10) EM

R\$ 0,301 PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, TENDO EM VISTA A REEDIFICAÇÕES O PRESIDENTE DA REPUBLICA TOMOU A MEDIDA ENTRE AS QUAIS A REDUÇÃO ÓLEO DIESEL DA BOMBA DO POSTO DE COMBUSTÍVEL.

DA VIGENCIA: 20/06/2018 à 31/12/2018.

Praia Grande, 20 de Junho de 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 29.2018 - PM - PAGNUSSATI

Publicação Nº 1661224

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: PAGNUSSATI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO EIREI - EPP

Contrato: 29/2018-PM

Processo Licitatório: 34/2018-PM

Tomada de Preços: 02/2018-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação aplicável.

Objeto: "Contratação de Pessoa Jurídica para pavimentação com pedras irregulares em trechos na Rua Três de Maio, Avenida Santo Cristo e Avenida XV de Novembro, no Município de Princesa/SC."

Data da Assinatura: 22.06.2018

Data da Publicação: 22.06.2018

Vigência: 22.06.2018 a 22.11.2018

Valor total do Contrato: R\$ 319.120,10 (trezentos e dezenove mil, cento e vinte reais com dez centavos)

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente ao da execução do serviço.

EXTRATO CONTRATO 30.2018 - PM - CIASC

Publicação Nº 1661747

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC

Contrato: 29/2018-PM

Processo Licitatório: 54/2018-PM

Dispensa de Licitação: 13/2018-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação aplicável.

Objeto: "Contratação do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC, objetivando a cessão de direito de uso do sistema integrado de multas"

Data da Assinatura: 22.06.2018

Data da Publicação: 22.06.2018

Vigência: 07.07.2018 a 07.07.2022

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente ao da execução do serviço.

PORTARIA Nº. 71 DE 21.06.2018

Publicação Nº 1661068

PORTARIA Nº. 71, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

TRANSFERE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. TRANSFERIR, lotação da funcionária Pública Municipal Sra. LISETTE BUENO, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 21 de Junho de 2018 por tempo indeterminado.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente de cada secretaria onde a servidora estiver lotada.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 21 de Junho de 2018.

Edílson M. Volkweis

Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

AVISO 74/2018

Publicação Nº 1661586

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 74/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2018
Tipo : Menor Preço/Por Lote
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAIS PARA USO NA HORTA COMUNITÁRIA.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 04/07/2018.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 04/07/2018.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Avenida Primo Alberto Bodanese nº 791, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br .
QUILOMBO, 21 de Junho 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO RP 75-2018

Publicação Nº 1661756

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 75/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2018
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA REALIZAÇÃO DE DRENAGENS DE RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, VISANDO A APLICAÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SDS.
Entrega dos Envelopes : 14:00 horas do dia 04/07/2018.
Abertura dos Envelopes : 14:10 horas do dia 04/07/2018.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Avenida Primo Alberto Bodanese nº 791, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br .
QUILOMBO, 21 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº.: 2018TR000551

Publicação Nº 1661584

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
EXTRATO DE CONVÊNIO
Convênio nº.: 2018TR000551

Objeto : Pavimentação de Parte da Estrada Geral Municipal 015 (Acesso Cemitério)

Finalidade: Assegurar mobilidade de qualidade à população e contribuir no desenvolvimento do município.

Valor do Repasse: R\$ 42.516,77

Valor de Contrapartida: R\$ 60.135,99

Mês de Liberação Recurso: 06/2018

Via a ser Pavimentada: Parte da Estrada Municipal 015 (Acesso Cemitério municipal).

O Prefeito Municipal de Quilombo - SC, torna público o Termo de Convênio assinado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Quilombo (SC).

QUILOMBO, 21 de Junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Rancho Queimado

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO 24

Publicação Nº 1661349

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

ATO CONVOCATÓRIO XXIV

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, informa e convoca os candidatos abaixo, aprovados através do Concurso Público nº 01/2017, a comparecerem no Setor Pessoal para manifestar seu interesse de ingressar no quadro da Administração Municipal:

- ANACEILDE DE ALMEIDA FARIAS

Rancho Queimado, em 21 de junho de 2018.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2018.

Publicação Nº 1661746

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2018. Contratante: Município de Rancho Queimado. Colaboradora: Sociedade Esportiva, Recreativa, Cultural e Social Acelera Rancho. Objeto: Apoio financeiro da administração pública municipal para a execução de evento esportivo que já ocorre no município de Rancho Queimado no mínimo há 2 (dois) anos, ademais, o mesmo deve fomentar o nome do Município para difusão do turismo da região, para atender ao interesse público do município de Rancho Queimado - SC, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Valor total: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Vigência: até 31/12/2018. Assinatura: 21/06/2018. CLECI APARECIDA VERONEZI – Prefeita Municipal.

PORTARIA 138-2018 NOMEIA LUIZ F JUNGKLAUS MOTORISTA DE AMBULANCIA

Publicação Nº 1660898

PORTARIANº 138/2018
NOMEIA SERVIDOR EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE:

NOMEAR, LUIZ FERNANDO JUNGKLAUS, brasileiro, união estável, portador do RG nº 4.297.090, inscrito no CPF sob o nº 059.847.299-11, para exercer o Cargo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA com as atribuições constantes no Anexo I da Lei Complementar nº 01/2016, com vencimento mensal de R\$ 1.812,56 (um mil oitocentos e doze reais, e cinquenta e seis centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a referida Lei Complementar.

Fica o Servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde, tendo sido aprovado no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 13 de junho de 2017, no qual obteve 5ª colocação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 21 de junho de 2018.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

PORTARIA 139-2018 EXONERA A PEDIDO MARCOS A RIBEIRO AG OPERACIONAL I

Publicação Nº 1660900

PORTARIANº 139/2018
CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município

de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO MARCOS ANTONIO RIBEIRO, do cargo efetivo de Agente Operacional I, conforme requerimento datado de 21 de junho de 2018, a partir desta data.

Rancho Queimado, em 21 de junho de 2018.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 140-2018 NOMEIA MARCOS ANT RIBEIRO MOTORISTA I TRANSP ESCOLAR

Publicação Nº 1660901

PORTARIANº 140/2018
NOMEIA SERVIDOR EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE:

NOMEAR, MARCOS ANTONIO RIBEIRO, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.584.443, inscrito no CPF sob o nº 028.991.929-06, para exercer o Cargo de MOTORISTA I TRANSPORTE ESCOLAR com as atribuições constantes no Anexo I da Lei Complementar nº 01/2016, com vencimento mensal de R\$ 1.812.56 (um mil oitocentos e doze reais, e cinquenta e seis centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a referida Lei Complementar.

Fica o Servidor lotado na Secretaria Municipal de Educação, tendo sido aprovado no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 13 de junho de 2017, no qual obteve 5ª colocação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 21 de junho de 2018.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

Rio das Antas

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2018 DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1660979

RESOLUÇÃO Nº 02/2018 DE 14 DE JUNHO DE 2018.

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO E REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara, representada pelo Vereador Valmir Inácio Rigo, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio das Antas, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Regimento Interno desta Casa, faz saber que a Câmara aprovou em sessão plenária do dia 12 de junho de 2018 e ele promulga o seguinte:

Art. 1º. Fica instituída Comissão Especial para promover o estudo e reforma do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Rio das Antas - SC.

Art. 2º. A Comissão Especial terá a seguinte composição: Presidente: Vereador Roberto Elias Heckel; Relator: Vereador Ademir Zanetti; Membros: Vereador Camilo Luis Barzotto, Vereadora Eliane da Silva Ledur, Vereador Elias Antunes de Mores, Vereador Gilmar Dias, Vereador Juarez Antônio Rodrigues e Vereador Rafael Vian.

Art. 3º. As atribuições dos membros da Comissão Especial são as seguintes: Reunir-se periodicamente para promover o estudo sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Rio das Antas; Estudar e debater separadamente cada assunto, preferencialmente por capítulos; Convidar os demais vereadores para as reuniões; Apresentar parecer conclusivo e fundamentado ao término do trabalho que deverá ser apreciado pelo plenário; Registrar seu trabalho em ata; Dentre outras atribuições.

Art. 4º. O prazo da Comissão Especial extinguirá após 180 dias a partir da criação, findo ou não os trabalhos.

Art. 5º. Os servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Rio das Antas, auxiliarão o trabalho da Comissão Especial no que couber.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Rio das Antas – SC, 14 de junho de 2018.

VALMIR INACIO RIGO
Presidente

ADEMIR ZANETTI
1º Secretário

GILMAR DIAS
2º Secretário

Rio do Campo

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 68 2017

Publicação Nº 1661686

TERMO ADITIVO Nº 03/2018

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 68/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S/A

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua 29 de Dezembro - 70, Rio do Campo, SC, CNPJ n. 83.102.707/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Rodrigo Preis, inscrito no CPF/MF sob n. 039.027.009-12, doravante denominado contratante, e de outro lado a GENTE SEGURADORA SA, estabelecida na MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, nº 450 - CEP 90.020-060, Porto Alegre - RS, CNPJ nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada pelo Sr. EOZEMAR DE SOUZA, portador do CPF nº 057.851.429-02, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si o termo aditivo nas seguintes cláusulas:

CLAÚSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Fica prorrogado por um período de 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 68/2017, iniciando-se em 21/06/2018, com término em 20/06/2019.

CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O preço total ajustado para a renovação do seguro da frota é de R\$ 25.990,15 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa reais e quinze centavos), sendo que o valor a ser pago pela cobertura de cada veículo é o descrito no demonstrativo a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$
8	VEICULO MLL5719	SERVIÇO	1	R\$1.081,40
9	VEICULO MLV0986	SERVIÇO	1	R\$393,20
10	VEICULO MKC8284	SERVIÇO	1	R\$983,10
11	VEICULO MIU3022	SERVIÇO	1	R\$688,15
12	VEICULO MLK3565	SERVIÇO	1	R\$786,45
13	VEICULO AGM2398	SERVIÇO	1	R\$3.468,35
14	VEICULO KMG1903	SERVIÇO	1	R\$3.468,35
15	VEICULO MLM4760	SERVIÇO	1	R\$393,20
16	VEICULO MCN8936	SERVIÇO	1	R\$2.894,20
17	VEICULO MHM3109	SERVIÇO	1	R\$4.381,40
18	VEICULO MDU9573	SERVIÇO	1	R\$3.486,35
19	VEICULO QHP5648	SERVIÇO	1	R\$786,45
20	VEICULO OKH4239	SERVIÇO	1	R\$1.081,40
22	VEICULO MMF0574	SERVIÇO	1	R\$688,15
26	VEICULO QJF9431	SERVIÇO	1	R\$ 1.410,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA COBERTURA

O valor consignado na tabela acima refere-se as coberturas constantes na proposta de renovação emitida pela empresa Gente Seguradora S/A, o qual constitui parte integrante deste.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018:

Órgão – 03 - Secretaria de Administração e Finanças
Unidade - 01-Coordenadoria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.030 - Manutenção das Atividades dos Conselhos
Despesa - 388 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Órgão - 05 – Secretaria de Serviços Urbanos
Unidade - 01 – Setor de Serviços Urbanos
Projeto/Atividade 2.100 – Divisão de Defesa Civil
Despesa – 141 –Elemento3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Órgão - 08 – Secretaria de Esporte e Lazer
Unidade - 01 – Diretoria de Esportes Comunitários e Lazer
Projeto/Atividade 2.102 – Manutenção de Veículo da Secretaria de Esportes
Despesa -110 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Órgão – 10 – Fundo de Assistência Social de Rio do Campo
Unidade - 01 – Diretoria de Assistência social
Projeto/Atividade 2.107 – Manutenção dos Veículos da Secretaria de Assistência Social
Despesa – 513 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Órgão – 06 – Secretaria de Educação
Unidade - 01 – Divisão de Ensino Infantil
Projeto/Atividade 2.021Transporte Escolar na Educação Infantil
Despesa – 46 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
Despesa – 140 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
Despesa – 98 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Órgão – 06 – Secretaria de Educação
Unidade - 02 – Divisão de Educação Básica
Projeto/Atividade 2.029 Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental
Despesa – 62 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
Despesa – 159 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Projeto/Atividade 2.113 Manutenção de Veículos da Secretaria de Educação
Despesa – 117 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0050.000000 Aplicações Diretas

Órgão – 06 – Secretaria de Educação
Unidade - 05 – Divisão de Ensino Superior
Projeto/Atividade 2.039 Transporte Escolar para o Ensino Superior
Despesa – 12 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 Aplicações Diretas

CLASULA QUINTA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo encontra amparo legal no art.57, inciso II da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLAUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO

As partes ratificam expressamente todas as demais cláusulas do contrato originário que não tenham sido alteradas pelo presente termo de adendo.

CLAUSULA SETIMA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo aditivo, fica eleito o foro da Comarca de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, perante as testemunhas abaixo identificadas.

Rio do Campo, 20 de junho de 2018.

Alexandro Losi

Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

GENTE SEGURADORA SA

EOZEMAR DE SOUZA

Contratada

Testemunhas:

Nome: Eliane Semkowski Schörner Nome: Marco Antonio Tambosi

CPF: 029.477.789-01

CPF: 522.064.089-53

3ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO 34 2017

Publicação Nº 1661694

TERMO ADITIVO Nº 03/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 34/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO E A EMPRESA GENTE SE-
GURADORA S/A

Que entre si fazem o Município de Rio do Campo por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Campo pessoa jurídica de di-
reito público interno, CNPJ/MF 10.563.353/0001-53, com sede na Rua 29 de Dezembro, nº 70, neste ato representado pelo Prefeito Sr.
Rodrigo Preis, inscrito no CPF/MF sob n. 039.027.009-12, e pelo Secretário de Saúde Sr. Jefferson Cardouzo, inscrito no CPF/MF sob o nº
029.070.099-07, doravante denominado contratante, e de outro lado a GENTE SEGURADORA SA, estabelecida na MARECHAL FLORIANO
PEIXOTO, nº 450 - CEP 90.020-060, Porto Alegre - RS, CNPJ nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada pelo Sr. EOZEMAR DE SOUZA,
portador do CPF nº 057.851.429-02, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si o termo aditivo nas seguintes cláusulas:

CLAÚSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Fica prorrogado por um período de 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 34/2017, iniciando-se em 21/06/2018, com término
em 20/06/2019.

CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR

O preço total ajustado para a renovação do seguro da frota do Fundo Municipal de Saúde é de R\$ 20.196,91 (vinte mil, cento e noventa
e seis reais e oitenta e um centavos), sendo que o valor a ser pago pela cobertura de cada veículo é o descrito no demonstrativo a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$
1	VEICULO MMD6246	SERVIÇO	1	1.229,85
2	VEICULO QHJ3740	SERVIÇO	1	5.725,11
3	VEICULO MFU8571	SERVIÇO	1	2.112,65
4	VEICULO MMK1074	SERVIÇO	1	1.223,95
5	VEICULO QHK2940	SERVIÇO	1	1.799,60
6	VEICULO MMK1214	SERVIÇO	1	1.223,95
7	VEICULO QHX3153	SERVIÇO	1	1.504,10
21	VEICULO MMD7046	SERVIÇO	1	1.292,75
23	VEICULO MMD6566	SERVIÇO	1	1.229,85
24	VEICULO QIQ7486	SERVIÇO	1	1.135,00
25	VEICULO QIQ0255	SERVIÇO	1	585,00
27	VEICULO QIU8570	SERVIÇO	1	1.135,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA COBERTURA

O valor consignado na tabela acima refere-se as coberturas constantes na proposta de renovação emitida pela empresa Gente Seguradora
S/A, o qual constitui parte integrante deste.

CLAUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO
Órgão - 11 - Fundo de Saúde
Unidade - 001 - Coordenadoria de Saúde e Apoio Operacional
Proj. Ativ. - 2085 - Manutenção da Frota de Veículos da Saúde
Despesa 302 Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Projeto/Atividade 2.087 - Controle Epidemiológico
Despesa - 474 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Projeto/Atividade 2.088 - Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário
Despesa - 471 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Projeto/Atividade 2.089 - Atenção Básica e Saúde da Família
Despesa - 478 - Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

CLASULA QUINTA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo encontra amparo legal no art.57, inciso II da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLAUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO

As partes ratificam expressamente todas as demais cláusulas do contrato originário que não tenham sido alteradas pelo presente termo de
adendo.

CLAUSULA SEXTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo aditivo, fica eleito o foro da Comarca de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, com
renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para que surta os legais e desejados efeitos, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte,

perante as testemunhas abaixo identificadas.

Rio do Campo, 20 de junho de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal
Contratante

Jefferson Cardouzo
Secretário de Saúde
Contratante

GENTE SEGURADORA SA
EOZEMAR DE SOUZA
Contratada

Testemunhas:

Nome: Eliane Semkowski Schörner	Nome: Marco Antonio Tambosi
CPF: 029.477.789-01	CPF: 522.064.089-53

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 2332_2018

Publicação Nº 1660742

DECRETO Nº 2332 DE 20 DE JUNHO DE 2018

"Nomeia Membros Para Comissão Permanente de Licitações."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no Art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de acordo com Caput do Art. 51 da Lei 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para fazerem parte da Comissão Permanente de Licitações do Município de Rio do Oeste-SC:

Presidente – CLEITON VANDERLINDE (matrícula 88420-00)
Secretário – MICHELLE ALINE PEREIRA (matrícula 67610-00)
Membro – TÂNIA MICHELS (matrícula 51780-00)
Suplente – ROGÉRIO LUIZ DEPINÉ (matrícula 8257-00)

Art. 2º. A referida Comissão, de acordo com o § 4º do Art. 51 da Lei 8.666/93, terá prazo de vigência de 01 (um) ano contado a partir do dia 20º de junho de 2018.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor a partir do dia 20º de junho de 2018.

Art. 4º – Fica Revogado o Decreto nº 2286/2017 de 29 de dezembro de 2017.

Rio do Oeste-SC, 20 de junho de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CIENTE DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Presidente – CLEITON VANDERLINDE _____

Secretário – MICHELLE ALINE PEREIRA _____

Membro – TÂNIA MICHELS _____

Suplente – ROGÉRIO LUIZ DEPINÉ _____

LEI 2201_2018

Publicação Nº 1660747

LEI Nº 2201 DE 30 DE MAIO DE 2018

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

O Prefeito do Município de Rio do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo devidamente autorizado a celebrar Convênio (minuta anexa), com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura, com a finalidade de recuperar 22 km do revestimento primário da Rodovia SC 350, nas localidades de Canoa Quebrada, Anta Gorda, Ribeirão dos Reis e São José.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 30 de maio de 2018
HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial do Município

FLÁVIO MALIKOSKI
Secretário de Administração

LEI_2202_2018

Publicação Nº 1660750

LEI Nº 2202 DE 06 DE JUNHO DE 2018
Dispõe sobre a concessão de autorização para servidores públicos municipais conduzirem veículos oficiais.

O Vice-presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo VI da Lei nº 1720 de 30 de março de 2007, o qual passa a vigorar com a redação do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Oeste – SC, 06 de junho de 2018.

GENTIL SIDOOSKI
Vice-presidente

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial do Município

CLEUSA DA SILVA BOGO
Secretária Executiva

ANEXO
(Art. 30, inciso VI da Lei nº 1720 de 30 de Março de 2007)

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS
CARGO: ADVOGADO
NÍVEL: X AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 A 26 CARGA HORÁRIA SEMANAL: VINTE HORAS SEMANAIS
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Coordenar, orientar e analisar questões de ordem jurídica e legal. Emitir pareceres jurídicos quando necessário em todas as áreas do poder executivo municipal sobre a constitucionalidade dos atos municipais, representando-o em juízo ou fora dele.
DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES: Coordenar, redigir, elaborar, analisar e emitir documentos e pareceres jurídicos, minutas de contrato, convênios e projetos de leis, informes técnicos e relatórios, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Representar e defender judicial e extrajudicialmente os interesses do poder executivo municipal, em qualquer foro ou instância, por delegação do Dirigente. Assessorar juridicamente os grupos de trabalhos técnicos e administrativos, com ênfase na orientação preventiva. Adequar os fatos à legislação aplicável, estudando a matéria jurídica e de outra natureza e consultando códigos, leis e jurisprudência, doutrina e outros documentos. Participar, quando designado, de comissões, conselhos e grupos de trabalho para análise e emissão de pareceres jurídicos. Orientar na defesa técnica, instruindo pareceres, quando necessário. Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.
QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de Diploma ou Certificado de Curso Superior em Direito e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
DESCRIÇÃO DE CARGO
GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS
CARGO: AGENTE DE CONTROLE INTERNO
NÍVEL: X AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26 CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolver atividades de controle auxiliando na organização e no planejamento das ações governamentais. Orientar os gestores públicos sobre normas e procedimentos a serem adotados pela administração.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano.
- Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.
- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- Examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente.
- Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade.
- Exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças.
- Exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta "restos a pagar" e "despesas de exercícios anteriores".
- Acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinando as despesas correspondentes.
- Supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 101/2000, caso haja necessidade.
- Realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não.
- Realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº 101/2000.
- Controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal.
- Acompanhar o atingimento dos índices fixados para a educação e a saúde, estabelecidos pelas Emendas Constitucionais nºs 14/1998 e 29/2000, respectivamente.
- Acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta municipal, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada.
- Verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas.
- Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações.
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior em Administração, Economia, Ciências Contábeis ou Direito, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. **DESCRIÇÃO DE CARGO**

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR **SIGLA:** ONS **CARGO:** ASSISTENTE SOCIAL **NÍVEL:** X **AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS:** 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Prestar serviços no âmbito social a indivíduos e grupos, identificando seus problemas e necessidades. Orientar e sugerir formas de tratamento dos problemas decorrentes de carências e necessidades.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas.
 - Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades.
 - Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade.
 - Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros.
 - Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas.
 - Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
- QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Serviço Social, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR **SIGLA:** ONS

CARGO: CONTADOR

NÍVEL: X **AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS:** 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Organizar e dirigir os trabalhos inerentes à contabilidade da instituição, órgãos governamentais e outras instituições públicas ou privadas, planejando, supervisionando, orientando sua execução e participando dos mesmos, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial e financeira da instituição.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Planejar e operar o sistema de registros e operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário;
- Supervisionar e operar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar a observância do plano de contas adotado;
- Controlar e acompanhar o ingresso de receitas, bem como a escrituração de todos os livros e registros contábeis e legais, verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes deram origem, para fazer cumprir as exigências legais e administrativas;
- Controlar, participar e operar os trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis;
- Proceder e/ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços;
- Supervisionar e operacionalizar os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, e/ou participar destes trabalhos, adotando os índices indicados em cada caso, para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes;
- Organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição;
- Preparar relatórios e outros documentos, segundo a legislação que rege a matéria;
- Elaborar relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da instituição, apresentando dados estatísticos e pareceres técnicos, para fornecer os elementos contábeis necessários ao relatório da administração;
- Assessorar a administração em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários, dando pareceres à luz da ciência e das práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Contabilidade, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. **DESCRIÇÃO DE CARGO GRUPO PROFISSIONAL:** OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS **CARGO:** ENGENHEIRO AGRÔNOMO **NÍVEL:** X **AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS:** 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Elaborar e supervisionar projetos referentes a cultivos agrícolas e pastos, planejando, orientando e controlando técnicas de utilização de terras, para possibilitar um maior rendimento e qualidade dos produtos agrícolas. **DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- Elaborar métodos e técnicas de cultivo de acordo com tipos de solo e clima, efetuando estudos, experiências e analisando os resultados obtidos, para melhorar a germinação de sementes, o crescimento de plantas, a adaptabilidade dos cultivos, o rendimento das colheitas e outras características dos cultivos agrícolas.
- Estudar os efeitos da rotatividade, drenagem, irrigação, adubagem e condições climáticas sobre culturas agrícolas, realizando experiências e analisando seus resultados nas fases de semeadura, cultivo e colheita, para determinar as técnicas de tratamento de solo e a exploração agrícola mais adequada a cada tipo de solo e clima.
- Elaborar novos métodos de combate às ervas daninhas, enfermidades da lavoura e pragas e insetos, e/ou aprimorar os já existentes, baseando-se em experiências e pesquisas, para preservar a vida das plantas e assegurar o maior rendimento do cultivo.
- Orientar agricultores e outros trabalhadores agrícolas, sobre sistemas e técnicas de exploração agrícola, fornecendo indicações, épocas e sistemas de plantio, custo dos cultivos, variedades a empregar e outros dados pertinentes para aumentar a produção e conseguir variedades novas ou melhoradas, de maior rendimento, qualidade e valor nutritivo.
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos. **QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Agronomia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

NÍVEL: XI **AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS:** 1 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: TRINTA E DUAS HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver projetos de engenharia civil. Planejar, orçar e executar obras, coordenando a manutenção e controlando a qualidade dos suprimentos e serviços contratados. Elaborar normas e documentação técnica relacionadas a área de atuação.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES:

Elaborar planos e projetos, coordenar e fiscalizar a execução de obras públicas nas áreas de construção civil, terraplanagem, drenagem, pavimentação, saneamento, manutenção, circulação viária, entre outros. Planejar, elaborar, supervisionar e analisar projetos, emitindo pareceres técnicos na sua área de execução. Executar trabalhos especializados referente às regiões, zonas, obras, estruturas, e conservação de recursos naturais de acordo com a legislação vigente, normas e especificações. Participar em intervenções de desenvolvimento urbano e investimentos públicos. Supervisionar a implantação de projetos, acompanhando o desenvolvimento das obras. Realizar estudos de alternativas técnicas, prazos, início e melhores períodos, para a execução de obras, investigando e definindo metodologias de execução, dimensionamento da obra, equipamentos, materiais e serviços a serem utilizados. Coordenar, elaborar projetos, anteprojetos e detalhamento técnico/financeiro de obras, acompanhando o cronograma de execução de atividades. Participar de comissões, conselhos e grupos de trabalho, para análise e emissão de pareceres técnicos. Elaborar projetos geométricos de vias públicas. Analisar projetos e/ou processos de licenciamento de estabelecimentos e atividades. Organizar e manter atualizada a base de dados. Elaborar mapas temáticos relacionados ao planejamento e gestão urbana, incluindo mapas de zoneamento urbanístico, uso de solo, evolução do parcelamento, equipamentos urbanos, redes de infra-estrutura, sistema viário, patrimônio público, áreas de risco, interesse ambiental, social, econômico e turístico, de modo a atender a demanda solicitada de acordo com a lei. Realizar levantamento e execução de projetos de organização e controle de circulação de ruas, rodovias e outras vias de trânsito, sinalizando-as adequadamente, a fim de permitir perfeito fluxo de veículos e assegurar o máximo de segurança para motorista e pedestres. Estudar os fenômenos causadores de engarrafamento de trânsito, observando a direção e o volume do mesmo nas diversas áreas da cidade e nas principais zonas de estrangulamento, de modo a propor medidas de controle da situação. Atender o público em geral. Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida. Zelar pelos equipamentos e materiais. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:

Ser portador de Diploma ou Certificado de Curso Superior em Engenharia Civil e Registro na entidade profissional competente.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: ENFERMEIRO

NÍVEL: X AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar cuidados diretos de enfermagem, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade. Supervisionar e coordenar as ações do pessoal auxiliar e equipe multiprofissional quando for o caso.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES

O processo de trabalho deste profissional é desenvolvido em dois campos essenciais: na unidade ou serviço de saúde junto à equipe de profissionais; na comunidade apoiando e supervisionando os trabalhos bem como, assistindo às pessoas que necessitam de atenção de enfermagem. Proceder, conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), observadas as disposições legais da profissão. Tem como atribuições básicas: executar ações de assistência básica, ou de urgência/emergência, no nível de suas competências, nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador, ao idoso, na área de vigilância epidemiológica e sanitária; desenvolver ações para capacitação dos técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, para o desempenho de suas funções junto ao serviço de saúde; oportunizar contatos com indivíduos sadios ou doentes para promover a saúde e abordar aspectos de educação sanitária; promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável; discutir de forma permanente junto a equipe de trabalho e comunidade o conceito de cidadania, enfatizando os direitos de saúde e as bases legais que os legitimam; participar do processo de programação e planejamento das ações e da organização do processo de trabalho nas unidades e serviço de saúde do município; Planeja, organiza, supervisiona e executa serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e a recuperação da saúde individual ou coletiva. Identifica as necessidades de enfermagem, realizando entrevistas, participando de reuniões e através de observação sistematizada, para preservar e recuperar a saúde; elabora plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada pela equipe de enfermagem no período de trabalho; executa diversas tarefas de enfermagem. faz estudos e previsão de pessoal e materiais necessários às atividades elaborando escalas de serviço e atribuições diárias e especificando e controlando equipamentos, materiais permanentes e de consumo, para assegurar o desempenho adequado dos trabalhos de enfermagem; Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida. Coordena e supervisiona o pessoal da equipe de enfermagem, planeja e desenvolve o treinamento sistemático em serviço, para pessoal da equipe de enfermagem e outras atividades correlatas.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA

Ser portador de Diploma ou Certificado de Curso Superior em Enfermagem e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: FARMACEUTICO (A) BIOQUÍMICO (A)

NÍVEL: X AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 a 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção, dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES:

Planejar, coordenar, executar, acompanhar avaliar as ações da Assistência Farmacêutica no Município. Dispensar/distribuir medicamentos, consultando receituário e/ou prontuário do paciente, visando melhorar e/ou recuperar o estado de saúde dos mesmos. Administrar estoque de medicamentos, acompanhar a validade e seus remanejamentos. Auxiliar e/ou supervisionar a aquisição e armazenamento de medicamentos, seguindo padrões e normas pre-estabelecidos, controlando condições de estoque, visando manter o fluxo normal de distribuição de medicamentos aos usuários e/ou serviços, bem como sua qualidade. Avaliar o custo do consumo de medicamentos. Controlar psicotrópicos e fazer os boletins de acordo com a vigilância sanitária. Elaborar e promover os instrumentos necessários, objetivando o desempenho adequado das atividades de armazenamento, distribuição, dispensação e controle de medicamentos pelas unidades de saúde. Realizar supervisão técnico-administrativa em unidades de saúde do município no tocante a medicamentos e sua utilização. Acompanhar a dispensação realizada pelos funcionários, dando a orientação necessária e iniciar o acompanhamento do uso (farmaco-vigilância). Realizar procedimentos técnicos administrativo no tocante a medicamentos a serem utilizados. Coordenar e executar programas, projetos e políticas de assistência farmacêutica em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais de Farmácia visando atuar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população, e uso racional de medicamentos. Realizar procedimentos administrativos de controle, cadastro e atualização de medicamentos, pedidos, entre outros, a fim de gerar relatórios de utilização, permitindo o controle de uso e possibilitando calcular a quantidade necessária de medicamentos a serem comprados no próximo período, bem como atendendo aos dispositivos legais. Prestar orientações a usuários e/ou outros profissionais, sobre medicamentos, modo de utilizar e processo de obtenção dos mesmos, permitindo que o usuário tenha acesso às informações pertinentes ao seu tratamento, visando melhorar e ampliar a adesão a este. Informar aos profissionais prescritores quando um medicamento foi incluído ou excluído da lista de medicamentos fornecidos pela Secretaria de Saúde visando promover que os usuários tenham acesso à medicação e que não ocorra à interrupção do tratamento. Propiciar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde. Realizar atendimento domiciliar terapêutico, para verificar as condições de vida dos pacientes, fornecer medicação e fortalecer o vínculo do paciente com o tratamento e com o serviço prestado pelo município. Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade. Participar ativamente no processo de padronização de medicamentos e orientação à divisão de licitação sobre características técnicas dos mesmos, visando atender a necessidade da população e a qualidade dos medicamentos, dentro do orçamento previsto. Participar, conforme a política interna do poder executivo municipal, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de saúde. Participar de programa de qualificação profissional, quando convocado. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de Diploma ou Certificado de Curso Superior em Farmácia ou Bioquímica e inscrição no órgão de classe.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

NÍVEL: X AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Supervisionar e executar as atividades técnicas de fiscalização de tributos do tesouro público, elaborando planos e procedendo à sua coordenação execução e acompanhamento, estudando e informando processos, a fim de contribuir para que a política tributária fiscal se compatibilize com as demais medidas de interesse do Município.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Supervisionar equipes de trabalho em órgãos de fiscalização de tributos, orientando-as sobre critérios de fiscalização, tributação e práticas correspondentes, para cooperar no aperfeiçoamento e racionalização das normas e medidas fiscalizadoras.
- Elaborar planos de fiscalização, consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação fiscal, para racionalizar os trabalhos nos órgãos sob sua responsabilidade.
- Proceder ao controle e avaliação dos planos de fiscalização, acompanhando sua execução e analisando os resultados obtidos, para julgar o grau de validade do trabalho.
- Executar as tarefas de fiscalização de tributos da Fazenda Pública, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, examinando rótulos, faturas, selos de controle, notas fiscais e outros documentos, para defender os interesses da Fazenda Pública e da economia popular.
- Examinar a capacidade produtiva de unidades fabris, observando e analisando os processos de fabricação, a fim de colher dados para classificação tributária.
- Realizar busca de depósitos clandestinos, que apresentam indícios de irregularidades, efetuando as diligências indispensáveis, para processar a apreensão das mercadorias, ou aplicação de sanções legais caso sejam constatadas fraudes fiscais.
- Fiscalizar as atividades sujeitas a tributação na esfera municipal, ou outras esferas quando conveniadas ou solicitado, procedendo às necessárias verificações e sindicâncias, para defender a economia popular.
- Autuar contribuintes em infração, instaurando processo administrativo-fiscal e providenciando as respectivas notificações, para assegurar o cumprimento das normas legais.
- Manter-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas, para difundir a legislação e proporcionar instituições atualizadas.
- Exercer suas atribuições, inclusive de assessoramento especializado, em unidades técnicas centrais ou intermediárias, ou em repartições regionais ou sub-regionais da Fazenda Pública.
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Ciências Contábeis, Economia, Administração ou Direito, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: FISCAL SANITÁRIO SÊNIOR

NÍVEL: X AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Orientar os serviços de profilaxia e policiamento sanitário na área sob sua jurisdição, coordenando ou executando os trabalhos de inspeção aos estabelecimentos ligados à industrialização e comercialização de produtos alimentícios, a imóveis recém-construídos ou reformados e a estabelecimento de ensino, para proteger a saúde da coletividade.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Coordenar ou executar a inspeção de fábricas de laticínios, massas, conservas ou de outros tipos de produtos alimentícios, como armazéns, restaurantes, lanchonetes, açougues, abatedouros, frigoríficos e estabelecimentos similares, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias e condições de asseio e saúde dos que manipulam alimentos, para assegurar as condições necessárias à produção e distribuição de alimentos sadios e de boa qualidade.
- Proceder à inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de serem habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas fluviais e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, para opinar na concessão do habite-se.
- Inspeccionar estabelecimentos de ensino, verificando suas instalações e os comestíveis fornecidos aos alunos, para assegurar as medidas profiláticas necessárias.
- Fazer comunicações, intimações e interdições decorrentes de seu trabalho.
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior e formação específica na área afim e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se houver.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: FONOAUDIÓLOGO (A)

NÍVEL: VI AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: VINTE HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Prestar assistência fonoaudiológica, através da utilização de métodos e técnicas fonoaudiológicas a fim de desenvolver e/ou restabelecer a capacidade de comunicação dos pacientes.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES:

Avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento ou terapêutico; elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nos resultados da avaliação do fonoaudiólogo, nas peculiaridades de cada caso e se necessário nas informações médicas; desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; desenvolver trabalhos de correção de distúrbios da palavra, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação do paciente; avaliar os pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução do processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada; promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados à fonoaudiologia; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos, direta ou indiretamente, à política de atendimento à criança e ao adolescente; auxiliar a equipe técnica responsável por coordenar e atender os Programas de Atendimento de proteção Especial implantados no município ; desempenhar demais funções atribuídas ao seu cargo.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:

Ser portador de Diploma ou Certificado de Curso Superior em Fonoaudiologia e registro no órgão de classe.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: MÉDICO

NÍVEL: XIII AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: VINTE HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e bem-estar do cliente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista.
- Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico.
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente.
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada.
- Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais.
- Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Medicina, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA

NÍVEL: XIII AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: VINTE HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar assistência médica implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES:

Médico com especialização e/ou residência em ginecologia e obstetrícia, que execute consultas clínicas, exames físicos, procedimentos ambulatoriais, exames ectoscópicos, diagnóstico, tratamento, prognóstico e acompanhamento de patologias; prestar assistência integral, contínua e sistemática, com resolutividade e boa qualidade em relação às necessidades individuais ou coletivas de saúde em especial da população feminina em geral de forma específica à gestantes, parturientes, puérperas, no atendimento em unidades de saúde e/ou serviços de saúde do município; executar atividades inerentes à promoção, proteção e recuperação da saúde da mulher, compreendendo as doenças dos órgãos genitais internos e externos, abrangendo os setores de Colposcopia, Laparoscopia e Histeroscopia e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Participar, conforme a política interna do poder executivo municipal, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas. Executar outras atividades compatíveis com formação profissional.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:

Se portador de Diploma ou Certificado de Curso Superior em Medicina com Especialização em Ginecologia e Obstetrícia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: MÉDICO PEDIATRA

NÍVEL: XIII AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: VINTE HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atendimento clínico de pediatria em Unidade Básica de Saúde com assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES:

Promover ações em saúde que propicie o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos diferentes níveis de atenção. Emitir pareceres. Prescrever medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica. Prestar a plena atenção aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina. Realizar cirurgias de pequeno porte, de acordo com sua atribuição técnica. Manter o registro dos usuários atendidos (prontuário), incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, afim de efetuar a orientação terapêutica adequada. Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais. Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias. Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas, discussão de casos, reuniões administrativas, visitas domiciliares, etc. Difundir os conhecimentos médicos preparando material didático, promovendo aulas, palestras, desenvolvendo pesquisas, participando de encontros, congressos e demais eventos na área, entre outros. Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais de saúde, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço. Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação dos casos. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Participar, conforme a política interna do poder executivo municipal de projetos, cursos, eventos, convênios e programas. Executar outras atividades compatíveis com formação profissional.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:

Ser portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em medicina, Registro na entidade profissional competente e Residência ou especialização em Pediatria.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

NÍVEL: X AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar, organizar, supervisionar e executar programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento da pecuária, realizando estudos e pesquisas, aplicando conhecimentos, dando consultas, fazendo relatórios, exercendo fiscalização e empregando outros métodos, para assegurar a sanidade do rebanho, a produção racional e econômica de alimentos e a saúde da comunidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica, relacionados com a pecuária e a saúde pública, valendo-se de levantamentos de necessidades e do aproveitamento de recursos orçamentários existentes, para favorecer a sanidade e a produtividade do rebanho.
- Elaborar e executar projetos agropecuários e os referentes ao crédito rural, prestando assessoramento, assistência e orientação e fazendo o acompanhamento desses projetos para garantir a produção racional e lucrativa dos alimentos e o atendimento aos dispositivos legais quanto à aplicação dos recursos oferecidos.
- Fazer profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório, para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais.
- Realizar exames laboratoriais, colhendo o material e/ou procedendo à análise anatomopatológica, histopatológica, hematológica e imunológica, para estabelecer o diagnóstico e a terapêutica.
- Promover o melhoramento do gado, procedendo à inseminação artificial, orientando a seleção das espécies mais convenientes e fixando os caracteres mais vantajosos, para assegurar o rendimento da exploração pecuária.
- Desenvolver e executar programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações, para baixar o índice de conversão alimentar, prevenir doenças carenciais e aumentar a produtividade.
- Efetuar o controle sanitário da produção animal destinada à indústria, realizando exames clínicos, anatomopatológicos laboratoriais ante e post mortem, para proteger a saúde individual e coletiva da população.
- Promover a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como de sua qualidade, determinando visita in loco, para fazer cumprir a legislação pertinente.
- Orientar instituições quanto ao preparo tecnológico dos alimentos de origem animal, elaborando e executando projetos, para assegurar maior lucratividade a essas instituições e melhor qualidade dos alimentos.
- Desenvolver programas de pesca e piscicultura, orientando sobre a captura de peixes, conservação e industrialização dos mesmos, para incrementar a exploração econômica e melhorar os padrões de alimentação da população.
- Proceder ao controle das zoonoses, efetivando levantamento de dados, avaliação epidemiológica, programação, execução, supervisão e pesquisa, para possibilitar a profilaxia dessas doenças.
- Fazer pesquisas no campo da biologia aplicada à veterinária, realizando estudos, experimentações, estatísticas, avaliações de campo e de laboratório, para possibilitar o maior desenvolvimento tecnológico de ciência veterinária.
- Assessorar na formulação, produção e comercialização de produtos veterinários (vacinas, soros, medicamentos, insumos e outros) e participar desses empreendimentos, valendo-se do marketing, pesquisas, desenvolvimento de produtos, controle de qualidade, produção e administração, para suprir as necessidades terapêuticas do rebanho.
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Medicina Veterinária, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CATEGORIA FUNCIONAL: NUTRICIONISTA

NÍVEL: X AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar, coordenar, supervisionar serviços ou programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e outros similares, analisando carências alimentares e o conveniente aproveitamento dos recursos dietéticos e controlando a estocagem, a preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para a melhoria protéica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares da população e de grupos desta.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Examinar o estado de nutrição do indivíduo ou do grupo, avaliando diversos fatores relacionados com problemas de alimentação, como classe social, meio de vida e outros, para aconselhar e instruir a população.
 - Proceder ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos, para oferecer refeições balanceadas.
 - Programar e desenvolver o treinamento, em serviço, de pessoal auxiliar de nutrição, realizando entrevistas e reuniões e observando o nível de rendimento, de habilidade, de higiene e de aceitação dos alimentos pelos comensais, para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços.
 - Orientar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento de gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição para possibilitar um melhor rendimento do serviço.
 - Atuar no setor de nutrição dos programas de saúde, planejando e auxiliando sua preparação para atender às necessidades de grupos particulares ou da coletividade.
 - Preparar programas de educação e readaptação em matéria de nutrição, avaliando a alimentação de coletividades sadias e enfermas, para atender às necessidades individuais e/ou do grupo e incutir bons hábitos alimentares.
 - Efetuar o registro das despesas e das pessoas que receberam refeições, fazendo anotações em formulários apropriados para estimar custo médio da alimentação.
 - Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, inclusive extinção de moscas e insetos em todas as áreas e instalações relacionadas com o serviço de alimentação, orientando e supervisionando os serviços e providenciando recursos adequados, para assegurar a confecção de alimentação sadia.
 - Promover o conforto e a segurança do ambiente de trabalho, dando orientações a respeito para prevenir acidentes.
 - Participar de comissões e grupos de trabalho encarregados da compra de gêneros alimentícios, alimentos semi-preparados e refeições preparadas, aquisição de equipamentos, maquinaria e material específico, emitindo opiniões de acordo com seus conhecimentos para garantir regularidade no serviço.
 - Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Elaborar mapa dietético, verificando no prontuário dos doentes a prescrição da dieta, dados pessoais e o resultado de exames de laboratórios, para estabelecer tipo de dieta e distribuição e horário da alimentação de cada enfermo.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerente à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Nutrição, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: ODONTÓLOGO

NÍVEL: XI AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Diagnostica e trata afecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos, para promover e recuperar a saúde bucal e geral.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Examinar os dentes e a cavidade bucal, utilizando aparelhos ou por via direta, para verificar a presença de cáries e outras afecções.
- Identificar as afecções quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos especiais, exames laboratoriais e/ou radiológicos, para estabelecer o plano de tratamento.
- Aplicar anestesia troncular, gengival ou tópica, utilizando medicamentos anestésicos, para dar conforto ao cliente e facilitar o tratamento.
- Extrair raízes e dentes, utilizando boticões, alavanca e outros instrumentos especiais, para prevenir infecções mais graves.
- Restaurar cáries dentárias, empregando instrumentos, aparelhos e substâncias especiais, como amálgama, cimento, porcelana, ouro e outras, para evitar o agravamento do processo e restabelecer a forma e a função do doente.
- Fazer limpeza profilática dos dentes e gengivas, extraindo tártaro, para eliminar a instalação de focos de infecção.
- Substituir ou restaurar partes da coroa dentária, colocando incrustações ou coroas protéticas, para completar ou substituir o órgão dentário, facilitar a mastigação e restabelecer a estética.
- Tratar de afecções da boca, usando procedimentos clínicos, cirúrgicos e/ou protéticos, para promover a conservação dos dentes e gengiva.
- Fazer perícia odontoadministrativa, examinando a cavidade bucal e dos dentes, a fim de fornecer atestados para admissão de empregados ao serviço, concessão de licenças, abono de faltas e outros.
- Fazer perícia odontolegal, examinando a cavidade bucal e os dentes, para fornecer laudos, responder a quesitos e dar outras informações.
- Registrar os dados coletados, lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratamento.
- Aconselhar os clientes quanto aos cuidados de higiene, entrevistando-os, para orientá-los na proteção dos dentes e gengivas.
- Realizar tratamentos especiais, servindo-se da prótese e de outros meios, para recuperar perdas de tecidos moles ou ósseos.
- Prescrever ou administrar medicamentos, determinando via oral ou parenteral, para prevenir hemorragia pós-cirúrgica ou avulsão, ou tratar de infecções da boca e dentes.
- Diagnosticar a má oclusão dos dentes, examinando-os por ocasião da consulta ou tratamento, para encaminhar o caso ao especialista em ortodontia.
- Fazer radiografias dentárias simples e oclusais, para estabelecer diagnóstico dos dentes, maxilares e ossos da face;
- Elaborar, juntamente com a equipe de saúde, normas técnicas e administrativas para os serviços, consultando documentos de outras entidades, para programar a dinâmica da odontologia de saúde pública.
- Participar do planejamento, execução e avaliação de programas educativos de prevenção à saúde da boca e dos dentes, supervisionando-os e observando os resultados, a fim de contribuir para a melhoria da saúde bucal da comunidade.
- Analisar dados específicos coletados pelos postos de saúde e outros serviços, estudando-os e comparando-os, a fim de traçar, com a equipe de saúde, as prioridades no desenvolvimento de programas de higiene oral para a comunidade.
- Coordenar, supervisionar, executar e avaliar atividades de fluoretização dos dentes ou outras técnicas, fazendo observações diretas e analisando relatórios, para desenvolver programas de profilaxia de cárie dentária.
- Participar de programas e pesquisas de saúde pública, estudando, executando e avaliando planos de adição de flúor na água, sal ou outras substâncias de consumo obrigatório, para cooperar na prevenção das afecções dentárias.
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Odontologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: PROFESSOR DE ESPORTES

NÍVEL: VII AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atuar na área de esportes e recreação no âmbito do Departamento de Esportes da Prefeitura Municipal e C.M.E.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES:

Desenvolver atividades esportivas na diversas modalidades, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes e C.M.E, atendendo a crianças e adolescentes do município, na execução das atividades relacionadas nos programas de esportes e lazer; dar suporte às atividades e atribuições oriundas de convênios e congêneres firmados pelo Município na área de esportes e lazer, exercer nas unidades e programas de lazer do município atividades lúdicas e recreativas empregando técnicas e materiais apropriados, conforme a faixa etária, a fim de despertar e desenvolver comportamento sadio, social e criativo entre crianças, adolescentes e adultos; administrar equipamentos e materiais de lazer e recreação; conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida; atuar em eventos esportivos e acompanhar os atletas do município em competições em outras cidades, executar outras tarefas correlatas ou determinadas por seu superior hierárquico.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:

Ser portador de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena em Educação Física e Registro na entidade profissional competente.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR SIGLA: ONS

CARGO: PSICÓLOGO (A)

NÍVEL: X AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional, os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social. Aplicar conhecimentos no campo da psicologia para o planejamento e execução de atividades nas áreas clínica, educacional e do trabalho.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES:

Procede à formulação de hipóteses e à sua comprovação experimental, observando a realidade e efetivando experiências de laboratório e de outra natureza, para obter elementos relevantes ao estudo dos processos de crescimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano e animal; analisa a influência dos fatores hereditários, ambientais e de outra espécie que atuam sobre o indivíduo, entrevistando o paciente, consultando sua ficha de atendimento, aplicando testes, elaborando psico-diagnóstico e outros métodos de verificação, para orientar-se no diagnóstico e tratamento psicológico de certos distúrbios emocionais e de personalidades; promove a correção de distúrbios psíquicos, estudando características individuais e aplicando técnicas adequadas, para restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; elabora e aplica testes, utilizando seu conhecimento e prática dos métodos psicológicos, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais, possíveis desajustamentos ao meio social ou de trabalho ou outros problemas de ordem psíquica e recomendar a terapia adequada; participar na elaboração de análises ocupacionais, observando as condições de trabalho e as funções típicas de cada ocupação, para identificar as aptidões, conhecimentos e traços de personalidade compatíveis com as exigências da ocupação e estabelecer um processo de seleção e orientação no campo profissional; efetua o recrutamento, seleção, treinamento, acompanhamento e avaliação de desempenho de pessoal e orientação profissional, promovendo entrevistas e elaborando e aplicando testes, provas e outras verificações, a fim de fornecer dados a serem utilizados nos serviços de emprego, administração de pessoal e orientação individual; atua no campo educacional, estudando a importância da motivação no ensino, novos métodos de ensino e treinamento, a fim de contribuir para o estabelecimento de currículos escolares e técnicas de ensino adequadas e determinação de características especiais ao professor; reúne informações a respeito dos pacientes, transcrevendo os dados psicopatológicos obtidos em testes e exames, para fornecer a médicos analistas e psiquiatras subsídios indispensáveis ao diagnóstico e tratamento das respectivas enfermidades; diagnostica a existência de possíveis problemas na área de psicomotricidade, disfunções cerebrais mínimas, disritmias dislexias e outros distúrbios psíquicos, aplicando e interpretando provas e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento ou a forma de resolver as dificuldades momentâneas. Realizar avaliação e diagnóstico psicológico de entrevista, observações, testes e dinâmicas de grupo, com visitas à prevenção e tratamento de problemas, para melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem dos educandos; Trabalhar com a equipe multidisciplinar, proporcionando um atendimento de qualidade e solucionar os problemas em conjunto. Bem como prevenir os mesmos; Realizar atendimento à crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógicos, para a melhoria da qualidade de ensino ao educando; auxiliar a equipe técnica responsável por coordenar e atender os Programas de Atendimento de Proteção Especial implantados no município; participar das atividades da Unidade Escolar; Desempenhar demais funções atribuídas ao seu cargo.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de Diploma ou Certificado de Curso Superior em Psicologia e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL MÉDIO SIGLA: ONM

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL: VI AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Supervisionar, dirigir, orientar unidades administrativas e operacionais do serviço público municipal. Executar atividades complexas, rotineiras ou não, do serviço público municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar e colaborar com os trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades.
- Acompanhar física e financeiramente a execução de obras e projetos;
- Estudar e propor procedimentos que contribuam para a racionalidade e eficácia das obras e serviços públicos.
- Atuar e orientar sobre a aplicação de normas gerais, baseando na legislação vigente;
- Supervisionar e executar trabalhos relativos à administração de patrimônio, materiais, recursos humanos e outras de cunho administrativo.
- Supervisionar e executar atividades de tributação, tesouraria, arrecadação, fiscalização e outras de cunho fazendário.
- Estudar, planejar, propor, implantar, executar e acompanhar sistemas e métodos de racionalização e operacionalização dos serviços públicos.
- Organizar e dirigir trabalhos inerentes à contabilidade, planejando, supervisionando, executando e orientando a execução, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão em curso do Ensino Médio.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL MÉDIO SIGLA: ONM

CARGO: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

NÍVEL: VI AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS SEMANAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Exercer o controle das posturas municipais, autuando os infratores e aplicando-lhes as penalidades de serviços. Auxiliar o município para esclarecimentos e orientações sobre o Código de Posturas e fiscalizar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES:

Exercer Poder de Polícia junto às atividades de obras de construção civil; Proceder fiscalizações rotineiras, a fim de verificar a condição de licenciamento de obras; Fazer acompanhamento da execução das obras em execução no município, a fim de detectar alterações de projeto; Atuar e/ou notificar os proprietários de obras, que estiverem em desacordo com o Código de Posturas, do Plano Diretor, as leis, normas ou regulamentos municipais; Proceder vistoria para localização e funcionamento de atividades, aplicando a legislação municipal; Executar serviços auxiliares de atualização e manutenção do cadastro técnico (mobiliário) e imobiliário municipal; Acompanhar o andamento das construções pela Prefeitura, a fim de constatar sua conformidade com as plantas devidamente aprovadas; suspender obras iniciadas sem a aprovação ou em desconformidade com as plantas aprovadas; verificar denúncias e fazer notificação sobre construções clandestinas, aplicando todas as medidas cabíveis; comunicar à autoridade competente as irregularidades encontradas nas obras fiscalizadas, tomando as medidas que se fizerem necessárias em cada caso; prestar informações em requerimentos sobre construções de prédios novos; fiscalizar o cumprimento do Código de Posturas Municipal, aplicando todas as medidas cabíveis nos casos de descumprimento; conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida; executar outras tarefas correlatas. Demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:

Escolaridade nível médio completo e carteira de motorista CNH categoria "AB"

DESCRIÇÃO DE CARGO**GRUPO PROFISSIONAL:** OCUPAÇÕES DE NÍVEL MÉDIO SIGLA: ONM**CARGO:** FISCAL SANITÁRIO JÚNIOR**NÍVEL:** VI AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realizar os serviços de profilaxia e policiamento sanitário na área sob sua jurisdição, executando os trabalhos de inspeção aos estabelecimentos ligados à industrialização e comercialização de produtos alimentícios, a imóveis recém-construídos ou reformados e a outros estabelecimentos, para proteger a saúde da coletividade.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar sob supervisão, a inspeção de fábricas de laticínios, massas, conservas ou de outros tipos de produtos alimentícios, como armazéns, restaurantes, lanchonetes, açougues, abatedouros, frigoríficos e estabelecimentos similares, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias e condições de asseio e saúde dos que manipulam alimentos, para assegurar as condições necessárias à produção e distribuição de alimentos saudáveis e de boa qualidade;
- Proceder à inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de serem habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas fluviáveis e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, para opinar na concessão do habite-se;
- Inspeccionar estabelecimentos de ensino, verificando suas instalações e os comestíveis fornecidos aos alunos, para assegurar as medidas profiláticas necessárias;
- Fazer comunicações, intimações e interdições decorrentes de seu trabalho;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida;
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão em curso do Ensino Médio.

DESCRIÇÃO DE CARGO**GRUPO PROFISSIONAL:** OCUPAÇÕES DE NÍVEL MÉDIO SIGLA: ONM**CARGO:** TÉCNICO EM AGRIMENSURA/GEOMENSURA**NÍVEL:** VIII AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 1 A 26**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** TRINTA E DUAS HORAS SEMANAIS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Realizar levantamentos e implantações topográficas e geodésicas. Executar por meio de técnicas de mensuração e automatização, a coleta de dados para o georreferenciamento de imóveis. Elaborar plantas, cartas e mapas georreferenciados. Obter soluções adequadas nas áreas relativas a medição e à demarcação de terras ao urbanismo e à posicionamentos precisos de pontos.

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES ATRIBUIÇÕES:

Execução de serviços de campo como levantamentos planialtimétricos e planimétricos de imóveis, de vias públicas, de edificações; Locação de obras viárias, construção civil e drenagem pluvial; Levantamentos com GPS e Estação Total. Auxiliar em serviços de alinhamento para expedição de alvarás de construção; Execução de serviços de escritório como edição de levantamentos planimétricos e planialtimétricos, projetos geométricos, cálculo de volumes (corte e aterro), projetos de calçamento, desmembramentos e remembramentos, elaboração de memoriais descritivos; fazer a medição que trata das questões legais das propriedades territoriais. Possuir conhecimentos jurídicos e das técnicas de medições (Geodésia), além dos conhecimentos técnicos, sociais e de informática, levantamentos Topográficos; Levantamentos Geodésicos; Foto-interpretação; Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida; Desmembramentos; Locações de Obras; Cadastro Técnico Georreferenciamento; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:

Escolaridade nível médio completo, Curso técnico na área técnica em agrimensura ou Geomensura, Registro na entidade profissional competente.

DESCRIÇÃO DE CARGO**GRUPO PROFISSIONAL:** OCUPAÇÕES DE NÍVEL MÉDIO SIGLA: ONM**CARGO:** TÉCNICO EM ENFERMAGEM**NÍVEL:** VI AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26 **CARGA HORÁRIA SEMANAL:** QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atender às necessidades dos enfermos portadores de doenças de pouca gravidade, atuando sob a supervisão do enfermeiro.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão, para registrar anomalias.
- Ministrar medicamentos e tratamentos aos pacientes internados ou não, observando horários, posologia e outros dados, para atender às prescrições médicas.
- Fazer curativos simples, utilizando suas noções de primeiros socorros ou observando prescrições, para proporcionar alívio ao paciente e facilitar a cicatrização de ferimentos, suturas e escoriações.
- Auxiliar nos cuidados post-mortem, fazendo tamponamentos e preparando o corpo para evitar secreções e melhorar a aparência do morto.
- Atender crianças e adultos que dependem de ajuda auxiliando na alimentação e higiene dos mesmos, para proporcionar-lhes conforto e recuperação mais rápidas.
- Preparar pacientes para consultas e exames, vestindo-os adequadamente e colocando-os na posição indicada para facilitar a realização de operações mencionadas.
- Preparar e esterilizar material e instrumental, ambientes e equipamentos, obedecendo a prescrições, para permitir a realização de exames, tratamentos, intervenções cirúrgicas e atendimento obstétrico.
- Efetuar coleta de material para exames de laboratório e a instrumentação em intervenções cirúrgicas, atuando sob a supervisão do enfermeiro, em caráter de apoio, para facilitar o desenvolvimento das tarefas de cada membro da equipe de saúde.
- Registrar as tarefas executadas, as observações feitas e as reações ou alterações importantes, anotando-as no prontuário do paciente para informar à equipe de saúde e possibilitar a tomada de providências imediatas.
- Fazer assepsia de agulhas e vidraria como provetas, pipetas, tubos, seringas e outros recipientes, lavando-os, esterilizando-os e secando-os para garantir o seu uso dentro do que impõem as normas.
- Limpar instrumentos e aparelhos, como microscópio, centrífugas, autoclaves ou estufas utilizando panos, escovas ou outros expedientes para conservá-los e possibilitar o seu uso imediato.
- Auxiliar na realização de várias tarefas de laboratório, preparando meios de cultura, e outras similares.
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser portador de diploma ou certificado de conclusão do Ensino Médio em curso de Técnico de Enfermagem e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL OPERACIONAL SIGLA: ONO

CARGO: OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

NÍVEL: V AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atuar na manutenção e conservação e recuperação do patrimônio público.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Construir, montar e reparar esquadrias de madeira e outras obras de carpintaria.
- Construir e montar, no local das obras, as tesouras, armações de telhados e andaimes de madeira dos edifícios; ajustar, encaixar e montar as esquadrias interiores e exteriores de madeira dos edifícios, como portas e janelas, venezianas e revestimentos de paredes (lambris).
- Construir e montar as fôrmas de madeira para concreto armado.
- Construir e reparar carrocerias ou peças de madeira de veículos.
- Efetuar trabalhos gerais de carpintaria em oficina ou em um canteiro de obras, cortando, armando, instalando e reparando peças de madeira.
- Examinar as características do trabalho, interpretando plantas, esboços, modelo ou especificações, para estabelecer a sequência das operações a serem executadas.
- Selecionar a madeira e demais elementos necessários, escolhendo o material mais adequado, para assegurar a qualidade do trabalho.
- Efetuar a traçagem da madeira, para possibilitar o corte.
- Confeccionar as partes da peça, serrando, aplainando, alisando, furando e executando outras, para obter os componentes necessários à montagem da obra.
- Montar as partes, encaixando-as e fixando-as, para formar o conjunto projetado.
- Instalar esquadrias e outras peças de madeira, encaixando-as e fixando-as nos locais apropriados e previamente preparados.
- Reparar elementos de madeira, substituindo, total ou parcialmente, peças desbastadas ou deterioradas ou fixando partes soltas, para recompor sua estrutura.
- Assentar tijolos e outros materiais de construção, para edificar muros, paredes, e outras obras.
- Construir obras em pedra, como muros, pilares e arcos.
- Construir passeios, ruas e meio fios.
- Revestir as paredes, muros e fachadas dos edifícios com argamassa de cimento, gesso ou material similar.
- Construir alicerces, para formar a base de paredes, muros e construções similares.
- Rebocar as estruturas construídas, proceder à aplicação de camadas de cimento ou ao assentamento de ladrilhos ou material similar, para revestir pisos e paredes.
- Construir bases de concreto ou de outro material, para possibilitar a instalação de máquinas, postes de rede elétrica e para outros fins.
- Realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças e chumbando bases danificadas, para reconstituir essas estruturas.
- Misturar areia, cimento e água, dosando esses materiais, para obter a argamassa a ser empregada no assentamento de pedras ou tijolos.
- Aplicar camadas de tinta, verniz, laca ou produtos similares sobre as superfícies exteriores e interiores, previamente preparadas, dos edifícios. Aplicar camadas de tinta, zarcão, solução betuminosa ou outras substâncias similares sobre pontes, estruturas metálicas e de madeira.
- Preparar e pintar as superfícies externas e internas de edifícios e outras obras civis, raspando-as, limpando-as, emassando-as e cobrindo-as com uma ou várias camadas de tinta, para protegê-las e/ou decorá-las.
- Limpar as superfícies, escovando-as, lixando-as ou retirando a pintura velha ou das partes danificadas com raspadeiras, solventes e jatos de ar, para eliminar resíduos.
- Preparar as superfícies, emassando-as, lixando-as e pintar retocando falhas e emendas, para corrigir e defeitos e facilitar a aderência da tinta.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Escolaridade mínima Ensino Fundamental Incompleto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL OPERACIONAL SIGLA: ONO

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS

NÍVEL: V AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Operar máquinas e/ou equipamentos pesados de terraplanagem, faz movimentação de terra e rochas. Dirigir veículos automotores de transporte de carga ou de passageiros, acionando os comandos de marcha e direção e conduzindo-o em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e as instruções recebidas, para efetuar o transporte de particulares, funcionários, autoridades e outros, obedecendo a regulamentos específicos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Conduzir a máquina, acionando o motor, para posicioná-la segundo as necessidades do trabalho.
- Regular a altura e inclinação da pá em relação ao solo, acionando alavanca de comando para possibilitar sua movimentação.
- Manobrar a máquina manipulando os comandos de marcha e direção para possibilitar a movimentação da terra.
- Movimentar a lâmina da máquina ou a borda inferior da pá, acionando as alavancas de controle para posicionar o mecanismo segundo as necessidades do trabalho.
- Manobrar a máquina, acionando os comandos, para empurrar a terra solta, rebaixar as partes mais altas e nivelar a superfície, arar, revirar o solo ou deslocar a terra para outro lugar.
- Executar a manutenção da máquina, lubrificando-a e efetuando pequenos reparos, para mantê-la em boas condições de funcionamento.
- Movimentar a pá-escavadeira acionando seus pedais e alavancas de comando de corte, elevação e abertura, para escavar, carregar, levantar e descarregar o material;
- Operar máquinas montadas sobre rodas ou sobre esteiras e providas de pá mecânica ou caçamba para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais análogos.
- Operar máquinas de abrir canais de drenagem, abastecimento de água e outros.
- Operar máquinas para aprofundar ou alargar leitos de rios, riachos e córregos ou canal.
- Operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos.
- Operar máquinas para estender camadas de terra, areia, asfalto ou brita.
- Operar máquina niveladora munida de lâmina ou escarificador, movimentando os comandos de marchas, direção e operações.
- Vistoriar a máquina, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do carter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento.
- Zelar pela manutenção da máquina, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado.
- Recolher a máquina após a jornada de trabalho, conduzindo-a à garagem, para permitir a manutenção e abastecimento da mesma.
- Verificar as ordens de serviço, verificando as tarefas a serem executadas, os horários e o número de atendimentos.
- Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento.
- Examinar as ordens de serviço, verificando o itinerário a ser seguido, os horários, o número de viagens e outras instruções, para programar sua tarefa.
- Ligar o motor do ônibus, girando a chave de ignição, para aquecê-lo e possibilitar a movimentação do veículo; dirigir o ônibus, manipulando seus comandos de marcha e direção e observando o fluxo do trânsito e a sinalização, para transportar os passageiros.
- Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer anomalia, para garantir a segurança dos passageiros, transeuntes, cargas e outros veículos.
- Providenciar os serviços de manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado.
- Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem da instituição, para permitir sua manutenção e abastecimento.
- Efetuar reparos de emergência no veículo.
- Examinar as ordens de serviço, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga, para dar cumprimento à programação estabelecida.
- Zelar pela documentação da carga e do veículo, verificando sua legalidade e correspondência aos volumes, para apresentá-la às autoridades competentes, quando solicitada, nos postos de fiscalização e pontos de carga e descarga.
- Controlar a carga e descarga do material transportável, comparando-o aos documentos de recebimento ou de entrega e orientando sua arrumação no veículo, para evitar acidentes.
- Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado.
- Operar o mecanismo basculador, acionando sua alavanca de comando, para levantar ou abaixar a caçamba e possibilitar a carga ou descarga do material.
- Manobrar e operar basculantes de grande porte, com ou sem cabine protetora, geralmente utilizados no transporte de grandes quantidades de material (pedras, areia, terra e britas);
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Escolaridade mínima Ensino Fundamental Incompleto e ser portador da Carteira Nacional de Habilitação categoria "D".

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE SERVIÇOS AUXILIARES SIGLA: OSA

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

NÍVEL: III AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços gerais de caráter administrativo, operacional, e de manutenção. Executar serviços de recepção de pessoas e mensagens via telefônica, fac-símile, fax-modem e outros. Executar a recepção e a entrega de documentos e pequenas encomendas, interna e externamente. Auxiliar na supervisão, direção, orientação de unidades administrativas e operacionais do serviço público municipal. Auxiliar na execução de atividades complexas, rotineiras ou não, do serviço público municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Manejar mesa telefônica, movimentando chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas e externas e internacionais, registrando a duração e/ou o custo das ligações, fazendo anotações em formulários apropriados, para permitir a cobrança e/ou o controle das mesmas e ainda zelar pelo equipamento, comunicando defeitos e solicitando seu conserto e manutenção, para assegurar-lhe perfeitas condições de uso.
- Recepcionar e atender visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhe informações, marcar entrevistas, receber, anotar e transmitir recados.
- Executar trabalhos de coleta e de entrega internos e externos, de correspondências, documentos e encomendas e outros afins, dirigindo-se aos locais solicitados, depositando ou apanhando o material e entregando-o aos destinatários, para atender as solicitações e necessidades administrativas da administração municipal.
- Efetuar pequenas compras e pagamento de contas, dirigindo-se aos locais determinados, para atender às necessidades dos funcionários do setor e aos interesses da mesma.
- Auxiliar nos serviços simples de escritório, arquivando, abrindo pastas, plastificando folhas, reproduzindo documentos, preparando etiquetas, para facilitar o andamento dos serviços administrativos.
- Acompanhar visitantes aos diversos setores da administração, prestando-lhes informações necessárias, para atender solicitações dos mesmos.
- Controlar entregas e recebimentos, assinando e solicitando protocolos, para comprovar a execução dos serviços.
- Coletar assinaturas em documentos diversos, como ofícios, ofícios circulares, cheques, requisições e outros.
- Executar os serviços gerais de escritório, tais como a separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia ou digitação de cartas, minutas, e outros textos, seguindo processos e rotinas estabelecidas e valendo-se de sua experiência, para atender às necessidades administrativas.
- Coletar dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários efetuando cálculos com o auxílio de máquinas de calcular, para obter as informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa.
- Efetuar lançamentos fiscais em livros, fichários, computadores e outras formas de armazenamento de dados, registrando os comprovantes dos atos e fatos administrativos realizados, para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização.
- Efetuar a atualização de fichários e arquivos, classificando os documentos por matéria ou ordem alfabética, para possibilitar um controle sistemático dos mesmos.
- Efetuar o controle de requisições e recebimentos do material de escritório, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, para manter o nível necessário ao setor de trabalho.
- Operar máquinas de duplicação de documentos tais como fotocopiadoras, mimeógrafos, scanners e outros.
- Operar máquinas e equipamentos de transmissão e recebimento de dados, via telefônica, eletrônica e outras
- Controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para providenciar, se necessário, reparo, manutenção ou limpeza.
- Auxiliar na execução de trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades.
- Auxiliar no acompanhamento físico e financeiro de execução de obras e projetos.
- Auxiliar na execução de procedimentos que contribuam para a racionalidade e eficácia das obras e serviços públicos.
- Auxiliar na orientação sobre a aplicação de normas gerais.
- Auxiliar na execução de trabalhos relativos a atividades de tributação, tesouraria, arrecadação, fiscalização e outras de cunho fazendário.
- Auxiliar na implantação, execução e acompanhamento de sistemas e métodos de racionalização e operacionalização dos serviços públicos.
- Auxiliar na execução dos trabalhos inerentes à contabilidade, de acordo com as exigências legais e administrativas e no controle patrimonial da instituição.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Certificado de conclusão do Ensino Fundamental.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: OCUPAÇÕES DE SERVIÇOS AUXILIARES SIGLA: OSA

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

NÍVEL: III AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar serviços complementares e auxiliares na área da saúde.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Prestar cuidados simples e diretos de enfermagem a pacientes, em postos de saúde, ambulatorios e unidades sanitárias, auxiliando-os, em sua higiene pessoal, em sua movimentação e deambulação, e na alimentação para proporcionar-lhe conforto e bem estar.
- Atender chamados de doentes que acionam campainhas e /ou sinais luminosos, encaminhando-se ao quarto ou enfermaria, para verificar os pedidos e satisfazê-los, se possível, ou comunicar ao responsável, queixas, sintomas ou anormalidades observadas.
- Acompanhar e/ou transportar pacientes para raio-x, laboratórios, sala de operações, curativos, utilizando cadeira de rodas ou macas.
- Recolher urina, fezes e escarro em recipientes adequados, seguindo rotina estabelecida para realização de exames.
- Executar atividades de apoio, como a lavagem e o preparo do material para esterilização e o preparo de cama simples.
- Marcar consultas médicas e/ou odontológicas.
- Preencher e fazer anotações em fichas clínicas.
- Manter em ordem e atualizados fichários e arquivos.
- Efetuar as chamadas dos pacientes e o posicionamento adequado do mesmo, seguindo instruções recebidas, para auxiliar o médico e/ou dentista na realização de exames e consultas.
- Preparar e auxiliar o paciente para atendimento.
- Manter material cirúrgico e odontológico, em condições de limpeza, higiene esterilização, que permitam o seu uso.
- Entregar nas quantidades e nos tipos pedidos, equipamentos e material cirúrgico, e odontológico aos médicos e/ou dentistas.
- Preparar material de curativos, suturas, amálgamas e outros necessários ao uso do médico e/ou dentista.
- Cuidar da coleta, limpeza e desinfecção de roupas, vestimentas etc. utilizadas.
- Cuidar da manutenção da ordem e da limpeza no ambiente de trabalho.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Certificado de conclusão do Ensino Fundamental e curso específico e no nível requerido nas áreas de técnicas de enfermagem, auxiliar de odontólogo ou médico.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL OCUPAÇÕES DE SERVIÇOS AUXILIARES SIGLA: OSA

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NÍVEL: II AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executar atividades de apoio às áreas técnicas e administrativas do serviço público municipal

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios, prédios e dependências, escolares e administrativas, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, louças, talheres, copos, vasilhames, painéis e outros para manter as condições de higiene e conservação.
- Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com, flanelas ou vassouras apropriadas para conservar-lhes a aparência.
- Limpar utensílios, como cinzeiros e objetos de adorno, utilizando pano, esponja ou outros materiais de limpeza, embebidos em água e sabão, detergentes e/ou outros produtos de limpeza, para manter a boa aparência dos locais.
- Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso.
- Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores.
- Preparar a alimentação dos escolares, temperando, amassando e triturando os alimentos de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado, auxiliando as crianças nas suas refeições, para garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas.
- Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda escolar, escolhendo painéis, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação.
- Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita.
- Fazer a cocção dos alimentos utilizando a forma e o vasilhame mais adequado.
- Fazer a limpeza dos talheres e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos, para assegurar a sua posterior utilização em condições de higiene.
- Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Alfabetização comprovada.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL OCUPAÇÕES DE SERVIÇOS DIVERSOS SIGLA: OSD

CARGO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

NÍVEL: IV AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exerce a vigilância de prédios, logradouros e bens públicos, inspecionando suas dependências para evitar danos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar rondas diurnas ou noturnas nos logradouros, prédios, suas dependências e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias acesso estão fechadas corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades, para possibilitar a tomada de providências necessárias para prevenir roubos, incêndios e outros danos.
- Controlar movimentação de pessoas, veículos e materiais, vistoriando veículos, bolsas e sacolas, anotando o número dos mesmos, nome das pessoas, examinando os volumes transportados, conferindo notas fiscais e fazendo os registros pertinentes, para evitar desvios de materiais e outras faltas.
- Redigir memorando destinado à pessoa ou órgão competente informando-o das ocorrências de seu setor, para permitir a tomada de providências adequadas a cada caso.
- Registrar sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio especial de ponto, para comprovar a regularidade de sua ronda.
- Atender aos visitantes, identificando-os e encaminhando-os aos setores procurados.
- Registrar a movimentação de pessoas fora dos horários de expediente, anotando nomes hora de entrada e saída, finalidade e objetos que portava ao entrar e sair, podendo revistar bolsas, sacolas, porta-malas e outros.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL OCUPAÇÕES DE SERVIÇOS DIVERSOS SIGLA: OSD

CARGO: OPERÁRIO

NÍVEL: II AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS: 01 A 26

CARGA HORÁRIA SEMANAL: QUARENTA HORAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atuar na manutenção e conservação e recuperação do patrimônio público.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar a limpeza e a retirada de entulhos, lixo e outros resíduos de valas, valetas, bocas de lobo, canalizações de águas pluviais e esgotos.
- Executar a capina e a remoção de vegetação inadequada das vias públicas, ou que possam prejudicar o trânsito de pessoas e veículos.
- Executar a roçagem da vegetação das margens das rodovias que possam afetar a segurança das pessoas e dos veículos.
- Carregar, remover e descarregar materiais como terra, areia, brita, asfalto e outros materiais, utilizando veículos automotores, carrinhos de mão e outros meios, destinados ao recapeamento e a recuperação do leito das rodovias e outras vias de uso coletivo.
- Remover e transportar materiais necessários à preparação de argamassas, separando-os e juntando-os nas proporções determinadas pelo superior imediato, preparando as ligas, seguindo orientação superior.
- Varrer ruas, praças, avenidas logradouros públicos, coletando o lixo e outros resíduos, acondicionando-o em latões, sacos plásticos, ou carregando-os em veículos apropriados para o transporte deste tipo de carga.
- Atuar na seleção dos materiais e dejetos coletados, separando-os em orgânicos e inorgânicos, com vistas à sua reciclagem.
- Executar a limpeza e a retirada de entulhos, lixo e outros resíduos de valas, valetas, bocas de lobo, canalizações de águas pluviais e esgotos.
- Preparar a sepultura, escavando a terra e escorando as paredes da abertura, ou retirando a lápide e limpando o interior das covas já existentes para permitir o sepultamento.
- Auxiliar na colocação do caixão, manipulando as cordas ou cabos de sustentação, para facilitar o posicionamento do mesmo na sepultura.
- Fechar a sepultura, recobrimdo-a de terra e cal, ou fixando-lhe uma laje, para assegurar a inviolabilidade do túmulo.
- Auxiliar na limpeza e conservação de jazigos e no transporte de caixões e exumação de cadáveres.
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Alfabetização comprovada.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Chefe de Gabinete

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-1

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Exercer a direção-geral, assim como orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos do Gabinete;
- Promover atividades de coordenação político-administrativas da Prefeitura com os munícipes pessoalmente ou por meio de entidades que os representem;
- Coordenar as relações do Executivo com o Legislativo, providenciando os contatos com os vereadores, recebendo suas solicitações e sugestões, encaminhando-as e/ou tomando as devidas providências e, se for o caso, respondendo-as;
- Acompanhar a tramitação, na Câmara Municipal, dos projetos de lei de interesse do Executivo, mantendo controle e prestando informações precisas ao prefeito;
- Promover o atendimento às pessoas que procuram o prefeito, encaminhando-as para solucionar os respectivos assuntos ou marcando audiências;
- Organizar as audiências do prefeito, selecionando os assuntos;
- Representar oficialmente o prefeito, sempre que para isso for credenciado;
- Proferir despachos interlocutórios em processos cuja decisão caiba ao prefeito e despachos decisórios em processos de sua competência;
- Despachar pessoalmente com o prefeito todo o expediente dos serviços que dirige, bem como participar de reuniões coletivas, quando convocadas;
- Prorrogar, ou antecipar, pelo tempo que julgar necessário, o expediente do Gabinete;
- Verificar e visar todos os documentos referentes às despesas dos órgãos sob sua direção;
- Informar-se sobre as decisões do prefeito e resolver os casos omissos e as dúvidas;
- Desempenhar outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo prefeito, bem como fiscalizar todos os fatos externos que comprometam os interesses do município e, junto aos responsáveis diretos, eliminar as irregularidades porventura existentes;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Dar todo o apoio necessário ao Poder Executivo.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Assessor Jurídico

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-1

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Emitir pareceres em processos, consultas e questões que lhe forem submetidas;
- Reunir elementos de fato e de direito e preparar minutas de despacho e decisão em processos da competência do Prefeito;
- realizar pesquisas legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais necessárias à instrução processual, consultas e questões que lhe forem encaminhadas;
- prestar consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da Administração Direta e Indireta;
- sugerir alterações na legislação pertinente aos servidores públicos municipais, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município;
- Recomendar procedimentos internos, com objetivos preventivos, visando manter as atividades do município dentro da legislação e evitar prejuízos.
- Opinar, previamente, sobre a legalidade e a forma dos editais e outros atos convocatórios de licitações, bem como dos contratos, consórcios e convênios;
- Prestar apoio jurídico na elaboração de projetos de regulamentos, minuta de acordos, protocolos, ou contratos a celebrar bem como na alteração destes;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- executar as atribuições que lhe forem delegadas e outras definidas em normas específicas;

Requisitos: Curso superior completo de Direito; Registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Comunicação Social

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: planejar, executar e orientar a política de comunicação social da Prefeitura Municipal de Rio do Oeste, objetivando a uniformização dos conceitos e procedimentos de comunicação;

DESCRIÇÃO DETALHADA

- promover, coordenar e controlar a comunicação oficial da prefeitura;
- coordenar a contratação dos serviços terceirizados de pesquisas, assessoria de imprensa, publicidade e propaganda da Administração Municipal;
- coordenar as atividades de comunicação social dos órgãos e entidades públicas da Prefeitura Municipal, centralizando a orientação das assessorias de imprensa dos órgãos e entidades públicas da Administração Municipal;
- promover a divulgação de atos e atividades do Governo Municipal;
- promover, através de órgãos públicos, associações, imprensa, agências e outros meios, a divulgação de projetos de interesse do Município;
- coordenar e facilitar o relacionamento da imprensa com o Prefeito, os Secretários Municipais e demais autoridades da Administração do Município;
- manter arquivo de notícias e comentários da imprensa do Estado sobre as atividades da Administração Municipal, para fins de consulta e estudo;
- coordenar, juntamente com os demais órgãos do Município, as informações e dados, cuja divulgação seja do interesse da Administração Municipal;
- coordenar a divulgação de notícias sobre a Administração Municipal na internet, através do portal oficial da Prefeitura Municipal;
- coordenar a uniformização dos conceitos e padrões visuais com a aplicação dos símbolos municipais da Prefeitura Municipal e todas as Secretarias e Órgãos vinculados;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida;
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Coordenador de Proteção e Defesa Civil

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-1

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Articular, coordenar e gerenciar as ações de proteção e defesa civil em nível municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- representar a COMPDEC perante os órgãos governamentais e não governamentais;
- propor ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil planos de contingências e planos de operações de proteção e defesa civil, bem como projetos relacionados ao assunto;
- propor a previsão de recursos orçamentários próprios necessários às ações anuais da COMPDEC, inclusive os recursos a serem usados como contrapartida de transferências da União e dos Estados, de acordo com a legislação vigente;
- recomendar a inclusão de áreas de riscos no plano diretor municipal estabelecido pelo § 1º do art. 182 da Constituição Federal;
- favorecer a criação e a interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a comunicação de riscos e a previsão de desastres;
- gerir os recursos do Cartão de Pagamento de Defesa Civil;
- prestações de contas e outros procedimentos inerentes ao exercício do cargo;
- propor ao Chefe do Poder Executivo Municipal a declaração de situação de emergência ou do estado de calamidade pública, em acordo com os critérios estabelecidos pela legislação vigente;
- encaminhar aos órgãos do SINPDEC o processo declaração de situação de emergência ou do estado de calamidade pública, observando os meios e prazos estabelecidos pela legislação;
- manter os órgãos do SINPDEC informados sobre a ocorrência de desastres e sobre as atividades de proteção e defesa civil desenvolvidas em nível municipal;
- comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puserem em perigo a população;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Secretário de Administração e Fazenda

AMPLITUDE DE NÍVEIS: Subsídio

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Responsável pelo planejamento, coordenação, execução e controle das atividades relativas à arrecadação das receitas municipais, execução da despesa, administração financeira, contábil, fiscal e tributária do Município.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- executar as atividades administrativas do desenvolvimento organizacional, com autoridade funcional e faculdade para delegar competência, suprimindo a Administração Municipal de recursos humanos e materiais;
- Propor políticas e diretrizes relativas às áreas tributária, fiscal, de administração financeira e contábil, considerando a defesa dos interesses econômicos do Município, especialmente aqueles que afetam o desempenho da receita;
- Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à sua área de atuação, em consonância com a legislação pertinente e as políticas fiscal e tributária do Município;
- Cumprir e fazer cumprir as normas legais que disciplinam a arrecadação da receita e a realização da despesa pública;
- Promover o aprimoramento e a atualização permanente das legislações tributária e financeira do Município;
- Promover, acompanhar, executar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da Prefeitura, bem como exercer a supervisão junto a outros órgãos que recebam recursos do Tesouro Municipal;
- Administrar a dívida pública municipal;
- Responsável pela execução dos contratos administrativos celebrados entre a Prefeitura e Terceiros, sejam eles, pessoa física e/ou jurídica;
- Gerencia as atividades relacionadas no âmbito do Poder Executivo relativas a realização de concursos públicos, visando à nomeação de servidores para fazer face aos quadros funcionais da Prefeitura:
- Gerencia as atividades relacionadas no âmbito do Poder Executivo relativas ao arquivo e guarda da documentação municipal;
- Gerencia as atividades relacionadas a realização de todas as licitações, em todas as modalidades previstas em legislação específica, visando aquisições de bens móveis e materiais de consumo necessários à manutenção de todos os serviços públicos prestados pela Administração Pública;
- Gerencia as atividades relacionadas a elaboração das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA);
- Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para a respectiva Secretaria;
- responsável pelo planejamento, elaboração, gerência e execução da política tributária, contábil e financeira da Prefeitura Municipal, executando ação normativa e fiscalizadora, propiciando condições de atendimento às necessidades de recursos públicos do governo municipal
- comandar e supervisionar a execução das atribuições de que trata o item anterior, bem como assistir e assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política fiscal do município, e coordenar todas as atividades previstas no campo de atuação.
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Planejamento e Administração

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: atribuições relativas ao planejamento financeiro e orçamentário, administração do pessoal, patrimônio, expediente, compras, processos e contratos, Atribuições relativas ao Código Tributário Municipal, movimento econômico, dívida ativa, tesouraria e de Contabilidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Responsável pela execução dos contratos administrativos celebrados entre a Prefeitura e Terceiros, sejam eles, pessoa física e/ou jurídica;
- Gerencia as atividades relacionadas no âmbito do Poder Executivo relativas a realização de concursos públicos, visando à nomeação de servidores para fazer face aos quadros funcionais da Prefeitura;
- Gerencia as atividades relacionadas no âmbito do Poder Executivo relativas ao arquivo e guarda da documentação municipal;
- Gerencia as atividades relacionadas a realização de todas as licitações, em todas as modalidades previstas em legislação específica, visando aquisições de bens móveis e materiais de consumo necessários à manutenção de todos os serviços públicos prestados pela Administração Pública;
- Gerencia as atividades relacionadas a elaboração das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA);
- Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimeto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

AMPLITUDE DE NÍVEIS: Subsídio

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: planejamento, coordenação, regulação e implementação de ações destinadas à conservação e defesa do meio ambiente, apoio à atividade agropecuária, desenvolvimento, implantação e gerenciamento do Programa de melhoria da qualidade de vida no meio rural.**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- Elaborar e propor a política municipal de defesa do meio ambiente, buscando a sustentabilidade dos recursos naturais, numa relação harmônica entre o enfoque econômico, o ambiental e o social na gestão do território municipal;
- Elaborar e propor a política de apoio as atividades de produção agropecuária e de distribuição e comercialização de alimentos;
- Promover a integração com as Secretarias Municipais relacionadas com as atividades de caráter estratégico, visando ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Município;
- Promover ações de educação, enfocando as relações sociais, divulgação de informação e troca de experiências objetivando viabilizar as políticas propostas e promover a cidadania;
- realizar levantamentos, elaborar estudos, pesquisas e projetos na sua área de atuação;
- Apoiar e acatar as deliberações do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
- Fomento e produção agropecuária; organização do abastecimento;
- pesquisa, extensão e assistência técnica; defesa sanitária animal e vegetal;
- patrulha mecanizada agrícola;
- projetos de implantação de infraestrutura rural, controle da Unidade Municipal de Cadastro Rural relativo ao INCRA;
- Acompanhar e avaliar os serviços de coletivo de lixo;
- coordenar e executar programas e ações de Educação Ambiental para promover a participação da sociedade na melhoria da qualidade ambiental;
- Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para a respectiva Secretaria;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimeto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Extensão Rural

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: desenvolvimento, implantação e gerenciamento do Programa de melhoria da qualidade de vida no meio rural**DESCRIÇÃO DETALHADA**

- fomento e produção agropecuária; organização do abastecimento;
- pesquisa, extensão e assistência técnica; defesa sanitária animal e vegetal;
- desenvolvimento e organização da patrulha mecanizada agrícola;
- projetos de implantação de infraestrutura rural, controle da Unidade Municipal de Cadastro Rural relativo ao INCRA;
- Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimeto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento do Meio Ambiente

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Promover a educação ambiental multidisciplinar à população em geral

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Prevenir e controlar a poluição, a erosão, o assoreamento e outras formas de degradação ambiental.
- Criar parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação; mantê-los sob especial proteção e dotá-los de infraestrutura indispensável às suas finalidades.
- Realizar palestras em escolas, associações e outras entidades, visando a conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação ambiental.
- Acompanhar e avaliar os serviços de coletivo de lixo.
- coordenar e executar programas e ações de Educação Ambiental para promover a participação da sociedade na melhoria da qualidade ambiental
- Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Secretário de Educação e Cultura

AMPLITUDE DE NÍVEIS: Subsídio

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: planejamento, coordenação, execução e controle das atividades do Município relacionadas com o ensino e a cultura

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Elaborar e propor a política municipal de educação, com a colaboração do Conselho Municipal de Educação;
- Oferecer a educação básica, com prioridade para a educação infantil e o ensino fundamental, e as modalidades de educação especial e educação de jovens e adultos;
- Desenvolver e coordenar a implementação de políticas destinadas ao apoio, acompanhamento e supervisão das atividades do Sistema Municipal de Ensino;
- Monitorar, em articulação com a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a gestão orçamentária e financeira dos recursos da educação, especialmente a aplicação das receitas tributárias vinculadas, as receitas do Fundo de Manutenção de Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundeb), das transferências constitucionais, receitas do salário educação e outras previstas em lei;
- Administrar e manter as unidades da rede escolar do Município, garantindo as condições físicas e materiais para o desenvolvimento das atividades educacionais;
- Elaborar e propor a política municipal de cultura, em colaboração com o Conselho Municipal de Cultura;
- Elaborar e executar planos, programas e projetos objetivando estimular e desenvolver as atividades de cultura;
- Elaborar e executar planos, programas e projetos voltados para a preservação do patrimônio histórico do Município;
- definir, regulamentar e implementar a política municipal de cultura;
- apoiar, promover, desenvolver e fomentar, em parceria com o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor, ações, programas e projetos relacionados à cultura;
- identificar, organizar, manter e disponibilizar, em parceria com o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor, informações sobre cultura; além de administrar e manter os espaços e equipamentos culturais do Município, dentre eles a Biblioteca Pública Municipal;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Cultura

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Atuação nas áreas de Cultura, Letras e Artes;
- culto às tradições dos antepassados e origens étnicas;
- preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural;
- Elaborar e executar planos, programas e projetos objetivando estimular e desenvolver as atividades de cultura;
- Elaborar e executar planos, programas e projetos voltados para a preservação do patrimônio histórico do Município;
- definir, regulamentar e implementar a política municipal de cultura;
- apoiar, promover, desenvolver e fomentar, em parceria com o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor, ações, programas e projetos relacionados à cultura;
- identificar, organizar, manter e disponibilizar, em parceria com o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor, informações sobre cultura; além de administrar e manter os espaços e equipamentos culturais do Município, dentre eles a Biblioteca Pública Municipal;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Secretário da Saúde e Assistência Social

AMPLITUDE DE NÍVEIS: Subsídio

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: planejar, coordenar e executar a política municipal de saúde, visando à proteção da população através do combate às doenças endêmicas, epidêmicas, crônico-degenerativas e as carenciais em articulação com o Conselho Municipal de Saúde.

Planejamento, coordenação, execução e controle das atividades de assistência social do Município

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Fiscalizar e controlar as condições ambientais e de saneamento básico e a qualidade dos medicamentos e alimentos, tudo em consonância com as diretrizes e deliberações das Conferências Municipais de Saúde;
- Operacionalizar a Rede Municipal de Saúde;
- Controlar a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde realizados diretamente e por terceiros, contratados ou conveniados;
- Coordenar e implementar as ações de saúde do trabalhador;
- Coordenar e implementar as atividades de vigilância sanitária, epidemiológica e de controle de zoonoses;
- Realizar estudos epidemiológicos visando a adequar as ações de atenção à saúde ao perfil de morbimortalidade da população;
- Organizar e manter atualizados os sistemas de informação em saúde;
- Participar da formulação da política e na execução das ações de saneamento básico em colaboração com as demais secretarias;
- Formular, apoiar, fomentar e executar programas, projetos e ações de segurança alimentar;
- Elaborar e propor a política municipal de assistência social em colaboração com o Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimeto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Atenção Básica e ESF

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Desenvolvimento e manutenção do Plano Municipal de Saúde,
- integração ao Sistema Único de Saúde,
- prover o município de assistência médica, odontológica e paramédica, saneamento básico, hospitais e postos de saúde;
- Organizar as medidas de prevenção de doenças e agravos que incidem sobre a população por meio das tecnologias disponíveis no campo da clínica e da saúde pública;
- Fornecer orientação técnica permanente para os que tem a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos, tornando disponíveis, para esse fim, informações atualizadas sobre a sua ocorrência, bem como dos seus fatores condicionantes em uma área geográfica ou população determinada.
- Coordenar e implementar as ações de saúde;
- Participação na formulação de políticas, planos e programas de saúde;
- Educação continuada aos profissionais de saúde;
- Desenvolver ações educativas e intersetoriais para o enfrentamento dos problemas de saúde;
- Prestar assistência integral na USF, na comunidade, no domicílio além do acompanhamento nos serviços de referência ambulatorial ou hospitalar;
- realizar o diagnóstico de saúde do território adscrito, identificando o perfil epidemiológico e sociodemográfico das famílias, reconhecendo os problemas de saúde prevalentes e os riscos a que esta população está exposta, elaborando, com a sua participação, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimeto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Vigilância em Saúde

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Desenvolvimento e manutenção do Plano Municipal de Saúde;
- integração ao Sistema Único de Saúde;
- melhorar o estado de saúde da população através de um modelo de assistência voltada para a família e para a comunidade que inclui a promoção e a proteção à saúde até a identificação precoce e tratamento de doenças;
- Controlar a disseminação de doenças e agravos provenientes de outros países ou regiões;
- Organizar as medidas de prevenção de doenças e agravos que incidem sobre a população por meio das tecnologias disponíveis no campo da clínica e da saúde pública;
- Fornecer orientação técnica permanente para os que tem a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos, tornando disponíveis, para esse fim, informações atualizadas sobre a sua ocorrência, bem como dos seus fatores condicionantes em uma área geográfica ou população determinada.
- Ser instrumento para o planejamento, a organização e a operacionalização dos serviços de saúde, como também para a normatização de atividades técnicas correlatas;
- Participação na formulação de políticas, planos e programas de saúde;
- Educação continuada aos profissionais de saúde;
- realizar o diagnóstico de saúde do território adscrito, identificando o perfil epidemiológico e sociodemográfico das famílias, reconhecendo os problemas de saúde prevalentes e os riscos a que esta população está exposta, elaborando, com a sua participação, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde;
- Coordenar e implementar as ações de vigilância em saúde;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-1

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Fundo

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Gerir os recursos creditados na conta do Fundo Municipal de Assistência Social com o apoio das estruturas da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- Desenvolvimento e manutenção do Plano Municipal de Assistência prioritária à família, velhice, indigentes e deficientes, gestão do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Elaborar e propor a política municipal de assistência social em colaboração com o Conselho Municipal de Assistência Social;
- Formular, coordenar e executar os programas, projetos e ações de assistência social direcionadas à população em situação de risco social;
- Incentivar e prestar apoio a entidades e associações civis que desenvolvam ações de assistência social;
- Submeter à aprovação do Conselho Municipal de Serviço e Assistência Social o orçamento e a contabilidade dos recursos creditados na conta do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Promover a integração dos programas, dos projetos e das ações da assistência social com as demais políticas setoriais do Município;
- assegurar a manutenção e funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social e do Idoso;
- desenvolver ações e programas dirigidos à promoção da cidadania e dos direitos humanos, especialmente quanto às mulheres, à juventude, negros e negras, idosos e pessoas com deficiência;
- interagir e articular com órgãos da administração municipal e da sociedade, para incluir nas suas políticas e ações a promoção dos direitos do idoso e de sua integração à vida comunitária;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-1

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: planejamento, coordenação, execução e controle das atividades, exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Fundo

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Desenvolvimento e manutenção do Plano Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
- Gerir os recursos creditados na conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o apoio da estrutura da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- Formular, coordenar e executar os programas, projetos e ações direcionadas à criança e ao adolescente em situação de risco social;
- assegurar à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social os serviços de proteção, prevenção e vigilância;
- assegurar a manutenção e funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Secretário de Indústria, Comércio, Turismo e Esportes

AMPLITUDE DE NÍVEIS: Subsídio

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: planejamento, coordenação, execução e controle das atividades do Município relacionadas com a indústria, comércio, turismo e esportes, fortalecer a economia local existente; atrair novos empreendimentos para o município e desenvolver e potencializar as vocações próprias, especialmente o turismo.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Elaborar e propor as políticas municipais de esportes e lazer em colaboração com o Conselho Municipal de Esportes;
- Elaborar e executar planos, programas e projetos objetivando estimular e desenvolver as atividades de indústria, comércio, turismo e esportes e lazer no Município;
- Superintender a indústria, o comércio, o turismo e o esporte no Município, e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;
- Promover a elaboração e execução do calendário anual de atividades turísticas e desportivas;
- Manter relações públicas e de contato com os demais órgãos;
- Representar e divulgar o Município, em eventos de natureza diversa, no âmbito interno e externo;
- Superintender a administração do pessoal lotado no órgão e a administração dos bens utilizados ou à disposição do órgão;
- Gerir os recursos orçamentários com o apoio da estrutura da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- Articular-se com a demais Secretarias Municipais para a elaboração e execução de projetos de interesse comum;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Esportes

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Desenvolvimento, aplicação e manutenção da política municipal de esportes, coordenação das praças desportivas públicas e convênios com as de propriedade privada, integração esportiva interna e externa.
- Promover a elaboração e execução do calendário anual de atividades desportivas;
- Representar e divulgar o Município, em eventos de natureza diversa, no âmbito interno e externo;
- organizar, promover e divulgar as atividades desportivas amadoras;
- promover certames e torneios desportivos, Municipais e Intermunicipais;
- desenvolver programas e cursos de orientação, iniciação e capacitação a atividades desportivas, visando a integração social e o desenvolvimento psico-motor da criança e do adolescente;
- Manter relações públicas e de contato com os demais órgãos;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Indústria, Comércio e Turismo

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento

DESCRIÇÃO DETALHADA

- desenvolvimento, implantação e gerenciamento de distritos industriais;
- projetos de apoio para geração de emprego e renda;
- convênios com entidades representantes da indústria e do comércio para conscientização na emissão de documentos fiscais, controle de CTPS, controle da unidade de registro de identidade.
- exercer as atividades relacionadas com a política e serviços públicos voltados a Indústria, Comércio e Turismo;
- executar e fomentar as ações de incentivo a Indústria, Comércio e Turismo do Município;
- desenvolver ações que possam resultar no aproveitamento dos recursos naturais do Município;
- desenvolver ações de atração à visitação ao Município;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimeto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Secretário de Transportes e Obras Rurais

AMPLITUDE DE NÍVEIS: Subsídio

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: planejamento, a organização, a execução e o controle da política de transporte e obras.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Representar e prestar assistência ao Prefeito Municipal nas funções políticas de transportes, obras;
- Superintender as obras do Município e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;
- Atender os interesses dos munícipes nos assuntos de obras, sistema viário e limpeza na área rural;
- Acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;
- Exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento na esfera de suas atribuições;
- Manter relações públicas e de contato com os demais Poderes;
- Promover a organização e o controle de todas as atividades de planejamento, execução e avaliação de transportes, obras públicas e serviços rurais;
- Superintender a administração do pessoal lotado no órgão e a administração dos veículos, máquinas, equipamentos, e material utilizado ou à disposição da Secretaria;
- Prestar atendimento às atividades de defesa civil;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimeto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Transportes e Obras Rurais

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Sistema viário para o desenvolvimento rural;
- Ênfase da infraestrutura para o escoamento da produção e obras em geral;
- Atender os interesses dos munícipes nos assuntos de obras, sistema viário e limpeza na área rural;
- Acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;
- Manter relações públicas e de contato com os demais Poderes;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Superintender a administração do pessoal lotado no órgão e a administração dos veículos, máquinas, equipamentos, e material utilizado ou à disposição da Secretaria;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimeto.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Secretário de Serviços Urbanos

AMPLITUDE DE NÍVEIS: Subsídio

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Representar e prestar assistência ao Prefeito Municipal nas funções políticas de serviços urbanos e trânsito;

DESCRIÇÃO DETALHADA

- planejamento do trânsito e do transporte urbano no âmbito municipal, incluindo o transporte motorizado, público e privado, e o não motorizado.
- Superintender as obras e os serviços urbanos do Município e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;
- Atender os interesses dos munícipes nos assuntos de obras, sistema viário e limpeza urbana;
- Manter relações públicas e de contato com os demais Poderes;
- Acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;
- Exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento na esfera de suas atribuições;
- Promover a organização e o controle de todas as atividades de planejamento, execução e avaliação de obras públicas e serviços urbanos;
- Cuidar dos Cemitérios municipais
- coordenar e avaliar a preparação de documentação técnica de planos, programas e projetos para captação de recursos junto a órgãos e instituições nacionais e internacionais, em colaboração com outros órgãos e entidades da Administração Municipal, e monitorar a sua execução.
- Exercer todas as atividades ligadas à manutenção da limpeza na cidade – capinação, varredura, lavagem das ruas, evitando possíveis danos à população.
- Superintender a administração do pessoal lotado no órgão e a administração dos veículos, máquinas, equipamentos, e material utilizado ou à disposição da Secretaria;
- Controla, fiscaliza e pune as infrações segundo o Regulamento dos Serviços de Transporte Público (coletivo ou individual – táxis) e promove ações para o planejamento da engenharia de tráfego;
- Prestar atendimento às atividades de defesa civil;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Serviços Urbanos

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Desenvolvimento urbano e paisagístico;
- Serviços essenciais com água, esgoto, energia e limpeza, sistema viário urbano, transporte coletivo, cadastro imobiliário urbano e código de posturas, iluminação pública;
- planejamento e execução dos serviços públicos de limpeza pública e manutenção da frota da Prefeitura Municipal;
- Serviço de Manutenção e Conservação de Praças, Parques e Jardins;
- Serviço de Expediente e Apoio Administrativo;
- Cuidar dos Cemitérios municipais;
- Manter relações públicas e de contato com os demais Poderes;
- Acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO OCUPACIONAL: Direção e Assessoramento Superior

CARGO: Diretor de Departamento de Trânsito

AMPLITUDE DE NÍVEIS: DAS-2

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer a direção, coordenação e gerência da execução das atribuições previstas para o respectivo Departamento

DESCRIÇÃO DETALHADA

- gerenciar e fiscalizar a execução das modalidades do transporte público de passageiros no Município;
- gerenciar e fiscalizar o trânsito, realizando a sinalização;
- realizar o gerenciamento e a manutenção da frota municipal.
- planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais, bem como, entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;
- mapear e manter atualizada a estrutura viária do Município;
- realizar estudos para a melhoria da estrutura viária do Município;
- propor alterações no trânsito e na estrutura viária para melhorar o fluxo de deslocamento do veículos;
- planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fiscalizar as atividades do pessoal que estiver sob sua responsabilidade;
- solucionar problemas surgidos em seu âmbito e quando de maior relevância e peculiaridade submeter à apreciação superior;
- elaborar relatório periódico com informações das atividades;
- promover a implantação, a manutenção e operação do sistema de sinalização e demais equipamentos e dispositivos para o controle do trânsito;
- executar a fiscalização de trânsito, autuando e aplicando as medidas administrativas em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, na área de atuação do Município;
- estabelecer em conjunto com os órgãos da polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito.
- executar outras atribuições determinadas pelo superior imediato, afetas à sua área de atuação.
- Substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos, quando indicado;
- Conduzir veículo automotor oficial, de modo a facilitar seu deslocamento no exercício das próprias funções e na execução das rotinas diárias, quando necessário e desde que devidamente munido de CNH válida.
- Exercer outras atividades correlatas.

Requisitos: Livre Provimento.

PROCESSO 050/2018 - DISPENSA PARA TRANSPORTE DA MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 1661617

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - DISPENSA Nº 006/2018 – PROCESSO Nº 050/2018. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a contratação dos serviços para transporte da merenda escolar. Contratado: ZULMAR DA SILVA 75658151953, inscrito no CNPJ nº 11.938.473/0001-50. valor total previsto é de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Fundamento Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária: 05.501.2015.33903974.1000001 – Orçamento de 2018. A íntegra do Edital está no site: riodoeste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 21 de junho de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

PROCESSO 051/2018 - BANDA DO IVONIR

Publicação Nº 1661684

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE/SC – INEXIGIBILIDADE Nº 015/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2018 OBJETO: Contratação de Show artístico com a Banda do Ivonir Machado, tendo por objetivo, se apresentar durante as festividades e comemorações do dia do Município, no dia 23 de junho de 2018. Contratada mediante apresentação de Carta de Exclusividade: SONIA APARECIDA PUCCI CEREGATTI 02423528981, inscrita no CNPJ nº 14.702.720/0001-03, no Valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); Fundamento Jurídico: Art.25 "caput", Inciso III da Lei Nº 8.666/93. Dotação Orçamentária: 02.201.2003.33903923.01000001. A íntegra do Edital de Inexigibilidade está no endereço eletrônico: riodoeste.atende.net no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 21 de junho de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 7256, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661444

DECRETO Nº 7256, de 20 de junho de 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação, as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

80.00	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO		
80.01	DIRETORIA EXECUTIVA DE GOVERNO		
2.004	Manutenção do Trânsito – Polícia Militar		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01802600	PMSC - Convênio de Rádio Patrulha	R\$	25.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01802600	PMSC - Convênio de Rádio Patrulha	R\$	8.000,00
	TOTAL	R\$	33.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

20 de junho de 2018

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7258, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661448

DECRETO Nº 7258, de 20 de junho de 2018.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 176.221,29 (cento e setenta e seis mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos), por conta do excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

85.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
85.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.034	Transporte Escolar Educação Básica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01370500	Apoio Financeiro aos Municípios – AFM -Educação	R\$	176.221,29
	TOTAL	R\$	176.221,29

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

20 de junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DISPENSA DE LICITAÇÃO 089/2018

Publicação Nº 1661328

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 089/2018

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Locação de duas Salas Comerciais (Salas 101 e 108, do Ed. Gustavo Kriek, n. 11, Calçada, sito à Avenida 07 de Setembro – Centro) para instalação do Procon e da Junta do Serviço Militar – Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Valor Mensal: R\$ 3.378,40 (três mil trezentos e setenta e oito reais e quarenta centavos).

Prazo: 60 (sessenta) meses.

Índice para reajuste anual: IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado).

Locadoras: Aurena Maria Kriek de Iasi e Enaura Terezinha Kriek de Biaggi

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 21 de junho de 2018
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2018

Publicação Nº 1660884

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 009/2018

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

OFÍCIO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
51/2018	12/03/18	H F HABITAÇÃO E FINANCIAMENTO LTDA	13.188.051/0001-30
52/2018	12/03/18	NILTON ROGERIO PORTO	247.536.539-00
		Rio do Sul, 21 de junho de 2018.	

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização

PORTARIA Nº0588/DGP

Publicação Nº 1661682

PORTARIA N. 0588/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor RODRIGO REIS SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO para, a partir de 17/05/2018, atuar como CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, com opção pela remuneração do cargo efetivo, acrescido o percentual de 20% do valor em comissão, fundamentado no Art. 13 da Lei Complementar n. 208

de 28/9/2010 e Art. 56, da lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de 17/05/2018.

Rio do Sul, 22 de maio de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
DCB

PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2018

Publicação Nº 1661395

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA COLOCAÇÃO DE MANTA E FORRO PVC NO TELHADO DO CEI AUGUSTO BOSCO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, DE ACORDO COM ANEXOS DESTES EDITAIS.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 06/07/2018, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações

Rio do Sul (SC), 21 de junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA
Secretária de Educação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2018

Publicação Nº 1661339

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REPAROS NAS UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, CONFORME DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAIS.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 05/07/2018, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 20 de junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA
Secretária de Educação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2018

Publicação Nº 1661489

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR 0KM, BI COMBUSTÍVEL, COM SETE LUGARES, ANO/MODELO 2018/2018, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAIS.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 09/07/2018, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações

Rio do Sul (SC), 21 de junho de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA
Secretária de Educação

RESUMO DO ADITIVO 007/2018

Publicação Nº 1661877

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 007/2018 DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 030/2017, REFERENTE A LOCAÇÃO DO IMÓVEL COM ÁREA DE 300 M² COM AS CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE MENTAL, NO BAIRRO CENTRO, ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E O SR. EDEMAR MARCON.

Aos treze (13) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro-CEP 89.160-045, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul Sra. Sueli Teresinha de Oliveira, ora denominado LOCATÁRIO, e outro lado o Sr. EDEMAR MARCON, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 098.173.109-06 e portador do RG nº 519.136 SSP/SC, residente a Rua Olinda nº 57, – Centro- CEP 89.160.071 – Rio do Sul /SC, denominado de LOCADOR, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação nº 022/2017, do contrato original de locação de imóvel nº030/2017, datado em doze (12) de junho (12) do ano de dois mil e dezessete (2017), de acordo com o Decreto de Homologação nº 6803, o qual faz parte presente ao processo citado, celebra o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato, a Locadora dá em locação ao Fundo Municipal de Rio do Sul um imóvel, situada na Rua XV de Novembro, nº 188, Edifício Marcon, Centro, Rio do Sul, CEP 89.160-015. Com as seguintes características: contendo duas (02) salas, totalizando trezentos (300) metros quadrados. Sendo uma sala de 30 m² no térreo e a segunda de 270 m² no 1º pavimento, está com 4 sanitários e 02 vagas de estacionamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

Fica reajustado em 4,2712100% de acordo com o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), passando o valor contratual assumido na Cláusula Nona do contrato original celebrado entre o LOCATÁRIO e o LOCADOR, conforme demonstrativo anexo, passando o valor pago mensalmente deste termo de R\$3.649,49 (três mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos).

CLÁUSULA QUAARTA- DOS PRAZOS

O presente Termo Aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contratado supracitado firmado entre as partes, por mais dozes e vigorará a partir de treze (13) de junho (06) de dois mil e dezoito (2018) até treze (13) de junho (06) de dois mil e dezenove (2019), podendo ser prorrogado, se assim for do interesse de ambas as partes, mediante a formalização de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação e anexos, modalidade Dispensa de Licitação 022/2017 – FMS, de 12/06/2017, que a este deu origem.

Rio do Sul, 13 de junho de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDEMAR MARCON
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 008/2018

Publicação Nº 1661201

2º TERMO ADITIVO Nº 008/2018 DO CONTRATO DE SERVIÇO NR. 38/2016, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADOS, PARA ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS: ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, CONTÁBIL, ORIENTAÇÕES DE ORDEM OPERACIONAL DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS/FINANCEIRAS, ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A EMPRESA PONTO GOV ASSESSORIA CONSULTORIA PÚBLICA LTDA.

Aos vinte e dois (22) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul Sra. Sueli Teresinha de Oliveira, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa PONTO GOV ASSESSORIA CONSULTORIA PÚBLICA LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 09.209.146/0001-16, com sede na Rua Mirador nº 55, Sala 04– Centro – Presidente Getúlio – SC, denominado de CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Nilcélio Marcelino, portador do RG nº 7C/3.502.450, CPF nº 028.208.379-05, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 13/2016, o contrato original de serviços de assessoria nº 038, datado em vinte (20) de junho (06) do ano de dois mil e dezesseis (2016), de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 - O objeto do presente Aditivo é empresa especializada em prestação de serviços de assessoria e suporte técnico e administrativo especializados, para acompanhamento e orientação escrita e verbal nas áreas: administrativa, financeira, contábil, orientações de ordem operacional das rotinas administrativas/financeiras.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do Art. 57 e da alínea “d” inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – REQUILIBRIO FINANCEIRO

Fica reajustado em 1,7619700 % de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), passando o valor contratual assumido na Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme demonstrativo anexo, passando o valor total deste termo de R\$ 82.032,00 (oitenta e dois mil, trinta e dois reais e dois centavos), no qual será dividido em doze (12) parcelas

pagas mensalmente a importância de R\$ 6.836,02 (seis mil, oitocentos e trinta e seis reais e dois centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA PRORROGAÇÃO/PRAZO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contratado supracitado firmado entre as partes, por mais dozes (12) meses que vigorará a partir de vinte e dois (22) de junho (06) de dois mil e dezoito (2018) até vinte e dois (22) de junho (06) de dois mil e dezenove (2019), podendo ser prorrogado, se assim for do interesse de ambas as partes, mediante a formalização de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, modalidade Pregão Presencial 13/2016 – FMS, de 07/06/2016, que a este deu origem.

Rio do Sul, 22 de junho de 2017.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

PONTO GOV ASS CONSULTORIA PÚBLICA LTDA.

Secretária Municipal de Saúde

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

RESUMO DO CONTRATO Nº 029/2018

Publicação Nº 1660941

RESUMO DO CONTRATO

DE AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS DE PASSAGEIRO TIPO VAN

PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2018

Contratante: Município de Rio do Sul/Fundo Municipal de Saúde /SC

Contratada: S & W MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP;

Objeto: À aquisição de 02 (dois) veículos de passageiro tipo VAN, 0km, ano/modelo 18/19, longa e teto alto, adaptado ao transporte de pessoas com deficiência física, com capacidade de no mínimo de 15 (quinze), passageiros, mais 1(um) o motorista, para atendimento das necessidades da frota da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.

Valor: de R\$ R\$190.000,00(cento e noventa mil) cada unidade, totalizando um valor de R\$ 380.000,00(trezentos e oitenta mil reais).

Condições de Pagamento:

O pagamento será efetuado num prazo de 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante verificação da entrega do produto e das condições de habilitação da empresa vencedora, e assinado por profissional responsável da Secretaria de Saúde, sempre precedida da Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho, e acompanhados de Nota Fiscal, com o número da licitação sem nenhum custo adicional ao Município;

Prazo de Fornecimento: O veículo deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, Rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul/ SC, Departamento dos Motoristas, de segunda à sexta-feira, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho pela contratada.

Recurso: Emenda parlamentar do Ministério da Saúde Nº 10469.199000/1170-03 e Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 22 de junho de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018**

Publicação Nº 1661871

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 20/2018
PREGÃO PRESENCIAL 10/2018

A Câmara Municipal de Rio do Sul – SC, através de seu pregoeiro e da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 1049/2018, alterada pelas Portarias nº 1.082/2018 e 1.084/2018, TORNA PÚBLICO, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, no dia 11/07/2018, às 14:30 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01 - Centro, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA (Lotes 1 e 2) E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (Lote 3), para atender as necessidades do Poder Legislativo de Rio do Sul de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos. Demais informações, durante o horário de expediente da Câmara - na segunda-feira à sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas -, no endereço acima, pelo site: <www.camarariodosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 21 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Presidente

LEONARDO SIMON RUTZEN

Pregoeiro

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO DE 24 DE MAIO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661650

DECRETO DE 24 DE MAIO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos
002 – Diretoria de Cultura
0013.0392.0090.2009 – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) 850,00

Total 850,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 24 de maio de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 24 de maio de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661710

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
03 – Secretaria de Fazenda
005 – Diretoria de Agricultura, Fomento Agropecuário e do Meio Ambiente
0020.0606.0110.2017 – Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) 7.200,00

Total 7.200,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de junho de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de junho de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661707

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.020.000 – Receitas de Impostos - Saúde) 30.000,00

Total 30.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de junho de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de junho de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1661713

DECRETO DE 01 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica remanejado dentro do respectivo projeto/atividade o valor da dotação abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
De:
09 – Segurança Pública
001 – Apoio a Segurança Pública
0006.0181.0035.2039 – Apoiar Ações da Polícia Civil
3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.110.000 – Convênio de Trânsito - Civil) 680,00

Para:
09 – Segurança Pública
001 – Apoio a Segurança Pública
0006.0181.0035.2039 – Apoiar Ações da Polícia Civil
3449000000000000 – Aplic. Dir. (1.110.000 – Convênio de Trânsito - Civil) 680,00

Total 680,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de junho de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de junho de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 05 DE JUNHO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1661714

DECRETO DE 05 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0361.0060.2013 – Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental

3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000 – Tr. Fundeb/Fundef (Outr. Desp. Ens.)) 9.850,00

Total 9.850,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 05 de junho de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 05 de junho de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661716

DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 3.000,00

0012.0365.0050.2012 – Manutenção de Cei/Jardim

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 2.000,00

Total 5.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 12 de junho de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 12 de junho de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661727

DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.020.000 – Receitas de Impostos - Saúde) 10.000,00

Total 10.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 13 de junho de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de junho de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1661730

DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
De:
05 – Secretaria de Educação
002 – Educação Básica
0012.0365.0050.2012 – Manutenção Cei/Jardim
3449000000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000 – Tr. Fundeb/Fundef Outr.Desp. Ens.).3.000,00

Para:
05 – Secretaria de Educação
002 – Educação Básica
0012.0365.0050.2012 – Manutenção Cei/Jardim
3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000 – Tr. Fundeb/Fundef Outr.Desp. Ens.).3.000,00

Total 3.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 13 de junho de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de junho de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661731

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
002 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rio dos Cedros
0008.0244.0140.2034 – Manutenção e Ampl. Programa Habitação Social
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) 100,00

Total 100,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 15 de junho de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 15 de junho de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 19 DE MARÇO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661647

DECRETO DE 19 DE MARÇO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3449000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.413 – Transf. Sus/União PMAQ) 1.108,58

Total 1.108,58

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 19 de março de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 19 de março de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 2018. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 1661648

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 2018.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º, inciso II da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017 e pela Lei Municipal nº 1.993 de 22 de maio de 2018.

DECRETA:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos
003 – Diretoria de Esporte
0027.0812.0100.2055 – Manutenção das Atividades do Desporto
3335000000000000 – Tr. Inst. Priv. s/ Fins Lucr. (1.000.000 – Rec. Ordinários) 30.000,00

Total 30.000,00

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3335000000000000 – Tr. Inst. Priv. s/ Fins Lucr. (1.000.000 – Rec. Ordinários) 30.000,00

Total 30.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 22 de maio de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 22 de maio de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 24 DE MAIO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661652

DECRETO DE 24 DE MAIO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.020.000 – Receitas de Impostos - Saúde) 15.000,00

Total 15.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 24 de maio de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 24 de maio de 2018.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2018. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1661658

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2018.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0303.0152.2088 – Cisamvi - Medicamentos
3339300000000000 – Aplic.Dir.Cons.Públ. (1.380.601 – Tr. Sus/União AFM Saúde)..4.628,00

Total 4.628,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 25 de maio de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 25 de maio de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661654

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.020.000 – Receitas de Impostos – Saúde) 25.000,00
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.400 – Transf. SUS/União - PAB) 15.000,00

Total 40.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 25 de maio de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 25 de maio de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 28 DE MAIO DE 2018. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1661659

DECRETO DE 28 DE MAIO DE 2018.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3319000000000000 – Aplic. Diretas. (1.380.601 – Tr. Sus/União AFM Saúde) 70.244,84

Total 70.244,84

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de maio de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 28 de maio de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 28 DE MAIO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661662

DECRETO DE 28 DE MAIO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
02 – Gabinete do Prefeito
003 – Procuradoria Geral do Município
0004.0122.0011.2003 – Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica
3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) 11.115,00

Total 11.115,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de maio de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 28 de maio de 2018.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661677

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
07 – Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Eventos
002 – Diretoria de Cultura
0013.0392.0090.2009 – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) 5.300,00

Total 5.300,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de maio de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de maio de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1661676

DECRETO DE 29 DE MAIO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica remanejado dentro do respectivo projeto/atividade o valor da dotação abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
De:
05 – Secretaria de Educação
002 – Educação Básica
0012.0365.0050.2012 – Manutenção Cei/Jardim
3449000000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000 – Tr.Fundeb/Fundef (Out.Desp.Ens.)...5.000,00

Para:
05 – Secretaria de Educação
002 – Educação Básica
0012.0365.0050.2012 – Manutenção Cei/Jardim
3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000 – Tr.Fundeb/Fundef (Out.Desp.Ens.)...5.000,00

Total 5.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de maio de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de maio de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661680

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0365.0050.2012 – Manutenção Cej/Jardim

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.010.000 – Receitas Impostos - Educação) 0,30

Total 0,30

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 30 de maio de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 30 de maio de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1661681

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 2018.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

002 – Educação Básica

0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.010.000 – Receitas Impostos - Educação) 2.927,59

0012.0365.0050.2012 – Manutenção Cej/Jardim

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.010.000 – Receitas Impostos - Educação) 1.142,12

Total 4.069,71

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 30 de maio de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 30 de maio de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.903, DE 29 DE MAIO DE 2018. REPRISTINA O DECRETO Nº 2.781, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1661760

DECRETO Nº 2.903, DE 29 DE MAIO DE 2018.

REPRISTINA O DECRETO Nº 2.781, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica repristinado o Decreto nº 2.781, de 13 de Setembro de 2016.

Art.2º - Ficam convalidados todos os atos até então praticados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio dos Cedros, em 29 de Maio de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 29 de Maio de 2018.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.904, DE 29 DE MAIO DE 2018. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL URBANO, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 14.109

Publicação Nº 1661764

DECRETO Nº 2.904, DE 29 DE MAIO DE 2018.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL URBANO, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 14.109 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE SERGIO LUIZ DALLABRIDA e MARISA COELHO DALLABRIDA e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores ; e

Considerando, a necessidade de regularização da área para integrar a rua Pietro Domenico Dallabrida, com a finalidade de ampliar seu gabarito atual de 10m(dez metros) para 12m(doze metros), conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015), cuja área já vem sendo utilizada como logradouro público, de propriedade de SÉRGIO LUIZ DALLABRIDA, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob nº 419.732.919-91, portador da cédula de identidade nº 3/r 1.726.036, expedida pela SSI/SC e sua esposa MARISA COELHO DALLABRIDA, inscrita no CPF sob nº 789.223.809-34, portadora da cédula de identidade nº 2.795.389-0, expedida pela SSP/SC;

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida Rua, tratando-se portanto de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização de Rua já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015) e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PUBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno urbano, objeto da matrícula nº 14.109, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

A) Área desapropriada (já ocupada) para regularização da Rua Pietro Domenico Dallabrida:

Com área total de 2.916,25 m² (dois mil novecentos e dezesseis metros e vinte e cinco décimos quadrados).

LOCALIZAÇÃO: A área de desapropriação, dista pela frente (ponto 1) em 158,7 m, pelo lado ímpar da Rua Pietro Domênico Dallabrida até a esquina formada com o lado par da Rua Sete de Setembro.

A área de desapropriação possui a descrição da faixa de 10 metros no lado par da Rua Pietro Domênico Dallabrida, fazendo frente ao Sul em linha reta com azimute de 249°22'20" confrontando com a própria Rua em 10,11 m; pelo lado direito à Oeste em linha reta com azimute de 331°02'51", partindo do ponto 1 (E= 670852.943 m e N= 7041042.348 m) na distância de 13,21 m até o ponto 2 (E= 670846.549 m e N= 7041053.906 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 23,00 m, tangente de 2,35 m na distância de 4,68 m até o ponto 3 (E= 670844.715 m e N= 7041058.199 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 342°41'44" na distância de 54,23 m até o ponto 4 (E= 670828.584 m e N= 7041109.976 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 27,00 m, tangente de 2,78 m na distância de 5,54 m até o ponto 5 (E= 670826.407 m e N= 7041115.060 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 330°56'20" na distância de 76,48 m até o ponto 6 (E= 670789.256 m e N= 7041181.915 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 7°40'43", raio de 27,00 m, tangente de 1,81 m na distância de 3,62 m até o ponto 7 (E= 670787.292 m e N= 7041184.951 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute 323°15'37" distância de 134,68 m confrontando com a própria Rua até o ponto 8 (E= 670706.729 m e N= 7041292.876 m); pelos fundos ao Norte em linha reta com azimute de 77°43'15" na distância de 10,98 m, sendo que confronta com lote nº 01 de Mauro Nardelli – Matrícula nº 14.809, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 9,88 m e segue confrontando com Osvaldo Schuster - Matrícula nº 26.992, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 1,10m até o ponto 9 (E= 670717.464 m e N= 7041295.213 m); e pelo lado esquerdo à Leste em linha reta com azimute de 143°15'37" na distância de 130,93 m até o ponto 10 (E= 670795.787 m e N= 7041190.287 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 7°40'43", raio de 25,00 metros, tangente de 1,68 m na distância de 3,35 m até o ponto 11 (E= 670797.605 m e N= 7041187.476 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 150°56'20" na distância de 78,52 m até o ponto 12 (E= 670835.748 m e N= 7041118.838 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 2,49 m confrontando com Osvaldo Schuster - Matrícula nº 26.992, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) até o ponto 13 (E= 670836.847 m e N= 7041116.606 m); deste segue à direita dando continuidade a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 2,64 m até o ponto 14 (E= 670837.764 m e N= 7041114.131 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 162°41'44" na distância de 54,24 m até o ponto 15 (E= 670853.899 m e N= 7041062.341 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 25,00 m, tangente de 2,55 m na distância de 5,08 m até o ponto 16 (E= 670855.892 m e N= 7041057.675 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 151°02'51" na distância de 13,45 m confrontando com a área 02 do proprietário até o ponto 17 (E= 670862.402 m e N= 7041045.909 m) e deste segue com início da descrição até o ponto 1 (E= 670852.943 m e N= 7041042.348 m).

Nesta área de desapropriação fica reservada a área total de 286,79 m², constante da faixa de 30,00 m da margem esquerda do Ribeirão do Ouro, destinadas à Área de Preservação Permanente – APP, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A área de APP sobre a área de desapropriação faz frente ao Sul em linha reta com a própria rua em 10,11 m; lado direito à Oeste em linha reta de 13,21 m, segue com a curva de transição na distância de 4,68 m e segue em linha reta na distância de 11,99 m com a área 01 do proprietário; fundos ao Norte em linha sinuosa com a própria rua em 10,14 m; e, lado esquerdo à Leste em linha reta na distância de 9,11 m, segue com a curva de transição na distância de 5,08 m e segue em linha reta com a própria rua em 13,45 m.

§1º. - A área acima desapropriada, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 14.109, livro 2, com a área total escriturada de 39.206,00m² (trinta e nove mil, duzentos e seis metros quadrados).

§2º. – Com a desapropriação da área acima e o contido no Decreto nº 2.781, de 13 de setembro de 2016, a Rua Pietro Domenico Dallabrida, na extensão em que faz frente com o imóvel objeto da matrícula nº 14.109, livro 2, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, passa a contar com a área total de 3.501,47 m² (três mil, quinhentos e um metros e quarenta e sete decímetros quadrados) com as seguintes descrições perimetrais:

A Rua Pietro Domênico Dallabrida faz frente ao Sul em linha reta com azimute de 249°22'20" confrontando com a própria Rua em 12,13 m; pelo lado direito à Oeste em linha reta com azimute de 331°02'51", partindo do ponto 1 na distância de 12,92 m até o ponto 2 (E= 670844.799 m e N= 7041052.938 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 25,00 m, tangente de 2,55 m na distância de 5,08 m até o ponto 3 (E= 670842.806 m e N= 7041057.604 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 342°41'44" na distância de 54,23 m até o ponto 4 (E= 670826.675 m e N= 7041109.381 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 5,13 m até o ponto 5 (E= 670824.659 m e N= 7041114.089 m); deste segue à esquerda em linha reta azimute de 330°56'20" na distância de 76,48 m até o ponto 6 (E= 670787.507 m e N= 7041180.943 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 7°40'43", raio de 25,00 m, tangente de 1,68 m na distância de 3,35 m até o ponto 7 (E= 670785.689 m e N= 7041183.754 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute 323°15'37" na distância de 135,59 m confrontando com a área 01 do proprietário até o ponto 8 (E= 670704.583 m e N= 7041292.409 m); pelos fundos ao Norte em linha reta com azimute de 77°43'15" na distância de 13,18 m, sendo que confrontando com lote nº 01 de Mauro Nardelli – Matrícula nº 14.809, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 12,08 m e segue confrontando com Osvaldo Schuster - Matrícula nº 26.992, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 1,10 m até o ponto 9 (E= 670717.464 m e N= 7041295.213 m); e pelo lado esquerdo à Leste em linha reta com azimute de 143°15'37" na distância de 130,93 m até o ponto 10 (E= 670795.787 m e N= 7041190.287 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 7°40'43", raio de 25,00 metros, tangente de 1,68 m na distância de 3,35 m até o ponto 11 (E= 670797.605 m e N= 7041187.476 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 150°56'20" na distância de 78,52 m até o ponto 12 (E= 670835.748 m e N= 7041118.838 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 2,49 m confrontando com Osvaldo Schuster - Matrícula nº 26.992, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) até o ponto 13 (E= 670836.847 m e N= 7041116.606 m); deste segue à direita dando continuidade a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 2,64 m até o ponto 14 (E= 670837.764 m e N= 7041114.131 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 162°41'44" na distância de 54,24 m até o ponto 15 (E= 670853.899 m e N= 7041062.341 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 25,00 m, tangente de 2,55 m na distância de 5,08 m até o ponto 16 (E= 670855.892 m e N= 7041057.675 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 151°02'51" na distância de 13,45 m confrontando com a área 02 do proprietário até o ponto 17 (E= 670862.402 m e N= 7041045.909 m) e deste segue com início da descrição até o ponto 1 (E= 670851.051 m e N= 7041041.636 m).

Nesta Rua fica reservada a área total de 347,06 m², constante da faixa de 30,00 m da margem esquerda do Ribeirão do Ouro, destinadas à Área de Preservação Permanente – APP, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A área de APP sobre a Rua Pietro Domênico Dallabrida faz frente ao Sul em linha reta com a própria rua em 12,13 m; lado direito à Oeste em linha reta de 12,92 m, segue com a curva de transição na distância de 5,08 m e segue em linha reta na distância de 12,40 m com a área 01 do proprietário; fundos ao Norte em linha sinuosa com a própria rua em 12,18 m; e, lado esquerdo à Leste em linha reta na distância de 9,11 m, segue com a curva de transição na distância de 5,08 m e segue em linha reta com a área 01 do proprietário em 13,45 m.

§3º. – Em razão da desapropriação da área acima para regularização da Rua Pietro Domenico Dallabrida, o imóvel objeto da matrícula nº 14.109, livro 2, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, que possui ÁREA ESCRITURADA de 39.206,00 m² (trinta e nove mil duzentos e seis metros quadrados) e ÁREA ENCONTRADA de 47.737,48 m² (quarenta e sete mil e setecentos e trinta e sete metros e quarenta e oito décimos quadrados), fica dividido em 02 (duas) áreas com as seguintes descrições perimetrais:

ÁREA 01: 40.339,95 m² (quarenta mil e trezentos e trinta e nove metros e noventa e cinco décimos quadrados).

LOCALIZAÇÃO: O imóvel situado no lado ímpar da Rua Pietro Domênico Dallabrida, distando pelo lado direito do imóvel (ponto 1) em 158,7 m até a esquina formada com o lado par da Rua Sete de Setembro.

EDIFICAÇÕES: Edificado com uma casa com 90m².

Inicia-se a descrição deste imóvel no ponto 1, fazendo frente em linha reta com azimute de 331°02'51" na distância de 12,92 m até o ponto 2 (E= 670844.799 m e N= 7041052.938 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 25,00 m, tangente de 2,55 m na distância de 5,08 m até o ponto 3 (E= 670842.806 m e N= 7041057.604 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 342°41'44" na distância de 54,23 m até o ponto 4 (E= 670826.675 m e N= 7041109.381 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m na distância de 5,13 m até o ponto 5 (E= 670824.659 m e N= 7041114.089 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 330°56'20" na distância de 76,48 m até o ponto 6 (E= 670787.507 m e N= 7041180.943 m); deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 7°40'43", raio de 25,00 m, tangente de 1,68 m na distância de 3,35 m até o ponto 7 (E= 670785.689 m e N= 7041183.754 m); deste segue à esquerda em linha reta com azimute de 323°15'37" na distância de 135,59 m confrontando com o lado ímpar da Rua Pietro Domênico Dallabrida até o ponto 8 (E= 670704.583 m e N= 7041292.409 m); deste segue pelo lado esquerdo em linha reta com ângulo interno de 114°27'39" à esquerda com azimute de 257°43'15" em 45,43 m até o ponto 9 (E= 670660.188 m e N= 7041282.747 m); deste segue em linha reta com ângulo interno de 148°37'43" à esquerda com azimute de 226°20'58" confrontando com lote nº 01 de Mauro Nardelli - Matrícula nº 14.809, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 86,94 m até o ponto 10 (E= 670597.280 m e N= 7041222.734 m); deste segue pelos fundos em linha reta com ângulo interno de 105°35'59" à esquerda com azimute de 151°56'56" confrontando com área remanescente de Norvete Luiza Felippi Volani, Osvaldino Volani e Orli Volani - Matrícula nº 9.792, Lº2 (antes: Osmari Volani) em 261,08 m até o ponto 11 (E= 670720.054 m e N= 7040992.325 m); deste segue pelo lado direito em linha reta com ângulo interno de 97°25'24" à esquerda com azimute de 69°22'20" em 139,97 m, sendo que confronta com Dorval Paoletto e Valderes Paoletto - Matrícula nº 16.622, Lº2 (antes: Eleutério Busarello) em 46,80 m, segue confrontando com parte dos lotes nºs 11 e 11-A de Aury José Dallabrida - Matrícula nº 13.517, Lº2 (antes: Lidia Volani) em 50,00 m e segue confrontando com área remanescente de Osnir Lazzarini - Matrícula nº 8.733, Lº2 (antes: Osni Lazarini) em 43,17 m até o ponto 1 (E= 670851.051 m e N= 7041041.636 m); deste segue com ângulo interno de 81°40'31" à esquerda com o início da descrição do perímetro de 826,20 m.

Neste imóvel fica reservada a área de 5.173,23 m² constituída a faixa de 30,00 m em ambas as margens do Ribeirão do Ouro, destinadas à Área de Preservação Permanente – APP 01, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A área de APP 01 faz frente à Leste em linha reta em 12,92 m, segue com a curva de transição na distância de 5,08 m e segue em linha reta na distância de 12,40 m com o lado ímpar da Rua Pietro Domênico Dallabrida; lado direito ao Sul em linha reta em 139,97 m, sendo que confronta com Dorval Paoletto e Valderes Paoletto - Matrícula nº 16.622, Lº2 (antes: Eleutério Busarello) em 46,80 m, segue confrontando com parte dos lotes nºs 11 e 11-A de Aury José Dallabrida - Matrícula nº 13.517, Lº2 (antes: Lidia Volani) em 50,00 m e segue confrontando com área remanescente de Osnir Lazzarini - Matrícula nº 8.733, Lº2 (antes: Osni Lazarini) em 43,17 m; fundos à Oeste em linha reta com área remanescente de Norvete Luiza Felippi Volani, Osvaldino Volani e Orli Volani - Matrícula nº 9.792, Lº2 (antes: Osmari Volani) em 38,43 m; e, lado esquerdo ao Norte em linha sinuosa com área 01 do proprietário em 144,40 m.

ÁREA 02: 3.896,06 m² (três mil e oitocentos e noventa e seis metros e seis décimos quadrados).

LOCALIZAÇÃO: O imóvel situado no lado par da Rua Pietro Domênico Dallabrida, distando pelo lado esquerdo do imóvel (ponto 1) em 157,8 m até a esquina formada com o lado par da Rua Sete de Setembro.

Inicia-se a descrição deste imóvel no ponto 1, fazendo frente em linha reta com azimute de 331°02'51" em 13,45 m até o ponto 2 (E= 670855.892 m e N= 7041057.675 m); deste segue à direita formando a curva de transição com ângulo central de 11°38'53", raio de 25,00 m, tangente de 2,55 m na distância de 5,08 m até o ponto 3 (E= 670853.899 m e N= 7041062.341 m); deste segue à direita em linha reta com azimute de 242°41'44" em 54,24 m até o ponto 4 (E= 670837.764 m e N= 7041114.131 m); e deste segue à esquerda formando a curva de transição com ângulo central de 11°45'24", raio de 25,00 m, tangente de 2,57 m confrontando com o lado par da Rua Pietro Domênico Dallabrida na distância de 2,64 m até o ponto 5 (E= 670836.847 m e N= 7041116.606 m); deste segue pelo lado direito em linha reta à direita com azimute de 61°46'00" confrontando com Osvaldo Schuster - Matrícula nº 26.992, Lº2 (antes: Sérgio Luiz Dallabrida) em 43,17 m até o ponto 6 (E= 670874.883 m e N= 7041137.029 m); deste segue pelos fundos em linha reta com ângulo interno de 89°52'19" à direita com azimute de 151°53'40" confrontando com Mário Panini, Maria Panini e Annita Bertoldi - Matrícula nº 15.194, Lº2 (antes: Annita Bertoldi) em 81,57 m até o ponto 7 (E= 670913.313 m e N= 7041065.073 m); deste segue pelo lado esquerdo em linha reta com ângulo interno de 82°31'20" à direita com azimute de 249°22'20" confrontando com Laércio Andreazza - Matrícula nº 3.480, Lº2 em 54,40 m até o ponto 1 (E= 670862.402 m e N= 7041045.909 m); deste segue com ângulo interno de 98°19'29" à direita com o início da descrição do perímetro de 254,55 m.

Neste imóvel fica reservada a área de 1.099,66 m² constituída a faixa de 30,00 metros da margem esquerda do Ribeirão do Ouro, destinadas à Área de Preservação Permanente – APP 02, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição:

A área de APP 02 faz frente à Oeste em linha reta de 13,45 m, segue com a curva de transição na distância de 5,08 m e segue em linha reta de 9,11 m com o lado par da Rua Pietro Domênico Dallabrida; lado direito ao Norte em linha sinuosa com área 02 do proprietário em 57,92 m; fundos à Leste em linha reta com Mário Panini, Maria Panini e Annita Bertoldi - Matrícula nº 15.194, L^o2 (antes: Annita Bertoldi) em 9,65 m; e, lado esquerdo ao Sul em linha reta com Laércio Andreazza - Matrícula nº 3.480, L^o2 em 54,40 m.

Art.2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade publica por este Decreto, é considerada de “urgência”, razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2016.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.773, de 02 de junho de 2016, o Decreto nº 2.809, de 23 de março de 2017 e o Decreto nº 2.879, de 14 de março de 2018.

Rio dos Cedros, 29 de Maio de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Maio de 2018.
MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.905, DE 07 DE JUNHO DE 2018. REGULAMENTA O SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EXCLUSIVAMENTE PARA A RUA BOLÍVIA, PELO REGIME DE MUTIRÃO

Publicação Nº 1661767

DECRETO Nº 2.905, DE 07 DE JUNHO DE 2018.

REGULAMENTA O SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EXCLUSIVAMENTE PARA A RUA BOLÍVIA, PELO REGIME DE MUTIRÃO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº216, DE 10 DE JULHO DE 2012, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 89/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto estabelece regras para hierarquização dos pedidos de Pavimentação, Melhoria e/ou Manutenção de Logradouros e Passeios destinados ao uso público que integram as vias do município de Rio dos Cedros pelo regime de mutirão de que trata a Lei Complementar nº216, de 10 de Julho de 2012 e em conformidade com o Credenciamento nº 89/2017, exclusivamente para a pavimentação em Regime de Mutirão da rua BOLÍVIA, em toda a sua extensão.

Art.2º - Os interessados na pavimentação de vias públicas deverão dirigir a empresa credenciada Credenciamento nº 89/2017, a qual, a partir da adesão mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) dos proprietários de imóveis (computado o percentual por imóvel), ficará autorizada a executar as obras de pavimentação.

§1º - Considera-se adesão a efetiva participação financeira dos interessados (proprietários/possuidores dos imóveis lindeiros), como forma de viabilizar a execução da obra.

§2º - Os proprietários de imóveis que não aderirem ao sistema de mutirão deverão ser submetidos ao regime de contribuição de melhoria, cabendo ao Departamento de Tributação a adoção das medidas pertinentes à cobrança do tributo.

Art.3º - A Secretaria Municipal de Planejamento caberá a homologação e aprovação do projeto de pavimentação na via pública, bem como o cronograma físico e temporal de execução da obra mencionada no artigo 1º do presente Decreto, competindo a empresa credenciada, nos termos constantes do Credenciamento nº 89/2017, diligenciar apresentando os documentos necessários a homologação e aprovação do projeto de pavimentação do logradouro, mediante a utilização dos materiais constantes do credenciamento, conforme análise técnica do órgão municipal de planejamento e infraestrutura.

§1º - Caberá à empresa Credenciada executora da obra a retirada de todas as licenças, autorizações, bem como o pagamento de todos os tributos e taxas cabíveis, respondendo única e exclusivamente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, infortunisticos, securitários, entre outros, eventualmente incidentes sobre a obra, além de responder pelos atos e omissões de seus funcionários, empregados, prepostos e terceiros, sem qualquer responsabilidade, solidária ou subsidiária do Município ou dos aderentes do Regime de Mutirão, pelas

suas ações ou negligência, assegurado o direito destes de regresso em face daquela em caso de eventual condenação.

Art. 4º - A contratação do serviço de pavimentação ocorrerá diretamente entre os proprietários /possuidores dos imóveis lindeiros e a empresa credenciada, não havendo qualquer responsabilidade do Município pelo custeio em razão de eventual inadimplência daqueles.

§1º - Os serviços contratados deverão ser executados através dos profissionais da empresa Credenciada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto naquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da Administração Pública, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva da Contratada pelo ônus, responsabilidade e perfeição técnica do mesmo.

§2º - Em nenhuma hipótese a responsabilidade pelos pagamentos das obrigações pactuadas entre os aderentes e a Credenciada será arcada pela Municipalidade, cabendo a credenciada procurar as vias legais cabíveis para seu devido ressarcimento contra os aderentes inadimplentes, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, a paralização da obra ou o descumprimento dos prazos e projetos sob a justificativa de inadimplência de pagamentos.

Art. 5º - A empresa credenciada, para os fins da contratação mencionada no caput do artigo anterior, deverá utilizar-se da minuta de contrato constante da Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, efetuando as devidas adaptações no que for cabível para melhor adequação ao sistema de contratação e as regras convencionadas, além das disposições do presente Decreto.

Art. 6º - Não haverá qualquer vínculo trabalhista entre a empresa Credenciada e o Município de Rio dos Cedros.

§1º - É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 71 da Lei 8.666/93.

§2º - A CREDENCIADA executará única e exclusivamente as disposições constantes do Credenciamento e do presente Decreto, por seus próprios meios, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre os empregados e prepostos da CREDENCIADA e o Poder Público.

Art. 7º - Através de sua Secretaria de Planejamento, o Município de Rio dos Cedros exercerá fiscalização sobre a obra de pavimentação, a qual deverá seguir a metodologia técnica e regulamentar dos serviços de engenharia destinados a tais fins, bem como observar todos os critérios e normatizações técnicas determinadas pela Secretaria de Planejamento e Infraestrutura quando da homologação e aprovação do projeto de pavimentação apresentado pela empresa Credenciada.

§1º - A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CREDENCIADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução da obra de pavimentação do logradouro citado neste Decreto e perante quaisquer terceiros e o Poder Público.

§2º - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes do Credenciamento nº 89/2017, fica a CREDENCIADA responsável:

I - em prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos, independentemente do adimplemento das obrigações pactuadas com os proprietários/possuidores aderentes;

II - em disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;

III - pelo gerenciamento e pela Responsabilidade Técnica relativa a obra;

IV - civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao Poder Público e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;

V - única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução da obra de pavimentação;

VI - em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto da pavimentação, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao Poder Público e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;

VII - em assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução do objeto da pavimentação;

VIII - em refazer todos e quaisquer serviços mal executados ou defeituosos, bem como com a execução fora das especificações técnicas, arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus, sejam eles de que natureza for;

IX - única e exclusivamente quanto a toda e qualquer indenização ou responsabilidade civil e criminal que surgirem em virtude do objeto da pavimentação;

X - em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;

XI - única e exclusivamente por todos os serviços, materiais e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários a execução do objeto da pavimentação;

XII - em fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto da pavimentação;

XIII - quanto à quantidade e qualidade dos materiais e serviços oferecidos, respondendo civil e penalmente por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos;

XIV - em comunicar o Poder Público, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir ou retardar a execução destes serviços (por escrito);

XV - em cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto da pavimentação ou aquelas apresentadas pelo Poder Público;

XVI - em assumir todos os custos relativos ao deslocamento de pessoal ou de material necessário ao cumprimento do objeto da pavimentação;

XVII - por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;

XVIII - de forma única e exclusiva, por todo tributo, fornecimento, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias à execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;

XIX - civil, criminal e por toda e qualquer indenização que porventura surgir em virtude de dano causado ao Poder Público e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência, por dolo praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos ou, ainda, por todo e qualquer acontecimento que porventura surgir em decorrência do objeto e demais equipamentos e materiais necessários a execução da obra de pavimentação;

XX - em facilitar que o Poder Público acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução da obra de pavimentação, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Art. 8º - A empresa Credenciada responderá exclusivamente pela solidez e perfectibilidade da obra, de acordo com a legislação de regência, respondendo também por todos os atos praticados por seus funcionários, prepostos ou terceiros, dolosos ou culposos, sem que haja qualquer responsabilidade do Município.

§1º - Em caso de condenação do Município por fato praticado por preposto, funcionário e/ou terceiros da empresa Credenciada, ficará assegurado o direito de regresso daquele em face desta.

Art. 9º - Como contrapartida no Regime de Mutirão da Rua BOLÍVIA, nos termos da Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, o Município realizará as seguintes obras:

- I – Melhorias de drenagem com reposicionamento de bocas de lobo e complementação de tubulação;
- II – Preparação e nivelamento da pista compreendendo o fornecimento de meio fio;
- III – Fornecimento de colchão de areia para assentamento de lajota;
- IV – Sinalização vertical, sem pintura de meio fio.

§1º - A Credenciada, antes da execução de seus trabalhos, deverá realizar aprofundado estudo sobre a situação do solo em que será realizada a obra de pavimentação bem como sobre os serviços que ficaram sobre a responsabilidade do Município.

§2º - Apurando a necessidade de regularização de qualquer parcela dos serviços que ficaram sob a incumbência do Município, no regime de mutirão de que trata o presente Decreto, a Credenciada deverá Notificar o Município, no prazo de 03 (três) dias corridos, após a emissão da ordem de serviço, através de sua Secretaria de Obras, para que regularize a situação.

§3º - O início das obras pela Credenciada e/ou a ausência de manifestação no prazo mencionado no parágrafo anterior, afasta a responsabilidade do Município, inclusive sobre a parcela que executou, e implica a assunção pela Credenciada da obrigação de promover todas as eventuais correções que eventualmente sejam necessárias para regularização de problemas ocorridos com a pavimentação, inclusive os referentes as obras executadas originariamente pela municipalidade.

Art. 10 – Após a aprovação dos projetos pela Secretaria de Planejamento e a demonstração pela Credenciada de contratação com 100%(cem por cento) de adesão ao Poder Executivo Municipal, este, através da Secretaria Municipal de Obras, emitirá a ordem de início de serviços.

§1º - A apresentação dos contratos individuais celebrados entre a empresa Credenciada e cada um dos aderentes, substitui, para todos os fins e efeitos, a utilização da minuta constante do Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, que tem caráter meramente exemplificativo podendo ser substituída por outros documentos que lhe fizerem às vezes.

Art.11 – A Credenciada, pelo descumprimento das regras previstas neste Decreto, no Edital de Credenciamento, nos projetos, memoriais e cronogramas aprovados pela Secretaria de Planejamento ficará sujeita a imposição das sanções capituladas no artigo 87 da Lei 8.666/97.

§1º - Além das demais disposições constantes do Credenciamento nº 089/2017, e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo Poder Público, a Credenciada incorrerá nas seguintes penalidades:

- I - 10,0% (dez por cento) do valor da obra, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do presente Decreto ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.
- II - demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8.666/97, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme previsão legal.

§2º - A Credenciada será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

§3º - A penalidade de multa deverá ser paga junto à Tesouraria do Poder Executivo de Rio dos Cedros, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo.

§4º - Caso a Credenciada não efetive o pagamento espontâneo da penalidade até o dia estabelecido, ficará sujeita a suspensão do contrato e compensação nos créditos que eventualmente detenha junto ao CONTRATANTE.

Art.12 - A rescisão contratual, com o descredenciamento poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do Poder Público, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Poder Público.

Art. 13 - A inexecução total ou parcial da obra de pavimentação enseja o descredenciamento da empresa, com as consequências previstas no artigo 11 deste Decreto.

Art.14 - Constituem também motivos para rescisão do Contrato, as demais disposições constantes do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

§1º - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CREDENCIADA, esta terá direito ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido, ressarcimento que deverá ser pleiteado em face dos aderentes.

§2º - A rescisão de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

§3º - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do Poder Público, a rescisão importará em:

I - aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o Poder Público, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

II - declaração de inidoneidade quando a CREDENCIADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo do Poder Público).

§4º - A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

Art.15 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio dos Cedros, em 07 de Junho de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 07 de Junho de 2018.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.906, DE 15 DE JUNHO DE 2018. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 2628

Publicação Nº 1661771

DECRETO Nº 2.906, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 2628 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE ASTRID ADAM WEISS, SIDNEI WEISS e ARNO ADAM (ESPÓLIO) e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores ; e

Considerando, a necessidade de regularização da área para integrar a RCD-455, cuja área já vem sendo utilizada como logradouro público, de propriedade de ASTRID ADAM WEISS, brasileira, industriaria, inscrita no CPF sob nº 833.034.139-91, casada pelo regime da comunhão universal de bens com SIDNEI WEISS, brasileiro, industrial, inscrito no CPF sob nº 674.394.389-49, e ARNO ADAM (ESPÓLIO), brasileiro, era industrial, inscrito no CPF sob nº 657.274.959-20;

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida Rodovia Municipal, tratando-se portanto de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização do logradouro já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015) e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno rural, objeto da matrícula nº 2628, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

A) Área desapropriada para a Rodovia Municipal RCD 455:

Com a área total de 2.458,26 m² (dois mil, quatrocentos e cinquenta e oito metros e vinte e seis decímetros quadrados).

Inicia-se a descrição desta área no ponto OPP (E= 673489.492m e N= 7038506.737m), fazendo frente ao NORTE em linha reta com azimute de 271°42'16" confrontando com a própria Rodovia em 12,44m, até o ponto 1 (E= 673477.059m e N= 7038507.107m); deste segue pelo lado esquerdo à OESTE em linha reta à esquerda com azimute de 166°27'10" em 17,14m, até o ponto 2 (E= 673481.075m e N= 7038490.441m); deste segue em linha reta à direita com azimute de 168°46'22" em 46,72m, até o ponto 3 (E= 673490.171m e N= 7038444.615m); deste segue em linha reta à direita com azimute de 171°09'04" em 30,79m, até o ponto 4 (E= 673494.907m e N= 7038414.196m); deste segue em linha reta à direita com azimute de 175°14'01" em 37,45m, até o ponto 5 (E= 673498.019m e N= 7038376.875m); deste segue em linha reta à direita com azimute de 178°00'29" em 72,49m, até o ponto 6 (E= 673500.538m e N= 7038304.427m); deste segue pelos fundos ao SUL em linha reta à esquerda com azimute de 92°07'25" confrontando com a própria Rodovia em 12,07m, até o ponto 7 (E= 673512.579m e N= 7038303.466m); deste segue pelo lado direito à LESTE em linha reta à esquerda com azimute de 358°00'29" em 74,16m, até o ponto 8 (E= 673510.001m e N= 7038377.583m); deste segue em linha reta à esquerda com azimute de 355°14'01" em 38,17m, até o ponto 9 (E= 673506.830m e N= 7038415.619m); deste segue em linha reta à esquerda com azimute de 351°09'04" em 31,46m, até o ponto 10 (E= 673501.990m e N= 7038446.707m); deste segue em linha reta à esquerda com azimute de 348°46'22" em 47,21m, até o ponto 11 (E= 673492.798m e N= 7038493.016m); deste segue em linha reta à esquerda com azimute de 346°27'10" em 14,11m confrontando com a área 02 do proprietário, até o ponto OPP; e deste segue à esquerda com o início desta descrição, perfazendo o perímetro de 352,61m. Nesta via fica reservada a Área de Preservação Permanente 01 sobre a Rodovia Municipal RCD-455 de 409,19 m², constante da faixa de 30,00 metros de ambas as margens do Ribeirão, denominada APP, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/12; com a seguinte descrição:

A Área de Preservação Permanente 01 sobre a Rua faz frente ao Norte em linha reta em 12,44m com a própria Rodovia; pelos fundos ao Sul em linha reta em 12,54m com a própria Rodovia; lado direito à Leste em linha reta em 14,11m e segue em linha reta em 16,77m com a área 03 dos proprietários; lado esquerdo à Oeste em linha reta em 17,14m e segue em linha reta em 19,87m com a área 02 dos proprietários.

§1º. - A área acima desapropriada, provém de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 2628, com a área total escriturada de 244.000,00m² (duzentos e quarenta e quatro mil metros quadrados) e área total encontrada de 257.808,98m² (duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e oito metros e noventa e oito decímetros quadrados).

§2º. - Em razão da desapropriação da área acima para regularização da Rodovia RCD 455, o imóvel objeto da matrícula nº 2628, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, que possui área total escriturada de 244.000,00m² (duzentos e quarenta e quatro mil metros quadrados) e área total encontrada de 257.808,98m² (duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e oito metros e noventa e oito decímetros quadrados), fica dividido em 02 (duas) áreas, caracterizadas como ÁREA 02 e ÁREA 03, com as seguintes descrições perimetrais:

ÁREA 02: 54.286,80m² (cinquenta e quatro mil e duzentos e oitenta e seis metros e oitenta decímetros quadrados).

LOCALIZAÇÃO: A área situa-se no lado par da Rodovia Municipal RCD-455, distando pelo lado esquerdo do imóvel (ponto OPP) em 980,00 metros da esquina formada com o lado ímpar do Acesso Estadual AE-110A.

Inicia-se a descrição desta área no ponto OPP (E= 673477.059m e N= 7038507.107m), fazendo frente à LESTE em linha reta com azimute de 166°27'10" em 17,14m, até o ponto 1 (E= 673481.075m e N= 7038490.441m); deste segue em linha reta à direita com azimute de 168°46'22" em 46,72m, até o ponto 2 (E= 673490.171m e N= 7038444.615m); deste segue em linha reta à direita com azimute de 171°09'04" em 30,79m, até o ponto 3 (E= 673494.907m e N= 7038414.196m); deste segue em linha reta à direita com azimute de 175°14'01" em 37,45m, até o ponto 4 (E= 673498.019m e N= 7038376.875m); deste segue em linha reta à direita com azimute de 178°00'29" em 72,49m, confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-455, até o ponto 5 (E= 673500.538m e N= 7038304.427); deste segue pelo lado direito ao SUL com azimute de 272°01'08" à direita em linha reta confrontando com Volrad Bolduan – Matrícula nº 6.592, Lº2 em 281,70m, até o ponto 6 (E= 673219.015 m e N= 7038314.352m); deste segue pelos fundos à OESTE com azimute de 2°23'32" à direita em linha reta em 200,36m, sendo que confronta com Cassiano Stinghen - Matrícula nº 13.283, Lº2 (antes: Herdeiros de Artur Adam) em 34,89m, segue com Marilene Hardt Zumach - Matrícula nº 13.284, Lº2 (antes: Herdeiros de Artur Adam) em 61,55m, segue com Marilene Hardt Zumach - Matrícula nº 13.285, Lº2 (antes: Herdeiros de Artur Adam) em 33,80m, segue com Juliana Purin - Matrícula nº 13.286, Lº2 (antes: Herdeiros de Artur Adam) em 33,22m, segue com Juliana Purin - Matrícula nº 13.287, Lº2 (antes: Herdeiros de Artur Adam) em 33,22m e segue com Edgar Hardt, Magida Hardt Kannenberg, Marilene Hardt Zumach e Marvin Hardt - Matrícula nº 483, Lº2 (antes: Herdeiros de Artur Adam) em 3,70m, até o ponto 7 (E= 673227.378m e N= 7038514.537); deste segue pelo lado esquerdo ao NORTE em linha reta à direita com azimute de 2°23'32" confrontando com Rodolfo Hoffmann – Matrícula nº 2.825, Lº2 em 249,79m, até o ponto OPP; e deste segue à direita com o início desta descrição, perfazendo o perímetro de 936,44m.

Neste imóvel fica reservada a área total de 4.893,17m², constante da faixa de 30,00 metros de ambas as margens do Ribeirão, destinada à Área de Preservação Permanente 02, denominada APP, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/12; com a seguinte descrição:

A Área de Preservação Permanente 02 faz frente à Leste em linha reta em 17,14m e segue em linha reta em 19,87m com o lado par da Rodovia Municipal RCD-455; lado direito ao Sul em linha sinuosa em 167,83m com terras dos proprietários; e lado esquerdo ao Norte em linha reta em 138,69m com Rodolfo Hoffmann – Matrícula nº 2.825, Lº2.

ÁREA 03: 201.063,92m² (duzentos e um mil e sessenta e três metros e noventa e dois decímetros quadrados).

LOCALIZAÇÃO: A área situa-se no lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-455, distando pelo lado direito do imóvel (ponto OPP) em 980,00 metros da esquina formada com o lado ímpar do Acesso Estadual AE-110A.

EDIFICAÇÕES: Edificado com uma casa e três ranchos.

Inicia-se a descrição desta área no ponto OPP (E= 673489.492m e N= 7038506.737m), fazendo frente à OESTE em linha reta com azimuth 166°27'10" em 14,11m, até o ponto 1 (E= 673492.798m e N= 7038493.016m); deste segue em linha reta à direita com azimuth de 168°46'22" em 47,21m, até o ponto 2 (E= 673501.990m e N= 7038446.707m); deste segue em linha reta à direita com azimuth de 171°09'04" em 30,79m, até o ponto 3 (E= 673506.830m e N= 7038415.619m); deste segue em linha reta à direita com azimuth de 175°14'01" em 38,17m, até o ponto 4 (E= 673510.001m e N= 7038377.583m); deste segue em linha reta à direita com azimuth de 178°00'29" em 74,16m confrontando com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-455, até o ponto 5 (E= 673512.579m e N= 7038303.466m); deste segue pelo lado esquerdo ao SUL em linha reta à esquerda com azimuth de 92°07'25" confrontando com Osmar Kruger – Matrícula nº 16.306, Lº2 (antes: Freimundo Kruger), em 968,52m, até o ponto 6 (E= 674480.439m e N= 7038267.577m); deste segue pelos fundos à LESTE em dois (2) segmentos, o primeiro segmento à esquerda em linha reta com azimuth de 3°58'20" em 152,97m, sendo que confronta com Dário Mengarda - Matrícula nº 2.627, Lº2 em 46,94m, segue com Valdir Mengarda - Matrícula nº 14.218, Lº2 (antes: Dário Mengarda) em 50,00m e segue com Leonido Zanghelini - Matrícula nº 2.798, Lº2 em 56,03m, até o ponto 7 (E= 674491.035m e N= 7038420.183m); e deste segue com o segundo segmento à esquerda em linha reta com azimuth de 320°45'43" confrontando com Leonido Zanghelini - Matrícula nº 2.798, Lº2 em 75,10m, até o ponto 8 (E= 674443.534m e N= 7038478.347m); deste segue pelo lado direito ao NORTE à esquerda em linha reta com azimuth de 271°42'16" confrontando com Rodolfo Hoffmann – Matrícula nº 2.825, Lº2 em 954,46m, até o ponto OPP; e deste segue à esquerda com o início desta descrição perfazendo o perímetro de 2.256,16m.

Neste imóvel fica reservada a área total de 59.740,23m², constante da faixa de 30,00 metros de ambas as margens do Ribeirão, destinada à Área de Preservação Permanente 03, denominada APP, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/12; com a seguinte descrição:

A Área de Preservação Permanente 03 faz frente à Oeste em linha reta em 14,11m e segue em linha reta em 16,77m com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-455; lado direito ao Norte em linha reta em 83,45m com Rodolfo Hoffmann – Matrícula nº 2.825, Lº2, segue em linha sinuosa com terras dos proprietários em 70,42m, segue em linha reta em 108,96m com Rodolfo Hoffmann – Matrícula nº 2.825, Lº2, segue em linha sinuosa com terras dos proprietários em 659,99m e segue em linha reta em 210,25m com Rodolfo Hoffmann – Matrícula nº 2.825, Lº2; lado esquerdo ao Sul em linha sinuosa em 1.039,73m com terras dos proprietários.

Art.2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade publica por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2016.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 15 de Junho de 2018.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 15 de Junho de 2018.
MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

TERMO DE ANULAÇÃO: DESPACHO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº. 37/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2018 NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS, FINALIDADE: SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Publicação Nº 1661630

Termo de Anulação

Despacho de anulação de licitação nº. 37/2018, processo administrativo nº. 37/2018 na modalidade de Tomada de Preços

Finalidade:

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

A comissão de licitações no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Considerando:

A existência de equívocos no descritivos do objeto licitado que compromete substancialmente o teor da licitação e a necessidade de readequações e estudos pelos órgãos envolvidos na formulação de novo termo de referência.

Resolve:

Anular o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto mencionado acima.

Para futuras contratações de acordo com a conveniência e as necessidades da administração pública, equacionados os problemas que motivaram a anulação do presente certame por vícios no objeto.

Rio dos Cedros, 21 de junho de 2018

Romelândia

PREFEITURA

ATA DE RP 56/2018

Publicação Nº 1661357

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56

Processo Licitatório Nº. 772/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 24/05/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 24/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: LUANA EDUARDA VERZA - MEI

CNPJ: 26.775.937/0001-22, FONE:

ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL, 214, CENTRO, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 772/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PARA O SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS), CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
58	200,0	KG	RISÓLIS FRITO DE CARNE BOVINO, FRANGO OU DE PRESUNTO E QUEIJO	19,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
59	200,0	KG	COXINHA FRITA DE CARNE DE FRANGO	19,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
60	100,0	KG	CANUDINHO FRITO DE REQUEIJÃO	19,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
61	100,0	KG	QUIBE FRITO DE CARNE	19,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
62	200,0	KG	EMPADINHA ASSADA DE FRANGO	19,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
63	200,0	KG	PASTEL ASSADO DE CARNE BOVINA	19,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
64	200,0	KG	ENROLADINHO ASSADO DE SALCHICHA	19,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
65	200,0	KG	ESFIRA ASSADA DE PIZZA OU CARNE	19,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
66	100,0	UN	BOLO BRANCO OU CHOCOLATE DE FORMA COM COBERTURA TAMANHO 30cm X 40cm X 3cm	26,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
67	200,0	KG	PASTELZINHO FRITO DE CARNE BOVINA OU FRANGO	24,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI
68	100,0	UN	GROSTOLI FOLHADO SALGADO	14,95	LUANA EDUARDA VERZA - MEI

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 24/05/18.

VALDIR BUGS		LUANA EDUARDA VERZA - MEI
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 57/2018

Publicação Nº 1661360

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 57/2018

Processo Licitatório Nº. 772/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 24/05/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 24/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 07.814.016/0001-87, FONE:

ENDEREÇO: RUA OLAVO BILAC, 1842, JARDIM AMERICA, 89803-426, CHAPECÓ, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 772/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PARA O SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS), CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	50,0	PAC	Arroz parboilizado, tipo 1, classe longo fino, pacote c/ 05kg.	9,30	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
5	100,0	UN	CAIXA DE CHÁ COM 20 SAQUINHOS DE 20g - DIVERSOS SABORES	2,50	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
11	100,0	PT	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO POTE DE 250g	3,90	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

16	100,0	UN	MARGARINA C/SAL EMBALAGEM DE 500 GR	2,80	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
35	200,0	PAC	Bolacha Tipo Maria. Ingredientes mínimos: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, açúcar invertido, sal, soro de leite em pó, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, emulsificante lecitina de soja, melhorador de farinha metabissulfito de sódio, aromatizantes, acidulante ácido láctico. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo no mínimo 370 gramas. Na data da entrega o produto deve dispor de no mínimo 06 meses de validade	2,75	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
36	100,0	UN	Bolacha Agua e Sal 400g	2,85	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
42	100,0	UN	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMBALAGEM DE 5 KG TIPO 1	8,15	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
57	300,0	UN	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - TORRA CLÁSICA, SABOR TRADICIONAL EMBALAGEM DE 500 GRAMAS -	8,45	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002,

conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.

5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.

6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.

8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:

10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 24/05/18.

VALDIR BUGS		NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 58/2018

Publicação Nº 1661363

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 58/2018

Processo Licitatório Nº. 772/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 24/05/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 24/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME

CNPJ: 17.940.829/0001-77, FONE:

ENDEREÇO: RUA PADRE ANCHIETA, 167, CENTRO, 89908-000, ROMELÂNDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 772/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PARA O SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS), CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
3	400,0	KG	BANANA CATURA GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	2,19	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
4	50,0	UN	CALDO DE GALINHA C/12 CUBOS DE 114Gr.	1,66	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
15	100,0	UN	MASSA DE PASTEL EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	3,89	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
24	100,0	KG	TOMATE DE 1ª QUALIDADE, sem lesões em bom estado de maturação	4,89	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
32	100,0	PAC	AMENDOIM DESCASCADO PACOTE DE 500gr.	3,29	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
34	100,0	UN	Abacaxi de Boa Qualidade.	5,19	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
37	300,0	UN	Café Soluvel Lata 200Gr.	8,85	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
43	25,0	UN	FERMENTO BIOLOGICO SECO INSTANTÂNEO EMBALADO A VACUO C/ 500G	9,69	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
45	200,0	KG	MAÇA FUJI - BOA QUALIDADE	4,89	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
51	100,0	KG	Presunto pré-cozido - A carne deve ser firme e úmida, mas não molhada. A gordura deve ser branca a castanho-clara, sem manchas amarelas ou verdes. A embalagem do produto deve conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rótulo.	21,49	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
52	100,0	UN	Queijo Mussarela - Produto deve conter cheiro e sabor de leite, porém ligeiramente ácidos, textura firme e sem buracos. A embalagem do produto deve ter o Selo do Serviço de Inspeção, conter registro da data de fabricação, peso e validade estampada no rótulo da embalagem	21,20	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
54	200,0	DZ	Ovos de galinha Acondicionado em Embalagem de Pape-lão.	5,00	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que

compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 24/05/18.

VALDIR BUGS		EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 59/2018

Publicação Nº 1661364

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 59/2018

Processo Licitatório Nº. 772/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 24/05/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 24/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

CNPJ: 05.919.156/0001-94, FONE:

ENDEREÇO: RODOVIA SC 283, 283, CENTRO, 89882-000, PLANALTO ALEGRE, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 772/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PARA O SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS), CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	120,0	UN	AÇUCAR CRISTALIZADO EMBALAGEM DE 5 KG	8,10	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
6	50,0	UN	CANELÁ EM PÓ EMBALAGEM DE 25 GRAMAS	0,94	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

9	30,0	UN	CRAVO DA ÍNDIA 20 GRAMAS	1,99	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
12	400,0	UN	GELATINA SABORES DIVERSOS 35 GR	0,63	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
14	1.500,0	L	LEITE INTEGRAL EMBALAGEM CARTONADA DE 1 LITRO	2,45	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
18	200,0	UN	OLEO DE SOJA Embalagem Pet de 900 ML. Ingredientes: Óleo de Soja e Antioxidantes TBHQ e Ácido Cítrico. SEM GLÚTEN.	3,37	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
21	60,0	UN	SAGU CLASSE PÉROLA TIPO 1 EMBALAGEM C/ 500 GR	2,75	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
28	100,0	PAC	POLVILHO DOCE PACOTE DE 500G	2,50	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
31	100,0	PAC	Achocolatado em pó,c/vitaminas embalagem de 400 gramas	2,45	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
33	30,0	PAC	Amido de milho - pacote de 500gr, 100% amido de milho.	1,49	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
48	50,0	UN	ORÉGANO EMB. 10 GR	1,38	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
 - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
 - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
 - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
 - 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
 - 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
 - 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
 - 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 24/05/18.

VALDIR BUGS		AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		

DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 60/2018

Publicação Nº 1661365

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 60/2018

Processo Licitatório Nº. 772/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 24/05/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 24/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 13.995.853/0001-52, FONE:

ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, 813, MORADA DO SOL, 89874-000, MARAVILHA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 772/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PARA O SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS), CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
7	100,0	KG	CARNE MOIDA PRIMEIRA QUALIDADE	10,00	SCS COMÉRCIO LTDA
8	100,0	UN	CHOCOLATE BARRA AO LEITE 1 Kg	16,90	SCS COMÉRCIO LTDA
22	50,0	PAC	Sal refinado iodado - embalagem de 01 kg.	0,79	SCS COMÉRCIO LTDA
26	20,0	UN	MACARRÃO EMBALAGEM C/ 3 KG	8,90	SCS COMÉRCIO LTDA
50	100,0	PAC	POLVILHO AZEDO PACOTE DE 500g	2,65	SCS COMÉRCIO LTDA
69	300,0	UN	Refrigerante Coca Cola 2L	5,60	SCS COMÉRCIO LTDA

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.

2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
 5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
 6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
 7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
 8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
 9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
 10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
 11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
 12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
 13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
 - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
 - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
 - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
 - 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
 - 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
 - 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
 - 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
 2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.
- Romelândia - SC, 24/05/18.

CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 61/2018

Publicação Nº 1661366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/2018

Processo Licitatório Nº. 772/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 24/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 24/05/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 24/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: Ivan Nhoatto ME

CNPJ: 02.305.661/0001-50, FONE:

ENDEREÇO: Rua Fredolino Fell, 54, , 00089-908, ROMELÂNDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 772/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 24/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PARA O SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS), CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
10	100,0	KG	COXA E SOBRECORA DE FRANGO CONGELADO, de boa qualidade, com odor e textura característicos do produto, apresentado em embalagens transparentes resistentes bem lacradas, com o nome do produto, fabricante e Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, ou SIM).	4,98	Ivan Nhoatto ME
13	200,0	UN	LEITE CONDENSADO EM CAIXINHA DE 395g	2,60	Ivan Nhoatto ME
17	50,0	UN	MANTEIGA COM SAL EMBALAGEM DE 200g - INSPECIONADO	5,89	Ivan Nhoatto ME
19	200,0	KG	PÃO DE CACHORRO QUENTE DE 90 GRAMAS	9,49	Ivan Nhoatto ME
20	100,0	PAC	MILHO PARA PIPOCA, TIPO 1, CLASSE AMARELA - PACOTE DE 500g	2,02	Ivan Nhoatto ME
23	100,0	PAC	SALSICHA DE CARNE BOVINA, PCT DE 400 GRAMAS	4,50	Ivan Nhoatto ME
25	60,0	UN	DOCE CREMOSO DE FRUTA EMBALAGEM DE 400 GRAMAS	2,35	Ivan Nhoatto ME
27	50,0	ACH	MAIONESE DE SACHE DE 500 g SEM GLÚTEM E 0% GORDURA TRANS	3,10	Ivan Nhoatto ME
29	50,0	PAC	SAL AMONIACO PACOTE DE 100G	0,99	Ivan Nhoatto ME
30	50,0	UN	AÇUCAR DE BAUNILHA 40g.	1,47	Ivan Nhoatto ME
39	100,0	UN	COCO RALADO 100gr	2,30	Ivan Nhoatto ME
40	100,0	UN	CREME DE LEITE EM CAIXINHA DE 200g	1,99	Ivan Nhoatto ME
41	100,0	UN	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM C/ 840 GR	5,49	Ivan Nhoatto ME
44	100,0	KG	Laranja de Boa Qualidade.	2,69	Ivan Nhoatto ME
46	100,0	KG	MAMÃO FORMOSA DE 1ª QUALIDADE EM BOM ESTADO DE MATURAÇÃO	4,40	Ivan Nhoatto ME
47	200,0	UN	MILHO VERDE EM CONSERVA. Ingredientes: Milho verde, água e sal. Embalagem de 200 gramas	1,10	Ivan Nhoatto ME
49	100,0	PAC	Pó para pudim 40gr varios sabores.	0,54	Ivan Nhoatto ME
53	50,0	PAC	TEMPERO PARA CARNE, LEGUMES E ARROZ PACOTE C/ 12 SACHES DE 60 GR	2,85	Ivan Nhoatto ME
55	50,0	UN	CREME DE CHANTILI 50 GRAMAS	2,97	Ivan Nhoatto ME
56	25,0	KG	Alho em Cabeça 1ª Qualidade.	20,00	Ivan Nhoatto ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
 5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
 6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
 7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
 8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
 9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
 10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
 11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
 12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
 13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:

- 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
- 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
- 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
- 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
- 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
 - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
 - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
 - 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
 - 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
 - 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 24/05/18.

VALDIR BUGS		Ivan Nhoatto ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 62/2018

Publicação Nº 1661372

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 62

Processo Licitatório Nº. 856/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 25/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 04/06/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: Ivan Nhoatto ME

CNPJ: 02.305.661/0001-50, FONE:

ENDEREÇO: Rua Fredolino Fell, 54, , 00089-908, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 856/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 25/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SCFV, CRAS E DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
15	300,0	UN	PAR DE LUVAS DE LÁTEX M ULTIUSO, AROMA DE LIMÃO, FLEXIVEL E RESISTENTES, FORRO INTERNO 100% ALGODÃO (COMPOSIÇÃO: LÁTEX, ALGODÃO, PIGMENTO, TALCO E AROMATIZANTE) TAMANHOS: P, M, G	8,97	Ivan Nhoatto ME
40	200,0	PAC	PILHA 2A C/ 4 UNIDADES.	2,60	Ivan Nhoatto ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a

DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 04/06/18.

VALDIR BUGS		Ivan Nhoatto ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 63/2018

Publicação Nº 1661374

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 63/2018

Processo Licitatório Nº. 856/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 25/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 04/06/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME

CNPJ: 17.940.829/0001-77, FONE:

ENDEREÇO: RUA PADRE ANCHIETA, 167, CENTRO, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA,

sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 856/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 25/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SCFV, CRAS E DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
39	200,0	UN	PILHA AAA ALCALINA EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	4,50	EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a

DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:

10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 04/06/18.

VALDIR BUGS		EVANDRO LUIZ ZIMMER - ME
CPF: 304.788.399-87		EVANDRO LUIZ ZIMMER
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 64/2018

Publicação Nº 1661375

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 64

Processo Licitatório Nº. 856/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 25/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 04/06/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2018, REGISTRAR OS PREÇOS

com a empresa:

VENCEDOR: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA

CNPJ: 12.144.365/0001-79, FONE:

ENDEREÇO: RUA DOM PEDRO II, 450, CENTRO, 89900-000, SÃO MIGUEL DO OESTE, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 856/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 25/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SCFV, CRAS E DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	500,0	PAC	Guardanapos de Papel 20 x 20cm pacote c/50 unidades	0,68	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
3	3.500,0	PAC	PAPEL TOALHA DUPLA FACE TAM. 22cm x 20cm, EMBALAGEM COM 02 ROLOS COM 50 TOALHAS CADA	2,40	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
10	1.000,0	UN	FLANELA DE LIMPEZA GERAL 100% ALGODÃO, TAMANHO 28cm X 38cm	1,50	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
12	500,0	UN	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO, CONCENTRADO, DE ALTO RENDIMENTO, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM DE 5 LITROS (COMPOSIÇÃO: Linear Alquilbenzeno sulfonato de sódio como princípio ativo). produto deverá apresentar no rótulo da embalagem: testado dermatologicamente. Informar número de Registro ou Notificação na ANVISA ou Ministério da Saúde.	9,40	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
18	3.000,0	UN	PAPEL TOALHA INTERFOLHADAS 21cm POR 23 cm PACOTE COM 1000 FOLHAS	5,89	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
22	200,0	UN	SABÃO EM BARRA NEUTRO 200 gr Acondicionado em embalagem plástica individual. (COMPOSIÇÃO: sabão de ácidos graxos Láuricos, Sabão de Ácidos Graxos Estearícos, Sabão de Ácidos Graxos Oleicos, Coadjuvante, Glicerina, Agente Anti-redepositante e Água)	1,25	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
28	100,0	UN	VASSOURA DE PALHA COSTURADA COM 5 FIOS, COM CABO DE MADEIRA	11,40	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
31	500,0	UN	TOALHA DE PANO BRANCA de 45 x 65 cm	2,05	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
35	70,0	UN	Balde de 1ª qualidade, de plástico resistente, polietileno, com 15 litros.	6,99	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que

direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.

4. Se algum material não corresponda ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.

2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.

3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.

2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.

5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.

6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.

8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:

10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
 2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 04/06/18.

VALDIR BUGS		A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 65/2018

Publicação Nº 1661377

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 65/2018

Processo Licitatório Nº. 856/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 25/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 04/06/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 13.995.853/0001-52, FONE:

ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, 813, MORADA DO SOL, 89874-000, MARAVILHA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 856/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 25/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SCFV, CRAS E DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	800,0	UN	Copos plásticos descartáveis 180ML, Embalagem c/100u-nid -	2,34	SCS COMÉRCIO LTDA
4	200,0	FR	Desodorizador de ambientes Aerosol de 360 ML - Perfume Lavanda, Floral ou Kids	6,85	SCS COMÉRCIO LTDA
7	500,0	UN	ÁGUA SANITÁRIA MULTIPLO USO EMBALAGEM DE 5 LITROS (COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HÍDRÓXIDO DE SÓDIO, CARBONATO DE CÁLCIO E ÁGUA. PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO - TEOR DE CLORO ATIVO: 2,0% A 2,5%)	7,15	SCS COMÉRCIO LTDA
8	250,0	UN	ALCOOL EM GEL, FRASCO DE 500 GRAMAS, 70°GL	4,25	SCS COMÉRCIO LTDA
9	150,0	UN	CERA LÍQUIDA VERMELHA AUTO BRILHO, NÃO PRECISA LUSTRAR, FRASCO DE 750 ML	4,00	SCS COMÉRCIO LTDA
11	500,0	UN	DESSINFETANTE DE USO GERAL, EMBALAGEM DE 5 LITROS (COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, CONSERVANTE, FRAGÂNCIA DE EUCALIPTO, CORANTE E VEÍCULO)	6,48	SCS COMÉRCIO LTDA
14	100,0	UN	LIQUÍDO LIMPA VIDRO EMBALAGEM DE 500 ML COM GATILHO DE JATO, (COMPOSIÇÃO: ALCOOL ETOXILADO PROPILADO, ATENUADOR DE ESPUMA, CORANTE, CONSERVANTE, FRAGÂNCIA E ÁGUA).	4,50	SCS COMÉRCIO LTDA
16	500,0	UN	PANO DE CHÃO PARA LIMPEZA GERAL TAMANHO 60cm X 78cm, 100% ALGODÃO	3,03	SCS COMÉRCIO LTDA
20	200,0	UN	RODO DE ESPUMA DUPLA FACE COM ESPUMA E FIBRA VERDE ABRASIVA PARA LIMPEZA PESADA, Tamanho 24 cm x 9 cm x 4 cm, Com cabo	7,00	SCS COMÉRCIO LTDA

21	200,0	UN	RODO DE ESPUMA PARA LIMPEZA DE PISO, Tamanho 24 cm x 9 cm x 4 cm, Com cabo	5,00	SCS COMÉRCIO LTDA
23	700,0	UN	SABÃO EM PÓ BRILHO ATIVO PARA ROUPAS BRANCAS E COLORIDAS EMBALAGEM DE 2 KG. (COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES, COADJUVANTES, SINERGISTA, BRANQUEADOR ÓPTICO, CORANTES, FRAGÂNCIA, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, CARGA E ÁGUA) CONSTAR NA EMBALAGEM O NUMERO DO REGISTRO NA ANVISA.	10,48	SCS COMÉRCIO LTDA
24	2.000,0	PAC	SACO DE LIXO DE 30 LITROS/6kg SUPER RESISTENTE DIMENSÕES MINIMAS DE 59 cm X 62 cm PACOTE COM 10 unidades	0,99	SCS COMÉRCIO LTDA
25	2.000,0	PAC	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE DE 50 LITROS SUPER RESISTENTE DIMENSÕES MINIMAS 63cm x 80cm PACOTE COM 10 UNIDADES	1,17	SCS COMÉRCIO LTDA
26	1.000,0	UN	SACO DE LIXO COM CAPACIDADE DE 100 LITROS / 20 KG SUPER RESISTENTE, DIMENSÕES MINIMAS 75 cm X 103 cm, PACOTE COM 15 UNIDADES	1,17	SCS COMÉRCIO LTDA
29	100,0	UN	VASSOURA DE PLÁSTICO com Cerdas em nylon, medindo no mínimo 10 cm de comprimento; com no mínimo 62 tufos, com 25 fios por tufo e pontas desfiadas (plumadas); base medindo 30 cm, em polipropileno; fixação no cabo por sistema de rosca; cabo em chapa metálica, plastificado, medindo 1,20 metros (admitindo-se variação de 10%);	6,00	SCS COMÉRCIO LTDA
32	200,0	UN	SAPÓLIO EM PÓ 300 gramas. Composição: detergentes, abrasivos e agentes de perfume.	2,00	SCS COMÉRCIO LTDA
34	100,0	UN	ESCOVA DE LAVAR MULTIUSO Nº. 16	1,65	SCS COMÉRCIO LTDA
36	200,0	UN	Toalha de Rosto 50cm x 78cm 100 % Algodão	5,00	SCS COMÉRCIO LTDA
37	100,0	UN	Rodo de Plástico 40cm com Borracha Dupla com Cabo	4,97	SCS COMÉRCIO LTDA
41	100,0	UN	Cera Liquida Incolor 750ml.	2,95	SCS COMÉRCIO LTDA

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de

penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.

2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.

5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.

6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.

8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:

10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 04/06/18.

VALDIR BUGS		SCS COMÉRCIO LTDA
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 66/2018

Publicação Nº 1661378

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2018

Processo Licitatório Nº. 856/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 25/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 04/06/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

CNPJ: 16.738.785/0001-34, FONE:

ENDEREÇO: RUA ALBINO SÁ FILHO, 1796, VILA REAL, 89805-845, CHAPECÓ, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 856/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 25/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SCFV, CRAS E DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
5	1.000,0	UN	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE MULTIUSO. TAMANHO 110mm X 72mm X 20mm. Acondicionada em embalagem plastica individual.	0,57	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
6	1.000,0	UN	ALCOOL ETÍLICO, TIPO HIDRATADO TEOR ALCÓLICO 46% EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITRO	3,68	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
13	200,0	PAC	Esponja de Lã de aço Pacote c/ 8 unidades	0,99	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
17	3.000,0	UN	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA, NEUTRO, EMBALAGEM COM 4 ROLOS DE 30 METROS X 10 CM	3,47	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
19	500,0	UN	PEDRA SANITÁRIA PARA BANHEIRO, Caixinha com 01 unidade de 20 gramas	0,73	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
27	500,0	UN	SAPONÁCEO CREMOSO 300 ML. (COMPOSIÇÃO: Linear Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio, Abrasivos, Ácido Tricloro Isocianúrico e Fragância. Com Tensoativo Biodegradavel)	2,02	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
30	300,0	UN	SABONETE LÍQUIDO EMBALAGEM DE 5 LITROS. (COMPOSIÇÃO: Lauril Éter Sulfato de Sódio, Espessante, Veículo e Fragâncias). Constar no Rótulo número da Autorização do Ministério da Saúde, e nome do Responsável Técnico.	10,98	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
33	100,0	UN	PRENDEDORES DE ROUPA DE MADEIRA, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 12 UNIDADES	1,05	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
38	20,0	UN	Garrafa Térmica Inox 1,8 litros, Sistema de alta pressão, Corpo em aço inox, Ampola de Vidro, Conserva Quente até 6 horas, Jato direcional, Bico corta pinga, Alça para carregar, Peso aproximado: 1,3 Kg, Diâmetro: 37,8 cm, Peso: 1,35 kg	64,40	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 04/06/18.

VALDIR BUGS		ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 67/2018

Publicação Nº 1661379

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 67/2018

Processo Licitatório Nº. 870/2018

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 27/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 06/06/18

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 27/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A.

CNPJ: 04.176.082/0001-80, FONE:

ENDEREÇO: RUA HERCULANO COELHO DE SOUZA, 555, REUNIDAS, 89000-500, CAÇADOR, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 870/2018 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 27/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DE MUNICÍPIOS EM TRATAMENTO DE SAÚDE E DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS A SERVIÇO FORA DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	100,0	SV	Passagem de Ônibus de São Miguel do Oeste/SC a Florianópolis/SC	195,51

2	100,0	SV	Passagem de ônibus de Florianópolis/SC a São Miguel do Oeste/SC	198,02
3	50,0	SV	Passagem de ônibus de São Miguel do Oeste/SC a Lages/SC	155,37
4	50,0	SV	Passagem de ônibus de Lages/SC a São Miguel do Oeste/SC	157,37
5	50,0	SV	Passagem de ônibus de São Miguel do Oeste/SC a Chapecó/SC	46,28
6	50,0	SV	Passagem de ônibus de Chapecó/SC a São Miguel do Oeste/SC	48,78
7	70,0	SV	Passagem de ônibus Chapecó/SC a Joinville/SC	194,70
8	70,0	SV	Passagem de ônibus de Joinville/SC a Chapecó/SC	193,20

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 06/06/18.

VALDIR BUGS		REUNIDAS TURISMO S.A.
CPF: 304.788.399-87		VINICIUS MARINS
CONTRATANTE		CONTRATADO

DARIZ GENZ		NILSON SCHAEFFER
CPF: 052.284.969-55		CPF: 942.251.099-68
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE RP 68/2018

Publicação Nº 1661382

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 68/2018

Processo Licitatório Nº. 866/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 26/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 21/06/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: JRM ELETRICA LTDA - ME

CNPJ: 15.600.788/0001-44, FONE: 49-91071282

ENDEREÇO: RUA OLAVO BILAC , 397, CENTRO, 89890-000, CUNHA PORÃ, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 866/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 26/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de Material Elétrico e Contratação de Mão de Obra para realização de reparos e melhorias no sistema de Iluminação Pública da Área Urbana do Município de Romelândia/SC, custeados parcialmente pela CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	1.000,0	SV	Mão de Obra para manutenção do ponto de Iluminação Pública (um ponto compreende toda manutenção necessária para funcionamento do mesmo).	43,00
2	400,0	UN	LAMPADA VAPOR SÓDIO 70 W ovóide ou tubular 28000h	19,30
3	200,0	UN	LAMPADA VAPOR SÓDIO 150 W ovóide ou tubular 28000h	31,80
4	200,0	UN	LAMPADA VAPOR SÓDIO 250 W ovóide ou tubular 28000h	35,80
5	100,0	UN	REATOR VAPOR SÓDIO GALVANIZADO 70 W	39,90
6	100,0	UN	REATOR VAPOR SÓDIO GALVANIZADO 150 W	44,00
7	100,0	UN	REATOR VAPOR SÓDIO GALVANIZADO 250 W	63,00
8	300,0	UN	RELÉ FOTO ELETRICO ELETRONICO 220V	16,90
9	300,0	UN	BASE RELE FOTO ELETRICO	5,70
10	100,0	UN	SUPORTE PORCELANA E27	3,20
11	100,0	UN	SUPORTE PORCELANA E40	6,40
12	300,0	MT	FIO FLEXIVEL 1,5mm 750 VOLTS	1,05
13	200,0	UN	CONECTOR CUNHA TIPO I	3,50
14	200,0	UN	CONECTOR CUNHA TIPO II	2,38
15	200,0	UN	CONECTOR CUNHA TIPO III	2,40
16	100,0	UN	CONECTOR PIERCING 1,5X10 10X95MM	5,80
17	100,0	UN	FITA AUTO FUSÃO 10 MTS	12,40
18	100,0	UN	Fita isolante 20mt	2,90
19	30,0	UN	LUMINARIA IP ESTAMPADA FECHADA E27 80W	61,40
20	100,0	UN	CONECTOR PERFURANTE 16-70/1,5 6	7,00
21	30,0	UN	CHAVE ILUMINAÇÃO PUB. 1X50 A	189,00
22	200,0	UN	LUMINARIA IP FECHADA ESTAMPADA E40 400W	119,00
23	250,0	UN	PARAFUSO GALVANIZADO 16X250	6,50
24	50,0	UN	BRAÇO IP 1X25X38 GALVANIZADO ESPECIAL	19,40
25	50,0	UN	BRAÇO IP 3MT GALVANIZADO ESPECIAL	112,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
 - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
 - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
 - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
 - 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
 - 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
 - 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
 - 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia - SC, 21/06/18.

VALDIR BUGS		JRM ELETRICA LTDA - ME
CPF: 304.788.399-87		MÁRCIA E. S. REDEMSKI
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		LUCIMAR LUIZ FERRARI
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

LEI 2.294/2018 COM ANEXO

Publicação Nº 1660724

LEI MUNICIPAL Nº 2.293/2018

Autoriza a alienação de bens móveis inservíveis para a Administração e dá outras providências.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Romelândia autorizado a proceder a alienação dos bens móveis inservíveis para a Administração constantes no Anexo Único, parte integrante da presente lei, os quais fazem parte do patrimônio municipal.

Art. 2º A alienação de que trata o artigo 1º será realizada por processo licitatório, na forma prevista na Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º O valor mínimo para alienação dos itens descritos no Anexo Único desta Lei será estabelecido pela Comissão de Avaliação, constituída através do Decreto nº. 3.913/2017.

Art. 4º Após a alienação, fica autorizado o chefe do Poder Executivo baixar do patrimônio os itens vendidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Romelândia, SC, 20 de junho de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia-SC

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS BENS QUE SERÃO ALIENADOS

Nº DO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM
3955	01 veículo FIAT PÁLIO ECONOMY FIRE FLEX 8V 4P, ano/modelo 2011/2011, cor branca, placas MHW 1942, alcool/gasolina, chassi 9BD17164LB5737248
4000	01 veículo car/caminhonete/c aberta, FIAT/STRADA FIRE FLEX, ano/modelo 2011/2012, cor branca, placas MIU 6576, chassi 9BD27803MC7445052
4968	01 veículo FIAT/PALIO ELX FLEX, ano/modelo 2008/2008, cor cinza, placas MFA 3987, chassi 9BD17140AB85251983
4676	01 veículo car/caminhonete/c. aberta, VW/SAVEIRO 1.6, ano/modelo 2009/2010, cor branca, placas ARI 8674, chassi 9BWK05W1AP006713
4963	01 trator agrícola marca Massey Fergunsson, modelo MF 4275/4, diesel, 4 cilindros, 75 CV, série 4275364967

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 062/2018 PR

Publicação Nº 1661931

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 062/2018 – Pregão Presencial nº 062/2018

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento de Tubos de concreto, Meio- fio e tampas para boca de lobo, para manutenção do setor de Viação, Obras e Serviços Públicos, durante o exercício 2018. Com credenciamento e entrega dos envelopes até às 09h00min do dia 04 de Julho de 2018, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09h15min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 20 de Junho de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 063/2018 PR

Publicação Nº 1661932

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 063/2018 – Pregão Presencial nº 063/2018

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches do município e para os alunos do SCFV, durante o segundo semestre de 2018. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h30min do dia 04 de Julho de 2018, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 20 de Junho de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 064/2018 PR

Publicação Nº 1661933

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 064/2018 – Pregão Presencial nº 064/2018

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E MÁQUINAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, APLICAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E SERVIÇOS DE MECÂNICA NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS MESMOS. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 17h00min do dia 04 de Julho de 2018, início da sessão com credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento até 13h30min do dia 05 de Julho de 2018. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 20 de Junho de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 065/2018 PR

Publicação Nº 1661934

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 065/2018 – Pregão Presencial nº 065/2018

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MONTAR KIT DE PRIMEIROS CUIDADOS E HIGIENE COM BEBÊ PARA USO DAS GESTANTES ASSISTIDAS PELO PROJETO GESTAR. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 09h15min do dia 06 de Julho de 2018. Início com abertura dos envelopes e julgamento às 09h30min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul. Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 20 de Junho de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 121/2018

Publicação Nº 1661148

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 121/2018
OBJETO: Fornecimento de passagem (vale transporte) para os servidores públicos municipais.
CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.
VALOR TOTAL: R\$ 88.000,00
São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.
Margareth Bayerl Keiser – Secretária de Administração

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 122/2018

Publicação Nº 1661160

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 122/2018
OBJETO: Aquisição de passes (Vale Transporte) para os usuários que participam das oficinas socioeducativas nos CRAS, CREAS dentro do PAEFI, oficinas que fazem parte do Serviço Social de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria de Assistência Social.
CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.
VALOR TOTAL: R\$ 41.712,00
São Bento do Sul, 21 de junho de 2018.
Fabia Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária de Assistência Social

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 121/2018

Publicação Nº 1661154

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passagem (vale transporte) para os Servidores Públicos Municipais.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, conforme Decreto nº 0428 de 19 de julho de 2017 e de acordo com o Termo Aditivo nº 067/2018, sendo portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 88.000,00 é compatível com os preços praticados no mercado. O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 842 de 1º de fevereiro de 2018, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração.

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 122/2018

Publicação Nº 1661161

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Aquisição de passes (vale transporte) para os usuários que participam das oficinas socioeducativas nos CRAS, CREAS dentro do PAEFI, Oficinas que fazem parte do Serviço Social de Convivência e Fortalecimento de vínculos da Secretaria de Assistência Social.

II – Contratado: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: A Inexigibilidade de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

A cessão de benefícios eventuais às famílias carentes no município de São Bento do Sul está em conformidade com a legislação federal, especialmente a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social e regulamentada no município através do Decreto nº 625 de 20 de dezembro de 2017. Os vales-transportes no município estão no rol dos benefícios eventuais que são concedidos para pessoas carentes, quando da necessidade de deslocamento dentro do município. São fornecidos aos usuários que participam das oficinas socioeducativas que se desenvolvem dentro dos CRAS através do PAIF e para usuários que são atendidos pelo CREAS dentro do serviço do PAEFI e com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade. A aquisição e cedência dos vales-transportes ao usuário é também uma forma que se tem para inserir o usuário nos serviços, programas e projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 41.712,00 é o praticado no mercado para o fornecimento das passagens, de acordo com o Decreto nº 842, de 1º de fevereiro de 2018.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
Secretária de Assistência Social.

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Publicação Nº 1661110

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO BENTO DO SUL, por meio do seu Presidente, comunica, a quem interessar possa, que fará realizar sob a modalidade supramencionada licitação com as características que seguem.

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de vigilância nas dependências da Câmara Municipal.

TIPO: Menor preço global.

DATAS, LOCAL E HORÁRIOS:

- As licitantes interessadas em participar do certame poderão acessar a íntegra do Edital na página oficial da Câmara Municipal de São Bento do Sul, em www.cmsbs.sc.gov.br; obtê-lo junto ao Departamento de Gestão de Materiais e Patrimônio, por e-mail, em compras@cmsbs.sc.gov.br; ou, ainda, solicitar cópia impressa, a ser obtida em horário expediente do setor, até 24 horas antes da data final para a entrega dos envelopes.

- As licitantes deverão entregar os envelopes de Habilitação e Proposta de Preços até às 13 horas, do dia 01 de agosto de 2018, junto à secretaria da unidade administrativa em questão, na sede da Câmara Municipal de São Bento do Sul, localizada na Rua Vigando Kock, 69, Centro.

- A abertura dos envelopes dar-se-á às 13h30, do dia 01 de agosto de 2018, no endereço supramencionado.

- Dúvidas sobre o Edital ou outras informações serão fornecidas exclusivamente por e-mail, em compras@cmsbs.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2018.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente da Câmara de Vereadores de São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37-2018**

Publicação Nº 1661220

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2018

O SAMAE de São Bento do Sul comunica que, em virtude da necessidade diversas alterações do referido pregão, fica revogado o Edital de Pregão Presencial n.º 37/2018, que tinha abertura programada para o dia 21 de junho de 2018 e como objeto a contratação de empresa para locação de impressoras para as diversas áreas e setores do SAMAE.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2018.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente do SAMAE.

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 125/2018

Publicação Nº 1661223

CONTRATO Nº 125/2018

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa ROMARIO FRANCO RIBEIRO 42308160900, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 28468319000165, com sede na VILA LINHA SÃO JONÃO DO PESQUEIRO, aqui representado por seu Diretor/proprietário o Sr. ROMARIO FRANCO RIBEIRO, brasileiro, casado, do comércio, portador do CPF nº 423.081.609-00, neste ato simplesmente denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente term o regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR CONFORME TRAJETO DEFINIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DURANTE OS MESES DO PERÍODO LETIVO DE 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR CONFORME TRAJETO DEFINIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DURANTE OS MESES DO PERÍODO LETIVO DE 2018, do aqui denominado Contratado, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, constantes no Processo Licitatório 42/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório 42/2018, modalidade de Tomada de PREGÃO PRESENCIAL.

II – Da forma de Execução e do valor:

Os serviços contratados deverão ser fornecidos diariamente, conforme necessidade e ordem do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	117,00	DIA	TRANSPORTE ESCOLAR DE IDA SAINDO ÀS 6:30 HS DA COMUNIDADE DO SÃO JOÃO DO PESQUEIRO INDO ATÉ A FAZENDA VIGANÓ, RETORNANDO A ESTRADA GERAL ATÉ A COMUNIDADE DE SANTO AGOSTINHO, ATÉ A PROPRIEDADE DE ROQUE RAIZER, PASSANDO PELA PROPRIEDADE DE VALDIR DE ALMEIDA E LEONIR DE ALMEIDA, NA LINHA SALETE, RETORNANDO ATÉ A ESTRADA GERAL, INDO ATÉ A PROPRIEDADE DE JULIO DE ALMEIDA, RETORNANDO ATÉ A ESTRADA GERAL, ATÉ A COMUNIDADE DE LINHA SANTA MARIA INDO ATÉ A PROPRIEDADE DE MARIO BOITA, RETORNANDO ATÉ A ESTRADA GERAL, INDO ATÉ A PROPRIEDADE DO SENHOR PAULISTA, RETORNANDO ATÉ A ESTRADA GERAL, RETORNANDO ÀS 12:00 HS PELO MESMO TRAJETO DE VOLTA, PERCORRENDO APROXIMADAMENTE 73,20 KM, TRANSPORTANDO APROXIMADAMENTE 18 ALUNOS, CAPACIDADE MÍNIMA DO VEICULO 9 PASSAGEIROS.	250,00	29.250,00
				TOTAL	29.250,00

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado subsequente a prestação dos serviços, tomando-se por base a quantidade de dias que foram efetuados o transporte escolar e o preço apresentado no Processo Licitatório 42/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, e seus termos aditivos, observado o disposto no inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Da vigência:

O prazo máximo para a execução do objeto licitado é até o dia 31/12/2018, a iniciar da data do presente contrato, ou seja, de 21/06/2018 até 31/12/2018, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo, sendo que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente solicitada pela autoridade competente. O presente Contrato poderá ser aditado, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

VII - Das compensações financeiras:

O Município descontará o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto e/ou serviço do fornecedor a cada dia de atraso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Fica a contratada obrigada a transportar os alunos no ano letivo de 2017, nos trajetos e horários estabelecidos no Processo Licitatório 42/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Fica a contratada obrigada a efetuar o transporte em todos os dias letivos, exceto em caso de dispensa dos alunos, efetuado pela direção escolar.

III - Em caso de não conseguir efetuar o transporte por motivo grave, o mesmo deverá se encarregar de substituir por outro veículo, desde que possua condições de transporte com segurança e as despesas ocorrerão por conta da contratada.

IV - A contratada obriga-se a transportar os alunos com seguro, sob pena do não recebimento do serviço e até mesmo a rescisão contratual pelo Município.

V - A Contratada Declara estar ciente e da necessidade de cumprir a legislação sobre normas que regem o transporte escolar, em especial o disposto na Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações posteriores.

VI - A Contratada está ciente que é sua a responsabilidade por todos os danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a realização dos serviços, bem como com a recuperação ou indenização dos mesmos, sem qualquer ônus ao Município.

VII - Efetuar o pagamento dos impostos sobre a atividade.

VIII - Cumprir com demais cláusulas do Contrato e Processo Licitatório 42/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

IX - É obrigação da Contratada, manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII do Art. 55 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

X - A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 (Brasil 1993).

XI - A Contratada declara estar ciente, que é proibido dar carona a pessoas que não sejam alunos, uma vez que o transporte escolar é exclusivo para alunos, nos termos do Art. 208, VII da Constituição Federal e 11, VI e 70, VIII da Lei (Federal) nº 9.394/1996, do Pré-Julgado nº 1.658 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e ainda do Art. 3º da Resolução nº 18/2012 do Ministério da Educação (Item 2.1.1 do Relatório de Instrução DAE nº 1/2013), inclusive colocado esta informação no para-brisa de todos os veículos utilizados para realização do transporte escolar.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Cumprir com as condições de pagamento constantes neste contrato e Processo Licitatório 29/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II - Fiscalizar através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a execução do presente contrato e constatando alguma irregularidade, solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal tomada de medidas para adequação, ou, se for o caso a rescisão do mesmo.

III - Cumprir com demais cláusulas do Contrato e Processo Licitatório 42/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

IV - Se julgar necessário, promover rescisão contratual nos termos do Art. 78 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Fica, designada a Sra. Rozilei Terezinha Fritzen Secretária Municipal da Educação Cultura e Esportes, ou quem a vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas deste Contrato, o Município utilizará recursos previstos no Projeto Atividade 2.017.3390.00 - 1620 - 51/2018 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundame.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

Em caso de não cumprimento do contrato, a parte inadimplente ou que der causa a rescisão poderá incidir multa de 20% do valor do contrato, tomando-se por base o valor dos dias letivos que ainda restam a ser cumprido. Aplica-se ainda o constante na Lei 8666/93 em especial o artigo 77.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Município reserva-se o direito de efetuar vistoria no automóvel utilizado para o transporte, e em caso de constatação de alguma irregularidade no sentido de que possa comprometer a segurança dos alunos, poderá rescindir o contrato e cobrar multa no percentual estipulado na cláusula anterior.

O MUNICÍPIO poderá unilateralmente rescindir o presente contrato, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.666/93, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido, qualquer valor a título de indenização, ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 21 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL

ROMARIO FRANCO RIBEIRO

Prefeito Municipal

Contratado

Município

RUDIMAR BORCIONI

Assessor Jurídico

OAB: 15.411

Testemunhas: _____

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 042/2018 PP N. 29/2018

Publicação Nº 1660843

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 29/2018 - PR Processo Administrativo: 42/2018 Processo de Licitação: 42/2018 Data do Processo: 04/06/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 42/2018
b) Licitação Nr.: 29/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 21/06/2018
e) Data da Adjudicação: 21/06/2018 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR CONFORME TRAJETO DEFINIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DURANTE OS MESES DO PERÍODO LETIVO DE 2018.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Total do Item
					Qtidade	Descto (%) Preço Unitário
ROMARIO FRANCO RIBEIRO 42308160900 - (4911)						
1	TRANSPORTE ESCOLAR DE IDA SAINDO ÀS 6:30 HS DA COMUNIDADE DO SÃO JOÃO DO PESQUEIRO INDO ATÉ A FAZENDA VIGANO, RETORNANDO A ESTRADA GERAL ATÉ A COMUNIDADE DE SANTO AGOSTINHO, ATÉ A PROPRIEDADE DE ROQUE RAIZER, PASSANDO PELA PROPRIEDADE DE VALDIR DE ALMEIDA E LEONIR DE ALMEIDA, NA LINHA SALETE, RETORNANDO ATÉ A ESTRADA GERAL, INDO ATÉ A PROPRIEDADE DE JULIO DE ALMEIDA, RETORNANDO ATÉ A ESTRADA GERAL, ATÉ A COMUNIDADE DE LINHA SANTA MARIA INDO ATÉ A PROPRIEDADE DE MARIO BOITA, RETORNANDO ATÉ A ESTRADA GERAL, INDO ATÉ A PROPRIEDADE DO SENHOR PAULISTA, RETORNANDO ATÉ A ESTRADA GERAL, RETORNANDO ÀS 12:00 HS PELO MESMO TRAJETO DE VOLTÁ, PERCORRENDO APROXIMADAMENTE 73,20 KM, TRANSPORTANDO APROXIMADAMENTE 18 ALUNOS, CAPACIDADE MINIMA DO VEICULO 9 PASSAGEIROS.	DIA	117	-	250,00	29.250,00
Total do Fornecedor:						29.250,00
Total Geral:						29.250,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (51) Saldo: 51.368,88

São Bernardino, 21 de Junho de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Carlos

PREFEITURA

Portaria 071/2018

Publicação Nº 1660868

PORTARIA Nº 071/2018

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A MOVIMENTAR CONTA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Rudi Miguel Sander, Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica autorizado o Sr. SADI BARON, inscrito no CPF sob n. 938.371.439-53, Secretário Municipal de Educação, juntamente com o Sr. Jônatas Antonio Biazus, inscrito no CPF sob n. 036.369.009-35, Tesoureiro do Município de São Carlos - SC, movimentar conta bancária, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos de conta bancária, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP, solicitar saldos e extratos de investimentos, solicitar saldos e extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico das contas bancárias junto ao Banco do Brasil S/A, Ag: 1395-1, de São Carlos - SC, em nome do MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.945.718/0002-04.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 junho de 2018.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

Registre-se e

Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 002/2018

Publicação Nº 1661977

RESOLUÇÃO Nº 002/2018, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

INSTITUI O PROGRAMA "CONHECENDO O LEGISLATIVO" NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Carlos, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que o Plenário da Câmara aprovou e que fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituído o programa "Conhecendo o Legislativo" na Câmara Municipal de São Carlos.

Art. 2º O programa "Conhecendo o Legislativo", da Câmara Municipal de São Carlos, tem como objetivos:

I - estimular a atividade cívica dos moradores de São Carlos;

II - proporcionar à sociedade, especialmente estudantes, conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal;

III - incentivar a participação da sociedade, nas sessões legislativas, como observadores e propagadores dos atos legislativos e suas consequências.

Art. 3º O Programa terá duração até 31 de Dezembro de 2018, e será disciplinado pelo vereador Presidente.

Art. 4º O Vereador Presidente nomeará, mediante portaria, servidores para desenvolver o Programa, que ficarão responsáveis pela realização das atividades, assim como o acolhimento de visitantes.

Art. 5º O programa "Conhecendo o Legislativo" desenvolverá atividades diversas, com a finalidade de aproximar os moradores e o Poder Legislativo Municipal e, dentre as principais:

I – Realizar palestras com a finalidade de transmitir aos munícipes são-carlenses conhecimento acerca das funções típicas e atípicas da

Câmara, especialmente sobre o Processo Legislativo;

II - Apresentar aos visitantes os documentos produzidos pela Câmara Municipal, programas em andamento e os principais instrumentos legais que regem a Casa.

Art. 6º O Departamento de Publicidade e Comunicação ficará responsável pela elaboração do material utilizado no Programa.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta da dotação orçamentária 33.90 – Aplicações Diretas.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores São Carlos/SC, 19 de Junho de 2018.

Fernando José Signori
Presidente

José Noimar Mai
Vice-Presidente

Ademir Antonio Damin	Evandro Cesco
1º Secretário	2º Secretário

Registre-se.
Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 459, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1660986

DECRETO Nº 459, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre unificação de lote urbano, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 714, de 16 de junho de 1987; Decreto nº 474, de 12 de maio de 2010 e,

· Considerando o requerimento protocolado sob nº 9070/2018;

· Considerando aprovação pelo Setor de Engenharia;

· Considerando parecer favorável emitido pelo Setor de Tributação e Fiscalização, bem como, pela Assessoria Jurídica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam unificados os lotes urbanos parte nº 12 da quadra nº 32 com 500,00m², matrícula nº 3.357 e parte lotes nº 11 e 12 da quadra nº 32, com área de 600,00m², matrícula nº 8.257, ambos do CRI de São Domingos, do loteamento São Domingos, na cidade de São Domingos, de propriedade de Domingos Bieleski, Noemi Thiesen Bieleski, Léa Thiesen Bieleski de Rossi e Claudécir José de Rossi, o qual passará a denominar-se conforme segue:

I – Parte do Lote nº 11 e nº 12, da Quadra nº 32, localizado no Loteamento São Domingos, com área total de 1.100,00 m²;

Art. 2º Faz parte integrante do presente Decreto o mapa, o memorial descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica, respectivos pareceres do Setor de Tributação e da Assessoria Jurídica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de junho de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.882/2018

Publicação Nº 1660785

DECRETO Nº 2.882, DE 6 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 59 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o artigo 9º, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.936 de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito suplementar ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, do corrente exercício, no valor de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil Reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

17.00 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

17.01 – Administração Geral

2103 – Manutenção dos Serviços Administrativos

3.3.90 – Aplicações Diretas

030000 – Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

17.01 – Administração Geral

2104 – Manutenção de Pessoal

3.1.90 – Aplicações Diretas

030000 – Recursos Ordinários R\$ 600.000,00

17.01 – Administração Geral

2104 – Manutenção de Pessoal

3.1.91 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos

030000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

17.01 – Administração Geral

2104 – Manutenção dos Serviços Administrativos

3.3.90 – Aplicações Diretas

030000 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

17.01 – Administração Geral

2105 – Manutenção de Pessoal

3.3.90 – Aplicações Diretas

030000 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 860.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo 1º correrão por conta do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 6 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

HILTON RODRIGO SCHETZ
Diretor-Presidente do SAMAE

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.882, DE 6 DE JUNHO DE 2018.

O presente Decreto de abertura de crédito adicional suplementar faz-se necessário para alterar o orçamento de 2018 em razão da necessidade de contratação de empresa especializada para a revisão do plano municipal de saneamento e assessoria técnica para auxiliar na gestão, controle e fiscalização do contrato de concessão dos serviços de abastecimento e saneamento.

Necessário, também, reforço às dotações de serviços de terceiros Pessoa Jurídica, materiais de consumo, obrigações patronais (INSS / RPPS), vencimentos e salários.

Os recursos necessários para o atendimento do exposto acima correrão por conta do Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017.

São Francisco do Sul – SC, 6 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

HILTON RODRIGO SCHETZ
Diretor-Presidente do SAMAE

DECRETO Nº 2.889/2018

Publicação Nº 1661086

DECRETO Nº 2.889, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil Reais) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV, do artigo 9º, da Lei Municipal nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2018, combinado com o inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações:

19 - Fundo Municipal de Saúde

19.001 - Fundo Municipal de Saúde

2128 – Alimentação e Nutrição

33390 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Vínculo de Recursos: 03382100 – Gestão do SUS

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 65.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Superávit Financeiro das receitas provenientes dos recursos da Gestão do SUS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 19 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

NÁDIA MOREIRA RAPOSO
Secretária Municipal de Saúde

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.889, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

O presente Decreto por superávit financeiro é decorrente do saldo financeiro do exercício de 2017 provenientes dos recursos da Gestão do SUS que serão utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde nesse exercício para aquisição de fórmula alimentar para fornecimento aos pacientes cadastrados no Programa de Combate a Desnutrição do Município.

São Francisco do Sul – SC, 19 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

NÁDIA MOREIRA RAPOSO
Secretária Municipal de Saúde

NOTIFICAÇÃO 001-2018

Publicação N° 1661117

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial

São Francisco do Sul, 18 de junho de 2018.

Notificação

Ao Sr. ° Vinicius Aniceto Maia da Silva

Prezado Senhor,

Na condição de Presidente da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, designada pela Portaria nº 14.259, de 1º de junho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicito a presença de V.S.^a para prestar informações perante esta Comissão, no dia 04 de julho de 2018 às 10horas e 00minutos, na sala de Reuniões, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, sito a Praça Getúlio Vargas, nº 01 – Centro Histórico, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, referente à prestação de serviços da Empresa Laboratório Gimenes - EPP, no período de outubro a dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

Caroline Magdalena Corrêa Krapp

Presidente da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial

Portaria nº 14.259/2017

NOTIFICAÇÃO 002-2018

Publicação N° 1661122

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial

São Francisco do Sul, 18 de junho de 2018.

Notificação

Ao Sr. ° Thiago Nickel

Prezado Senhor,

Na condição de Presidente da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, designada pela Portaria nº 14.259, de 1º de junho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicito a presença de V.S.^a para prestar informações perante esta Comissão, no dia 04 de julho de 2018 às 09horas e 00minutos, na sala de Reuniões, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, sito a Praça Getúlio Vargas, nº 01 – Centro Histórico, São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, referente à prestação de serviços da Empresa Laboratório Gimenes - EPP, no período de outubro a dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

Caroline Magdalena Corrêa Krapp

Presidente da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial

Portaria nº 14.259/2017

PORTARIA Nº 14.943/2018

Publicação Nº 1660730

PORTARIA nº 14.943, de 20 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR NILTON GONÇALVES DE ALMEIDA FILHO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 023.274.359-27, do cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC02, do Gabinete do Vice-Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 20 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 20 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.944/2018

Publicação Nº 1660732

PORTARIA nº 14.944, de 20 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR NILTON GONÇALVES DE ALMEIDA FILHO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 023.274.359-27, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Geral do Gabinete do Vice-Prefeito, nível CG, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 20 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 20 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

São João Batista

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 010/FMAS/2018

Publicação Nº 1660879

Extrato do Contrato nº 010/FMAS/2018

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de São João Batista; Contratada: Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas - NURREVI – CNPJ nº. 03.448.121/0001-99; Processo Licitatório 013/FMAS/2018 – Inexigibilidade 004/FMAS/2018; Objeto: ATENDIMENTO INTEGRAL, ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO, HIGIENE E AFINS PARA A MENOR "C. C. DE M.", CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, REFERENTE OS AUTOS Nº 0001390-14.2016.8.24.0062; Valor global: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais); Despesa orçamentária: (13) 3.3.90.39.53.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 20/06/2018; Vigência contratual: 12 meses

EXTRATO DE CONTRATO 054/PMSJB/2018

Publicação Nº 1661038

Extrato do Contrato nº 054/PMSJB/2018

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul - FAEPESUL – CNPJ nº. 03.354.241/0001-27; Processo Licitatório 099/PMSJB/2018 – Dispensa nº 008/PMSJB/2018; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Valor global: R\$ 86.868,00 (oitenta e seis mil oitocentos e sessenta e oito reais); Item orçamentário: (38) 3.3.90.35.01.00.00.00; Data da assinatura: 20/06/2018; Vigência: 12 meses.

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 09.18 FMAS MAT. OFICINA ARTESANATO

Publicação Nº 1661507

ESTADO DE SANTA CATARINA
F.M.A.S. DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018- Exclusivo para empresas MPES (MEI, ME e EPP)

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços para eventual aquisição, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de materiais a serem utilizados nas oficinas de artesanato realizadas pelo CRAS do Município de São João do Oeste, com recursos do PAIF.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 05 de julho de 2018 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 22 de junho de 2.018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 78.18 MATERIAIS DIVERSOS

Publicação Nº 1661691

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2018 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de diversos materiais a serem utilizados na execução das atividades diárias de diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 05 de julho de 2018 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 22 de junho de 2.018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

ATA S.R.P_024-2018_PREF

Publicação Nº 1661063

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2018

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento(s) de gêneros alimentícios aquisição de cestas básicas para atendimento das famílias carentes cadastradas na secretaria de desenvolvimento social, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 31/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: CRISTIANO GOMES DA ROSA & CIA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 21.000,00.

Processo Licitatório nº 31/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 18 de junho de 2018

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA S.R.P_025-2018_PREF

Publicação Nº 1661065

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2018

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços p/ futura(s) e eventual(is) fornecimento(s) de materiais de expediente para diversas Secretarias desta Municipalidade, bem como materiais de expediente para as escolas da rede municipal de ensino fundamental e infantil e materiais escolares para uso em sala de aula e distribuição gratuita aos alunos da rede municipal de ensino, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 32/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: LIVRARIA DOMEK EIRELI - EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 125.599,55.

Processo Licitatório nº 32/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 18 de junho de 2018

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA S.R.P_026-2018_PREF

Publicação Nº 1661067

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2018

Objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços p/ futura(s) e eventual(is) fornecimento(s) de materiais de expediente para diversas Secretarias desta Municipalidade, bem como materiais de expediente para as escolas da rede municipal de ensino fundamental e infantil e materiais escolares para uso em sala de aula e distribuição gratuita aos alunos da rede municipal de ensino, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 32/2018, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 30.965,00.

Processo Licitatório nº 32/2018 – Pregão Presencial.

São João do Sul, 18 de junho de 2018

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 231/2018

Publicação Nº 1661142

DECRET O Nº 231/2018

"QUE NOMEIA CARGOS COMISSIONADOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: - DALIANE DE SOUZA ANTUNES UMEMIYA, para ocupar o Cargo Comissionado de ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GABINETE DO PREFEITO – CC-2. – CLAITON ROGERIO ROCHA, para ocupar o Cargo Comissionado de ASSESSOR DE DIRETORIA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – CC-3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2018.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 316/2018

Publicação Nº 1661120

PORTARIANº 316/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a funcionária: - ELEDIR FARIAS, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem (SAMU), referente ao exercício de 2017/2018, a contar do dia 19/06/2018 à 18/07/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Junho de 2018.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 317/2018

Publicação Nº 1661124

PORTARIANº 317/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – NAIR BORGES HABITZREUTER, ocupante do Cargo de Professora - 20 horas, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 11/06/2018. – CLAUDIANI ANGELINA SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 13/06/2018. – VIDALVINA DAS GRAÇAS PEREIRA NUNES, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 13/06/2018. – ANA MARIA TORTELLI COSTA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 13/06/2018. – LUAN ALVES DUARTE, ocupante da Função de Professor -20 horas, por 01 (um) dia, no dia 13/06/2018, para tratamento de saúde de seu filho. – BRUNA AMARAL ISIDORO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 14/06/2018. – MARIA BEATRIZ DA SILVA AMARAL MACIEL, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 14/06/2018. – MARIA ELENA DA SILVA, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 14/06/2018. – MICHELI FABRE

EDUARDO, ocupante da Função de Terapeuta Ocupacional (Caps), por 01 (um) dia, no dia 14/06/2018. – ANA MARIA TORTELLI COSTA, ocupante do Cargo de Professora – 20 Horas, por 01 (um) dia, no dia 14/06/2018. – ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo de Supervisora Escolar, por 01 (um) dia, no dia 14/06/2018. – JOÃO HORMINIO FONTANELLA, ocupante do Cargo de Pintor, por 02 (dois) dias, a contar do dia 14/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 318/2018

Publicação Nº 1661127

PORTARIANº 318/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por término de contrato a senhora: - TAMARA RODRIGUES CASSÃO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), na Secretaria Municipal de Assistência Social – Casa Lar, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 205/2017, de 17/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 319/2018

Publicação Nº 1661130

PORTARIANº 319/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias, por Casamento, conforme apresentação de Certidão de Casamento à funcionária: - CLAUDIA DA SILVA FLORES, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 19/06/2018 até o dia 23/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 320/2018

Publicação Nº 1661133

PORTARIANº 320/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Público Nº 01/2018, datado de 09/03/2018 e Leis Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº

4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, período vespertino, Profª. Normalista, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 20/06/2018, vaga vinculada a professora Eliane Nunes Oliveira, que encontra-se em Licença para tratamento de saúde de pessoa da família. – MARCILÉIA PEREIRA DE MARAFIGO, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, período vespertino, Profª. 2º Grau, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 20/06/2018, vaga vinculada professora Maria Adriana da Silva, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 321/2018

Publicação Nº 1661135

PORTARIANº 321/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Público Nº 02/2018, datado de 01/06/2018 e Leis Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - NATHALIA ZANDONADI TELES, para exercer a função de Médica Psiquiatra, na Secretaria Municipal da Saúde - Caps, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/06/2018, vaga vinculada ao Dr. Vicente Ganem que pediu exoneração.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 322/2018

Publicação Nº 1661139

PORTARIANº 322/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – MARIA JACIRA CAMARGO GOULART, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 07/06/2018. – JACKELINE SOUZA, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 15/06/2018. – LUCIENE CRUZ DE LIZ, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 15/06/2018. – JANETE APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 18/06/2018. – MARIA TEODORA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Merendeira, por 01 (um) dia, no dia 18/06/2018. – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 18/06/2018. – LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 18/06/2018, para tratamento de saúde de sua esposa. – ADRIANA MARIA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 18/06/2018. – EDNA HIROMI IIDA ETO, ocupante da Função de Médica (ESF), por 05 (cinco) dias, a contar do dia 18/06/2018. – ESTELA MARCIA CAMARGO VELHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 18/06/2018. – DANIELA DAS GRAÇAS ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 18/06/2018, para tratamento de saúde de seu filho. – ELOIZA DO CARMO RIBEIRO MARIOTT, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 18/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 323/2018

Publicação Nº 1661141

PORTARIANº 323/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – LUCIENE CRUZ DE LIZ, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 18/06/2018. – MICHELE CASSÃO MUNIZ, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 18/06/2018. – EDUARDO LUIZ MASSENZ, ocupante do Cargo de Professor – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 18/06/2018. – CLAUDETE FERNANDES, ocupante do Cargo de Professora – 50 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 18/06/2018. – VIDALVINA DAS GRAÇAS PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 18/06/2018 e o retorno de acordo com o INSS. – IVANDINA DE FATIMA PEREIRA, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 19/06/2018. – ARIANA RODRIGUES VIEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 19/06/2018. – MICHELE CASSÃO MUNIZ, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 19/06/2018. – FABIANO BORGES SOUZA, ocupante da Função de Motorista, por 02 (dois) dias, a contar do dia 19/06/2018. – PAOLA DA SILVA MACIEL, ocupante da Função de Enfermeira (ESF), por 03 (três) dias, a contar do dia 20/06/2018. – SAMIRA MACEDO ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por ½ (meio) dia, período vespertino do dia 20/06/2018. – CARLA REGINA VIEIRA PALMA RIBEIRO DA COSTA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 21/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PROCESSO 52/2018 PMSJ

Publicação Nº 1661743

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 52/2018

Pregão Presencial 27/2018

Objeto: Aquisição de carga de gás (GLP-P-13) e (GLP-P-45), para atender as necessidades das Secretarias Municipais e Fundos Municipais e entidades pertencentes à Prefeitura Municipal de São Joaquim.

Tipo: Menor preço por item.

Data: 05/07/2018

Valor estimado: 82.698,24

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 20 de junho de 2018.

Giovani Nunes
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2018

Publicação Nº 1661799

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2018 – PR 004/2018 – Processo 009/2018 – Proc. Adm. 474/2018 – Fornecedor: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E CORRELATOS PARA SEREM UTILIZADOS NA FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 56.188,00 (cinquenta e seis mil e cento e oitenta e oito reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 25 de abril de 2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2018

Publicação Nº 1661800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2018 – PR 004/2018 – Processo 009/2018 – Proc. Adm. 474/2018 – Fornecedor: A K MEDINA DE CARVALHO - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E CORRELATOS PARA SEREM UTILIZADOS NA FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$63.956,80 (sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 25 de abril de 2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2018

Publicação Nº 1661801

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2018 – PR 004/2018 – Processo 009/2018 – Proc. Adm. 474/2018 – Fornecedor: MUNHOZ COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E CORRELATOS PARA SEREM UTILIZADOS NA FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$49.218,00 (quarenta e nove mil e duzentos e dezoito reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 25 de abril de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 06/2018 - ITEM 1

Publicação Nº 1661904

Ata do Pregão Presencial nº PP 06/2018

Reuniram-se no dia 21/06/2018, às 14:01, na SEDE DA CMSJ, a PREGOEIRA e sua equipe de apoio, designados pelas Portarias n.º 197/2017 e n.º 217/2017 para realização de processos licitatórios na modalidade Pregão, para tratar do Edital de Pregão PP 06/2018 destinado à seleção de propostas visando o registro de preços PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO ESTAÇÕES DE TRABALHO, NOTEBOOKS, PERIFÉRICOS E LICENÇA DE SOFTWARE, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

Abaixo seguem os licitantes classificados e que participaram da licitação:

1485 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA 05.690.638/0001-15, com representante credenciado Senhor Cesar Augusto de Paula, inscrito no CPF n.º 859.676.029-68 e Registro Geral n.º 6931040 SSP-SC.

551 - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR 06.635.187/0001-86 com representante credenciado Senhor Henrique Mattos do Amaral, inscrito no CPF

040.224.799-06 e Registro Geral n.º 4564626 SSP/SC.

1486 - DATEN TECNOLOGIA LTDA 04.602.789/0001-01 com representante credenciado Senhor Lauro Rubens Fugii, inscrito no CPF n.º 036.296.519-68 e Registro Geral n.º 842.940 SSP/PR.

1488 - ATHENAS AUTOMACAO LTDA 01.425.676/0005-13 com representante credenciado Senhor Luiz Alberto Schmitt da Luz inscrito no CPF n.º 458.816.699-91 e Registro Geral n.º 1370263 SSP/SC.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4º da Lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Item: 1 - COMPUTADOR ESTAÇÃO DE TRABALHO BÁSICA

Unidade de medida: Unidade Quantidade licitada: 60

Valor estimado: R\$ 3.299,00

Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	1485 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA	3.250,00	Menor preço	21/06/2018
Sim	1486 - DATEN TECNOLOGIA LTDA	3.299,00	1,51% maior	21/06/2018
Sim	1488 - ATHENAS AUTOMACAO LTDA	3.450,00	6,15% maior	21/06/2018
Não	551 - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	3.730,00	14,77% maior	21/06/2018

Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	1488 - ATHENAS AUTOMACAO LTDA	0,00	Declinou
1	1486 - DATEN TECNOLOGIA LTDA	0,00	Declinou
1	1485 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA	3.230,00	Menor preço

Foi vencedor do item a empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA, com o valor de R\$ 3.230,00 (três mil e duzentos e trinta reais).

Após verificada a regularidade da documentação da licitante DURALINE TECNOLOGIA LTDA, estando regular com os quesitos de habilitação previstos do edital, , foi declarada primeira classificada para o item 1. Foi solicitada a entrega de amostra do respectivo item, a ser entregue em até 10 dias úteis, conforme a previsão do item 15.2 do edital.

Ato contínuo, foi concedida a palavra aos participantes do certame, os quais não manifestaram interesse em recorrer.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira Oficial e equipe de Apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
CESAR AUGUSTO DE PAULA DURALINE TECNOLOGIA LTDA	KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA Pregoeira
HENRIQUE MATTOS DO AMARAL HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO Equipe de Apoio
LAURO RUBENS FUGII DATEN TECNOLOGIA LTDA	CRISTIANE PEREIRA Equipe de Apoio
LUIZ ALBERTO SCHMITT DA LUZ ATHENAS AUTOMACAO LTDA	Acompanhou a licitação:
Acompanhou a licitação:	BRUNO GABRIEL MELLO MACHADO Presidente da CPL
EMERSON ISRAEL SANTOS DE LIMA Estudante CPF 952.262.879-34	

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 06/2018 - ITEM 3

Publicação Nº 1661902

Ata do Pregão Presencial nº PP 06/2018

Reuniram-se no dia 21/06/2018, às 14:01, na SEDE DA CMSJ, a PREGOEIRA e sua equipe de apoio, designados pelas Portarias n.º 197/2017 e n.º 217/2017 para realização de processos licitatórios na modalidade Pregão, para tratar do Edital de Pregão PP 06/2018 destinado à seleção de propostas visando o registro de preços PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO ESTAÇÕES DE TRABALHO, NOTEBOOKS, PERIFÉRICOS E LICENÇA DE SOFTWARE, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES

E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

Abaixo seguem os licitantes classificados e que participaram da licitação:

551 - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR 06.635.187/0001-86 com representante credenciado Senhor Henrique Mattos do Amaral, inscrito no CPF 040.224.799-06 e Registro Geral n.º 4564626 SSP/SC.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4º da Lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Item: 3 - MONITOR DE VÍDEO

Unidade de medida: Unidade Quantidade licitada: 80

Valor estimado: R\$ 764,00

Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	551 - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	669,00	Inabilitado	21/06/2018
Sim	1485 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA	750,00	Menor preço	21/06/2018

Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	1485 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA	0,00	Declinou
1	551 - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	664,00	Inabilitado
Negociação	1485 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA	717,00	Menor preço

A empresa HARLEY DE AGUIAR JUNIOR apresentou Certidão Positiva de Débitos do Município de São José, não atendendo ao quesito previsto no subitem 10.1.1 do edital, razão pela qual foi desabilitada do certame.

Ato contínuo, a Pregoeira negociou o preço com a licitante DURALINE TECNOLOGIA LTDA, sendo vencedor do item com o valor de R\$ 717,00 (setecentos e dezessete reais).

Após verificada a regularidade da documentação da licitante DURALINE TECNOLOGIA LTDA, estando regular com os quesitos de habilitação previstos do edital, foi declarada primeira classificada para o item 1. Foi solicitada a entrega de amostra do respectivo item 3, a ser entregue em até 10 dias úteis, conforme a previsão do item 15.2 do edital.

Ato contínuo, foi concedida a palavra aos participantes do certame, os quais não manifestaram interesse em recorrer.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira Oficial e equipe de Apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
CESAR AUGUSTO DE PAULA DURALINE TECNOLOGIA LTDA	KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA Pregoeira
HENRIQUE MATTOS DO AMARAL HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO Equipe de Apoio
Acompanhou a licitação:	CRISTIANE PEREIRA Equipe de Apoio
EMERSON ISRAEL SANTOS DE LIMA Estudante CPF 952.262.879-34	Acompanhou a licitação: BRUNO GABRIEL MELLO MACHADO Presidente da CPL

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 06/2018 - ITEM 4

Publicação Nº 1661901

Ata do Pregão Presencial nº PP 06/2018

Reuniram-se no dia 21/06/2018, às 14:01, na SEDE DA CMSJ, a PREGOEIRA e sua equipe de apoio, designados pelas Portarias n.º 197/2017 e n.º 217/2017 para realização de processos licitatórios na modalidade Pregão, para tratar do Edital de Pregão PP 06/2018 destinado à seleção de propostas visando o registro de preços PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO ESTAÇÕES DE TRABALHO, NOTEBOOKS, PERIFÉRICOS E LICENÇA DE SOFTWARE, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

Abaixo seguem os licitantes classificados e que participaram da licitação:

551 - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR 06.635.187/0001-86 com representante credenciado Senhor Henrique Mattos do Amaral, inscrito no CPF 040.224.799-06 e Registro Geral n.º 4564626 SSP/SC.

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4º da Lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Item: 4 - NOTEBOOK BÁSICO

Unidade de medida: Unidade Quantidade licitada: 5

Valor estimado: R\$ 4.489,00

Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	551 - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	5.595,00	Inabilitado	21/06/2018

Não houve vencedor para este item.

A licitante apresentou proposta de equipamento que não atende a exigência prevista no Termo de Referência, item 4, subitem 6 - unidade de DVD acoplado ao gabinete. Restando desclassificada para este item, inclusive por apresentar preço acima do máximo estimado pelo edital, sem interesse em reduzi-lo, restando prejudicada a licitação.

Concedida a palavra ao proponente não manifestou interesse em recorrer do resultado da licitação. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira Oficial e equipe de Apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
HENRIQUE MATTOS DO AMARAL HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA Pregoeira
Acompanhou a licitação:	ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO Equipe de Apoio
EMERSON ISRAEL SANTOS DE LIMA Estudante CPF 952.262.879-34	CRISTIANE PEREIRA Equipe de Apoio
	Acompanhou a licitação:
	BRUNO GABRIEL MELLO MACHADO Presidente da CPL

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2018 - INEXIGIBILIDADE Nº 003/2018 - ICSL

Publicação Nº 1659136

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 017/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 003/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO MÚSICO "DIEGO GUERRO", PARA COMPOR A MESA DE JURADOS TÉCNICOS DO 46º FLIC (FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO), NOS DIAS 26 E 27 DE JULHO DE 2018, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 08.806.043/0001-70

CONTRATADA: DANIELA TARTARI BRUSCO - ME, CNPJ: 14.023.350/0001-88

VALOR TOTAL: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D – 002/2018 – 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 – Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/08/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de Junho de 2018.

RENNÁ HIGOR FEDRIGO

Presidente da Autarquia do ICSL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2018 - SRP - PR Nº 020/2018 - FMS

Publicação Nº 1661198

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 04/07/2018, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018, OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO NAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA VINCULADA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 21 de Junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018 - SRP - PR Nº 021/2018 - FMS

Publicação Nº 1661199

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 04/07/2018, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CONSULTAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS NA ÁREA OTORRINOLARINGOLOGIA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ANO DE 2018. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 21 de Junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CONCURSO PARA ESCOLHA DO REI, RAINHA, PRÍNCIPES E PRINCESAS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC Nº 001/2018.

Publicação Nº 1660826

EDITAL DE CONCURSO PARA ESCOLHA DO REI, RAINHA, PRÍNCIPES E PRINCESAS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC Nº 001/2018.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS DO CONCURSO PARA ESCOLHA DO REI, RAINHA, PRÍNCIPES E PRINCESAS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO, através do presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o concurso para escolha do rei e rainha da terceira idade do município de São Lourenço do Oeste/SC.

1. DA FINALIDADE

1.1 - O presente concurso tem como objetivo eleger: Rei, Rainha, Príncipes e Princesas da Terceira Idade, em comemoração aos 60 anos, do município de São Lourenço do Oeste/SC.

2. DOS PRÉ-REQUISITOS

3.1 - São pré-requisitos para participar do Concurso:

- a) idade acima de 60 anos; e
- b) ser residente no município de São Lourenço do Oeste/SC.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições acontecerão entre os dias 2 a 12 de julho de 2018, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 h, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na rua Jarbas Mendes, nº 270, sala 02, bairro Brasília, em São Lourenço do Oeste/SC.

3.2 - As inscrições serão gratuitas.

3.3 - No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá anexar:

- a) cópia do RG;
- b) cópia do CPF; e
- c) comprovante de residência.

3.4 - Além da documentação supramencionada o(a) candidato(a) deverá preencher os demais requisitos deste edital, para participar do concursos.

3.5 - Ao preencher a ficha de inscrição e aceitar concorrer como candidato(a) os(as) interessados(as) comprometer-se-ão a:

- a) Não faltar a nenhum compromisso do evento, exceto por motivos de força maior;
- b) Comparecer aos possíveis ensaios que poderão ser marcados pela organização;
- c) Comparecer na abertura do FLIC - Festival Lourenciano de Interpretação da Canção;
- d) Cumprir todos os compromissos que exijam sua presença, os quais poderão incluir viagens; e
- e) Acatar as decisões da Comissão Organizadora.

4. DO CONCURSO

4.1 - O concurso será realizado no dia 21 de julho de 2018, no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na Rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, com início às 14:00 (catorze horas).

4.2 - O mandato dos mesmos se estenderá da data da coroação até a realização de novo concurso a ser realizado no ano subsequente.

5. DO TRAJE E ACESSÓRIOS

5.1 - O Traje deverá ser tradicionalmente típico Gaúcho para apresentação ao público, sendo de obrigação do Rei, Rainha, Príncipes e Princesas a confecção do traje e custeio do mesmo.

5.2 - Cabelo e maquiagem para a seletiva e outras convocações serão de responsabilidade do(a) próprio(a) candidato(a).

6. DA APRESENTAÇÃO

6.1 - A apresentação será na forma "Duo"; e

6.2 - O tempo de apresentação é de até 2 minutos.

7. DO JULGAMENTO

7.1 - Os(as) candidatos(as) serão julgados por um corpo de jurados, formados por pessoas do Poder Público e da sociedade Lourenciana.

7.2 - Os(as) candidatos(as) serão avaliados nos seguintes quesitos:

- a) Apresentação;
- b) Beleza e Simpatia;
- c) Espontaneidade e carisma
- d) Elegância;
- e) Postura e Desenvoltura.

7.3 - Os(as) candidatos(as) deverão ser simpáticos, cooperativos, ter boa postura, personalidade agradável e condições culturais para representar o município de São Lourenço do Oeste/SC a qualquer tempo.

7.4 - Os(as) candidatos(as) deverão se apresentar perante os jurados em dois momentos distintos, sendo eles:

- a) O casal desfilando; e
- b) Todos os casais na passarela de desfile.

7.5 - Cada quesito será pontuado de 5 (cinco) a 10 (dez) pontos, sendo selecionadas os(as) candidatos(as) que obtiver(em) o maior número de pontos segundo a soma das notas dos jurados, obedecendo-se a seguinte ordem:

- I - 1º Lugar Masculino - Rei;
- II - 1º Lugar Feminino - Rainha;
- III - 2º Lugar Masculino - Príncipe;
- IV - 2º Lugar Feminino - Princesa;
- V - 3º Lugar Masculino - Príncipe; e
- VI - 3º Lugar Feminino - Princesa.

7.6 - Em caso de empate entre candidatos(as), prevalecerá o critério de desempate que será a idade, onde o mais velho receberá o título.

7.7 - No caso de impedimento de qualquer um dos três vencedores, será chamada o(a) candidato(a) subsequente melhor classificado(a).

8. DA PREMIAÇÃO

8.1 - Como forma de premiação, os(as) vencedores(as) receberão:

- I - Rei: Faixa e Coroa;
- II - Rainha: Faixa e Coroa;
- III - 1º Príncipe: Faixa;
- IV - 1ª Princesa: Faixa;
- V - 2º Príncipe: Faixa;
- VI - 2ª Princesa: Faixa.

8.2 - O recebimento do prêmio esta restrito ao cumprimento do art. 3º deste regulamento e não exclui os(as) vencedores(as) de receberem demais prêmios que porventura possam ser oferecidos por patrocinadores do evento.

8.3 - Os(as) candidatos(as), no ato da inscrição, autorizam o uso de fotos, imagens, gravações de áudio e vídeo e seu nome para toda e qualquer publicidade relacionada ao município de São Lourenço do Oeste/SC, sem cobrança de nenhum valor.

9. DA ORGANIZAÇÃO

9.1 - A Secretaria Municipal de Assistência Social designará uma Comissão Organizadora do Concurso composta por cinco (05) pessoas ligadas à entidades, que serão responsáveis pelo cumprimento das normas aqui expostas, bem como qualquer omissão a este regulamento.

9.2 - A comissão deverá, também:

- a) divulgar, organizar e supervisionar o concurso;
- b) convidar as empresas patrocinadoras, para participar do evento, esclarecendo das atribuições das empresas para apoiar a participação dos candidatos, bem como as contrapartidas a serem oferecidas no evento para os candidatos.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - No caso de descumprimento de qualquer dos itens deste regulamento, os candidatos poderão ser desclassificados.

9.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

10.3 - Não será permitido o uso de bebidas alcoólicas, cigarros e demais substâncias ilícitas pelos(as) candidatos(as) durante todo o período do concurso.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONCURSO PARA ESCOLHA DO REI, RAINHA, PRÍNCIPES E PRINCESAS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC Nº 001/2018.

Publicação Nº 1656344

EDITAL DE CONCURSO PARA ESCOLHA DO REI, RAINHA, PRÍNCIPES E PRINCESAS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC Nº 001/2018.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS DO CONCURSO PARA ESCOLHA DO REI, RAINHA, PRÍNCIPES E PRINCESAS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO, através do presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o concurso para escolha do rei e rainha da terceira idade do município de São Lourenço do Oeste/SC.

1. DA FINALIDADE

1.1 - O presente concurso tem como objetivo eleger: Rei, Rainha, Príncipes e Princesas da Terceira Idade, em comemoração aos 60 anos, do município de São Lourenço do Oeste/SC.

2. DOS PRÉ-REQUISITOS

3.1 - São pré-requisitos para participar do Concurso:

- a) idade acima de 60 anos; e
- b) ser residente no município de São Lourenço do Oeste/SC.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições acontecerão entre os dias 2 a 12 de julho de 2018, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 h, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na rua Jarbas Mendes, nº 270, sala 02, bairro Brasília, em São Lourenço do Oeste/SC.

3.2 - As inscrições serão gratuitas.

3.3 - No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá anexar:

- a) cópia do RG;
- b) cópia do CPF; e
- c) comprovante de residência.

3.4 - Além da documentação supramencionada o(a) candidato(a) deverá preencher os demais requisitos deste edital, para participar do concursos.

3.5 - Ao preencher a ficha de inscrição e aceitar concorrer como candidato(a) os(as) interessados(as) comprometer-se-ão a:

- a) Não faltar a nenhum compromisso do evento, exceto por motivos de força maior;
- b) Comparecer aos possíveis ensaios que poderão ser marcados pela organização;
- c) Comparecer na abertura do FLIC - Festival Lourenciano de Interpretação da Canção;
- d) Cumprir todos os compromissos que exijam sua presença, os quais poderão incluir viagens; e
- e) Acatar as decisões da Comissão Organizadora.

4. DO CONCURSO

4.1 - O concurso será realizado no dia 21 de julho de 2018, no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na Rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, com início às 14:00 (catorze horas).

4.2 - O mandato dos mesmos se estenderá da data da coroação até a realização de novo concurso a ser realizado no ano subsequente.

5. DO TRAJE E ACESSÓRIOS

5.1 - O Traje deverá ser tradicionalmente típico Gaúcho para apresentação ao público, sendo de obrigação do Rei, Rainha, Príncipes e Princesas a confecção do traje e custeio do mesmo.

5.2 - Cabelo e maquiagem para a seletiva e outras convocações serão de responsabilidade do(a) próprio(a) candidato(a).

6. DA APRESENTAÇÃO

6.1 - A apresentação será na forma "Duo"; e

6.2 - O tempo de apresentação é de até 2 minutos.

7. DO JULGAMENTO

7.1 - Os(as) candidatos(as) serão julgados por um corpo de jurados, formados por pessoas do Poder Público e da sociedade Lourenciana.

7.2 - Os(as) candidatos(as) serão avaliados nos seguintes quesitos:

- a) Apresentação;
- b) Beleza e Simpatia;
- c) Espontaneidade e carisma
- d) Elegância;
- e) Postura e Desenvoltura.

7.3 - Os(as) candidatos(as) deverão ser simpáticos, cooperativos, ter boa postura, personalidade agradável e condições culturais para representar o município de São Lourenço do Oeste/SC a qualquer tempo.

7.4 - Os(as) candidatos(as) deverão se apresentar perante os jurados em dois momentos distintos, sendo eles:

- a) O casal desfilando; e
- b) Todos os casais na passarela de desfile.

7.5 - Cada quesito será pontuado de 5 (cinco) a 10 (dez) pontos, sendo selecionadas os(as) candidatos(as) que obtiver(em) o maior número de pontos segundo a soma das notas dos jurados, obedecendo-se a seguinte ordem:

- I - 1º Lugar Masculino - Rei;
- II - 1º Lugar Feminino - Rainha;
- III - 2º Lugar Masculino - Príncipe;
- IV - 2º Lugar Feminino - Princesa;
- V - 3º Lugar Masculino - Príncipe; e
- VI - 3º Lugar Feminino - Princesa.

7.6 - Em caso de empate entre candidatos(as), prevalecerá o critério de desempate que será a idade, onde o mais velho receberá o título.

7.7 - No caso de impedimento de qualquer um dos três vencedores, será chamada o(a) candidato(a) subsequente melhor classificado(a).

8. DA PREMIAÇÃO

8.1 - Como forma de premiação, os(as) vencedores(as) receberão:

- I - Rei: Faixa e Coroa;
- II - Rainha: Faixa e Coroa;
- III - 1º Príncipe: Faixa;
- IV - 1ª Princesa: Faixa;
- V - 2º Príncipe: Faixa;
- VI - 2ª Princesa: Faixa.

8.2 - O recebimento do prêmio esta restrito ao cumprimento do art. 3º deste regulamento e não exclui os(as) vencedores(as) de receberem demais prêmios que porventura possam ser oferecidos por patrocinadores do evento.

8.3 - Os(as) candidatos(as), no ato da inscrição, autorizam o uso de fotos, imagens, gravações de áudio e vídeo e seu nome para toda e qualquer publicidade relacionada ao município de São Lourenço do Oeste/SC, sem cobrança de nenhum valor.

9. DA ORGANIZAÇÃO

9.1 - A Secretaria Municipal de Assistência Social designará uma Comissão Organizadora do Concurso composta por cinco (05) pessoas ligadas à entidades, que serão responsáveis pelo cumprimento das normas aqui expostas, bem como qualquer omissão a este regulamento.

9.2 - A comissão deverá, também:

a) divulgar, organizar e supervisionar o concurso;

b) convidar as empresas patrocinadoras, para participar do evento, esclarecendo das atribuições das empresas para apoiar a participação dos candidatos, bem como as contrapartidas a serem oferecidas no evento para os candidatos.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - No caso de descumprimento de qualquer dos itens deste regulamento, os candidatos poderão ser desclassificados.

9.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

10.3 - Não será permitido o uso de bebidas alcoólicas, cigarros e demais substâncias ilícitas pelos(as) candidatos(as) durante todo o período do concurso.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2018 - FMS

Publicação Nº 1661164

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2018 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 015/2018 – Pregão Presencial Nº 011/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, BEM COMO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, TODAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº 11359.214000/1170-06, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

FORNECEDOR: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA - CNPJ: 02.756.441/0001-43.

VALOR: R\$ 1.485,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).

FORNECEDOR: MAXI DISTRIBUIDORA DE PROD. HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 08.117.149/0001-67.

VALOR: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

FORNECEDOR: GESUL COMERCIAL LTDA - CNPJ: 14.711.959/0001-40.

VALOR: R\$ 5.181,00 (cinco mil, cento e oitenta e um reais).

FORNECEDOR: PROCIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA EPP - CNPJ: 17.184.520/0001-02.

VALOR: R\$ 16.429,76 (dezesesseis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos).

FORNECEDOR: DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – M - CNPJ: 19.316.524/0001-14.

VALOR: R\$ 10.893,00 (dez mil, oitocentos e noventa e três reais).

FORNECEDOR: AGUAMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICO - CNPJ: 25.137.947/0001-70.

VALOR: R\$ 1.887,00 (um mil, oitocentos e oitenta e sete reais).

FORNECEDOR: SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - CNPJ: 21.536.580/0001-06.

VALOR: R\$ 2.288,00 (dois mil, duzentos e oitenta e oito reais).

FORNECEDOR: MARCIELE DE LIMA DA SILVA - CNPJ: 29.911.780/0001-03.

VALOR: R\$ 2.606,50 (dois mil, seiscentos e seis reais e cinquenta centavos).

TOTAL: R\$ 47.370,26 (quarenta e sete mil, trezentos e setenta reais e vinte e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/06/2018.

VIGÊNCIA: 05/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2018 - FMS

Publicação Nº 1661168

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2018 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 018/2018 – Pregão Presencial Nº 014/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, E FÓRMULA INFANTIL DESTINADO AOS PACIENTES COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO CADASTRADOS NO SERVIÇO SOCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.944.371/0001-04.

VALOR: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

FORNECEDOR: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. - CNPJ: 03.612.312/0004-97.

VALOR: R\$ 28.994,00 (vinte e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais).

FORNECEDOR: MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA - CNPJ: 05.912.018/0001-83.

VALOR: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
FORNECEDOR: NUTRIR - NUTRICAÇÃO ENTERAL E SUPLEMENTAÇÃO LTDA – ME - CNPJ: 21.777.970/0001-78.
VALOR: R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).
TOTAL: R\$ 164.494,00 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais).
DATA DE ASSINATURA: 12/06/2018.
VIGÊNCIA: 12/06/2018 à 31/12/2018.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2018 - FMS

Publicação Nº 1661169

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2018 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 021/2018 – Pregão Presencial Nº 017/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS DE SAÚDE A SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2018 NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE E CEO TODAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FORNECEDOR: AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA – ME - CNPJ: 82.291.311/0001-11.

VALOR: R\$ 8.505,58 (oito mil, quinhentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

FORNECEDOR: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICO E HOSP. LTDA - CNPJ: 06.194.440/0001-03.

VALOR: R\$ 33.325,75 (trinta e três mil, trezentos e vinte e cinco reais e setenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: DENTAL OESTE EIRELI - CNPJ: 05.412.147/0001-02.

VALOR: R\$ 29.039,74 (vinte e nove mil, trinta e nove reais e setenta e quatro centavos).

FORNECEDOR: ODONTOSUL LTDA EPP - CNPJ: 04.971.211/0001-22.

VALOR: R\$ 38.816,00 (trinta e oito mil, oitocentos e dezesseis reais).

FORNECEDOR: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – ME - CNPJ: 10.633.441/0001-84.

VALOR: R\$ 32.353,20 (trinta e dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e vinte centavos).

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATO LTDA – ME - CNPJ: 72.150.550/0001-06.

VALOR: R\$ 42.440,24 (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos).

FORNECEDOR: PROCIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP - CNPJ: 17.184.520/0001-02.

VALOR: R\$ 25.502,77 (vinte cinco mil, quinhentos e dois reais e setenta e sete centavos).

FORNECEDOR: SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - CNPJ: 21.536.580/0001-06.

VALOR: R\$ 8.535,50 (oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: BLUMEDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA - CNPJ: 01.470.743/0001-98.

VALOR: R\$ 23.484,90 (vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos).

TOTAL: R\$ 242.003,68 (duzentos e quarenta e dois mil, três reais e sessenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 13/06/2018.

VIGÊNCIA: 13/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - FMS

Publicação Nº 1661171

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 022/2018 – Pregão Presencial Nº 018/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARMES E VIGILÂNCIA COM PATRULHA TÁTICA MÓVEL PARA ATENDIMENTO E VERIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS RELATADAS PELO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, 24 HORAS, NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ACADEMIA DE SAÚDE E CAPS TODAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FORNECEDOR: ADRIANA SILVEIRA MONITORAMENTO ME - CNPJ: 15.675.875/0001-60.

VALOR: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais).

TOTAL: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/06/2018.

VIGÊNCIA: 11/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2018

Publicação Nº 1661172

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 088/2018 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 005/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA JOÃO BEUX SOBRINHO 1ª ETAPA, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL.

FORNECEDOR: GAIA RODOVIAS LTDA - CNPJ: 03.257.777/0001-24.

VALOR: R\$ 1.056.256,89 (um milhão, cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos).

TOTAL: R\$ 1.056.256,89 (um milhão, cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 07/06/2018.

VIGÊNCIA: 07/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2018

Publicação Nº 1661173

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 090/2018 – Tomada de Preços para Compras e Serviços Nº 006/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018, DESTINADO À SELEÇÃO DE PESSOAL PARA O PREENCHIMENTO, EM CARÁTER EFETIVO, DE VAGAS DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

FORNECEDOR: LEGALLE CONCURSOS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - CNPJ: 20.951.635/0001-81.

VALOR: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

TOTAL: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/06/2018.

VIGÊNCIA: 12/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2018

Publicação Nº 1661175

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 094/2018 – Concorrência para Compras e Serviços Nº 006/2018.

OBJETO: CESSÃO DE USO PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, PARA EXPLORAÇÃO DE COPA COZINHA NO GINÁSIO DE ESPORTES ADILSON ROGÉRIO DA CROCE, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONTENDO OS SEGUINTE ESPAÇOS: BAR 18,90M², BALCÃO 3,48M², CHURRASQUEIRA 19,76M², COZINHA 27,73M² E LANCHONETE COM 36,48M²

FORNECEDOR: JAIRO DE ALMEIDA 04579484932 - CNPJ: 30.628.761/0001-53.

VALOR: R\$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais).

TOTAL: R\$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/06/2018.

VIGÊNCIA: 18/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2018

Publicação Nº 1661176

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 095/2018 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 007/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE MATERIAIS DA EDIFICAÇÃO DA EBM SANTA MARIA GORETTI E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS, AMBOS LOCALIZADOS, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME MEMORIAL ANEXO AO EDITAL.

FORNECEDOR: MOLDASA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS SUL AMERICANA - CNPJ: 15.987.122/0001-90.

VALOR: R\$ 98.889,55 (noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: CONSTRUTORA R. S. R. LTDA ME - CNPJ: 02.445.944/0001-06.

VALOR: R\$ 11.703,47 (onze mil, setecentos e três reais e quarenta e sete centavos).

TOTAL: R\$ 110.593,02 (cento e dez mil, quinhentos e noventa e três reais e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 07/06/2018.

VIGÊNCIA: 07/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2018

Publicação Nº 1661178

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 096/2018 – Concorrência para Alienação Nº 007/2018.

OBJETO: DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DO IMÓVEL: LOTE URBANO Nº 16 (DEZESSEIS), COM ÁREA DE 14.041,61M², SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL, A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO.

FORNECEDOR: INDUSTRIA DE PORTAS E COMPENSADOS DOIS IRMAOS LTDA EPP - CNPJ: 80.455.918/0001-64.

VALOR: R\$ 912.704,65 (novecentos e doze mil, setecentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

TOTAL: R\$ 912.704,65 (novecentos e doze mil, setecentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/06/2018.

VIGÊNCIA: 18/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2018

Publicação Nº 1661179

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 101/2018 – Pregão Presencial Nº 073/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CMBAGEM, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO, PARA ATENDER NO ANO DE 2018 A NECESSIDADE DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

FORNECEDOR: JACI ZILLI- ME - CNPJ: 79.384.459/0001-96.

VALOR: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

TOTAL: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 08/06/2018.

VIGÊNCIA: 08/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2018

Publicação Nº 1661181

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 102/2018 – Pregão Presencial Nº 074/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2018.

FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00.

VALOR: R\$ 48.733,69 (quarenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e nove centavos).

FORNECEDOR: LS MERCADO LTDA ME - CNPJ: 07.841.640/0001-73.

VALOR: R\$ 47.280,48 (quarenta e sete mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos).

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94.

VALOR: R\$ 14.148,15 (quatorze mil, cento e quarenta e oito reais e quinze centavos).

FORNECEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52.

VALOR: R\$ 15.684,80 (quinze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79.

VALOR: R\$ 37.553,85 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87.

VALOR: R\$ 38.939,07 (trinta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e sete centavos).

FORNECEDOR: HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - CNPJ: 22.094.574/0001-09.

VALOR: R\$ 48.901,06 (quarenta e oito mil, novecentos e um reais e seis centavos).

FORNECEDOR: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA – EPP - CNPJ: 16.738.785/0001-34.

VALOR: R\$ 10.078,87 (dez mil, setenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

FORNECEDOR: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME - CNPJ: 26.556.616/0001-37.

VALOR: R\$ 13.168,45 (treze mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

TOTAL: R\$ 274.488,42 (duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/06/2018.

VIGÊNCIA: 11/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2018

Publicação Nº 1661183

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 103/2018 – Pregão Presencial Nº 075/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PROJETORES, CABOS CONVERSORES (HDMI PARA VGA), CONDICIONADOR DE AR, MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, BERÇOS E CAMINHAS PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

FORNECEDOR: J I MARQUES E CIA LTDA ME - CNPJ: 11.159.486/0001-21.

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

FORNECEDOR: GESUL COMERCIAL LTDA - CNPJ: 14.711.959/0001-40.

VALOR: R\$ 3.860,00 (três mil, oitocentos e sessenta reais).

FORNECEDOR: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME - CNPJ: 09.552.508/0001-77.

VALOR: R\$ 7.939,65 (sete mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: ELETROMAQUINAS ASTEC LTDA – ME - CNPJ: 02.995.568/0001-15.

VALOR: R\$ 10.840,00 (dez mil, oitocentos e quarenta reais).

FORNECEDOR: NORMELIA LOTTERMANN - CNPJ: 20.132.150/0001-66.

VALOR: R\$ 12.850,00 (doze mil, oitocentos e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 43.289,65 (quarenta e três mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 12/06/2018.

VIGÊNCIA: 12/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2018

Publicação Nº 1661184

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 106/2018 – Pregão Presencial Nº 076/2018.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2018 NA 28ª DRP FRON - DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2ª CIA DO 14ºBBM/SC E NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA – EPP - CNPJ: 73.244.337/0001-18.

VALOR: R\$ 5.274,20 (cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais e vinte centavos).

FORNECEDOR: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 05.340.608/0001-89.

VALOR: R\$ 14.412,68 (quatorze mil, quatrocentos e doze reais e sessenta e oito centavos).

FORNECEDOR: ELETROMAQUINAS ASTEC LTDA – ME - CNPJ: 02.995.568/0001-15.

VALOR: R\$ 24.672,61 (vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos).

TOTAL: R\$ 44.359,49 (quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 15/06/2018.

VIGÊNCIA: 15/06/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018 - FMS.

Publicação Nº 1654376

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 029/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 026/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: LS Mercado Ltda. ME, CNPJ nº 07.841.640/0001-73.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE PADARIA E DE REFEIÇÕES (TIPO MARMITEX) PRONTAS E ENTREGUES NO LOCAL (CONFORME PORTARIA/GM 336 DE 19/02/2002), PARA O CONSUMO DOS PACIENTES CADASTRADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 540,18 (quinhentos e quarenta reais e dezoito centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 25 de dezembro de 2017, que será de, no máximo, 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 8/2018 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

Data de Assinatura: 15/06/2018.

Vigência: de 15/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal e Gestor do Fundo Municipal de Saúde) - pelo Contratante e Neusa Ana Gabriel - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 199/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1654654

EXTRATO DO CONTRATO Nº 199/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 093/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 068/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Gisele Cristiane da Cunha ME, CNPJ nº 26.493.987/0001-17.

Objeto: AQUISIÇÃO DE TOLDOS PARA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL IRMÃ CECÍLIA VINCULADA À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2018 estabelecida pelo Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através de recursos Próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 52/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 15/06/2018.

Vigência: de 15/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gisele Cristiane da Cunha - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656286

EXTRATO DO CONTRATO Nº 200/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 185/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Sabiá Ecológico Transporte de Lixo Ltda. EIRELI,, CNPJ nº 07.151.208/0001-50.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 185/2018, de 07/06/2018, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, tendo em vista tendo em vista que o prazo inicial é incompatível com a execução e processo de execução de qualquer serviço, visto que o mesmo é composto pela execução do trabalho, medições, emissão de notas fiscais pagamento e emissão de termo de recebimento.

Data de Assinatura: 18/06/2018.

Vigência: de 18/06/2018 a 02/08/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Thamara Carolina Carneiro Stang - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656288

EXTRATO DO CONTRATO Nº 201/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 191/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Peri Instaladora Industrial Ltda. ME, CNPJ nº 07.578.042/0001-53.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 191/2018, de 08/06/2018, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, tendo em vista que o prazo inicial é incompatível com a execução e processo de execução de qualquer serviço, visto que o mesmo é composto pela execução do trabalho, medições, emissão de notas fiscais pagamento e emissão de termo de recebimento.

Data de Assinatura: 18/06/2018.

Vigência: de 20/06/2018 a 06/08/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Marlene de Fátima de Mattos - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656289

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 165/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 079/2018, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Brava Construções Ltda. ME, CNPJ nº 07.830.558/0001-43.

Objeto: Prorrogar os prazos de vigência e de execução do Contrato nº 165/2018, de 17/05/2018, pelo lapso de 30 (trinta) dias, cada, tendo em vista que houve atraso na execução da obra pela Contratada devido ao atraso na entrega de materiais, bem como pela dificuldade de deslocamento da equipe técnica até São Lourenço do Oeste pela falta de combustível durante a greve dos caminhoneiros.

Data de Assinatura: 18/06/2018.

Prazo de Execução: de 19/06/2018 a 19/07/2018.

Prazo de Vigência: de 15/08/2018 a 14/09/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Guilherme Sobieray Szymanski - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656290

EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 090/2018, Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 006/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda. EPP, CNPJ nº 20.951.635/0001-81.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018, DESTINADO À SELEÇÃO DE PESSOAL PARA O PREENCHIMENTO, EM CARÁTER EFETIVO, DE VAGAS DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Valor: R\$ 6.800,00 (seis mil e oito cento reais).

Pagamento: O Contratante pagará à Contratada pelos serviços, objeto deste Contrato, da seguinte forma: 100% (cem por cento) do total, após a entrega do Resultado Final, juntamente com o arquivo magnético nas configurações dispostas no Anexo I-B do Edital, o qual somente será considerado entregue após a conferência do arquivo recebido bem como sua compatibilização e migração para o sistema Betha utilizado pelo setor de Recursos Humanos do Município, sob pena de não ser considerado entregue.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 017/2018 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 18/06/2018.

Vigência: de 18/06/2018 a 15/08/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Anderson Vinícios Branco Lutzer - pela Contratada.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1660846

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Origem: Art. 55, inciso XXX, da Lei Orgânica Municipal; art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 389, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Enele Indústria de Estofados Ltda., CNPJ nº 77.902.963/0001-05.

Objeto: ATENDIMENTO, PELO MUNICÍPIO, A CRIANÇAS DE 1 (UM) ANO E 8 (OITO) MESES A 5 (CINCO) ANOS DE IDADE, MATRICULADAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAIS - CEIMS E NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS, FILHOS(AS) DE FUNCIONÁRIAS DA EMPRESA PARATI, EM TURNOS DE 4 (QUATRO) E 8 (OITO) HORAS DIÁRIAS, PROPORCIONANDO-LHES: EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO, RECREAÇÃO, CUIDADOS PSICOPEDAGÓGICOS, PSICOLÓGICOS, NUTRICIONAIS E DE FONOAUDIOLOGIA.

Valores: R\$ 91,08 (noventa e um reais e oito centavos), para cada criança que frequenta 4 (quatro) horas diárias e R\$ 179,30 (cento e setenta e nove reais e trinta centavos), por criança da Educação Infantil que frequenta 8 (oito) horas diárias nos CEIM's ou em Escolas Básicas Municipais, durante o ano letivo de 2018.

Forma de Pagamento: Os pagamentos deverão ser efetuados mensalmente ao MUNICÍPIO, com valor correspondente às crianças matriculadas no período.

Data da assinatura: 21/06/2018.

Vigência: de 21/06/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Conveniente e Nivaldo Luiz Lazaron Júnior - pela Conveniada.

LEI Nº 2.404, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661703

LEI Nº 2.404, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para entidades.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, no exercício financeiro de 2018, para as seguintes entidades:

I - Clube de Mães Santa Bárbara, inscrita no CNPJ sob o nº 05.512.564/0001-27, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), visando à realização de melhorias em sua sede social, localizada na comunidade de Linha Bessegatto, Distrito de Presidente Juscelino, neste Município;

II - Esporte Clube Recreativo Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 83.830.778/0001-55, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com o objetivo de ampliação de sua sede social, localizada na Vila e Distrito de Frederico Wastner, neste Município.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 605, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661334

PORTARIA Nº 605, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal AIRTON FREIRE CALEFFI, ocupante do cargo efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, matrícula nº 3000/59, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 à 31 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 606, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661336

PORTARIA Nº 606, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal AMARILDO CORBARI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, matrícula nº 3001/98, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 de julho à 09 de agosto de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 607, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661337

PORTARIA Nº 607, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ANDREIA COLET DALLACORT, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3426/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 à 23 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 608, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661340

PORTARIA Nº 608, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ATRIMELIA PICHLER TONELLO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3000/68, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 à 16 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 609, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661345

PORTARIA Nº 609, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CLAUDIA MARIA BAZZO, ocupante do cargo efetivo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, matrícula nº 3002/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 11 à 25 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 610, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661362

PORTARIA Nº 610, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal DANIELE COSTA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS, matrícula nº 3291/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20 de julho à 18 de agosto de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 611, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661367

PORTARIA Nº 611, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal EDIZIANE PAGLIOSA RIZZARDI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS, matrícula nº 3027/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 à 31 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 612, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661368

PORTARIA Nº 612, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal GESICA MINOZZO, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, matrícula nº 3239/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 18 de julho à 16 de agosto de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 613, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661370

PORTARIA Nº 613, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal IVONETE DA SILVA FREITAS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 1761/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 27 de julho à 10 de agosto de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 614, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661376

PORTARIA Nº 614, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal KELI ADRIANE HINTZ RADTKE, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, matrícula nº 3000/03, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 à 30 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 615, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661380

PORTARIA Nº 615, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal KEMOLI SPINELLO, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, matrícula nº 3392/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 à 25 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2018.

PORTARIA Nº 616, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661386

PORTARIA Nº 616, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal LILYAN TRINDADE DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 1751/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 à 23 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2018.

PORTARIA Nº 617, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661392

PORTARIA Nº 617, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal MARTA MARIA CARVALHO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS matrícula nº 3030/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 à 30 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2018.

PORTARIA Nº 618, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661400

PORTARIA Nº 618, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal PEDRO ZAMPRONIO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, matrícula nº 1709/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 à 31 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 619, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661404

PORTARIA Nº 619, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ROSMARI SALETE DANELUZ, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3361/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 à 25 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017, e de 26 de julho à 09 de agosto de 2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 620, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661416

PORTARIA Nº 620, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal SILVANA CESÁRIO DE MELLO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS, matrícula nº 2000/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 à 30 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 621, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661419

PORTARIA Nº 621, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal VINICIOS SOARES RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, matrícula nº 3001/20, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 à 30 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 622, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661434

PORTARIA Nº 622, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ELISABETH REDIVO, ocupante do cargo comissionado de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, matrícula nº 1710/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 à 30 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 623, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661446

PORTARIA Nº 623, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 29 de junho de 2018, a servidora publica municipal DAIANE APARECIDA MAGRI, ocupante do cargo em comissão de GERENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, matrícula nº 3411/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 624, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661454

PORTARIA Nº 624, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal THIAGO LUDOVICO CAVINATTO, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO, matrícula nº 3400/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 à 23 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 625, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661463

PORTARIA Nº 625, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal DENISE DE FATIMA DAMBROS, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE RELACIONAMENTO E HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE, matrícula nº 3429/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 à 30 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 626, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661472

PORTARIA Nº 626, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Altera a Portaria nº 559, de 04 de junho de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de Setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 559, de 04 de junho de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ALINE RAQUEL DREHER, ocupante do cargo efetivo de TECNÓLOGO EM EDIFICAÇÕES, matrícula nº 1967/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de junho à 10 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016 e de 11 à 25 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 628, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661483

PORTARIA Nº 628, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal JOCELAINE ALVES, ocupante do cargo de PROFESSOR HABILITADO - ACT, matrícula nº 3528/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 18 à 24 de junho de 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de junho de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 629, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661486

PORTARIA Nº 629, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a Servidora Pública Municipal IVONE CHRIST, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, matrícula nº 1938/05, licença por motivo do falecimento de sua MÃE, no período de 12 a 16 de junho de 2018, sem prejuízo de seus direitos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de junho de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 630, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661492

PORTARIA Nº 630, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal SIRLEI TOMAZI CATANI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, matrícula nº 1283/03, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 18 de junho à 02 de julho de 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de junho de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 631, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661502

PORTARIA Nº 631, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal MARIA ODETE GURTAT, ocupante do cargo de PROFESSOR HABILITADO - ACT, matrícula nº 1266/06, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 19 de junho à 03 de julho de 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de junho de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 634, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661570

PORTARIA Nº 634, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Designa servidores públicos municipais para atuarem no processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 008/2018 e posterior celebração de Termo de Colaboração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para atuarem no processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 008/2018 e posterior celebração de Termo de Colaboração, visando a concessão de recursos financeiros para Associação Esporte Clube Recreativo Brasil, deste Município, da seguinte forma:

I - Comissão de Monitoramento e Avaliação - órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria a ser concretizada, formado pelos membros abaixo designados:

- a) Rennã Higor Fedrigo, ocupante do cargo de Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, matrícula nº 35/01;
- b) Francielle Honesko, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula nº 3293/01;
- c) Anacleto Kronbauer Junior, ocupante do cargo de Diretor de Orçamento Participativo, matrícula nº 3436/01.

II - Gestor da Parceria: Antônio Cantelmo Neto, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, matrícula nº 3407/01, agente público responsável pela gestão da parceria, com as seguintes atribuições:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar ao Prefeito Municipal acerca da existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos bens públicos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, com dados do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 2º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os servidores públicos municipais designados no art. 1º desta Portaria não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 635, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1661574

PORTARIA Nº 635, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Designa servidores públicos municipais para atuarem no processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 009/2018 e posterior celebração de Termo de Colaboração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para atuarem no processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 009/2018 e posterior celebração de Termo de Colaboração, visando a concessão de recursos financeiros para Associação Clube de Mães Santa Bárbara, deste Município, da seguinte forma:

I - Comissão de Monitoramento e Avaliação - órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria a ser concretizada, formado pelos membros abaixo designados:

- a) Rennã Higor Fedrigo, ocupante do cargo de Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, matrícula nº 35/01;
- b) Francielle Honesko, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula nº 3293/01;
- c) Anacleto Kronbauer Junior, ocupante do cargo de Diretor de Orçamento Participativo, matrícula nº 3436/01.

II - Gestor da Parceria: Antônio Cantelmo Neto, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, matrícula nº 3407/01, agente público responsável pela gestão da parceria, com as seguintes atribuições:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar ao Prefeito Municipal acerca da existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos bens públicos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, com dados do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 2º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os servidores públicos municipais designados no art. 1º desta Portaria não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EDITAL 06/2018 FMAS

Publicação Nº 1661948

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2018 FMAS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item, o presente Registro de Preços tem por finalidade AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE nas quantidades requeridas e estimadas para o Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Convivência, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 05/07/2018. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 21 de junho 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

EDITAL 34/2018

Publicação Nº 1661359

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item, o presente Registro de Preços tem por finalidade AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR NOVO para manutenção das atividades do SMER, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 05/07/2018. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 22 de junho 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

EXTRATO FINAL DE PROCESSO LICITATORIO 30/2018

Publicação Nº 1661044

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 30/2018
Modalidade: Pregão Presencial
Registro de Preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foram considerados vencedores para AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS para o programa de inseminação artificial da Secretaria de Agricultura, nas quantidades estimadas, para o período de 12 meses, as empresas ALTA GENETICS DO BRASIL, inscrita no CNPJ sob nº. 00.771.945/0001-07, no valor total de R\$ 6.915,00, e a empresa NITROTEC – COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.492.811/0001-21, no valor total de R\$ 8.050,00. São Miguel da Boa Vista/SC, em 21 de junho de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO DE CESSÃO DE USO REAL DE BEM IMÓVEL EVONIR HUNNING

Publicação Nº 1661687

CONTRATO DE CESSÃO DE USO REAL DE BEM IMÓVEL.

CONTRATO DE CESSÃO DE USO REAL DE BEM IMÓVEL, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E O SENHOR EVONIR HUNING.

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezoito, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 82.821.174/0001-80, denominada CONCEDENTE, com sede na Rua Marcílio Dias, n. 1199, Município de São Miguel do Oeste – SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, senhor Alfredo Spier, brasileiro, casado, Advogado, portador do CPF n. 304.810.749-53, RG n. 313.441, residente e domiciliado na Rua 7 de Setembro, n. 2334, apto 201, São Miguel do Oeste, SC, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado o senhor EVONIR HUNNING, brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 009.208.419-29, RG n. 13R 3.667.220, portador de necessidades especiais, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, n. 362, apartamento 504, Edifício Ogliari, centro, São Miguel do Oeste, SC, doravante denominado de CESSIONÁRIO, que celebraram entre si Contrato de Cessão de Uso, com fundamento na Lei Municipal n. 7.494/2018 de 29 de março de 2018 que se regerá pelas cláusulas que seguem e, subsidiariamente, pela legislação atinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I.1 - A CONCEDENTE na qualidade de proprietária e possuidora de direitos, presentes e futuros do bem imóvel com área de 4,16m² "banca de jornal", localizado no calçadão da Rua Almirante Tamandaré, centro da cidade de São Miguel do Oeste, faz por este ato e a luz da lei municipal n. 7.494/2018 de 29 de março de 2018, a cessão real de uso do referido bem ao Cessionário, acima qualificado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

II.1 - O Presente Contrato de cessão de Uso tem o prazo de cinco (05) anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, ou não, mediante conveniência das partes.

II.2 - Em caso de rescisão, término do contrato, desistência ou falecimento do CESSIONÁRIO, o bem objeto desse contrato e direito retornarão a CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

III.1 - Promover a conservação do bem, e realizar as obras necessárias para a sua manutenção e conservação;

III.2 - Arcar com as despesas de energia elétrica, água, bem como de outras taxas decorrente da presente cessão de uso;

III.3 - Permitir a vistoria por parte do Município no bem cedido, sempre que o Poder Público entender necessário;

III.4 - Requerer aprovação por parte do Município para efetuar eventuais modificações nas áreas cedidas.

CLÁUSULA QUARTA – DA CEDÊNCIA

IV.1 - O Presente Contrato não poderá ser transferido, locado, sublocado ou cedido, mesmo que gratuito ou oneroso, no todo ou em parte, sob pena de rescisão imediata do contrato, sem qualquer notificação judicial ou extrajudicial, por parte do Município.

CLÁUSULA QUINTA– DA RESCISÃO

V.1 - O não cumprimento das cláusulas ora pactuadas, o desvio da finalidade pela qual se institui o presente Contrato de Cessão de uso, ou ainda por conveniência das partes, implicará na rescisão automática do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA –DO FORO

VI.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste – SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Cessão de Uso.

E por estarem acordados, assinam as partes o presente Contrato de Cessão de uso, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC

Em, 20 de junho de 2018.

ALFREDO SPIER

Prefeito Municipal em exercício

EVONIR HUNING

Cessionário

Testemunhas:

Cleumar Liebert
Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal
850.149.319-87

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral
928.910.040-00

PROC 22/2018 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1660759

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 22/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2018

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de acolhimento institucional para a Idosa Dorvalina Pires, cfe Determinação Judicial Autos nº 0900089-21.2018.8.24.0067, na casa de Repouso Lar Vovó Eva, Neste Município para o período de 12 meses.
Contratado: SIMONETTI PILLAR E CIA LTDA. Valor Total de R\$ 16.092,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtida junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sita a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 21 de junho de 2018.

MARTA REGINA SOTILLI
Secretaria Municipal de Assistência Social

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 38.2018

Publicação Nº 1660745

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 38.2018- MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

Objeto do Pregão: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de Filtros, óleos lubrificantes e baterias para os veículos Oficiais das frotas pertencentes ao Município de São Pedro de Alcântara, com fornecimento e mão de obra para a troca.

DATA DE ABERTURA: 03/07/2018 às 09h, com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 08h às 12h e das 13h às 17h. São Pedro de Alcântara, 21/05/2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 76/2018

Publicação Nº 1661452

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 76/2018

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1138/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal no valor de 21.000,00 (Vinte e um mil reais) por conta do Superávit Financeiro recursos- ordinário na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.104 –Pavimentação e Recuperação

De Ruas a lajota R\$ 21.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000– Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 20 de junho de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº75 /2018

Publicação Nº 1661447

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº75 /2018

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.138/2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) por conta do excesso de Arrecadação - CONVÊNIO SECRETARIA DO ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.104 – Pavimentação e Recuperação de Ruas
a Lajota R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0298– Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 20 de junho de 2018.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº77/2018

Publicação Nº 1661455

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº77/2018

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.138/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 36.135,85 (Trinta e seis mil cento e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) por conta do Excesso de Arrecadação - MAC na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.060 – Func. e Manutenção do MAC R\$ 36.135,85
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0064.00073 – Aplicações Diretas R\$ 36.135,85

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 21 de junho de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 056/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA AMARILDA ILMA SOUZA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

Publicação Nº 1652556

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 056/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA AMARILDA ILMA SOUZA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora AMARILDA ILMA SOUZA,

brasileira, viúva, inscrita no CPF sob nº 678.301.109-72, residente a Rua João Adelino Ventura, nº 50, Colônia Santana – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2017, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 056/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 056/2018 até 24/07/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 22 de junho de 2018.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 066.2018

Publicação Nº 1661667

RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente de Prefeitura, resolve rescindir a partir de 15/06/2018, o Contrato de Prestação de Serviços Nº 066/2018 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA e FERNANDO PEREIRA SIQUEIRA JUNIOR, residente a Rua Justino Leite Neto, nº 20, Roçado – São José/SC, portador do CPF nº 007.064.299-07, doravante denominado CONTRATADO.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de junho de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 39.2018

Publicação Nº 1660789

O Município de São Pedro de Alcântara. Avisa da abertura do Processo nº 39.2018 Tomada de Preços – Tipo: Menor Preço Global – Empreitada por Preço Global (art. 10, II, “a”, da Lei n.º 8.666/1993). Objeto: contratação de uma empresa especializada na Pavimentação da Rua Darah Ester Hames, neste Município. Data de Abertura com entrega dos envelopes 09/07/2018 às 09h. Mais Informações: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo e-mail licitacoes@pmspa.sc.gov.br; São Pedro de Alcântara, 21/06/2018- ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**REQUERIMENTO**

Publicação Nº 1661070

São Pedro de Alcântara/SC
Câmara de Vereadores
Casa Legislativa Vereador Pedro Paulo Kremer
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 - Cep: 88125-000 - Centro, São P. de Alcântara/SC
Fone: (048) 3277-0122 Ramal: 217 / Fax: (048) 3277-0122 Ramal: 206
www.camaraspa.sc.gov.br / camara@camaraspa.sc.gov.br

Requerimento

Wilmar Prim, Vereador com assento nesta Casa Legislativa vem, com amparo regimental, REQUERER licença de suas atividades Legislativas por 30 (trinta) dias por motivos particulares, a partir do dia 23 de junho de 2018, conforme prevê o Art. 253, Inciso IV da Resolução Nº 02, de 26 de maio de 1997, que Dispõe Sobre o Regimento Interno e Art. 18, Inciso I da Lei Orgânica deste Município. Para tanto, requer ainda, que seja convocado o Vereador Suplente conforme previsto regimentalmente.

Nestes termos, pede deferimento.

São Pedro de Alcântara, 21 de junho de 2018.

Wilmar Prim
Vereador - PMDB

Saudades

PREFEITURA

PORTARIA N. 196, 25 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1660738

PORTARIA N. 196, 25 DE ABRIL DE 2018.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere,

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de servidor para ocupar o cargo e realizar as atribuições de Secretário(a) da Junta de Serviço Militar do Município de Saudades;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para desempenhar as atribuições do cargo de Secretário(a) da Junta de Serviço Militar do Município de Saudades a servidora efetiva Cristina Bösing Provin, brasileira, casada, nascida em 25 de dezembro de 1989, filha de João Bösing e Ivonise Fátima Pedroso Bösing, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativa, sem ônus adicional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de março de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 25 de Abril de 2018.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

PORTARIA N. 197, 25 DE ABRIL DE 2018.

Publicação Nº 1660740

PORTARIA N. 197, 25 DE ABRIL DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE SERVIDOR DO CARGO DE SECRETÁRIO(A) DA JUNTA MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere,

CONSIDERANDO a necessidade de dispensar servidor ocupante do cargo de Secretário(a) da Junta de Serviço Militar do Município de Saudades em razão de assumir outras atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º. Dispensar o servidor Mateus Sehn das atribuições do cargo de Secretário da Junta de Serviço Militar do Município de Saudades.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 25 de Abril de 2018.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

DECRETO Nº 22, DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 1661069

DECRETO Nº 22, DE 02 DE MAIO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE. Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei; em especial o art. 5º da Lei Municipal nº 2.293/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) da seguinte dotação da programação a seguir:

I - Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 04.01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

1236512012.016 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3190 – Aplicações Diretas

Fonte: 0119 – Transferências do Fundeb – 40%

Detalhamento: 000000 – Sem Detalhamento da destinação de Recursos...R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar são provenientes no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) da anulação dos seguintes itens orçamentários:

I - Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 04.01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

1236512012.016 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3190 – Aplicações Diretas

Fonte: 0118 – Transferências do Fundeb – Rem. Profissionais 60%

Detalhamento: 000000 – Sem Detalhamento da destinação de Recursos...R\$ 150.000,00

Art. 3º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 667.564,10 (seiscentos e sessenta e sete mil quinhentos e sessenta e quatro reais e dez centavos) da seguinte dotação da programação a seguir:

I - Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 04.01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

1236512011.064 – AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL

4490 – Aplicações Diretas

Fonte: 301 – SUPERAVIT – Rec. De Imp. e Trans. de Impostos-Educação

Detalhamento: 000000 – Sem Detalhamento da Fonte R\$ 26.000,00

II - Órgão: 04.00 – SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO.

Unidade Orçamentária: 04.01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

1236512011.064 – AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL

4490 – Aplicações Diretas

Fonte: 336 – SUPERÁVIT – Salário Educação

Detalhamento: 000000 – Sem Detalhamento da Fonte R\$ 155.188,46

III - Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 04.01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

1236512012.016 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3390 – Aplicações Diretas

Fonte: 337 – SUPERÁVIT – Outras Transf. Do FNDE

Detalhamento: 000028 – Prog. Nac. Transporte Escolar- PNATE R\$ 14.857,10

IV - Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 04.01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

1236212012.013 – APOIO AO ENSINO MÉDIO

3390 – Aplicações Diretas

Fonte: 362 – SUPERÁVIT - Transf. De Convênios Estado/Educação

Detalhamento: 000000 Sem Detalhamento da Fonte R\$ 49.518,54

V - Órgão: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 06.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

2678226011.068 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS

4490 – Aplicações Diretas

Fonte: 300 – SUPERÁVIT – Recursos Ordinários

Detalhamento: 000000 Sem Detalhamento da Fonte R\$ 165.000,00

VI - Órgão: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária: 06.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS
2678226011.069 – OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL
4490 – Aplicações Diretas
Fonte: 300 – SUPERAVIT – Recursos Ordinários
Detalhamento: 000000 Sem Detalhamento da Fonte R\$ 257.000,00

Art. 4º. Os recursos para abertura do Crédito Suplementar do Artigo supra, são provenientes no valor de R\$ 667.564,10 (seiscentos e sessenta e sete mil quinhentos e sessenta e quatro reais e dez centavos) do Superávit Financeiro apurado nas respectivas Fontes de Recursos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 02 de maio de 2018.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

ROGÉRIO ANTÔNIO SEHNEM
Sec. de Fazenda e Administração

Schroeder

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 02/2018-FAS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 1661281

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2018 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 13/2018 Data do Processo: 07/06/2018
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para implantação e manutenção de solução em software para a gestão da informação da política de Assistência Social Municipal e do SUAS, para número ilimitado de usuários e equipamentos, incluindo os serviços de migração de dados, treinamento de usuários, suporte técnico, atualização tecnológica, hospedagem, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 14/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 21 de Junho de 2018, às 14:15 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7480/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 13/2018, Licitação nº 2/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA. - EPP está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão. Foi paralisaada a sessão para Prova de Conceito feito pela Comissão de Avaliação definida pela Portaria 7.463/2018, conforme item 4.2 do Termo de Referência do Edital. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

LOTE: 1**Participante: 13703 - PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços mensais Serviço de manutenção mensal, hospedagem e suporte técnico aos usuários do sistema contratado.	MÊS	6,00		0,0000	2.125,00	12.750,00
2	Serviços suplementares de suporte técnico presencial, quando necessários e solicitados. Incluas despesas de diária, alimentação, deslocamento, etc. Prazo máximo de atendimento após solicitação de 15 dias.	HR	50,00		0,0000	102,00	5.100,00
3	Serviços suplementares técnicos de customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do município, quando necessário e solicitado. Prazo máximo de atendimento após solicitação de 30 dias.	HR	200,00		0,0000	93,50	18.700,00
4	Serviços de disparos de SMS (mensagens de texto curta) para recursos que utilizam este serviço nas especificações.	SMS	8.000,00		0,0000	0,10	800,00

Total do Participante —————> 37.350,00

Total Geral —————> 37.350,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2018 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 13/2018 Processo de Licitação: 07/06/2018 Data do Processo:
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 21 de Junho de 2018

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - | - Equipe de Apoio |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camardo | - | - Equipe de Apoio |
| Eloir José Wendt | - | - Equipe de Apoio |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- | | | |
|-------------------------------|---------|---------------------|
| TIAGO DE FAVERI GIUSTI | - | - Representante |
| EVANDRO JOSÉ PASQUALI | - | - Setor Solicitante |
| DEBORA PATRICIA GRANDO BORGES | - | - Setor Solicitante |
| DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF | - | - Setor Solicitante |

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 36/2018-PMS

Publicação Nº 1660875

Página: 1/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019				
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Filtro lubrificante: (celta ano 2005 e 2009) e (corsa classic ano 2014 - 1.0)	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	16,1800	1	
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	15,3700	2	
2	Filtro combustivel (celta ano 2006 e 2009) e (corsa classic ano 2014 - 1.0)	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	14,3800	1	
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	13,6600	2	
3	Filtro de ar. (celta ano 2005 e 2009) e (corsa classic ano 2014 - 1.0)	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	14,3800	1	
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	13,6600	2	
4	Filtro combustivel - kombi ano 2006 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	13,4800	1	
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	12,8900	2	
5	Filtro lubrificante - kombi ano 2006 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	MALHE	0	10,3600	1	
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	15,3700	2	
6	Filtro de ar - kombi ano 2006 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	25,1800	1	
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	39,3000	2	
	Filtro combustivel fiat vivace ano 2014 - 1.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	14,3800	1	

Página: 2/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	13,6600	2
8	Filtro de ar: fiat vivace ano 2014 - 1.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	18,4400	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	26,4700	2
9	Filtro lubrificante: fiat vivace ano 2014 - 1.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	17,9900	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	17,9300	2
10	Filtro combustível prisma - ano 2010, 2011 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	14,3800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	13,6600	2
11	Filtro lubrificante prisma - 2010, 2011 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	16,1800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	15,3700	2
12	Filtro de ar prisma - ano 2010, 2011 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	11,0900	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	10,5400	2
13	Filtro lubrificante: strada ano 2015 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	18,8800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	15,3700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018 Data do Registro: 21/06/2018 Válido até: 21/06/2019							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Filtro de ar: strada 2015 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	18,8800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	15,3700	2
15	Filtro combustível: strada 2015 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	14,3900	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	11,1000	2
16	Filtro lubrificante: courier ano 2002 - 1.6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	MALHE	0	10,3600	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	16,2300	2
17	Filtro de ar: courier ano 2002 - 1.6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	22,0400	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	24,7700	2
18	Filtro combustível: courier ano 2002 - 1.6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	15,4800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	17,0800	2
19	Filtro lubrificante: logan ano 2012 e 2013 - 1.6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	23,3800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	22,2000	2
20	Filtro de ar: logan ano 2012 e 2013 - 1.6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	54,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 4/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	49,5500	2
21	Filtro combustivel: logan ano 2012 e 2013 - 1.6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	13,4800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	12,8000	2
22	Filtro combustivel: UP ano 2014 - 1.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	13,4800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	12,8000	2
23	Filtro de ar: UP ano 2014 - 1.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	32,0200	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	30,4100	2
24	Filtro lubrificante: UP ano 2014 - 1.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	TECFIL	0	35,5200	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	33,7300	2
25	Filtro combustivel: pálio ano 2014 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	14,3800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	13,6600	2
26	Filtro lubrificante: pálio ano 2014 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	18,8700	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	17,9300	2

Página: 5/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Filtro de ar: pálio ano 2014 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	27,8800	1
28	Filtro combustível: Duster ano 2013 - 2.0	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	26,4700	2
29	Filtro de ar: Duster ano 2013 - 2.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	13,4800	1
30	Filtro lubrificante: Duster ano 2013 - 2.0	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	12,8000	2
31	Filtro de ar: Duster ano 2013 - 2.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	54,8800	1
32	Filtro lubrificante: Duster ano 2013 - 2.0	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	52,1000	2
33	Filtro de ar: Duster ano 2013 - 2.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	23,3800	1
34	Filtro lubrificante: Duster ano 2013 - 2.0	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	22,2000	2
35	Filtro combustível: Duster ano 2013 - 2.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	13,4800	1
36	Filtro de ar: Duster ano 2013 - 2.0	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	12,8000	2
37	Filtro lubrificante: Duster ano 2013 - 2.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	27,3200	1
38	Filtro de ar: Duster ano 2013 - 2.0	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	25,9400	2
39	Filtro combustível: Duster ano 2013 - 2.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	54,8800	1

Página: 6/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	50,4000	2
34	Filtro de combustível: festa ano 2013 - 1,6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	11,7000	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	14,5100	2
35	Filtro lubrificante: festa ano 2013 - 1,6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	MALHE	0	10,3600	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	23,8300	2
36	Filtro combustível gol ano 2017 - 1,6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	13,4800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	12,8000	2
37	Filtro lubrificante: gol TL ano 217 - 1,6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	18,8800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	17,9300	2
38	Filtro de ar: gol ano TL 2017 - 1,6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	36,8800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	33,3200	2
39	Filtro combustível: onix ano 2017 - 1,4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	13,4800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	12,8000	2

Página: 7/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Filtro lubrificante: onix ano 2017 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	8,9200	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	13,6600	2
41	Filtro de ar: onix ano 2017 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	22,4800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	17,0800	2
42	Filtro combustível: gangoo 16 válvulas ano 2014 - 1.6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	13,4800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	12,8000	2
43	Filtro lubrificante: gangoo 16 válvulas ano 2014 - 1.6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	23,3900	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	22,2000	2
44	Filtro de ar: gangoo 16 válvulas ano 2014 - 1.6	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	28,7000	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	52,9700	2
45	Filtro combustível: pálio ano 2015 - 1.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	14,3800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	13,6600	2
46	Filtro lubrificante: pálio ano 2015 - 1.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	18,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 8/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	17,9300	2
47	Filtro de ar: pálio ano 2015 - 1.0	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	18,8800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	17,9300	2
48	Filtro combustível: fluence DYN20A ano 2013	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	13,4800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	12,8000	2
49	Filtro lubrificante: fluence DYN20A ano 2013	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	12,8100	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	37,8900	2
50	Filtro de ar: fluence dyn20a ano 2013	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	30,8000	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	48,7000	2
51	Filtro combustível: prisma ano 2017 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	14,3800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	13,6600	2
52	Filtro lubrificante: prisma ano 2017 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	8,9200	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	14,5100	2

Página: 9/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Filtro de ar: prisma ano 2017 - 1.4	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	11,0900	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	10,5400	2
54	Filtro combustível: spin ano 2017 - 1.8	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WIX	0	14,3800	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	13,6600	2
55	Filtro lubrificante: spin ano 2017 - 1.8	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	8,9200	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	14,5100	2
56	Filtro de ar: spin ano 2018 - 1.8	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	WEGA	0	22,9000	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	31,7500	2
57	Óleo motor sintético 10W 40 SN (litro)	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	INCOL	0	22,1200	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	21,3500	2
58	Extintor 4 Kg - conforme as normas vigentes	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)		0	82,8000	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	EXTIMBRAS	0	85,4300	2
59	Tacógrafo diário 180 Km/h - caixa.	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	DML	0	22,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 10/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	VDO	0	30,3200	2
60	Tacógrafo 7 dias 180 Km/h - caixa	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	DMIL	0	21,2200	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	VDO	0	30,3200	2
61	Tacógrafo diário 24 horas 125 Km/h - caixa	UN	JARAGUA PNEUS LTDA - EPP (13072)	DMIL	0	16,8700	1
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	VDO	0	30,3200	2
62	Filtro de ar: sprintem benz 313 CDI ano 2005	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	60,9900	1
63	Filtro de combustível: sprintem benz 313 CDI ano 2005	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	50,9900	1
64	Filtro lubrificante: sprintem 313 CDI ano 2005	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	29,9900	1
65	Filtro lubrificante: master jae di tur ano 2014 e master euro ano 2016	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	100,9900	1
66	Filtro combustível: master jae di tur ano 2014 e master euro ano 2016	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	60,9900	1
67	Filtro de ar: master jae di tur ano 2014 e master euro ano 2016	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	77,9900	1
68	Filtro combustível: microonibus iveco ano 2012	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	94,9900	1
69	Filtro lubrificante: microonibus iveco ano 2012	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	75,9900	1

Página: 11/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018 Data do Registro: 21/06/2018 Válido até: 21/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretária de Planejamento, Gestão e

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Filtro de ar: microonibus iveco cityclass ano 2012	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	150,9900	1
71	Filtro combustível: microonibus iveco cityclass ano 2013	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	94,9900	1
72	Filtro lubrificante: microonibus iveco cityclass ano 2013	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	75,9900	1
73	Filtro de ar: microonibus iveco cityclass ano 2013	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	150,9900	1
74	Filtro lubrificante: onibus VW15,190 EOD E.HDRE ano 2015	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	40,9900	1
75	Filtro de ar: onibus VW15,190 EOD E.HDRE ano 2015	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	130,9900	1
76	Filtro combustível separador: cargo 2622E ano 2010	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	120,9900	1
77	Filtro lubrificante: cargo 2622E ano 2010 e escavadeira E215B ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	115,9900	1
78	Filtro combustível primário: cargo 2622E ano 2010	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	100,9900	1
79	Filtro de ar interno 2622E ano 2010	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	70,9900	1
80	Filtro de ar externo: cargo 2622E ano 2010	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	99,0000	1
81	Filtro compressor: cargo 2622E ano 2010	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	140,9900	1

Página: 12/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

82	Filtro separador de água: moto niveladora RG 140B ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
83	Filtro combustível primário: moto niveladora RG 140 ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
84	Filtro de ar secundário : moto niveladora RG 140B ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
85	Filtro de ar primário: moto niveladora RG 140B ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
86	Filtro combustível secundário: moto niveladora RG 140 ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
87	Filtro lubrificante: moto niveladora RG 140 ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
88	Filtro combustível: mercedes 1313, 1618,2318 e carregadeira	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
89	Filtro lubrificante: mercedes 1313, 1618,2318 e carregadeira 75 HD	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
90	Filtro de ar: mercedes 1313, 1618,2318 e carregadeira 75 HD	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
91	Filtro hidráulico: carregadeira 75HD.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
92	Filtro hidráulico: mercedes 1313,1618 e 2318.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1
93	Filtro de ar interno - TL 85 e 95 ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 13/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

94	Filtro de ar externo - TL 85 e 95 ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	115,9900	1
95	Filtro combustível: TL 85 e TL 95 ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	30,9900	1
96	Filtro lubrificante: TL 85 e TL 95 ano 2008	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	40,9900	1
97	Filtro combustível: valvira A750L ano 2014	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	18,9900	1
98	Filtro de ar externo - valvira A750L ano 2014	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	80,9900	1
99	Filtro de ar interno: valvira A750L ano 2014	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	62,9900	1
100	Filtro lubrificante - valvira A750L ano 2014	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	44,6100	1
101	Filtro combustível - mercedes ATRON 2729 - ano 2014.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	70,9900	1
102	Filtro combustível separador - mercedes ATRON 2729 - ano 2014	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	86,9900	1
103	Filtro do compressor - mercedes ATRON 2729 - ano 2014.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	140,9900	1
104	Filtro de ar interno mercedes ATRON 2729 - ano 2014.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	70,9900	1
105	Filtro de ar externo mercedes ATRON 2729 - ano 2014.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	130,9900	1

Página: 14/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018 Data do Registro: 21/06/2018 Válido até: 21/06/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretária de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretária de Planejamento, Gestão e

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Filtro lubrificante ATRON 2729 - ano 2014.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	40,9900	1
107	Filtro lubrificante: cargo 2629 ano 2015	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	115,9900	1
108	Filtro combustível primário: cargo 2629 ano 2015	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	75,9900	1
109	Filtro combustível separador: cargo 2629 ano 2015	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	95,9900	1
110	Filtro de ar externo: cargo 2629 ano 2015	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	129,9000	1
111	Filtro compressor: cargo 2629 ano 2015	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	MANN	0	140,9900	1
112	Óleo 2T - 500 ml,	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	21,0000	1
113	Graxa grafitada (balde 20 Kg)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	699,9900	1
114	Óleo hidráulico 68 HD (balde 20 lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	311,9900	1
115	Caixa tacógrafo - 7 dias - 125 Km/h.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	VDO	0	34,9900	1
116	Óleo motor CG4 15 W/40 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	335,9900	1
117	Óleo 20 W 30 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	499,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 15/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Querosene - 5 litro.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	AGRICOPEL	0	42,7500	1
119	Óleo 10 W 30(balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	499,9900	1
120	Óleo para caixa 80W GL4 para caixa (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	374,9900	1
121	Óleo 10 W- TAC 3 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	396,9900	1
122	Óleo hidráulico ATF (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	500,9900	1
123	Óleo para diferencial 85 W 140 - GL5 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	309,0000	1
124	Óleo 90 GL4 (balde 20 Lt)	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	299,9900	1
125	Extintor para caminhão, onibus e microonibus - 2 Kg - conforme as normas	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	EXTIMBRAS	0	145,4500	1
126	Agente Redutor Líquido Automotivo - Avia 32, composição química: ureia 32,5% e água desmineralizada 67,5% - validade 12 meses a partir da data de fabricação. Na embalagem constar o identificação do Inmetro - Embalagem 20 Litros.	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	59,9900	1

Página: 16/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Fluido de freio dot 3 - 500 ml	UN	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	BOSCH	0	15,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 34/2018

Número do Registro de Preços: 34/2018		Data do Registro: 21/06/2018		Válido até: 21/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleos, filtros, tacógrafos, extintores, graxa e fluidos para freios para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Planejamento, Gestão e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2018
PROCESSO Nº 79/2018
(9634) - POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13
(13072) - JARAGUA PNEUS LTDA - EPP

Schroeder, 21 de Junho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 033/18**

Publicação Nº 1660907

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2018 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 17/2018
Data: 20/06/2018

Folha: 1/2

Fornecedor: GREPEL DISTRIBUIDORA LTDA
Endereço: Rua WALLY EMILIA MOHR, 50
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 06.933.151/0001-89

Código: 446

Inscrição Estadual: 254824080

Objeto da Compra: MATERIAL DE CONSUMO (COZINHA/COPA E PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO)

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	COPOS TÉRMICOS COM 180 ML - CAIXA COM 1000 UNIDADES.	UN	134,35	268,70
2	3,00	ALCOOL 92,8º LITRO	UN	5,05	15,15
3	4,00	SACO DE LIXO 45X55X0,4 30 LITROS C/ 100 UN.	UN	8,25	33,00
4	4,00	SACO DE LIXO 50X60X0,4 50 LTIROS C/ 100 UN.	UN	9,25	37,00
5	5,00	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE LADO VERDE ABRASIVO E LADO AMARELO REMOVEDOR.	UN	0,85	4,25
6	20,00	PRATO PLASTICO PR 018 BRANCO 18 CM PACTOE COM 10 UNIDADES.	UN	0,99	19,80
7	10,00	GUARDANAPO 30X30 COM 50 UNIDADES	UN	1,40	14,00
8	2,00	DETERGENTE DE LOUÇA NETRO FRASCO COM 500ML.	UN	1,50	3,00
9	8,00	TIRA LIMO 500 ML REFEIL TIPO RECKITT.	UN	10,70	85,60

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PARA MANTER A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA SEDE E GUARNECER A COPA & COZINHA, FAR-SE-Á NECESSÁRIO A AQUISIÇÃO DESTES ITENS, OS QUAIS SÃO INDISPENSÁVEIS À SAÚDE E HIGIENIZAÇÃO DE AMBIENTES.

Schroeder, 20 de Junho de 2018

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2018 - DL**Processo Nr.:** 17/2018
Data: 20/06/2018

Folha: 2/2

20/06/2018

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 20 de Junho de 2018

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Valor da Despesa:**

480,50 (quatrocentos e oitenta reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....:

A PRAZO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2018 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 17/2018
Data: 20/06/2018

Folha: 1/2

Fornecedor: J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA -

Código: 462

Endereço: TREZE DE MAIO, S/N

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 05.785.417/0001-20

Inscrição Estadual: 254612903

Objeto da Compra: MATERIAL DE CONSUMO (COZINHA/COPA E PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO)

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
10	8,00	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS DE PAPEL 2 DOBRAS 20X21 CM 100% CELULOSE PACOTE COM 4.800 FLS.	UN	35,00	280,00
11	3,00	PAPEL HIGIÊNICO CAI CAI - INTERFOLHADO 10X20,5CM PACOTE COM 9000 FOLHAS.	UN	46,50	139,50
12	3,00	ALCOOL GEL 70º INPM NETRO 500 GRAMAS	UN	4,90	14,70
13	4,00	SACO DE LIXO 70X85X0,5 100 LITROS COM 100 UNIDADES	UN	17,50	70,00
14	4,00	ODORIZADOR DE AMBIENTES FRASCO COM 360ML ULTRAFRESCH	UN	6,50	26,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PARA MANTER A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA SEDE E GUARNECER A COPA & COZINHA, FAR-SE-Á NECESSÁRIO A AQUISIÇÃO DESTES ITENS, OS QUAIS SÃO INDISPENSÁVEIS À SAÚDE E HIGIENIZAÇÃO DE AMBIENTES.

Schroeder, 20 de Junho de 2018

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2018 - DL**Processo Nr.:** 17/2018
Data: 20/06/2018

Folha: 2/2

20/06/2018

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 20 de Junho de 2018

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Valor da Despesa:**

530,20 (quinhentos e trinta reais e vinte centavos)

Pagamento.....:

A PRAZO

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1448

Publicação Nº 1661815

DECRETO Nº 1448, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Abre créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 24.237,94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 1951, de 13 de dezembro de 2017 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “b”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1954 de 27 de dezembro de 2017, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2018 e com o inciso I § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 6 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 3 Gerência de Ensino Infantil em Creche

Projeto Atividade: 1.112 – Equipamentos, Material Permanente Veículos para a Educação Infantil em Creche

Modalidade: 295 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0769 – Aplicações DiretasR\$ 4.108,44

Projeto Atividade: 2.225 – Ações de Manutenção da Educação Infantil em Creche

Modalidade: 294 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0204 – Aplicações DiretasR\$ 20.129,50

TOTALR\$ 24.237,94

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior por Fonte de Recursos:

Fonte: 0.3.0769 – FNDE – Plano de Ação Art. PAR/TD R\$ 4.108,44

Fonte: 0.3.0204 – FNDE – Apoio a Creches – Brasil Carinhoso R\$ 20.129,50

TOTALR\$ 24.237,94

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 21 de junho de 2018

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 21 de junho de 2018

Neri Cosmann

Secretário de Administração

EDITAL Nº 46/2018

Publicação Nº 1661177

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2018

Convoca Audiência Pública para alteração de Leis que compõem o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso X, art. 108 da Lei Orgânica Municipal, no inciso I do § 4º do artigo 40 da Lei Federal N.º 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, art. 68 combinado com art. 70 da Lei Complementar nº 73 de 22 de dezembro de 2016, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências,

RESOLVE:

CONVOCAR as organizações e movimentos populares, associações representativas dos vários segmentos das comunidades, associações de classe, os Poderes constituídos no Município e respectivas autoridades competentes e, a população de modo em geral, para AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no dia 12 de julho de 2018, das 16h00min às 18h00min, tendo como local o Auditório Waldir Tochetto, situado na Rua Padre Anchieta, nº 200, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, sob a Coordenação do Poder Executivo e sua Equipe Técnica com o auxílio do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, para discutir e deliberar sobre propostas de alteração de aspectos da Lei Complementar nº 74, de 22 de dezembro de 2016 que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Seara, Estado de

Santa Catarina e dá outras providências, e Lei Complementar nº 75, de 23 de dezembro de 2016 que institui a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, com a seguinte ORDEM DO DIA:

16h00min – Abertura da Audiência Pública com a Leitura do presente Edital;
16h05min – Composição da Mesa Diretora;
16h10min – Palavra das autoridades;
16h20min – Explicação de proposta para alteração de aspectos da Lei Complementar nº 74/2016 e Lei Complementar nº 75/2016 pelo Executivo Municipal, Equipe Técnica e Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS;
17h00min – Plenária para discussão e análise das propostas de alteração conforme acima especificado;
17h30min – Processo de votação das propostas;
17h45min – Palavra livre, e,
18h00min – Encerramento da Audiência Pública.

Seara/SC, 21 de junho de 2018
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 21 de junho de 2018

Neri Cosmann
Secretário da Administração

PORTARIA Nº 339/2018

Publicação Nº 1661745

Portaria nº. 339/2018. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 29/2017, resolve, Contratar, Andressa Carla Pereira, em caráter temporário, para exercer a função de Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Anexo I – Grupo “A” - Serviços Administrativos, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 57, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, para atender serviços essenciais do município, em vaga não preenchida por concurso, no período de 21 de junho de 2018 a 20 de junho de 2019, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 21 de junho de 2018.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 21 de junho de 2018.

Neri Cosmann
Secretário da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2018

Publicação Nº 1660612

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022 DE 22/06/2018

No dia 22 de junho de 2018, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 430.332.889-87 e CPF nº 12C 1.233.665/SSP/SC, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 031/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.416.188/0001-70, com endereço na Rua Duque de Caxias, nº 899, Sala 02, Centro do município de Serra Alta/SC, representada neste ato pelo Sr. GENOIR BAMPI, portador do CPF nº. 575.939.909-82 e RG 1.837.286/SSP/SC, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.416.188/0001-70, aqui representada por seu representante legal, Sr. GENOIR BAMPI vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 031/2018 cujo objeto é a eventual LOCAÇÃO DE ONIBUS, MICRO-ONIBUS E VAN, URBANO/RODOVIÁRIO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFERIDOS POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES DE CARÁTER EVENTUAL DE ATLETAS, ESTUDANTES, IDOSOS, SERVIDORES E DEMAIS GRUPOS DO MUNICÍPIO, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Especificação	Quilometragem estimada/ano	Valor por Km Rodado	Valor Total por Km rodado
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO: VAN, COM CAPACIDADE DE ATÉ 15 LUGARES POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES EVENTUAIS, INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS.	11.000 km	R\$ 2,50	R\$ 27.500,00
02	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO: MICRO ÔNIBUS, COM CAPACIDADE DE ATÉ 27 LUGARES POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES EVENTUAIS, INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS.	10.000 Km	R\$ 2,80	R\$ 28.000,00
03	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO: ÔNIBUS CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 27 LUGARES POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES EVENTUAIS, INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS.	6.000 Km	R\$ 4,10	R\$ 24.600,00
		VALOR TOTAL REGISTRATO	(Oitenta mil e cem reais)	R\$ 80.100,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando sê-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível contratação de Transportes Eventuais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente

à mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos serviços será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos na prestação dos mesmos.

5.2 A saída dos veículos, será em horário e local previamente agendado de acordo com itinerário fornecido pelo responsável do Setor Requisitante.

5.3 A Detentora da Ata deverá prestar o serviço de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

5.4 A prestação dos serviços fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.5 Se, por motivo de agenda lotada ou dificuldades das empresas em atenderem os diversos roteiros e necessidades das Secretarias, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à prestação dos serviços, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos serviços efetuados à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos de quilometragem efetivamente realizados, após a execução, conforme ordem cronológica da tesouraria mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

6.2 Para os trajetos INTERESTADUAIS em que o veículo permaneça no seu destino inicial receberá um valor excedente de R\$ 100,00 (Cem reais) a cada 24 (vinte e quatro horas) paradas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

- a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6

do Edital;

b) por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

9.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 031/2018 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

10.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

SERRA ALTA/SC, 22 de Junho de 2018.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME

GENOIR BAMPI

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

Assessor Jurídico

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI DANIELA ZANELA DONIDA

CPF: 029.867.439-43 CPF: 032.264.009-16

Sec. de Administração Assistente Social

DECRETOS 232/2018

Publicação Nº 1660836

DECRETO Nº 232/2018, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOELI NILVA SANTORO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Municipal nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido licença sem remuneração, a pedido, à Servidora Pública Municipal NOELI NILVA SANTORO, matriculada sob nº 355, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, nível 122, do Grupo II-SAU, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Assistência Social, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Esta licença compreende o período de 21 de junho de 2018 a 20 de junho de 2019 (01 ano).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º

da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 21 de junho de 2018.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

ERRATA 012/2018

Publicação Nº 1660958

ERRATA Nº 012/2018 DA PORTARIA Nº 068/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 068/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018 - DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE GABRIELA CARLA STRAPAZZON, PARA O CARGO DE PROFESSOR III, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem ao art. 40 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificada a Portaria nº. 068/2018, na forma e nas condições abaixo relacionadas.

ONDE SE LEU:

SERVIDOR:	Gabriela Carla Strapazzon
CPF:	091.362.06962
RG:	5.543.353 SSP/SC
CARGO:	Professor III
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	II-MAG
NÍVEL:	220
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VIII “admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	15/06/2018 a 14/06/2019.

LEIA-SE:

SERVIDOR:	Gabriela Carla Strapazzon
CPF:	091.362.06962
RG:	5.543.353 SSP/SC
CARGO:	Professor III
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	II-MAG
NÍVEL:	220
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	15/06/2018 a 14/06/2019.

Art. 2º Todos os demais itens da Portaria nº 068/2018, ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata da Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 21 de junho de 2018.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 037/2018

Publicação Nº 1660675

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2018

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 037/2018

Tipo: Menor Valor Global.

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DA QUADRA ESPORTIVA, DRENAGEM PLUVIAL DO TERRENO E CONSTRUÇÃO DE MUROS E CERCAS NOS FUNDOS DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS. O objetivo da obra é dispor de uma infraestrutura adequada, garantindo um ambiente de bem estar para a prática de atividades esportivas e de lazer.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 13 de Julho de 2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 13 de Julho 2018.

O Edital e anexos se encontram disponíveis no site www.serraalta.sc.gov.br ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas/13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 22 de junho de 2018.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA Nº. 016/2018

Publicação Nº 1660918

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA nº. 016/2018 de 21/06/2018

Estabelece normas e procedimentos para concessão e critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a título de DIÁRIAS no Município de Serra Alta – SC e Revoga a Instrução Normativa – Controladoria nº. 004/2014 de 26/09/2014 e dá outras providências.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Complementar nº. 611/2003 de 02/12/2003, e no Decreto Municipal nº. 053/2005 de 11/03/2005, e

Considerando as atribuições de normatização, sistematização e padronização dos procedimentos e rotinas operacionais, a Controladoria Geral do Município, no exercício de sua função de fornecer informações que subsidiem e orientem os procedimentos executados pelos gestores e agentes da Administração Pública Municipal,

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando que as ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência;

Considerando a Lei Municipal nº. 1.081/2017, de 05 de julho de 2017, que dispõe sobre a concessão e fixação de diárias no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal e dá outras providências;

Considerando a Instrução Normativa N.TC-14/2012, que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento,

RESOLVE:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O responsável pela gestão de dinheiro público deve demonstrar que os recursos foram aplicados em conformidade com as leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes e nas finalidades a que se destinavam, por meio da respectiva prestação de contas, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 58 da Constituição do Estado.

§ 1º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Responsável:

a) a autoridade administrativa titular da competência para a concessão dos recursos e do correspondente dever de exigir a prestação de contas;

b) a pessoa física beneficiária de recursos públicos e o representante legal de pessoa jurídica de direito público ou privado que tenha recebido recurso público sujeito à prestação de contas;

c) os demais agentes públicos envolvidos no processo de concessão e na fiscalização da aplicação dos recursos concedidos.

II – Recursos concedidos:

a) os valores transferidos a agentes públicos a título de diárias.

Art. 2º A organização da prestação de contas de recursos concedidos compreende as fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 3º Na concessão de recursos públicos a título de diárias, e na organização das respectivas prestações de contas, a autoridade administrativa deve observar as formalidades previstas nesta Instrução Normativa, imprescindíveis para a verificação, pelo Sistema de Controle Interno do Município e pelo Tribunal de Contas do Estado, do cumprimento das leis e regulamentos, da probidade e da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

CAPITULO II

DAS DIÁRIAS

Seção I

Da Concessão de Diárias

Art. 4º As diárias são um auxílio pecuniário concedido a título de indenização de despesas decorrentes com alimentação, hospedagem e locomoção urbana quando do deslocamento temporário, para fora do território municipal, em objeto de serviço ou em atividade de interesse do Município.

Art. 5º A diária será concedida por dia de deslocamento, assim entendido o período de vinte e quatro horas contadas da partida do servidor.

§ 1º Considera-se uma diária o período de afastamento igual ou superior a 18 (dezoito) horas, e meia diária o período de afastamento superior a 12 (doze) horas e inferior a 18 (dezoito) horas;

§ 2º Não será concedida diária ou fração quando o deslocamento não exigir do servidor a realização de gastos com alimentação, hospedagem ou deslocamento urbano;

§ 3º Poderão optar pelo ressarcimento das despesas com hospedagem, alimentação ou deslocamento urbano, das despesas efetivamente realizadas e regularmente comprovadas quando do regresso, desde que prévia e formalmente autorizado pela autoridade competente;

Art. 6º As diárias são devidas quando do deslocamento temporário do Prefeito, Vice-Prefeito e Servidores Municipais para fora do território municipal conforme descrição do roteiro de viagem, nas seguintes hipóteses:

I – Representar o Município;

II – Por estrita necessidade do serviço;

III – Para participar em cursos, palestras, congresso, seminários ou eventos similares, visando o aperfeiçoamento técnico, cultural, científico ou artístico;

IV – Para participar de treinamento inerente ao cargo;

V – Por convocação para prestar depoimento fora da sede do município, na condição de testemunha, denunciado ou indicado em processo administrativo disciplinar, desde que em função do cargo ocupado.

Art. 7º As diárias não são devidas nas seguintes hipóteses:

I – O servidor não estiver no efetivo exercício de seu respectivo cargo ou função;

II – Se o deslocamento da sede do serviço constituir exigência permanente do exercício do cargo ou função;

III – Se o servidor se deslocar dentro do mesmo município.

Art. 8º Os valores das diárias são fixados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, que levará em consideração:

I – O cargo ou função ocupado pelo servidor;

II – A cidade de destino, no caso de viagem no território nacional;

III – O país de destino, no caso de viagem internacional.

Art. 9º A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 10. A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização da solicitação (ANEXO I) que conterá, no mínimo:

I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;

II - justificativa do deslocamento;

III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 1º A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, preferencialmente por empenho, exceto nas seguintes situações:

a) Em casos de emergência, desde que comprovada, poderão ser processadas no decorrer do afastamento;

b) Quando o afastamento compreender período superior a 15 (quinze) dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente.

§ 2º Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente, configurando, a autorização do pagamento pelo ordenador de despesas, a aceitação da justificativa.

§ 3º Quando o valor pago correspondente as diárias não forem suficientes para custear as despesas com hospedagem, alimentação e deslocamento urbano, poderão ser ressarcidos os valores das despesas efetivamente realizadas e regularmente comprovadas que excederam ao valor das diárias pagas, quando do regresso do Servidor, desde que expressamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente.

§ 4º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente, devendo o servidor:

a) Solicitar complementação das diárias, utilizando um novo formulário justificando tal necessidade (ANEXO I);

b) Anexar documentos comprobatórios;

§ 5º As despesas com pousada, alimentação e locomoção de servidor que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 11. Os valores das diárias serão fixadas por grupos de cargos, empregos ou funções e corresponderão aos valores estabelecidos a seguir:

GRUPOS DE CARGOS	VALOR DA DIÁRIA INTEGRAL (por região)			
	I - Município com até 150 km de distância (Em R\$)	II – Capital do Estado e Município com mais de 150 km de distância (Em R\$)	III – Capital Federal (Em R\$)	IV – Exterior (Dólar ou outra moeda estrangeira)
Prefeito	200,00	500,00	700,00	300,00
Vice-Prefeito e Demais Servidores	200,00	350,00	500,00	200,00
Motoristas	100,00	150,00	300,00	200,00

§ 1º O Na Região I (Município com até 150 km de distância), somente terão direito ao recebimento de diária, quando houver pernoite.

§ 2º No Grupo de Cargos – Motoristas, considera-se como meia diária o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor de uma diária.

§ 3º Os valores das diárias referentes a viagens ao exterior, serão pagos em reais, com base na cotação do dólar norte-americano do dia anterior ao seu pagamento.

§ 4º Nos países onde a moeda corrente tenha cotação superior a do dólar norte-americano, o valor da diária será calculado conforme a cotação da moeda do país de destino, mantendo-se o mesmo quantitativo previsto para o dólar.

Seção II

Dos Documentos Comprobatórios de Despesas com Diárias

Art. 12. Os documentos para a comprovação da diária deverão ser nominais ao servidor beneficiado, sem rasuras, borrões, de leitura legível e em vias originais (no caso de notas fiscais, recibos);

Art. 13. O beneficiário deverá apresentar como comprovante um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, para comprovação da efetiva realização da viagem, estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, e será instruída com os seguintes documentos:

I - Do deslocamento:

- a) Ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) Bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) Comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II – Da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) Nota fiscal de hospedagem;
- b) Nota fiscal de alimentação;
- c) Nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – Do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) Ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- b) Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- c) Declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;
- d) Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Art. 14. O beneficiário é obrigado a restituir, no prazo de dois dias úteis a contar do dia subsequente ao retorno ou da não realização da viagem, quando:

I - As diárias foram consideradas indevidas, restituir integralmente, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades;

II - No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias.

Seção III

Da Prestação de Contas de Diárias

Art. 15. O beneficiário prestará contas das diárias recebidas em formulário próprio (ANEXO II) contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – Identificação: nome, matrícula, cargo, emprego ou função;

II – Deslocamento: data e hora de saída do local de origem e de chegada ao local de destino;

III – Meio de transporte utilizado;

IV – Descrição sucinta do objetivo da viagem;

V – Número de diárias e o montante creditado.

Art. 16. O beneficiário deverá prestar contas dos recursos recebidos a título de diárias, para comprovação da efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento do objetivo da viagem, com ao menos um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, que dispõem:

I - Do deslocamento:

- a) Ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) Bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) Comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II – Da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) Nota fiscal de hospedagem;
- b) Nota fiscal de alimentação;
- c) Nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – Do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) Ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- b) Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- c) Declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;
- d) Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Art. 17. O beneficiário prestará contas das diárias recebidas, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do dia subsequente ao retorno.

Art. 18. Os comprovantes de despesa deverão conter o carimbo e assinatura de certificado de recebimento do material e/ou serviço.

Art. 19. A prestação de contas das diárias com os documentos comprobatórios da despesa deverão ser entregues no Setor de Tesouraria do município.

Art. 20. Recebida a prestação de contas o Setor de Tesouraria do município verificará se as disposições da presente Instrução Normativa foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias.

Art. 21. Constatada REGULAR a prestação de contas o Setor de Tesouraria do município certificará o fato no local apropriado do ANEXO II, e arquivará o processo de prestação de contas em local seguro onde ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 22. Constatada IRREGULAR a prestação de contas e/ou a ausência da prestação de contas, o Setor de Tesouraria deverá adotar providências administrativas visando regularizar a situação, como:

I - Dar ciência ao responsável concedendo-lhe o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sanar as irregularidades apontadas e/ou apresentar a

prestação de contas.

Parágrafo único. Em via original do ofício o responsável assinará o recebimento, colocando de próprio punho a data do recebimento.

II – Providenciar o cumprimento das exigências determinadas;

III – Sanada as exigências adotar as medidas do artigo anterior.

IV - Persistindo a irregularidade e/ou a ausência da prestação de contas, após o prazo final estabelecido, o Setor de Tesouraria remeterá a autoridade administrativa competente, que sob pena de responsabilidade solidária, deverá instaurar Tomada de Contas Especial na forma desta Instrução Normativa e da Instrução Normativa N.TC-13/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 23. Os processos de prestação de contas de que trata esta Instrução Normativa poderão, a critério do Tribunal, ser remetidos ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Serra Alta, SC, 23 de maio de 2017.

Art. 25. Fica revogada a Instrução Normativa – Controladoria nº. 004/2014 de 26/09/2017 e demais disposições em contrário.

DARCI CERIZOLLI CLEITON ALGAYER
Prefeito Municipal Controlador Interno

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE DESLOCAMENTO E DIÁRIA

SOLICITAÇÃO	DE	AUTORIZAÇÃO	DE	DESLOCAMENTO	E	DIÁRIA
DE:	NOME DO SERVIDOR					
PARA:	NOME DO PREFEITO					
ASSUNTO:	SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESLOCAMENTO E DIÁRIA					

Em cumprimento aos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC, Lei Municipal nº. 1.081 de 05/07/2018, e Instrução Normativa – Controladoria nº. 016/2018 de 21/06/2018 formalizo o pedido de autorização de deslocamento e diária.

Servidor:			
Matrícula:			
Cargo/Função:			
Lotação:			
Data da Saída:	Horário Previsto:		
Data do Retorno:	Horário Previsto:		
Destino:			
Objetivo da Viagem:			
Meio de Transporte Utilizado:			

Base de Cálculo:		Valor da Diária:	
Nº. de Diárias:		Total a Receber:	

Data:		Assinatura do Servidor:	
-------	--	-------------------------	--

AUTORIZAÇÃO PARA DESLOCAMENTO E CONCESSÃO DE DIÁRIA Eu, (NOME DO PREFEITO), Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, em cumprimento aos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC, Lei Municipal nº. 1.081 de 05/07/2018, e Instrução Normativa – Controladoria nº. 016/2018 de 21/06/2018 AUTORIZO o pedido de deslocamento e o pagamento de diárias no valor acima.

Dotação Orçamentária:

Projeto Atividade: xxxxxxxxxxxxxx

Elemento de Despesa: 3.3.90.00

Fonte de Recurso: 0.1.00

O beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação dos documentos comprobatórios, constantes no art. 19 da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC e art. 16 da Instrução Normativa nº. 016/2018, no prazo de 03 (três) dias úteis subsequentes ao seu retorno.

O beneficiário é obrigado a restituir integralmente as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração da responsabilidade no caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do dia subsequente ao retorno ou da não realização da viagem.

Serra Alta, SC, xxx de xxxxxxxx de 20xx

NOME E ASSINATURA NOME E ASSINATURA
Prefeito Municipal Secretário de Administração

De acordo,

NOME E ASSINATURA

Servidor Requerente

ANEXO II

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE DIÁRIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE DIÁRIA

DE:	NOME DO SERVIDOR
PARA:	NOME DO PREFEITO
ASSUNTO:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIA

Em cumprimento aos arts. 41 e 42 da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC, Lei Municipal nº. 1.081 de 05/07/2018, e Instrução Normativa – Controladoria nº. 016/2018 de 21/06/2018 formalizo a prestação de contas de diária.

Servidor:			
Matrícula:			
Cargo/Função:			
Lotação:			
Data da Saída:	Horário Previsto:		
Data do Retorno:	Horário Previsto:		
Destino:			
Objetivo da Viagem:			
Meio de Transporte Utilizado:			

Base de Cálculo:		Valor da Diária:	
Nº. de Diárias:		Total a Receber:	

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS QUE ACOMPANHAM A PRESTAÇÃO DE CONTAS

I	COMPROVANTES DE DESLOCAMENTO:
	Ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
	Bilhete de passagem se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
	Comprovante de embarque em se tratando de transporte aéreo.
II	COMPROVANTE DE ESTADA NO LOCAL:
	Nota fiscal de hospedagem;
	Nota fiscal de alimentação;
	Nota fiscal de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
	Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.
III	COMPROVANTES DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DA VIAGEM:
	Ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria e similares;
	Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento, atividades de capacitação ou formação profissional;
	Declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;
	Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Data:		Assinatura do Servidor:	
-------	--	-------------------------	--

RECEBIDO PELA TESOURARIA

Atesto o recebimento da presente prestação de contas em ____/____/____.

NOME E ASSINATURA

Servidor Responsável

CERTIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Certificamos haver examinado a presente prestação de contas, e a aplicação dos recursos repassados a título de DIÁRIA foi julgada: () Regular () Irregular

Data: ____/____/____.

NOME E ASSINATURA

Servidor Responsável

ANEXO III - FLUXOGRAMA DA CONCESSÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 031/2018

Publicação Nº 1660614

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2018 - PR Processo Administrativo: 31/2018 Processo de Licitação: 31/2018 Data do Processo: 15/05/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 31/2018
b) Licitação Nr.: 31/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 22/06/2018
e) Data da Adjudicação: 22/06/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de Preços para eventual locação de ônibus, micro ônibus e van, urbano/rodoviário, por km rodado, para transportes eventuais de atletas, estudantes, idosos, servidores e demais grupos do Município de Serra Alta, justificando-se pela necessidade da contratação p/ atender os eventos diversos.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006417 - BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME	3	0,0000	80.100,00
	3		80.100,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 22 de Junho de 2018.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Pregoeiro(a)

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

41/2018 AVISO PREGÃO

Publicação Nº 1661646

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 41/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 10/2018
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Aquisição de 01 (um) Micro-ônibus 0km.
 2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
 3. Data da sessão pública: 06/07/2018 às 14h00min
 4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
 5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.
 6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 21 de junho de 2018.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

FMS 22/2018 AVISO RESULTADO PARCIAL DO CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 1661511

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 22/2018
AVISO RESULTADO DO CREDENCIAMENTO

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, o resultado parcial do Credenciamento acima epigrafado, que tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas prestadores de serviços técnico-profissionais na área da saúde, para realização de atendimento médico em urgência e emergência (plantões) no Pronto Atendimento 24 horas no município de Siderópolis, declarando credenciadas as seguintes empresas:

Samira F. Damasio Prestadora de Serviço à Saúde LTDA – CNPJ nº 20.820.390/0001-53.

Daniel Ricardo Neiza – CNPJ nº 30.430.248/0001-53

Luiz Antônio de Lucca – CNPJ nº 27.3336.727/0001-09

KBS Clínica Médica LTDA – CNPJ nº 23.114.724/0001-61

Sendo assim, abre-se o prazo previsto em lei para interposição de recursos, contados a partir da publicação deste aviso, ficando franqueada a vista dos autos aos interessados. Por oportuno, reitera-se que continua aberto o Edital para novos credenciamentos. Informações: (48) 3435-8900 ou licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 21 de junho de 2018.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 097/2018

Publicação Nº 1661087

PORTARIA Nº. 097 DE 19 DE JUNHO DE 2018

NOMEIA SERVIDOR APROVADOS PELO PROCESSO SELETIVO - ACT , EDITAL Nº 001/2016 (SAÚDE)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo – ACT, Edital nº. 001/2016 (Saúde), para o cargo de Médico Ginecologista, 20 (vinte) horas semanais, sendo que o referido candidato deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Processo Seletivo – ACT, nº. 001/2016, (Saúde) para tomar posse:

DISCIPLINA: 10 – MÉDICO GINECOLOGISTA

Nome do Candidato	Classificação
Jardelino da Silva Ramos Pacheco	1

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 19 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal E.E.

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 0121/2018

Publicação Nº 1660734

DECRETO Nº 0121, DE 20 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZINHA C. VALMORBIDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal TEREZINHA C. VALMORBIDA, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com lotação Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, por período de 180 (cento e oitenta) dias, do dia 20.06.2018 a 16.12.2018, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 20 de junho de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PORTARIA 045/2018

Publicação Nº 1660744

PORTARIA nº045, DE 20 DE JUNHO DE 2018

“DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente.

Resolve,

Art.1 Designar a Servidor(a) Público(a) Municipal Francieli Hollas brasileiro(a), inscrito(a) no CPF 06130407912, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde de Sul Brasil/SC, para atuar junto ao Comitê Regional de Prevenção dos Óbitos Materno, Infantil e Fetal da Região de Saúde Oeste de Santa Catarina, implantado pela Gerência Regional de Saúde de Chapecó a partir de 26 de maio de 2014.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, , Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Sul Brasil/SC, 20 de Junho de 2018.
Eder Ivan Marmitt
Prefeito Municipal

Cleonir Povenci
Diretor Departamento Saude

PORTARIA 046/2018

Publicação Nº 1660741

PORTARIA Nº 046, DE 21 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal DAIANY CERIZOLLI ocupante do cargo de Farmacêutica, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde de 18 dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02.05.2017 a 01.05.2018 a serem gozadas no período de 26.06.2018 a 13.07.2018.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
21 de junho de 2018.
ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1661480

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº009/2018 REGISTRO DE PREÇO

Aos vinte e um dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, as quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 009/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) BERGMANN E MANN COMERCIO GRAFICO LTDA ME, representada neste ato por Eduardo Felipe Bergmann;
- 2) KS IMPORT SOLUÇÕES PERSONALIZADAS LTDA ME, representada neste ato Jaqueline Paula Dalla Rosa;
- 3) VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA EPP, representada neste ato Edson Luis Galafassi;
- 4) POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, representada neste ato Claudete Maria Friedrich Peroza;
- 5) DIGITAL CRUZEIRO LTDA ME, representada neste ato Ricardo Antonio Prates.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor a empresa VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA EPP com o valor total global de R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Não teve manifestação de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 21/06/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 21 de Junho de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

KS IMPORT SOLUÇÕES PERSONALIZADAS LTDA ME

BERGMANN E MANN COMERCIO GRAFICO LTDA ME

VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA EPP

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME

DIGITAL CRUZEIRO LTDA ME

PR 071/2018

Publicação Nº 1661049

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2018
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 071/2018, a qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO Os envelopes contendo a documentação e proposta de preço serão recebidos até às 10h00min do dia 05/07/2018, com abertura às 10h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 21 de Junho de 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PR 067/2018

Publicação Nº 1661622

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 107/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2018
RETIFICAÇÃO

O Município de Tangará, através do Chefe do Poder Executivo, torna público aos interessados em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO do mesmo. Corrige-se o valor total do item 4 onde era R\$ 3.500,00 o correto é R\$ 5.600,00 do pregão nº 067/2018 objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESPUMA PROTETORA PARA A PAREDE DO GINÁSIO MUNICIPAL ATILIO COLOMBO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, alterando assim a data e hora do certame do dia 25/06/2018 para dia 05 de Julho de 2018 às 14h00min. Passando a vigora com a nova redação.
Os demais conteúdos ficam inalterados.

Tangará, 21 de Junho de 2018
NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 034-2018

Publicação Nº 1660822

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 034/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2018
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Aquisição dos Materiais abaixo discriminados: AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO (TUBOS DE CONCRETO) para manutenção das Secretarias de Agricultura, Obras, Transportes, pelo prazo de doze meses. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 08h00min do dia 05/07/2018, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h10min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski nº. 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site www.tigrinhos.sc.gov.br. Tigrinhos, 21 de junho de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

INFORMATIVO PROCESSO LICITATÓRIO 010/2018 SAÚDE

Publicação Nº 1660863

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS
Fundo Municipal de Saúde

INFORMATIVO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 010/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2018.
Licitação Exclusiva ME/EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO VAN MASTER RENAULT PLACAS MJL7084, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Tendo em vista os Jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo e Decreto Municipal nº. 055/2018 publicado na data de 21 de junho de 2018 que estabelece horário de expediente nas repartições públicas no dia 27 de junho de 2018 das 07h00min às 13h00min, fica alterada a data de recebimento das propostas e documentação do referido processo licitatório, para o dia 28/06/2018 até às 08h30min, sendo que a abertura será realizada às 08h40min do mesmo dia.

Tigrinhos (SC), 21 de junho de 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO TERMO DE CONTRATO 020/SAMAE/18 - PROCESSO 025/SAMAE/18 - DISPENSA 007/SAMAE/18

Publicação Nº 1661050

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 020/SAMAE/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/SAMAE/18 DISPENSA LICITAÇÃO Nº 007/SAMAE/18

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CONTRATADA: CASA DA INFORMÁTICA LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SUPORTE TÉCNICO PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ESTRUTURA DE INFORMÁTICA DOS COMPUTADORES, SERVIDORES E PERIFÉRICOS (MODENS, IMPRESSORAS, CÂMERAS, ETC), BEM COMO SUPORTE TÉCNICO JUNTO AOS SOFTWARES DOS SISTEMAS BETHA, SCI E KASPERSKI SECURITY DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 7.700,00 (SETE MIL E SETECENTOS REAIS).

TIJUCAS/SC, 18 DE JUNHO DE 2018.

EXTRATO TERMO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/FMS/2018 PREGÃO RPESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 017/FMS/2018

Publicação Nº 1660753

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/FMS/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/FMS/2018 – REGISTRO DE PREÇO
TERMO DE REVOGAÇÃO

Objeto: Aquisição de veículos zero km, do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Tijucas/SC.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio em função dos Autos do Pregão Presencial Registro de Preço 019/FMS/18. Ponderaram que:

- a) Considerando a juntada de Parecer Jurídico nº 227/2018/PGM e Ofício nº 223/2018, expedido em 06 de junho de 2018, pelo Fundo Municipal de Saúde, que havia requisitado a Aquisição de veículos zero km, e agora, solicita a revogação do processo licitatório;
- b) A Pregoeira e a Equipe de Apoio, observando a uniformidade procedimental e o Bem Comum; considerando os Princípios Legais; DECIDE, ad cautelam, REVOGAR o Processo Licitatório nº 019/FMS/2018 Pregão Presencial Registro de Preço nº 017/FMS/18, considerando insubistentes os atos realizados. Publique-se. Tijucas SC, 18 de junho de 2018.

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/FMS/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 020/FMS/2018

Publicação Nº 1660761

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/FMS/2018
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 020/FMS/18

Objeto: Aquisição de bicicletas e uniformes para uso dos Agentes Comunitários do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.
Tipo: Menor Preço Por Lote.

Data de Abertura: 05 de julho de 2018, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/FMS/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 021/FMS/2018
Publicação Nº 1661071

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/FMS/2018
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 021/FMS/18

Objeto: Aquisição de material de limpeza e copa para o ano 2018, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por item.

Data de Abertura: 05 de julho de 2018, as 09h30min.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1661033

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

CONVOCAÇÃO

O Município de Timbé do Sul/SC, através da Comissão Permanente de Licitações, de acordo com o que dispõe o Art. 34, § 1º, da Lei 8666/93, e alterações posteriores, convoca os interessados no fornecimento de bens e/ou serviços a se cadastrarem ou renovarem os registros cadastrais.

Os interessados deverão procurar o Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura, à Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, Timbé do Sul/SC, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, pelo fone (48) 3536-1133, ou pelo e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br, para maiores informações.

Timbé do Sul/SC, 21 de junho de 2018.

Lucia Felicidade
Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 07/2018

Publicação Nº 1661064

PORTARIA 07/2018 DE 07 DE JUNHO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO PARA ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO 01/2018 NA MODALIDADE CARTA CONVITE.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores Agenor Biava e Luiz José Warnier e a Vereadora Jucevania Netto, para constituir A Comissão de Abertura e Julgamento da licitação 01/2018 na Modalidade Carta Convite da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul, com as seguintes funções:

Presidente: Agenor Biava
Secretário: Luiz José Warnier
Membro: Jucevânia Netto

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a contar da presente data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 07 de junho de 2018.

Ver. Amarildo Dandolini
Presidente

Publicada a presente Portaria na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

Luiz José Warnier
Agente Legislativo

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 55 2018 - PMT

Publicação Nº 1661471

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA ENVELOPES HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 55/2018 PMT

Às nove horas, do vigésimo primeiro dia, do mês de junho de dois mil e dezoito (21/06/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, além do Sr. Miravan Barlavento Sales Neto, representando a empresa EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA-ME, para análise dos documentos de habilitação constantes do Processo de Concorrência nº 55/2018 – PMT.

Protocolou, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta a empresa EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA-ME, CNPJ nº. 09.465.889/0001-57.

Dando início à sessão, o Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e em seguida, passou à abertura do envelope Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, todos os documentos nele contidos.

Da análise dos documentos verificou-se que a licitante EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA-ME apresentou os documentos dos subitens 7.1, 7.1.2 e 7.1.3 em conformidade com o solicitado no edital.

Na sequência, o Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao órgão competente, ou seja, a Secretaria de Obras para análise da qualificação técnica (subitem 7.1.4 do edital).

O envelope de proposta deverá permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrado, até a data designada para a sua abertura.

O representante presente retirou-se da sessão antes da finalização da ata, e nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

EDÉSIO MARCOS SLOMP

Presidente

LOURDES MOSER

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01 2018 FIA - FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E OU PROJETOS NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Publicação Nº 1661473

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO CHAMADO PÚBLICO Nº 01/2018 - FIA

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e Adolescente torna público que se encontra aberto o CHAMAMENTO PÚBLICO para execução de projeto voltado à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, através do Fundo da Infância e Adolescência de Timbó/SC, para firmar parceria por meio de termo de fomento nas condições estabelecidas neste edital. ENTREGA

DOS ENVELOPES: contendo os documentos até as 09h00min do dia 25 de julho de 2018. ABERTURA: dia 25 de julho de 2018 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

Timbó, 21 de junho de 2018

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

RODRIGO VALANDRO SEVAROLI

Presidente do CMDCA

EXTRATO CONTRATO 87.2018 FCT

Publicação Nº 1661476

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 87/2018

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Cervejaria Borck Ltda Epp.

OBJETO: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de bebidas - chope artesanal (pilsen e especial) cerveja sem álcool, refrigerante e água junto a 28ª Festa do Imigrante que acontecerá no período de 11 a 14 de outubro de 2018, no pavilhão de eventos Henry Paul, disponibilizando toda estrutura, incluindo mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, mão de obra e limpeza local, de acordo com as condições previstas no Edital de Pregão Presencial nº 09/2018.

VALOR PERCENTUAL DE COMISSÃO: 29,10% (vinte e nove vírgula dez por cento).

DATA DA ASSINATURA: 19/06/2018.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 09-02.2018 - RÁDIO TIMBÓ

Publicação Nº 1661479

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 09-02/2018

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Rádio Timbó Ltda.

OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução dos serviços de veiculação em emissora de rádio difusão em frequência modulada (FM) que seja sintonizada em todo o território do Município de Timbó, das atividades administrativas desenvolvidas no Município de Timbó, por intermédio de inserções de 30 (trinta) e 60 (sessenta) segundos, conforme edital de credenciamento nº 09/2018 – SAMAE.

DATA DA ASSINATURA: 20/06/2018.

PRAZO: 20/06/2018 até 19/06/2019.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL**Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei n.º 37/2018**

Publicação Nº 1661510

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei n.º 37/2018 – Autoriza a anulação a suplementação de valores em dotações orçamentárias no Orçamento-Programa 2018, da Administração Direta e Indireta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador Carlos Adriano Krüger

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito especial em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2018, da Administração Direta e Indireta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 7 de junho corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 12 de junho em sessão ordinária. Nos dias 14 e 21 de junho a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, exarando o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação de R\$ 1.005.000,00 nas dotações orçamentárias da Administração Direta, (Gestão das Sentenças Judiciais e Precatórios da Prefeitura) e Indireta (Fundação Municipal de Esportes). A conta de tais anulações, serão realizadas abertura de créditos suplementares no valor de até R\$ 1.005.000,00 nas dotações orçamentárias da Administração Direta (Gestão da Administração e Controle Municipal; Vias Públicas com pavimentações, drenagens, calçadas e ciclovias, Manutenção da parceria com o OASE) e da Administração Indireta (Fundação Municipal de Esportes). As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

**III – CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Adilson Mesch
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2018
Carlos Adriano Krüger
Presidente/Relator

Adilson Mesch
Membro

John Adriano Schwartz
Relator

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei Complementar n.º 10/2018

Publicação Nº 1661513

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei Complementar n.º 10/2018 – Institui e dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo órgão ambiental do Município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: Vereador John Adriano Schwartz

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que visa dispor sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo Órgão Ambiental do Município, bem como revogar a Lei Complementar n.º 453/2014, a partir de 1.º de janeiro de 2019. Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 14 de maio corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 14 de junho após manifestação por sua legalidade e constitucionalidade pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, cujo parecer foi publicado na forma regimental.

Nos dias 14 e 21 de junho esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em análise institui as taxas de licenciamento ambiental criadas pela Lei Complementar n.º 336, de 05 de outubro de 2007, em seu art. 36, em razão do exercício do poder de polícia. O exercício regular do poder de polícia é o fato gerador da taxa e se considera regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância de processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder. A Taxa a ser cobrada com base no poder de polícia se fundamenta na realização de atos pela Administração que representarão em custos ao erário, como, por exemplo, as vistorias, os laudos, pareceres, despachos, informações, exames, diligências. Assim, viável a pretensão do Poder Executivo.

De outra banda, a proposição em análise respeita as limitações ao Poder de Tributar, esculpidas no art. 150, inciso III da Constituição Federal, em especial a que veda a cobrança de tributo no mesmo exercício em que tenha sido criado (alínea "b") e antes de decorridos 90 dias da data em que a lei que a instituiu tenha sido publicada (alínea "c"), razão pela qual este Relator não encontra óbices à aprovação da matéria.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 10/2018.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2018

Carlos Adriano Krüger

Presidente

John Adriano Schwartz

Relator

Adilson Mesch

Membro

Timbó Grande

PREFEITURA

CONTRATO 10/2018 FMS

Publicação Nº 1661627

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 28/2018
CONTRATO 10/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que firmou contrato com a empresa ADRIEL MAIESKI, no valor de até R\$ 2.243,00 (dois mil, duzentos e quarenta e três reais) com o objetivo de contratar serviços com borracharia.

Timbó Grande, 21 de junho de 2018.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

até R\$ 1.907,00 (mil, novecentos e sete reais) com o objetivo de contratar serviços com borracharia.

Timbó Grande, 21 de junho de 2018.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

CONTRATO 9/2018 FMS

Publicação Nº 1661623

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2018
CONTRATO 9/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que firmou contrato com a empresa Supermercado União NF LTDA, no valor de até R\$ 4.851,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e um reais) com o objetivo de adquirir gás de cozinha.

Timbó Grande, 21 de junho de 2018.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

CONTRATO 18/2018

Publicação Nº 1661611

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2018
CONTRATO 18/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que firmou contrato com a empresa Supermercado União NF LTDA, no valor de até R\$ 19.481,00 (dezenove mil, quatrocentos e oitenta e um reais) com o objetivo de adquirir gás de cozinha.

Timbó Grande, 21 de junho de 2018.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

CONTRATO 19/2018

Publicação Nº 1661616

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO LICITATÓRIO 28/2018
CONTRATO 19/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que firmou contrato com a empresa IRIVELTO DE MELLO, no valor de até R\$ 8.728,00 (oito mil, setecentos e vinte e oito reais) com o objetivo de contratar serviços com borracharia.

Timbó Grande, 21 de junho de 2018.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

CONTRATO 20/2018

Publicação Nº 1661621

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO LICITATÓRIO 28/2018
CONTRATO 20/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que firmou contrato com a empresa ADRIEL MAIESKI, no valor de

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 30/2018.

Publicação Nº 1660788

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.
Procedimento Licitatório nº. 30/2018 - Edital Pregão nº. 24/2018.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 05 de julho de 2018, propostas para AQUISIÇÃO DE UMA AMBULANCIA (COM TETO ALTO ORIGINAL DE FABRICA, PORTA LATERAL CORREDIÇA, PORTA TRASEIRA DUPLA), conforme as condições e especificações contidas no edital.

Recursos Financeiros: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) com recursos do Fundo Nacional de Saúde, conforme Termo de Compromisso 4218301712200918867 e saldo com recursos próprios do município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 05 de julho de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone “LICITAÇÕES ABERTAS”.

Três Barras - SC, 18 de junho de 2018.

LUÍZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 614/L/2018

Publicação Nº 1661145

PORTARIA N. 614, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA.

CERIVAL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

ESTABELECEER horário especial de expediente da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da Rússia, sendo que, nos dias que em os jogos forem realizados pela manhã, os servidores ficam dispensados neste período e o expediente será normal à tarde e nos dias em que os jogos forem realizados à tarde, os servidores ficam dispensados neste período e o expediente será normal pela manhã.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 21 de Junho de 2018.

CERIVAL DA CRUZ

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara de Vereadores na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 22 de Junho de 2018.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias**PREFEITURA****CONCURSO PÚBLICO 01/2018 ANEXO IV**

Publicação N° 1661413

NOME DO CANDIDATO:	TIPO DE RECURSO: 1 - CONTRA GABARITO 2 - CONTRA PONTUAÇÃO PROVA/TÍTULOS
NO DE INSCRIÇÃO:	CARGO:
Nº DA QUESTÃO:	DATA:
FUNDAMENTAÇÃO:	

Assinatura do Candidato

TESTE SELETIVO 01/2018 ANEXO IV

Publicação N° 1661432

NOME DO CANDIDATO:	TIPO DE RECURSO: 1 - CONTRA GABARITO 2 - CONTRA PONTUAÇÃO PROVA/TÍTULOS
NO DE INSCRIÇÃO:	CARGO:
Nº DA QUESTÃO:	DATA:
FUNDAMENTAÇÃO:	

Assinatura do Candidato

CONCURSO PÚBLICO 01/2018 ANEXO I

Publicação Nº 1661403



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO I



CÓDIGO DO CARGO	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO-BASE (R\$) (*)
NÍVEL SUPERIOR					
01	TÉCNICO MUNICIPAL DE NÍVEL SUPERIOR EM ENFERMAGEM	Certificado de Conclusão de Ensino Superior em Enfermagem e inscrição no respectivo órgão de classe.	01	40h (*)	3.746,17
02	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais ou Pedagogia com diploma expedido a partir da resolução CNE CP 01 de 15 de maio de 2006.	01	20h	1.735,36
03	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais ou Pedagogia com diploma expedido a partir da resolução CNE CP 01 de 15 de maio de 2006.	04	40h	3.470,73
04	PROFESSOR DE ALEMÃO	Licenciatura em Letras com habilitação em Alemão.	02	20h	1.735,36
05	PROFESSOR DE ALEMÃO	Licenciatura em Letras com habilitação em Alemão.	01	40h	3.470,73
06	PROFESSOR DE ARTE	Licenciatura em Arte ou Educação Artística.	01	20h	1.735,36
07	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil com diploma expedido até 31 de dezembro de 2006 ou Pedagogia com diploma expedido a partir da resolução CNE CP 01 de 15 de maio de 2006.	01	20h	1.735,36
08	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil com diploma expedido até 31 de dezembro de 2006 ou Pedagogia com diploma expedido a partir da resolução CNE CP 01 de 15 de maio de 2006.	04	40h	3.470,73
09	PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	Licenciatura em Letras com habilitação em Inglês.	01	20h	1.735,36
10	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	Licenciatura em Letras com habilitação em Português.	01	40h	3.470,73
11	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	Licenciatura em Matemática.	01	20h	1.735,36



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO I



CÓDIGO DO CARGO	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO-BASE (R\$) (*)
NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO					
12	AGENTE DE APOIO À EDUCAÇÃO	Certificado de conclusão do curso de magistério ou comprovante de matrícula e frequência do 3º semestre em diante do curso de Pedagogia.	15	40h	1.524,28
13	TÉCNICO MUNICIPAL DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM	Certificado de conclusão de Curso Técnico em Enfermagem e inscrição no COREN.	02	40h (*)	2.246,45
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO					
14	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Certificado de conclusão das Séries Iniciais (4º ano/série).	02	20h	762,14
15	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Certificado de conclusão das Séries Iniciais (4º ano/série).	06	40h	1.524,28

(*) A jornada de trabalho dos profissionais da Enfermagem poderá ser estabelecida em "escala de serviço" considerando períodos noturnos e finais de semana.

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

NÍVEL SUPERIOR:

T.M.N.S – ENFERMAGEM – participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde; cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município; planejar, organizar e coordenar os serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas unidades prestadoras desses serviços; * participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da população em geral; * realizar consultas de enfermagem; * determinar prescrição de assistência de enfermagem; * realizar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica, que exijam conhecimentos científicos adequados e que demandem capacidade de tomar decisões imediatas; * prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em protocolos aprovados pela instituição de saúde; * prestar cuidados diretos de Enfermagem a pacientes com risco de morte; * acompanhar o transporte do paciente com risco de morte até um serviço de maior complexidade, em conjunto com o médico, quando necessário; * supervisionar e executar as ações de imunização, de acordo com o programa nacional de imunização e diretrizes do município; * desenvolver as atividades de vigilância em saúde; * prevenir e realizar o controle sistemático da infecção hospitalar, inclusive como membro das respectivas comissões; * participar da elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de Enfermagem; * participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; * participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO I



do trabalho * participar dos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; * prestar assistência de Enfermagem à gestante, parturiente, puérpura e ao recém-nascido; * acompanhar a evolução do trabalho de parto; * analisar o sistema de informações de Atenção Básica de Saúde; * realizar visita domiciliar, quando necessário; * participar de auditorias e sindicâncias quando solicitado; * integrar equipe do Estratégia de Saúde da Família; * participar das atividades de treinamento e aprimoramento, nos programas de educação permanente; * atuar de acordo com Código de Ética da classe; * orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; * utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; * desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

PROFESSOR – Possuir habilitação na área de atuação, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas; Testemunhar idoneidade moral e social, demonstrando maturidade no trabalho com os alunos; Seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento educacional e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrá-las na ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Elaborar e cumprir com o plano de trabalho e ministrar aulas atrativas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar; Executar o trabalho diário de forma a vivenciar um clima de respeito mútuo e zelar pela aprendizagem dos educandos; Elaborar programas, planos de curso e planos de aula, no que for de sua competência, em conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente; Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter, com os colegas e superiores, o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa; Cooperar com os serviços da coordenação pedagógica e da Direção do estabelecimento Escolar, no que lhe competir; Promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais; Promover e estabelecer estratégias de recuperação preventiva e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento para os educandos que apresentem menor rendimento, conforme exigências dos diagnósticos de avaliações elaborados pela coordenação pedagógica; Colaborar e comparecer pontualmente às atividades cívicas e culturais, reuniões de pais e professores, conselhos de classe, atividades extracurriculares, treinamentos, palestras e outras promoções, desde que convocado pela Direção da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com os horários, com os dias letivos e com as horas-atividades estabelecidas no calendário escolar, além de participar integralmente das atividades dedicadas ao planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome do estabelecimento escolar; Advertir, repreender e encaminhar aos serviços competentes, casos de indisciplinas ocorridos; Participar e colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, bem como de reuniões com os pais de alunos e atividades extracurriculares; Acompanhar o desenvolvimento dos alunos e contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; Seguir e executar as normas e diretrizes estabelecidas no PPP, no Regimento Escolar e as emanadas pelos órgãos superiores ou pela legislação pertinente; Executar outras atividades compatíveis com a função e que lhe forem confiadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pela Secretaria Municipal de Educação; Auxiliar no desenvolvimento de tarefas, verificar o bem estar, a alimentação, o repouso e a disposição física e psicológica das crianças sobre os seus cuidados, enquanto o profissional estiver desempenhando a função de professor/monitor de creche.

NÍVEL MÉDIO:

AGENTE DE APOIO À EDUCAÇÃO- Atribuições específicas para atuação nas unidades de educação infantil e em salas com alunos incluídos:

Colaborar com o Professor Regente e/ou Direção quando da execução das atividades propostas às crianças/alunos, interagindo com os demais profissionais da instituição; Colaborar com o Professor Regente e/ou Direção no desenvolvimento das atividades previstas no projeto político pedagógico da unidade escolar; Receber e acatar, criteriosamente, a orientação e as recomendações Professor Regente e/ou Direção no trato e atendimento à clientela; Disponibilizar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades desenvolvidas; Colaborar na execução de atividades que visem à desestímulo da agressividade sob a orientação e supervisão do Professor Regente; Acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer das crianças/alunos; Colaborar na estimulação da independência da criança/aluno, em especial, no que tange aos hábitos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO I



alimentares, de acordo com as orientações dos técnicos responsáveis; Responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças/alunos dos berçários; Cuidar da higiene e do asseio das crianças/alunos sob a sua responsabilidade; Acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade escolar. Executar outras atividades compatíveis com a função e que lhe forem confiadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pela Secretaria Municipal de Educação.

Atuação na educação infantil: Este profissional tem atribuições associadas ao atendimento das necessidades básicas da criança de 0 a 5 anos, tais como auxílio na alimentação, higiene, bem-estar, proteção e segurança, de modo a facilitar que a atuação docente se efetive em momentos específicos com atividades estruturadas, ligadas aos aspectos de ensino-aprendizagem.

Atuação em salas de aula com alunos incluídos: Este profissional tem por função auxiliar o professor regente nas atividades desenvolvidas, em especial com alunos incluídos, propondo procedimentos diferenciados para a prática pedagógica, apoiando o professor no processo de inclusão escolar.

Atuação na biblioteca escolar: Auxiliar nos serviços de cadastramento, classificação, organização, conservação e guarda do acervo da biblioteca escolar, difundindo a importância da leitura e os benefícios do uso da informação, preservando e disseminando o conhecimento e analisando os recursos e as necessidades de informação da comunidade escolar.

Atuação nos laboratórios escolares: Cabe a este profissional auxiliar as atividades desenvolvidas junto aos laboratórios e/ou instalações de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, envolvendo a preparação de materiais e equipamentos, sob orientação de docentes e ou equipe diretiva, das instituições escolares.

T.M.N.M – TÉCNICO EM ENFERMAGEM- prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes, como administração de sangue e plasma, controle de pressão venosa, monitorização e utilização de respiradores artificiais; * controlar sinais vitais dos pacientes, observando a respiração e pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão; * prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal; * efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica ou do enfermeiro; adaptar os pacientes ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-os; * auxiliar o Médico em cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas; * atuar em sala de vacina realizando aplicação de imunobiológicos quando capacitado; * preparar e esterilizar material, instrumental, ambiente e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas; * participar de campanhas de vacinação; * assistir ao Enfermeiro na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar e ambulatorial; * assistir ao Enfermeiro na prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância sanitária; * auxiliar na coleta e análise de dados sociossanitários da comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária; * proceder a visitas domiciliares, buscando auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos prioritários; participar de programas e atividades de educação em saúde; * participar na execução de programas e atividades de assistência integral à saúde de grupos prioritários; participar de programas e atividades de educação em saúde; * participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; * auxiliar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica; * participar do planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; * participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos saudáveis em grupos específicos da comunidade; * anotar no prontuário do cliente as atividades de assistência de enfermagem; * participar de atividades de capacitação promovidas pela instituição; zelar pela conservação dos equipamentos utilizados; * auxiliar no processo de notificação e investigação em processos de vigilância epidemiológica; * utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; realizar outras atribuições afins.

NÍVEL FUNDAMENTAL:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- a) quando no exercício de tarefas de copa e cozinha:

* preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor; * lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha; * arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas; * lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas; * manter limpo os utensílios de copa e cozinha; * auxiliar em barracas, stands ou em festividades e eventos promovidos pela Prefeitura a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO I



servir produtos e a efetuar a limpeza dos materiais utilizados; * auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos; * auxiliar o recebimento e estocagem da merenda escolar verificando, diariamente, os prazos de validade dos alimentos, descartando os inservíveis e solicitando à chefia sua reposição;

b) quando no exercício de tarefas de limpeza:

* percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos; * limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; * realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos próprios municipais como a sede da Prefeitura, a rodoviária, as escolas, as unidades de saúde, os ambulatórios, hospitais, banheiros públicos, entre outros, instalados ou que vierem a ser instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a eventos, seguindo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade da Prefeitura ou conforme normas e determinação superior; * esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os próprios municipais; * aplicar cera e lustrar chão e móveis; * conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico; * auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização e desinfecção de vidraria - frascos, tubos de ensaios, balões e outros, utilizados na área da saúde, de acordo com determinação superior e observadas as normas determinadas para o setor; * auxiliar nas tarefas de limpeza, desinfecção e organização dos laboratórios de análises clínicas municipais, arrumando estantes, armários, depósitos, transportando, entregando e descarregando materiais, observando cuidados com materiais e produtos, de acordo com as normas do setor; * recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações; * coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior; * coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de saúde, ensacando-o adequadamente e realizando sua disposição final, conforme orientação específica recebida;

c) atribuições comuns a todas as áreas:

* verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; * manter limpo e arrumado o local de trabalho e zelar pelo material sob sua guarda; * comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; * carregar e descarregar veículos, empilhando o material nos locais indicados; * auxiliar no transporte de material de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, de acordo com instruções recebidas; * zelar por sua aparência pessoal, mantendo as vestimentas ou o uniforme em perfeitas condições de uso, bem como pela guarda e conservação dos objetos necessários ao exercício de suas atividades; * auxiliar as equipes de saúde e vigilância sanitária no combate a vetores e zoonoses aplicando substâncias químicas, conforme orientação, removendo entulhos, realizando a limpeza de locais; * auxiliar em campanhas de vacinação; * respeitar as normas de segurança e higiene no trabalho; * participar de encontros de formação continuada quando convocado; * executar outras atribuições afins.

CONCURSO PÚBLICO 01/2018 ANEXO II

Publicação Nº 1661409



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO II
DEMONSTRATIVO DAS PROVAS



Nível Superior

Cargo	Núcleo de Prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Enfermeiro e Professores.	Conhecimento técnico-profissional	20	10	100
	Legislação Constitucional e Municipal	10	10	50
	Matemática e Português	10	10	50

Nível Médio

Cargo	Núcleo de Prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Agente de Apoio a Educação e Técnico em Enfermagem.	Conhecimento técnico-profissional	20	10	100
	Legislação Constitucional e Municipal	10	10	50
	Matemática e Português	10	10	50

Nível Fundamental

Cargo	Núcleo de Prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Auxiliar de Serviços Gerais.	Conhecimento técnico-profissional	10	10	50
	Matemática	10	10	40
	Português	10	10	40

CONCURSO PÚBLICO 01/2018 ANEXO III

Publicação Nº 1661410



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO III – Conteúdos para as provas

➤ **NÍVEL SUPERIOR**

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM**Português para todos os cargos**

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Matemática para todos os cargos

1. Operações com números inteiros e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 2. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade. Relação entre as unidades de medidas. 3. Porcentagem. 4. Cálculo da fração de um número inteiro. 5. Regra de três simples. 6. Resolução de problemas. 7. Leitura e interpretação de gráficos.

Legislação Constitucional e Municipal

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Do Direito e das Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). **Tripartição de poderes na constituição brasileira:** Poder, Função e órgãos. Funções e fins do Estado. As três funções estatais. **Poder Legislativo.** Processo Legislativo. Espécies normativas. Iniciativa das leis. Regime constitucional dos parlamentares. Regime remuneratório. Proibições e perda do mandato. Total da despesa do Legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito. **Poder Executivo.** Competências. Prefeito. Atribuições. Responsabilidade. Secretários Municipais. Regime remuneratório dos agentes políticos. Legalidade e Poder Regulamentar. **O servidor público e a constituição:** Agentes públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Estabilidade e efetividade. Conduta ética no exercício da função pública. **Administração Pública:** Princípios. Administração direta e indireta. Concessão e permissão de serviços públicos. Lei Federal que regula o acesso a informações de órgãos públicos - Lei 12.527/2011; Lei da Improbidade Administrativa - Lei Federal 8.429/1992. **Legislação Municipal:** Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Orgânica do Município.

➤ **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

T.M.N.S. EM ENFERMAGEM

Política Nacional de Atenção Básica. Atenção Primária em Saúde. Ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Humanização. Implementação do modelo assistencial de atenção básica com os Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Regionalização e Redes de Atenção à Saúde. Gerenciamento de resíduos, biossegurança, prevenção e controle de riscos. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Lei do exercício profissional. Gerenciamento, administração e organização dos serviços de enfermagem. Educação em Saúde. Teorias de Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem e Consulta de Enfermagem. Assistência de enfermagem em: urgências e emergências; vigilância em saúde; auditoria dos serviços de saúde; imunização; saúde do adulto; saúde da criança/adolescente; saúde da mulher; saúde do idoso; assistência em doenças sexualmente transmissíveis

(DST), síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), tuberculose e hepatites; obesidade; doenças respiratórias; hipertensão arterial; diabetes mellitus; doenças cardiovasculares; doenças cerebrovasculares e doença renal. Princípios de prevenção e controle da Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS). Cuidados Assistenciais de Fundamentos de Enfermagem. Ações e cuidados na Atenção à Rede de Urgências e Emergências, na Atenção à Rede de Pessoas com Deficiências, na Atenção à Rede de Doenças Crônicas e na Atenção à Rede Psicossocial. e-SUS AB. Rede Cegonha. SisPreNatal. Programa Nacional de Controle do Tabagismo.

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Participação da comunidade. Política Nacional de Atenção Básica. Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Estatuto do Idoso: Lei 10.741/2003.

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

Ensino fundamental de nove anos. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Avaliação no ensino fundamental. Planejamento docente: dinâmica, processos e instrumentos. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Pró Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem e Matemática (MEC 2008). PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Resolução CNE/CEB 07/2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Plano Nacional de Educação.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96 e suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

PROFESSOR DE ALEMÃO

Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. Conhecimento de aspectos linguísticos-estruturais e gramática funcional. Estrutura da sentença. Frase nominal. Substantivo Genitivo. Adjetivo (graus comparativo e superlativo). Locuções adjetivas. Artigos Numerais. Pronomes. Frase verbal. Verbo (modo, forma, tempo). Auxiliares Modais Locuções verbais. Verbos irregulares. Voz ativa/passiva. Advérbios. Locuções Adverbiais. Preposições. Conjunções. Processos de formação de palavras. Discurso indireto.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96 e suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

PROFESSOR DE ARTE

História da Arte: movimentos, artistas e obras. História da Arte Catarinense: artistas e obras. Arte: linguagens, materiais e conceitos. Arte-educação: propostas metodológicas. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. Teatro como atividade coletiva-vivência de contextos e situações através da ação. A Educação Musical no contexto atual. Gêneros musicais populares do século 20. Estética da arte. Arte conceitual. Arte Pré – Colombiana. Arte Primitiva. Arte Africana. Fotografia. Conceitos de cultura,

multiculturalismo e endoculturalismo. Arte na perspectiva contemporânea/conceitual. Genealogia da arte. PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais em Artes.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96 e suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Critérios de qualidade para atendimento em creche que respeitem os direitos fundamentais das crianças. Função social da educação infantil: o cuidar e o educar. Especificidades da docência na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, tempo, rotina, atividades rotineiras. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Currículo na e para a Educação Infantil. Interações, Linguagens e Brincadeiras na Educação Infantil. Documentação Pedagógica na Educação Infantil. Acolhimento e inserção. Relação família e creche/pré-escola. Formação de Conceitos na Educação Infantil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Plano Nacional de Educação.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96 e suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. Conhecimento de aspectos linguísticos-estruturais e gramática funcional. Estrutura da sentença. Frase nominal. Substantivo Genitivo. Adjetivo (graus comparativo e superlativo). Locuções adjetivas. Artigos Numerais. Pronomes. Frase verbal. Verbo (modo, forma, tempo). Auxiliares Modais Locuções verbais. Verbos irregulares. Voz ativa/passiva. Advérbios. Locuções Adverbiais. Preposições. Conjunções. Processos de formação de palavras. Discurso indireto.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96 e suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos, conhecimento vocabular, coesão e coerência. 2. Conceitos gerais: linguagem, língua e discurso, funções da linguagem, variação linguística, as diversas modalidades do uso da língua. 3. Ortografia, acentuação gráfica, uso do hífen, novo acordo ortográfico. 4. Morfologia: formação e estrutura das palavras, flexões e empregos das classes gramaticais. 5. Sintaxe: funções sintáticas, período simples e período composto, pontuação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, processos de coordenação e subordinação, valores semânticos atribuídos pelas conjunções nas orações subordinadas. 6. Semântica: significação das palavras, homonímia, paronímia e polissemia, conotação e denotação, figuras de linguagem. Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Plano Nacional de Educação.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96 e suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

PROFESSOR DE MATEMATICA

1. Operações fundamentais com números naturais, inteiros e racionais. 2. Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. 3. Cálculo algébrico: produtos notáveis, fatoração. 4. Equações do 1º grau, do 2º grau, logarítmicas e exponenciais. Inequações do 1º grau, do 2º grau. Sistema de equações e inequações do 1º e do 2º grau. 5. Funções: polinomial do 1º grau, quadrática, exponencial e logarítmica. 6. Sequências: progressões aritméticas e progressões geométricas. 7. Trigonometria: razões trigonométricas no triângulo retângulo, lei dos senos, lei dos cossenos, identidades trigonométricas. 8. Matrizes: operações, determinante de ordem n. 9. Resolução de sistemas de equações lineares. 10. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações. 11. Probabilidade. 12. Geometria plana: semelhança de polígonos, relações métricas no triângulo retângulo, circunferência (área e comprimento), área e perímetro de figuras planas. 13. Geometria Espacial: área e volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas. 14. Geometria Analítica: ponto, reta, equação da circunferência, elipse, hipérbole e parábola. 15. Noções de Matemática Financeira: porcentagem, juros simples e compostos. 16. Noções de estatística: população, amostra e medidas de tendência central; análise e interpretação de gráficos. 17. Funções e Equações Trigonômicas. Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Plano Nacional de Educação.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96 e suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

➤ NÍVEL MÉDIO**➤ CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM****Português para todos os cargos**

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Matemática para todos os cargos

1. Operações com números inteiros e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 2. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade. Relação entre as unidades de medidas. 3. Porcentagem. 4. Cálculo da fração de um número inteiro. 5. Regra de três simples. 6. Resolução de problemas. 7. Leitura e interpretação de gráficos.

Legislação Constitucional e Municipal

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Do Direito e das Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). **Tripartição de poderes na constituição brasileira:** Poder, Função e órgãos. Funções e fins do Estado. As três funções estatais. **Poder Legislativo.** Processo Legislativo. Espécies normativas. Iniciativa das leis. Regime constitucional dos parlamentares. Regime remuneratório. Proibições e perda do mandato. Total da despesa do Legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito. **Poder Executivo.** Competências. Prefeito. Atribuições. Responsabilidade. Secretários Municipais. Regime remuneratório dos agentes políticos. Legalidade e Poder Regulamentar. **O servidor público e a constituição:** Agentes públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Estabilidade e efetividade. Conduta ética no exercício da função pública.

Administração Pública: Princípios. Administração direta e indireta. Concessão e permissão de serviços públicos. Lei Federal que regula o acesso a informações de órgãos públicos - Lei 12.527/2011; Lei da Improbidade Administrativa - Lei Federal 8.429/1992. **Legislação Municipal:** Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Orgânica do Município.

➤ **NÍVEL MÉDIO**

➤ **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A PROVA DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – Vol.1 e 2. Plano Nacional pela Primeira Infância/2010. Relações de afetividade da família e da escola. Higiene da criança. Cuidados essenciais. A criança e seu espaço. Prevenção de acidentes. Cuidar e Educar. Alimentação. Higiene. Prevenção. Espaço físico escolar. Rotina. Alimentos: importância dos alimentos para saúde, nutrientes, contaminação (microorganismos, doenças e intoxicações). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Atenção Básica a Saúde: Programa Nacional de Imunização (esquema básico e rede de frio); Tuberculose; Influenza A (H1N1); Hipertensão; Diabetes; Tabagismo; Obesidade; DST/AIDS; Atenção a Saúde da Mulher; Atenção a Saúde da Criança e do Recém Nascido (RN); Atenção a Saúde do Adolescente, Adulto e Idoso; Humanização e ética na atenção a Saúde; Saúde Mental; Educação Permanente como estratégia na reorganização dos Serviços de Saúde e Acolhimento; Atenção à saúde do trabalhador; Saúde da família; Saúde bucal; Urgência e emergência. Biossegurança: Normas de biossegurança; Métodos e procedimentos de esterilização e desinfecção; Serviço de Controle de Infecções Hospitalares (SCIH). Procedimentos de enfermagem: Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, preparo e administração de medicações, tratamento de feridas e técnica de curativos. Código de Ética e Lei do Exercício Profissional: Legislação e ética para o exercício do profissional de enfermagem.

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Participação da comunidade. Política Nacional de Atenção Básica. Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Estatuto do Idoso: Lei 10.741/2003.

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL**

➤ **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM**

PORTUGUÊS

Compreensão e interpretação de textos; Verbos; Substantivos; Pronomes; Adjetivos; Singular e plural; Sujeitos da oração; Sinônimos e antônimos; Acentuação. Ortografia. Concordância verbal e nominal; Sentido e emprego dos vocábulos nos textos; Tempos e modos verbais.

MATEMÁTICA

Matemática básica. Resolução de problemas envolvendo operações de adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas; Raciocínio lógico.

➤ **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Noções básicas de conservação e manutenção de logradouros públicos. Cuidados para com o patrimônio público. Utilização de materiais e equipamento de limpeza, guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Noções sobre preparação de valas e canteiros. Conhecimentos práticos sobre funcionamento de máquina roçadeiras. Serviços relativos à jardinagem e gramados em geral. Limpeza e escavação de terrenos. Ferramentas manuais: tipos, formas de uso, cuidados, preparação e manutenção para o uso. Conhecimentos básicos sobre carpintaria e alvenaria aplicada à construção civil. Noções básicas de segurança no trabalho e uso de EPIs. Ética no serviço público. Relações interpessoais.

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 01/2018

Publicação Nº 1661397



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2018

O Prefeito Mauro Dresch torna público o Edital de abertura para realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal da Prefeitura, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, pelas Leis Complementares nº 39/2011 (Plano de Cargos e Remunerações), 40/2011 (Estatuto dos Servidores), 106/2017 (Plano de Carreira do Magistério), 100/2018 (Estrutura Administrativa), suas alterações e pelas normas estabelecidas neste Edital. O certame será acompanhado por Comissão nomeada pela Portaria 061/2018. A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto deste Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas, a jornada de trabalho e a descrição das funções são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.1.1. A Prefeitura de Treze Tílias reserva-se o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Concurso.

1.2. As condições de habilitação e definição de conteúdos programáticos, o processo de classificação e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, e III, partes integrantes do presente Edital.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.ibam-concursos.org.br, clicar no link do cargo escolhido, preencher com atenção os quadros solicitados, conferir todos os dados, confirmar a inscrição e realizar o pagamento do boleto gerado.

1.4. Os candidatos aprovados no Concurso poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, com horários estabelecidos de acordo com as necessidades da Prefeitura.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO PÚBLICO

2.1. Ter nacionalidade brasileira, admitidos estrangeiros na forma da lei.

2.2. Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.

2.3. Estar no gozo dos direitos políticos.

2.4. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

2.5. Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

2.6. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo público de acordo com o estabelecido no Anexo I do presente Edital, na data da contratação.

2.7. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo público.

2.8. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão no exercício de função pública qualquer.

2.9. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador.

2.10. Firmar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

Prefeitura do Município de Treze Tílias/SC – Concurso Público Edital 01/2018



3.1. A legislação reserva às pessoas com deficiência o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos cargos públicos.

3.1.1. De acordo com Acórdão do STF (20/09/2007), esta reserva não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual implicar na prática, em majoração, através de arredondamento, do percentual fixado.

3.2. Para este Concurso, em face do número de vagas oferecido para cada cargo, não haverá reserva de vagas para os candidatos com deficiência.

3.3. Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência.

3.4. O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

3.4.1. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.4, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.5. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

4. DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Período: 25 de junho a 31 de julho 2018, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

4.1.1 Os candidatos que não possuem acesso a internet poderão realizar sua inscrição na recepção da Prefeitura do Município Treze Tílias, situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro – Treze Tílias /SC, no horário das 08:00h às 11:30 e das 13:30 às 17:00h.

4.1.1.1. Será disponibilizado a estes candidatos um equipamento (computador) para que os mesmos possam realizar a sua inscrição.

4.1.1.2. Os servidores da Prefeitura não auxiliarão o candidato a realizar a sua inscrição já que este ato é de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.1.2. Valores de inscrição:

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Nível Superior	R\$ 100,00 (cem reais)
Nível Médio	R\$ 80,00 (oitenta reais)
Nível Fundamental	R\$ 60,00 (sessenta reais)

4.2. O candidato deverá acessar o site (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 06 (seis) horas do dia 25 de junho e 18:00 (dezoito) horas do 31 de julho de 2018.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico (www.ibam-concursos.org.br) através da opção *Área do Candidato*.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de *Internet Banking*, **não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento bancário.**

4.4.1. A data de pagamento é, impreterivelmente, o último dia de inscrições. No caso do agendamento bancário, o crédito só acontece no dia posterior e por esta razão não tem validade.



4.5. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, não sendo permitido pedido de retificação de dados após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.6. O candidato também é responsável por confirmar se os dados da inscrição pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se seu nome não constar da listagem de inscritos, publicada logo após o encerramento das inscrições, o candidato deverá entrar em contato com o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, organizador do Concurso Público, no telefone (47) 3041 6262, a fim de verificar a razão da pendência.

4.7. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Prefeitura de Treze Tílias não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

4.8. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.9. Não é possível realizar troca de cargo.

4.10. O candidato que realizar mais de uma inscrição, mesmo que regularizada com o pagamento, somente poderá realizar uma prova, tendo que optar, no momento da prova, por uma das inscrições regularizadas.

4.11. O valor pago a título de inscrição somente será devolvido em caso de suspensão, anulação ou cancelamento do Concurso Público, bem como na hipótese de alteração da data do Concurso Público, descabendo qualquer outra hipótese de devolução.

5. DAS PROVAS

5.1.1. As provas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas, serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. As provas serão realizadas, no município de Treze Tílias, no dia **02 de setembro de 2018 no período matutino.**

5.2.1. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para o período, o IBAM e a Prefeitura reservam-se o direito de remarcar o horário de prova de determinados cargos para o período vespertino.

5.2.2. Os candidatos poderão acessar e imprimir o cartão de confirmação, com data, horário e local da prova. O cartão estará disponível, a partir de **15 de agosto de 2018**, no site (www.ibam-concursos.org.br), no link *Área do Candidato*.

5.2.3. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido no cartão de confirmação.

5.2.4. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

5.2.5. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.6. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, oficial e com fotografia e caneta esferográfica azul ou preta.

5.2.7. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRM e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira de Motorista e Passaporte.

5.2.8. Somente serão aceitos documentos físicos.



5.2.9. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.7, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso, o candidato deverá registrar sua impressão digital, além da assinatura, no cartão resposta e em formulário próprio.

5.2.10. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, **deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico** que esteja sob sua posse, **incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme**. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na **exclusão** do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.2.11. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.12. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.2.13. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar a sala de provas juntos, após assinarem o boletim de sala.

5.2.14. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.2.15. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.2.16. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.2.17. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.2.18. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.2.19. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.2.20. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.2.21. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.22. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.2.23. A Comissão poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso.

5.2.24. As provas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

5.3. Títulos

5.3.1. Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos aos cargos de **Professor, Técnico Municipal de Nível Superior em Enfermagem e Agente de Apoio à Educação**.

5.3.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:



- Cursos de Formação Continuada, na área de atuação, desde que realizados nos anos de 2015, 2016, 2017 e/ou 2018, com carga horária de, no mínimo, 40 horas: 1(um) ponto por certificado, sendo possível acumular até 05 (cinco) pontos.
- Especialização *lato sensu*: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação do Brasil, desde que guarde relação direta com a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos, sendo possível apresentar somente um certificado.
- Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação do Brasil, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo e a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão e título de Mestre devidamente registrado: 10 (dez) pontos, sendo possível apresentar somente um certificado.
- Doutorado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação do Brasil, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo e a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão e título de Doutor devidamente registrado: 12 (doze) pontos, sendo possível apresentar somente um certificado.

5.3.3. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.3.4. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.3.5. Apresentação de títulos:

Os documentos de comprovação dos títulos deverão ser entregues para registro no protocolo geral da Prefeitura Treze Tílias, situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro, CEP 89650-000 - Treze Tílias /SC, **ou através de Sedex, com postagem, exclusivamente, no período de inscrições e encaminhada aos cuidados da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.**

5.3.6. Os documentos deverão ser postados, em envelope fechado, com a identificação “Títulos para Concurso Público”, contendo em seu interior cópia dos certificados e comprovante de inscrição (se for o boleto, este não precisa estar pago) com número de inscrição do candidato.

5.3.7. Os títulos serão analisados pela equipe do IBAM.

5.4. Contagem de Pontos

5.4.1. A contagem de pontos obedecerá aos critérios a seguir:

O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada núcleo da prova objetiva, somados os pontos de títulos, se for o caso.

6. RECURSOS E REVISÕES

6.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em cada etapa do Concurso Público.

6.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso e entregue, para registro e protocolo na Prefeitura de Treze Tílias /SC, situada à situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro, CEP 89650-000 - Treze Tílias /SC, no horário das 08:00h às 11:30 e das 13:30 às 17:00h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação ou **através de Sedex**, postado, exclusivamente, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, contados após o ato que motivou a reclamação.



b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente assinado pelo candidato em todas as folhas.

c) seja apresentado **datilografado ou digitado**, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme Anexo IV deste Edital.

6.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender os requisitos do item 6.2.

6.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pela entidade organizadora do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

6.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

6.6. Se do exame de recursos, resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

6.7. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

6.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br).

7. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Concurso, conforme descrito no item 5 e no Anexo II do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

7.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para os cargos de Nível Superior e Médio/Técnico:

1º) maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2º) maior nº de pontos na prova de Legislação;

3º) maior nº de pontos na prova de Matemática e Português;

4º) maior idade.

b) para o cargo de Nível Fundamental:

1º) maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2º) maior nº de pontos na prova de Matemática;

3º) maior nº de pontos na prova de Português;

4º) maior idade.

7.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº 10.741/03.

7.3. Os gabaritos serão divulgados no **dia 03 de setembro de 2018**, nos sites (www.ibam-concursos.org.br) e (www.trezetillas.sc.gov.br).

7.4. O resultado preliminar do Concurso contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, por cargo, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites (www.ibam-concursos.org.br), através da opção *Documentação do Concurso* e www.trezetillas.sc.gov.br.

8. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

8.2. Após decididos todos os recursos, será também publicada, nos endereços acima, uma relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.



8.3. O resultado final do Concurso será homologado pelo Prefeito, publicado no site (www.trezetillas.sc.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

9. DA CONVOCAÇÃO

9.1. Os candidatos aprovados serão nomeados e convocados de acordo com a ordem de classificação final.

9.2. Os candidatos aprovados serão convocados através do endereço eletrônico informado no ato da inscrição ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR) pessoa a pessoa, para apresentação de exames médicos e documentação de comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do presente Edital, obedecendo-se rigorosamente a ordem da classificação.

9.3. Os exames a serem apresentados estão relacionados a seguir.

Com data inferior a 60 dias:

- a) Hemograma completo;
- b) Glicemia de jejum;
- c) Perfil Lipídico (CT, LDL, HDL e triglicerídeos);
- d) TGO-TGO-Gama GT;
- e) Ácido úrico;
- f) Ureia e Creatinina;
- g) V.D.R.L (Sorologia para Lues);
- h) Exame de urina (EQU);
- i) Exame parasitológico de fezes;
- j) TSH(US) e T4 livre;
- k) HBSAG;
- l) Toxicológico para as seguintes substâncias (Crack, maconha e cocaína);

Com data inferior a 01 ano:

- m) Eletrocardiograma de repouso (com laudo);
- n) Exame do Tórax – PA e perfil – (com laudo e radiografias);
- o) Audiometria tonal;
- p) Screening visual;
- q) Laudo Psiquiátrico (emitido por psiquiatra).

Exames com validade permanente:

- r) Tipagem sanguínea – ABO e fator RH.

9.4. Os exames médicos são eliminatórios, sendo excluídos do Concurso Público os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo para o qual se inscreveram, conforme Parecer da Junta Médica (Portaria 062/2018).

9.4.1. São de responsabilidade do candidato a apresentação dos exames relacionados no item 9.3 deste Edital, bem como o custeio dos mesmos. Os exames apresentados serão arquivados junto à ficha funcional de cada servidor empossado.

9.5. Os candidatos convocados deverão apresentar, além dos exames relacionados no item 9.3, a documentação relacionada abaixo, necessária à sua posse, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Treze Tílias, situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro – Treze Tílias/SC.

Prefeitura do Município de Treze Tílias/SC – Concurso Público Edital 01/2018

**Documentos:**

- a) Fotocópia do CPF;
- b) Fotocópia da identidade;
- c) Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- d) Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- e) Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos, se houver);
- f) Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2018;
- g) Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- h) Carteira de motorista – CNH (quando habilitado);
- i) Cópia dos certificados de curso e títulos profissionais;
- j) 01 foto 3x4;
- k) Laudo de aptidão emitido por médico indicado pelo Município, juntamente com os exames médicos conforme item 9.3 deste Edital;
- l) Fotocópia da carteira de reservista (para candidatos do sexo masculino);
- m) Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- n) Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- o) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- p) Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- q) Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- r) Declaração de bens e fontes de renda.

9.5.1. Os exames e documentos deverão ser apresentados no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do Edital de Convocação

9.6. Será facultado, uma única vez, ao candidato nomeado a renúncia da classificação obtida no Concurso desde que formalizada junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Treze Tílias, situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro – Treze Tílias/SC.

9.6.1. Em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso em qualquer de suas fases.

10.2. Será excluído do certame o candidato que:

- ✓ faltar a qualquer uma das fases do Concurso;
- ✓ portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso;
- ✓ deixar de assinar o cartão resposta;
- ✓ for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- ✓ for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;



- ✓ deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

10.3. O presente Concurso Público objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Treze Tílias.

10.4. Todos os servidores recolherão sua contribuição previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

10.5. A aprovação em Concurso não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da Prefeitura de Treze Tílias.

10.6. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Concurso Público, porém outras se necessário, poderão ser obtidas pelo telefone 47 3041 6262.

10.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço físico e eletrônico e contato telefônico, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Concurso, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Treze Tílias, após a homologação do resultado do Concurso.

10.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

10.9. O presente Edital estará disponibilizado no site do IBAM, (www.ibam-concursos.org.br), no site (www.trezetilias.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.10. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Concurso, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

Treze Tílias, 20 de junho de 2018.

Mauro Dresch
Prefeito

EDITAL DO TESTE SELETIVO 01/2018

Publicação Nº 1661418



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 01/2018

O Prefeito Mauro Dresch torna público o Edital de abertura para realização de Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas temporárias do quadro de pessoal da Prefeitura, e ao preenchimento de vagas por prazo indeterminado (enquanto durar o Programa) para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde que terá contrato conforme LC 19/2007. O presente edital se regerá pela Lei Orgânica do Município, pelas Leis Complementares nº 19/2007 (Emprego Público), 39/2011 (Plano de Cargos e Remuneração), 40/2011 (Estatuto dos Servidores), 60/2013 (Contratos Temporários), 106/2017 (Plano de Carreira do Magistério), 100/2018 (Estrutura Administrativa) suas atualizações e pelas normas estabelecidas neste Edital. O certame será acompanhado por Comissão nomeada pela Portaria 061/2018. A coordenação técnico/administrativa do Processo Seletivo será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto deste Processo Seletivo, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas, a jornada de trabalho e a descrição das funções são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.1.1. A Prefeitura de Treze Tílias reserva-se o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Processo Seletivo.

1.2. As condições de habilitação e definição de conteúdos programáticos, o processo de classificação e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, e III, partes integrantes do presente Edital.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.ibam-concursos.org.br, clicar no link do cargo escolhido, preencher com atenção os quadros solicitados, conferir todos os dados, confirmar a inscrição e realizar o pagamento do boleto gerado.

1.4. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, com horários estabelecidos de acordo com as necessidades da Prefeitura.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Os candidatos, quando convocados, deverão apresentar à Prefeitura, na data, horário e local indicado, os documentos que comprovem:

- a) nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) gozo dos direitos políticos;
- c) quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, ou os requisitos especiais para o seu desempenho;
- e) a idade mínima de 18 (dezoito) anos, na forma da lei;
- f) não possuir acúmulo de cargo ou emprego público, exceto aqueles previstos na Lei;
- g) ser considerado apto no exame admissional a ser realizado pela municipalidade;
- h) não estar incompatibilizado para o serviço público em razão de penalidade sofrida.

Prefeitura do Município de Treze Tílias/SC – Processo Seletivo - Edital 01/2018



3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. A legislação reserva às pessoas com deficiência o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos cargos públicos.

3.1.1. De acordo com Acórdão do STF (20/09/2007), esta reserva não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual implicar na prática, em majoração, através de arredondamento, do percentual fixado.

3.2. Para este Processo Seletivo, em face do número de vagas oferecido para cada cargo, não haverá reserva de vagas para os candidatos com deficiência.

3.3. Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência.

3.4. O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

3.4.1. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.4, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.5. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

4. DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

4.1. **Período: 25 de junho a 31 de julho 2018**, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

4.1.1 Os candidatos que não possuem acesso a internet poderão realizar sua inscrição na recepção da Prefeitura do Município Treze Tílias, situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro – Treze Tílias /SC, no horário das 08:00h às 11:30 e das 13:30 às 17:00h.

4.1.1.1. Será disponibilizado a estes candidatos um equipamento (computador) para que os mesmos possam realizar a sua inscrição.

4.1.1.2. Os servidores da Prefeitura não auxiliarão o candidato a realizar a sua inscrição já que este ato é de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.1.2. Valores de inscrição:

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Nível Superior	R\$ 80,00 (oitenta reais)
Nível Médio	R\$ 60,00 (sessenta reais)
Nível Fundamental	R\$ 40,00 (quarenta reais)

4.2. O candidato deverá acessar o site (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 06 (seis) horas do dia 25 de junho e 18:00 (dezoito) horas do 31 de julho de 2018.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico (www.ibam-concursos.org.br) através da opção *Área do Candidato*.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de *Internet Banking*, **não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento bancário.**



4.4.1. A data de pagamento é, impreterivelmente, o último dia de inscrições. No caso do agendamento bancário, o crédito só acontece no dia posterior e por esta razão não tem validade.

4.5. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, não sendo permitido pedido de retificação de dados após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.6. O candidato também é responsável por confirmar se os dados da inscrição pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se seu nome não constar da listagem de inscritos, publicada logo após o encerramento das inscrições, o candidato deverá entrar em contato com o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, organizador do Processo Seletivo, no telefone (47) 3041 6262, a fim de verificar a razão da pendência.

4.7. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Prefeitura de Treze Tílias não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

4.8. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.9. O valor pago a título de inscrição somente será devolvido em caso de suspensão, anulação ou cancelamento do Processo Seletivo, bem como na hipótese de alteração da data do Processo Seletivo, descabendo qualquer outra hipótese de devolução.

5. DAS PROVAS

5.1.1. As provas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas, serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. As provas serão realizadas, no município de Treze Tílias, no dia **02 de setembro de 2018 no período vespertino.**

5.2.1. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para o período, o IBAM e a Prefeitura reservam-se o direito de remarcar o horário de prova de determinados cargos para o período matutino.

5.2.2. Os candidatos poderão acessar e imprimir o cartão de confirmação, com data, horário e local da prova. O cartão estará disponível, a partir de **15 de agosto de 2018**, no site (www.ibam-concursos.org.br), no link *Área do Candidato*.

5.2.3. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido no cartão de confirmação.

5.2.4. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

5.2.5. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.6. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, oficial e com fotografia e caneta esferográfica azul ou preta.

5.2.7. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRM e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira de Motorista e Passaporte.

5.2.8. Somente serão aceitos documentos físicos.

5.2.9. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.7, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles,



deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso, o candidato deverá registrar sua impressão digital, além da assinatura, no cartão resposta e em formulário próprio.

5.2.10. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, **deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico** que esteja sob sua posse, **incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme**. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na **exclusão** do candidato do certame, podendo a organização do Processo Seletivo vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.2.11. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.12. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.2.13. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar a sala de provas juntos, após assinarem o boletim de sala.

5.2.14. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.2.15. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.2.16. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.2.17. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.2.18. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.2.19. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.2.20. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.2.21. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.22. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.2.23. A Comissão poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso.

5.2.24. As provas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

5.3. Títulos

5.3.1. Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos ao cargo de **Professor de Música**.

5.3.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:

- Cursos de Formação Continuada, na área de atuação, desde que realizados nos anos de 2015, 2016, 2017 e/ou 2018, com carga horária de, no mínimo, 40 horas: 1(um) ponto por certificado, sendo possível acumular até 05 (cinco) pontos.



- Especialização *lato sensu*: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação do Brasil, desde que guarde relação direta com a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos, sendo possível apresentar somente um certificado.
- Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação do Brasil, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo e a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão e título de Mestre devidamente registrado: 10 (dez) pontos, sendo possível apresentar somente um certificado.
- Doutorado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação do Brasil, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo e a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão e título de Doutor devidamente registrado: 12 (doze) pontos, sendo possível apresentar somente um certificado.

5.3.3. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.3.4. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.3.5. Apresentação de títulos:

Os documentos de comprovação dos títulos deverão ser entregues para registro no protocolo geral da Prefeitura Treze Tílias, situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro, CEP 89650-000 - Treze Tílias /SC, **ou através de Sedex, com postagem, exclusivamente, no período de inscrições e encaminhada aos cuidados da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.**

5.3.6. Os documentos deverão ser postados, em envelope fechado, com a identificação “Títulos para Processo Seletivo”, contendo em seu interior cópia dos certificados e comprovante de inscrição (se for o boleto, este não precisa estar pago) com número de inscrição do candidato.

5.3.7. Os títulos serão analisados pela equipe do IBAM.

5.4. Contagem de Pontos

5.4.1. O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada um dos núcleos de prova, somados os pontos de títulos, se for o caso.

6. RECURSOS E REVISÕES

6.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em cada etapa do Processo Seletivo.

6.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso e **entregue, para registro e protocolo na Prefeitura de Treze Tílias /SC**, situada à situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro, CEP 89650-000 - Treze Tílias /SC, no horário das 08:00h às 11:30 e das 13:30 às 17:00h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação ou **através de Sedex**, postado, exclusivamente, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação.**

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente assinado pelo candidato em todas as folhas.



c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme Anexo IV deste Edital.

6.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender os requisitos do item 6.2.

6.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pela entidade organizadora do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

6.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

6.6. Se do exame de recursos, resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

6.7. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

6.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br).

7. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Processo Seletivo, conforme descrito no item 5 e no Anexo II do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

7.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para os cargos de Nível Superior e Médio/Técnico:

1º) maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2º) maior nº de pontos na prova de Legislação;

3º) maior nº de pontos na prova de Matemática e Português;

4º) maior idade.

b) para o cargo de Nível Fundamental:

1º) maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2º) maior nº de pontos na prova de Matemática;

3º) maior nº de pontos na prova de Português;

4º) maior idade.

7.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº 10.741/03.

7.3. Os gabaritos serão divulgados no **dia 03 de setembro de 2018**, nos sites (www.ibam-concursos.org.br) e (www.trezetillas.sc.gov.br).

7.4. O resultado preliminar do Processo Seletivo contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, por cargo, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites (www.ibam-concursos.org.br), através da opção *Documentação do Concurso* e www.trezetillas.sc.gov.br.

8. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

8.2. Após decididos todos os recursos, será também publicada, nos endereços acima, uma relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.

8.3. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pelo Prefeito, publicado no site (www.trezetillas.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e terá validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

9. DA CONVOCAÇÃO

Prefeitura do Município de Treze Tílias/SC – Processo Seletivo - Edital 01/2018



9.1. Os candidatos convocados deverão apresentar a documentação relacionada abaixo, necessária à sua contratação, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Treze Tílias, situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro – Treze Tílias/SC.

Documentos:

- a) Fotocópia do CPF;
- b) Fotocópia da identidade;
- c) Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- d) Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- e) Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos, se houver);
- f) Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2018;
- g) Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- h) Carteira de motorista – CNH (quando habilitado);
- i) Cópia dos certificados de curso e títulos profissionais;
- j) 01 foto 3x4;
- k) Atestado Médico Admissional, emitido por Médico do Trabalho;
- l) Fotocópia da carteira de reservista (para candidatos do sexo masculino);
- m) Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- n) Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- o) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- p) Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- q) Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- r) Declaração de bens e fontes de renda.

9.2. Os exames médicos admissionais deverão emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício profissional, sendo este de caráter eliminatório.

9.3. A Prefeitura fará a convocação dos aprovados, obedecendo a ordem de classificação, através de mensagem eletrônica, telefone e/ou correspondência física enviada pela Empresa Brasileira de Correios aos endereços (eletrônico e físico) informados no ato de inscrição.

9.4. Os candidatos convocados terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do Edital de Convocação, para apresentar os documentos requeridos no item 9.1.

9.5. Será facultado, uma única vez, ao candidato nomeado a renúncia da classificação obtida no Processo Seletivo desde que formalizada junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Treze Tílias, situada à Praça Ministro Andreas Thaler, 25 – Centro – Treze Tílias/SC.

9.5.1. Em caso de renúncia, o renunciante assumirá o último lugar na lista de aprovados.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

10.2. Será excluído do certame o candidato que:

- ✓ faltar a qualquer uma das fases do Processo Seletivo;
- ✓ portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;



- ✓ deixar de assinar o cartão resposta;
- ✓ for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- ✓ for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- ✓ deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

10.3. O presente Processo Seletivo objetiva o preenchimento de vagas temporárias, conforme LC 60/2013.

10.4. A contratação dos Agentes Comunitários de Saúde será por tempo indeterminado, sendo regida pela LC 19/2007.

10.5. A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da Prefeitura de treze Tílias.

10.6. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo, porém outras se necessário, poderão ser obtidas pelo telefone 47 3041 6262.

10.7. O candidato deverá **manter atualizado seu endereço eletrônico e contato telefônico**, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Treze Tílias, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

10.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, competente também para julgar, em decisão irrecorrível, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

10.9. O presente Edital estará disponibilizado no site do IBAM, (www.ibam-concursos.org.br), no site (www.trezetillas.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.10. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Processo Seletivo, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

Treze Tílias, 20 de junho de 2018.

Mauro Dresch
Prefeito

TESTE SELETIVO 01/2018 ANEXO I

Publicação Nº 1661422



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO I



CÓDIGO DO CARGO	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO-BASE (R\$) (*)
NÍVEL SUPERIOR					
101	PROFESSOR DE MÚSICA	Licenciatura em Música ou Arte com habilitação em Música	CR*	30h	2.603,05
102	TREINADOR DE MODALIDADES ESPORTIVAS - JUDÔ	Bacharel ou licenciado em Educação Física com registro no CREF e Diploma de Faixa preta – 1º DAN, emitido pela Federação Brasileira de Judô.	01	20h	1.735,36
NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO					
103	TÉCNICO MUNICIPAL DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM	Certificado de conclusão do curso de Técnico em Enfermagem e registro no COREN	CR*	40h	2.246,45
NÍVEL FUNDAMENTAL					
104	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área 02 ESF dos Alpes	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental e comprovante de residência na área de atuação (Rua Caçador, Rodovia Frei Belmiro, Linha Nova Áustria e Linha São Paulo).	01	40h	1.321,18
105	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área 03 ESF dos Alpes	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental e comprovante de residência na área de atuação (Linha São Roque, Linha Gruber, Linha Divisa, Linha Três Irmãos, Rodovia dos Pioneiros, Rua Michel Moser e Rua Francisco Lidner).	01	40h	1.321,18
106	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área 06 ESF dos Alpes	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental e comprovante de residência na área de atuação (Linha Caçador, Linha Mazetto e Linha Nova Áustria).	01	40h	1.321,18
107	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Micro Área 08 ESF Edelweiss	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental e comprovante de residência na área de atuação (Ruas Circular, Franz Kandler, Antônio C. Altenburger, Johann Rohrer, Ivo d'Aquino, Georg Anrain, 13 de Outubro, João Constantino Piaia, e Travessa João Bohn, Ijaier Pessin, Caçador, Peter Gwiggnier).	01	40h	1.321,18
108	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Certificado de conclusão das Séries Iniciais (4º ano/série)	01	10h	381,07
109	COZINHEIRA	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental	CR*	40h	1.524,28



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO I



CÓDIGO DO CARGO	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO-BASE (R\$) (*)
110	COZINHEIRA	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental	CR*	20h	762,14
111	INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS (ARTESANATO)	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental e Certificado de, no mínimo, 20 horas de curso de Artesanato.	01	30h	1.252,39
112	INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS (CULINÁRIA)	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental e Certificado de, no mínimo, 20 horas de curso de Culinária.	01	20h	834,93
113	INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS (TRICÔ E CROCHÊ)	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental e Certificado de, no mínimo, 20 horas de curso de Tricô e Crochê.	01	30h	1.252,39

(*) CR = Cadastro de Reserva – não há vaga no momento, mas expectativa de vaga durante a vigência presente do Processo Seletivo.

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

PROFESSOR DE MÚSICA - Seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento educacional e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Elaborar e cumprir com o plano de trabalho e ministrar aulas atrativas, garantindo a efetivação do processo ensino- aprendizagem e do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar; Executar o trabalho diário de forma a vivenciar um clima de respeito mútuo e zelar pela aprendizagem dos educandos; Elaborar programas, planos de curso e planos de aula, no que for de sua competência, em conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente; Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter, com os colegas e superiores, o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficiência da obra educativa; Cooperar com os serviços da coordenação pedagógica e da Direção do estabelecimento Escolar, no que lhe competir; Promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais; Promover e estabelecer estratégias de recuperação preventiva e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento para os educandos que apresentem menor rendimento, conforme exigências dos diagnósticos de avaliações elaborados pela coordenação pedagógica; Colaborar e comparecer pontualmente às atividades cívicas e culturais, reuniões de pais e professores, conselhos de classe, atividades extracurriculares, treinamentos, palestras e outras promoções, desde que convocado pela Direção da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com os horários, com os dias letivos e com as horas-atividades estabelecidas no calendário escolar, além de participar integralmente das atividades dedicadas ao planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente a execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Dar condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome do estabelecimento escolar. Advertir, repreender e encaminhar aos serviços competentes, casos de indisciplinas ocorridos; Participar e colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, bem como de reuniões com os pais de alunos e atividades extracurriculares; Acompanhar o desenvolvimento dos alunos e contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; Seguir e executar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO I



as normas e diretrizes estabelecidas no PPP, no Regimento Escolar e as emanadas pelos órgãos superiores ou pela legislação pertinente; Executar outras atividades compatíveis com a função e que lhe forem confiadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pela Secretaria Municipal de Educação; Auxiliar no desenvolvimento de tarefas, verificar o bem estar, a alimentação, o repouso e a disposição física e psicológica das crianças sobre os seus cuidados, enquanto o profissional estiver desempenhando a função de professor/monitor de creche.

TREINADOR DE MODALIDADES ESPORTIVAS - compreende os cargos que se destinam a orientar os praticantes de modalidades esportivas em oficinas mantidas pelo Município na perspectiva da manutenção de saúde, complementação educacional e/ou formação de atletas.

T.M.N.M. EM ENFERMAGEM – prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes, como administração de sangue e plasma, controle de pressão venosa, monitorização e utilização de respiradores artificiais; * controlar sinais vitais dos pacientes, observando a respiração e pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão; * prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal; * efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica ou do enfermeiro; * adaptar os pacientes ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-os; * auxiliar o Médico em cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas; * atuar em sala de vacina realizando aplicação de imunobiológicos quando capacitado; * preparar e esterilizar material, instrumental, ambiente e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas; * participar de campanhas de vacinação; * assistir ao Enfermeiro na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar e ambulatorial; * assistir ao Enfermeiro na prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância sanitária; * auxiliar na coleta e análise de dados socio-sanitários da comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária; * proceder a visitas domiciliares, buscando auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos prioritários; * participar de programas e atividades de educação em saúde; * participar na execução de programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários; * participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; * auxiliar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica; * participar do planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; * participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos saudáveis em grupos específicos da comunidade; * anotar no prontuário do cliente as atividades da assistência de enfermagem; * participar de atividades de capacitação promovidas pela instituição; * zelar pela conservação dos equipamentos utilizados; * auxiliar no processo de notificação e investigação em processos de vigilância epidemiológica; * utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; * realizar outras atribuições afins.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; - utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; - promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; - registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; - estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; - realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; - participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; - cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; - identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; - identificar área de risco; - orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; - realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; - realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; - estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; - desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; - promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; - traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; -



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO I



identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - compreende os cargos que se destinam a executar serviços de limpeza predial, arrumação e de zeladoria, bem como auxiliar no preparo de refeições.

COZINHEIRO - compreende os cargos que se destinam a preparar e distribuir refeições para atender aos programas alimentares executados pela Prefeitura Municipal, de acordo com a orientação do Programa Nacional de Alimentação.

INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS - compreende os cargos que se destinam a orientar os alunos de cursos oferecidos pela Prefeitura na aprendizagem de práticas produtivas e artísticas para habilitá-los ao desempenho de uma ocupação junto ao mercado de trabalho.

TESTE SELETIVO 01/2018 ANEXO II

Publicação Nº 1661427

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO II
DEMONSTRATIVO DAS PROVAS



Nível Superior

Cargo	Núcleo de Prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Professor de Música e Treinador de Modalidades Esportivas	Conhecimentos Técnico-profissionais	10	10	50
	Legislação Constitucional e Municipal	10	10	30
	Matemática e Português	10	10	30

Nível Médio

Cargo	Núcleo de Prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Técnico Municipal de Nível Médio em Enfermagem	Conhecimentos Técnico-profissionais	10	10	50
	Legislação Constitucional e Municipal	10	10	30
	Matemática e Português	10	10	30

Nível Fundamental

Cargo	Núcleo de Prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Serviços Gerais, Cozinheiro e Instrutor de Artes e Ofícios	Conhecimentos Técnico-profissionais	10	10	50
	Matemática	10	10	30
	Português	10	10	30

TESTE SELETIVO 01/2018 ANEXO III

Publicação Nº 1661429



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 01/2018
ANEXO III – Conteúdos para as provas

➤ **NÍVEL SUPERIOR**

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Matemática para todos os cargos

1. Operações com números inteiros e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 2. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade. Relação entre as unidades de medidas. 3. Porcentagem. 4. Cálculo da fração de um número inteiro. 5. Regra de três simples. 6. Resolução de problemas. 7. Leitura e interpretação de gráficos.

Legislação Constitucional e Municipal

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Do Direito e das Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). **Tripartição de poderes na constituição brasileira:** Poder, Função e órgãos. Funções e fins do Estado. As três funções estatais. **Poder Legislativo.** Processo Legislativo. Espécies normativas. Iniciativa das leis. Regime constitucional dos parlamentares. Regime remuneratório. Proibições e perda do mandato. Total da despesa do Legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito. **Poder Executivo.** Competências. Prefeito. Atribuições. Responsabilidade. Secretários Municipais. Regime remuneratório dos agentes políticos. Legalidade e Poder Regulamentar. **O servidor público e a constituição:** Agentes públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Estabilidade e efetividade. Conduta ética no exercício da função pública. **Administração Pública:** Princípios. Administração direta e indireta. Concessão e permissão de serviços públicos. Lei Federal que regula o acesso a informações de órgãos públicos - Lei 12.527/2011; Lei da Improbidade Administrativa - Lei Federal 8.429/1992. **Legislação Municipal:** Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Orgânica do Município.

➤ **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

PROFESSOR DE MÚSICA

Teoria e percepção musical; ensino coletivo; teoria musical e percepção rítmica; definição de música; elementos da música; definição de som; propriedades do som; fórmulas de compasso; sincopa; contratempo; quálibras; nome e tessitura das notas; escalas maiores e suas relativas menores; ciclos das quintas; intervalos maiores/menores/diminutos/aumentados/justo; conhecimentos gerais sobre os instrumentos.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96 e suas alterações; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

TREINADOR DE MODALIDADES ESPORTIVAS - JUDÔ

O técnico na formação de atletas: Aspectos fundamentais do treinamento desportivo. Aspectos gerais da fisiologia e da biomecânica aplicadas aos esportes. Planejamento e aplicação do treinamento para iniciantes e em longo prazo. Principais qualidades e comportamento do técnico como líder e motivador. Dimensões educacionais e sociais do esporte. Específico: Contextualização histórica, social, filosófica e educacional do Judô. Procedimentos metodológicos que levam à uma aprendizagem, vivência e aprimoramento do praticante. Regras técnicas do Judô. Treinamento físico aplicado ao Judô.

➤ NÍVEL MÉDIO

➤ CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para o cargo de Técnico em Enfermagem

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Matemática para o cargo de Técnico em Enfermagem

1. Operações com números inteiros e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 2. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade. Relação entre as unidades de medidas. 3. Porcentagem. 4. Cálculo da fração de um número inteiro. 5. Regra de três simples. 6. Resolução de problemas. 7. Leitura e interpretação de gráficos.

Legislação Constitucional e Municipal para o cargo de Técnico em Enfermagem

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Do Direito e das Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III). **Tripartição de poderes na constituição brasileira:** Poder, Função e órgãos. Funções e fins do Estado. As três funções estatais. **Poder Legislativo.** Processo Legislativo. Espécies normativas. Iniciativa das leis. Regime constitucional dos parlamentares. Regime remuneratório. Proibições e perda do mandato. Total da despesa do Legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito. **Poder Executivo.** Competências. Prefeito. Atribuições. Responsabilidade. Secretários Municipais. Regime remuneratório dos agentes políticos. Legalidade e Poder Regulamentar. **O servidor público e a constituição:** Agentes públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Estabilidade e efetividade. Conduta ética no exercício da função pública. **Administração Pública:** Princípios. Administração direta e indireta. Concessão e permissão de serviços públicos. Lei Federal que regula o acesso a informações de órgãos públicos - Lei 12.527/2011; Lei da Improbidade Administrativa - Lei Federal 8.429/1992. **Legislação Municipal:** Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Orgânica do Município.

➤ **NÍVEL MÉDIO**

➤ **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A PROVA DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Atenção Básica a Saúde: Programa Nacional de Imunização (esquema básico e rede de frio); Tuberculose; Influenza A (H1N1); Hipertensão; Diabetes; Tabagismo; Obesidade; DST/AIDS; Atenção a Saúde da Mulher; Atenção a Saúde da Criança e do Recém Nascido (RN); Atenção a Saúde do Adolescente, Adulto e Idoso; Humanização e ética na atenção a Saúde; Saúde Mental; Educação Permanente como estratégia na reorganização dos Serviços de Saúde e Acolhimento; Atenção à saúde do trabalhador; Saúde da família; Saúde bucal; Urgência e emergência. Biossegurança: Normas de biossegurança; Métodos e procedimentos de esterilização e desinfecção; Serviço de Controle de Infecções Hospitalares (SCIH). Procedimentos de enfermagem: Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, preparo e administração de medicações, tratamento de feridas e técnica de curativos. Código de Ética e Lei do Exercício Profissional: Legislação e ética para o exercício do profissional de enfermagem.

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Participação da comunidade. Política Nacional de Atenção Básica. Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Estatuto do Idoso: Lei 10.741/2003.

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL**

➤ **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM**

PORTUGUÊS

Compreensão e interpretação de textos; Verbos; Substantivos; Pronomes; Adjetivos; Singular e plural; Sujeitos da oração; Sinônimos e antônimos; Acentuação. Ortografia. Concordância verbal e nominal; Sentido e emprego dos vocábulos nos textos; Tempos e modos verbais.

MATEMÁTICA

Matemática básica. Resolução de problemas envolvendo operações de adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas; Raciocínio lógico.

➤ **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Trabalho em equipe/processo de trabalho/comunicação. Ética. Cidadania/direitos humanos. Processo Saúde-Doença/determinantes/condicionantes. Visita domiciliar. Cadastramento familiar. Mapeamento/territorialização. Estratégia de avaliação em saúde. Diagnóstico comunitário. Promoção da saúde: conceitos e estratégias. Atribuições do Agente Comunitário de Saúde. Educação em Saúde. Participação e mobilização social. Estratégia saúde da família. Imunidade/Imunização. Vigilância em saúde. Saneamento. Riscos ocupacionais. Sistemas de Informação. Programa Nacional de Controle do Tabagismo. Atenção Integral: à Criança e Adolescente; Mulher e Homem e ao Idoso. Atenção Psicossocial. Comunicação em Saúde. Planejamento em Saúde. Políticas de saúde do SUS.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Noções básicas de conservação e manutenção de logradouros públicos. Cuidados para com o patrimônio público. Utilização de materiais e equipamento de limpeza, guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Noções sobre preparação de valas e canteiros. Conhecimentos práticos sobre funcionamento de máquina roçadeiras. Serviços relativos à jardinagem e gramados em geral. Limpeza e escavação de terrenos. Ferramentas manuais: tipos, formas de uso, cuidados, preparação e manutenção para o uso. Conhecimentos básicos sobre carpintaria e alvenaria aplicada à construção civil. Noções básicas de segurança no trabalho e uso de EPIs. Ética no serviço público. Relações interpessoais.

COZINHEIRO

Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. Higiene e organização do ambiente de trabalho. Higiene de utensílios e equipamentos. Higiene dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, descongelamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. Contaminação de alimentos. Comportamento dentro do ambiente de produção de alimentos. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. Cuidados no uso de produtos de limpeza. Relação interpessoal e ética profissional. Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 – Regulamento Técnico Sobre Boas Práticas para serviços de Alimentação. Saúde e Segurança no Trabalho. Atendimento e qualidade. Uso adequado de EPIs.

INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS - ARTESANATO

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Direitos Humanos - princípios e diretrizes da Educação popular para políticas públicas. Tipos de materiais para artesanato; Artesanato regional brasileiro; Materiais recicláveis para artesanato; Tipos de tintas para diferentes fins artesanais; Manipulação e diferenciação de ferramentas básicas para artesanato. Economia Criativa. Arte e sustentabilidade. Arte e Educação Inclusiva.

INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS - CULINÁRIA

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Direitos Humanos - princípios e diretrizes da Educação popular para políticas públicas. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. Higiene e organização do ambiente de trabalho. Higiene de utensílios e equipamentos. Higiene dos alimentos em diversas etapas: recebimento, armazenamento, descongelamento, pré-preparo e preparo de alimentos, distribuição. Contaminação de alimentos. Comportamento dentro do ambiente de produção de alimentos. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 – Regulamento Técnico Sobre Boas Práticas para serviços de Alimentação. Saúde e Segurança no Trabalho.

INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS – TRICÔ E CROCHÊ

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Direitos Humanos - princípios e diretrizes da Educação popular para políticas públicas. História da Arte (da Antiguidade ao Contemporâneo). Noções de Estética. História do Crochê, Tricô e Tear Manual. Tipos de Teares. Materiais básicos. Materiais alternativos. Pontos básicos. Urdumes. Tipos de padronagens. Interpretação de gráficos. Tipos de fios. Economia Criativa.

Trombudo Central

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2018

Publicação Nº 1660903

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2018

DATA: 19/06/2018

OBJETO: APLICAÇÃO DO CURSO DE CONFECCÃO DE PEÇAS DE VESTUÁRIO PARA DUAS TURMAS, CONFORME PROJETO APRESENTADO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO DE DISPENSA.

Valor total: R\$ R\$ 19.990,00 (dezenove mil novecentos e noventa reais).

CONTRATADA: Serviço Nacional de Aprendizado Comercial - SENAC
EMBASAMENTO LEGAL: Inciso XIII do Art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Trombudo Central, 19 de junho de 2018
Geovana Gessner
Prefeita Municipal

LEI 2016

Publicação Nº 1660839

LEI 2016 DE 22 DE JUNHO DE 2018.

RATIFICA A RESOLUÇÃO Nº 01, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018, DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI QUE ALTERA O CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica ratificada a Resolução nº 01, de 23/02/2018, constante do Anexo desta lei, em todos os seus termos, para alteração do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Trombudo Central, 22 de junho de 2018.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO DA LEI 2016 DE 22 DE JUNHO DE 2018.

RESOLUÇÃO Nº 01, de 23 de fevereiro de 2018.

Altera o Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI – CIM-AMAVI cumprindo deliberação da Assembleia Geral do Consórcio.

CESAR LUIZ CUNHA, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Por deliberação da Assembleia Geral do CIM-AMAVI datada de 23 de fevereiro de 2018 o Contrato de Consórcio Público fica alterado nas cláusulas e condições descritas nesta Resolução.

Art. 2º Ficam alterados o § 3º e o inciso V do § 13, da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Consórcio, nos seguintes termos:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (...):

§ 3º O exercício das funções de competência da Diretoria Executiva se dará na forma da Cláusula Trigésima Primeira deste instrumento, ficando a cargo do Conselho de Administração, com autorização da Assembleia Geral, a nomeação para os Empregos Públicos em Comissão.

(...)

§ 13

(...)

V - fica instituída Função Gratificada de Coordenador de Câmara Temática que poderá ser exercida por servidor cedido originário de ente consorciado ou entidade conveniada, sem prejuízo da remuneração percebida do ente cedente, no valor correspondente à adequação do vencimento correspondente ao cargo originário ao salário previsto para o emprego público em comissão elencado no Anexo I.”

Art. 3º Fica alterado o Anexo I ao Contrato de Consórcio, para excluir o quadro de empregos públicos da Câmara Temática de Assistência Social.

Art. 4º Fica alterado o Anexo I ao Contrato de Consórcio, para criar o Emprego Público em Comissão de Coordenador de Câmara Temática, com atribuições de coordenar os trabalhos da respectiva câmara no desempenho de suas atividades, com salário previsto no valor de R\$ 4.509,00 (quatro mil, quinhentos e nove reais);

Art. 5º Fica alterado o Anexo I ao Contrato de Consórcio, para criar o Emprego Público em Comissão de Coordenador do SUASA com atribuições de coordenar os trabalhos referentes a tal programa além das já previstas para o emprego de médico veterinário, exigindo-se como habilitação, graduação em medicina veterinária e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão, com salário previsto no valor de R\$ 4.509,00 (quatro mil, quinhentos e nove reais);

Art. 6º Para padronização da redação do Contrato de Consórcio e Estatuto, fica autorizada a substituição da expressão vencimento por salário.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2018.
Cesar Luiz Cunha
Presidente do CIM-AMAVI

PORTARIA 240/18

Publicação N° 1661620

PORTARIA 240/18 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

INCORPORA VANTAGEM FINANCEIRA

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e com base no Art. 70 da Lei Complementar 816/90.

CONSIDERANDO o Requerimento protocolado pela servidora pública municipal junto ao Departamento de Pessoal;

CONSIDERANDO o levantamento e análise das vantagens financeiras pagas habitualmente à servidora pública, devidamente comprovadas através de documentos constantes na ficha funcional durante o período laboral, e a identificação dos valores pagos a título de Gratificação, Cargo em Comissão e função Gratificada.

RESOLVE:

Art. 1º Incorporar aos vencimentos da servidora pública municipal Sra. GLAUCIA JAQUELINE BODEMÜLLER MARCELINO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, o valor de R\$ 636,70 (seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos), correspondente a proporção de 3/5 (três quintos) do valor recebido a título de Gratificação/diferença de remuneração pelo exercício de função, com percepção de gratificação.

Art. 2º A vantagem de caráter pessoal, será nominalmente identificada no contracheque da servidora pública municipal e, será atualizada monetariamente pelo índice aplicado ao vencimento, sempre que houver revisão geral da remuneração dos servidores públicos, e ficará devidamente registrada nos assentos funcionais da servidora pública municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de junho de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PROCESSO DE COMPRA Nº 132/2018 TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº13/2018

Publicação Nº 1660835

TOMADA DE PREÇO 13/2018

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PROCESSO DE COMPRA
Nº 132/2018

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº13/2018

Às oito horas e trinta minutos do dia 21 de junho de dois mil e dezoito, na sala do Setor de Compras e Licitações, reuni-se a Comissão de Licitação, designada pela Portaria 4701/2017, composta pelos membros Joséli T. B. Hofmann, Sheila I. Bieger e Presidente Nelcina Maria Decker, equipe de Apoio pelos Sr. Leonardo I. Moreira Massing, para abertura dos envelopes de habilitação do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preços nº 13/2018, tipo menor preço unitário Global, cujo o objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS 24 DE ABRIL E SANTA CECÍLIA ADR 01 2208/2018 DE ACORDO COM O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA 2018007511, SPP ESEF5805180, apresente tomada de preço foi devidamente publicada no Diário Oficial da União, Diário Oficial dos Municípios e Diário Oficial do estado de Santa Catarina na edição do dia 06 de junho de 2018.

Abertos os trabalhos, constatou-se a participação das empresas abaixo relacionadas, a qual respeitou o prazo limite para a entrega dos envelopes e cujos representantes, tendo cumprido com as exigências editalícias, restaram credenciadas para a presente Sessão as empresas: GAIA RODOVIAS LTDA devidamente representado pelo Sr. Renato Adriano Seibt – Procurador e E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA devidamente representado pelo Sr. Jonatas Lima da Luz, Procurador, a empresa E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA apresentou as certidões comprovando ser empresa EPP, demonstrando interesse em usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14/11/2016. Dando prosseguimento, foi realizado a análise da documentação de habilitação pela Comissão e representantes presentes, sendo desta forma foram habilitados ambas as empresas. Indagadas sobre a documentação o Senhor Renato Adriano Seibt, procurador da empresa Gaia Rodovias Ltda contestou a certidão emitida e apresentada pela junta comercial da empresa E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA, questionando o valor do balanço que estaria ultrapassando o limite para enquadramento de empresa de pequeno porte. Sendo que o Senhor Renato Adriano Seibt, procurador da empresa Gaia Rodovias LTDA, manifestou interesse de apresentar recurso, motivo pelo qual esta Comissão de Licitação, abre prazo legal para apresentação da mesma.

Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação de por encerrada a sessão publica, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes a sessão.

E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA

GAIA RODIVIAS LTDA

Nelcina Maria Decker
Presidente da Comissão de Licitação

Sheila Inês Bieger
Membro

Joséli T. B. Hofmann
Membro

CONFORME COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 018/2018

Publicação Nº 1660895

Conforme Comunicação Interna nº 018/2018 do Gabinete do Prefeito, devido a falhas constatadas no termo de Referencia (anexo I) que carece de reformulação e descrição dos itens, o processo de Licitação nº 150/2018, cujo o objeto é a aquisição de MOBÍLIA E CENTRIFÚGA PARA ESTA MUNICIPALIDADE, foi ANULADO.

DECRETO Nº 1987/2018

Publicação Nº 1660973

Decreto nº 1.987/2018, de 21 de Junho de 2018.**Homologação do deferimento e indeferimento das inscrições do Edital de Concurso Público nº. 001/2018 e dá outras providências.**

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o **deferimento e indeferimento** das inscrições do Concurso Público nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

AGENTE ADMINISTRATIVO			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	137	Adelaide Reinehr	Deferida
2	363	Alerson Körbes	Deferida
3	722	Alessandra Kavalek Peretto	Deferida
4	25	Aline Andressa Soares Veiga	Deferida
5	1132	Aline Schmitz Kirchhof	Deferida
6	1026	André Kuhn	Deferida
7	616	Cristian Fabiano Fontoura	Deferida
8	1155	Cristian Fernando Thomaz	Deferida
9	141	Cristina Liliane Thums Oberger	Deferida
10	1176	Cristina Walter Meotti	Deferida
11	313	Daiane Kraemer	Deferida
12	734	Daieli Araujo Maciel	Deferida
13	909	Dalvana Schaefer	Deferida
14	1082	Dayane Bieger	Deferida
15	367	Eduarda Da Costa	Deferida
16	882	Eduarda Engroff	Deferida
17	776	Elaine Da Silva Souza	Deferida
18	233	Eliane Lúcia Schaefer	Deferida
19	8	Elias Souza Custódia	Deferida
20	185	Elise Beatriz Rabuske	Deferida
21	494	Everton Henn	Deferida
22	678	Fabiana De Marchi	Deferida
23	607	Fábio Schuster	Deferida
24	446	Fabiola Rafaela Foltz	Deferida

25	1029	Fernanda De Marchi Dal Bem	Deferida
26	923	Fernanda Staub	Deferida
27	33	Francieli Alves Dos Santos	Deferida
28	85	Franklin Antônio Mezzomo	Deferida
29	496	Ines Gluitz	Deferida
30	1102	Ivanise Fidelis	Deferida
31	719	Ivonei Alexandre Lazarotto	Deferida
32	408	Jaíne Griebeler	Deferida
33	780	Janete Casanova	Deferida
34	568	Jaqueline Schwengber	Deferida
35	575	João Marcelo Souza Do Amaral E Silva	Deferida
36	1131	Jonilto Godois	Deferida
37	1168	Kamille Hammerschmitt	Deferida
38	165	Kátia Schröder Polis	Deferida
39	1064	Leticia Larsen Bonett	Deferida
40	1112	Lilian Domingues Banach	Deferida
41	906	Lizandra Garmus	Deferida
42	1173	Lucas Vinicius Bueno	Deferida
43	946	Luciane Odete Tumelero Guerra	Deferida
44	1001	Luis Henrique Saurin Bieger	Deferida
45	81	Marcelo Henrique Bordignon	Deferida
46	893	Marcelo Matte Rodrigues	Deferida
47	582	Marciele Wilbert	Deferida
48	628	Mariane Baumgratz	Deferida
49	522	Mayara Luíza Weber	Deferida
50	778	Michele Aline Pedrozo	Deferida
51	704	Mônica Hochscheidt	Deferida
52	561	Natácia Nicknig Fabi	Deferida
53	121	Pâmela Teloecken Wagner	Deferida
54	700	Patrícia Raquel Meotti	Deferida
55	319	Poliana Venturini Della Flora	Deferida
56	518	Priscila Pisoni	Deferida
57	827	Roberto Ligorio Reichert	Deferida
58	919	Rosangela Sigulin Pelissari	Deferida
59	1130	Rosemeiry Baraba	Deferida
60	370	Rosillette I. O. Kautzmann De Castro	Deferida
61	652	Solange Beatris Melz	Deferida
62	1089	Solange Schneider	Deferida
63	1161	Suelen Concatto	Deferida
64	595	Tatiane Rother	Deferida
65	1087	Vanda Maria Michels	Deferida
66	600	Vanessa Weber	Deferida
67	849	Willian Kowalczuk Ferst	Deferida

AGENTE DA DEFESA CIVIL			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	863	Adriane Garbin	Deferida
2	84	Alan Marcos Steffen	Deferida
3	458	Alexandro Fernandes	Deferida
4	1037	Aurélío De Sousa Feliciano	Deferida
5	740	Batista Reinehr	Deferida
6	635	Carlos Eduardo Wolhmuth	Deferida
7	665	Christian Neiss	Deferida
8	564	Cleison Adiel Ritter	Deferida
9	1167	Cristiane Alles	Deferida
10	705	Cristiano Muller Rodrigues	Deferida
11	984	Deocir Rhoden	Deferida
12	890	Eduardo Dauernheimer	Deferida
13	531	Eduardo Giehl	Deferida
14	399	Eloi Roque Andriotti	Deferida
15	484	Franciele Carla De Valle	Deferida
16	117	Franciele Deters	Deferida
17	619	Geovan Meurer	Deferida
18	66	Gustavo Marangon	Deferida
19	969	Gustavo Mayer	Deferida
20	796	Hérica Ângela Dalmonte	Deferida
21	354	Janaína Letícia Vargas De Araújo Brasil	Deferida
22	1077	Janete Wuitschick	Deferida
23	651	Janice Andreia Paludo Weirich	Deferida
24	987	Joana Inês Reichert	Deferida
25	445	José Augusto Buss	Deferida
26	1095	José Pereira	Deferida
27	1083	Josieli Pietro Biasi	Deferida
28	812	Júlia Cristina Taffarel Gralha Dos Santos	Deferida
29	37	Junior Felicete	Deferida
30	432	Jussara Kreisig	Deferida
31	396	Kátia Mileni Melz	Deferida
32	1057	Lais Paula Trevizan	Deferida
33	581	Linara Gossler	Deferida
34	132	Lucas Lamb Koelln	Deferida
35	679	Luiz Ricardo Baptista De La Vega Silva	Deferida
36	412	Luviane Pavan	Deferida
37	995	Maikon Paulata	Deferida
38	576	Marcelo André Hoffmann	Deferida
39	10	Marciane Grezele	Deferida
40	892	Micheli Specht	Deferida

41	1058	Naor Da Silva Ferreira	Deferida
42	1063	Nicolau Klock	Deferida
43	583	Raquel Cristina Lazarotto	Deferida
44	433	Renan Paulo Ludwig	Deferida
45	794	Roberto Luiz Schmeling	Deferida
46	588	Simone Rockenbach	Deferida
47	373	Tailine Winkelmann	Deferida
48	1104	Tamires Guerra	Deferida
49	208	Thalia Formagini Dos Santos	Deferida
50	608	Valdir Vier	Deferida
51	675	Valmor Vogt	Deferida
52	708	Vanderlei Weber	Deferida
53	730	Vanessa Ribeiro Dos Santos	Deferida
54	1149	Vilmar Antonio Kaefer	Deferida
55	1073	Vinicius Rother Heck	Deferida
56	709	Vitor Afonso Pauli	Deferida
57	605	William Witt	Deferida

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1061	Adriano Junior Anschau	Deferida
2	789	Ana Lúcia Scantamburlo	Deferida
3	940	Carlise Back Baumgratz	Deferida
4	423	César Roger Urnau	Deferida
5	585	Cibele Ott	Deferida
6	229	Cleiton Hanzen	Deferida
7	961	Débora Carla Revers	Deferida
8	688	Edilaine Carla Marina	Deferida
9	346	Elaine Melz	Deferida
10	1125	Elizângela Geremia	Deferida
11	963	Eloisa Thomas	Deferida
12	944	Evelyn Caroline Torres	Deferida
13	1070	Fernanda De Oliveira Candeia Vier	Deferida
14	125	Gabriel Oliveira	Deferida
15	49	Gabriela Bisolo	Deferida
16	1163	Gisele Welter Bertollo	Deferida
17	883	Glaci Weis Engroff	Deferida
18	901	Ivanice Schaefer	Deferida
19	970	Jane Erhart	Deferida
20	1011	Jaqueline Maria Schmitz Hanauer	Deferida
21	453	Kristy Flach	Deferida
22	1062	Larissa Iara Andres Hauschild	Deferida
23	977	Luana Clem	Deferida

24	1154	Lucas Stoffel Eidt	Deferida
25	429	Luís Eduardo Zanin	Deferida
26	424	Marisete Radke	Deferida
27	181	Maritanya Pietro Biasi	Deferida
28	1030	Marlei Gihel Bieger	Deferida
29	808	Marlene Schoenberger Gava	Deferida
30	891	Olavo José Wink	Deferida
31	674	Oscar Valter Schmidt	Deferida
32	441	Pamela Bianca Bussiol	Deferida
33	214	Patricia Carina Schoenberger	Deferida
34	630	Patrícia Sehn	Deferida
35	152	Pietra Emanuelli Cé	Deferida
36	542	Ruan Fernandes Varela	Deferida
37	265	Sabrina Pollo	Deferida
38	345	Simone Pinto	Deferida
39	389	Vanderlei Rossa	Deferida

AGENTE DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	856	Daniel Epping	Deferida
2	9	Edemar José Epping	Deferida
3	505	Edson Spohr	Deferida
4	663	Jean Júnior Teloeken	Deferida
5	1101	Narciso Luiz Sturm	Deferida
6	753	Valdinei Roger Kunz	Deferida
7	936	Valmir Rossa	Deferida

ATENDENTE DE FARMÁCIA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1117	Adriana Hoeffel	Deferida
2	799	Marilei Horn	Deferida

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	472	Gilberto Epping	Deferida
2	491	Laerte Hofmann	Deferida
3	954	Leandro Welchen	Deferida
4	1006	Marcio Rother	Deferida

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	486	Adriana Da Rosa Ferreira	Deferida
2	775	Brayan Ewerton Rodigheri	Deferida

3	612	Bruna Roberta Schwantes Hachmann	Deferida
4	260	Carine Luiza Nicodem	Deferida
5	543	Carla Cristina Ulrich	Deferida
6	1007	Cleusa Maria Giordani	Deferida
7	772	Daniele Klein	Deferida
8	380	Denise Konrad	Deferida
9	215	Diane Konrad	Deferida
10	739	Diego Luan Immig	Deferida
11	694	Eliziane Da Rosa De Oliveira	Deferida
12	451	Felipe Kessler Toillier	Deferida
13	894	Francisco Nicolau Dill	Deferida
14	444	Gilmar Petzold	Deferida
15	1150	Giovani Sturmer	Deferida
16	601	Janete Maria Andres Pauli	Deferida
17	720	Janice Eidt Lazarotto	Deferida
18	985	Janice Maria Wuitschick Do Nascimento	Deferida
19	417	Joel Christ	Deferida
20	525	Joel Godois	Deferida
21	693	Juliane Klein	Deferida
22	991	Julita Ana Stulp Rossa	Deferida
23	210	Liane Nos	Deferida
24	960	Lovani Hammes	Deferida
25	1106	Luan Daniel Hickmann Goetz	Deferida
26	1023	Luis Carlos Do Nascimento	Deferida
27	777	Marilei Correia Dos Santos	Deferida
28	41	Marise Correia De Alencar	Deferida
29	264	Michel Odenir Strack	Deferida
30	945	Neli Bohnen Mayer	Deferida
31	683	Ofrásio Vicente Tavares	Deferida
32	403	Rafaele Dietz	Deferida
33	1160	Raquel Luíza Schoeninger Kunst	Deferida
34	352	Raquel Minozzo	Deferida
35	667	Rosilei Casanova	Deferida
36	1024	Sandra Verissimo	Deferida
37	323	Silvani Maria Do Nascimento	Deferida
38	1129	Tatiana Godois	Deferida

ENFERMEIRA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1019	Adriane Karal	Deferida
2	1124	Aionny Pikua	Deferida
3	787	Alana Camila Schneider	Deferida
4	46	Aline Loebens	Deferida

5	482	Alini Amabil Balbinot	Deferida
6	654	Alyne Mendes Correia	Deferida
7	307	Ana Flavia Bresolin Librelotto	Deferida
8	937	Ana Julia Provin	Deferida
9	1017	Angela Maria Gomes	Deferida
10	810	Angelo Zangalli	Deferida
11	115	Bernadete Bueno De Camargo	Deferida
12	90	Bruna Carla Villa	Deferida
13	241	Camila Alessio	Deferida
14	138	Carine Berwig	Deferida
15	868	Carla Diana Reichert	Deferida
16	1134	Carline Cristina Riffel	Deferida
17	234	Cecília Rauta	Deferida
18	760	Cíntia Camila Meurer	Deferida
19	87	Cladiane Dos Santos	Deferida
20	614	Claudete Maria Kuhn	Deferida
21	999	Claudia De Medeiros	Deferida
22	148	Daiana Aparecida Walker Nascimento Rintzel	Deferida
23	1051	Daniela Graczyk	Deferida
24	65	Daniele Guerra	Deferida
25	744	Daniele Schoeninger	Deferida
26	620	Danieli Covalski	Deferida
27	55	Danielle Araújo Dantas	Deferida
28	170	Danilusi Trindade	Deferida
29	147	Debora Calza	Deferida
30	1180	Débora Cristina Fávero	Deferida
31	202	Deisi Flach Follmann	Deferida
32	920	Deisi Graczyk	Deferida
33	526	Denize Patrícia Lamb	Deferida
34	761	Denner Regis Urel	Deferida
35	627	Diana Simon	Deferida
36	843	Edilaura Gaspar Da Silva Kowalczyk Ferst	Deferida
37	63	Eliana Hahn	Deferida
38	976	Elisandra Cristina Martins	Deferida
39	523	Elisangela Costa Lima	Deferida
40	153	Elisete Teresinha De Moura	Deferida
41	1079	Enize Ereno	Deferida
42	48	Fabiane Storck	Deferida
43	879	Fernanda Engroff	Deferida
44	415	Franciele Rasch	Deferida
45	247	Franciele Schwaab Simon	Deferida
46	388	Francieli Hollas	Deferida
47	316	Francieli Luana Nielsson	Deferida

48	1045	Giovana Dallemole Paloschi	Deferida
49	1018	Greici Kelli Tolotti	Deferida
50	1015	Iracema Cherobin Massing	Deferida
51	690	Jairo Luiz Anschau	Deferida
52	238	Jaqueline Griebeler Preuss	Deferida
53	1074	Jaqueline Pasini	Deferida
54	64	Jéssica Schaurich	Deferida
55	273	Jonas Kummer	Deferida
56	528	Jose Sebastiao Guimaraes Ferreira	Deferida
57	292	Joselaine Gomes Da Silva	Deferida
58	237	Juliana Ribeiro	Deferida
59	382	Juliane Scherer	Deferida
60	658	Kleberton Ricardo Tesser	Deferida
61	1116	Laysa Cristina Dreyer	Deferida
62	15	Lethielle Vanessa Goulart	Deferida
63	978	Leticia Rinaldi	Deferida
64	974	Liane Teresinha Schroeder	Deferida
65	436	Lidiane Klement	Deferida
66	22	Lilian Berger De Oliveira	Deferida
67	416	Liliane Pereira Kummer	Deferida
68	975	Luiz Fernando Gonçalves De Moraes	Deferida
69	718	Maiara Arianne Nichel	Deferida
70	503	Maiara Dais Schoeninger	Deferida
71	98	Maikeli Andresa Kosloski	Deferida
72	866	Mariane Schlickmann	Deferida
73	296	Marilene Carteri	Deferida
74	840	Marlene Stefanon Paganini	Deferida
75	512	Marli Lazarotto	Deferida
76	860	Milena Djesica Bevilaqua	Deferida
77	1043	Mirian Vauza Welter	Deferida
78	163	Moíse Ruth Angnes	Deferida
79	464	Mônica Bernardi	Deferida
80	701	Noeli Fatima Pereira	Deferida
81	383	Patricia Barbieri	Deferida
82	825	Patricia Tatiane Kuttner	Deferida
83	1013	Paulo Jose Massing	Deferida
84	219	Priscila Finatto	Deferida
85	1166	Rafaela Fátima De Godoi	Deferida
86	39	Raquel Taís Lintener	Deferida
87	45	Renata Balensiefer	Deferida
88	837	Rodolfo Artur Picolotto Grevetti	Deferida
89	404	Samantha Samile Toillier	Deferida
90	406	Scheila Eidt	Deferida

91	283	Sidiani Terezinha Carossi	Deferida
92	907	Simone Bisigo	Deferida
93	569	Simone Orth	Deferida
94	118	Solange Tareli	Deferida
95	713	Tailine Cristina De Lucca	Deferida
96	13	Taise Aparecida Berwanger	Deferida
97	697	Taissana Dezanetti	Deferida
98	306	Thainá Monção Gasperin	Deferida
99	419	Thays Carolina Alves Bukowski	Deferida
100	356	Vanderleia Kretschmer Maestri	Deferida
101	1039	Vanessa Brugnerotto	Deferida
102	225	Vitelio Luis De Lima	Deferida

FISIOTERAPEUTA

N°	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1091	Alessandra Paula Salerno	Deferida
2	545	Alexandre Dalmina	Deferida
3	1081	Aline Spironello	Deferida
4	859	Anderson Dos Santos Brazilio	Deferida
5	877	Betina Becker Flach	Deferida
6	504	Bruna Marcon	Deferida
7	1034	Claire Mari De Souza Tomé Feliciano	Deferida
8	197	Cristine Dalmagro	Deferida
9	198	Diany Lunardi	Deferida
10	174	Elizangela Ballestreri Hetzel	Deferida
11	209	Ellen Cristina Reis	Deferida
12	12	Erasmus Grings	Deferida
13	781	Fabio Ambrosio Perotto	Deferida
14	365	Ianca Sturmer	Deferida
15	341	Irene Lucia Schroeder	Deferida
16	1158	Janaina Santos Da Silva	Deferida
17	1138	Joana Gabriella Bianchi	Deferida
18	203	Julia Grasel	Deferida
19	191	Manuela Lazaretti Pereira	Deferida
20	217	Mariana Spies	Deferida
21	224	Paula Maiara Pereira	Deferida
22	332	Sinara Gabriel	Deferida
23	299	Tamires Carolo	Deferida
24	1055	Vanessa Benetti	Deferida

MECÂNICO GERAL

N°	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	836	Adilson Oreuss	Deferida

2	1050	Anderson Luis Loeblein	Deferida
3	989	Cleber Cesar Favero	Deferida
4	498	Cleiton Rempel Wagner	Deferida
5	599	Eliseu Kothe	Deferida
6	727	Eriton Hammerschmidt	Deferida
7	671	Gilnei Thome Bourscheidt	Deferida
8	943	Jean Rizzotto Kraemer	Deferida
9	278	Mauricio Carbonara	Deferida
10	664	Pedro Canisio Deters	Deferida
11	279	Rodrigo Afonso Meurer Kraemer	Deferida
12	1148	Rodrigo Seidel	Deferida
13	1059	Vitor Hugo Meneguzzi	Deferida

MÉDICO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	793	Aliny Reberte	Deferida
2	800	Almir José Miguel Junior	Deferida
3	80	Ana Helena Schwarz	Deferida
4	1156	André Javier Lemos	Deferida
5	113	Antônia Célia Moura Martins	Deferida
6	834	Bruna Batistone Bertachi	Deferida
7	1135	Caren Pasini Lucca	Deferida
8	377	Cássio Kadri Monteiro	Deferida
9	994	Danillo Dos Santos Francisco	Deferida
10	474	Deneb Borrego Arbella	Deferida
11	372	Dionísio Gobbi De Mello Córdova	Deferida
12	102	Eliane Albarello	Deferida
13	527	Eridson Posttal Marques	Deferida
14	187	Erika Vanessa Rocha Falconi	Deferida
15	861	Felipe Pininga Pessoa De Asevedo	Deferida
16	1068	Gabriel Calixto Barbosa Alves	Deferida
17	733	Geisson Toseto Zanotto	Deferida
18	291	Giovanni Boccaccio Anacleto Cavalcante	Deferida
19	120	Gustavo Torres Barros	Deferida
20	1009	Jeferson de Souza Tavares Nunes	Deferida
21	747	Jefferson Fernandes Carvalho Mota	Deferida
22	841	Jefferson Silveira	Deferida
23	642	Júlia Geller Eidt	Deferida
24	402	Karina Baggio Wrubel	Deferida
25	872	Lucas Natale Cardoso	Deferida
26	625	Luis Enrique Dominguez Pupo	Deferida
27	854	Magalys Cuza Puig	Deferida
28	287	Melania Karol Anacleto Cavalcante	Deferida

29	578	Rafael Barros Alves De Carvalho	Deferida
30	1127	Rafael Caetano Do Amaral	Deferida
31	244	Rafaela Da Silva Bottin	Deferida
32	438	Renato Fontes Gomes	Deferida
33	114	Roberta Goldmeier	Deferida
34	3	Vitor Bastos Brandalise	Deferida
35	514	Wagner De Cesare	Deferida
36	510	Yusleidy Moreno Pinero	Deferida

MESTRE EM EDIFICAÇÕES

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1033	Diego Augusto Scherer	Deferida
2	1075	Evandro Rubens Drumm	Deferida
3	488	Genesio Francener	Deferida
4	485	Gilson Bonho	Deferida
5	762	Helmut Schmidt	Deferida
6	728	Marcelo Heinrich Lehnhoff	Deferida
7	988	Mario Gaspar Scheren	Deferida
8	516	Rodinei Toillier	Deferida

MOTORISTA DE VEÍCULO DE PASSAGEIRO (CNH CATEGORIA “D”)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1093	Alexandre Seger	Deferida
2	162	Álvaro Klein	Deferida
3	880	Calixto Habacuc Wolfart	Deferida
4	562	Cladir Becker	Deferida
5	1076	Claudenir Bortolini	Deferida
6	309	Cleiton Fritzen	Deferida
7	842	Diego Werberich	Deferida
8	1141	Douglas Miguel Flach	Deferida
9	1010	Eder Ternus	Deferida
10	175	Edmar Jose De Sousa	Deferida
11	311	Elionei Tiago Formagin	Deferida
12	164	Eliseu Kuhn	Deferida
13	1041	Everton Luiz Grapski	Deferida
14	703	Joao Jocemar Waiss Dos Santos	Deferida
15	1047	Joel Antônio Lauschner	Deferida
16	844	Joel Marcos Belloli	Deferida
17	1172	John Lenon Steffen	Deferida
18	1072	Johnes Gralha Santos	Deferida
19	649	Josué Vargas De Jesus	Deferida
20	806	Lauri Felipe Welter	Deferida
21	1175	Lauri Walter	Deferida

22	116	Leandro Ficher Machado	Deferida
23	626	Maicon Joel Mosena	Deferida
24	1164	Marcelo Garbini	Deferida
25	428	Odair Luis Ulrich	Deferida
26	924	Otinir Wagner	Deferida
27	1084	Ricardo Betu	Deferida
28	1090	Vanderlei Voltz	Deferida
29	748	Volmir Jose Frozza	Deferida
30	847	Volmir Luís Bieger	Deferida
31	456	Zelmiro Casanova	Deferida

MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (CNH CATEGORIA “C”)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	918	Aloisio Toillier	Deferida
2	1097	Ariel Orlandi	Deferida
3	258	Aurelio Wagner	Deferida
4	95	Cristian Reckziegel Kaufmann	Deferida
5	1145	Dionircir Portela	Deferida
6	350	Elizandro Dala Picola	Deferida
7	676	Felipe Diego Melz	Deferida
8	647	Ivan Antônio Eidt	Deferida
9	938	Ivanildo Costaneski	Deferida
10	557	Jakson Paulo Weigel	Deferida
11	779	Joel Frizon	Deferida
12	655	Jose Paulo Medeiros	Deferida
13	917	Lair Jose De Oliveira Borges	Deferida
14	271	Leandro Merlo	Deferida
15	536	Leomar Flach	Deferida
16	548	Leonir Rohling	Deferida
17	290	Luan Douglas Dreyer Francener	Deferida
18	434	Luiz Eidt	Deferida
19	27	Marcelo Rhoden	Deferida
20	1053	Marcos Da Silva Viana	Deferida
21	1153	Mauri Frizon	Deferida
22	986	Mauro Andre Do Nascimento	Deferida
23	1178	Michel Frizon	Deferida
24	1065	Monica Cristina Sora	Deferida
25	1146	Nedio Dalla Picola	Deferida
26	178	Odirlei Rigon	Deferida
27	876	Ricardo Hochscheidt	Deferida
28	611	Richard Andrey Follmann Rauch	Deferida
29	326	Sergio Back	Deferida
30	913	Sérgio Fernando Braun Genz	Deferida

31	179	Vanderlei Inacio Kuhn	Deferida
32	59	William Matheus Rhoden	Deferida

ODONTÓLOGO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	240	Alejandro Vargas Neto	Deferida
2	767	Alencar Cezar Benvenutti	Deferida
3	862	Aline Pemp	Deferida
4	875	Ana Yêda Mendes Gonçalves	Deferida
5	69	Andreia Sutil Da Trindade	Deferida
6	742	Aneliz Dos Anjos Iarto	Deferida
7	670	Angela Aiolfi	Deferida
8	320	Bárbara Koch	Deferida
9	691	Bruna Crusaro	Deferida
10	552	Bruna Marca Mattei	Deferida
11	157	Camila Pohlmann	Deferida
12	687	Daiane Bruna Forgiarini	Deferida
13	1027	Daniela Walker Varella	Deferida
14	300	Eloise Royer	Deferida
15	93	Fabiele Zeni	Deferida
16	996	Fernando Bonora	Deferida
17	1000	Franciele Roberta Luchese	Deferida
18	850	Gabriel Fernandes	Deferida
19	685	Grasieli Pietro Biasi	Deferida
20	1165	Guilherme Schreiner	Deferida
21	853	Helen Patricia Fernandes	Deferida
22	96	Helena Roth	Deferida
23	129	Jefferson Giovanni Da Veiga	Deferida
24	62	Juciane Hoff	Deferida
25	956	Julia Mundel	Deferida
26	11	Karoline Markoski	Deferida
27	520	Larissa Ferronato	Deferida
28	348	Larissa Luane Soder Hentz	Deferida
29	1022	Leonardo Mantelli Reis	Deferida
30	511	Letícia Back	Deferida
31	336	Letieli Magda Figueiro	Deferida
32	873	Maguidieli Dallabrida	Deferida
33	212	Márcia Chineli	Deferida
34	17	Marina Thais Tosin	Deferida
35	497	Marine Ferro	Deferida
36	1111	Mayanne Magalhães Oliveira	Deferida
37	262	Mayara Buratti	Deferida
38	50	Michele Cristina Rama	Deferida

39	475	Murilo Felisberto Dordete	Deferida
40	586	Nathaly Black	Deferida
41	199	Pamela Giulia Schoeler	Deferida
42	644	Patricia Edina Reisdorfer	Deferida
43	765	Rafaela Backes	Deferida
44	190	Rafaela Lasta	Deferida
45	151	Renato Magalhães Vargas	Deferida
46	304	Ruy Bisognin Neto	Deferida
47	590	Samira Da Silva Carvalho	Deferida
48	449	Stephanie Daltoé	Deferida
49	899	Tayná Eliz Bortoluzzi	Deferida
50	435	Thaís Azzolini	Deferida
51	560	Thais Maiely Barichello	Deferida
52	851	Thais Regina Ferrari	Deferida
53	967	Valeria Campagnolo	Deferida
54	791	William Pierry Schwengber	Deferida

OPERADOR DE EQUIPAMENTO LEVE (CNH CATEGORIA “C”)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	156	Edson Luis Juvenardi Martins	Deferida
2	921	Marciano Wuitschick	Deferida
3	1005	Marcos Roberto Baumgratz	Deferida
4	804	Renan Cipriani	Deferida
5	925	Valdir Beckenkamp	Deferida

OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO (CNH CATEGORIA “C”)

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	763	Alexandre Burg	Deferida
2	672	Diego De Lima	Deferida
3	1080	Felipe Junior Spies	Deferida
4	959	Fernando Werle	Deferida
5	538	Jeferson Zimmer	Deferida
6	144	Lucas Dalmolin	Deferida
7	487	Maicon Dill	Deferida
8	725	Marcelinho Júnior Garlet	Deferida
9	790	Marcio Braun	Deferida
10	1008	Marcio Schweickert	Deferida
11	888	Mario Luiz Beckenkamp	Deferida
12	633	Matheus Beckenkamp	Deferida
13	792	Rafael Franzen	Deferida
14	213	Rodinei Kautzmann	Deferida
15	333	Valderi Moras	Deferida

PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	795	Alessandra Kerber	Deferida
2	517	Aline Elisa Schneider Weber	Deferida
3	1136	Aline Nunes	Deferida
4	915	Ana Beatriz Follmann Wermuth	Deferida
5	371	Ana Maria Petry	Deferida
6	811	Ana Paula Pohren Rempel	Deferida
7	1137	Andréia De Andrade Moraz	Deferida
8	935	Andréia Neiss	Deferida
9	939	Andreia Wantz	Deferida
10	489	Andressa Eidt	Deferida
11	828	Andressa Ferronato	Deferida
12	109	Ani Beatriz Ostgen Kipper	Deferida
13	870	Beatriz Rasch	Deferida
14	211	Camila Anschau	Deferida
15	193	Camila Luiza Schmidt	Deferida
16	829	Camila Majolo	Deferida
17	83	Camila Sueli Manfe	Deferida
18	315	Camila Tibola	Deferida
19	351	Cândida Fabiana De Moura	Deferida
20	990	Carine Eva Dalmonte Sartori	Deferida
21	729	Carolina Hofer	Deferida
22	553	Caroline Ines Baumgratz	Deferida
23	466	Cristiana Schröder	Deferida
24	631	Cristiane Walter Meotti	Deferida
25	133	Cristiane Welchen	Deferida
26	895	Daiana Lucia Villa Basso	Deferida
27	643	Daiana Melz Link	Deferida
28	407	Daiane Cristine Anschau	Deferida
29	462	Daiane Garbin	Deferida
30	716	Dalvana Franzon	Deferida
31	1031	Daniela Geremia	Deferida
32	648	Daniele Schneider	Deferida
33	858	Daniely Rambo	Deferida
34	322	Dayane Cristina Martinotto Maziero	Deferida
35	621	Debora Adriana De Brum Meurer	Deferida
36	188	Débora Alana Flach	Deferida
37	145	Debora Rasch	Deferida
38	714	Denise Scherer	Deferida
39	832	Denize Ferrari	Deferida
40	669	Dirce Maria Bevilaqua Carolo	Deferida
41	465	Ediane Ripplinger Melz	Deferida

42	845	Eliane Marta Degenhart	Deferida
43	773	Elizandra Girardi Dotti	Deferida
44	201	Eliziane Aparecida Pereira Frantz	Deferida
45	479	Fabiana Heinrich Tibola	Deferida
46	774	Fernanda Luiza Schoenberger	Deferida
47	29	Fernanda Maria Finger	Deferida
48	390	Fernanda Paparella Viapiana	Deferida
49	602	Flaviani Claudia Carboni	Deferida
50	666	Franciele Cristina Bracht Reichert	Deferida
51	657	Francieli Bottega Schneider	Deferida
52	353	Gabriela Caspers	Deferida
53	91	Graciele Klein	Deferida
54	439	Graciely Kuhn	Deferida
55	301	Greissi Marcia Flach	Deferida
56	596	Iliane Dall Agnol	Deferida
57	756	Ionara Assmann	Deferida
58	506	Ivania Ott	Deferida
59	579	Ivanice Cecconet	Deferida
60	823	Janaina Dewes	Deferida
61	731	Janaina Giehl Deters	Deferida
62	418	Janete Beilke	Deferida
63	555	Janice Bassorici Philippsen	Deferida
64	609	Jaqueline Bettio	Deferida
65	953	Jaqueline Chiesa	Deferida
66	1128	Jéssica Valquiria Hertes	Deferida
67	448	Jocilene Juliana Nievinski Pasini	Deferida
68	395	Josenara Tais Heck	Deferida
69	911	Josiani Pauli	Deferida
70	347	Jucelene Thums	Deferida
71	645	Juliana Carollo	Deferida
72	914	Juliana Ferreira De Lima Brocco	Deferida
73	788	Kely Roberta Schmidt	Deferida
74	537	Ketlin Paula Mileski	Deferida
75	785	Laine Lorenski	Deferida
76	897	Leane Flach Kuhn	Deferida
77	236	Leidiana Kátia Konflanz	Deferida
78	680	Leoni Scheren Mombach	Deferida
79	19	Leonice Maria Wille Catto	Deferida
80	898	Liane Jacinta Finger Heck	Deferida
81	255	Luana Heberle	Deferida
82	835	Luciana Camargo	Deferida
83	770	Luciane Dewes	Deferida
84	997	Luciane Dresch Hendges	Deferida

85	570	Luciane Finger	Deferida
86	867	Luciane Schlickmann	Deferida
87	752	Maira Cristina Lazarotto	Deferida
88	632	Marciane Morás Immig	Deferida
89	327	Marciane Rohden Toillier	Deferida
90	992	Marciele Luize Kessler	Deferida
91	94	Marciele Schaefer	Deferida
92	305	Maria Elisabete Sigolin	Deferida
93	805	Marilei Christ Lehnhoff	Deferida
94	947	Marilete Staub	Deferida
95	930	Marizete Fatima Basso Trevizan	Deferida
96	515	Marli Terezinha Lisot Bertoletti	Deferida
97	889	Marlise Scherer Trevizan	Deferida
98	706	Marlize Regines Moras	Deferida
99	140	Micheli Bedin	Deferida
100	656	Michelli Rodrigues Oliveira	Deferida
101	500	Milena Paulata	Deferida
102	533	Nadia Wassmuth	Deferida
103	587	Naiana Constante De Oliveira	Deferida
104	749	Núbia Naue	Deferida
105	717	Odete Hammes	Deferida
106	981	Patrícia Fernanda Gomes	Deferida
107	68	Patrícia Maldaner	Deferida
108	926	Rafaela Thums Ebeling	Deferida
109	613	Roque Francisco Ribeiro	Deferida
110	294	Rosemeri Matte	Deferida
111	638	Rosenilda Bertol	Deferida
112	958	Siamara Meier	Deferida
113	983	Sirlei Marafon	Deferida
114	757	Sirlei Maria Antunes Schneiders	Deferida
115	44	Sirlei Schafer Seger	Deferida
116	1016	Sirlene Stuelp Giehl	Deferida
117	23	Suelyn Caroline Reis	Deferida
118	567	Susana Michels	Deferida
119	629	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	Deferida
120	973	Tatiana Mees	Deferida
121	751	Tatiane Aparecida Goergen	Deferida
122	885	Tatiane Müller	Deferida
123	122	Tatiane Staub	Deferida
124	216	Tatiane Teresinha Orth Becker	Deferida
125	421	Tatiane Thomas	Deferida
126	821	Tatiane Weiss Justen	Deferida
127	450	Thaise Marcia Gotz	Deferida

128	932	Vanessa Inelve Previdi	Deferida
129	437	Vânia Inês Wegner	Deferida
130	1046	Vânia Schneiders Voltz	Deferida

PSICÓLOGO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	218	Adriana Maschio Escher	Deferida
2	597	Adriano Schaefer	Deferida
3	24	Alexandre Rigoni Gonçalves	Deferida
4	550	Aline Canonica	Deferida
5	420	Ana Gabriela Ferreira Brito	Deferida
6	431	Ana Paula De Oliveira	Deferida
7	508	Andréia Leila Yess Heberle	Deferida
8	771	Arnaldo Rasche Júnior	Deferida
9	172	Bruna Antunes	Deferida
10	92	Bruna Caroline Schoeninger	Deferida
11	246	Bruna Dreyer	Deferida
12	195	Cacieli Fernanda Ribeiro De Oiveira	Deferida
13	381	Camila Vier	Deferida
14	357	Carine Bruneto	Deferida
15	4	Carolina Poletti	Deferida
16	16	Chéuri Simonetti	Deferida
17	871	Cristiéli Teresinha Bringhenti	Deferida
18	1003	Daniela Regina Bellato	Deferida
19	256	Daniela Zeppe	Deferida
20	20	Dayanna Basso Perozzo	Deferida
21	559	Delciana Bianchi	Deferida
22	1036	Dimitria Dahmer Santos	Deferida
23	922	Diulia Freiburger	Deferida
24	1004	Ediane Buratti	Deferida
25	47	Eduarda Da Silva	Deferida
26	965	Evandro Radaeli	Deferida
27	558	Fernanda Pilatti De Moraes	Deferida
28	1	Francieli Cristina Wingert	Deferida
29	1066	Graciane Dallemole	Deferida
30	289	Graciela Ritter	Deferida
31	105	Gustavo Pivatto Dos Santos	Deferida
32	507	Henrique Manorov Mohr	Deferida
33	721	Itamara Scariot Brutscher	Deferida
34	551	Janaina De Fatima Haas	Deferida
35	426	Jane Maria Andretta	Deferida
36	366	Jessica Luiza Tonial Turra	Deferida
37	21	Joscelaine Cristiane Cardoso Lima	Deferida

38	266	Joziane Kuhn	Deferida
39	957	Karine Zambiasi	Deferida
40	622	Katuza Carbonara	Deferida
41	282	Laura Schmidt	Deferida
42	200	Lisiane Do Amaral Cerneski	Deferida
43	391	Loridane Meotti	Deferida
44	735	Luana Yamila Bento Bittancourt	Deferida
45	358	Luciana Kayser	Deferida
46	468	Maiara Carvalho Trentin	Deferida
47	166	Maiara Lurdes Leite	Deferida
48	1071	Mariane Ozelame	Deferida
49	724	Michele Zanin	Deferida
50	235	Micheli Casia Piccinini	Deferida
51	530	Neide Wassmuth	Deferida
52	324	Paula Andressa Lopes Miri	Deferida
53	1103	Paula Ane Canssi	Deferida
54	111	Priscila Jaroseski Giron	Deferida
55	807	Renata Lais Solivo	Deferida
56	839	Scárlot Rosa De Moura	Deferida
57	1056	Tiago Da Silva	Deferida
58	106	Valquiria Jung Rosa	Deferida
59	297	Vanessa Bruneto	Deferida
60	696	Viviane Rost	Deferida

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	108	Ademir Da Luz	Deferida
2	88	Angela Coletto	Deferida
3	204	Daiane Sehnem	Deferida
4	1012	Daniel Flach Vogt	Deferida
5	1169	Dilnei Airton Finger	Deferida
6	149	Maísa Isabela Pivatto	Deferida
7	816	Marciane Rosane Braun	Deferida
8	173	Marco Antonio Vieira	Deferida
9	745	Marisa Ludvig	Deferida
10	993	Matiéli Da Silva Borba	Deferida
11	634	Thaís Sehnem Wirth	Deferida
12	972	Valmir Klagenberg	Deferida

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1133	Adelise Maria Feyh	Deferida
2	686	Cassiane Roth	Deferida

3	584	Claudia Dewes	Deferida
4	160	Daiane Lottermann Gouvea	Deferida
5	1098	Daniela Mallmann	Deferida
6	1123	Fernanda Volpato	Deferida
7	998	Gicelda Mendes	Deferida
8	544	Janaína Aparecida Kochhann Dos Santos	Deferida
9	650	Ketlin Lauer	Deferida
10	826	Marcia Petry	Deferida
11	362	Marilze Formagini	Deferida
12	1021	Neusa De Lourdes Wesoloski	Deferida
13	1144	Raquel Wawrzyniak Lucas	Deferida
14	1100	Rosenilda De Sousa	Deferida

TÉCNICO TRIBUTÁRIO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	295	Adriana Cristina Pezzuol	Deferida
2	896	Adriani Orth	Deferida
3	820	Aline Schneider	Deferida
4	277	Anderson Basso	Deferida
5	750	Anderson Luis Aimi	Deferida
6	425	Anderson Rafael Webler	Deferida
7	275	Andreia Rohden	Deferida
8	754	Aneia Baumgarten Feldhaus	Deferida
9	1109	Ariane Naue Schneider	Deferida
10	1184	Beatriz Inê Wink	Deferida
11	1182	Beatriz Pradella	Deferida
12	723	Candida O Valcarenghi	Deferida
13	809	Carla Wolter Rauch	Deferida
14	886	Carlete Rempel	Deferida
15	398	Carlos Therence Fernandes Monteiro	Deferida
16	410	Catiane Tonsak	Deferida
17	325	Christian Eidt	Deferida
18	802	Cristiane Barbosa	Deferida
19	378	Daniel Lorenzetti	Deferida
20	254	Daniela Alves Righi	Deferida
21	910	Daniela Paula Foletto	Deferida
22	563	Deizy Haag Pedrassani	Deferida
23	123	Diego Rohr	Deferida
24	618	Djeyson Henrique Ertel	Deferida
25	1113	Djoni Emanuel Ludwig	Deferida
26	1152	Elizabete Sima	Deferida
27	736	Elizandra Bertuzzi	Deferida
28	1177	Emerson Andre Wolf	Deferida

29	182	Ezequiel Pedro Pacini	Deferida
30	934	Fabiane Rother Klein	Deferida
31	539	Fábio Maluche	Deferida
32	1078	Fernanda Jungbluth	Deferida
33	604	Fernanda Thomas	Deferida
34	593	Francine Ribeiro Borba	Deferida
35	334	Giana Dieiniffer Eschembach	Deferida
36	126	Graciela Konzen	Deferida
37	743	Iedo Adaltro Zortea	Deferida
38	1094	Ivan Carlos Rauch	Deferida
39	1159	Jair Alberti Meotti	Deferida
40	1014	Janisse Teresinha Wendling Mallmann	Deferida
41	57	Jones Schlickmann	Deferida
42	689	Joséli Teresinha Becker Hofmann	Deferida
43	176	Juliane Drebel	Deferida
44	360	Kalinka Suelyn Casanova	Deferida
45	1186	Karin Maria Lunardi Ribeiro	Deferida
46	454	Karine Epping	Deferida
47	1114	Kelly Hammes	Deferida
48	902	Leandro Mateus Fell	Deferida
49	668	Leiri Maico Rosalem	Deferida
50	194	Lilian Maria Ritter Eidt	Deferida
51	230	Lisandre Drebel	Deferida
52	249	Lucas Matheus Lanius	Deferida
53	815	Lucas Zembruzki	Deferida
54	318	Luciano Marx	Deferida
55	615	Maicon Roberto Mahl	Deferida
56	6	Marcelo Huning	Deferida
57	280	Marcieli Wendling	Deferida
58	1054	Marcilei Wagner	Deferida
59	715	Marcos Aurelio Machado	Deferida
60	242	Mariana Santos Da Silva	Deferida
61	949	Marianna Annoni	Deferida
62	887	Mauri Klein	Deferida
63	942	Michelle Kessler Kummer	Deferida
64	1085	Nadia Franciscan	Deferida
65	732	Naïssa Carmine Schaurich	Deferida
66	100	Nayara Alves Mota	Deferida
67	971	Nelson Jair Martins	Deferida
68	1170	Paulinne Lenz Rohden	Deferida
69	221	Rafael Augusto Batistella	Deferida
70	980	Rafaela Matte	Deferida
71	574	Rejani Wagner	Deferida

72	573	Robson Haubricht	Deferida
73	2	Sabrina Soder Matte	Deferida
74	1020	Sibele Luize Hartmann	Deferida
75	1052	Simone Inês Hennicka Loeblein	Deferida
76	321	Sinara Bieger	Deferida
77	1028	Tatiane Fabiola Rosa	Deferida
78	677	Tatiane Locatelli	Deferida
79	1096	Thais Strieder	Deferida
80	1183	Thiago Ferreira Pontes	Deferida
81	196	Tiago Bracht Follmann	Deferida
82	941	Valdemir Piroca	Deferida
83	1140	Vinícius De Oliveira Andrade	Deferida
84	501	Volmir Zambiasi	Deferida

Art. 2º - Por este instrumento ficam **indeferidas**, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2018, do Município de Tunápolis/SC, as seguintes inscrições:

AGENTE ADMINISTRATIVO			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	183	Andressa Mallmann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1002	Angélica Brancalione	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	127	Anna Theresa Dutra	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	463	Carlete Ripplinger	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	192	Cleide Maria Dietrich	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	167	Crislaine Martins Machado	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	368	Daiane Colella Meotti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	1049	Egidio Carlos Pohlmann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	541	Erico Jose Stein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	248	Franciele Dopke	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	411	Isabel Cristina De Jesus Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	161	Ivonei Michels	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	70	Janice Seibert	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

14	1118	Jaqueline Eidt	Cancelada pelo candidato
15	1120	Jaqueline Eidt	Cancelada pelo candidato
16	26	Jessica Chieli Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	572	Jessica Fon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	34	Letícia Palaver	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	881	Marceane Rohr	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	67	Márcia Machado	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	565	Márcia Maria Soares Da Silva	Cancelada pelo candidato
22	566	Márcia Maria Soares Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	874	Marcos Vinícius Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	207	Mariele Zoz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	355	Raquel Fatima Lemos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	393	Raquel Klein	Cancelada pelo candidato
27	476	Regiane Prasniski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	158	Sabrina Amanda Tosin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	74	Sandra Heinrichs	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	905	Sheila Knop Giordano	Cancelada pelo candidato
31	223	Thalia Gonçalves	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	1126	Tiare Lara Guth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AGENTE DA DEFESA CIVIL			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	493	Aelcio De Farias Soares	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	637	Ana Paula Bianchin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	135	Daniel Rodrigo Wagner	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	461	Fabiano Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	110	Fabiano Werberich	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	298	Fabio Junior Coser	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

7	803	Fabricio Balzan	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	168	Felipe De Andrade Alves	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	344	Fernanda De Oliveira Candeia Vier	Cancelada pelo candidato
10	206	Greycki Both Corradi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	490	Huana Cristina Staub	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	261	Juliana Tais Fon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	817	Luiz Marcelo Ramalho	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	624	Maicon Jacoski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	447	Maicon Klagenberg	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	40	Marcos Buzatta	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	529	Marlene Schoenberger Gava	Cancelada pelo candidato
18	532	Marlene Schoenberger Gava	Cancelada pelo candidato
19	369	Marliane Lurdes De Andrade Lugarezi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	79	Michele Maiara De Lima Haack	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	768	Neiva Specht Jacoby	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	413	Robson Rodrigo Rodrigues Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	252	Rodolfo Dutra De Campos Mazutti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	904	Vanderleia Lourdes Garbim	Cancelada pelo candidato
25	1038	Vanderson Paulo Garbim	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS			
Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1181	Clacir Gomes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	443	Gilmar Petzold	Cancelada pelo candidato
3	549	Kalynca Vaider	Cancelada pelo candidato
4	186	Keli Mocelin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	927	Lís Andréia Mucha Mikulski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	864	Luciane Schlickmann	Cancelada pelo candidato
7	342	Marciani Do Nascimento	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

8	819	Michele Schwertz	Cancelada pelo candidato
9	263	Sabrina Pollo	Cancelada pelo candidato
10	878	Simone Gawski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	1108	Sirlei Zangalli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	814	Vanessa Mueller	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	857	Wyllyan Barp Barcellos Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AGENTE DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	251	Bruno Lengert	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1179	Edson Carlos Correa	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	869	Melania Rosin Parmeggiani	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

ATENDENTE DE FARMÁCIA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	589	Laura Costa Curta	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	577	Patrícia Raquel Meotti	Cancelada pelo candidato

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	51	André Carlo Finger Toillier	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1105	Douglas Fogaca	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	813	Leandro Welchen	Cancelada pelo candidato

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	502	Adriana Mônica Thomaz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1044	Adriani Teresinha Do Nascimento	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	328	Aline Baumann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	89	Andreia Pazini	Cancelada pelo candidato
5	228	Cleiton Hanzen	Cancelada pelo candidato
6	1035	Cristiano Silveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

7	1032	Daiana De Azevedo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	865	Gabriele Santos Do Nascimento	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	481	Ivonei Alexandre Lazarotto	Cancelada pelo candidato
10	784	Jaquele Maria Ruhoff	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	337	Leonice Luza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	681	Lúcia Ortiz Meotti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	908	Mayara Aline Stahler	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	226	Monalise Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	257	Oscar Valter Schmidt	Cancelada pelo candidato
16	641	Paula Fernanda Lopes De Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	746	Raquel Luíza Schoeninger Kunst	Cancelada pelo candidato
18	492	Silvia Nazare Romera Soares	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	303	Vanessa Henrich	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

ENFERMEIRA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	966	Adriane Cristina Kottwitz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	471	Adriane Girelli Berwanger	Cancelada pelo candidato
3	467	Adriano Pereira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	414	Aline Masera De Souza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	364	Andréia Luiza Finger	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	554	Bárbara Baroni Da Silva Rosso	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	540	Beatriz Campos Garcia	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	1092	Bruna Cristina Buffet	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	361	Bruna Pereira Dolberth Caramori	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	592	Bruna Theis	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	53	Carla Regina Basso	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	661	Carolyn Diehl Stuan	Indeferida - Não cumprimento do Item

			2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	801	Cirlandia Raquel Da Cruz Dalbosco	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	28	Cirlene Schein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	499	Claci Chiele Baptistella	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	682	Danielly Ferrari Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	931	Dayane Battaglin Eidt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	1088	Deisi Giovana Pasqualon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	1099	Diana Fatima De Brazil	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	852	Eduarda Helena Steinhorst	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	150	Elisandra Balbinot	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	286	Elisangela Schmitt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	822	Elizane Aparecida Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	1048	Elizete Completo Bieniek	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	422	Franciele Strieder Rodrigues	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	239	Gabriela Hahn	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	594	Geisiane Mesquita De Matos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	405	Jane Maira Joris	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	222	Jennyfer Andreia Bruxel	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	107	Jessika Roberta Molinet	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	340	Juliane Freitag Beling	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	617	Jussara Fatima Rech	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	267	Karine Viccari	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
34	400	Karinny Paula Tramontina	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	32	Kemoli Spinello	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	948	Lediane Nicloti Ludwig	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

37	707	Leilane Pavan Weis	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
38	1115	Lucineide De Souza Xavier	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
39	387	Marzeli Pauletti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
40	964	Mayara Regina Hann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
41	35	Micheli Cristina Schmitt	Cancelada pelo candidato
42	36	Micheli Cristina Schmitt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
43	31	Miriane Pereira Drews	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
44	374	Nelson Brandt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
45	737	Pamela Karin Lazzaroto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
46	97	Pâmela Vitória Frantz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
47	1069	Saionara Aparecida De Campos Kreiner	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
48	375	Silvana Brandt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
49	833	Simone Prunsel	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
50	243	Tais Carbonara	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
51	154	Vanessa Mairi Pandolfo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
52	82	Vanessa Nicodem	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
53	1060	Vanessa Schorr	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
54	72	Vanilla Eloa Franceschi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

FISIOTERAPEUTA

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	288	Daniele Santos Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	699	Paloma Christine Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	104	Rutiana S. Patias	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	329	Sinara Gabriel	Cancelada pelo candidato

MECÂNICO GERAL

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
----	-----------	-----------	--------------------

1	128	Douglas Ezequiel Brol	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	52	Jayr Antonio Massoni Filho	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	58	Juliano Nei Turatti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	606	Marcos Antonio Ribeiro	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MÉDICO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	695	Bernardo Augusto Alves Da Motta Meneses	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	455	Evelyn Arla Sobrinho Favalessa	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	982	Fabiana Yukiko Tsuchiya	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	726	Fernando Carpentieri Ferrarezi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	220	Hugo Vladimir Noal Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	979	Ingrid Eidt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	702	Izabela Prado Fernandes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	952	Joao Luiz Salomao Da Cunha Peixoto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	598	Lucas Dellazari	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	227	Sandra Cristina Haas	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	912	Saulo Camacho Rojas	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	30	Vitor Stoliar	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MESTRE EM EDIFICAÇÕES

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	470	Danilo Augusto Dos Santos Martinez Garcia	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MOTORISTA DE VEÍCULO DE PASSAGEIRO (CNH CATEGORIA "D")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	610	Alessandro Rohden	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	509	Davi Ciconi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	312	Elionei Tiago Formagin	Indeferida - Não cumprimento do Item

			2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	1040	Everton Luiz Grapski	Cancelada pelo candidato
5	653	Ivanor Guerra	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	14	Leomir Thums	Cancelada pelo candidato
7	338	Marcio Buzatta	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	171	Sirio Gabriel Welter Moesch	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO (CNH CATEGORIA "C")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	56	Davi Ciconi	Cancelada pelo candidato
2	430	Gilvano Pazini	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	330	Ireno Sebastiao Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	339	Juliomar Zarpelon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	547	Leonir Rohling	Cancelada pelo candidato
6	302	Luciano Bourscheidt	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	495	Márcio Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	130	Marino Kessler	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	285	Odair José Pauli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	379	Ricardo Buche	Cancelada pelo candidato

ODONTÓLOGO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	838	Adriana Naue Stuelp	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1121	Alessandra Aparecida Da Silva Schiavo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	385	Aline Cappoani	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	86	Ana Paula Rodrigues Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	1025	Andra Eduarda Sasseti Donati	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	846	Angélica Munzlinger	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	155	Antonio Cesar Wille	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	1157	Ayumi Batista Kodama	Indeferida - Não cumprimento do Item

			2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	134	Bianca Monique Royer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	855	Bruna De Lima Rigo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	1174	Bruna Kamila Rottini	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	335	Brunah De Oliveira Buche	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	205	Camila Daga	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	513	Caroline Brancher	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	469	Catiéllys Niobe Mattiello	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	477	Cristiano Pessoa Borges	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	830	Fabio Rocha	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	712	Gabriel Fernandes	Cancelada pelo candidato
19	75	Glaziella Wisoski Dal Santo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	293	Ianca Melo De Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	521	Igor Sandro Santos De Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	409	Janicielli Prestes Da Silva Onuka	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	962	Laiane Carla Pawlak	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	483	Laura Kirsch	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	146	Letícia Canal	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	1162	Luan Carlos Henn	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	442	Luísa Lapenta Da Cunha	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	231	Mauricio Ranckel Junior	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	5	Natalia Bruna Zanellato	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	457	Pâmela Campagna	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	639	Paula Elandia Dos Santos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	401	Renata Hubner	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	343	Rodrigo Maia Rodrigues	Indeferida - Não cumprimento do Item

			2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
34	741	Sabrina Fachin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	848	Sabrina Helen Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	1185	Tarlei Renk	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	571	Waldir Gualberto De Brito	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

OPERADOR DE EQUIPAMENTO LEVE (CNH CATEGORIA "C")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	623	Helio Bruno Wink	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1110	John Lenon Steffen	Cancelada pelo candidato
3	473	Rafael Beckenkamp	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO (CNH CATEGORIA "C")

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	766	Ademir De Faveri	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	903	Nestor Rauber	Cancelada pelo candidato
3	54	Odair José Pauli	Cancelada pelo candidato
4	310	Tiago Rodrigues	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	684	Barbara Vitoria Dos Santos Mello	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1042	Carin Werhmann Watthier	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	269	Elaine Lucia Pereira Picollo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	929	Elizangela Melo Araujo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	711	Fabiane Carla Carboni	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	662	Fernando Diehl	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	253	Franciele Weizemann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	232	Francieli Bottega Schneider	Cancelada pelo candidato
9	60	Geovana Cristina Schafer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	738	Grazieli Loff Piola	Indeferida - Não cumprimento do Item

			2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	71	Janete Cavalheiro	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	440	Jaqueline Meier	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	272	Katiana Camargo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	386	Liane Schwengber Körbes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	284	Mônica Tais Korbes Schneider	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	797	Simone Maria Bracht	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	782	Sirleni Dill Bazzo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	933	Solange Pauli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PSICÓLOGO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	276	Aline Da Silva	Cancelada pelo candidato
2	331	Bruna Luiza Dalpasquale	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	798	Caroline Gomes Petry	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	349	Claudineia Weber	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	78	Daiana Denize Nicloti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	259	Dânela Carla Schmitz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	783	Edilaine Bertuzzi Bonamigo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	77	Eduarda Caroline Cerioli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	950	Eduardo Ramiro Born De Moraes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	384	Gisele Aparecida Colussi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	755	Greici Zanella	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	101	Iara Zimmermann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	177	Jaqueline Lipreri	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	955	Jussara Consoladora Colle	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	660	Keli Cristina Barth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

16	169	Lauren Mezzomo Alba	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	308	Leticia Lucia Morin Konzen	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	928	Lígia Macêdo Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	281	Lucieli Fatima Ramos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	1139	Maria Angelica Toledo Groth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	42	Maria Aparecida Dávila	Cancelada pelo candidato
22	61	Maria Aparecida Dávila	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	769	Mariane Dallastra Godarth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	591	Mauricio Afonso Dorneles Gonçalves	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	580	Pablo Francisco Nascimento Antunes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	18	Pâmela Koch	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	159	Rivânia Cássia Campos Lima Ribeiro	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	524	Thaiana Narrira Bertoncello Broetto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	534	Valéria Viera De Figueiredo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	758	Beatriz Inê Wink	Cancelada pelo candidato
2	452	Bianca Stein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	659	Daniela Regina Jantsch	Cancelada pelo candidato
4	99	Deisy De Godoy	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	119	Diego Rohr	Cancelada pelo candidato
6	640	Gustavo Henrique Spaniol	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	460	Silvane Hauschild Loebens	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	1067	Aline Cristiane Müller Moresco	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	73	Arilson Diego Da Rocha	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

3	131	Carlise Wagner	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	139	Cheila Buche	Cancelada pelo candidato
5	143	Cheila Buche	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	786	Cleiton Jendryczkowski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	519	Fabiana Klaus	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	124	Fabiane Somera	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	1151	Giseli Hertes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	180	Ivani Teresinha Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	76	Jackson De Souza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	968	Joice Celina Ferreira De Matos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	397	Lucia Gorete Hanauer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	7	Maiara Turcato	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	480	Marina Luisa Tomazelli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	1107	Marisa Paulata	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	1147	Marlene Carteri	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	818	Michele Schwertz	Cancelada pelo candidato
19	1171	Salete Brunetto Kosmann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	636	Simone Hochscheidt Mallmann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	376	Veridiane Paula Schneider	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

TÉCNICO TRIBUTÁRIO

Nº	Inscrição	Candidato	Situação Inscrição
1	900	Adilson Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1122	Adriano Karal	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	184	Alan Henrique Signor	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	136	Annelise Bussolotto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	274	Antonio Paulo S. Padilha	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

6	710	Camila Niederauer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	692	Carla Roberta Carnette	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	38	Carmen Maria Fiorini Goulart	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	103	Cristiane Frey	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	646	Dayana Beatriz Pauli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	546	Denise Angela Rigon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	314	Denize Tareli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	270	Edina Cristina Gasperin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	603	Fernanda Fath	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	43	Fernanda Paula Costa	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	1086	Franciele Prado Pereira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	189	Gabriela Dilkin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	359	Giane Sundermann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	884	Glauber Luiz De Souza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	317	Greisieli Wagner Zappani	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	1143	Jandir Groth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	1119	Jaqueline Eidt	Cancelada pelo candidato
23	535	Jean Alex Petry	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	112	Julia Gabriela Oestreich Maciel Garcia	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	698	Laila Da Silva Prado Motta Meneses	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	764	Marcia Wickert Colling	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	759	Marciana Miotto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	268	Márcio Picollo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	556	Marco Antonio Garcia	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	250	Maria Eduarda Pedersetti Santin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

31	478	Marina Luisa Tomazelli	Cancelada pelo candidato
32	245	Maristela Schein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	427	Marizete Bonamigo	Cancelada pelo candidato
34	459	Neri Bogorni	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	1142	Patricia Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	951	Paulo Roberto Bourscheid	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	392	Raquel Klein	Cancelada pelo candidato
38	394	Raquel Klein	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
39	824	Scheila Schneiders Anschau	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
40	673	Sidmar Zanette	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
41	142	Tamara Silvestri	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
42	916	Thiago Terhorst Rauber	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
43	831	Vagner Padilha Silveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º - Os candidatos com **inscrição indeferida** terão do dia **22 ao dia 25 de junho de 2018** para interpirem recurso, pela *internet*, no *site*: www.ameosc.org.br

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 21 de junho de 2018.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 24/2018

Publicação Nº 1661045

DECRETO Nº 024/18, de 19 de Junho de 2018.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.328/17 (Lei Orçamentária Anual), de 14.12.2017.
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – Vias urbanas Pavimentação Passeio Público e Praça Pública

4.4.90.00.00.00.00.0113 (075) – Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.344/2018, de 15/05/2018.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 19 de junho de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N. 47/2018

Publicação Nº 1661018

Estado de Santa Catarina

MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 47/2018

Edital: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº.: 47/2018

Tipo: Menor Preço/Preço Global

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DE COBERTURA DE DOIS SOLÁRIOS E CAIXA DE AREIA DA CRECHE MUNICIPAL PINGO DE GENTE, SITO À AV. SANTA CATARINA, CENTRO, MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC.

Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 10 de julho de 2018.

Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 10 de julho de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br

União do Oeste - SC, 21 de junho de 2018.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2240/2018

Publicação Nº 1661715

DECRETO Nº 2240/2018

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI DO ORÇAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R\$ 30.000,00.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 1999/2018, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria de Educação Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal um crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para atender à finalidade abaixo especificada.

Órgão – 08 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

Unidade – 01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

Função – 12 – EDUCAÇÃO

Subfunção – 367 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Programas – 0024 – PROTEÇÃO SOCIAL MEDIA COMPLEXIDADE - APAE

Projeto/Atividade – 2.118 – CONTRIBUIÇÃO PARA APAE – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0118 – Transf. a Inst. Privadas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação da seguinte dotação orçamentária:

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2023 – MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL

3390.00.00.00.00.00.0118 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º - Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2018/2021, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2018, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 20 de Junho de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2241/2018

Publicação Nº 1661717

DECRETO Nº 2241/2018

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2000/2018, resolve: DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0301 – Secretaria da Fazenda e Administração

2004 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
 2016 – OPERACIONALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO SECRET. TRANSPORTES OBRAS
 3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
 2045 – ENSINO MEDIO-NAES/BOLSAS DE ESTUDO
 3190.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 320.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
 2012 – SISTEMA COLETA DE LIXO SELETIVA - RECICLAGEM
 3390.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
 4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

0901 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo
 2052 – DIVULGAÇÃO E FORTALECIMENTO TURISTICO
 3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
 2023 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
 3390.00.00.00.00.00.0118 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 320.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 20 de Junho de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

LEI Nº 1999/2018

Publicação Nº 1661720

LEI Nº 1999/2018

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI DO ORÇAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R\$ 30.000,00.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria de Educação Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal um crédito especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para atender à finalidade abaixo especificada.

Órgão – 08 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO
 Unidade – 01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO
 Função – 12 – EDUCAÇÃO
 Subfunção – 367 – EDUCAÇÃO ESPECIAL
 Programas – 0024 – PROTEÇÃO SOCIAL MEDIA COMPLEXIDADE - APAE
 Projeto/Atividade – 2.118 – CONTRIBUIÇÃO PARA APAE – EDUCAÇÃO ESPECIAL
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0118 – Transf. a Inst. Privadas R\$ 30.000,00
 TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação da seguinte dotação orçamentária:

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
 2023 – MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL
 3390.00.00.00.00.00.0118 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º - Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2018/2021, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2018, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Junho de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 20 de junho de 2018.

LEI Nº 2000/2018

Publicação Nº 1661722

LEI Nº 2000/2018

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0301 – Secretaria da Fazenda e Administração

2004 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

2016 – OPERACIONALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO SECRET. TRANSPORTES OBRAS

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2045 – ENSINO MEDIO-NAES/BOLSAS DE ESTUDO

3190.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 320.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

2012 – SISTEMA COLETA DE LIXO SELETIVA - RECICLAGEM

3390.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

0901 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo

2052 – DIVULGAÇÃO E FORTALECIMENTO TURISTICO

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2023 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3390.00.00.00.00.00.0118 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 320.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Junho de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 20 de junho de 2018.

LEI Nº 2001/2018

Publicação Nº 1661724

LEI Nº 2001/2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A APAE - URUBICI

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici-SC no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 18, inciso XIX da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urubici, com o objetivo de repassar mensalmente o valor de R\$ 13.184,64 (treze mil, cento e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) perfazendo um total de R\$ 92.292,48 (noventa e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos) até 31/12/2018.

Parágrafo único – O presente repasse financeiro tem por objetivo viabilizar a prestação de serviço de assistência a saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação de desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 2º - A vigência do Termo de Colaboração se estenderá até 31/12/2018.

Art. 3º - A despesa correrá à conta de dotação própria prevista no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Junho de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 20 de junho de 2018.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO CANCELAMENTO EDITAL PL 12 2018 PMU TP 02 2018

Publicação Nº 1661631

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL PL 12 2018 PMU TP 02 2018

Objeto: material e serviços para reforma da UBS Bom Jesus e material e serviços para obras complementares nas ruas Samaria e Judéia. Fica cancelado o aviso publicado no dia 06/06/2018, página 893. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br

GUSTAVO LUIS CANCELLIER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 191/2018

Publicação Nº 1660950

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO: 191/2018

DATA DE ASSINATURA: 19/06/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 49/2018

PREGÃO PRESENCIAL: 44/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: LUD – LIGA URUSSANGUENSE DE DESPORTOS

CNPJ/CPF: 83.706.184/0001-37

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATOS MUNICIPAIS

VALOR GLOBAL: R\$ 26.140,00

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 01/47/2018

Publicação Nº 1660896

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO: 01/47/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 80/2017

DATA DE ASSINATURA: 21/06/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: TEVIAN COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 78.627.106/0001-07

OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

VALOR REAJUSTADO PARA R\$ 3,89/LITRO DO LEITE UHT LIQUIDO INTEGRAL, ITEM 62

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 039/2018 DL 004/2018

Publicação Nº 1661351

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2018

1.0 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação de Empresa especializada objetivando a Cessão de uso de Software, especializado na Sistematização digital de Legislação Municipal, compreendendo a prestação dos seguintes serviços especializados:

1.1.1 - Sistematização digital, implantação, indexação, consolidação, compilação, versionamento, publicação e gerenciamento on-line da Legislação Municipal - Leis Ordinárias, Leis Complementares - do Município de Vargem Bonita - SC, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 95/1998, utilizando sistema disponibilizado pela empresa contratada, incluso a cessão de uso de software, propiciando legalidade, publicidade, economia e praticidade no acesso e pesquisa aos Atos Oficiais pelas autoridades públicas e pela população; e

1.1.2 - Acesso exclusivo a Banco de Dados compreendendo a legislação de Municípios e Estados Brasileiros, possibilitando a pesquisa em tempo real por quaisquer temas/assuntos, em um único ambiente de consulta.

2.0 - Modalidade: Dispensa de Licitação.

3.0 - Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35, com sede à Rua 238, nº 277, sala 01, Meia Praia - ITAPEMA - SC.

4.0 - Valor da Contratação: R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais)

5.0 - Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 20 de Junho de 2018.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 040/2018 PR 031/2018

Publicação Nº 1661529

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para a execução de Serviços de Pintura predial interna e externa de Próprios do Município, incluindo lavagem, lixamento de paredes e correção de trincas e fissuras, durante o prazo de vigência da Ata, conforme condições, especificações e quantidades estimadas e descritas no Edital do certame.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço Global.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 05 de Julho 2018 às 15:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 19 de Junho de 2018.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 027/18

Publicação Nº 1661573

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/18
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. CAROLINE KOZLOW	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. LUCIA MARISA GONÇALVES DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4. SILVANA SPIERING PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5. TALITA LOPES OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
6. LUCIANA RUZCISKI FOGAÇA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
7. SIRLEI FONSECA	AUXILIAR EDUCACIONAL
8. EDENIR SCMITE DE LIMA RIBEIRO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL
9. SIMONE SIQUEIRA MILANI	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL
10. VLADENISE REOLON BORTOLOZO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 19 de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE INTIMAÇÃO - ELAINE MARTINS

Publicação Nº 1653678

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Intimado:

Elaine Martins, brasileira, servidora pública Municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, portador do R.G. nº 3.805.100, inscrito no CPF nº 022.989.639-16. Filiação: João Martins e Antonia de Paula Martins.

Por intermédio do presente, a pessoa acima identificada, atualmente em local incerto ou não sabido, fica NOTIFICADA para que, no prazo de 5 dias úteis, contados da última publicação deste, apresente defesa escrita e as provas que pretende produzir, bem como informe se fará uso do direito de constituir advogado no Processo Administrativo Disciplinar nº 6036/2018, movido em sua face por abandono de cargo.

Assegura-se a servidora o direito de acompanhar o processo pessoalmente, por intermédio de procurador ou mediante a representatividade do sindicato da categoria, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial. E, para que chegue ao conhecimento de todos, parte e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 02 vezes, com intervalo de 07 dias.

Videira, 14 de junho de 2018.

PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO

Presidente Comissão Processo Disciplinar

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAULO CESAR RICARDO

Publicação N° 1653674

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Intimado:

Paulo Cesar Ricardo, brasileiro, servidor público Municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, portador do R.G. n° 4.182.380, inscrito no CPF n° 036.633.449-24. Filiação: Iracema Ricardo de Paula Freire.

Por intermédio do presente, a pessoa acima identificada, atualmente em local incerto ou não sabido, fica NOTIFICADO para que, no prazo de 5 dias úteis, contados da última publicação deste, apresente as provas que pretende produzir no Processo Administrativo Disciplinar n° 6036/2018, bem como informe se fará uso do direito de constituir advogado. Assegura-se ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente, por intermédio de procurador ou mediante a representatividade do sindicato da categoria, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial. E, para que chegue ao conhecimento de todos, parte e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 02 vezes, com intervalo de 07 dias.

Videira, 14 de junho de 2018.

PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO

Presidente Comissão Processo Disciplinar

PREGÃO PRESENCIAL N° 61/2018 - PMV

Publicação N° 1661015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL N° 61/2018 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 61/2018 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 08:45:00h do dia 09/07/2018. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 21 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2018 - FMS

Publicação N° 1661009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2018 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços n° 01/2018 – FMS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESF FLORESTA, LOCALIZADO NA RUA BULCÃO VIANA, BAIRRO FLORESTA, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 21,62M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO E MEMORIAL DESCRITIVO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 16 de julho de 2018. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br, link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras/Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, n° 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 21 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2017 - CMV**

Publicação Nº 1661407

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

Extrato do 1º Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços n. 04/2017 - Termo de Aditamento n. 04/2018

Processo: PR 05/2017 - CMV

CONTRATADA: FORMATTO NET LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) com efeitos a partir de 21/06/2018 até 21/06/2019 e reajuste de preço dos serviços, aplicando-se o INPC acumulado dos últimos doze meses, no percentual de 1,7619 %

VALOR TOTAL DO T. A. reajustado: R\$ 3.419,16 (três mil, quatrocentos e dezenove reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIA: 21/06/2018 a 21/06/2019.

ASSINATURA: 21/06/2018.

Videira, 21 de Junho de 2018.

EDINEI ANTONIO MENEGON

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 005/2018 FMS

Publicação Nº 1661517

Processo de Licitação 005/2018 FMS
Modalidade: Pregão 004/2018 FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO E DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 05 de julho de 2018 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 22 de junho de 2018.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 32/2018

Publicação Nº 1661572

DECRETO N. 032, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

“APROVA O REGULAMENTO DO 1º TORNEIO FAMILIAR DE FUTSAL DE VITOR MEIRELES RELATIVO AO ANO DE 2018”.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito do Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 109, inciso I, alínea “f”:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado, em todos os seus termos, o Regulamento do 1º Torneio Familiar de Futsal, de Vitor Meireles – 2018, os quais passam a integrar o presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 21 de junho de 2018.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2018

Publicação Nº 1661600

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 022/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: NAPOLEÃO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ: 82.128.729/0001-02

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER AULA DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

PRAZO VIGÊNCIA 17/05/2018 a 31/12/2018
VALOR: R\$ 7.920,00 (Sete mil e novecentos e vinte reais).

Vitor Meireles - SC, 17 de maio de 2018.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO N° 024/2018

Publicação N° 1661597

EXTRATO DO CONTRATO N°. 024/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
CNPJ: 05.568.964/0001-54

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER AULA DE MÚSICA NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

PRAZO VIGÊNCIA 01/06/2018 a 31/12/2018
VALOR: R\$ 4.375,00. (Quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Vitor Meireles - SC, 01 de junho de 2018.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 13-2018

Publicação Nº 1661481

**MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2018 Número - Minuta - Licitação: 21 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2018 cotaCredenciamento: 1

Pág 1 / 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão
Para Aquisição de Bens
13/2018
Processo Administrativo: 21/2018

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 13/2018, o(s) participante(s):

852465 - REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONJUNTO DE BICHO COM FILHOTES - TECIDO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	BRINK MOBIL	4	R\$168,00	R\$672,00
2	BANDINHA RÍTMICA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	LIG LIG	4	R\$161,00	R\$644,00
3	CONJUNTO DE JOGO DE PEÇAS SOPRADAS PARA ENCAIXE - PLÁSTICO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	LIG LIG	2	R\$304,85	R\$609,70
4	TEATRO DE FANTOCHE - TECIDO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	LIG LIG	1	R\$43,90	R\$43,90
5	CONJUNTO DE ENCAIXES - CABEÇA MAMÃE E FILHOTES - PAPELÃO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	BC	10	R\$44,15	R\$441,50
6	CONJUNTO DE BOLAS - BORRACHA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SILME	2	R\$61,85	R\$123,70
7	CONJUNTO FANTOCHE FAMÍLIA NEGRA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	CARLU	1	R\$44,00	R\$44,00
8	CONJUNTO DE ENCAIXE DE BLOCOS - MADEIRA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SC	4	R\$157,50	R\$630,00
9	CONJUNTO DE BERÇO PARA BONECAS - METAL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	BRINQUEDOS OLIVEIRA	3	R\$209,50	R\$628,50
10	CONJUNTO DE BONECA BEBÊ BRANCA - VINIL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	MILK	1	R\$290,00	R\$290,00
11	CONJUNTO DE BLOCOS LÓGICOS - MDF (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SC	3	R\$150,00	R\$450,00
12	CONJUNTO DE BONECO MENINO BRANCO - VINIL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SUPERTOYS	1	R\$249,00	R\$249,00
13	CONJUNTO DE BONECO MENINO NEGRO - VINIL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SUPERTOYS	1	R\$249,00	R\$249,00
14	CONJUNTO DE FANTOCHE ANIMAIS DOMÉSTICOS (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	CARLU	1	R\$31,00	R\$31,00
15	CONJUNTO DE BONECA MENINA NEGRA - VINIL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SUPERTOYS	1	R\$249,00	R\$249,00
16	CONJUNTO JOGO DA MEMÓRIA COM TEXTURA - MDF (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	FUNDAMENTA	3	R\$175,00	R\$525,00
17	CONJUNTO CAIXA BRINQUEDOTECA - MDF (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	JUNGES	2	R\$520,00	R\$1.040,00
18	CONJUNTO DE AVIÃO BI-PLANO - MADEIRA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SC	2	R\$218,00	R\$436,00
19	CONJUNTO DE BONECA BEBÊ NEGRA - VINIL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	MILK	1	R\$217,00	R\$217,00
20	CAVALO DE BALANÇO - MADEIRA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	JUNGES	10	R\$119,50	R\$1.195,00
21	CONJUNTO DE BOLAS COM GUIZO - BORRACHA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SILME	2	R\$61,85	R\$123,70
22	CONJUNTO DOMINÓ COM TEXTURA - MDF (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	FUNDAMENTA	3	R\$97,00	R\$291,00
23	CONJUNTO DE BOLAS DE BASQUETE - VINIL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SULEVIM	1	R\$47,00	R\$47,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO561201-006-YLVGFK-267292794 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

21/06/2018 14:59

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2018 Número -
Minuta - Licitação: 21 codigoCliente: 94 anoMinuta: 2018 cotaCredenciamento: 1

Pág 2 / 2

852465 - REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
24	TEATRO DE FANTOCHE - MADEIRA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	LIG LIG	1	R\$38,00	R\$38,00
25	CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO BOMBEIRO - PLÁSTICO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	MERCOTOYS	2	R\$328,38	R\$656,76
26	CONJUNTO DE BOLAS DE FUTEBOL - VINIL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SULEVIM	1	R\$67,50	R\$67,50
27	CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO CEGONHA - PLÁSTICO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	ROMA	2	R\$498,00	R\$996,00
28	CONJUNTO DE TELEFONE - PLÁSTICO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	MERCOTOYS	2	R\$141,40	R\$282,80
29	CONJUNTO DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA - PLÁSTICO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	KIT STAR	2	R\$199,18	R\$398,36
30	FOGÃO - MDF (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	JUNGES	5	R\$109,90	R\$549,50
31	CONJUNTO FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	CARLU	1	R\$44,00	R\$44,00
32	CONJUNTO DE FANTOCHE FOLCLORE (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	CARLU	1	R\$40,00	R\$40,00
33	GELADEIRA - MDF (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	JUNGES	5	R\$109,90	R\$549,50
34	CONJUNTO PASSA PEÇA - MDF (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	FUNDAMENT/	3	R\$97,00	R\$291,00
35	CONJUNTO DE BONECA MENINA BRANCA - VINIL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SUPERTOYS	1	R\$249,00	R\$249,00
36	CONJUNTO DE CARRINHO DE BONECA - METAL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	BRINQUEDOS OLIVEIRA	3	R\$238,50	R\$715,50
37	CONJUNTO DE BOLAS DE VOLLEY - VINIL (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	SULEVIM	1	R\$67,64	R\$67,64
38	CONJUNTO JOGOS PROFISSÕES - MDF (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	BRINK MOBIL	2	R\$85,00	R\$170,00
39	CONJUNTO DE QUEBRA - CABEÇA PROGRESSIVO - PAPELÃO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	BC	10	R\$41,67	R\$416,70
40	PIA DE COZINHA - MDF (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	JUNGES	5	R\$153,00	R\$765,00
41	CASINHA DE BONECA - MADEIRA (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	XALINGO	2	R\$1.700,00	R\$3.400,00
42	CONJUNTO DE CAMINHÃO COLETOR DE LIXO - PLÁSTICO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	ROMA	2	R\$269,23	R\$538,46
43	CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA - PLÁSTICO (CONFORME ESPECIFICAÇÕES CADERNO FNDE)	UN	MERCOTOYS	2	R\$229,61	R\$459,22
Total do Fornecedor:						R\$19.924,94

Valor Total: 19.924,94

Vitor Meireles, 21 de junho de 2018

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0073/2018

Publicação Nº 1661098

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0073/2018, Menor Preço Global, tendo como objeto Registro de Preços para Serviços futuros e parcelados de Horas Máquinas de: Escavadeira Hidráulica e Caminhão Basculante, destinados a limpeza do Rio Xanxerê, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 11:00h, do dia 04/07/2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 11:15h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 22/06/2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AM 101/2018

Publicação Nº 1661106

DECRETO Nº AM 101/2018

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Técnico em Enfermagem, no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/15, com reclassificação do cargo homologado pelo Decreto nº AJG 097/2015, de 11 de maio de 2015, prorrogado pelo Decreto nº AM 110/2017, de 06/04/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora MARLI MARTINS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no CPF/MF sob nº 029.446.409-33, portadora da Cédula de Identidade nº 3.895.383, expedida pela SSP/SC, COREN/SC nº 000.272.291, para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3.376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 20 de junho de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO ATA RP 0006/2018

Publicação Nº 1660985

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0006/2018

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de computadores, material de informática, materiais de instrução e comunicação destinados para o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê- SC.

Fica reajustado em mais 25% do item 07 do Edital do processo licitatório acima, de acordo com Ofício do 14º Batalhão de Bombeiros Militar e Parecer do Comitê Gestor nº 262/2018 anexos, conforme tabela abaixo:

ITEM	PRODUTO	QUANT.	VALOR UN.	TOTAL
07	Computador Portátil (Notebook) – Conforme especificações no processo.	01 und.	R\$ 3.550,00	R\$ 3.550,00

Xanxerê-SC, em 21 de junho de 2018. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO ATA RP 0129/2017

Publicação Nº 1660845

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0129/2017

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: DENTAL- XAN COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Pães de cachorro quente de 60 gramas e Leite Integral longa vida (Tetra Park), destinados ao programa "Leite Pão Amigo" Programa da Secretaria de Assistência Social.

Fica reajustado o valor unitário do item conforme relacionado em tabela abaixo, tendo em vista a alta no valor de acordo com Requerimento

da Detentora da Ata e Parecer do Comitê Gestor sob nº 259/2018:

ITEM	PRODUTO	UNI.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	Leite Integral, envasado em embalagem Longa Vida (Tetra Park), contendo rastreamento de um litro cada, com data de fabricação inferior ou igual a trinta dias e número do lote de fabricação.	Litro	R\$ 2,69	R\$ 3,36

Xanxerê-SC, em 21 de junho de 2018. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 0046/2017

Publicação Nº 1661084

Extrato 2º Aditivo Contrato nº 0046/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: PAULO ERCEGO - ME.

Objeto: Prestação de Serviços Terceirizados, de natureza contínua, de Limpeza, Conservação Predial e Higienização em Unidades de Saúde do Município de Xanxerê.

Este Termo Aditivo tem por objeto reajustar o valor unitário dos itens conforme relacionados em tabela abaixo, tendo em vista a alta no valor de acordo com Requerimento da Detentora da Ata e Parecer do Comitê Gestor nº 263/2018, em anexo.

ITEM	PRODUTO	UNI.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade de Saúde Hélio dos Anjos Ortiz;	Mês	R\$ 2.875,00	R\$ 2.934,46
02	Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade de Saúde Bairro Bortolon;	Mês	R\$ 2.875,00	R\$ 2.934,46
03	Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade de Saúde Bairro Nossa Senhora de Lourdes;	Mês	R\$ 2.875,00	R\$ 2.934,46
04	Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial no Centro de Especialidades (1º andar) e Farmácia/Almoxarifado (térreo).	Mês	R\$ 2.875,00	R\$ 2.934,46
05	Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade de Saúde Bairro Castelo Branco.	Mês	R\$ 2.875,00	R\$ 2.934,46

Xanxerê-SC, em 21 de junho de 2018. Irene Salete Goralski - Secretaria Municipal de Saúde.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO ATA RP 0089/2017

Publicação Nº 1660894

Extrato 5º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0089/2017

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: SIVIERO DIESEL LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Óleo Diesel S-500 e Óleo Diesel S-10, com fornecimento em comodato de um tanque de duas repartições com duas bombas separadas para armazenamento dos combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos das Secretarias do Município de Xanxerê.

Fica reajustado o valor unitário dos itens, conforme relacionados em tabela abaixo, tendo em vista tendo em vista a baixa no valor de acordo com Requerimento da Detentora da Ata:

ITEM	PRODUTO	UNID.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	ÓLEO DIESEL S-500	Litro	R\$ 3,18	R\$ 3,11
02	ÓLEO DIESEL S-10	Litro	R\$ 3,26	R\$ 3,20

Xanxerê-SC, em 21 de junho de 2018. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

PP 029/2018 PMXV

Publicação N° 1661783

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de óleos lubrificantes, graxas, aditivos e detergentes para uso em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 05/07/2018.

Abertura: dia 05/07/2018, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 21 de junho de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

PP 030/2018 PMXV

Publicação N° 1661789

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 030/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para possível aquisição de gêneros alimentícios para os grupos de Idosos do Município de Xavantina, conforme especificações constantes no anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 06/07/2018.

Abertura: dia 06/07/2018, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 22 de junho de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 175/2018 - ATUALIZA VALORES DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO DO GUINCHO, REBOQUE, REMOÇÃO E GUARDA

Publicação Nº 1661488

DECRETO Nº 175/2018.

ATUALIZA VALORES DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO, REBOQUE, REMOÇÃO, DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

Considerando o contido no artigo 24 da lei 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro.

Considerando os termos do contrato de concessão publica nº 0241/2013, entre este Ente Municipal e a Empresa LUIZ ROBERTO TESTON – ME (CNPJ nº 11.413.488/0001-03);

Considerando o contido no Decreto nº 359/2017 que trata da última atualização da remuneração da concessão de serviços de guincho, reboque, remoção, depósito e guarda de veículos;

Considerando a planilha de atualização de valores anexa ao ofício nº 017/2018 do Setor de Contabilidade desta prefeitura de Xaxim, datada de 15 de junho de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Em observância à redação do parágrafo único do artigo 4º da Lei 3852, de 17 de maio de 2013, a atualização da tabela de remunerações cobrada pela concessionária passará a ter os seguintes valores, com base nos índices do INPC, aplicados até 15 de junho de 2018:

I – Guincho, reboque e remoção (valor por unidade):

- a) Viaturas: serviço diurno, R\$ 52,43; serviço noturno R\$ 65,54.
- b) Motocicletas, automóveis e similares: serviço diurno, R\$ 104,87; serviço noturno, R\$ 131,10.
- c) Caminhões: serviço diurno, R\$ 157,30; serviço noturno, R\$ 196,63.

II – Serviços de Estadia e Guarda (valor por diária):

- a) Motocicleta e similares, R\$ 13,12.
- b) Veículos em geral, R\$ 19,29.
- c) Caminhão, R\$ 32,16.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir das 0h00min do dia 20 de junho de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), 19 de junho de 2018.

Lírio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Geverson Giacomelli
Secretário Municipal de Administração

DECRETO 176 - ALTERA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSITO - CMT

Publicação Nº 1661892

DECRETO Nº 176/2018

ALTERA OS INCISOS III DO ARTIGO 1º DO DECRETO 165/2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – CMT DO MUNICÍPIO DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições de seu cargo e de acordo com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, mais o que estabelece a Lei complementar nº 003, de 14 de novembro de 2001 e demais legislações.

Considerando o disposto no Decreto nº 165/2017, Decreto nº 401/2017 e no Decreto nº 478 de 20 de dezembro de 2017, bem como a

solicitação da servidora Taline Maiara Taquara em deixar o referido conselho;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o inciso III do artigo 1º do Decreto 165/2017 o qual nomeou os membros do Conselho Municipal de Trânsito do Município de Xaxim – CMT, de acordo com o Art. 57 da Lei Complementar nº 003, de 14 de novembro de 2001 e com Decreto nº 183, de julho de 2003, que passará a ter a seguinte composição:

Art. 1º. [...]

[...]

III - Representante da Secretaria Municipal de Administração: Membro Titular: NEUDI JOSÉ PALUDO. Membro Suplente: IVO HEIDRICH SILVEIRA;

Art. 2º. Os membros do Conselho Municipal de Trânsito – CMT terão mandato até o dia 23/03/2019, podendo ser renovado por mais um período de 02 (dois) anos.

Art. 3º. A função dos membros do Conselho Municipal de Trânsito – CMT será considerada de caráter relevante e exercida sem ônus para o Município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de junho de 2018.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

Associações

AMAI

CONTRATO Nº 005/2018 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PALESTRANTE

Publicação Nº 1661108

CONTRATO Nº 005/2018
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PALESTRANTE

CONTRATANTE: Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI estabelecido à Rua Floriano Peixoto, número 100, cidade, Xanxerê, no estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ 83678086/0001-33, representada pelo Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro(a), casado, Prefeito Municipal de Marema, SC, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº 2.431.664, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 773.907.229-34.

CONTRATADO(A): GAMA CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA ME, CNPJ 21.988.288/0001-24, situada a Rua Francisco Norberto Bonher, 64 E, Jardim Itália, Chapecó. CEP 89.802-530.

Firmam o presente Contrato, em conformidade com as cláusulas e condições a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

- 0.1. Contratação da palestrante ANGELITA ADRIANE DE CONTO para a realização do Treinamento sobre E-social para órgãos públicos – 1ª etapa;
- 0.2. O Palestrante irá desenvolver os trabalhos no dia 12 de julho de 2018, das 09h às 11h30min, na sede da AMAI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL:

- 2.1. O Prazo de vigência do Presente contrato é de sua assinatura até o prazo de 45 (quarenta e cinco dias) depois da realização da palestra.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS:

- 3.1. O serviço será prestado com o conteúdo definidos pela CONTRATADA, conforme programação prévia encaminhada a CONTRATANTE.
- 3.2. A CONTRATADA se obriga a executar o treinamento e disponibilizar aos participantes certificado de participação, no formato digital.
- 3.3. A ação de fiscalização não reduzirá a total responsabilidade da CONTRATADA por erro, atrasos ou omissões das quais decorram prejuízos ao CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 4.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela prestação dos serviços ora contratados o valor total de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
- 4.2. O respectivo valor será pago em até 30 (trinta) dias após o evento, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.
- 4.3. Poderá, a critério da CONTRATANTE no ato do pagamento, ser exigido a apresentação das Certidões de Regularidade do INSS e do FGTS, e de Regularidade Fiscal dos encargos tributários das Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros;
- b) Responsabilizar-se pelo real cumprimento da obrigação, assim como pela sua qualidade;
- c) Executar a palestra na data prevista;
- d) Responder, exclusivamente, por todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscal, securitária e previdenciária, tributos, taxas, contribuições, seguros e indenizações decorrentes da prestação do objeto lícito;
- e) Arcar com as despesas de traslado, alimentação e hospedagem.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e prazos estabelecidos neste contrato;
- b) Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

- 6.1. O Presente Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela CONTRATANTE, ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

- 7.1. A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela AMAI, na inexecução parcial ou inexecução total da obrigação a multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 8.1. O não cumprimento de qualquer cláusula deste contrato poderá importar em sua rescisão, a critério da CONTRATANTE, ficando estabelecido que este contrato pode ser considerado rescindido, independente de cláusula expressa ou de qualquer interpretação judicial, facultando a CONTRATANTE a cobrança da multa estipulada na Cláusula Sétima.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente vínculo contratual, as partes, de comum acordo, elegem o foro desta Comarca de Xanxerê, SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

ESTANDO JUSTAS E CONTRATADAS, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas, que também o subscrevem.

Xanxerê, SC, 21 de junho de 2018.

CONTRATANTE Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI)	CONTRATADA GAMA CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA ME
---	---

TESTEMUNHAS: Ingrid Aline Piovesan – 025.196.689.54

TESTEMUNHAS:

AMVALI**ATA 3ª ASSEMBLEIA DE PREFEITOS -15.06.18 - CIGAMVALI**

Publicação N° 1661869

Data: 15.06.18 Horário: 09h30min Duração: 2h Local: Auditório da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI) – Jaraguá do Sul/SC	
PAUTA DA REUNIÃO 1. Assinatura do Contrato de Consórcio do CIGAMVALI - 2018; 2. Nomeação do Diretor Executivo e Gerente Administrativo do Consórcio do CIGAMVALI; 3. Assinatura do Contrato de Rateio – Manutenção das Atividades Administrativas do CIGAMVALI - 2018; 4. Palavra Livre.	
Participantes	
1. Deu-se início à 3ª Assembleia Geral Ordinária da Diretoria do Consórcio Intermunicipal da Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI, com a presença do Presidente da Amvali Antídio Aleixo Lunelli, Prefeito de Jaraguá do Sul, Sr. Luiz Antônio Chiodini, Prefeito de Guarimir, Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito de Schroeder, o Sr. João Carlos Gottardi Prefeito de Corupá, Armino Sesar Tassi Prefeito de Massaranduba e o Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito de São João do Itaperi e demais presentes constantes da Lista de Presença que segue em anexo a esta Ata. 2. De início, a Secretária Executiva da AMVALI, Sra. Juliana Demarchi relatou aos presentes que o consórcio, enfim, após a ratificação por lei em 5 (cinco) municípios da região da Amvali, pode agora dar andamento em suas atividades. 3. Dando sequência, foi realizado a posse do Sr. Fenísio Pires Junior como Diretor Executivo do Consórcio da Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI e do Sr. Mauri Edgar Padilha de Lima, como Gerente Administrativo do Consórcio CIGAMVALI 4. Em seguida, foi assinado pelos prefeitos participantes do Consórcio do Contrato de Rateio para a manutenção das atividades administrativas do Consórcio para o ano de 2018. 5. Os Prefeitos presentes concordaram em realizar as transferências dos valores com urgência para que sejam realizados os pagamentos do Consórcio, tanto quanto a folha como para a aquisição de software para a operacionalização, contábil, financeira, e demais atividades necessárias para a realização das atividades administrativas do consórcio. 6. O Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu - CIGAMVALI, inscrito no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, sediada à Rua Arthur Gumz, 88, Vila Nova, cep: 89259-340 – Jaraguá do Sul – SC. Informa, que no dia 17 de abril de 2018, os Prefeitos da região da AMVALI, reunidos em Assembleia Geral, elegeram a nova Diretoria do CIGAMVALI, para a Gestão 2018. Portanto nomeado como Presidente do CIGAMVALI, Antídio Aleixo Lunelli, Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul/SC, CPF nº 438.634.429-20, RG nº 19R/-1.000.852 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Piçarras, 60, cx 17 - apto 1001 - Centro – Jaraguá do Sul/SC, cep: 89.252-115 e no dia 15 de junho de 2018, foi nomeado o Sr. Fenísio Pires Junior, como Diretor Executivo do CIGAMVALI, CPF nº 074.533.017-77, RG nº 4.227.799 para juntamente como o Presidente e de acordo com o Contrato de Consórcio realizar atos conjuntamente quando assim for delegado. 7. O Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 3ª Assembleia Geral Ordinária do CIGAMVALI, solicitando a lavratura da presente ata. Jaraguá do Sul, 15 de Junho de 2018. Antídio Aleixo Lunelli Prefeito de Jaraguá do Sul /SC Presidente do CIGAMVALI	

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO - CIGAMVALI - CONSOLIDADO ASSEMBLEIA 15_06_18

Publicação Nº 1661855

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Junho de 2018

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios de BARRA VELHA, CORUPÁ, JARAGUÁ DO SUL, MASSARANDUBA, SÃO JOÃO DO ITAPERIU e SCHROEDER, de comum acordo, firmam o presente CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS e do consorciamento

CLÁUSULA 1.ª - Subscrevem o presente CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO:

I – O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.830/0001-57, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88390-000, telefone (47) 3446-7700, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Valter Zimmermann, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 301.523, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 050.678.129-15.

II – O Município de corupá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.467/0001-70, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro, CEP 89278-000, telefone (47) 3375-1171, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. João Carlos Gottardi, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº. 2.985.910, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 824.772.569-04;

III – O Município DE Jaraguá do sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, nº 1111, Vila Nova, CEP 89259-700, telefone (47) 3372-8080, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Antídio Aleixo Lunelli, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº. 1.000.852, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 438.634.429-20;

IV – O Município de massaranduba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.483/0001-62, com sede à Rua XI de Novembro, nº 2765, Centro, CEP 89108-000, telefone (47) 3379-4600, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Armino Sésar Tassi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 158.985-8, emitida pela Secretaria de Segurança e Informação de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 664.790.539-15;

V – O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 95.954.442/0001-83, com sede à Rua José Bonifácio Pires, nº 45, Centro, CEP 88395-000, telefone (47) 3458-0010, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Clézio José Fortunato, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 320.333-9 emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 870.937.589-91;

VI – O Município de schroeder, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.491/0001-09, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, CEP 89275-000, telefone (47) 3374-1191, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Osvaldo Jurck, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 597.443-7, emitida pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob nº. 310.472.469-53.

§ 1º - Todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do caput desta cláusula poderão consorciar-se mediante ratificação, nos termos da cláusula segunda.

§ 2º - Os municípios não subscritores deste CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, membros de Associação de Municípios confrontante com a área geográfica da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI e devidamente reconhecida junto à Federação Catarinense de Municípios – FECAM poderão, a qualquer tempo, ingressar no consórcio, o que se fará através de pedido formal em observância aos estatutos sociais do Consórcio e aprovação da Assembleia Geral do CIGAMVALI, sendo desnecessária a modificação do Protocolo de Intenções que se converteu nesse CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA 2.ª – Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembleias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

§ 1º - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções e/ou deste Contrato, o consorciamento do Município interessado dependerá da aceitação das reservas previstas pelos Entes Federados que já compõe o Consórcio Público.

CAPÍTULO II

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

CLÁUSULA 3.ª – O “CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI”, constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados.

Parágrafo único: O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma do Protocolo de Intenções que converteu-se neste CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CAPÍTULO III

DO PRAZO, DA SEDE E DA ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA 4.ª - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, vigorará por prazo indeterminado.

§ 1º - A alteração do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, e ratificação, através de lei, por todos os entes consorciados.

§ 2º - A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, e ratificação, através de lei, por pelo menos 5 (cinco) dos municípios que o ratificaram.

CLÁUSULA 5.ª - A sede do Consórcio será junto à sede da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu– AMVALI, situada a Rua Arthur Gumz, 88 - CEP 89259-340, Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: A Assembleia Geral do Consórcio poderá aprovar e instituir sub-sedes e/ou unidades operacionais de acordo com a necessidade expressa pela Diretoria e Coordenadoria do Consórcio.

CLÁUSULA 6.ª - A área de atuação do consórcio será formada pela soma do território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Parágrafo único: Em caso de interesse comum, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua unidade territorial.

CAPÍTULO IV**DOS DIREITOS E DEVERES**

CLÁUSULA 7.ª - Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

IV – compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do consórcio nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções, no Contrato e no Estatuto.

CLÁUSULA 8.ª - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato de Consórcio ou no Estatuto.

CLÁUSULA 9.ª - Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Contrato de Consórcio Público, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio;

V – Manter a adimplência do Município mediante os compromissos assumidos, sob pena das sanções previstas neste Protocolo, no Contrato, no Estatuto e pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO V**DOS CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO**

CLÁUSULA 10.ª - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar de assuntos relacionados com seu objetivo e suas finalidades previstas nas Cláusulas 11 e 12 deste Contrato de Consórcio Público, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I – firmar Contrato de Consórcio Público;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

III – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

IV – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI**DO OBJETIVO GERAL E DAS FINALIDADES**

CLÁUSULA 11 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI tem por objetivo geral o compartilhamento de ações que visem a gestão associada e a prestação de serviços públicos consorciados com ênfase na racionalização de recursos, visando o fortalecimento, a transparência e a eficiência na administração pública municipal, através de ações integradas de interesse público, na implementação de políticas públicas e no exercício de competências delegadas pelos entes consorciados.

CLÁUSULA 12 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI tem as seguintes finalidades:

I - a gestão associada de serviços públicos;

II – a prestação direta ou indireta e integrada de serviços públicos de assistência técnica, execução de obras e serviços especializados, consultoria e assessoria, produção de informações, elaboração e execução de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos, serviços públicos especializados nas diversas áreas da administração pública municipal em âmbito municipal e regional, visando o desenvolvimento territorial sustentável;

III – a aquisição, administração, gestão associada, compartilhamento e uso comum de instrumentos, equipamentos, softwares, instalações, máquinas, pessoal técnico, bens e serviços para o desenvolvimento de ações ou programas nos Municípios consorciados, inclusive das áreas contábil, financeira, patrimonial, controle de frota, orçamentária, de gestão e cadastro territorial, de saúde, entre outras;

IV – a realização de licitações compartilhadas das quais, em cada uma delas, decorram dois ou mais contratos, celebrados por Municípios consorciados ou entidades de sua administração indireta;

V – a administração, supervisão e fiscalização de projetos, obras e serviços de transmissão de dados e aprimoramento dos sistemas de telecomunicações vinculados às novas tecnologias, de forma regionalizada;

- VI – a atuação pela implantação de um sistema integrado de gestão e execução dos serviços de saneamento e de manejo de resíduos sólidos, inclusive para a co-geração de energia elétrica nos termos da legislação vigente;
- VII – a aquisição de bens ou contratação de serviços técnicos especializados para o uso individual ou compartilhado dos municípios consorciados;
- VIII – a angariação de recursos onerosos e não onerosos, visando o financiamento das ações regionalizadas dentro dos objetivos e finalidades do consórcio;
- IX – o aprimoramento dos sistemas logísticos de transporte rodoviário, ferroviário, dutoviário, aeroviário e hidroviário da região;
- X – o incentivo à gestão associada e integrada dos recursos hídricos e de soluções para a universalização do saneamento básico, inclusive com a possibilidade de implantação de programas e ações para o monitoramento e gestão dos recursos hídricos e do saneamento;
- XI – o apoio e o fomento de intercâmbio de experiências, informações, encontros, seminários, congressos e eventos de interesse do consórcio, sem prejuízo de que os entes consorciados desenvolvam ações e programas iguais ou semelhantes;
- XII – a representação do conjunto dos municípios que o integram, em matéria referente à sua finalidade, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais;
- XIII – o exercício das competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações conferidas pela Assembleia Geral;
- XIV – o fortalecimento e a institucionalização das relações entre o Consórcio e as Associações de Municípios das quais os entes consorciados participam, em especial a Associação dos Municípios do Vale do Itapocu – AMVALI, cuja sede abrigará permanente a sede do consórcio, objetivando a cooperação entre as entidades;
- XV – o estabelecimento de relações cooperativas com outros consórcios através do Colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e de outros fóruns do gênero que por ventura surjam;
- XVI – delegação do poder de polícia administrativa dos Municípios, dentro das áreas específicas da administração pública, mediante determinação expressa do Chefe do Executivo do Ente consorciado, que especificará as atribuições, as condições e o prazo da delegação mediante Decreto;
- § 1º - Os bens adquiridos ou administrados na forma dos incisos III e VII do caput serão de uso somente dos entes que contribuíram para a sua aquisição ou administração, na forma dos contratos de programa e de rateio.
- § 2º - É facultado o uso compartilhado de bens ou serviços adquiridos ou administrados na forma dos incisos III e VII do caput pelos demais entes consorciados mediante a celebração de contrato de rateio.
- § 3º - Para cumprimento de seus objetivos, o consórcio poderá:
- I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;
- II - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;
- III – contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação.

CAPÍTULO VII DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 13 - Os Municípios autorizam a gestão associada de serviços públicos nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal nº 11.107/2005, abrangendo o território daqueles que efetivamente se consorciarem.

Parágrafo único - Para a consecução da gestão associada, os Municípios delegam ao consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento dos objetivos e finalidades do consórcio, previstas nas cláusulas 11 e 12.

CLÁUSULA 14 - Para o cumprimento de suas finalidades deverá o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade permitidos por essas normas.

§ 1º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Presidente.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

CLÁUSULA 15 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes às suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II - submeter a análise e aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo único: As tarifas previstas neste artigo poderão ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 16 - O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

CLÁUSULA 17 - O consórcio fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

CLÁUSULA 18 - O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único: Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII

Do contrato de programa

CLÁUSULA 19 - Ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV – os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados as previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI – as penalidades e sua forma de aplicação;

VII – os casos de extinção;

VIII – os bens reversíveis;

IX – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI – a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII – demais cláusulas previstas na Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º - Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II – extinção do consórcio.

§ 10 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11 - No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

CAPÍTULO IX

DO CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA 20 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único: São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II - o objeto e a finalidade do rateio;

III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;

IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;

V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII - o direito e obrigações das partes;

IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X - o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI - demais condições previstas na Lei Federal n.º 11.107/2005 e no Decreto n.º 6.017/2007.

cAPÍTULO X

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA 21 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Contrato de Consórcio Público, pelo Estatuto do Consórcio e Regimento Interno.

Parágrafo Único - O Consórcio regulamentará em Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio.

CAPÍTULO XI

Dos órgãos

CLÁUSULA 22 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI é constituído pelos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal;

IV – Coordenadoria;

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

CLÁUSULA 23 - A Assembleia Geral, instância máxima do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados.

§ 1º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembléia Geral, pela maioria simples dos Prefeitos dos Municípios consorciados, para o mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição para até mais dois períodos subsequentes. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

§ 2º - Poderão concorrer à eleição para a Diretoria, os prefeitos dos Municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 30 (trinta) dias antes da eleição.

§ 3º - Os Prefeitos e Vice-Prefeitos poderão se candidatar ao Conselho Fiscal.

§ 4º - No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto, desde que não seja membro do Conselho Fiscal.

§ 5º - O disposto no § 4º desta cláusula não se aplica nos casos em que tenha sido enviado representante designado pelo Prefeito.

§ 6º - O servidor ou ocupante de cargo ou emprego de um Município não poderá representar outro Município na Assembleia Geral. A mesma proibição se estende aos servidores do Consórcio.

§ 7º - Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§ 8º - A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do Consórcio, ou pelo Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos.

CLÁUSULA 24 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes ao ano, para proceder às eleições e apreciar o orçamento, o plano de trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1.º. A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, declarando-se local, horário e pauta.

§ 2.º. As convocações se darão por meio eletrônico aos endereços previamente cadastrados junto a Coordenadoria do Consórcio e através de publicação no órgão oficial de publicações do Consórcio de acordo com o disposto na Cláusula 47.

§ 3º. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II – em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

CLÁUSULA 25 - Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

Parágrafo único - O voto será público e nominal.

CLÁUSULA 26 - Compete à Assembleia Geral:

I – eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II – homologar o ingresso no consórcio de município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição, conforme previsto na § 3º da Cláusula 2.º;

III – aprovar as alterações do Estatuto do Consórcio;

IV – aplicar a pena de exclusão do ente consorciado;

V – aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

VI – deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio;

VII – aprovar:

a) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual de investimentos;

c) o programa anual de trabalho;

- d) a realização de operações de crédito;
- e) a celebração de convênios;
- f) a alienação e a oneração de bens imóveis do Consórcio;
- g) a revisão geral anual destinada aos empregados públicos, nos termos deste Contrato de Consórcio Público;
- VIII – criar fundo destinado aos investimentos de acordo com os objetivos e finalidades e outras atividades de interesse comum dos entes consorciados;
- IX – aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao Consórcio;
- X - autorizar o Presidente do Consórcio a prover os empregos públicos;
- XI – ratificar a nomeação do Diretor Executivo pela Diretoria do Consórcio;
- XII – deliberar sobre assuntos gerais do Consórcio;
- XIII - aprovar a extinção do Consórcio;
- XIV – apreciar e aprovar a mudança da sede.

CLÁUSULA 27 - O quórum de deliberação da Assembleia Geral será de:

- I – Unanimidade de votos de todos os consorciados para a competência disposta no inciso XIII e XIV da cláusula anterior;
- II - 2/3 (dois terços) dos presentes para as competências dispostas nos incisos II a XI da cláusula anterior;
- III – maioria simples dos consorciados presentes para as demais deliberações.

CLÁUSULA 28 – As deliberações da Assembleia Geral deverão ser registradas em atas numeradas sequencialmente seguidas do ano e as decisões que visem tomar efeito deverão ser registradas na forma de resoluções numeradas sequencialmente dentro de cada exercício.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

CLÁUSULA 29 - A Diretoria é composta por 03 (três) membros, de diferentes municípios consorciados, compreendendo:

- I – 1 (um) Presidente;
- II – 1 (um) Vice-Presidente;
- III – 1 (um) Diretor-Secretário.

Parágrafo único – Os membros da Diretoria serão eleitos pelos seus pares em Assembleia Geral convocada especificamente para esta finalidade.

§ 1º. Os membros eleitos a Diretoria deverão manifestar-se imediatamente sobre a indicação.

§ 2º. Nenhum dos membros da Diretoria perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 3º. Somente poderá ocupar cargo na Diretoria o Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

CLÁUSULA 30 - A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigida a maioria de votos. Em caso de empate, o Presidente exercerá voto minerva.

§ 1.º. A Diretoria reunir-se-á mediante a convocação do Presidente.

§ 2.º. A Diretoria será convocada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, declarando-se local, horário e pauta.

§ 2.º. As convocações se darão por meio eletrônico aos endereços previamente cadastrados junto a Coordenadoria do Consórcio.

CLÁUSULA 31 - Compete à Diretoria:

- I – elaborar o Regimento Interno
- II – julgar recursos relativos à:
 - a) impugnação de edital de licitação e de concurso público, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;
 - b) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;
- III – nomeação e exoneração do Diretor Executivo; (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)
- IV – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes.

Parágrafo único. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo Estatuto.

CLÁUSULA 32 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência ou nos demais cargos da Diretoria.

SEÇÃO III DO PRESIDENTE

CLÁUSULA 33 - Compete ao Presidente:

- I – representar o Consórcio judicial e extrajudicialmente;
- II – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;
- III – convocar as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV - nomear e exonerar os servidores do consórcio, observado o disposto no inciso III da Cláusula 31;
- V – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.
- VI – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- VII - movimentar recursos financeiros do Consórcio, através de ordens bancárias, transferências, cheques nominiais, gerenciador eletrônico financeiro, juntamente com o Diretor-Secretário.
- § 1º. Com exceção das competências previstas nos incisos I, e IV, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018). § 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.
- § 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA 34 - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos, e os respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo seu mandato coincidir com os membros da Diretoria.

§ 1º. Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 2º. Somente poderão ocupar cargos no Conselho Fiscal os Prefeitos e Vice-Prefeitos dos entes consorciados.

CLÁUSULA 35 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente as demonstrações fiscais, financeiras e contábeis do consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade;

III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas a Assembleia Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo único: O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar a Diretoria e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018).

SEÇÃO V

DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 36 - A Diretoria Executiva é composta por 1 (um) Diretor Executivo de livre nomeação e exoneração da Diretoria. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

CLÁUSULA 37 - Compete à Direção Executiva:

I - organizar e supervisionar os serviços do consórcio, zelando pela eficiência dos mesmos;

II - representar oficialmente a Diretoria, sempre que credenciado;

III - despachar os expedientes dirigidos ao Consórcio;

IV - colaborar com o Presidente na elaboração do Relatório Geral de Atividades, bem como, na Prestação de Contas Anual a serem apresentados ao Conselho Fiscal e posteriormente à Assembleia Geral;

V - acompanhar as reuniões de Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

VI - elaborar o Plano de Trabalho e o Orçamento do Consórcio, em conjunto com a Diretoria e a equipe técnica;

VII - executar as ações definidas no Plano de Trabalho do Consórcio;

VIII - executar demais tarefas atribuídas pela Diretoria do Consórcio.

CLÁUSULA 38 - Além do previsto no Estatuto do Consórcio, compete ao Diretor Executivo: (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

I - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente;

II - julgar recursos relativos à homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

III - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

IV - Solicitar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros;

VII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades da Coordenadoria;

VIII - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal, em sintonia com a Secretaria Executiva da AMVALI ou da Associação dos Municípios em que ocorrer a reunião;

IX - providenciar e solucionar, com apoio das assessorias jurídica e contábil, todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal e pelo órgão de controle externo;

X - propor ao Presidente e a Diretoria a requisição e contratação dos empregados públicos do Consórcio.

CLÁUSULA 39 - O emprego público de Diretor Executivo deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência na área da Administração Pública, com formação mínima de nível médio, e seu provimento se dará por livre nomeação e exoneração observado o disposto neste Protocolo. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

CAPÍTULO XII

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DOS AGENTES PÚBLICOS

CLÁUSULA 40 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITA-POCU – CIGAMVALI os contratados para ocupar os empregos públicos, previstos no Anexo Único do presente Contrato de Consórcio Público e os servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

CLÁUSULA 41 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e na Diretoria não serão remuneradas, sendo considerado trabalho público relevante.

Parágrafo único – Os empregados públicos do Consórcio perceberão remuneração estabelecida para os empregos, prevista no Anexo Único, parte integrante do presente Contrato de Consórcio Público, acaso não percebam quaisquer outros tipos de remuneração de qualquer outro Ente federado ou órgão do Poder Público, em caso de cessão.

CLÁUSULA 42 - Os empregados públicos próprios do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAM-VALI são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§ 1º Somente serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores com ônus para o Consórcio, ficando vinculados ao regime

jurídico e previdenciário estabelecido no órgão de origem, sendo cabível o pagamento de gratificação mensal no valor de 1 (um) salário mínimo, conforme deliberação da Diretoria. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

§ 2º. O regulamento aprovado pela Assembleia Geral deliberará sobre a estrutura administrativa do Consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especificamente das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar e denominação de seus empregos públicos.

§ 3º. A dispensa de empregados públicos do Consórcio dependerá da anuência prévia do Diretor Executivo, observadas as formalidades legais. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

§4º Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas de até igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018).

§5º O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito diretamente pelo CIGAMVALI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas; (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018).

§6º A carga horária de estágio ficará estabelecida em 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores: (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018).

I – 1 (um) salário mínimo mensal, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

II – 67% (sessenta e sete) por cento do salário mínimo mensal, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III – 35 (trinta e cinco) por cento do salário mínimo mensal, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

§7º Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido: (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018).

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte para uso de transporte público e coletivo de passageiros, para deslocamento ao local de estágio, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais;

II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§8º O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018).

§9º O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018).

§10. Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do Consórcio. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

CLÁUSULA 43 - O quadro de pessoal do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI e a respectiva remuneração encontram-se previstos no Anexo Único deste Contrato de Consórcio Público

§1º - Os empregos públicos do Consórcio serão contratados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os empregos em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018).

§ 2º - No prazo de 2 (dois) anos constados da nomeação da subscrição dos contratos de rateio por todos os municípios integrantes do Consórcios, será realizado concurso público para preenchimento das vagas de seu quadro de pessoal, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

§3º - As faixas de remuneração, a carga horária e as atribuições dos empregos públicos são as definidas no Anexo Único próprio deste Protocolo de Intenções.

§ 4º - Observado o orçamento anual do Consórcio, a remuneração dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, sempre no mês de abril, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, cabendo à Assembleia Geral a aprovação da referida revisão geral anual. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

§ 5º - Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 6º Incide a revisão geral anual prevista no parágrafo 4º deste artigo na gratificação estabelecida no artigo 42, § 1º do presente Protocolo de Intenções, bem como, de forma uniforme, em todas as referências constantes da Tabela de Unidades de Remuneração constante no Anexo Único deste Protocolo de Intenções.

§ 7º Nenhum empregado público, mesmo que ingresso por concurso público, adquirirá o direito de estabilidade no serviço público (art. 41 da CRFB), de modo que, caso extinto o respectivo emprego público, haverá a imediata e completa demissão e desvinculação do empregado com o Consórcio ou qualquer Ente componente do mesmo.

CLÁUSULA 44 - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente, mediante parecer jurídico e análise da Coordenadoria.

CLÁUSULA 45 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição Federal, através de processo seletivo simplificado de provas ou títulos, mediante disponibilidade

orçamentária, nas seguintes situações:

- I - até que se realize concurso público previsto no § 2º, da Clausula 43, deste Contrato de Consórcio Público;
- II - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar;
- III - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;
- IV - para atender demandas de serviço temporários e por tem determinado, com programas, convênios e serviços excepcionais;
- V - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;
- VI - realização de levantamentos declarados urgentes e inadiáveis;
- VII - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta.

§ 1º. Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º. As contratações temporárias terão prazo de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsão no Edital do processo seletivo simplificado.

CLAUSULA 46 - Além do salário e das demais vantagens previstas na legislação e neste Contrato de Consórcio Público, serão pagos, quando devidos, aos empregados públicos do consórcio os seguintes adicionais:

- I - décimo terceiro salário;
- II - férias e adicional de férias;
- III - adicional por serviço extraordinário, quando previamente autorizado;
- IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;
- V - adicional noturno;
- VI - Auxílio alimentação (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)
- VII - Suprimido (Revogado) (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018).

§1º - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais), sendo que o Estatuto preverá as formas de concessão das vantagens concedidas aos empregados públicos, bem como as questões relacionadas ao pagamento de diária e outras formas de indenização. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

§2º- Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

§3º Será concedido adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, sendo que na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de até 5 (cinco) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

§4º Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64. (Redação dada pelo 1º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções, Abril de 2018)

CAPÍTULO XIII das publicações

CLÁUSULA 47 – O órgão oficial de publicações dos atos expedidos pelos órgãos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI será o Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, expedido e mantido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Capítulo XIV DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CLÁUSULA 48 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA 49 - Constituem receitas do Consórcio as provenientes de:

- I - as transferências mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento;
- II - a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;
- III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
- IV - os saldos do exercício;
- V - as doações e legados;
- VI - o produto de alienação de seus bens livres;
- VII - o produto de operações de crédito;
- VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;
- IX - os créditos e ações;
- X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;
- XI - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

- I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;
- II - quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Contrato de Consórcio Público;
- III - na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º. Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 3º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas, conforme disposto na Cláusula 47.

§ 6º - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privados, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA 50 - A contabilidade do Consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

CLÁUSULA 51 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Parágrafo único - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I – o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II – a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

CAPÍTULO XV

DA SAÍDA DO CONSÓRCIO E DO RECESSO

CLÁUSULA 52 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, ratificado por lei.

CLÁUSULA 53 - A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Parágrafo único: Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I – expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO XVI

DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA 54 - São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I – a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio, devem ser assumidas por meio de contrato de rateio;

II – Inadimplência das obrigações assumidas no contrato de rateio;

III – a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro Consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

§ 1º. A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º. O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

CLÁUSULA 55 - O Estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO XVII

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO

DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA 56 - A extinção de contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificada mediante lei pelos Entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por taxas tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos e Entes de origem.

§ 4º. A retirada ou a extinção do Consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

§ 5º. A alteração do contrato de Consórcio Público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 57 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI será regido pelo disposto na Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005; Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do Presente Contrato de Consórcio Público; pelas leis de ratificação, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram; pelo Estatuto do Consórcio e pelo Regimento Interno.

CLÁUSULA 58 - A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer documento ou ato do Consórcio;

IV – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V – respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo Consórcio sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:

CAPÍTULO XIX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA 59 - A Assembleia Geral definirá os índices oficiais a serem aplicados para correção dos valores monetários previstos nos contratos de rateio.

CLÁUSULA 60 – As funções do Diretor Executivo do Consórcio poderão, a critério da Diretoria, serem exercidas, temporariamente, de forma cumulativa, pelo Secretário Executivo da AMVALI, desde que atendidos os critérios para investidura, observando-se o disposto na Cláusula 39 e na descrição do emprego constante no Anexo Único deste Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA 61 - O Regimento Interno do Consórcio Público deverá dispor no mínimo sobre:

- I - procedimentos sobre eleição e posse dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- II - procedimentos a serem observados quando houver vacância de cargos da diretoria;
- III - registro das atas das Assembleias Gerais;
- IV – criação do site oficial do consórcio na rede mundial de computadores – Internet;
- V - publicações dos documentos do consórcio e dos atos praticados pelos seus gestores;
- VI - normas sobre processo administrativo, observados os princípios constantes na Lei nº 9.784/99;
- VII - os critérios de reajuste da remuneração dos empregados públicos;
- VIII - o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação e jornada de trabalho dos empregados públicos;
- IX – Forma de expedição dos atos dos órgãos do Consórcio, observado o disposto na Cláusula 28.

CAPÍTULO XX DO FORO

CLÁUSULA 62 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Contrato de Consórcio Público, do Contrato de Consórcio Público que originar, dos Contratos de Programa e Contratos de Rateio e Estatuto do Consórcio, fica eleito o foro da Comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Jaraguá do Sul (SC) em 15 de Junho de 2018

Municípios subscritores do Contrato de Consórcio Público do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGA-AMVALI:

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL

OSVALDO JURCK PREFEITO DE SCHROEDER	JOÃO CARLOS GOTTARDI PREFEITO DE CORUPÁ
ARMINDO SÉSAR TASSI PREFEITO DE MASSARANDUBA	CLÉZIO JOSÉ FORTUNATO PREFEITO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIU

VALTER ZIMMERMANN
PREFEITO DE BARRA VELHA

ANEXO PRIMEIRO

AGENTES PÚBLICOS

Emprego	Vagas	Provimento	Remuneração	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	1	Livre nomeação e demissão	R\$ 10.342,17	40h	Ensino médio
Gerente Administrativo	1	Livre nomeação e demissão	R\$ 6.775,88	40h	Ensino médio

Contador	1	Concurso público	R\$ 2.408,00	20h	Ensino superior completo e habilitação junto ao órgão de classe
Coordenador Meio Ambiente	1	Livre nomeação e demissão	R\$ 4.814,43	40h	Ensino médio
Coordenador Infraestrutura	1	Livre nomeação e demissão	R\$ 4.814,43	40h	Ensino médio
Coordenador De Projetos	1	Livre nomeação e demissão	R\$ 4.814,43	40h	Ensino médio
Controlador Interno	1	Livre nomeação e demissão	R\$ 2.408,00	20h	Ensino médio
Assistente administrativo	2	Concurso público	R\$ 2.408,00	40h	Ensino médio

ANEXO SEGUNDO DESCRIÇÃO DOS CARGOS

TÍTULO: DIRETOR EXECUTIVO:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIGAMVALI. Dirigir veículo automotor fornecido pelo consórcio público para o exercício das suas funções públicas.

REQUISITO e FORMAÇÃO: No mínimo nível médio e experiência comprovada junto à Administração Pública de pelo menos 1 (um) ano.

TÍTULO: CONTADOR:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas à função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIGAMVALI. Dirigir veículo automotor fornecido pelo consórcio público para o exercício das suas funções públicas.

REQUISITO e FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão.

TÍTULO: GERENTE ADMINISTRATIVO:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIGAMVALI. Dirigir veículo automotor fornecido pelo consórcio público para o exercício das suas funções públicas.

REQUISITO e FORMAÇÃO: No mínimo nível médio e experiência comprovada junto à Administração Pública de pelo menos 1 (um) ano.

TÍTULO: COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de meio ambiente; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIGAMVALI. Dirigir veículo automotor fornecido pelo consórcio público para o exercício das suas funções públicas.

REQUISITO e FORMAÇÃO: No mínimo nível médio e experiência comprovada junto à Administração Pública de pelo menos 1 (um) ano.

TÍTULO: COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de infraestrutura; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação

de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIGAMVALI. Dirigir veículo automotor fornecido pelo consórcio público para o exercício das suas funções públicas.

REQUISITO e FORMAÇÃO: No mínimo nível médio e experiência comprovada junto à Administração Pública de pelo menos 1 (um) ano.

TÍTULO: COORDENADOR DE PROJETOS:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de captação de recursos e execução de projetos especiais; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIGAMVALI. Dirigir veículo automotor fornecido pelo consórcio público para o exercício das suas funções públicas.

REQUISITO e FORMAÇÃO: No mínimo nível médio e experiência comprovada junto à Administração Pública de pelo menos 1 (um) ano.

TÍTULO: CONTROLADOR INTERNO:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria Executiva do CIGAMVALI. Dirigir veículo automotor fornecido pelo consórcio público para o exercício das suas funções públicas.

REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de nível superior completo, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

ORGANOGRAMA

RESOLUÇÃO 001_2018 - CIGAMVALI

Publicação Nº 1661858

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia FENISIO PIRES JUNIOR para o emprego público de confiança de DIRETOR EXECUTIVO do CIGAMVALI

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIGAMVALI, fundamentado no art. 37, Incisos II, in fine, e V, da Constituição Federal, no artigo 450 c/c artigos 468 e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e demais legislações correlatas. Considerando-se a aprovação da indicação pela Assembleia Geral na reunião realizada em 15 de Junho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. FENÍSIO PIRES JUNIOR, inscrito no CPF sob nº 074.533.017-77 e no RG nº 4.227.799, para o emprego público de confiança de Diretor Executivo deste Consórcio Público, a contar desta data.

Parágrafo Único – O nomeado fica convocado a tomar posse e entrar em exercício na forma da Lei 11.107/05 e ainda em consonância com o Protocolo de Intenções e o Contrato de Consórcio firmado pelos consorciados.

Art. 2º - O nomeado ficará submetido ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91.

Art. 3º - O nomeado estará submetido à dedicação integral ao Consórcio Público, com salário mensal correspondente à R\$ 10.342,17 (dez mil, trezentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos), conforme Anexo Primeiro do Contrato de Consórcio Público.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01 de Junho de 2018.

Jaraguá do Sul - SC, em 15 de Junho de 2018.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Presidente do CIGAMVALI

RESOLUÇÃO 002_2018 - CIGAMVALI

Publicação Nº 1661859

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA para o emprego público de confiança de GERENTE ADMINISTRATIVO do CIGAMVALI

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIGAMVALI, fundamentado no art. 37, Incisos II, in fine, e V, da Constituição Federal, no artigo 450 c/c artigos 468 e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e demais legislações correlatas. Considerando-se a aprovação da indicação pela Assembleia Geral na reunião realizada em 15 de Junho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA inscrito no CPF sob nº 004.200.839-52 e no RG nº 3.641.796 para o emprego público de confiança de Gerente Administrativo deste Consórcio Público, a contar desta data.

Parágrafo Único – O nomeado fica convocado a tomar posse e entrar em exercício na forma da Lei 11.107/05 e ainda em consonância com

o Protocolo de Intenções e o Contrato de Consórcio firmado pelos consorciados.

Art. 2º - O nomeado ficará submetido ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91.

Art. 3º - O nomeado estará submetido à dedicação integral ao Consórcio Público, com salário mensal correspondente à R\$ 6.775,88 (seis mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), conforme Anexo Primeiro do Contrato de Consórcio Público.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01 de Junho de 2018.

Jaraguá do Sul - SC, em 15 de Junho de 2018.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Presidente do CIGAMVALI

RESOLUÇÃO 003_2018 - CIGAMVALI

Publicação Nº 1661860

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Delega competências ao Diretor Executivo do Consórcio Público, ad referendum da Assembleia Geral, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e fundamentado no caput e nos §1º e 2º da Cláusula 33 do Contrato de Consórcio.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam delegadas ao Diretor Executivo do CIGAMVALI, ad referendum da Assembleia Geral a competência para:

I – Ordenar as despesas do Consórcio Público, observadas as cautelas legais, e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

II – Assinar a Convocação das Assembleias Gerais, após aprovação de pauta;

III - Zelar pelos interesses do Consórcio Público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Contrato ou pelo Estatuto a outro órgão do CIGAMVALI;

IV – Promover os atos operacionais e administrativos, exceto Resoluções, necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público;

V – Julgar, ouvidas as instâncias competentes, recursos relativos à: a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos; b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto, inclusive quanto a contratação do objeto; c) aplicação de penalidades a servidores do Consórcio Público; d) realizar abertura de conta bancária para movimentação financeira, sendo que a assinatura de documentação deverá ser realizada junto com o Presidente do CIGAMVALI.

§ 1º – Excetua-se da delegação de que trata este artigo a autorização para contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários.

§ 2º – Nos demais atos administrativos do CIGAMVALI, assinados pelo Presidente, será solicitada como regra geral a assinatura do Diretor Executivo e a prévia avaliação da assessoria jurídica.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul - SC, em 15 de Junho de 2018.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Presidente do CIGAMVALI

RESOLUÇÃO 004_2018 - CIGAMVALI

Publicação Nº 1661862

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI para o exercício do ano de 2018.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e fundamentado nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal de 1988, na Lei 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00 e considerando ainda a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral realizada em 15 de Junho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI, para o exercício de 2018, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 287.405,98 (duzentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e noventa e oito centavos).

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES	R\$ 285.407,98
Transferências Correntes	R\$ 285.407,98
Transferências Intergovernamentais	R\$ 285.407,98
Transferências dos Municípios	R\$ 285.407,98
Transferências a Consórcio	R\$ 285.407,98
Transferência de Barra Velha	R\$ 31.166,55
Transferência de Corupá	R\$ 17.438,43
Transferência de Jaraguá do Sul	R\$ 191.651,46
Transferência de Massaranduba	R\$ 18.465,90
Transferência de São João do Itaperiú	R\$ 4.138,41
Transferência de Schroeder	R\$ 22.547,23

TOTAL	R\$ 285.407,98
-------	----------------

§1º - A Receita do CIGAMVALI será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

§2º - As Despesas de custeio do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI serão realizadas obedecendo a legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	R\$ 287.405,98
Pessoal e Encargos	R\$ 179.507,98
Outras Despesas Correntes	R\$ 105.900,00
TOTAL	R\$ 287.405,98

Art. 2º - A Presidência do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul - SC, em 15 de Junho de 2018.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Presidente do CIGAMVALI

EGEM

EDITAL Nº 45/2018 CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO PARA O CURSO SOBRE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA

Publicação Nº 1661919

EDITAL Nº 45/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO PARA O CURSO SOBRE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA

1. OBJETIVO DO CURSO

Reconhecer traços discursivos e linguístico-textuais da constituição e do funcionamento do gênero do discurso redação oficial; aprimorar a comunicação escrita e oral; proporcionar informações que auxiliem o participante a construir uma comunicação objetiva e persuasiva, além de promover a auto percepção e o desenvolvimento de métodos e técnicas de comunicação para falar em público com segurança, clareza e objetividade.

2. PÚBLICO-ALVO

Secretários (as) e assessores de gabinete, assistentes administrativos, servidores responsáveis pela elaboração de atos oficiais e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da ARIS Rua General Liberato Bittencourt, 1885 – 12º andar – Canto – Florianópolis – SC
Período das inscrições	Até 15 de agosto de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	15 de agosto de 2018
Período de realização	22 e 23 de agosto de 2018
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	40 pessoas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO II – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

CASO O SEU BOLETO NÃO SEJA QUITADO OU EMPENHO ANEXADO NO AMBIENTE DO ALUNO ATÉ O DIA 15 DE AGOSTO DE 2018, A SUA INSCRIÇÃO SERÁ AUTOMATICAMENTE CANCELADA.

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. DOCENTE

ANA KELLY BORBA DA SILVA BRUSTOLIN

Graduada em Letras - Língua e Literatura Portuguesas (2006/UFSC) e mestre em Linguística (Variação Linguística e Ensino), área da Sociolinguística, pela mesma universidade (UFSC/CAPE/2009). Lecionou língua portuguesa em escolas da rede pública e privada, em curso pré-vestibular, curso técnico e ensino superior. Ganhou a etapa municipal das Olimpíadas de Língua Portuguesa, no ano de 2010, com a Poesia "Sem diamante, mas com amor constante" (do aluno Selmo da Silva Mendes Júnior) e a primeira edição do prêmio "Professor Nota Dez" do município de Florianópolis, em 2012. Participou (2008-2010) do Projeto de Extensão "Variação linguística e ensino de gramática nas escolas do Ensino Fundamental: um estudo do paradigma pronominal" e atualmente participa do grupo de pesquisa "Cultura Escrita e Escolarização" (NELA) e do grupo de pesquisa Núcleo Interinstitucional de Pesquisa Varsul-SC. Publicou dois livros e alguns artigos científicos e acadêmicos, na área. Atualmente, é professora do Curso e Colégio Energia/Florianópolis, revisora de textos e ministra cursos sobre o português e o mercado de trabalho. Tem experiência no ensino/aprendizagem de língua materna, sociolinguística, correção/revisão de textos e redação oficial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, o português e o mercado de trabalho, sociolinguística e língua portuguesa.

7. PROGRAMAÇÃO

22 de agosto de 2018	
08h30 às 12h	Parte I – Componentes intrínsecos ao processo de comunicação empresarial
13h30 às 17h30	Parte II – Estudo introdutório à redação oficial nas esferas pública e privada
23 de agosto de 2018	

08h30 às 12h

Parte III – Oratória: técnicas para falar bem em público

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

FECAM

RESOLUÇÃO Nº 022/2018 - EXTRAVIO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ADVOGADO DA INSTITUIÇÃO

Publicação Nº 1661812

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, volnei José morastoni, Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias conferidas pelo art. 31, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social,

RESOLVE:

1- Tornar público o extravio na primeira quinzena do mês de junho de 2018 da identidade profissional do Advogado da instituição, DIOGO GUSTAVO BEPPLER, expedida em 31 de janeiro de 2008, sob a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina sob o número 25.181.

Florianópolis, 19 de junho de 2018.
VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí
Presidente da FECAM

GRANFPOLIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Nº 03/2018

Publicação Nº 1661185

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que será realizada no dia 29 (vinte e nove) de junho às 9:00 horas em primeira convocação e as 9:30 horas em segunda convocação com qualquer número, de acordo com o estabelecido no Artigo 14 do Estatuto Social, no Município de São José - Centro de Atenção a Terceira Idade - CATI, localizado à Av. Acioni Souza Filho, s/n - Praia Comprida (Beira Mar), para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

9:00 hs - Reunião Administrativa da Associação, exclusiva com Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais;

9:45 hs Abertura da Assembleia Geral Ordinária;

9:55 hs - Discussão e aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária anterior e da Assembleia Geral Extraordinária anterior;

10:00 hs - Apresentação de proposta sobre o Sistema de Inspeção Municipal – SIM – Waldemar Bornhausen Neto – Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação de São José;

10:30 hs - Apresentação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIM Catarina – Elói Rönna – Diretor Executivo;

11:00 hs Palestra do Secretário de Estado da Saúde – Acélio Casagrande, sobre as atividades de sua pasta nos Municípios da região da Grande Florianópolis;

12:00 hs - Assuntos Gerais;

12:30 hs - Encerramento.

Florianópolis (SC) em 21 de junho de 2018.
GEAN MARQUES LOUREIRO
PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 03/2018

Publicação Nº 1661182

RESOLUÇÃO Nº 003/2018

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - O horário de expediente da GRANFPOLIS, durante a Copa do Mundo de 2018, excepcionalmente, será:

I - das 8h00 às 13h30 horas nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 15h00;

II - das 14h30 às 19h00 horas nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 11h00; e

III - das 12h00 às 19h00 horas nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado para as 9h00.

2 - Os empregados que, por qualquer motivo, estejam impedidos de cumprir os horários excepcionais fixados no item 1 desta Resolução deverão observar o expediente normal.

3 - As horas não trabalhadas em decorrência do disposto no item 1 desta Resolução serão objeto de compensação até o dia 31 de dezembro de 2018.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 19 de junho de 2018.
GEAN MARQUES LOUREIRO
Prefeito Municipal de Florianópolis
PRESIDENTE

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1661829

CONVOCAÇÃO COMITÊ DE REGULAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

JOSÉ CARLOS SPENGLER, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, COMUNICA que por razões de interesse e conveniência a REUNIÃO ORDINÁRIA da AGIR incluirá na ordem do dia como item 8 – Avaliação da Decisão e do Relatório da Comissão Especial Mista para o Transporte Público Coletivo de Blumenau e o item subsequente constará como item 9 – Assuntos gerais, conforme apresentado:

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Relatório ouvidoria;
- 3 – Relatório procedimentos saneamento;
- 4 – Relatório procedimentos transporte;
- 5 – Relatório procedimentos econômico-financeiros;
- 6 – Resolução normativa de resíduos;
- 7 – Homologação TAC Brusque;
- 8 - Avaliação da Decisão e do Relatório da Comissão Especial Mista para o Transporte Público Coletivo de Blumenau;
- 9 – Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 20 de junho de 2018.

JOSÉ CARLOS SPENGLER

Presidente do Comitê de Regulação.

DECISÃO Nº 039/2018 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 051/2017 - AGIR

Publicação Nº 1661733

DECISÃO Nº 039/2018

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 051/2017.

OBJETO: Relatório Comissão Especial Mista Transporte Público Coletivo de Blumenau

SOLICITANTE: AGIR.

INTERESSADOS: Município de Blumenau, SETERB, BluMob, Câmara Municipal de Blumenau.

1 - RELATÓRIO

No dia 22 de dezembro de 2017, por iniciativa deste Diretor Geral foi instaurado o presente Procedimento Administrativo de nº 051/2017, visando, por intermédio da constituição de uma Comissão Mista (Resolução nº 068/2017), proceder uma análise técnica do desenvolvimento do Contrato de Concessão de Concessão do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, explorado pela Blu.Mob, no município de Blumenau. Tal iniciativa é decorrente da necessidade de se fazer uma série de melhorias, tanto de ordem contratual, como de efetividade do sistema em operação, como um todo de forma integrada e tendo em vista a aplicação da modicidade tarifária, a eficiência das operações e a manutenção econômico-financeira da concessão.

Convocadas as partes diretamente envolvidas, estas se reuniram para o início dos trabalhos, como está comprovado, não só pelas atas em anexo, mas também pelos demais documentos acostados neste procedimento. Conforme bem descrito no relatório da comissão, vários pontos de interesse foram tratados, que não necessitam ser aqui transcritos, uma vez que o relatório citado é parte integrante da decisão ora proferida. Mas, apenas para registrar, enumeram-se as ações, obedecida a sequência do texto:

- 2 - ...
 - 2.1 – Operacional - Mudança das linhas
 - 2.2 – Frota
 - 2.2.1 – Adequação da quantidade da frota operacional e reserva técnica
 - 2.2.2 – Adequação da potência dos veículos tipo leve
 - 2.2.3 – Substituição de cinco (5) veículos tipo Convencional leve por Micro-ônibus
 - 2.3 – Jurídico
 - 2.4 – Econômico Financeiro – Fluxo de Caixa Descontado (FCD)
 - 3 – Fluxo de Caixa Descontado: Alteração, Impactos e Resultados
 - 3.1 – Fluxo de Caixa Descontado (FDC) – Alterações Operacionais
 - 3.1.1 - até 3.1.5 (Análise de cada linha)
 - 3.1.6 - Impactos na tarifa: Resultado acumulado dos efeitos ocasionados por estas alterações operacionais

- 3.2 – FDC – Alterações na Frota
- 3.2.1 – Quantidade de veículos da frota
- 3.2.2.1 – Redução do investimento em virtude da redução da quantidade Alterações de veículos
- 3.2.2.2 - Impacto no investimento por conta da redução da potência dos Veículos leves.
- 3.2.3 – Custo operacional

- 4 – Alteração dos investimentos previstos no primeiro ano de contrato para aquisição e construção da garagem
- 5 – Análise dos resultados das propostas de aglutinações e itinerários
- 6 – Ajuste aos meses de concessão já decorridos: uma proporção de nove doze avos mais três doze avos referente ao primeiro ano de concessão
- 7 – Ações Regulatórias
- 8 – Resultado final e implantação.
- 9 – Recomendações

Este o breve e necessário relatório.

2 – DECISÃO

Antes de ingressar efetivamente na decisão, é necessário contextualizar a ação da AGIR, dentro de suas atribuições e competências legais.

1. DA IDENTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA

A Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale Do Itajaí – AGIR é pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, regendo-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017/2007.

Desta forma, a AGIR desenvolve seus trabalhos de regulação, fiscalização e controle de serviços públicos em consonância com a Lei Federal nº 11.445/2007, considerada o marco regulatório do saneamento básico. Possui como objeto de regulação os serviços de:

- Abastecimento de água potável;
- Esgotamento sanitário;
- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- Drenagem e manejo das águas pluviais.
-

Com a alteração do Protocolo de Intenções, a AGIR passou também a regular o transporte público coletivo urbano dos municípios de Blumenau, Indaial, Gaspar, Timbó, Rio dos Cedros, Apiúna e Pomerode. O município de Blumenau aderiu ao consórcio através da Lei Ordinária nº 8.363, de 15/12/2016.

Cabe informar que, a AGIR, localizada em Blumenau, Estado de Santa Catarina, na região do Médio Vale do Itajaí, é constituída atualmente pelos 14 (quatorze) municípios desta região, sendo estes: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, conforme demonstra-se na figura 1:

Figura 1 - Área de abrangência da AGIR.

Fonte: Relatório de Atividade da Associação dos municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI (2016).

O município de Blumenau, parte interessada no presente Procedimento Administrativo, aderiu ao Protocolo de Intenções da AGIR por meio da Lei Complementar nº 7.502, de 10 de março de 2010, alterado pela Lei Complementar nº 7.930 de 09 de dezembro de 2013, e ao novo Protocolo de Intenções, através da Lei Complementar nº 8.363 de 15 de dezembro de 2016, considerando neste a inclusão da regulação do transporte público, como acima já declinado.

Assim, a AGIR vem desenvolvendo importante papel em sua região de atuação, considerando o marco regulatório legal, direcionada para a melhor prestação dos serviços de saneamento básico e transporte coletivo. Além disso, é papel da Agência Reguladora editar normas relativas às dimensões técnica, econômica e social, atendendo a aspectos de qualidade, requisitos operacionais e de manutenção, metas de universalização, monitoramentos dos custos etc.

Destacada a breve apresentação da AGIR, apresentamos os dados do município de Blumenau, os dados da prestadora de serviços de esgotamento sanitário e na sequência o pleito da prestadora.

1.1 - DADOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

A cidade é um município do nordeste do estado de Santa Catarina e, segundo sítio oficial do município de Blumenau (2017) fica localizado a 26°55'10" de latitude sul e 49°03'58" de longitude oeste, a uma altitude de 21 metros acima do nível do mar. Outros dados são pertinentes para conhecimento e, seguem na sequência.

Quadro 1 – Localização do município de Blumenau.

Municípios limítrofes: Massaranduba, Jaraguá do Sul, Botuverá, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Luiz Alves e Gaspar.

Prefeito: Napoleão Bernardes – (2017-2020)

Distância até a capital: 150km

Fundação: 2 de setembro de 1850

Microrregião Homogênea do IBGE de Blumenau (294) formada por 15 municípios,

Mesorregião do vale do Itajaí, formado por 53 municípios.

Área: 519,8Km²

Fonte: Sítio oficial de Blumenau. Disponível em: <<http://www.blumenau.sc.gov.br/Blumenau/historia>>. Acesso em: 18 out. 2017.

A população total segundo dados do IBGE 2010, conta com 309.011 habitantes, sendo 294.773 urbana e 14.238 de população rural, cabendo ressaltar que a população estimada pelo mesmo órgão em 2017 alcançou 348.513 habitantes. O município de Blumenau que pertence a Região e participa da Associação dos Municípios da Região do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, tem BLUMOB CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE URBANO DE BLUMENAU SPE LTDA., como a prestadora dos serviços, como bem identificada no Contrato de Concessão nº 042/2017. Colocadas as posições com intuito de deixar claro a competência legal da Agência de Regulação, atividade ainda pouco explorada e conhecida como tal nessa região, adentra-se efetivamente no mérito das conclusões apontada pela Comissão Mista, devidamente instituída para oportunizar o aperfeiçoamento do contrato de concessão vigente sob novas e mais dinâmicas regras para o funcionamento.

Inicialmente deve ser esclarecido que referida Comissão Mista, foi instituída sem qualquer competência decisória, e como tal, sempre pautou suas conclusões nos aspectos técnicos e legais mínimos necessários, com o intuito de apresentar e referendar ações e posições que venham de encontro aos interesses das partes, ou seja, usuários, concedente e concessionária.

Como visto no breve resumo do relatório acima proferido, todas as propostas e ações recomendadas e desenvolvidas pela Comissão, passaram pela composição da frota e suas características, pelo aglutinamento/mudança de rotas, análises de investimentos, ações regulatórias, dentre outras, e ao mesmo tempo foram submetidas à cálculos e ensaios econômicos financeiros, item por item, para ao fim e ao cabo, demonstrar que com essas ações e mudanças, o maior beneficiário é o usuário. Como se depreende dos números apresentados, a tarifa atual apresenta na realidade, uma real possibilidade de se aplica uma redução imediata na base tarifária, na ordem de R\$ 0,09 (nove centavos de cruzeiro). Em ligeiro cair de pano, é possível afirmar que o atual valor de R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos), da tarifa unitária, em tese poderia ser reduzida para R\$ 4,01 (quatro reais e um centavo). Cabe observar, antes de mais nada, que ao ser concedido o reajuste da tarifa, no mês de dezembro de 2017 (base contratual), a AGIR, já de posse de alguns números e situações diagnosticadas, entendeu, sob a rubrica da modicidade tarifária, reconhecer como tarifa aplicável, o valor de R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos), ou seja, o usuário teve uma redução antecipada de R\$ 0,05 (cinco centavos), mas tal diferença, em tese, representaria um crédito em favor da empresa concessionária, por força das cláusulas contratuais vigentes que não podem e nem devem ser ignoradas, sob pena de quebra contratual com as consequências dali decorrentes.

Ciente desta situação, a Agência, já agora contando com o auxílio dos interessados, identificou pontos de estrangulamento no sistema e que poderiam ser imediatamente corrigidos e implementados, sempre na mais restrita observância das regras contratuais da concessão vigente. O Quadro 27 exibido no relatório da Comissão, e abaixo reproduzindo, demonstra de forma clara como as alterações propostas e executadas impactam diretamente nos itens que compõe a base tarifária.

Quadro 27: Efeitos sobre a tarifa após compensações.

Fonte: AGIR. (2018).

Aqui sempre é utilizado o preço base da tarifa, no início do contrato, haja visto que tudo passa necessariamente pelo fluxo de caixa que deve sempre levar em conta todo o período da concessão.

De mesmo modo, na apuração da tarifa no decorrer do último reajuste, face a necessidade de arredondamento, a quebra foi puxada para R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos), e por isso, a grosso modo trabalha-se com preço base, em razão do arredondamento à menor, para a tarifa base de R\$ 4,00 (quatro reais).

É ainda necessário e indispensável, nesta ocasião, a manifestação da Agência Reguladora quanto a situação da oneração dos impostos PIS/COFINS, como expressamente demonstrado no Quadro 20, também ora reproduzido que reconhece em favor da Concessionária, o valor de R\$ 450.280,03 (quatrocentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta reais e três centavos):

Quadro 20: Compensação de Receita referente à alteração nos impostos PIS COFINS.

Fonte: AGIR. (2018).

Inicialmente, tal valor não havia sido reconhecido pela agência, em razão de um pleito equivocado e que havia sido autuado como Procedimento Administrativo nº 038/2017, e diante da instalação e atuação da Comissão, foi acordado que tal valor, como nem poderia deixar de ser, foi reconhecido como fator de desequilíbrio do contrato em favor da Concessionária, como expressamente ajustado na concessão.

Da mesma forma, como houve, por força dos termos contratuais, o reconhecimento de uma tarifa de R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos), e o valor deferido foi de R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos), não resta nenhuma dúvida que em favor da empresa concessionária resta um crédito de R\$ 289.150,95 (duzentos e oitenta e nove mil, cento e cinquenta reais e noventa e cinco centavos), como se apresenta no Quadro 22, do relatório, de onde se retira a cópia ora reproduzida:

Quadro 21: Compensação de Receita referente a diferença de R\$0,05 na tarifa efetiva.

Fonte: AGIR. (2018).

Outro elemento que deve ser mencionado e já foi reconhecido como de interesse para o sistema, foi a mudança da pintura dos ônibus velhos que ainda compõe a frota e que em curto espaço de tempo já estarão fora de uso, tanto pela antecipação das trocas, como aquelas contratualmente ajustadas. Entendeu a Concedente, após pesquisas e estudos, que antes de mais nada, o mais importante e urgente seria a modernização da sinalização dos terminais, dando toda uma nova conceituação comunicativa visual das informações, em cada um de seus terminais. O pleito, após várias consultas e investigações, também é reconhecido como pertinente e necessário e por isso, foi autorizada essa substituição, tudo de acordo com os procedimentos administrativos produzidos pelo SETERB.

Esses os pontos que merecem uma análise em separado e que têm, portanto, o reconhecimento por parte da Agência Reguladora. Tais ações, por outro lado, não dependem, à princípio, de maior atenção regulatória, uma vez que são ações vistas como meras ações de gestão contratual, e que não demandam outros procedimentos formais, salvo os cuidados legais dos atos administrativos.

Assim, a AGÊNCIA, por suas próprias razões de fato e de direito, reconhece em favor da Concessionária, os créditos do PIS CONFINS, como demonstrado no Quadro 20, os créditos gerados pela redução da tarifa (Quadro 21) e o saldo de R\$ 60.756,48 (sessenta e mil, setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos), como visto no quadro 23, todos estes já apresentados no Relatório da Comissão Mista.

Por fim, cabe a essa Gerência, manifestar-se sobre os demais pontos do Relatório emitido pela Comissão Mista, não em termos de julgamento, mas sim em termos de validar os resultados apresentados e que, como bem mencionado naquele instrumento, que todas essas vantagens levadas em consideração para a redução da Tarifa vigente, deve ser necessariamente aceita e aplicada, em sua totalidade, para que realmente os reflexos sejam transferidos para o custo tarifário ora praticado.

O Quadro 27, do relatório, e acima transcrito, aponta deste modo, para uma tarifa inicial, no valor de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos), em relação ao apresentado no edital. Observa ainda o referido Relatório, de que " a redução da tarifa deverá considerar o período em que se encontra a Concessão, nos termos contratuais, vez que a revisão/reajuste sempre deve ocorrer no mês de dezembro de cada ano.

Nada, porém impede que seja a redução da tarifa, aplicada de imediato, ou seja, a partir do mês seguinte à total e final validação de todos os atos, que se fazem necessários e indispensáveis, como a manifestação do Comitê de Regulação, a realização de uma Consulta Pública e de uma Audiência Pública, dando assim a garantia exigida para tal.

O Relatório final da Comissão Mista, recomenda ainda que a melhor época para aplicar a redução tarifária seria na mesma oportunidade do reajuste, respeitados os índices inflacionários, vez que o valor da tarifa não depende tão somente deste componente, mas também de outros, como a quilometragem percorrida, o número de passageiros transportados, valor do combustível à época, etc.

1.2 – DAS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO MISTA

Ao concluir seus trabalhos, que estão traduzidos nas linhas do Relatório que ora é objeto de nossa análise e decisão, a Comissão Mista apresenta recomendações que entende ser de vital importância para implementação e ou implantação e assim, permitir a melhoria do sistema, que deve, a princípio, trazer o equilíbrio econômico financeiro ao contrato, a execução do serviços concedido, observados os princípios de eficiência e eficácia, e trazer, ao mesmo tempo, a satisfação e a economicidade ao usuário, duas vertentes nem sempre tão fáceis e simples de atender.

Em relação à essas recomendações, não há como não as enxergar, como medidas legais e necessárias, que vêm, ao final, em atenção à melhoria do sistema de transporte coletivo de Blumenau, sem fazer onerações ao usuário final. Pelo contrário, entende também essa Direção Geral que as melhorias apontadas não podem e nem devem ser relegadas ao esquecimento, mas sim, estudas e após as análises, fazer a implantação das mesmas. Assim, repetem-se as recomendações:

1. Manter as alterações nas linhas e itinerários, conforme justificativas apresentadas no item 5;
2. Aplicar a redução de tarifa obtida pelas ações propostas em dezembro 2018 junto ao reajuste tarifário;
3. O próximo reajuste tarifário deverá ser pautado nos dados utilizados para calcular o primeiro reajuste e as informações atualizadas para assim verificar o impacto real da variação de preço ocorrida no período, bem como a variação do IPKe;
4. Ao resultado obtido pelo cálculo de reajuste deverá ser reduzido o valor de R\$ 0,09 (nove centavos) referente às alterações realizadas no âmbito desta Comissão;
5. Que o equilíbrio econômico e financeiro desta Concessão seja acompanhado durante todo o período e que qualquer desequilíbrio seja avaliado;
6. Avaliar junto ao departamento técnico (SETERB, BluMob, Prefeitura Municipal e AGIR) situações de sobreposição de linhas que ainda existem no sistema de transporte público coletivo municipal, a fim de corrigir situações assim aglutinando linhas que resulte em uma maior eficiência e eficácia da prestação de serviço;
7. Adequação da oferta à demanda, durante os finais de semana, sábados, domingos e feriados;
8. Orientar a Administração Municipal Concedente, no sentido de que, quando da implementação de obras que possam impactar o transporte público coletivo, tal impacto/custo seja alocado no valor da referida obra, com posterior ressarcimento à Concessionária, sem que isso cause impacto no cálculo da tarifa, uma vez que incremento em quilometragem reflete em aumento de custo;
9. Promover, na sequência do encerramento desta comissão, estudos para análise da composição tarifária, no sentido de apurar as gratuidades e outras vantagens, de modo que tais valores não sejam remunerados tão somente pelos usuários do sistema;
10. Desenvolver estudos relacionados à tarifa embarcada diferenciada, ou seja, uma tarifa definida para o uso do cartão e uma tarifa diferenciada para pagamento em dinheiro, de modo que não seja alterado o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão.
11. Recomenda-se a análise sistêmica das legislações relacionadas no Anexo I, 10 do Edital de Licitação, em especial as que dispõe sobre gratuidades e isenções, tendo em vista que as mesmas afetam diretamente no valor da tarifa, bem como, a possibilidade de medidas que visam diminuir o custo, como o incentivo ao uso do cartão, tarifa embarcada, cadastramento voluntário dos idosos, a revisão do período escolar e a possibilidade de implantação de linhas testes sem a figura do cobrador, situações estas que poderão refletir diretamente no custo da composição da tarifa.

Além destas recomendações, ainda sob o olhar da regulação, importa destacar que alguns aspectos gerais devem ser observados pelas partes, como a seguir elencados:

a) A autarquia SETERB, deverá nomear/instituir, se ainda não o fez, uma Comissão para o efetivo acompanhamento do contrato e, dentro desta, um especial cuidado para que seja mantido o devido equilíbrio da concessão, prestando contas de sua atuação, trimestralmente a Agência Reguladora;

b) Determinar que a Administração Municipal, constitua e ou indique, a partir da Comissão Municipal de Mobilidade Urbana, uma pessoa e mais um suplente, oriundo da classe dos usuários, para que possam representar a categoria, perante as demandas do transporte coletivo urbano, junto a AGIR, sempre que convocados e ou entenderem necessário;

c) Recomendar à Administração Municipal, que ao aprovar novos projetos que contemplem a abertura/prolongamentos de vias públicas, abra-se oportunidade para a manifestação dos órgãos competentes municipais, em relação à mobilidade e a possibilidade de integração destas ao sistema já existente, de modo a facilitar o trânsito e percursos das linhas de ônibus;

d) Que seja implementado, um fundo Municipal com mecanismos que permitam destinar recursos, para a indenização de eventuais ações tomadas pela administração municipal de Blumenau e que venham causar prejuízos para a Concessionária, para que estes, não sejam repassados para a composição dos custos tarifários;

e) Fica determinado que, em havendo necessidades de mudanças nas rotas, como aglutinação, redução, ampliação, seja observado um prazo de sessenta (60) dias, à título de experiência e que seja, neste período, disponibilizados mecanismos para as manifestações dos

usuários, de forma simples e acessível e que ao final, todas as demandas sejam respondidas/explicadas/consideradas, observadas as regras contratuais aplicáveis e respeitada a autonomia do SETERB.

f) Em atenção a recomendação de número dez (10), fica lançada ainda a instituição de cartões/identificações dos usuários das gratuidades, haja visto que no atual momento, não existe um controle efetivo e também não sabe o sistema, qual o número de pessoas beneficiadas pela legislação, que hoje transitam pelos ônibus, gerando esta situação, uma zona turva que dificulta algumas tomadas de decisão.

g) Ainda em atenção à recomendação de número dez (10), sejam desenvolvidos estudos no sentido da melhoria da frota utilizada para a execução da concessão, visando a instalação de ar condicionado, seus reflexos tarifários, sempre respeitada a sua modicidade bem como a capacidade de pagamento dos usuários;

h) Em relação aos valores, eventualmente obtidos com as receitas acessórias, estes devem ser aplicados, respeitadas as condições legais, exclusivamente na composição das tarifas;

Estas as recomendações e diretrizes expedidas para a melhoria da Gestão do Contrato de Concessão do Transporte Público Coletivo de Blumenau, e que, serão monitoradas pela Agência Reguladora, e que, terão impacto direto nas próximas revisões e reajustes, em caso de não cumprimento e/ou outra situação prejudicial para qualquer das partes, respeitadas as cláusulas contratuais vigentes.

Como não se trata de uma decisão que mereça o contraditório, pelo menos nesta fase, RATIFICO os termos do Relatório para todos os seus jurídicos e legais efeitos, e, para o regular prosseguimento e validação destas recomendações e indicações, tanto de ordem operacional, como de ordem técnica e de gestão, determina-se:

I – Remessa de todo o Procedimento para análise e conhecimento do Comitê de Regulação, para sua manifestação como órgão de última instância administrativa, no sentido de reconhecer ou não, as medidas recomendadas e apontadas, tanto do Relatório da Comissão Mista, como aquelas expedidas na decisão do Diretor Geral.

II – Após a manifestação do Comitê de Regulação, seja aberto prazo para Consulta Pública, pelo prazo de quinze (15) dias, bem como, simultaneamente, seja aberto prazo a Audiência Pública, este pelo prazo de trinta dias (30), cujos regulamentos posteriormente serão disponibilizados no site da www.agir.sc.gov.br;

Publique-se a presente decisão no DOM e no site da AGIR.

Publique-se ainda, no site da AGIR, o Relatório Final da Comissão Mista, com os seus anexos e atas das reuniões.

Após as publicações, junte-se a comprovação destas, ao presente procedimento.

Encaminhe-se todo o Procedimento, devidamente autuado, ao Presidente de Comitê de Regulação, para manifestação daquele colegiado, na primeira sessão

Blumenau, 21
de junho de 2018
Heinrich Luiz Pasold
Diretor Geral

RESOLUÇÃO Nº 086-2018 - AGIR

Publicação Nº 1661763

RESOLUÇÃO Nº 086/2018

ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DOS SERVIDORES DA AGIR NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DURANTE A 1ª FASE DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e inciso X da Cláusula 45, c/c art. 55 do Anexo II – Estatuto dos Servidores Públicos, do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, e

Considerando que os jogos da 1ª fase estão previstos para o horário das 09:00 horas no dia 22 de junho e das 15:00 horas no dia 27 de junho do corrente, coincidindo com horário regular de trabalho da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado, em caráter excepcional, o horário de expediente e atendimento ao público na AGIR, nas seguintes datas:

I – 22 de junho do corrente (jogo às 09h00min): o horário regular será das 12h00min às 18h00min, em turno ininterrupto;

II - 27 de junho do corrente (jogo às 15h00min): o horário regular será das 07h00min às 13h00min, em turno ininterrupto.

Art. 2º - O servidor impedido, por qualquer motivo, de cumprir os horários fixados deverá cumprir o seu horário normal de expediente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 20 de junho de 2018.
HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR.

ARIS**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018 - REGISTRO DE PREÇO - OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - REPUBLICAÇÃO**

Publicação Nº 1661762

Aviso de Licitação - REPUBLICAÇÃO
Pregão Presencial nº 02/2018
Processo Licitatório nº 34/2018

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr. Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 05 de julho de 2018, às 15:00h, licitação na modalidade pregão, forma presencial, com a finalidade de selecionar propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 14h30min do dia 05/07/2018.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h55min do dia 05/07/2018.
- Abertura da sessão pública do pregão: 15h do dia 05/07/2018.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, nº 885-A, 12º andar, Bairro: Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800

Florianópolis, 21 de junho de 2018.

Adir Faccio
Diretor-geral da ARIS

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2018 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO COM TRANSFORMAÇÃO EM LABORATÓRIO MÓVEL - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1661840

Aviso de Licitação
Pregão nº 004/2018
Processo Licitatório nº 36/2018 – REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, por intermédio de seu Diretor-geral, Sr. Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 09/07/2018, às 15h horas, licitação na modalidade pregão, forma presencial, tipo menor preço, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSFORMAÇÃO EM LABORATÓRIO MÓVEL, conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 14h30min do dia 09/07/2018;
- Limite para entrega dos envelopes de proposta e habilitação: 14h55min do dia 09/07/2018;
- Abertura da sessão pública do pregão: às 15h do dia 09/07/2018.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- § Telefone/fax: (48) 3954-9100
- § E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- § Site: www.aris.sc.gov.br
- § Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - A, 12º andar, Bairro: Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800

Florianópolis 21 de junho de 2018.

Adir Faccio
Diretor-Geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2018 - REGISTRO DE PREÇO - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE ESPECIFICAMENTE DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS LABORATÓRIO - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1661566

Aviso de Licitação nº 24/2018
Pregão nº 01/2018 - REPUBLICAÇÃO

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr. Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 12/07/2018, às 15h00min, licitação na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS, forma presencial, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE ESPECIFICAMENTE DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, conforme

especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital, tendo em vista que o primeiro certame restou deserto ante a ausência de interessados.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 14h30min do dia 12/07/2018.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h55min do dia 12/07/2018.
- Abertura da sessão pública do pregão: 15h00min do dia 12/07/2018.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885-A, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800

Florianópolis 21 de junho de 2018.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIGA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 200/2018 - DOUGLAS JANSEN 05319761902

Publicação Nº 1661097

EXTRATO DE CONTRATO Nº 200/2018

Processo Administrativo n.º 20/2018

Dispensa de Licitação n.º 15/2018

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: Douglas Jansen 05319761902

CNPJ: 30.608.445/0001-10

OBJETO: contratação de empresa especializada na produção de vídeos no conceito motion design, todos com duração de 1(um) minuto, conforme detalhado a seguir:

- 1 (um) vídeo institucional do CIGA, que possibilite o entendimento acerca do que é um consórcio público, o papel do CIGA como fomentador de tecnologia aos municípios consorciados e o auxílio prestado na transparência e no crescimento econômico sustentável dos municípios; e

- 7 (sete) vídeos que apresentem, individualmente, as seguintes soluções disponibilizadas pelo CIGA aos seus consorciados: Diário Oficial dos Municípios – DOM; Gestão das Câmaras de Vereadores – G-Câmara; Gestão do Simples Nacional – G-Simples; Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota; Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM; Gestão de Obras – G-Obras; e Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – G-DEC.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato se inicia na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2018, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 1993.

O prazo de execução deste Termo de Contrato se inicia na data de sua assinatura, encerrando-se quando do recebimento definitivo dos serviços prestados, previsto para até o dia 31 de dezembro de 2018.

O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, desde que haja justificativa e seja autorizada pelo Diretor Executivo, representante legal do CONTRATANTE, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

Florianópolis, 08 de junho de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**CONTRATO Nº 2018/014 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PATRIMONIAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA A SEDE DO CIMVI (INCLUINDO GUARITA) LOCALIZADA EM TIMBÓ E GESTÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO CIMVI LOCALIZADA EM INDAIAL**

Publicação Nº 1661421

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2018/014

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Indaial Limpeza e Conservação Ltda ME

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza patrimonial, incluindo o fornecimento de equipamentos/materiais de limpeza, para a sede do CIMVI (incluindo guarita) localizada em Timbó e gestão de licenciamento ambiental do CIMVI localizada em Indaial, conforme segue:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
01	06	MÊS	Serviços de limpeza patrimonial, incluindo o fornecimento de equipamentos/materiais de limpeza, na sede administrativa e guarita do CONTRATANTE, localizados na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, cidade de Timbó/SC. Serviços de Limpeza a serem efetuados três vezes por semana	850,00	5.100,00
02	06	MÊS	Serviços de limpeza patrimonial, incluindo o fornecimento de equipamentos/materiais de limpeza, na sede da gestão de licenciamento ambiental do CIMVI, localizada na rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485 - sala 05, bairro dos Estados, na cidade de Indaial/sc. Limpeza a ser efetuada duas vezes por semana.	400,00	2.400,00
VALOR GLOBAL					7.500,00

VIGÊNCIA: até 31 de Dezembro de 2018.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 21 de Junho de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente
-----**CIS/AMMVI****ATA 60_2018 - CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Publicação Nº 1660777

ATADEREGISTRODEPREÇOS - Nº 60 / 2018

PREGÃO ELETRÔNICO 16 / 2017

(Vigência de 18/06/2018 até 19/01/2019)

CONTRATAÇÃO DE LICITANTE NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA ATENDER SALDO REMANESCENTE NOS TERMOS DO INCISO XI, ART. 24 DA LEI 8.666/1993

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2017, habilitar a empresa que encontra-se na ordem de classificação, com aceite em atender nas mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto aos preços indicadas nesta ATA, e nas condições previstas no Edital nº 16/2017, o saldo remanescente dos itens abaixo relacionados, constantes da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2017, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e

em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de saldo remanescente dos medicamentos abaixo relacionados, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2017.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 14 (quatorze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo III do Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2017, na forma programada pelo Consórcio Público.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas são os que seguem:

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares LTDA. - CNPJ 03.652.030/0001-70					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
288	Salbutamol, 100 mcg/dose, aerosol oral, frasco com 200 doses, embalagem individual em cartucho.	Pharmascience	30.260 frascos	5,698	R\$ 172.421,48

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade desta Ata de Registro de Preços será de 18/06/2018 até 19/01/2019).

4. DO PRAZO DE ENTREGA

4.1 Os fornecedores terão o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo III, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc., ressalvado a ocorrência da prorrogação estabelecida no item 18.6.1.3 do Edital.

5. DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS

5.1 O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) mesmo(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

5.2 O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos.

5.3 O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

5.4 Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

5.5 Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o Consórcio. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

5.6 A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

6.2 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, das obrigações assumidas pelas empresas participantes, ou do contrato, poderá o CISAMVI aplicar à empresa as seguintes sanções:

6.3.1. advertência;

6.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

6.3.3. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;

6.3.4. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Ata;

6.3.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do inadimplido.

6.3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portalda.transparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

6.3.7 A multa moratória prevista no item 18.6.1.3 do Edital é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nos itens 18.6.1.4 e 18.6.1.5 do Edital, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

6.3.8 Aplicar-se-á a multa prevista no item 18.6.1.5 do Edital, no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

6.3.9 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista no item 18.6.1.4 do Edital, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista no item 18.6.1.5 do Edital, caso o mesmo não seja aceito.

6.3.10 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 18.6.1.4 do edital por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo CISAMVI.

6.3.11 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios Consorciados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3.12 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

6.3.13 Das decisões que cominarem penalidades, no caso do item 18.6.1 do edital, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

6.3.14 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

6.3.15 No caso do item 18.11 do Edital, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

6.3.16 As multas eventualmente aplicadas, deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 Os preços não serão reajustados durante a Ata de Registro de Preços.

7.2 Os preços podem ser revistos durante a validade das Atas de Registro de Preços, conforme itens 18.7.2 e 19.1.1 do Edital.

7.3 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

7.4 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 016/2017 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade, o preço unitário permanecerá inalterado.

7.5 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

7.6 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2017 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

Blumenau/SC, 18 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

Edivar Szymanski

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares LTDA.

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 14/2018

Publicação Nº 1661335

ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO PARA ANÁLISE E DECISÃO QUANTO A DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 14/2018

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às onze horas, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI (Rua Alberto Stein, nº 466, 3º andar, bairro Velha, em Blumenau/SC), reuniram-se Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Resolução nº 201 de 25/04/2018, para análise e decisão quanto aos documentos encaminhados pelos licitantes convocados na reunião de 14/06/2018, face à desclassificação dos até então vencedores dos itens 14 e 34 do Pregão Eletrônico nº 014/2018, cujo objeto é o Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Altermed Material Médico Hospitalar LTDA. (CNPJ 00.802.002/0001-02) apresentou a documentação correspondente ao item 34 e atendeu à todas as exigências do Edital, tendo sido previamente habilitada.

Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares LTDA. (CNPJ 02.520.829/0001-40) atendeu à todas as exigências do Edital e foi previamente

habilitada (item 14).

Encerrada a reunião, foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

Lígia Hoepfner
Pregoeira

Daniella M. Tarouco Mônica M.C.M. Silva Silvani M.S. Amaral
Equipe de Apoio Equipe de Apoio Equipe de Apoio

RESOLUÇÃO 218/2018 - PADRONIZA O ENVIO DE INFORMAÇÕES PARA O SISREG SOBRE QUANTIDADE DE PROCEDIMENTOS EXECUTADOS VIA CISAMVI

Publicação Nº 1661721

RESOLUÇÃO nº. 218, de 19/06/2018.

Padroniza o envio de informações para o SISREG sobre quantidade de procedimentos executados via CISAMVI.

CLEONES HOSTINS, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº. 182/2017 e pela alínea “a” do inciso I, do Art. 49 do Estatuto do CISAMVI; e Considerando a Deliberação 043CIB/2018, de 15 de março de 2018, que aprova as orientações para inserção dos consórcios no sistema Nacional de Regulação – SISREG;

Considerando a Deliberação CIR nº. 11/2018, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre a aprovação da organização e operacionalização do sistema SISREG para regulação de pacientes pelos municípios da CIR do Médio Vale do Itajaí.

Considerando que os municípios de: Apiúna, Botuverá, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio optaram pela regulação de seus procedimentos na Central de Regulação de Blumenau;

Considerando a necessidade de quantificar as cotas de procedimentos executadas via CISAMVI, de interesse dos consorciados;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica padronizado o envio e recebimento das informações ao SISREG relativas à quantidade de procedimentos que os municípios desejam executar mensalmente via CISAMVI.

§ 1º A quantidade de procedimentos mencionada no caput serve apenas como base para definição pelo médico regulador do número de pacientes prioritários para o período, não restringindo a avaliação de toda a fila inserida no SISREG.

Art. 2º - Até o 20º dia de cada mês, os municípios de: Apiúna, Botuverá, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio, devem atualizar a planilha virtual, disponível no link: <https://goo.gl/3CYLVA>.

§ 1º Cada município deve preencher única e exclusivamente o seu campo, atentando-se ao código e nome do procedimento desejado.

§ 2º Os municípios receberão login e senha específicos para o acesso e edição à planilha, conforme anexo I desta resolução.

§ 3º A não atualização da planilha até a data limite, sujeita o município ao quantitativo do mês anterior.

Art. 3º - A partir das 17h do 20º dia de cada mês, o CISAMVI enviará uma cópia da planilha ao e-mail: regulacaosemus@blumenau.sc.gov.br.

§ 1º A cópia enviada à Central de Regulação de Blumenau servirá para definição da quantidade de procedimentos aprovados para o mês subsequente, pela regulação médica, para cada município.

Art. 4º - Alterações após a data limite, somente quando excepcionais, deverão ser feitas diretamente com a Central de Regulação de Blumenau.

Art. 5º - Havendo a adesão de novos municípios à Regulação na Central de Blumenau, estes serão subordinados aos procedimentos desta Resolução.

Art. 6º - A definição dos pacientes prioritários ou a própria avaliação do procedimento solicitado caberá ao profissional médico regulador, que deverá atuar respeitando a política nacional de regulação do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 19 de Junho de 2018.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

ANEXO I

RESOLUÇÃO nº. 218, de 19/06/2018.

Link de Acesso: <https://goo.gl/3CYLVA> (respeitar maiúsculas e minúsculas).

I. Apiúna

Usuário: apiuna.cisamvi@gmail.com

Senha: informada ao município

II. Botuverá:

Usuário: botuvera.cisamvi@gmail.com

Senha: informada ao município

III. Doutor Pedrinho

Usuário: doutorpedrinho.cisamvi@gmail.com

Senha: informada ao município

IV. Guabiruba

Usuário: guabiruba.cisamvi@gmail.com

Senha: informada ao município

V. Rio dos Cedros

Usuário: riodoscedros.cisamvi@gmail.com

Senha: informada ao município

VI. Rodeio

Usuário: rodeio.cisamvi@gmail.com

Senha: informada ao município

RESOLUÇÃO Nº 220/2018 - CISAMVI

Publicação Nº 1661741

RESOLUÇÃO Nº 220, de 21/06/2018

Altera o horário de expediente dos servidores do CISAMVI nos dias de jogos da Seleção Brasileira durante a 1ª fase da Copa do Mundo de Futebol

CLEONES HOSTINS, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº. 182/2017 e pela alínea “a” do inciso I, do Art. 49 do Estatuto do CISAMVI; e

Considerando que os jogos da 1ª fase estão previstos para o horário das 09:00 horas no dia 22 de junho e das 15:00 horas no dia 27 de junho do corrente, coincidindo com horário regular de trabalho da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado, em caráter excepcional, o horário de expediente e atendimento ao público no CISAMVI, nas seguintes datas:

I – 22 de junho do corrente (jogo as 09h00min): o horário regular será das 12h00min às 18h00min, em turno ininterrupto;

II - 27 de junho do corrente (jogo as 15h00min): o horário regular será das 07h00min as 13h00min, em turno ininterrupto.

Art. 2º - O servidor impedido, por qualquer motivo, de cumprir os horários fixados deverá cumprir o seu horário normal de expediente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 21 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo.

CIS/AMURC**PROCESSO SELETIVO 01/2018 PRORROGAÇÃO**

Publicação Nº 1661925

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50, com sede situada a Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas, SC, através de seu Presidente, com o intuito da ampla concorrência e a interesse público, comunica aos interessados:

- A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO ATÉ AS 15H DO DIA 28 DE JUNHO DE 2018, com a lista de inscrições homologadas sendo divulgada até as 18h da mesma data, recursos até as 12h do dia seguinte, demais disposições do edital seguem inalteradas.

Canoinhas, 21 de junho de 2018.

ADELMO ALBERTI

PRESIDENTE

CIS/AMURES**1º TERMO ADITIVO CLÍNICA DE OLHOS DA SERRA LTDA.**

Publicação Nº 1661425

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS E CLÍNICA DE OLHOS DA SERRA LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 07.383.800/0001-88, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, CEP 88.502.230, neste ato representado por sua presidente Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, portadora do RG nº 4.399.773 e CPF nº 007.142.639-66, Prefeita Municipal de Palmeira e do outro lado, a CLÍNICA DE OLHOS DA SERRA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ Nº 26.629.673/0001-07, com endereço à Rua João de Castro, nº 68, Centro, Lages/SC, neste ato representada por ALEXANDRE DALLABRIDA, CPF nº 774.054.639-91, têm justo e firmado entre si este Termo Aditivo, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prorrogação de prazo e adequação de valores do contrato celebrado em 22 de Junho de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 020/2017, conforme autoriza o item 7, do contrato original, bem como o edital de credenciamento nº 01/2017, ficando estabelecido como final de vigência a data de 31 de Dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEQUAÇÃO DE VALORES

Fica reajustado os valores do objeto do contrato original de acordo com tabela atual do CIS/AMURES, que consta no Anexo I do edital de credenciamento 2018.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, não alteradas por este instrumento.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente termo aditivo em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Lages, 21 de Junho de 2018
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Presidente CIS/AMURES

ALEXANDRE DALLABRIDA
Clínica de Olhos da Serra Ltda

Testemunha:

Testemunha:

1º TERMO ADITIVO CLÍNICA MÉDICA PONTIN LTDA.

Publicação Nº 1661450

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 022/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS E CLINICA MÉDICA PONTIN LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 07.383.800/0001-88, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, CEP 88.502.230, neste ato representado por sua presidente Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, portadora do RG nº 4.399.773 e CPF nº 007.142.639-66, Prefeita Municipal de Palmeira e do outro lado, a CLÍNICA MÉDICA PONTIN LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ Nº 10.805.029/0001-02, com endereço à Rua General Nepomuceno Costa, nº 505, Centro, Lages/SC, neste ato representada por JOSÉ ROBERTO KOCH PONTIN, CPF nº 001.138.199-00, têm justo e firmado entre si este Termo Aditivo, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prorrogação de prazo e adequação de valores do contrato celebrado em 22 de Junho de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 022/2017, conforme autoriza o item 7, do contrato original, bem como o edital de credenciamento nº 01/2017, ficando estabelecido como final de vigência a data de 31 de Dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEQUAÇÃO DE VALORES

Fica reajustado os valores do objeto do contrato original de acordo com tabela atual do CIS/AMURES, que consta no Anexo I do edital de credenciamento 2018.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, não alteradas por este instrumento.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente termo aditivo em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Lages, 21 de Junho de 2018
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Presidente CIS/AMURES

JOSÉ ROBERTO KOCH PONTIN
Clínica Médica Pontin Ltda

Testemunha:

Testemunha:

1º TERMO ADITIVO VISIMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA.

Publicação Nº 1661457

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS E VISIMED SERVIÇOS MÉDICOS – EIRELI - ME.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 07.383.800/0001-88, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, CEP 88.502.230, neste ato representado por sua presidente Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, portadora do RG nº 4.399.773 e CPF nº 007.142.639-66, Prefeita Municipal de Palmeira e do outro lado, a VISIMED SERVIÇOS MÉDICOS – EIRELI - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ Nº 24.776.337/0001-53, com endereço à Avenida João Gualberto, nº 1721, Centro, Lages/SC, neste ato representada por MARLISE PRIORI DALTOE, CPF nº 973.841.359-15, têm justo e firmado entre si este Termo Aditivo, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prorrogação de prazo e adequação de valores do contrato celebrado em 23 de Junho de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 021/2017, conforme autoriza o item 7, do contrato original, bem como o edital de credenciamento nº 01/2017, ficando estabelecido como final de vigência a data de 31 de Dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEQUAÇÃO DE VALORES

Fica reajustado os valores do objeto do contrato original de acordo com tabela atual do CIS/AMURES, que consta no Anexo I do edital de credenciamento 2018.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, não alteradas por este instrumento.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente termo aditivo em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Lages, 22 de Junho de 2018
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Presidente CIS/AMURES

MARLISE PRIORI DALTOE
Visimed Serviços Médicos

Testemunha:

Testemunha:

CISAMREC**ATA 04 - PREGÃO 006.CISAMREC.18 - TRANSFERÊNCIA PARA O 2º COLOCADO**

Publicação Nº 1661872

ATA 04
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
PODER EXECUTIVO
ATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/CISAMREC/2018
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC
Processo Administrativo Nº 514605

ATA DA REUNIÃO RESERVADA DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA PARA TRANSFERENCIA DE ITEM PARA O SEGUNDO COLOCADO.

OBJETO: Registro de preços de medicamentos, através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras e eventuais, de medicamentos e Alimentações Especiais para atendimento a rede municipal de saúde dos Municípios Consorciados no Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC

Às nove horas, do dia vinte e um, do mês de junho, do ano de dois mil e dezoito, na Diretoria de Logística – Sala de Licitações - localizada no Paço Municipal "Marcos Rovaris", na Rua Domênico Sonogo nº 542, nesta cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, reuniram-se a Pregoeira e Equipe de apoio, designada pelo Decreto SG/nº 442/18 de 09 de abril de 2018, para processamento do edital de Pregão Presencial supracitado. Aberto os trabalhos pela Pregoeira, Sra. NELI SEHNEM DOS SANTOS, a mesma informou que a empresa CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA solicitou sua desclassificação para o item 66 (AZITROMICINA 200MG/5ML) do edital supracitado, tendo em vista a falta momentânea do produto por produção sobrecarregada e com previsão de início de regularização para julho de 2018. Desta forma, foi solicitado a empresa NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA segunda classificada de acordo com ata 01, e conforme e-mail em anexo, a empresa confirma interesse de fornecimento do item 66 (AZITROMICINA 200MG/5ML) pelo mesmo preço ofertado pelo primeiro colocado. De acordo com processo administrativo nº 003/ADM/CISAMREC/2018, exarado de forma favorável, pelo Diretor Executivo do CISAMREC Sr. Roque Salvan, a pregoeira e equipe de apoio manifestam-se pelo acolhimento do pedido, e, portanto, declarada vencedora para o item 66 a empresa NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, que ofertou o preço unitário de R\$5,29 (Cinco reais e vinte e nove centavos). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão as 09h35min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos integrantes da Equipe de Apoio. Criciúma, 21 de junho de 2018.

NELI SEHNEM DOS SANTOS	OSMAR CORAL	CARLOS HENRIQUE FERREIRA PACHECO
Pregoeira	Equipe de Apoio	Equipe de Apoio

CONSÓRCIO CISAMA**EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018**

Publicação Nº 1661702

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE- CISAMA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar às 9:00h do dia 10 de julho de 2018, na sede do CISAMA, à Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, Centro, Lages/SC, Tomada de Preços, menor preço Global, cujo objeto é contratação de empresa por empreitada por preço global para construção da Central de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ,Setor Sudoeste, Rodovia SC 390, Campo Belo do Sul SC, conforme condições estabelecidas neste Edital. Cópia do edital far-se-á através do site www.cisama.sc.gov.br e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3224-4800 ou e-mail, administracao@cisama.sc.gov.br, das 08h30min as 12h00min e 13h30min as 18h00min.

Lages, 21 de junho de 2018.
Luiz Carlos Xavier
Presidente CISAMA

RESOLUÇÃO Nº 059/2018 NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 1661355

RESOLUÇÃO nº. 059 de 21/06/2018.

Nomeia Comissão Permanente de Licitações, e dá outras providências.

LUIZ CARLOS XAVIER, Presidente do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados como membros da Comissão Permanente de Licitações, na forma determinada pelo art. 51, caput e seu § 4º da lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, as pessoas abaixo relacionadas, sob a presidência do primeiro, para exercerem os poderes de processamento, análise e julgamento de todos os processos licitatórios deste Consórcio:

I – Pedro Jovane da Silva - Presidente

II – Katynara Goedert - membro

III – Selênio Sartori – membro

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada nesta Resolução, será por 1 (um) ano, vedada à recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 3º - A Comissão não será remunerada pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lages, 21 de junho de 2018.

Luz Carlos Xavier

Presidente do CISAMA

CONDER

EXTRATO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N 01.2018 - DIAGNÓSTICO SISTEMA INDIVIDUAL ESGOTO SANITÁRIO

Publicação Nº 1661284

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUN. DE DESENV. REGIONAL – CONDER

PROCESSO LICITATÓRIO N. 10/2018

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N. 01/2018

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES, TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO, TIPO TÉCNICA E PREÇO – MENOR PREÇO GLOBAL DO SEGUINTE OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E TECNICAMENTE HABILITADA PARA REALIZAR DIAGNÓSTICO QUALI-QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO EM OPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS REGULADOS PELA ARIS, FUNDAMENTALMENTE NAS SOLUÇÕES INDIVIDUAIS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), QUE É PARTE INDISSOCIÁVEL DESTA EDITAL.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: das 08h00min do dia 26/06/2018 até às 08h00min do dia 27/07/2018.

ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO: às 08h01min do dia 27/07/2018.

FIM DO PRAZO PARA RECURSO RELACIONADO AO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: 17h do dia 03/08/2018

ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE DAS PROPOSTAS (SEM RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO OU DESISTÊNCIA EXPRESSA DE EXERCER ESSE DIREITO PELAS LICITANTES): às 08h00min do dia 06/08/2018. (EM HAVENDO RECURSO): 24 HORAS APÓS O JULGAMENTO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO;

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF);

LOCAL DA SESSÃO DE JULGAMENTO: Sede da Ameosc – Associação do Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Administrativa do CONDER na rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Cep: 89900-000, Centro, São Miguel do Oeste/SC;

LICITAÇÃO REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº Lei 8.666/93 e Lei nº 12.527/2011 e demais especificadas no edital.

MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO A SECRETARIA EXECUTIVA DO CONDER PELO FONE (49) 36210795 E O EDITAL NA INTEGRA NO SITE: <http://www.ameosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/109459>

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, 22 DE JUNHO DE 2018.

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

RESOLUÇÃO Nº 04.2018 - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 1661564

RESOLUÇÃO Nº 004/2018

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e dá outras providências.

GENÉSIO BRESSIANI Presidente do CONDER e Prefeito Municipal de Belmonte, SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Licitação para o período de 21 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2018, que terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações realizadas pelo consórcio.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Permanente de Licitação, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Permanente de Licitação:

Presidente:

ALENCAR BARBIERI, inscrito no CPF sob nº 004.503.869-45, Assessor de Compras e Licitações, matrícula funcional nº 22022401, inscrito no CPF sob nº 004.503.869-45, do município de São Miguel do Oeste/SC;

Membros:

ALDO JUSTINO SALVI, inscrito no CPF sob nº 430.670. 189-15, Assessor de Compras e Licitações, matrícula funcional nº 1571, do Município de Guaraciaba/SC;

RAFAEL FAVRETTO, inscrito no CPF sob nº 008.080.889-12, Assessor Jurídico, matrícula funcional nº 126908, do Município de Barra Bonita/SC;

- PAULA ROBERTA BACIN, inscrita no CPF sob nº 091.978.629-40, Técnica em Compras, matrícula funcional nº 314, do Município de Paraíso/SC;

- CLAUDENICE CARAMONI, inscrita no CPF sob nº 014.940.979-66, Gerente Geral de Compras, matrícula funcional nº 1702, do Município de Guarujá do Sul/SC.

JUSARA SALETE REGINATTO, Secretária Executiva do CONDER, inscrita no CPF sob o nº 044.056.609-64.

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste/SC, em 21 de junho de 2018.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do CONDER

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

Assessora Jurídica

OAB/SC 21.448